DIARIO OFFICIAL

Empreza Industrial de Melhoramentos no Brasil. Rua General Camara n. 120.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REPUBLICA FEDERAL — ORDEM E PROGRESSO

ANNO LXV — 38° DA REPUBLICA — N. 48 — CAPITAL FEDERAL — QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1926

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto n. 17.219, que promulga os Actos firmados no VIII Congresso da União Postal Universal, em Stockholmo, em 1924.

Ministerio da Marinha — Decretos de 27 de fevereiro findo.

Ministerio da Viação e Obras Publicas — Decretos de 27 de fevereiro findo.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Portarias — Expediente das Directorias da Justiça, do Interior e de Contabilidade e do Departamento Nacional de Saude Publica.

Ministerio da Fazenda — Expediente da Directoria Geral do Thesouro Nacional, da Contadoria Central da Republica, das Directorias da Receita e da Despeza Publicas e do Patrimonio Nacional, da Recebedoria do Districto Federal, das Inspectorias Geral dos Bancos e de Seguros, da Imprensa Nacional e *Diario Official* e da Caixa de Amortização.

Ministerio da Marinha — Portarias — Expediente.

Ministerio da Guerra — Portarias — Expediente.

Ministerio da Viação e Obras Publicas — Portarias — Expediente das Directorias Geraes de Contabilidade, de Expediente e dos Correios e da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Expediente das Directorias Geraes de Contabilidade, da Propriedade Industrial e do Serviço de Industria Pastoril e da Directoria de Meteorologia.

Tribunal de Contas — Termos de contracto — Noticiario — Parte commercial — Rendas publicas — Editaes e avisos — Sociedades anonymas — Annuncios.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 17.219 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926 (*)

Promulga os Actos firmados no VIII Congresso da União Postal Universal, em Stockholmo, em 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sanccionado pelo Decreto n. 4.928, de 6 de Fevereiro do anno proximo findo, a Resolução do Congresso Nacional que approvou os Actos firmados pelos Delegados do Brasil no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockolmo nos mezes de Julho e Agosto de 1924; e tendo-se effectuado o respectivo deposito de ratificações no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros da Suecia a 1° de Setembro ultimo,

Decreta que esses Actos, appensos por copia ao presente Decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contêm.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1926, 105° da Independencia e 38° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

José Felix Alves Pacheco

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber aos que a presente Carta de Ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes seguintes: União da Africa do Sul, Albania, Allemanha, Estados Unidos da America, o conjuncto das Possessões Insulares dos Estados Unidos da America, afóra as Ilhas Filippinas, Ilhas Filippinas, Republica Argentina, Commonwealth da Australia, Austria, Belgica, Colonia do Congo Belga, Bolivia, Bulgaria, Canadá, Chile, China, Republica da Colombia, Republica de Costa-Rica, Republica de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha, Colonias Hespanholas, Esthonia, Ethiopia, Finlandia, França, Algeria, Colonias e Protectorados Francezes da Indochina, o conjuncto das outras Colonias Francezas, Gran-Bretanha, e diversas Colonias e Protectorados Britannicos, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica de Honduras, Hungria, India Britannica, Estado Livre da Irlanda, Islandia, Italia, o conjuncto das Colonias Italianas, Japão, Chosen, o conjuncto das outras Dependencias Japonezas, Lettonia, Republica da Liberia, Lithuania, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona Hespanhola), Marrocos (Zona Hespanhola), Mexico, Nicaragua, Noruega, Nova-Zelandia, Republica do Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Indias Neerlandezas, Colonias Neerlandezas na America, Perú, Persia, Polonia, Portugal, Colonias Portuguezas da Africa, Colonias Portuguezas da Asia e da Oceania, Rumania, Republica de São Marino, O Salvador, Territorio do Sarre, Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Tchecoslovaquia, Tunisia, Turquia, União das Republicas Socialistas dos Soviets, Uruguay e os Estados Unidos da Venezuela — foi concluida e assignada pelos respectivos Plenipotenciarios, aos vinte e oito de Agosto de mil novecentos e vinte e quatro, no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockholmo desde 4 de Julho daquelle anno, uma Convenção Postal Universal e Protocollo final, e um Regulamento de execução da Convenção Postal Universal e Protocollo final;

Que entre os Estados Unidos do Brasil e os seguintes paizes: Albania, Allemanha, Republica Argentina, Austria, Belgica, Colonia do Congo Belga, Bolivia, Bulgaria, Chile, China, Republica da Colombia, Republica de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, Egypto, Hespanha, Colonias Hespanholas, Esthonia, Ethiopia, Finlandia, França, Algeria, Colonias e Protectorados Francezes da Indochina, o conjuncto das outras Colonias Francezas, Gran-Bretanha e diversas Colonias e Protectorados Britannicos, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica de Honduras, Hungria, India Britannica, Estado Livre da Irlanda, Islandia, Italia, o conjuncto das Colonias Italianas, Japão, Chosen, o conjuncto das outras Dependencias Japonezas, Lettonia, Republica da Liberia, Lithuania, Luxem-

(*) Reproduzido por ter sahido com incorrecções.

burgo, Marrocos (com exclusão da Zona Hespanhola), Marrocos (Zona Hespanhola), Nicaragua, Noruega, Nova-Zelandia, Republica do Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Indias Neerlandezas, Colonias Neerlandezas na America, Perú, Persia, Polonia, Portugal, Colonias Portuguezas da Africa, Colonias Portuguezas da Asia e da Oceania, Rumania, Republica de São Marino, O Salvador, Territorio do Sarre, Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Súecia, Suissa, Tchecoslovaquia, Tunisia, Turquia, União das Republicas Socialistas dos Soviets e os Estados Unidos da Venezuela — foi concluido e assignado pelos respectivos Plenipotenciarios, aos vinte e oito de Agosto de mil novecentos e vinte e quatro, no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockolmo desde 4 de Julho daquelle anno, um Ajuste sobre cartas e caixas com valor declarado e Protocollo final, e um Regulamento de execução do Ajuste sobre cartas e caixas com valor declarado;

Que entre os Estados Unidos do Brasil e os seguintes paizes: Albania, Allemanha, Republica Argentina, Austria, Belgica, Colonia do Congo Belga, Bolivia, Bulgaria, Chile, China, Republica da Colombia, Republica de Costa-Rica, Republica de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha, Colonias Hespanholas, Esthonia, Ethiopia, Finlandia, França, Algeria, Colonias e Protectorados Francezes da Indochina, o conjuncto das outras Colonias Francezas, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica de Honduras, Hungria, India Britannica, Islandia, Italia, o conjuncto das Colonias Italianas, Japão, Chosen, o conjuncto das outras Dependencias Japonezas, Lettonia, Republica da Liberia, Lithuania, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona Hespanhola), Marrocos (Zona Hespanhola), Nicaragua, Noruega, Republica do Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Indias Neerlandezas, Colonias Neerlandezas na America, Perú, Persia, Polonia, Portugal, Colonias Portuguezas da Africa, Colonias Portuguezas da Asia e da Oceania, Rumania, Republica de São Marino, O Salvador, Territorio do Sarre, Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Tchecoslovaquia, Tunisia, Turquia, União das Republicas Socialistas dos Soviets, Uruguay e Estados Unidos da Venezuela — foi concluido e assignado pelos respectivos Plenipotenciarios, aos vinte e oito de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockholmo desde 4 de Julho daquelle anno, um Ajuste relativo a encommendas postaes e Protocollo final, e um Regulamento do Ajuste sobre encommendas postaes e Protocollo final, sendo os ditos actos do teôr seguinte:

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Convention Postale Universelle

CONCLUE ENTRE

L'Union de l'Afrique du Sud, l'Albanie, l'Allemagne, les États-Unis d'Amérique, l'ensemble des Possessions Insulaires des États-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines, les Iles Philippines, la République Argentine, la Commonwealth de l'Australie, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Canada, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatémala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'État Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zélande, le République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les États-Unis de Vénézuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à Stockholm en vertu de l'article 27 de la Convention postale universelle conclue à Madrid le 30 novembre 1920, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, revisé la dite Convention conformément aux dispositions suivantes:

TITRE I.

De l'Union postale universelle

CHAPITRE I

ORGANISATION ET RESSORT DE L'UNION

Article premier.

Constitution de l'Union.

Les Pays entre lesquels est conclue la présente Convention forment, sous la dénomination d'Union postale universelle, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances. L'Union postale a également pour objet d'assurer l'organisation et le perfectionnement des divers services postaux internationaux.

Article 2.

Adhésions nouvelles. Procédure.

Les Pays qui ne font pas partie de l'Union sont admis en tout temps à adhérer à la Convention.

Leur demande d'adhésion doit être notifiée par voie diplomatique au Gouvernement de la Confédération suisse et par celui-ci aux Gouvernements de tous les Pays de l'Union.

Article 3.

Convention et Arrangements de l'Union.

Le service de la poste aux lettres est réglé par les dispositions de la Convention.

D'autres services tels que ceux, notamment, des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, des colis postaux, des mandats de poste, des virements postaux, des valeurs à recouvrer et des abonnements aux journaux *et écrits périodiques*, font l'objet d'Arrangements entre Pays de l'Union.

Ces Arrangements sont obligatoires seulement pour les Pays qui y ont adhéré.

L'adhésion à un ou plusieurs de ces Arrangements est soumise aux dispositions de l'article précédent.

Article 4.

Règlements d'exécution.

Les Administrations de l'Union arrêtent d'un commun accord, dans des Règlements d'exécution, les mesures d'ordre et de détail nécessaires à l'exécution de la Convention et des Arrangements.

Article 5.

Traités spéciaux et Unions restreintes. Rayon limitrophe.

1.—Les Pays de l'Union ont le droit de maintenir et de conclure des traités ainsi que de maintenir et d'établir des unions restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

2. — De leur côté, les Administrations sont autorisées à prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui n'intéressent pas l'ensemble de l'Union, *sous réserve de ne pas y introduire des dispositions moins favorables que celles prévues par les Actes de l'Union. Elles peuvent, notamment*, en ce qui concerne les objets de correspondance, s'entendre entre elles pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

Article 6.

Législation intérieure.

Les stipulations de la Convention et des Arrangements de l'Union ne portent pas atteinte à la législation de chaque Pays dans tout ce qui n'est pas expressément prévu par ces Actes.

Article 7.

Relations avec les Pays étrangers à l'Union.

Les Administrations de l'Union qui entretiennent des relations avec des Pays étrangers à celle-ci sont tenues de

mettre ces relations à la disposition des autres Administrations pour l'échange des correspondances.

Les dispositions de la Convention s'appliquent à l'échange des objets de correspondance entre les Pays de l'Union et les Pays étrangers à cette dernière, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des parties contractantes au moins.

Article 8.

Colonies, protectorats, etc.

Sont considérés comme formant un seul Pays ou une seule Administration de l'Union suivant le cas, au sens de la Convention et des Arrangements en ce qui concerne, notamment, leur droit de vote aux Congrès, aux Conférences et dans l'intervalle entre les réunions, ainsi que leur contribution aux dépenses du Bureau International de l'Union postale universelle:

1° La colonie du Congo belge;
2° L'ensemble des possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique *autres que les îles Philippines et* comprenant Hawaï, Porto-Rico, Guam, et les îles Vierges des Etats-Unis d'Amérique;
3° Les îles Philippines;
4° L'ensemble des colonies espagnoles;
5° L'Algérie;
6° Les colonies et protectorats français de l'Indochine;
7° L'ensemble des autres colonies françaises;
8° L'ensemble des colonies italiennes;
9° Le Chosen;
10° L'ensemble des autres dépendances japonaises;
11° Les Indes néerlandaises;
12° Les colonies néerlandaises en Amérique;
13° Les colonies portugaises de l'Afrique;
14° Les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie.

Article 9.

Ressort de l'Union

Sont considérés comme appartenant à l'Union postale universelle:

a) les bureaux de poste établis par des Pays de l'Union dans les Pays étrangers à l'Union;

b) la principauté de Liechtenstein, comme relevant de l'Administration des postes de Suisse;

c) les îles Féroé et le Groenland, comme faisant partie du Danemark;

d) les possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne; la République du Val d'Andorre, comme relevant de l'Administration des postes espagnoles;

e) la principauté de Monaco, comme relevant de l'Administration des postes de France;

f) Walfisch-Bay, comme faisant partie de l'Union de l'Afrique du Sud; Basutoland, comme relevant de l'Administration des postes de l'Union de l'Afrique du Sud;

g) les bureaux de poste norvégiens établis aux îles de Spitzberg comme relevant de l'Administration des postes de Norvège.

Article 10.

Arbitrages.

1. — En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union relativement à l'interprétation de la Convention et des Arrangements ou de la responsabilité dérivant, pour une Administration, de l'application de ces Actes, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

Au cas où l'un des Offices *en désaccord ne donnerait pas suite à une proposition d'arbitrage dans le délai de six mois, ou de neuf mois pour les pays d'outre-mer,* le Bureau international pourra, sur la demande qui lui en sera faite, provoquer à son tour la désignation d'un arbitre par l'Office défaillant ou en désigner un lui-même, d'Office.

2. — La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3. — En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

A défaut d'une entente sur le choix, cette Administration est désignée par le Bureau international parmi les membres de l'Union non proposés par les arbitres.

4. — Les arbitres ne peuvent être désignés en dehors des Offices exécutant l'Arrangement qui donne lieu au litige.

Article 11.

Sortie de l'Union. Cessation de participation aux Arrangements.

Chaque Partie contractante a la faculté de se retirer de l'Union ou de cesser sa participation aux Arrangements moyennant avertissement donné un an à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

CHAPITRE II

CONGRÈS. CONFÉRENCES. COMMISSIONS

Article 12.

Congrès.

1. — Les délégués des Pays de l'Union se réunissent en Congrès au plus tard cinq ans après la date de mise à exécution des Actes du Congrès précédent en vue de les soumettre à revision ou de les compléter, s'il y a lieu.

Chaque Pays se fait représenter au Congrès par un ou plusieurs délégués plénipotentiaires munis par leur Gouvernement des pouvoirs nécessaires. Il peut, au besoin, se faire représenter par la délégation d'un autre Pays. Toutefois, il est entendu qu'une délégation ne peut être chargée que de la représentation de deux Pays, y compris celui qui l'a primitivement accréditée.

Dans les délibérations, chaque Pays dispose d'une seule voix.

2. — Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du Congrès suivant. Celui-ci est convoqué par les soins du Gouvernement du Pays dans lequel il doit avoir lieu, après entente avec le Bureau international. Ce Gouvernement est également chargé de la notification à tous les Gouvernements et Pays de l'Union les décisions prises par le Congrès.

Article 13.

Ratifications. Mise à exécution et durée des Actes du Congrès.

Les Actes des Congrès sont ratifiés aussitôt que possible et les ratifications sont communiquées au Gouvernement du Pays, siège du Congrès.

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes ne ratifieraient pas l'un ou l'autre des Actes signés par elles, ceux-ci n'en seraient pas moins valables pour les Etats qui les auront ratifiés.

Ces Actes sont mis à exécution simultanément et ont la même durée.

Dès le jour fixé pour la mise à exécution des Actes adoptés par un Congrès, tous les Actes du Congrès précédent sont abrogés, sauf disposition contraire.

Article 14.

Congrès extraordinaires.

Lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers au moins des Pays contractants, un Congrès extraordinaire est réuni après entente avec le Bureau international.

Les règles édictées aux articles 12 et 13 sont applicables aux délégations, aux délibérations et aux Actes des Congrès extraordinaires.

Article 15.

Règlement des Congrès

Chaque Congrès arrête le règlement nécessaire à ses travaux et à ses délibérations.

Article 16.

Conférences.

Des Conférences chargées de l'examen de questions purement administratives peuvent être réunies à la demande des deux tiers au moins des Administrations de l'Union.

Elles sont convoquées après entente avec le Bureau international.

Les Conférences arrêtent leur règlement.

Article 17.

Commissions.

Les Commissions chargées par un Congrès ou une Conférence de l'étude d'une ou de plusieurs questions déterminées sont convoquées par le Bureau international après entente, le cas échéant, avec l'Administration du Pays où ces Commissions doivent se réunir.

CHAPITRE III

PROPOSITIONS DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

Article 18.

Introduction des propositions

Dans l'intervalle des réunions, toute Administration a le droit d'adresser aux autres Administrations, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant la Convention et son Règlement.

Le même droit est accordé aux Adminsitrations des Pays participant aux Arrangements en ce qui concerne ces Arrangements et leurs Règlements.

Pour être mises en délibération, *toutes propositions introduites dans l'intervalle des réunions* doivent être appuyées par au moins deux Administrations, sans compter celle dont elles émanent. Ces propositions restent sans suite lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps, le nombre nécessaire de déclarations d'appui.

Article 19.

Examen des propositions.

Toute proposition est soumise à la procédure suivante:

Un délai de six mois est laissé aux Administrations pour examiner la proposition et pour faire parvenir au Bureau international, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux Administrations avec invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau international leur notifiant les observations présentées, sont considérées comme s'abstenant.

Si la proposition concerne un Arrangement ou le Règlement y relatif, seules les Administrations ayant adhéré à cet Arrangement peuvent prendre part aux opérations indiquées ci-dessus.

Article 20.

Conditions d'approbation

1. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions *des titres I, II et* des articles 33 à 36, 38, 48 à 53, 55, 56, 58, 60 à 63, 65 à 75, 77 à 80, de la Convention, *ainsi que des articles* 1, 4, 17, 53, 66 et 86 de son Règlement;

b) les deux tiers des suffrages s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles mentionnées à l'alinéa précédent;

c) la majorité absolue s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la Convention et de son Règlement, hors le cas de dissentiment à soumettre à l'arbitrage prévu à l'article 10.

2. — Les Arrangements fixent les conditions auxquelles est subordonnée l'approbation des propositions qui les concernent.

Article 21.

Notification des résolutions

Les additions et les modifications apportées à la Convention et aux Arrangements sont consacrées par une déclaration diplomatique que le Gouvernement de la Confédération suisse est chargé d'établir et de transmettre à la demande du Bureau international aux Gouvernements des Pays contractants.

Les additions et les modifications apportées aux Règlements sont constatées et notifiées aux Administrations par le Bureau international. Il en est de même des interprétations visées sous la lettre *c*) de l'article précédent.

Article 22.

Exécution des résolutions

Toute addition ou modification adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

CHAPITRE IV

DU BUREAU INTERNATIONAL

Article 23

Attributions générales

1. — Un Office central, fonctionnant à Berne sous la dénomination de Bureau international de l'Union postale universelle, et placé sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, sert d'organe de liaison, d'information et de consultation aux Pays de l'Union.

Ce Bureau est chargé, notamment, de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes; d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions litigieuses; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès; de notifier les changements adoptés et, en général, de procéder aux études et aux travaux de rédaction ou de documentation que la Convention, les Arrangements et leurs Règlements lui attribuent ou dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union.

2. — Il intervient, à titre d'office de compensation, dans la liquidation des comptes de toute nature relatifs au service international des postes, entre les Administrations qui réclament cette intervention.

Article 24.

Dépenses du Bureau international

1. — Chaque Congrès arrête le chiffre maximum que peuvent atteindre annuellement les dépenses ordinaires du Bureau international.

Ces dépenses, ainsi que les frais extraordinaires auxquels donne lieu la réunion d'un Congrès, d'une Conférence ou d'une Commission, *et les frais que pourraient entraîner des travaux spéciaux confiés à ce Bureau*, sont supportés en commun par tous les Pays de l'Union.

2. — Ceux-ci sont divisés, à cet effet, en sept classes dont chacune contribue au payement des dépenses dans la proportion ci-après:

1re classe 25 unités.
2e classe 20 unités.
3e classe 15 unités.
4e classe 10 unités.
5e classe 5 unités.
6e classe 3 unités.
7e classe 1 unité.

3. — En cas d'adhésion nouvelle, le Gouvernement de la Confédération suisse détermine, d'un commun accord avec le Gouvernement du Pays intéressé, la classe dans laquelle celui-ci doit être rangé au point de vue de la répartition des frais du Bureau international.

TITRE II

Règles d'ordre général

CHAPITRE UNIQUE

Article 25.

Liberté de transit.

1. — La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

2. — La liberté du transit des colis postaux *est limitée au territoire des Pays participant à ce service. Les envois avec valeur déclarée peuvent transiter en dépêches closes par le territoire des Pays non adhérents à l'Arrangement concernant les envois de l'espèce, mais la responsabilité de ces Pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés.*

Article 26.

Droit d'utiliser les services de l'Union

Les Pays de l'Union reconnaissent à toutes personnes le droit d'utiliser les services faisant l'objet de la Convention et des Arrangements.

Article 27.

Interdiction de taxes non prévues.

Il est interdit de percevoir des taxes postales, de quelque nature que ce soit, autres que celles prévues par la Convention et les Arrangements.

Article 28.

Suspension temporaire de service

Lorsque, par suit de circonstances extraordinaires, une Administration se voit obligée de suspendre temporairement et d'une manière générale ou partielle, soit l'expédition des objets de correspondance qui lui sont livrés par une autre Administration, soit l'exécution d'un ou de plusieurs services spéciaux, elle est tenue d'en donner immédiatement avis, au besoin par télégraphe, à l'Alministration ou aux Administrations intéressées.

Article 29.

Monnaie-type

Le franc pris comme unité monétaire dans les dispositions de la Convention et des Arrangements est le franc-or à 100 centimes d'un poids de 10/31e de gramme et d'un titre de 0,900.

Article 30.

Equivalents.

Dans chaque Pays de l'Union, les taxes sont établies d'après une équivalence correspondant, aussi exactement que possible, dans la monnaie actuelle de ce Pays, à la valeur du franc.

Article 31

Formules. Langue.

1. — Les formules à l'usage des Administrations pour leurs relations réciproques doivent être rédigées en langue française, avec ou sans traduction interlinéaire dans une autre langue, à moins que les Administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2. — Les formules à l'usage du public qui ne sont pas imprimées en langue française doivent comporter une traduction interlinéaire en cette langue.

3. — *Les formules dont il est question aux §§ 1 et 2 doivent avoir des demensions se rapprochant, autant que possible, de celles prescrites par le Règlements de la Convention et des Arrangements.*

4. — Les Administrations peuvent s'entendre au sujet de la langue à employer pour la correspondance de service dans leurs relations réciproques.

Article 32.

Cartes d'identité.

1. — Chaque Administration peut délivrer, aux personnes qui en font la demande, des cartes d'identité valables comme pièces justificatives pour toutes les transactions effectuées par les bureaux de poste des Pays qui n'auraient pas notifié leur refus de les admettre.

2 — L'Administration qui fait délivrer une carte d'identité est autorisée à percevoir, de ce chef, une taxe qui ne peut être supérieure à un franc.

3. — Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité lorsqu'il est établi que la livraison d'un envoi postal ou le payement d'un mandat a eu lieu sur la présentation d'une carte d'identité régulière.

Elles ne sont pas, non plus, responsables des conséquences que peuvent entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux *d'une carte d'identité régulière.*

4. — La carte d'identité est valable pendant *trois* ans à partir du jour de son émission.

TITRE III.

Dispositions concernant les correspondances postales

CHAPITRE I.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES.

Article 33.

Objets de correspondance

La dénomination d'objets de correspondance s'applique aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux papiers d'affaires, aux échantillons de marchandises et aux imprimés de toute nature, y compris les impressiones en relief à l'usage des aveugles.

Article 34.

Taxes et conditions générales

1. — Les taxes d'affranchissement pour le transport des objets de correspondance dans toute l'étendue de l'Union y compris leur remise au domicile des destinataires dans les Pays où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées conformément aux indications du tableau ci-après:

Objets	Unités de poids	Taxes	Limites	
			de poids	de dimensions
	gr.	c.		
Lettres: 1er échelon de poids	20	25	2 kilos	45 cm. dans chaque sens.
Lettres: par échelon supplémentaire	—	15	2 kilos	*en rouleaux:* 75 cm. de longueur et 10 cm. de diamètre.
Cartes postales simples	—	15	—	maxima 15 cm. en longueur, 10,5 cm. en largeur
Cartes postales avec réponse	—	30	—	minima 10 cm. en longueur, 6 cm. en largeur
Imprimés	50	5	2 kilos [1]	[1] Ce poids est porté à 3 kilos pour les volumes expédiés isolément. 45 cm. de chaque côté.
Impressions en relief pour les aveugles	1000	5	2 kilos	
Papiers d'affaires	50	5	2 kilos	*en rouleaux:* 75 cm. de longueur et 10 cm. de diamètre.
» minimum de taxe	—	25	—	
Echantillons de marchandises	50	5	500 gr.	45 cm. en longueur, 20 cm. en largeur, 10 cm. en épaisseur.
» minimum de taxe	—	10		*en rouleaux:* 45 cm. de longueur et 15 cm de diamètre.

Les Administrations ont la faculté de concéder, dans leurs relations réciproques, aux journaux et écrits périodiques expédiés directement par les éditeurs, une réduction de 50 % sur le tarif général des imprimés.

La même faculté leur est accordée en ce qui concerne les livres brochés ou reliés, à l'exclusion de toute publicité ou réclame.

Il en est même des éditions littéraires et scientifiques échangées entre les institutions savantes.

2. — Chaque Pays de l'Union fixe, selon les indications du tableau ci-dessus, les taxes à percevoir pour les objets de correspondance.

3. — Les lettres ne doivent contenir aucune lettre, note ou document adressé à des personnes autres que le destinataire ou des personnes habitant avec ce dernier.

4. — Les papiers d'affaires, les échantillons de marchandises et les imprimés de toute nature ne doivent contenir aucune lettre ou note ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle; ils doivent être conditionnés de manière à pouvoir être facilement vérifiés, *sauf les exceptions prévues au Règlement.*

5. — Les limites de poids et de dimensions fixées au § 1 du présent article ne s'appliquent pas aux correspondances relatives au service postal dont il est question au § 1 de l'article 43.

6. — Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande.

7. — La réunion en un seul envoi d'objets de correspondance de catégories différents (objets groupés) est autorisée dans les conditions fixées par le Règlement.

8. — Sauf les exceptions prévues par la Convention et son Règlement, il n'est pas donné cours aux envois qui ne remplissent pas les conditions requises.

Les objets qui auraient été admis à tort peuvent être renvoyés à l'Office d'origine. Si l'Office de destination les remet au destinataire, il doit éventuellement leur appliquer les taxes et surtaxes prévues pour la catégorie de correspondances à laquelle ils appartiennent réellement.

9. — Les envois affranchis au tarif des lettres peuvent renfermer des objets passibles de droits de douane, lorsque l'importation de ces objets, sous forme de lettres, est admise dans le Pays de destination.

Ces envois doivent être revêtus, du côté de la suscription, d'une étiquette conforme aux prescriptions du Règlement.

L'Administration du Pays destinataire est autorisée à soumettre ces envois au contrôle douanier, à les ouvrir d'office et à percevoir les droits d'entrée, dans la forme prévue par sa législation.

Article 35.

Affranchissement.

Les envois autres que les lettres et les cartes postales simples doivent être *entièrement affranchis.*

Il n'est pas donné cours aux cartes postales avec réponse payée dont les deux parties ne sont pas entièrement affranchis au moment du dépôt.

Article 36.

Taxe en cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement.

En cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement *et sauf les exceptions prévues par l'article 39 du Règlement pour certaines catégories d'envois réexpédiés,* les objets de correspondance de toute nature sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe double du montant de l'affranchissement manquant ou de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse être inférieure à *10 centimes.*

Article 37.

Correspondances en dehors de l'Union.

1. — Les taxes pour les correspondances à destination des Pays en dehors de l'Union ne doivent pas être inférieures au tarif normal de l'Union.

2. — Les correspondances originaires de Pays en dehors de l'Union qui sont livrées à un Pays de l'Union non affranchies ou insuffisamment affranchies sont taxées par l'Office distributeur selon les règles applicables dans son propre service aux envois similaires à destination des Pays d'où proviennent les dites correspondances.

Article 38.

Surtaxes.

Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par les articles 34 et 37 pour tout objet transporté par des services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union, ou par des services extraordinaires dans l'Union donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend la surtaxe autorisée par l'alinéa précédent, ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

Article 39.

Taxes spéciales.

1. — Les Administrations sont autorisées à frapper d'une taxe additionnelle, selon les dispositions de leur législation, les objets remis à leurs services d'expédition en dernière limite d'heure.

2. — Les Pays de destination qui sont autorisés par leur législation à délivrer les envois contenant des objets passibles de droits de douane peuvent percevoir, pour le dédouanement de ces envois, un droit de 50 centimes au maximum par envoi.

3. — Le Pays de destination est autorisé à percevoir, pour les objets adressés poste restante, une taxe spéciale d'après sa législation.

Article 40.

Envois exprès.

1. — Les objets de correspondance sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les Pays dont les Administrations consentent à se charger de ce service *dans leurs relations réciproques.*

2. — Ces envois, qualifiés "exprès", sont soumis, en sus du port ordinaire, à une taxe spéciale s'élevant au minimum au double de l'affranchissement d'une lettre simple ordinaire et au maximum à un franc. Cette taxe doit être acquittée complètement et à l'avance par l'expéditeur.

3. — Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de distribution gratuite du bureau de destination, *la remise par exprès peut donner lieu à la perception d'une taxe complémentaire* jusqu'à concurrence *de celle qui fixée dans le* service interne.

La remise par exprès n'est toutefois pas obligatoire dans ce cas.

4. — Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires, à moins qu'ils n'aient été traités comme exprès par le bureau d'origine.

Article 41.

Interdictions.

1. — Il est interdit d'expédier:

a) *des objets* qui, par leur nature *ou leur emballage,* peuvent présenter du danger pour les agents, salir ou détériorer les correspondances;

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses;

c) *des animaux vivants, à l'exception des abeilles et des vers à soie;*

d) des objets passibles de droits de douane, *sauf les exceptions prévues à l'article 34 § 9, ainsi que des échantillons expédiés en nombre* dans le but d'éviter la perception de ces droits;

e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants;

f) des objets obscènes ou immoraux;

g) des objets quelconques dont l'entrée ou la circulation sont interdites dans le pays d'origine ou *dans le pays* de destination.

Il est, en outre, interdit d'expédier, dans les envois non recommandés, des pièces de monnaie, des billets de banque et des billets de monnaie, des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

2. — Les envois qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou ses règlements intérieurs, à en disposer autrement.

Toutefois, les matières explosibles, **inflammables ou dangereuses** et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés à l'Office d'origine; il sont détruits sur place par les soins de l'Administration qui en constate la présence.

Dans le cas où des envois admis à tort à l'expédition ne seraient ni renvoyés à l'origine, ni remis au destinataire, l'Office expéditeur doit en être informé pour qu'il puisse prendre éventuellement les mesures qui s'imposeraient.

3. — Est d'ailleurs réservé le droit de tout Pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport *en transit à découvert* ou la distribution des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui règlent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce Pays.

Ces objets doivent être renvoyés à l'Office d'origine.

Article 42

Modalités d'affranchissement.

1. — L'affranchissement est opéré, soit au moyen de timbres-post valables dans le Pays d'origine pour la correspondance des particuliers, soit au moyen d'empreintes de machines à affranchir, officiellement adoptées et fonctionnant sous le contrôle immédiat de l'Administration.

2. — Sont considérés comme dûment affranchis: les cartes-réponse portant, *imprimés ou collés*, des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes, les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours et dont le complément de taxe a été acquitté avant leur réexpédition, ainsi que les journaux ou paquets de journaux *et écrits périodiques* dont la suscription porte la mention "Abonnement-poste" ou une mention équivalente et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement sur les abonnements aux journaux *et écrits périodiques*.

3. — Les correspondances déposées en pleine mer dans la boîte d'un paquebot ou entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants de navires peuvent être affranchies, sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du Pays auquel appartient ou dont dépend le dit paquebot. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du Pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

Article 43.

Franchise de port.

1. — Sont admises à la franchise de port les correspondances relatives au service postal échangées entre la Administrations des postes, entre ces Administrations et le Bureau international, entre les bureaux de poste des Pays de l'Union, et entre ces bureaux et les Administrations *ainsi que celles dont le transport en franchise est expressément prévu par les dispositions de la Convention, des Arrangements et de leurs Règlements.*

2. — Les correspondances, à l'exception des envois grevés de remboursement, destinées aux prisonniers de guerre ou expédiées par eux sont également affranchies de toutes taxes postales, aussi bien dans les Pays d'origine et de destination que dans les Pays intermédiaires.

Il en est de même des correspondances concernant les prisonniers de guerre, expédiées ou reçues, soit directement, soit à titre d'intermédiaire, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes dans des Pays belligérants ou dans les Pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les belligérants recueillis et internés dans un Pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des dispositions ci-dessus.

Article 44.

Coupons-réponse.

Des coupons-réponse sont mis en vente dans les Pays de l'Union.

Le prix de vente en est déterminé par les Administrations intéressées, mais ne peut être inférieur à 40 *centimes* or ou à l'équivalent de cette somme dans **la monnaie du Pays le débit.**

Chaque coupon est échangeable dans tout Pays de l'Union contre un timbre ou des timbres représentant l'affranchissement d'une lettre simple originaire de ce Pays à destination de l'étranger. Toutefois, l'échange doit se faire avant l'expiration du *sixième* mois qui suit celui de l'émission.

Est, en outre, réservée à chaque Pays, la faculté d'exiger le dépôt simultané des coupons-réponse et des envois de correspondance à affranchir en échange de ces coupons.

Article 45.

Retrait. Modification d'adresse.

1. — L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modiffier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2. — La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommendée, et pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme augmentée de la taxe postale, s'il s'agit d'une modification d'adresse.

Article 46.

Réexpédition. Rebuts.

1. — La réexpédition d'objets de correspondance dans l'intérieur de l'Union ne donne lieu à la perception d'aucun supplément de taxe, *sauf les exceptions prévues au Règlement.*

Il en est de même du retour à l'expéditeur des objets tombés en rebut.

2. — *Les objets de correspondance qui sont réexpédiés* ou tombent en rebut sont livrés aux destinataires ou aux expéditeurs contre payment des taxes dont lis ont été grevés au départ, à l'arrivée, ou en cours de route par suite de réexpédition au-delà du premier parcours.

3. — Les correspondances tombées en rebut pour quelque cause que ce soit doivent être renvoyées immédiatement au Pays d'origine.

Le délai de conservation des correspondances gardées en instance à la disposition des destinataires ou adressées "poste restante" est réglé par les dispositions du Pays de destination. Toutefois, ce délai ne peut dépasser six mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer et deux mois dans les autres relations. Le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court, si l'expéditeur l'a demandé par une annotation sur la suscription en une langue connue dans le Pays de destination.

4. — Les imprimés dénués de valeur ne sont pas renvoyés, à moins que l'envoyeur, par une annotation à l'extérieur de l'envoi, n'en ait demandé le retour.

5. — La taxe de "poste restante" prévue à l'article 39 ne suit pas l'objet en cas de réexpédition ou de mise en rebut.

6. — La taxe complementaire stipulée à l'article 40, § 3, reste exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut d'un envoi exprés.

Article 47.

Réclamations.

1. — La réclamation de *tout envoi* peut donner lieu à la perception d'un droit fixé d'un franc au maximum.

En ce qui concerne les envois recommendés, aucun droit n'est perçu si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de réception.

2. — Les réclamations ne sont admises que dans le délai d'un an à compter du lendemain du dépôt.

CHAPITRE II.

ENVOIS RECOMMANDÉS.

Article 48.

Taxes.

1. — Les objets de correspondance désignés dans l'article 33 peuvent être expédiés sons recommandation.

Toutefois, les parties "Réponse" adhérentes aux cartes postales ne peuvent être recommandées par les expéditeurs primitifs de ces envois.

2. — *La taxe de tout* envoi recommandé *doit être acquittée à l'avance. Elle se compose:*

a) du prix d'affranchissement **ordinaire de l'envoi, selon** sa nature;

b) d'un droit fixe de recommandation de 40 *centimes* au maximum.

3. — *Un récépissé doit être délivré gratuitement à l'expéditeur d'un envoi recommandé, au moment du dépôt.*

4. — Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir une taxe spéciale de 40 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

Article 49.

Avis de réception.

L'expéditeur d'un envoi recommandé peut obtenir un avis de réception en payant, au moment du dépôt, un droit fixe de 40 *centimes* au maximum.

L'avis de réception peut être demandé postérieurement au dépôt de l'envoi dans le délai fixé par l'article 47 pour les réclamations et moyennant payement d'un droit que ne doit pas dépasser le double de celui prévu à l'alinéa précédent.

Article 50.

Etendue de la responsabilité.

Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte des envois recommandés.

L'expéditeur a droit, de ce chef, à une indemnité dont le montant est fixé à 50 francs par objet.

S'il a acquitté les droits d'une réclamation et si celle-ci est motivée par une faute de service, ces droits sont également restitués.

Article 51.

Exceptions au principe de la responsabilité.

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité pour la perte d'envois recommandés;

a) *en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure* (art. 48, § 4);

b) *lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suite de la destruction des documents de service résultant d'un cas de force majeure;*

c) *lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 41, § 1;*

d) *lorsque l'expéditeur n'a formulé aucune réclamation dans le délai prévu à l'article 47.*

Article 52.

Cessation de la responsabilité.

Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont *elles ont effectué la remise dans les conditions prévues par leur règlement intérieur.*

Pour les envois adressés poste restante, ou conservés en instance à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le Pays de destination, et dont les noms et qualités sont conformes aux indications de l'adresse.

Article 53.

Payement de l'indemnité

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Office dont relève le bureau expéditeur de l'envoi sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

Article 54.

Délai de payement.

1. — Le payement de l'indemnité doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai de six mois à compter du lendemain du jour de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer.

2. — L'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer.

L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai prévu au paragraphe précédent lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas tranchée.

Article 55.

Détermination de la responsabilité

1. — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité pour la perte d'un envoi recommandé incombe à l'Office qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Office suivant.

Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Offices en cause supportent le dommage par parts égales. *Toutefois, l'intégralité de l'indemnité due doit être versée à l'Office d'origine par la première Administration qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé au service correspondant. Il appartient à cette Administration de récupérer sur les autres Offices responsables la quote-part de chacun d'eux dans le dédommagement de l'ayant droit.*

2. — Lorsqu'un objet recommandé a été perdu dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte a eu lieu n'en est responsable envers l'Office expéditeur que si les deux pays se chargent des risques dérivant du cas de force majeure.

3. — *Par le fait du payement de l'indemnité, l'Administration responsable est subrogée jusqu'à concurrence du montant de cette indemnité dans les droits de la personne qui l'a reçue, pour tout recours éventuel soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre des tiers.*

Article 56.

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur

L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué en conformité de l'article 54 est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité dans un délai de trois mois après notification du payement.

Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêt, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration dudit délai.

L'Office dont la responsabilité est dument établie et qui a tout d'abord décliné le payement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

Toutefois, les Administrations peuvent s'entendre pour liquider périodiquement les indemnités qu'elles ont payées aux expéditeurs et dont elles ont reconnu le bien-fondé.

Article 57.

Responsabilité pour les envois recommandés en dehors des limites de l'Union.

La responsabilité en matière d'envois recommandés à destination ou en provenance de Pays étrangers à l'Union ou en transit par ces Pays est réglée selon les dispositions suivantes:

a) pour le transport dans le ressort de l'Union, d'après les stipulations de la Convention;

b) pour le transport en dehors des limites de l'Union, d'après les conditions notifiées par l'Office de l'Union qui sert d'intermédiaire.

CHAPITRE III

ENVOIS CONTRE REMBOURSEMENT.

Article 58.

Taxes et conditions. Liquidation.

1. — Les correspondances recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les Pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Sauf arrangement contraire, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du Pays *d'origine* de l'envoi.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du Pays d'origine de l'envoi.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

L'expéditeur paie, en outre, *une taxe fixe qui ne peut être inférieure à 20 centimes, ni supérieure à 50 centimes, et un droit proportionnel de 1/2 pour cent du montant du remboursement. L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir ces taxes, d'après les convenances de son système monétaire.*

2. — Le montant encaissé sur le destinataire est transmis à l'expéditeur au moyen d'un mandat de *remboursement qui est émis gratuitement.*

Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées. Elles peuvent, notamment, se charger, dans des conditions à convenir, de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

Article 59.

Annulation du montant du remboursement.

L'expéditeur d'un envoi recommandé grevé de remboursement peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45).

Article 60.

Responsabilité en cas de perte de l'envoi.

La perte d'un envoi recommandé grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par les articles 50 et 51.

Article 61.

Garantie des sommes encaissées régulièrement.

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire, qu'elles aient été ou non converties en mandats de poste ou versées en compte courant postal, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées en faveur du déposant par l'Arrangement concernant les mandats de poste ou par les prescriptions régissant le service des chèques et virements postaux.

Article 62.

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.

1. — Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité *pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 47, § 2, et* à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou à une négligence de sa part ou que le contenu de l'envoi ne tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 41.

Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusemet.

L'indemnité ne pourra dépasser, *en* aucun cas, le montant du remboursement

2. — Par le fait du payement de l'indemnité e. *jusqu' à concurrence de son montant,* l'Ad inistration *responsable* st subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

Article 63.

Sommes encaissées régulièrement Indemnités. Payement et recours.

L'obligation de payer les sommes encaissées régulièrement ainsi que l'indemnité dont il est question à l'article précédent, incombe a l'Office dont relève le bureau ex éditeur de l'envoi, sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

Article 64.

Délai de payement.

Les dispositions de l'article 54 concernant les délais de payement de l'indemnité pour la perte d'un envoi recommandé s'appliquent au payement des sommes encaissées ou de l'indemnité pour les envois contre remboursement.

Article 65.

Détermination de la responsabilité.

Le payement, par l'Office expéditeur, des sommes encaissées régulierement, ainsi que celui de l'indemnité prévue à l'article 62, se fait pour le compte de l'Office destinataire. Celui-ci est responsable, à moins qu'il ne puisse prouver que la faute est due à la non-observation d'une disposition réglementaire par l'Office expéditeur.

Dans les cas d'encaissement frauduleux à la suite de la disparition dans le service d'un envoi contre remboursement, la responsabilité des Offices en cause est déterminée selon les règles prévues à l'article 55 pour la perte d'un envoi recommandé ordinaire.

Article 66.

Remboursement des sommes avancées.

L'Office destinataire est tenu de rembourser à l'Office expéditeur, dans les conditions prévues à l'article 55, les sommes qui ont été avancées pour son compte.

Article 67.

Mandats de remboursement.

Le montant d'un mandat de remboursement qui, pour un motif quelconque, n'a pas été payé au bénéficiaire, n'est pas remboursé à l'Office d'émission. Il est tenu à la disposition du bénéficiaire par l'Office expéditeur de l'envoi grevé de remboursement et revient définitivement à cet Office, après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards, *et sous les réserves prévues au Règlement,* les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant les mandats de poste.

Article 68.

Partage de la taxe et du droit de remboursement.

Les taxes prévues au dernier alinéa du § 1 de l'article 58 sont partagées par moitié entre l'Administration d'origine et celle du pays de destination dans les conditions prescrites par le Règlement.

Dans le cas où deux Offices ne perçoivent pas une taxe fixe de remboursement d'égal montant, la quote-part à bonifier à l'Office correspondant est calculée sur la base de la taxe la plus faible.

CHAPITRE IV.

ATTRIBUTION DES TAXES. FRAIS DE TRANSIT ET D'ENTREPÔT.

Article 69.

Attribution des taxes.

Sauf les cas expressément prévus par la Convention, chaque Administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues.

Article 70.

Frai de transit.

1. — Les correspondances échegées en dépêches closes entre deux Administrations de l'Union, au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations (services tiers), sont soumises au profit de chacun des pays traversés ou dont

es services participent au transport, aux frais de transit indiqués dans le tableau suivant:

	Par Kilogramme	
	De lettres et de cartes postales	*D'autres objets*
1°. *Parcours territoriaux:*	*Fr. c.*	*Fr. c.*
Jusqu'à 1.000 Km.	0,75	0,10
Au delà de 1.000 jusqu' à 2.000 Km.	1,00	0,15
Au delà de 2.000 jusqu'à 3.000 Km.	1,50	0,20
Au delà de 3.000 jusqu'à 6.000 Km.	2,50	0,30
Au delà de 6.000 jusqu'à 9.000 Km.	3,50	0,40
Au delà de 9.000 Km.	4,50	0,50
2°. *Parcours maritimes:*		
Jusqu'à 300 milles marins	0,75	0,10
Au delà de 300 jusqu'à 1.500 milles marins	2,00	0,25
Entre l'Europe et l'Amérique du Nord	3,00	0,40
Au delà de 1.500 jusqu'à 6.000 milles marins	4,00	0,50
Au delà de 6.000 milles marins	6,00	0,75

2. — *Les frais de transit pour* le transport maritime sur un trajet n'excédant pas 300 milles marins *sont fixés au tiers des sommes prévues au paragraphe précédent*, si l'Administration intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches transportées, la rémunération afférent au transit territorial.

3. — En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 6 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 0.75 franc par kilogramme d'autres objets. *Lorsque les totaux de ces frais dépassent respectivement 6 francs et 0.75 franc, ils sont* répartis entre les Administrations participant au transport, au prorata des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.

4. — Sont considérés comme services tiers, à moins d'arrangement contraire, les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de navires dépendant de l'un d'eux, ainsi que les transports effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiare de services dépendant d'un autre pays.

5. — Les correspondances échangées à découvert entre deux Administrations de l'Union sont soumises, sans égard au poids ou à la destination, aux frais de transit suivants, savoir:

lettres	6 centimes pièce
cartes postales	2 ½ centimes pièce
autres objets	2 ½ centimes pièce

Toutefois, les Administrations sont autorisées à considérer comme des dépêches closes les envois expédiés à découvert qui dépassent le poids de 250 grammes.

6. — Sont considérés comme autres objets, en ce qui concerne les frais de transit, les journaux ou paquets de jornaux *et écrits périodiques* expédiés en vertu de l'Arrangement concernant les abonnements aux journaux *et écrits périodiques*, ainsi que les boîtes avec valeur déclarée expédiées en vertu de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

7. — Un Office est autorisé à soumettre à l'appréciation d'une Commission d'arbitres les résultats d'une statistique qui, selon lui, différerait trop de la réalité. Cet arbitrage est constitué ainsi qu'il est prévu à l'article 10.

Article 71.

Frais d'entrepôt.

L'entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot donne lieu au payement d'une rémunération fixée à 50 centimes par sac au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt, pourvu que cet Office ne reçoive pas de payement pour un service de transit territorial ou maritime

Article 72.

Exemption de frais de transit.

Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, les correspondances en franchise de port mentionnés à l'article 43; les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine et les envois réexpédiés; les rebuts; les avis de réception; les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal, notamment les plis concernant les virements postaux.

Les dépêches mal dirigées sont considérées, en ce qui concerne le payement des frais de transit et d'entrepôt, comme si elles avaient suivi leur voie normale.

Article 73.

Services extraordinaires.

Les prix de transit spécifiés à l'article 70 ne s'appliquent pas aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenus par une Administration sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les conditions de cette catégorie de transports sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées.

Article 74.

Services aériens.

1. — *Les prix de transit prévus à l'article 70 ne s'appliquent pas aux services aériens établis pour le transport des correspondances entre deux ou plusieurs pays.*

2. — *Les frais de transport afférents à chaque parcours effectués par voie aérienne sont uniformes pour touts les Administrations qui font emploi du service sans participer aux frais d'exploitation.*

3. — *Les Administrations des postes des pays desservis directement par des services aériens déterminent, d'accord avec les Compagnies intéressées, les frais de transport afférents aux dépêches chargées dans les aéroports de leurs territoires respectifs pour les parcours effectués au moyen des appareils de ces compagnies. Toutefois est réservé à toute Administration dont dépend un service aérien, le droit de percevoir, pour la totalité du parcours, les frais de transport par ce service directement de chaque Administration qui en fait emploi.*

4. — *Le transbordement en cours de route des dépêches qui empruntent successivement plusieurs services aériens distincts se fait obligatoirement par l'intermédiaire de l'Administration des postes du pays où a lieu le transbordement. Cette règle ne s'applique par lorsque ce transbordement a lieu entre des appareils assurant les sections successives d'un même service.*

Si les dépêches doivent être entreposées avant leur réexpédition par un autre service aérien, l'Administration des postes intéressée a droit aux frais d'entrepôt aux conditions prévues par l'article 71.

En dehors de ces frais éventuels d'entrepôt, les Administrations des pays survolés n'ont droit à aucune rémunération pour les dépêches transportées par voie aérienne au dessus de leurs territoires.

Article 75.

Payements et décomptes.

1. — Les frais de transit et d'entrepôt sont à la charge de l'Administration du Pays d'origine.

2. — Le décompte général de ces frais a lieu d'après les données des relevés statistiques établis, une fois tous les cinq ans, pendant une période de vingt-huit jours à déterminer dans le Règlement.

3. — Lorsque le solde annuel des décomptes des frais de transit et d'entrepôt entre deux Offices ne dépasse pas 1.000 francs, l'Office débiteur est exonéré de tout payement de ce chef.

Article 76.

Frais de transit dans les relations avec les Pays étrangers à l'Union

1. — Les Offices qui ont des relations avec les Pays situés en dehors de l'Union doivent prêter leur concours à tous les autres Offices de celle-ci, pour que les correspondances soient soumises en dehors de l'Union, comme dans son ressort, aux frais de transit déterminés par l'article 70.

2. — Les frais totaux de transit maritime dans l'Union et en dehors de l'Union ne peuvent toutefois par exéder 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets. Le cas échéant, ces frais sont répartis au prorata des distances, entre les Offices intervenant dans le transport.

3. — Les frais de transit, territorial ou maritime, en dehors des limites de l'Union comme dans le ressort de celle-

ci, des correspondances auxquelles s'applique le présent article, sont constatés dans la même forme que les frais de transit afférents aux correspondances échangées entre Pays de l'Union au moyen des services d'autres Pays de l'Union.

Article 77.

Echange de dépêches closes avec des bâtiments de guerre.

1. — Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des Pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même Pays en station à l'étranger, ou entre le commandant d'une de ces divisions navales ou bâtiment de guerre et le commandant d'une autre division ou bâtiment du même Pays, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres Pays.

2. — Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du Pays auquel appartiennent les bâtiments.

3. — Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 70.

DISPOSITIONS DIVERSES

Article 78.

Inobservation de la liberté de transit.

Lorsqu'un pays n'observe pas les dispositions de l'article 25 concernant la liberté de transit, les Administrations ont le droit de supprimer le service postal avec lui. Elles doivent donner préalablement avis de cette mesure par télégramme aux Administrations intéressées.

Article 79.

Engagements.

Les Pays contractants s'engagent à prendre, ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs respectifs, les mesures nécessaires:

a) pour punir *tant la contrefaçon et l'usage frauduleux des coupons-réponse internationaux que* l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement *d'envois postaux*, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi, ainsi que d'empreintes contrefaites, ou ayant déjà servi, de machines à affranchir;

b) pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente, colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des Pays adhérents;

c) pour punir les opérations frauduleuses de fabrication et de mise en circulation de cartes d'identité postales, ainsi que l'emploi frauduleux de ces cartes;

d) pour empêcher et, le cas échéant, punir l'insertion d'opium, de morphine, de cocaïne et autres stupéfiants dans les envois postaux en faveur desquels cette insertion ne serait pas expressément autorisée par la Convention et les Arrangements de l'Union.

DISPOSITIONS FINALES

Article 80

Mise à exécution et durée de la Convention.

La présente Convention sera mise à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi les Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly. — D. J. O'Kelly.*

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Dias. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. *Alfred Wyscocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour la République Dominicaine:

C. F. G. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — *E. Maggiar.* — *Wahbé Ibrahim.*

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de *San Esteban de Cañongo.* — *José Moreno Pineda.* — *A. Camacho.*

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — *A. Bous.*

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — *Robert Hicauet.* — *A. Bodu.* — *Douarche.* — *G. Béchet.*

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Tonzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — *Ginestou.*

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectoras britanniques:

F. H. Williamson. — *E. L. Ashley Foakes.* — *W. G. Gilbert.*

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — *J. Lachnidakis.*

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — *G. Baron Szalay.*

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — *Hemanta Kumar Raha.*

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O' Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil.* — P. S. *Mac Cathmhaoil.* — *D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — *Holmblad.*

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — *Paolo Riello.* — *Giovanni Bartoli.*

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — *Paolo Riello.* — *Giovanni Bartoli.*

Pour le Japon:

S. Komori. — *H. Kawai.* — *H. Makino.*

Pour le Chosen:

S. Komori. — *R. Takahashi.*

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Suginô. — *H. Kawai.*

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — *Louis Rudans.*

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — *Adolfas Sruoga*

Pour le Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

A. Gentil. — *Walter.*

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de *San Esteban de Cañongo.* — *José Moreno Pineda.* — *A. Camacho.*

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — *R. Nieto.*

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — *Oskar Homme.*

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales. — *César Carvallo.*

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Scureuder. — *J. S. v. Gelder.* — *J. M. Lamers.*

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa eiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dovgolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Kaliss. — V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères. le 30 sept. 1924. — Pour le Secrétaire Général: le Chef des Archives, *Candandgren.*

II

Protocole final de la Convention

Au moment de procéder à la signature de la Convention postale universelle conclue à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I.

RETRAIT DE CORRESPONDANCES.

Les dispositions de l'article *45* de la Convention ne s'appliquent pas à la Grande-Bretagne, ni aux dominions, colonies et protectorats britanniques, dont la législation intérieure ne permet pas le retrait de correspondances à la demande de l'expéditeur.

II.

EQUIVALENTS, LIMITES MAXIMA ET MINIMA.

1. — Chaque pays a la faculté de majorer jusqu'à 60 % ou de réduire jusqu'à 20 % les taxes prévues à l'article 31 § 1, conformément aux indications du tableau ci-après:

	Limites inférieures (valeur-or)	*Limites supérieures (valeur-or)*
	centimes	*centimes*
Lettre: 1er échelon	20	40
Lettres: par échelon supplémentaire	12	24
Cartes postales simples	12	24
Cartes postales avec réponse	24	48
Imprimés (par 50 grammes)	4	8
Impressions en relief pour les aveugles (par 1.000 grammes)	4	8
Papiers d'affaires (par 50 grammes)	4	8
Papiers d'affaires (minimum de taxe)	20	—
Echantillons de marchandises (par 50 grammes)	4	8
Echantillons de marchandises (minimum de taxe)	8	—

Les taxes choisies doivent, autant que possible, être entre elles dans les mêmes proportions que les taxes de base, chaque Office ayant la faculté d'arrondir ses taxes suivant les convenances de son système monétaire.

2. — Il est loisible à chaque Pays de réduire à 10 centimes la taxe de la carte postale simples et à 20 centimes celle de la carte postale avec réponse payée.

3. — La taxe des imprimés peut exceptionellement être réduite à 3 centimes par échelon de 50 grammes.

4. — Il est loisible à chaque pays de fixer à son gré, pour ce qui concerne la somme à payer à ses ressortissants, l'indemnité prévue à l'article 50.

Toutefois, les règlements de comple entre les Offices intéressés s'effectuent sur la base du montant de 50 francs.

5. — Le tarif adopté par un Pays s'applique aux taxes à percevoir à l'arrivée par suite d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement.

III.

FACULTÉ DE PRESCRIRE L'AFFRANCHISSEMENT OBLIGATOIRE.

Lorsqu'un Pays laisse descendre sa taxe en dessous de 20 centimes pour le premier échelon de poids des lettres et en dessous du montant proportionnel pour les cartes postales et les autres objets, les autres Pays sont autorisés à appliquer l'affranchissement obligatoire à son égard et peuvent distribuer sans les taxer les correspondances non ou insuffisamment affranchies en provenance de ce Pays. Il demeure entendu que ce Pays a, lui aussi, le droit de prescrire l'affranchissement obligatoire.

Est en outre réservée à chaque Pays la faculté de ne pas admettre les cartes postales avec réponse payée dans les relations avec un autre Pays, lorsque la différence entre les taxes des deux Pays est telle que l'emploi de ces cartes peut donner lieu à des abus de la parte du public.

IV.

DÉPÔT DE CORRESPONDANCES À L'ÉTRANGER.

Chaque Pays est autorisé à prendre toutes les mesures jugées opportunes pour empêcher que les correspondances pro-

venant de son territoire ne soient transportées à travers la frontière pour être déposées à la poste à l'étranger. Il a, en particulier, le droit de frapper de sa taxe interne ou de renvoyer à l'origine les envois que des personnes ou maisons de commerce domiciliées dans ce Pays déposent ou font déposer à l'étranger, pour bénéficier de taxes plus basses, à l'adresse de personnes ou maisons de commerce de l'intérieur de ce même Pays. Les modalités de la perception des taxes sont laissées au choix de ce Pays.

V.

NCE AVOIRDUPOIS.

Il est admis, par mesure d'exception, que les Pays qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type de poids décimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once avoirdupois (28,3465 grammes) en assimilant une once à 20 grammes pour les lettres et 2 onces à 50 grammes pour les imprimés, papiers d'affaires et échantillons.

VI.

COUPONS-RÉPONSE.

Les Administrations ont la faculté de ne pas se charger du du débit des coupons-réponse.

Elles sont autorisées à restreindre le nombre des coupons-réponse à vendre ou à échanger à la même personne en un seul jour. Dans ce cas, elles font part de leur décision au Bureau international qui la communique aux Administrations de l'Union.

Les Administrations postales de la Perse et de l'Uruguay ont la faculté de ne pas se charger provisoirement du service et de l'échange des coupons-réponse.

VII.

DROIT DE RECOMMANDATION.

Les pays qui ne peuvent pas fixer à 40 centimes le droit de recommandation prévu à l'article 48, § 2 de la Convention sont, toutefois, autorisés à percevoir un droit pouvant s'élever jusqu'à 50 centimes au maximum.

VIII.

FRAIS D'ENTREPÔT

Exceptionnellement, l'Administration portugaise est autorisée à percevoir pour toutes les dépêches transbordées au port de Lisbonne les frais d'entrepôt prévus à l'article 71.

IX.

PROTOCOLE LAISSÉ OUVERT AUX PAYS NON REPRÉSENTÉS.

L'Equateur, le Guatémala, la République du Honduras, le Nicaragua et le Salvador, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au Congrès, le Protocole leur reste ouvert pour adhérer à la Convention et aux Arrangements qui y ont été conclus, ou seulement à l'un ou à l'autre d'entre eux.

Le Protocole reste aussi ouvert dans le même but à la Commonwealth de l'Australie dont le délégué a dû s'absenter au moment de la signature des Actes.

X.

PROTOCOLE LAISSÉ OUVERT AUX PAYS REPRÉSENTÉS POUR SIGNATURES ET ADHÉSIONS.

Le Protocole demeure ouvert en faveur des Pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention ou un certain nombre seulement des Arrangements arrêtés par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres Arrangements signés ce jour, ou à l'un à l'autre d'entre eux.

XI.

DÉLAI POUR LA NOTIFICATION DES ADHÉSIONS PAR LES PAYS DE L'UNION NON REPRÉSENTÉS.

Les adhésions prévues à l'article IX ci-dessus devront être notifiées au Gouvernement du Royaume de Suède par les Gouvernements respectifs, en la forme diplomatique, et par lui aux Etats de l'Union. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le 1er septembre 1923.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans le texte même de la Convention à laquelle il se rapport, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly. — D. J. O'Kelly.*

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Cononie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. St. Ivanoff.

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneul.

Pour la Chine:

Tai Tch' Énne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Paur la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pous la Ville libre de Dantzig:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

M. Mazloum. — *E. Maggiar.* — *Wahbé Ibrahim.*

Pour l'Equateur:

Paur l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — *José Moreno Pineda.* — *A. Camacho.*

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — *A. Bousson.*

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — *Robert Hieguet.* — *A. Body.* — *Douarche.* — *G. Béchet.*

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — *Ginestou.*

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson. — *E. L. Ashley Foakes.* — *W. G. Gilbert.*

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — *J. Lachnidakis.*

Pour le Guatémala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — *G. Baron Szalay.*

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — *Hemanta Kumar Raha.*

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O' Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil.* — *P. S. Mac Cathmhaoil.* — *D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mondrup.* — *Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — *Paolo Riello.* — *Giovanni Bartoli.*

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — *Paolo Riello.* — *Giovanni Bartoli.*

Pour le Japon:

S. Komori. — *H. Kawai.* — *H. Makino*

Pour le Chosen:

S. Komori. — *R. Takahashi.*

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — *H. Kawai.*

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — *Louis Rudans.*

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — *Adolfas Sruoga.*

Pour le Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — *Walter.*

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — *José Moreno Pineda.* — *A. Camacho.*

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — *R. Nieto.*

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — *Oskar Homme.*

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales. — *César Carvallo.*

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — *J. S. v. Getuer.* — *J. M. Lamers.*

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — *E. Pire.*

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — *Adalberto da Costa Veiga.*

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilot.

Pour le Royaume des Serbes; Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — *Sava Tutundzic.* — *Milos Kovacevic.* — *Stojsa Krbavac.*

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — *Gustaf Kihlmark.* — *Gunnar Lager.* — *Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse:

P. Dubois. — *C. Roches.*

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otoker Ruzicka. — *Joseph Zábradsky.*

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — *Barbarat.*

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly.* — *Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — *V. Dorgolevski.* — *E. Hirschfeld.* — *K. Syreitch.* — *Katiss.* — *V. Tchitchinadse.*

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agoria.

Pour les Etats-Unis des Vénezuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifié pour copie conforme.
Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général: Le Chef des Archives, *Lindengren.*

III

Réglement d'exécution de la Convention Postale Universelle

CONCLU ENTRE

l'Union de l'Afrique du Sud, l'Albanie, l'Allemagne, les Etats-Unis d'Amérique, l'ensemble des Possessions Insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines, les Iles Philippines, la République Argentine, la Commonwealth de l'Australie, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Canada, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Gréce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Etat Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxemburg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvége, la Nouvelle-Zelande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Neérlandaises, les Colonies Neérlandaises en Amerique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovénnes, le Royaume de Siam, la Suéde, la Suisse, la Tchecoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 1 de la Convention postale universelle, conclue à Stockholm le 28 août 1924, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'execution de ladite Convention.

TITRE I

Dispositions générales

CHAPITRE UNIQUE

Article Premier.

Transit en dépêches closes et transit à découvert

Les Administrations peuvent s'expédier réciproquement, par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convenances du service.

Article 2.

Echange en dépêches closes

1. — L'échange des correspondances en dépêches closes est réglé d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

Il est obligatoire de former des dépêches closes toutes les fois qu'une des Administrations intermédiaires en fait la demande, se basant sur le fait que le nombre de correspondances à découvert est de nature à entraver ses opérations.

2. — Les Administrations par l'intermédiaire desquelles des dépêches closes sont à expédier doivent être prévenues en temps opportun.

3. — En cas de changement dans un service d'échange en dépêches closes établi entre deux Administrations par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, l'Administration qui a provoqué le changement en donne connaissance aux Administrations de ces pays.

Article 3.

Acheminement des correspondances

1. — Chaque Administration est obligée d'acheminer par les voies plus rapides qu'elle emploie pour ses propres envois, les dépêches closes et les correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre Administration.

Lorsqu'une dépêche se compose de plusieurs sacs, ceux-ci doivent, autant que possible, rester réunis et être acheminés par le même courrier.

Les objets de toute nature mal dirigés sont, sans aucun délai, réexpédiés par la voie la plus prompte sur leur destination.

2. — L'Administration du pays d'origine a la faculté d'indiquer la voie à suivre par les dépêches closes qu'elle expédie, pourvu que l'emploi de cette voie n'entraîne pas, pour une Administration intermédiaire, des frais spéciaux.

3. — Les Administrations qui usent de la faculté de percevoir des taxes supplémentaires, en représentation des frais extraordinaires afférents à certaines voies, sont libres de ne pas diriger par ces voies les correspondances insuffisamment affranchies.

Article 4.

Fixation des équivalents

1. — Les Administrations fixent *les* équivalents des taxes et droits prévus par la Convention et les Arrangements après entente avec l'Administration des postes suisses, à laquelle il appartient de les faire notifier par l'intermédiaire du Bureau international.

Chaque Administration notifie directement au Bureau international le montant de l'indemnité prévue à l'article 50 de la Convention.

Les équivalents ne peuvent entrer en vigueur que le 1er d'un mois et au plus tôt 15 jours après leur notification par le Bureau international.

Ce Bureau dresse un tableau indiquant, pour chaque pays, *les équivalents des taxes et droits mentionnés au 1er alinéa ci-dessus.*

2. — Lorsqu'un changement d'équivalents est jugé nécessaire, l'Administration du pays intéressé doit suivre la procédure indiquée au paragraphe précedent.

Les nouveaux équivalents ne peuvent également entrer en vigueur que le 1er d'un mois et au plus tôt 15 jours après leur notification par le Bureau international.

3. — Les fractions monétaires résultant, soit du complément de taxe applicable aux correspondances insuffisamment affranchies, soit de la fixation des taxes des correspondances échangées avec les pays étrangers à l'Union ou de la combinaison des taxes de l'Union avec les surtaxes prévues par l'article 38 de la Convention, peuvent être arrondies par les Administrations qui en effectuent la perception. Mais la somme à ajouter de ce chef ne peut, dans aucun cas, excéder la valeur d'un vingtième de franc (cinq centimes).

Article 5.

Timbres-poste et empreintes d'affranchissement

1. — Les timbres-poste représentant les taxes-types de l'Union ou leur équivalent dans la monnaie de chaque pays sont confectionnés dans la couleur suivante:

en bleu foncé, le timbre représentant la taxa d'une lettre simple;

en rouge, le timbre représentant la taxe d'une carte postale;

en vert, le timbre représentant la taxe *du port simple* des autres objets.

Les empreintes produites par les machines à affranchir doivent être de couleur rouge vif, quelle que soit la valeur qu'elles représentent.

2. — *Les timpres-poste et les empreintes d'affranchissement doivent, autant que possible, porter en caractères latins l'indication du pays d'origine et mentionner leur valeur d'affranchissement* d'après le tableau des équivalents adoptés.

L'indication du nombre d'unités ou de fractions de l'unité monétaire, servant à exprimer cette valeur, est faite en chiffres arabes.

3. — *Les timbres-poste commémoratifs ou de charité, pour lesquels un supplément de taxe est à payer indépendamment de la valeur d'affranchissement, doivent être confectionnés de façon à éviter tout doute au sujet de cette vauleur.*

4. — Les timbres-poste peuvent être marqués à l'emporte-pièce de perforations distinctives selon les conditions fixées par l'Administration qui les a émis.

TITRE II

Conditions d'acceptation des objets de correspondance

CHAPITRE I.

ADRESSE. DISPOSITIONS APPLICABLES À TOUTES LES CATÉGORIES D'ENVOIS.

Article 6.

Applications des timbres-poste et vignettes.

Les Administrations doivent recommander au public:

1° de libeller l'adresse en caractères latins et de la mettre sur la partie inférieure du côté de la suscription, dans le sens de la longueur de l'envoi;

2° d'indiquer l'adresse d'une manière suffisamment précise pour que la remise au destinataire puisse avoir lieu sans recherches;

3° de coller les timbres-poste à l'angle droit supérieur du côté de la suscription;

Les empreintes des machines d'affranchissement doivent également être appliquées à la place réservée aux timbres-poste.

4° d'indiquer l'adresse de l'expéditeur.

Les timbres non postaux et les vignettes de bienfaisance ou autres susceptibles d'être confondues avec les timbles-poste ne peuvent être appliquées du côté de la suscription. Il en est de même des empreintes de timbres qui pourraient être confondues avec les empreintes d'affranchissement.

Artice 7.

Envois poste restante

L'adresse des envois expédiés poste restante doit indiquer les nomes du destinataire. L'emploi d'initiales, de chiffres, de simples prénoms, de noms supposés ou de marques conventionelles quelconques n'est pas admis pour ces envois.

Article 8.

Envois sous enveloppe à panneau transparent.

1. — Les envois sous enveloppe à panneau transparent sont admis aux conditions suivantes:

a) le panneau transparent *doit être* disposé parallèlement à la plus grande dimension, de façon que l'adresse du destinataire apparaisse dans le même sens et que l'application du timbre à date ne soit pas entravée;

b) la transparence du panneau doit assurer une parfaite lisibilité de l'adresse, même à la lumière artificielle et ne pas empêcher l'application d'une écriture.

Les enveloppes à panneau dont la partie vitrifiée provoque des reflets à la lumière artificielle sont exclus du transport.

2. — Les envois sous enveloppe entièrement transparente ou à panneau ouvert ne sont pas admis.

CHAPITRE II

DISPOSITIONS SPÉCIALES APPLICABLES À CHAQUE CATÉGORIE D'ENVOIS

Article 9.

Lettres.

Aucune condition de forme ou de fermeture n'est exigée pour les lettres, sous réserve de l'observation des prescriptions de l'article 8 précédent.

Toutefois, les lettres renfermant des objets passibles de droits de douane doivent être revêtues, au recto, d'une étiquette verte, conforme au modèle D1er ci-annexé.

Ces envois peuvent aussi être revêtus d'une étiquette verte conforme au modèle D1ter, à la condition d'être accompagnés d'une declaration en douane séparée, reliée à l'envoi par un croisé de ficelle ou insérée dans l'intérieur du pli.

Les administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane.

Article 10.

Cartes postales simples.

1. — Les cartes postales doivent être confectionnées en carton ou en papier assez consistant pour ne pas entraver la manipulation.

Elles doivent porter, en tête du recto, le titre "Carte postale" en français ou l'équivalent de ce titre dans une autre langue. Ce titre n'est pas obligatoire pour les cartes postales émanant de l'industrie privée.

2. — Les cartes postales doivent être expédiées à découvert, c'est-à-dire sans bande ni enveloppe.

3. — La moitié droit au moins du recto est réservée à l'adresse du destinataire et aux mentions ou étiquettes de service. L'expéditeur dispose du verso et de la partie gauche du recto sous réserve des dispositions du paragraphe suivant.

Les cartes dont tout ou partie du recto a été divisé en plusieurs cases destinées à recevoir des adresses successives sont interdites.

4. — Il est interdit au public de joindre ou d'attacher aux cartes postales des échantillons de marchandises ou des objets analogues. Toutefois, des vignettes, des photographies, des timbres de toute espéce, des bandes d'adresse ou des feuilles à replier, des étiquettes et des coupures de toute sorte peuvent

y être collés à condition que ces objets ne soient pas de nature à altérer le caractére des cartes postales, qu'ils consistent en papier ou en une autre matière trés mince et qu'ils soient complètement adhérents à la carte. Ces objets ne peuvent être collés que sur le verso ou sur la partie gauche du recto des cartes postales, *sauf les bandes ou étiquettes d'adresse qui peuvent occuper tout le recto. Quant aux timbres de toute éspèce, suseptible d'être confondus avec les timbres d'affranchissement, ils ne sont admis qu'au verso.*

5.—Les cartes postales ne remplissant pas les conditions prescrites pour cette catégorie d'envois sont traitées comme lettres.

Article 11.

Cartes postales avec réponse payé

1.—Les cartes postales avec réponse payée doivent présenter au recto, en langue française, comme titre sur la premiére partie: "Carte postale avec réponse payée", sur la seconde partie: "Carte postale-réponse". Les deux parties doivent d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte pastale simple; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

2.—L'adresse de la carte-réponse doit se trouver à l'intérieur de l'envoi.

Il est loisible à l'expéditeur d'indiquer son nom et son adresse au recto de la partie "Réponse", soit par écrit, soit en y collant une étiquette.

3.—L'affranchissement de la partie "Réponse" au moyen du timbre-poste du pays qui a émis la carte n'est valable que si les deux parties de la carte postale avec réponse payée sont parvenues adhérentes du pays d'origine et si la partie "Réponse" est expédiée du pays ou' elle est parvenue par la poste à destination dudit pays d'origine.

Si ces conditions ne sont pas remplies, elle est traitée comme carte postale non affranchie.

Article 12.

Papiers d'affaires.

1.—Sont considérés comme papiers d'affaires, toutes les pi'ces et tous les documents écrits ou dessinés en tout ou partie à la main, qui n'ont pas le caractére d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les lettres ouvertes et les cartes postales de date ancienne qui ont déjà ateint leur but primitif, les piéces de procédure, les actes de tout genre dresses par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissement, les factures, certains documents de compagnies d'assurance, les copies ou extraits dacte sous seing privé, écrits sur papier timbre ou non timbre, les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrites d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, les devoirs originaux et corrigées d'élèves à l'exclusion de toute indication ne se rapportant pas directement à l'exécution du travail.

Ces documents peuvent être accompagnés de fiches de rappel ou bordereaux d'envoi portant les mentions suivants ou des indications analogues: énumération des pièces composant l'envoi, références à une correspondance échangée entre l'expéditeur et le destinataire, telles que:

Annexe a notre lettre du..... à M.....
Votre référence . . ..
Références du client . . ..

2.—Les papiers d'affaires sont soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescrites pour les imprimés (art. 20 ci-après).

Article 13.

Echantillons.

Les échantillons de marchandises doivent être placés dans des sacs, des boites ou des enveloppes mobiles.

Il n'est pas exigé d'emballage pour les objets d'une seule piéce, tels que piéce de bois, piéces métalliques, etc., qu'il n'est pas dans les usages du commerce d'emballer, à condition, que le cas échéant, l'adresse et les timbres poste figurent sur une étiquette. *Toutefois l'adresse doit toujours être reproduite sur l'objet lui-même, faute de quoi un emballage peut être exigé.*

Article 14.

Echantillons. Objets assimilés.

Sont admis au tarif des échantillons les clichés d'imprimerie, les clefs isolées, les fleurs fraiches coupées, les objets d'histoire naturelle (animaux et plantes séchés ou conservés, specimens géologiques, etc.), tubes de sérum et objets pathologiques rendus inoffensifs par leur mode de préparation et d'emballage. Ces objets, à l'exception des tubes de sérum expédiés dans un intérêt général par les laboratoires ou institutions officiellement reconnus, ne peuvent être envoyés dans un but commercial. Leur emballage doit être conforme aux prescriptions générales concernant les échantillons de marchandises.

Article 15.

Echantillons. Annotations autorisées.

Il est permis d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique, à l'extérieur ou à l'interieur des envois d'échantillons, les noms, qualité, profession, raison sociale et adresse de l'expéditeur et du destinataire, ainsi que la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphiques, le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au métrage et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible et celles qui sont nécessaires pour préciser la provenance et la nature de la marchandise.

Article 16.

Echantillons. Emballages spéciaux.

Les objets en verre, les envois de liquides, huiles, corps gras, poudre sèches, colorantes ou non, ainsi que les envois d'abeilles vivantes *et de graines de vers à soie* sont admis au transport comme échantillons de marchandises, pourvu qu'ils soient conditionnées de la manière suivante:

a) les objets en verre doivent être emballés solidement (boites en métal, en bois ou en carton ondulé de qualité solide), de manière à prévenir tout danger pour les agents et les correspondances;

b) les liquides, huiles et corps facilement liquéfiables doivent être insérés dans des flacons en verre hermétiquement bouchés. Chaque flacon doit être placé dans une boite spéciale en *métal*, en bois ou en carton ondulé de qualité solide garnie de sciure de bois, de coton ou de matière spongieuse, en quantité suffisante pour absorber le liquide en cas de bris du flacon. La boite elle-même, si elle est en bois *peu résistant*, doit être enfermée dans un second étui en métal, en bois avec couvercle vissé, en carton ondulé de qualité solide ou en cuir fort et épais.

Toutefois, lorsqu'on se sert d'une boite constitué par un bloc en bois perforé ayant au moins 2 ½ millimètres dans la partie la plus faible et munie d'un couvercle, il n'est pas nécessaire que ce bloc soit enfermé dans un second étui;

c) les corps gras difficilement liquéfiables, tels que les onguents, le savon mou, les résines, etc., *ainsi que les graines de vers à soie*, dont le transport offre moins d'inconvénients, doivent être enfermés sous une première enveloppe (boite, sac en toile, parchemin, etc.), placée elle-même dans une seconde boite en bois, en métal ou en cuir fort et épais;

d) les matières colorantes, telles que l'aniline, etc., ne sont admises que dans des boites en fer-blanc résistant, placées à leur tour dans des boites en bois avec de la sciure entre les deux emballages; les poudres sèches non colorantes doivent être placées dans des boites en métal, en bois ou en carton. Ces boites doivent être elles-mêmes enfermées dans un sac en toile ou en parchemin;

e) les échantillons de liquides, corps gras, ainsi que ceux revêtus d'enveloppes peu résistantes en toile ou en papier doivent être munis d'une étiquette, de préférence en parchemin, portant l'adresse du destinataire, les figurines d'affranchissement et l'empreinte des timbres à date. L'adresse doit être reproduite sur l'objet lui-même;

f) les abeilles vivantes doivent être enfermées dans des boites disposées de façon à eviter tout danger;

g) les objets, *tels les boites de conserves*, qui se gâteraient, s'ils étaient emballés de la manière prescrite, peuvent exceptionnellement être admis sous un emballage hermétiquement fermé. Dans ce cas, les Administrations intéressées, peuvent exiger que l'expéditeur ou le destinataire facilite la vérification du content, soit en ouvrant quelques-uns des envois par elles, soit d'une autre manière satisfaisante.

Article 17.

Imprimés

1. — Sont considérés comme imprimés les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique (*à l'exclusion des papiers perforés destinés à être adaptés à des instruments de musique automatiques*), les cartes de visite, les cartes-adresse, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les gravures, les photographies et les albums contenant des photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et, en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique, facile à reconnaître, hormis le décalque, *le timbre composteur* et la machine à écrire.

Les cartes portant le titre «Carte postale» ou l'équivalent de ce titre dans une langue quelconque *sont admises au tarif des imprimés*, pourvu qu'elles répondent aux conditions générales applicables aux imprimés. Celles qui ne remplissent pas ces conditions sont *traitées* comme cartes postales *ou éventuellement comme lettres, par application* des dispositions de l'article 10, § 5, du Règlement.

2. — Ne peuvent être expédiés à la taxe réduite les imprimés qui portent des signes quelconques susceptibles de constituer un langage conventionnel, ni, sauf les exceptions explicitement autorisées par l'article 19, ceux dont le texte a été modifié après tirage.

3. — Sont exclus de la modération de taxe les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous les imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur.

Il en est de même des articles de papeterie proprement dits, dès l'instant où il apparaît clairement que le texte n'est pas l'essentiel de l'objet.

Article 18.

Imprimés. Objets assimilés.

Les reproductions d'une copie-type faite à la plume ou à la machine à écrire *sont assimilées aux imprimés* lorsqu'elles sont obtenues par un procédé mécanique de polygraphie, chromographie, etc.; mais, pour jouir de la modération de taxe, ces reproductions doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt *envois contenant des exemplaires* parfaitement identiques. *Ces reproductions peuvent recevoir les annotations autorisées pour les imprimés.*

Article 19.

Imprimés. Annotations autorisées.

1. — Il est permis, *à l'extérieur et à l'intérieur de tous les envois d'imprimés*:

a) d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique les noms, qualité, profession, raison sociale et adresse de l'expéditeur et du destinataire, ainsi que la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphiques, et le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur;

b) de corriger les fautes d'impression;

c) de biffer, de souligner *ou d'encadrer* au moyen de traits certains mots ou certaines parties du texte imprimé, *à moins que ces opérations ne soient faites dans le but de constituer une correspondance personnelle.*

2. — Il est, *en outre, permis d'indiquer ou d'ajouter à la main ou par un procédé mécanique*:

a) sur les avis concernant les départs et les arrivées des navires:

les dates et heures des départs et arrivées, ainsi que les noms des navires et des ports de départ, *d'escale* et d'arrivée;

b) sur les avis de passage:

le nom du voyageur, la date, l'heure et le nom de la localité par laquelle il compte passer, ainsi que l'endroit où il descend;

c) sur les bulletins de commande *et* de souscription relatifs à des ouvrages de librairie, livres, journaux, gravures, morceaux de musique:

les ouvrages demandés ou offerts *ainsi que le prix de ces ouvrages;*

d) sur les *cartes illustrées*, les cartes de visite imprimées ainsi que sur les cartes de Noël et de nouvel an:

des souhaits, félicitations, remerciements, compliments de condoléance ou autres formules de politesse exprimées en cinq mots ou au moyen de cinq initiales conventionnelles, au maximum;

e) sur les épreuves d'imprimerie:

les changements et additions qui se rapportent à la correction, à la forme et à l'impression, *ainsi que des mentions telles que «Bon à tirer», «Vu-Bon à tirer» ou toutes autres analogues se rapportant à la confection de l'ouvrage.* En cas de manque de place, les additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales;

f) sur les images de mode, les cartes géographiques, etc. . . . :

les couleurs;

g) sur les listes de prix courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse et de marché, les circulaires de commerce et les prospectus:

les chiffres *et toutes autres annotations représentant des éléments constitutifs des prix;*

h) sur les livres, brochures, journaux, photographies, gravures, papiers de musique et, en général, sur toutes productions littéraires ou artistiques imprimées, gravées, lithographiées ou autographiées:

une dédicace consistant en un simple hommage;

i) sur les passages découpés de journaux et publications périodiques:

le titre, la date, le numéro et l'adresse de la publication dont l'article est extrait.

3. — Il est, enfin, permis de joindre:

a) aux épreuves d'imprimerie corrigées ou non:

le manuscrit;

b) aux envois des catégories mentionnées sous § 2, lettre *h*:

la facture se rapportant à l'objet envoyé

Article 20.

Imprimés. Conditionnement des envois.

1. — Les imprimés doivent être, soit placés sous bande sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit entourés d'une ficelle facile à dénouer, soit enfin simplement pliés, mais de manière que d'autres objets ne puissent se glisser dans leurs plis.

2. — Les cartes-adresse et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée, *ou pliée dans les conditions indiquées au* § 1, peuvent être expédiés sans bande, enveloppe *ou lien.*

Article 21.

Objets groupés.

Il est permis de réunir dans un même envoi des papiers d'affaires, des échantillons de marchandises et des imprimés, *à l'exception toutefois des impressions en relief à l'usage des aveugles,* sous réserve:

a) que chaque objet pris isolément ne dépasse pas les limites qui lui sont applicables quant aux poids et aux dimensions;

b) que le poids total ne dépasse pas 2 kilogrammes par envoi;

c) que la taxe soit au minimum *la taxe minima des papiers d'affaires* si l'envoi contient des papiers d'affaires, et *la taxe minima des échantillons* s'il se compose d'imprimés et d'échantillons.

TITRE III.

Envois recommandés. Avis de réception.

CHAPITRE UNIQUE

Article 22.

Envois recommandés.

1. — *Les envois recommandés doivent porter au recto l'en-tête très apparent «Recommandé» ou une mention analogue dans la langue du pays d'origine. Lorsqu'il s'agit de lettres recommandées, elles ne peuvent présenter aucune trace d'ouverture et de refermeture antérieures au dépôt. Pour le surplus, aucune condition spéciale de forme, de fermeture ou de libellé de l'adresse n'est exigée pour ces envois, sauf les exceptions ci-après.*

2. — Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon, le crayon-encre excepté, ne sont pas admis à la recommandation.

3. — Les objets expédiés sous enveloppe *transparente* ne sont admis *que si le panneau fait partie intégrante de l'enveloppe.*

4. — Les envois recommandés, *non ou* insuffisamment affranchis *introduits exceptionnellement dans le service*, sont traités comme les envois ordinaires en ce qui concerne l'affranchissement manquant.

5. — Les envois recommandés doivent être revêtus, à l'angle gauche supérieur de la suscription, d'une étiquette conforme ou analogue au modèle B ci-annexé, avec l'indication en caractères latins *de la lettre R*, du nom du bureau d'origine et du numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

Toutefois, il est permis aux Administrations, dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquettes, d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et d'employer pour la désignation des envois recommandés *des timbres «Recommandé» ou «R», à côté desquels doivent figurer l'indication du bureau d'origine et celle du numéro d'ordre. Ces timbres doivent être apposés également à l'angle gauche supérieur de la suscription.*

Sur le recto des objets recommandés, il ne doit être inscrit par les Offices intermédiaires aucun numéro d'ordre, de transit, etc., afin d'éviter que les bureaux de poste ne puissent être confondus par suite de désignation des envois dans les documents de service sous un numéro autre que le numéro d'origine.

Article 23

Avis de réception.

1. — Les envois dont l'expéditeur demande un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente «Avis de réception» ou l'empreinte d'un timbre: A. R.

2. — Ils sont accompagnés d'une formule de la consistance d'une carte postale conforme ou analogue au modèle C ci-annexé: cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur et réunie, extérieurement et d'une manière solide, à l'objet auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

3. — Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule C, la renvoie *dans le courrier ordinaire* à découvert et en franchise de port, à l'adresse de l'expéditeur de l'objet.

4. — Lorsque l'expéditeur réclame un avis de réception qui ne lui est pas parvenu dans les délais voulus, il est procédé conformément aux règles tracées à l'article suivant. Dans ce cas, il n'est pas perçu une deuxième taxe et le bureau d'origine inscrit en tête de la formule C la mention: «Duplicata de l'avis de réception, etc.»

Article 24.

Avis de réception demandé postérieurement au dépôt.

1. — Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception d'un envoi recommandé postérieurement au dépôt, le bureau d'origine remplit une formule C d'après les indications qu'elle comporte.

Cette formule est attachée à une réclamation modèle I revêtue d'un timbre-poste représentant la taxe due et traitée selon les prescriptions de l'article 44 ci-après, à cette seule exception que, en cas de distribution régulière de l'envoi auquel l'avis de réception se rapporte, le bureau de destination retire la formule I et renvoie la formule C, dont le verso a été dûment rempli, à l'origine, de la manière prescrite au § 3 de l'article précédent.

2. — Les dispositions particulières adoptées par les Administrations en vertu de l'article 44 ci-après, pour la transmission des réclamations d'envois recommandés, sont applicables aux demandes d'avis de réception formulées postérieurement au dépôt.

TITRE IV.

Envois contre remboursement.

CHAPITRE UNIQUE

Article 25.

Indications à porter sur l'envoi.

1. — Les envois recommandés grevés de remboursement doivent porter sur le recto l'en-tête "Remboursement" écrit ou imprimé d'une manière très apparente et suivi de l'indication du montant du remboursement en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes* sans rature ni surcharge, même approuvées.

2. — L'expéditeur doit en outre indiquer, sur le recto ou le verso de l'envoi, son nom et son adresse en caractères latins.

Article 26.

Etiquette.

Les envois contre remboursement doivent être revêtus, au recto, d'une étiquette de couleur orange, conforme au modèle D ci-annexé.

Article 27.

Mandat de remboursement.

Tout envoi contre remboursement est accompagné d'une formule de mandat de remboursement de couleur vert clair conforme ou analogue au modèle D bis ci-annexé. Cette formule doit porter l'indication du montant du remboursement dans la monnaie du pays d'origine et indiquer, en règle générale, l'expéditeur de l'envoi comme bénéficiaire du mandat. Cependant, chaque Administration est libre de faire adresser aux bureaux d'origine des envois, ou à d'autres de ses bureaux, les mandats afférents aux envois originaires de son service. Le coupon du mandat de remboursement doit indiquer le nom et l'adresse du destinataire de l'envoi, ainsi que le lieu et la date de dépôt de cet envoi.

Le mandat est réuni d'une manière solide à l'objet auquel il se rapporte.

Article 28.

Conversion du montant du remboursement.

Sauf entente contraire, les montants des remboursements sont convertis en monnaie du pays destinataire par les soins de l'Administration de ces pays qui se sert du taux de conversion dont elle fait usage pour la conversion des mandats de poste à destination du pays d'origine des envois.

Article 29.

Délai de payement.

Le montant du remboursement doit être payé dans un délai de 7 jours, à compter du lendemain de l'arrivée de l'envoi au bureau destinataire. Ce délai peut être étendu jusqu'au maximum de 28 jours par les Administrations auxquelles leur législation en fait une obligation. *A l'expiration du délai de garde*, l'envoi est réexpédié au bureau d'origine. L'expéditeur peut toutefois demander par une annotation le renvoi immédiat de l'objet, si le destinataire refuse de payer le montant du remboursement lors de la première présentation.

Artigo 30.

Réduction ou annulation du remboursement.

Les demandes d'annulation ou de réduction du montant du remboursement sont soumises aux règles et formalités prescrites par l'article 41 ci-après.

Toute demande de réduction du montant du remboursement doit être accompagnée d'une nouvelle formule de mandat de remboursement indiquant le montant rectifié.

Article 31.

Réexpédition.

Les envois recommandés grevés de remboursement peuvent être réexpédiés si le pays de la nouvelle destination assure, avec celui d'origine, le service des envois de cette catégorie. Dans ce cas, les envois sont accompagnés des formules de mandats de remboursement établies par le service d'origine. L'Office de la nouvelle destination procède à la liquidation des remboursements comme si les envois lui avaient été expédiés directement.

Article 32.

Emission du mandat de remboursement.

Immédiatement après avoir encaissé le montant du remboursement, le bureau de destination, ou tout autre bureau désigné par l'Administration destinataire, remplit la partie "indications de service" du mandat de remboursement et, après avoir apposé son timbre à date, le renvoie sans taxe à l'adresse indiquée.

Les mandats de remboursement sont payés aux expéditeurs des envois dans les conditions déterminées par chaque Administration.

Article 33.

Annulation ou remplacement des formules de mandats de remboursement.

1. — *Les formules de mandats de remboursement annulées ou remplacées sont détruites par les soins de l'Office destinataire des envois grevés de remboursement.*

2. — *Les formules afférentes aux envois grevés de remboursement, qui, pour un motif quelconque, sont renvoyées à l'origine, doivent être annulées par le soins de l'Office qui effectue le renvoi.*

3. — *Lorsque les formules afférentes aux envois grevés de remboursement sont égarées, perdues ou détruites avant l'encaissement du remboursement, le bureau destinataire en établit des duplicata sur formule D bis sur lesquels il porte les indications que le bureau expéditeur y aurait consignées.*

Article 34.

Mandats de remboursement non délivrés ou non encaissés.

1. — *Les mandats de remboursement qui n'ont pu être délivrés aux bénéficiaires sont, après avoir été éventuellement soumis à la formalité du visa pour date, quittancés par l'Office d'origine des envois que ces titres concernent et portés en compte à l'Office qui les a émis.*

Il en est de même des mandats de remboursement qui ont été remis aux ayants droit, mais dont le montant n'a pas été encaissé. Toutefois, ces titres doivent, au préalable, être remplacés par des autorisations de payement dressées par l'Office d'origine des mandats.

2. — *Les visa pour date et les autorisations de payement des mandats de remboursement sont accordés dans les conditions prévues par l'Arrangement des mandats.*

Article 35.

Décompte des mandats de remboursement.

1. — *Sauf entente contraire, le décompte relatif aux mandats de remboursement payés par chaque Office pour le compte d'un autre Office est effectué au moyen d'annexes aux comptes mensuels (modèle Qbis ci-annexé) des mandats de poste.*

2. — *Dans ces annexes qui sont accompagnées des mandats de remboursement payés et quittancés, les mandats sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux d'émission et par ordre numérique de leur inscription aux registres de ces bureaux. L'Office qui a établi le compte déduit de la somme totale de sa créance un quart pour cent augmenté de la quote-part de taxe fixe revenant à l'Office correspondant,* conformément à l'article 68 de la Convention.

3. — *Le solde du compte Q bis est ajouté, autant que possible, à celui du compte mensuel des mandats de poste établi pour la même période. La vérification et la liquitation de ces comptes sont effectuées selon les règles fixés par le Règlement des mandats de poste.*

TITRE V.

Opérations au départ et à l'arrivée des envois

CHAPITRE UNIQUE.

Article 36.

Application du timbre à date.

1. — Les correspondances originaires des pays de l'Union sont frappées au recto d'un timbre indiquant, autant que possible en caractères latins, le lieu d'origine et la date du dépôt à la poste.

Dans les localités pourvues de plusieurs bureaux de poste, les timbres d'oblitération doivent indiquer quel est le bureau de dépôt.

2. — Tous les timbres-poste valables doivent être oblitérés.

Les timbres-poste non oblitérés par suite d'erreur ou d'omission dans le service d'origine doivent l'être par le bureau qui constate l'irrégularité.

3. — Les correspondances mal dirigées doivent être frappées de l'empreinte du timbre à date du bureau auquel elles sont parvenues par erreur. Cette obligation incombe non seulement aux bureaux sédentaires, mais aussi aux bureaux ambulants, dans la mesure du possible.

4. — Le timbrage des correspondances déposées sur les paquebots, soit dans les boîtes mobiles, soit entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants, incombe, dans les cas prévus par le paragraphe 3 de l'article 42 de la Convention, à l'agent des postes embarqué ou, s'il n'y en a pas, au bureau de poste auquel ces correspondances sont livrées en main. Le cas échéant, celui-ci les frappe de son timbre à date ordinaire et y appose la mention "Paquebot" soit à la main, soit au moyen d'un timbre.

5. — Les correspondances originaires des pays étrangers à l'Union sont frappées au recto, par l'Office qui les a recueillies, d'un timbre indiquant le point et la date d'entrée dans le service de cet Office.

Article 37.

Envois exprès.

1. — Les envois à remettre par exprès sont pourvus d'une étiquette imprimée de couleur rouge foncé portant en gros caractères le mot "Exprès". Les Administrations sont toutefois autorisées à remplacer cette étiquette par l'impreinte d'un timbre *ou l'apposition d'une figurine d'affranchissement portant la mention "Exprès".*

2. — Les envois *portant* la mention "Exprès" *et qui auraient été traités par le bureau d'origine suivant les dispositions de l'article* 48 sont remis à domicile par un porteur spécial, même en cas d'omission ou d'insuffisance d'affranchissement. *Le cas échéant, ces envois sont traités comme les envois ordinaires en ce qui concerne l'affranchissement manquant.*

Article 38.

Envois non affranchis ou insuffisamment affranchis.

1. — Les correspondances pour lesquelles une taxe quelconque doit être perçue postérieurement au dépôt, soit du destinataire, soit de l'expéditeur, en cas de mise en rebut, sont frappées du timbre T (taxe à payer).

Le montant à percevoir est, en outre, indiqué sur ces envois, en francs et centimes, au moyen d'un timbre ou d'un autre procédé et en chiffres bien lisibles apposés à l'angle droit supérieur du recto.

2. — L'application du timbre T ainsi que l'indication du montant à percevoir incombent à l'Office d'origine ou, en cas de réexpédition ou de mise en rebut, à l'Office réexpéditeur.

Toutefois, s'il s'agit d'envois provenant de pays qui appliquent des taxes réduites dans les relations avec l'Office réexpéditeur, le montant à percevoir est indiqué par l'Office distributeur.

3. — *En ce qui concerne les correspondances à taxer originaires de pays étrangers à l'Union, les formalités prévues ci-dessus sont effectuées par l'Office du pays d'entrée.*

4. — *Le timbre T est apposé sur les envois exprès réexpédiés pour lesquels une taxe complémentaire doit être acquittée en vertu de l'article 40 de la Convention. Le montant de cette taxe est en outre indiqué sur les dits envois.*

5. — L'Office distributeur frappe l'envoi de la taxe *à percevoir.*

6. — Tout envoi ne portant pas le timbre T est considéré comme dûment affranchi et traité en conséquence, sauf erreur évidente.

7. — Il n'est pas tenu compte des timbres-poste non valables pour l'affranchissement. Dans ce cas, le chiffre zéro (0) est placé à côté de *ces* timbres-poste

Article 39.

Envois réexpédiés.

1. — Les correspondances adressées à des destinataires ayant changé de résidence sont considérées comme adressées directement du lieu d'origine au lieu de la nouvelle destination.

2. — Les envois non affranchis ou insuffisamment affranchis pour leur premier parcours sont frappés de la taxe applicable aux envois de même nature directement adressés du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

3. — Les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours, et dont le complément de taxe afférent au parcours ultérieur n'a pas été acquitté avant leur réexpédition, sont frappés d'une taxe égale à la différence entre le prix d'affranchissement déjà acquitté et celui qui aurait été perçu si les envois avaient été expédiés primitivement sur leur nouvelle destination.

4. — Les envois primitivement adressés à l'intérieur d'un pays et dûment affranchis selon le régime intérieur sont considérés comme des envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours.

5. — Les envois ayant circulé primitivement en franchise de port dans l'intérieur d'un pays sont frappés de la taxe applicable aux envois affranchis de même nature adressés directement du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

6. — *Lors de la réexpédition, le bureau destinataire applique, dans tous les cas, son timbre à date au recto des lettres et des cartes postales.*

7. — Les correspondances ordinaires ou recommandées, qui, portant une adresse incomplète ou erronée, sont renvoyées aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou la rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une suscription complétée ou rectifiée, considérées comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme de nouveaux envois, et deviennent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

Article 40.

Envois tombés en rebut.

1. — Avant de renvoyer à l'Office d'origine les correspondances non distribuées pour un motif quelconque, le bureau de destination doit indiquer d'une manière claire et concise, en langue française, au recto de ces objets, la cause de la non-remise sous la forme suivante: inconnu, refusé, en voyage, parti, non réclamé, décédé, ou un mot similaire. Cette indication est fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction, dans sa propre langue, de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

Le bureau de destination doit biffer le lieu de la première destination et apposer la mention "Retour" à côté de l'empreinte du timbre à date du bureau d'origine. *Il doit, en outre, appliquer son timbre à date au verso des lettres et au recto des cartes postales.*

2. — Le renvoi des correspondances tombées en rebut se fait soit isolément, soit en une liasse spéciale étiquetée "Rebuts".

Les correspondances recommandées tombées en rebut sont renvoyées au bureau d'échange du pays d'origine comme s'il s'agissait de correspondances recommandées à diriger sur ce pays.

Par exception, deux Offices correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un autre mode de renvoi *des rebuts.*

3. — Si des correspondances mises à la poste dans un pays et adressées à l'intérieur de ce même pays ont pour expéditeurs des personnes habitant un autre pays et doivent par suite de mise en rebut être renvoyées à l'étranger pour être rendues aux expéditeurs, elles deviennent des envois de l'échange international et sont traitées d'après les dispositions concernant la réexpédition.

4. — Les correspondances pour les marins et autres personnes, adressées aux soins d'un Consul et rendues par celui-ci au bureau de poste local comme non réclamées, doivent être traitées de la manière prescrite pour les rebuts en général. Le montant des taxes perçues à la charge du Consul sur ces correspondances doit en même temps lui être restitué par le bureau de poste local.

Article 41.

Retrait des correspondances et modification d'adresse.

1. — Les demandes de retrait de correspondances ou de modifications d'adresses donnent lieu à l'établissement par l'expéditeur d'une formule conforme au modèle J ci-annexé. En remettant cette demande au bureau de poste, l'expéditeur doit justifier de son identité et produire, s'il y a lieu, le bulletin de dépôt. Après la justification, dont l'Administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante:

a) si la demande est *destinée à être transmise* par voie postale, la formule, accompagnée d'un facsimilé parfait de l'enveloppe ou de la suscription de l'envoi, est expédiée directement, sous pli recommandé, au bureau destinataire;

b) si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire. Le télégramme est rédigé en langue française.

2. — S'il s'agit d'une rectification d'adresse, la demande télégraphique doit être confirmée, par le premier courrier, par une demande postale accompagnée du fac-similé précité.

3. — A la réception de la formule J ou du télégramme en tenant lieu, le bureau destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Toutefois, s'il s'agit d'un changement d'adresse demandé par voie télégraphique, le bureau destinataire se borne à retenir l'envoi et attend, pour faire droit à la demande, l'arrivée du fac-similé nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'envoi a déjà été remis au destinataire, ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'envoi, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

4. — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que l'échange des demandes en ce qui la concerne soit effectué par l'entremise de son Administration centrale ou d'un bureau spécialement désigné.

Dans les cas où l'échange des demandes s'effectue par l'entremise des Administrations centrales, il doit être tenu compte des demandes expédiées directement par les bureaux d'origine aux bureaux de destination, dans ce sens que les correspondances y relatives sont exclues de la distribution jusqu'à l'arrivée de la demande de l'Administration centrale.

Les Administrations qui usent de la faculté prévue par le premier alinéa du présent paragraphe prennent à leur charge les frais que peut entraîner la transmission, dans leur service intérieur, par voie postale ou télégraphique, des communications à échanger avec le bureau destinataire.

Le recours à la voie *télégraphique est obligatoire lorsque* l'expéditeur a lui-même fait usage de cette voie et que le bureau destinataire ne peut pas être prévenu en temps utile par la voie postale.

Article 42.

Simple correction d'adresse.

Une simple correction d'adresse (sans modification du nom ou de la qualité du destinataire) peut aussi être demandée directement par l'expéditeur au bureau destinataire, c'est-à-dire sans l'accomplissement des formalités prescrites pour le changement d'adresse proprement dit.

Article 43.

Réclamations. Envois ordinaires.

1. — Toute réclamation relative à un envoi ordinaire est soumise à la procédure suivante:

a) le réclamant doit remplir la partie qui le concerne d'une formule conforme au modèle H ci-annexé;

b) le bureau où la réclamation s'est produite transmet la formule directement au bureau correspondant. La transmission s'effectue d'office, sans aucune écriture;

c) le bureau correspondant fait présenter la formule au destinataire ou à l'expéditeur, selon le cas, pour recueillir les renseignements qu'elle comporte;

d) la formule dûment complétée est renvoyée d'office au bureau qui l'a dressée;

e) si la réclamation est reconnue fondée, elle est transmise à l'Administration centrale pour servir de base aux investigations ultérieures.

2. — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soient transmises à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné.

Article 44.

Réclamations. Envois recommandés.

1. — Toute réclamation relative à un envoi recommandé est établie sur une formule conforme ou analogue au modèle I ci-annexé *et transmise en règle générale par le bureau d'origine* directement *au bureau* de destination.

2. — Toutefois, les Offices d'origine et de destination peuvent, d'un commun accord, faire transmettre la réclamation de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi.

3. — Dans le cas prévu au § 1 ci-dessus, *le bureau* destinataire, s'il est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif de l'envoi, complète la formule et la retourne *au bureau* d'origine.

Lorsque le sort de l'envoi ne peut être immédiatement établi par le bureau de destination, celui-ci constate le fait sur la formule et la réexpedie au bureau d'origine en y ajoutant une déclaration du destinataire constatant qu'il n'a pas reçu l'envoi. Dans ce cas, l'Office d'origine complète la formule en y indiquant les données de la transmission au premier Office intermédiaire. Il l'adresse ensuite à ce dernier Office, qui y consigne ses observations et la transmet éventuellement à l'Office suivant. La réclamation passe ainsi d'Office à Office, jusqu'à ce que le sort de l'envoi réclamé soit établi. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4. — Dans le cas prévu au § 2 ci-dessus, les recherches se poursuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination. Chaque Office établit sur la formule les données de la transmission à l'Office suivant et l'envoie ensuite à celui-ci. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate également le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

5. — La formule I doit indiquer l'adresse complète du destinataire et être accompagnée, autant que possible, d'un fac-simile de l'enveloppe ou de la suscription de l'envoi. Elle est transmise d'office sans lettre d'envoi sous enveloppe fermée.

6. — Chaque Office peut demander, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamation qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, ou, s'il est seulement intéressé à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel l'envoi a été expédié.

La formule I et les pièces y annexées doivent, dans tous les cas, faire retour à l'Office d'origine de l'envoi réclamé, dans un délai qui ne peut excéder six mois à partir de la date de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

7. — Les dispositions qui précèdent ne s'appliquent pas aux cas de spoliation de dépêche, manque de dépêche ou autres cas semblables qui comportent une correspondance plus étendue entre les Administrations.

Article 45.

Emploi de timbres-poste présumés frauduleux ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir.

Sous réserve des dispositions que comporte la législation de chaque pays, même dans le cas où cette réserve n'est pas expressément stipulée dans les dispositions du présent article, la procédure ci-après est suivie pour la constatation de l'emploi, pour l'affranchissement, de timbres-poste frauduleux ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir.

a) lorsque la présence, sur un envoi quelconque, d'un timbre-poste frauduleux (contrefait ou ayant déjà servi) ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir est constatée au départ, par un Office dont la législation particulière n'exige pas la saisie immédiate de l'envoi, la figurine n'est altérée d'aucune façon, et l'envoi, inséré dans une enveloppe à l'adresse du bureau destinataire, est acheminé sous recommandation d'office;

b) cette formalité est notifiée, sant délai, aux Administrations des pays d'origine et de destination, au moyen d'un avis conforme au modèle K ci-annexé. Un exemplaire de cet avis est, en outre, transmis au bureau de destination dans l'enveloppe qui renferme l'envoi;

c) le destinataire est convoqué pour constater la contravention.

L'envoi ne lui est remis que s'il paye le port dû et consent à faire connaitre le nom et l'adresse de l'expéditeur, et à mettre à la disposition de la poste, après avoir pris connaissance du contenu, l'envoi entier s'il est inséparable du corps du délit ou bien la partie de l'envoi (enveloppe, bande, portion de lettre, etc.) qui contient la suscription et l'empreinte ou le timbre signalé comme frauduleux;

d) le résultat de la convocation est constaté par un procès-verbal conforme au modèle L ci-annexé mentionnant les incidents survenus tels que non-comparation, refus de recevoir l'envoi, de l'ouvrir ou d'en faire connaitre l'expéditeur, etc. Ce document est signé par l'agent des postes et par le destinataire; si ce dernier refuse de signer, le refus est constaté aux lieu et place de la signature.

Le procès-verbal est transmis, avec pièces à l'appui, sous recommandation d'office, à l'Administration du pays d'origine, qui, à l'aide de ces documents, fait poursuivre, s'il y a lieu, la répression de l'infraction d'après sa législation.

TITRE VI.

Echange des envois.

CHAPITRE UNIQUE.

Article 46.

Feuilles d'avis.

1. — Les feuilles d'avis accompagnant des dépêches échangées entre deux bureaux sont conformes au modèle E ci-annexé. Elles sont placées sous des enveloppes de couleur bleue portant en gros caractères l'indication "Feuille d'avis".

2. — *En tête de la feuille d'avis doivent être mentionnés:*
le pays d'origine et le pays de destination,
le nom du bureau d'échange destinataire,
la date d'expédition de la dépêche.
Une empreinte du timbre à date doit être appliquée à l'endroit désigné.

3. — *La présence d'envois à faire remettre par exprès est indiquée par l'application du timbre "Exprès" du tableau n. 1.*

4. — *Le tableau N II sert pour l'indication du numéro d'ordre de la dépêche, du nom du paquebot, de la voie d'acheminement et du nombre des sacs composant la dépêche.*

Sauf arrangement contraire, les bureaux expéditeurs numérotent les feuilles d'avis d'après une série annuelle pour chaque bureau de destination. Chaque dépêche prend un numéro distinct même s'il s'agit d'une dépêche supplémentaire empruntant la même voie ou le même navire que la dépêche ordinaire.

A la première expédition de chaque année, la feuille doit porter, outre le numéro d'ordre de la dépêche, celui de la dernière dépêche de l'année précédente.

Le nom du navire qui emporte la dépêche est indiqué lorsque le bureau expéditeur est à même de le connaître.

Dans le nombre des sacs composant la dépêche, il y a lieu de comprendre aussi les sacs contenant les sacs vides renvoyés.

5. — *Le tableau N° III doit mentionner:*

a) Le total général des envois recommandés inscrits au tableau N° V et, le cas échéant, dans les listes spéciales.

Il peut être fait usage d'une ou de plusieurs listes spéciales conformes au modèle E bis ci-annexé, soit pour remplacer le tableau N° V, soit pour servir comme feuille d'avis supplémentaire.

Lorsque plusieurs listes sont employées, elles doivent être numérotées. Le nombre des envois recommandés qui peuvent être inscrits sur une seule et même liste est limité à 60.

b) Le total des envois avec valeur déclarée inscrits sur la feuille d'envoi.

c) Le nombre, indiqué séparément, des sacs et des paquets contenant les envois recommandés et des sacs et des paquets renfermant les envois avec valeur déclarée.

6. — *Au tableau N° IV sont inscrits, séparément, le nombre des sacs en retour appartenant à l'Office destinataire, ainsi que celui des sacs utilisés pour la confection de la dépêche et appartenant à l'Office expéditeur, y compris les sacs pour les objets recommandés. Le nombre des sacs vides appartenant à une Administration autre que celle à laquelle la dépêche est adressés doit être mentionné séparément avec indication de cette Administration.*

Sont, en outre, mentionnées dans ce tableau, les lettres de service ouvertes et les communications ou recommandations diverses du bureau expéditeur ayant trait au service d'échange.

7. — *Le tableau N° V est destiné à l'inscription des envois recommandés lorsqu'il n'est pas fait un usage exclusif de feuilles spéciales.*

Les envois recommandés sont décrits individuellement avec indication du nom du bureau d'origine et du numéro d'enregistreme à ce bureau.

Lo e la dépêche ne contient pas d'envois recommandés la mer «Néant» est portée en regard de la rubrique correspondc e la feuille d'avis.

8 Au tableau N° VI sont inscrites, avec les détails que ce tableau comporte, les dépêches closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

9. — Les Administrations peuvent s'entendre pour créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, lorsqu'elles le jugent nécessaire. *Elles peuvent, notamment, disposer les tableaux V et VI conformément à leurs besoins.*

10. — Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, il n'en doit pas moins envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement d'une feuille d'avis négative.

11. — Quand les dépêches closes sont confiées par une Administration à une autre, pour être transmises au moyen de bâtiments de commerce, le nombre ou le poids des lettres et autres objets doit être indiqué à la feuille d'avis et sur l'adresse de ces dépêches, lorsque l'Office chargé d'assurer l'embarquement desdites dépêches le demande

Article 47.

Transmission des envois recommandés.

1. — Les envois recommandés, et s'il y a lieu, les listes spéciales prévues au § 5 de l'article précédent, sont réunis en un ou plusieurs paquets ou sacs distincts, qui doivent être convenablement enveloppés ou fermés et cachetés ou plombés de manière à en préserver le contenu. Les envois recommandés sont classés dans chaque paquet d'après leur ordre d'inscription. Quand on emploie plusieurs listes détachées, chacune d'elles est enliassée avec les objets recommandés auxquels elle se rapporte.

Dans aucun cas, les envois recommandés ne peuvent être confondus les correspondances ordinaires.

2. — Au paquet d'envois recommandés est attachée extérieurement, par un croisé de ficelle, l'enveloppe spéciale contenant la feuille d'avis; lorsque les envois recommandés sont renfermés dans un sac, ladite enveloppe est fixée au col de ce sac, *mais dans ce cas, les objets qui, conformément aux dispositions du présent Règlement, doivent être insérés dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis sont placés dans l'intérieur du sac.*

S'il y a plus d'un paquet ou sac d'envois recommandés, chacun des paquets ou sacs supplémentaires est muni d'une étiquette indiquant la nature du contenu.

3. — Le mode d'emballage et de transmission des envois recommandés, prescrit ci-dessus, s'applique seulement aux relations ordinaires. Pour les relations importantes, il appartient aux Administrations intéressées d'arrêter, d'un commun accord, des dispositions particulières. Dans l'un comme dans l'autre cas, des mesures exceptionnelles doivent être prises par les bureaux d'échange, lorsqu'ils ont à assurer la transmission d'envois recommandés qui, par leur nombre, leur nature, leur forme ou leur volume, ne seraient pas susceptibles d'être insérés dans la dépêche des envois ordinaires.

Article 48.

Transmission des envois exprès

1. — Les envois exprès ordinaires sont réunis en une liasse spéciale et insérés, par les bureaux d'échange, dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis qui accompagne la dépêche.

Une fiche placée dans cette liasse indique, le cas échéant, la présence, dans la dépêche, des correspondances de l'espèce, qui, en raison de leur nombre, de leur forme ou de leurs dimensions, n'ont pu être jointes à la feuille d'avis. Ces correspondances sont réunies dans une ou plusieurs liasses distinctes, munies d'une étiquette portant en gros caractères la mention "Exprès" et insérées dans le sac contenant la feuille d'avis.

2. — Les envois exprès recommandés sont classés, à leur ordre, parmi les autres envois recommandés et la mention "Exprès" est portée dans la colonne "Observations" des feuilles d'avis, en regard de l'inscription de chacun d'eux.

Article 49.

Confection des dépêches

1. — En règle générale, les objets sont classés et enliassés par nature de correspondances, *les lettres et les cartes postales étant comprises dans la même liasse et les journaux et écrits périodiques devant faire l'objet de liasses de celles des imprimés ordinaires. Les lettres, cartes postales et imprimés de petites dimensions doivent être disposés dans le sens de l'adresse. Les objets affranchis sont séparés de ceux qui ne le sont pas ou le sont insuffisamment et les étiquettes de liasses d'objets non affranchis ou insuffisamment affranchis sont, autant que possible, frappés du timbre T.*

Les lettres portant des traces d'ouverture, de détérioration ou d'avarie doivent être munies d'une mention du fait et frappées du timbre à date du bureau qui l'a constaté.

Les mandats de poste expédiés à découvert sont réunis en un paquet distinct.

2. — Les dépêches sont renfermées dans des sacs convenablement clos, cachetés ou plombés et étiquetés. Les étiquettes de ces dépêches doivent être en toile *ou fort carton* ou parchemin, ou en papier collé sur une planchette. Elles doivent indiquer d'une façon lisible le bureau d'origine et celui de destination, et dans les relations avec les pays d'outre-mer, la date d'expédition, le numéro de l'envoi *et, lorsque les Administration intéressés le demandent, le port d'embarquement.* Dans les relations entre bureaux limitrophes, il peut être fait usage d'étiquettes en papier fort.

Les sacs doivent indiquer d'une façon lisible le bureau ou le pays d'origine et, autant que possible, porter un numéro.

3. — *Sauf arrangement contraire,* les dépêches peu volumineuses ou négatives *sont* simplement enveloppés de papier fort de manière à éviter toute détérioration du contenu, puis ficelées et cachetées ou plombées. Elles sont munies d'une suscription imprimée portant, en petits caractères, le nom du bureau expéditeur et, en caractères plus forts, le nom du bureau destinataire: «de... pour...»

4. — Lorsque le nombre ou le volume des envois exige l'emploi de plus d'un sac, des sacs distincts doivent, autant que possible, être utilisés:

a) pour les lettres et cartes postales;

b) pour les autres objets.

Sans égard au nombre ou au volume des envois, des sacs distincts doivent également être employés, autant que possible, lorsque l'Administration de l'un des pays intermédiaires ou du pays de destination le demande.

Lorsqu'il est fait usage de sacs distincts, chacun d'eux doit porter l'indication de son contenu.

Le paquet ou sac des envois recommandés est placé dans un des sacs de lettres *ou dans un sac portant une étiquette semblable à celle des lettres.*

Le sac renfermant la feuille d'avis est désigné par la lettre F tracée d'une manière apparente sur l'étiquette.

5. — Le poids de chaque sac ne doit pas dépasser 30 kilogrammes.

Article 50.

Remise des dépêches

1. — La remise des dépêches entre deux bureaux correspondants s'effectue suivant les dispositions prises par les Offices intéressés.

2. — *Les dépêches doivent être livrées en bon état.* Cependant, une dépêche ne peut pas être refusée pour cause d'avarie.

3. — Lorsqu'une dépêche est reçue en mauvais état par un bureau intermédiaire, elle doit être remballée à nouveau, tout en conservant l'emballage original. *Le bureau qui effectue le remballage doit appliquer sur l'étiquette de la dépêche une empreinte de son timbre à date, précédée de la mention: "Remballé à . . . . . "*

Article 51.

Vérification des dépêches.

1. — *Lorsqu'un bureau intermédiaire doit procéder au remballage d'une dépêche, il en vérifie le contenu, s'il y a lieu de penser que celui-ci n'est pas resté intact.*

Il dresse un bulletin de vérification au modèle G ci-annexé en se conformant aux disposition du § 3 ci-après. Ce bulletin est envoyé au bureau d'échange d'où la dépêche a été reçue; une copie est adressée au bureau d'origine et une autre est insérée dans la dépêche remballée.

2. — *Le bureau destinataire vérifie si la dépêche est au complet et si les inscriptions de la feuille d'avis et, le cas échéant, des listes spéciales d'envois recommandés, sont exactes. En cas de manque de la dépêche, de sacs, de la feuille d'avis, d'une liste spéciale d'envois recommandés, ou lorsqu'il s'agit de toute autre irregularité, le fait est constaté immédiatement par deux agents. Ceux-ci font les rectifications necessaires sur les fauillés ou listes en ayant soin de biffer d'un trait de plume les indications erronées de manière à laisser reconnaitre les inscriptions primitives. A moins d'une erreur, évidente, les rectifications prévalent sur la déclaration originale.*

3. — *Les faits constatés sont signalés au bureau d'origine de la dépêche et, le cas échéant, au dernier bureau intermédiaire par le 1er courrier, au moyen du bulletin de vérification. Les indications de ce bulletin doivent spécifier aussi exactement que possible de quel sac, paquet ou objet il s'agit.*

Un duplicata du bulletin de vérification est envoyé, dans les mêmes conditions que l'original, à l'Administration dont relève le bureau d'origine de la dépêche, lorsque cette Administration l'exige. Le sac ou l'enveloppe et le cachet ou plomb du paquet ou du sac des envois recommandés et, si ce paquet ou sac n'a pas été trouvé, le sac de lettres, avec la ficelle, l'etiquette et le cachet ou le plomb de ce sac sont joints au bulletin de vérification. Dans l'échange avec les Offices qui exigent l'envoi d'un duplicata, les pièces justificatives mentionnées ci-dessus sont annexées au duplicata.

Les bulletins de vérification et les duplicata sont envoyés sous pli recommandé.

Dans les cas prévus aux §§ 1 et 2 du présent article, le bureau d'origine et, le cas échéant, le dernier bureau d'échange intermédiaire, peuvent, en outre, être avisés par télégramme aux frais de l'Office qui expédie celui-ci.

4. — *Lorsque l'absence d'une dépêche est le résultat d'un défaut de coïncidence des courriers ou lorsqu'elle est dûment expliquée sur le bordereau de remise, l'établissement du bulletin de vérification prévu aux §§ 1 et 2 n'est pas nécessaire si la dépêche parvient au bureau destinataire par le plus prochain courrier.*

L'envoi du duplicata prévu au § 3 peut être différé, si l'on présume que le manque de la dépêche provient d'un retard ou d'une fausse direction.

Dès la rentrée d'une dépêche dont l'absence avait été signalée au bureau d'origine et, le cas échéant, au dernier bureau d'échange intermédiaire, il y a lieu d'adresser à ces bureaux un second bulletin de vérification annonçant la réception de cette dépêche.

5. — *Les bureaux auxquels sont adressés les bulletins prévus au présent article les renvoient le plus promptement possible, après les avoir examinés et y avoir mentionné leurs observations, s'il y a lieu.*

6. — *Lorsqu'un bureau réceptionnaire, auquel la vérification de la dépêche incombait, n'a pas fait parvenir au bureau d'origine, et, le cas échéant, au dernier bureau d'échange intermédiaire, par le premier courrier après la vérification, un bulletin constatant des irrégularités quelconques, il est considéré comme ayant reçu la dépêche et son contenu, jusqu'à preuve du contraire. La même présomption existe pour les irrégularités dont la mention a été omise ou signalée d'une manière incomplète dans le bulletin de vérification.*

Article 52.

Renvoi des sacs vides.

1. — Les sacs doivent être renvoyés vides au pays d'origine par le prochain courrier, sauf arrangements *contraires* entre les Offices correspondants *et le nombre de sacs renvoyés par chaque dépêche doit être inscrit sous la rubrique "Indication de service" de la feuille d'avis.*

Le renvoi est effectué entre les bureaux d'échange désignés à cet effet.

Les sacs vides doivent être enroulés et attachés ensemble en paquets convenables; le cas échéant, les planchettes à étiquettes doivent être placées à l'intérieur des sacs. Les paquets doivent être revêtus d'une étiquette indiquant le nom du bureau d'échange d'où les sacs ont été reçus, chaque fois qu'ils sont renvoyés par l'intermédiaire d'un autre bureau d'échange.

Si les sacs vides à renvoyer ne sont pas trop nombreux, ils peuvent être placés dans les sacs contenant la correspondance; dans le cas contraire, ils doivent être placés à port dans des sacs cachetés, étiquetés au nom des bureaux d'échange respectifs. Les étiquettes doivent porter la mention "Sacs vides".

2. — *A l'aide des mentions faites sous la rubrique "Indications de service" de la feuille d'avis, chaque Administration peut exercer, dans son service, un contrôle sur le renvoi des sacs qui lui appartiennent. Dans le cas où ce contrôle démontrerait que 10% du nombre total des sacs utilisés pendant une année pour la confection des dépêches n'on pas été renvoyés avant la fin de cette année, l'Office qui ne peut établir le renvoi des sacs vides est tenu de rembourser à l'Office expéditeur la valeur des sacs manquants. Le remboursement doit avoir également lieu si le nombre des sacs manquants n'atteint pas 10% mais excède 50 unités.*

Chaque Administration fixe, périodiquement, et uniformément pour toutes les espèces de sacs qui sont utilisés par ses bureaux d'échange, une valeur moyenne en francs et la communique aux Administrations intéressées par l'intermédiaire du Bureau international.

TITRE VII.

Dispositions concernant les frais de transit et d'entrepôt

CHAPITRE I.

PÉRATIONS DE STATISTIQUE.

Article 53.

Statistique des frais de transit.

1. — Les frais de transit exigibles en exécution des articles 70 et suivants de la Convention sont établis sur la base de statistiques dressés une fois tous les *cinq* ans, pendant les 28 premiers jours du mois de mai ou pendant les 28 jours qui suivent le 14 octobre alternativement.

La statistique d'octobre-novembre 1924 *s'appliquera aux années 1924 à 1928 inclusivement, étant entendu que jusqu'au 1er octobre 1925, date de mise à exécution de la présente Convention, les redevances prévues à l'article 4 de la Convention de Madrid resteront en vigueur.*

La statistique de mai 1929 s'appliquera aux années 1929 à 1933 inclusivemente et ainsi de suite.

2. — Dans le cas d'accession à l'Union d'un pays ayant des relations postales importantes, les pays de l'Union dont la situation pourrait, par suite de cette circonstance se trouver modifiée sous le rapport du payement des frais de transit, ont la faculté de réclamer une statistique spéciale se rapportant exclusivement au pays nouvellement entré.

3. — Lorsqu'il se produit une modification importante dans le trafic des correspondances et pour autant que cette modification affecte une période ou des périodes s'élevant à un total d'au moins douze mois, les Offices intéressés s'entendent pour reviser leurs comptes de frais de transit. Dans ce cas, les sommes à payer par les Offices expéditeurs sont soit augmentées, soit diminuées, soit partagées d'après les services intermédiaires réellement employés, mais poids totaux qui servent de base aux nouveaux comptes doivent normalement être les mêmes que ceux des dépêches expédiées pendant la période de statistique mentionnée au § 1. Au besoin, une statisque spéciale peut être dressée pour régler le partage de ces poids entre les divers services empruntés. Aucune modification dans le trafic des correspondances n'est considérée comme importante lorsqu'elle n'affecte pas de plus de *5.000 francs* par an les *comptes entre deux Offices, chaque pays de transit étant pris séparément.*

Exceptionnellement, l'établissement d'une statistique spéciale peut être exigé aussi pour la constatation de nouveaux poids totaux qui doivent servir de base aux comptes nouveaux, lorsqu'il y a une augmentation de cent pour cent ou une di-

diminution de cinquante pour cent au moins des poids totaux du transport en cause et que des comptes nouveaux subiraient en conséquence une modification de plus de *5.000 francs* par an.

Article 54.

Confection des dépêches closes pendant la période de statistique

1. — Pendant chaque période de statisque, l'échange des correspondances, en dépêches closes entre deux Offices de l'Union ou entre un Office de l'Union et un Office étranger à celle-ci, àtravers le territoire ou au moyen des services, d'un ou de plusieurs autres Offices, donne lieu à l'utilisation de sacs ou de paquets distincts pour les "lettres et les cartes postales" et pour les "autres objets". Ces sacs ou paquets doivent être munis respectivement d'une étiquette "L. C." et "A. O." Lorsque le volume des dépêches le permet, les sacs ou paquets distincts peuvent être réunis dans un seul sac collecteur qui doit être étiqueté "S. C."

2. — Par dérogation aux dispositions des articles 47 et 48 ci-dessus, chaque Administration a la faculté, pendant la période de statistique, de comprendre les objets recommandés et les envois exprès autres que les lettres et les cartes postales dans un des sacs ou paquets destinés aux "autres objets", en faisant mention de ce fait sur la feuille d'avis; mais si, conformément auxdits articles 47 et 48 ces objets sont compris dans un sac ou paquet à lettres, ils sont traités, en ce qui concerne la statistique de poids, comme faisant partis de l'envoi de lettres.

3. — *Pendant la période de statisque, les étiquettes des dépêches à transporter par la voie maritime doivent porter d'une manière apparente la mention "Statistique".*

Article 55.

Constatation du poids des dépêches closes.

1. — En ce qui concerne les dépêches d'un pays de l'Union pour un autre pays de l'Union, le bureau d'échange expéditeur inscrit, à la feuille d'avis pour le bureau d'échange destinataire de la dépêche, le poids brut des lettres et des cartes postales et celui des autres objets, sans distinction de l'origine ni de la destination des correspondances.

Le poids brut comprend le poids de l'emballage, mais non pas celui:

a) des sacs vides emballés dans des sacs distincts;

b) des sacs ne contenant que des correspondances exemptes de tous frais de transport (art. 72 de la Convention);

c) des dépêches qui se composent uniquement d'une feuille d'avis négative (art. 46, § 10, ci-dessus);

d) des sacs collecteurs mentionnés à l'article précédent.

2. — Il n'est pas tenu compte des fractions de poids de 500 grammes et moins, tandis que les fractions de poids supérieures à 500 grammes sont arrondies au kilogramme.

3. — Dans le cas où le poids brut des lettres et des cartes postales ainsi que celui des autres objets ne dépassent ni l'un ni l'autre 500 grammes, on ajoute, en tête de la feuille d'avis, la mention "Poids brut ne dépasse pas 500 grammes".

4. — Ces indications sont vérifiées par le bureau d'échange destinataire. Si ce bureau constate que le poids réel des *correspondances diffère de plu de 600 grammes du poids* inscrit à la feuille d'avis, il rectifie *la feuille* et signale immédiatement l'erreur au bureau d'échange expéditeur au moyen d'un bulletin de vérification. Si les différences de poids constatées restent dans les limites précitées, les indications du bureau expéditeur sont tenues pour valables.

Article 56.

Confection des relevés M, des dépêches closes.

1. — Aussitôt que possible après la clôture des opérations de statistique, les bureaux destinataires dressent en autant d'expéditions qu'il y a d'Offices intéressés, y compris celui du lieu de départ, des relevés conformes au modèle M ci-annexé et transmettent ces relevés aux bureaux d'échange de l'Office expéditeur pour être revêtus de leur acceptation. Ceux-ci, après avoir accepté les relevés, les transmettent à leur tour à l'Administration centrale dont ils dépendent en vue de les répartir entre les Offices intéressés.

2. — Si les relevés M ne sont pas parvenus *ou ne sont pas parvenus en nombre suffisant* aux bureaux d'échange de l'Office expéditeur dans le délai de quatre mois (six mois dans les échanges avec les pays d'outre-mer), á compter du jour de l'expédition de la dernière dépêche à comprendre dans la statistique, ces bureaux dressent eux-mêmes lesdits relevés, en nombre suffisant, d'après leurs propres indications et en inscrivant sur chacun d'eux la mention: "Les relevés M du bureau destinataire ne sont pas parvenus dans le délai réglementaire". Ils les transmettent ensuite à l'Administration centrale dont ils relèvent pour leur répartition entre les Offices en cause.

Article 57.

Dépêches closes échangées avec les pays étrangers à l'Union.

En ce qui concerne les dépêches closes échangées entre un pays de l'Union et un pays étranger à celle-ci, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs Offices de l'Union, les bureaux d'échange du premier de ces pays dressent, pour les dépêches expédiées ou reçues, un relevé M qu'ils transmettent à l'Office de sortie ou d'entrée, lequel établit à la fin de la période de statistique, un relevé général en autant d'expéditions qu'il y a d'Offices de l'Union intéressés, y compris lui-même et l'Office débiteur. Une expédition de ce relevé est transmise à cet Office ainsi qu'à chacun des Offices qui ont pris part au transport des dépêches.

Article 58.

Liste des dépêches closes échangées en transit

1.—Aussitôt que possible *et en tout cas dans un délai de six mois* après chaque période de statistique, les Administrations qui ont expédié de dépêches en transit envoient la liste de ces dépêches aux différentes Administrations dont elles ont emprunté l'intermédiaire.

2. — Si cette liste indique des dépêches en transit qui, d'après les dispositions de l'article 55 ci-dessus ne donnent pas lieu à l'établissement d'un relevé M ou inscrit une mention explicative telle que "Sacs vides", "Dépêches se composant uniquement d'une feuille d'avis négative "Rebuts" ou "Poids ne dépasse pas 500 grammes".

3. — Les dépêches closes provenant des pays au delà et qui sont réexpediées insérées dans les dépêches en transit et inscrites dans le tableau VI de la feuille d'avis, sont indiquées dans une partie spéciale de la liste.

Article 59.

Dépêches closes échangées avec les bâtiments de guerre

Il incombe aux Administrations des pays dont relèvent des bâtiments de guerre de dresser les relevés M relatifs aux dépêches expédiées ou reçues par ces bâtiments. Les dépêches expédiées, pendant la période de statistique, à l'adresse des bâtimens de guerre doivent porter, sur des étiquettes, la date d'expédition.

Dans le cas où ces dépêches sont réexpédiées, l'Office réexpéditeur en informe l'Office du pays dont le bâtiment relève.

Article 60.

Bulletin de transit.

Lorsque la route à suivre et les services de transport à utiliser pour les dépêches expédiées pendant la période de statisque sont inconnus ou incertains, l'Office d'origine doit, à la demande de l'Administration destinataire, préparer pour chaque dépêche un bulletin conforme au modèle T ci-annexé. Ce bulletin est transmis successivement, sans retard, aux différents services qui participent au transport des dépêches et qui y consignent, l'un après l'autre, les renseignements concernant le transit. *Le dernier bureau de transit doit remettre le bulletin T au bureau de destination. Ce bulletin est renvoyé par l'Office destinataire à l'Office d'origine à l'appui du relevé M.*

Article 61.

Statisque des correspondances à découvert.

1. — Les correspondances ordinaires et recommendées, ainsi que les lettres et boites avec valeur déclarée, provenant du pays même ou des pays au delà, transmises à découvert pendant une période de statistique font l'objet, de la part du bureau d'échange expéditeur, d'une inscription sur la feuille d'avis, libellée comme suit:

Correspondances à découvert	Nombre
Lettres	
Cartes postales	
Autres objets	

Les correspondances exemptes de tous frais de transit conformément aux dispositions de l'article 72 de la Convention ne sont pas comprises dans ces chiffres.

Pour faciliter la vérification, le bureau d'échange expéditeur doit comprendre les correspondances ordinaires inscrites sur la feuille d'avis dans des liasses spéciales portant la mention "Correspondances à découvert". En cas de besoin, les lettres, les cartes postales et les autres objets doivent être enliassés séparément.

2. — A défaut de correspondances à découvert, le bureau expéditeur inscrit en tête de la feuille d'avis la mention: "Pas de correspondances à découvert".

3. — Les inscriptions aux feuilles d'avis sont vérifiées par le bureau destinataire. Si ce bureau constate, *pour une catégorie de correspondances*, des différences de plus de *cinq objets* il rectifie lesdites inscriptions et signale immédiatement l'erreur au bureau expéditeur au moyen d'un bulletin de vérification. Si la différence constatée reste dans la limite précitée, les indications du bureau expéditeur sont tenues pour valables.

4. — Après avoir terminé les opérations statistiques, le bureau d'échange destinataire dresse, en simple expédition, des relevés (modèle O ci-annexé) qu'il transmet, sans retard, à l'Administration centrale dont il relève.

Article 62.

Statistique des dépêches entreposées

Pour les dépêches dont l'entrepôt dans un port donne lieu, aux termes de l'article 71 de la Convention, à une rémunération du profit de l'Office entreposeur, cet Office établit, par pays d'origine, un relevé journalier conforme au modèle P bis ci-annexé et où figurent les indications relatives aux dépêches reçues du pays considéré, par l'entrepôt, pendant la période des 28 jours de la statistique des frais de transit, sans égard aux dates d'expédition et de réexpédition desdites dépêches.

Les indications portées sur les relevés journaliers sont récapitulées, pour chaque pays d'origine, sur un état conforme au modèle P ter ci-annexé et qui est envoyé à l'Administration centrale dudit pays, accompagné des relevés modèle P bis y afférents.

L'état récapitulatif P ter, revêtu de l'acceptation de l'Administration du pays expéditeur, est transmis avec les relevés modèle P bis à l'Administration centrale de l'Office dont relève l'entrepôt.

Article 63.

Services extraordinaires.

Indépendamment des transports aériens, est seul considéré comme service extraordinaire donnant lieu à des frais de transit spéciaux le service entretenu pour le transport territorial accéléré de la Malle dite des Indes.

CHAPITRE II.

COMPTABILITÉ. RÈGLEMENT DES COMPTES

Article 64

Compte des frais de transit

1. — Les poids des dépêches closes, les nombres des correspondances transmises à découvert et, le cas échéant, les nombres de sacs entreposés dans un port sont multipliés par 13 et les produits ainsi obtenus servent de base à des comptes particuliers établissant en francs et centimes les prix annuels de transit revenant à chaque Office.

Le soin de dresser ces comptes incombe à l'Office créditeur qui les transmet à l'Office débiteur.

Dans le cas où le multiplicateur 13 ne correspond pas à la périodicité du service, ou lorsqu'il s'agit d'expéditions extraordinaires faites pendant la période de statistique, les Administrations intéressées s'entendent pour l'adoption d'un autre multiplicateur qui vaut pendant les années auxquelles s'applique la statistique.

2. — Afin de tenir compte du poids des sacs et de l'emballage, ainsi que des catégories de correspondances exemptes de tous frais de transit en conformité des dispositions de l'article 72 de la Convention, le montant total du compte des dépêches closes est réduit de dix pour cent.

3. — Les comptes particuliers sont dressés en double expédition sur la base des relevés M, O et P bis et sur des formules N, P et P ter. Ils sont transmis à l'Office expéditeur aussitôt que possible et, au plus tard, dans un délai de 12 mois suivant l'expiration de la période de statistique.

4. — Si l'Office qui a envoyé le compte particulier n'a reçu aucune observation rectificative dans un intervalle de 6 mois à compter de l'envoi, ce compte est considéré comme admis de plein droit.

Article 65.

Décompte général annuel. Intervention du Bureau international.

1. — Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, le décompte général comprenant les frais de transit et d'entrepôt est établi *annuellement* par le Bureau international.

2. — Aussitôt que les comptes particuliers entre deux Administrations sont approuvés ou considérés comme admis de plein droit (§ 4 l'article précédent), chacune de ces Administrations transmet, sans retard, au Bureau international, un relevé (modèle Q ci-annexé) indiquant les montants totaux de ces comptes. Lors de la réception d'un relevé de la part d'une Administration, le Bureau international en avertit l'autre Administration intéressée.

En cas de différences entre les indications correspondantes fournies par deux Administrations, le Bureau international les invite à se mettre d'accord, et à lui indiquer les sommes définitivement arrêtées.

Lorsqu'une seulement des Administrations a fourni le relevé Q, les indications de cette Administration font foi, à moins que le relevé correspondant de l'Administration retardataire ne soit parvenu au Bureau international en temps opportun pour l'établissement du prochain décompte *général* annuel.

Dans le cas prévu au § 4 de l'article précédent, les relevés doivent porter la mention «Aucune observation de l'Office débiteur n'est parvenue dans le délai réglementaire».

Si deux Administrations se mettent d'accord pour faire un règlement spécial, leurs relevés Q portent la mention «Compte réglé à part — à titre d'information» et ne sont pas compris dans le décompte général *annuel*.

Cette mention est omise dans l'éventualité prévue au § 3 de l'article 75 de la Convention.

Dans ce dernier cas, le Bureau international effectue les exonérations nécessaires et en donne avis aux Offices intéressés.

3. — Le Bureau international établit, à la fin de chaque année, sur la base des relevés qui lui sont parvenus jusque-là et qui sont considérés comme admis de plein droit, un décompte *général* annuel des frais de transit. Ce décompte indique:

a) le Doit et l'Avoir de chaque Office;

b) le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque Office représentant la différence entre le Doit et l'Avoir;

c) les sommes à payer par les Offices débiteurs;

d) les sommes à recevoir par les Offices créditeurs.

Le Bureau international pourvoit à ce que le nombre des payements effectués par les Offices débiteur soit restreint dans la mesure du possible.

4. — Les décomptes *généraux* annuels doivent être transmis aux Administrations de l'Union par le Bureau international, aussitôt que possible et, au plus tard, avant l'expiration du premier trimestre de l'année qui suit celle de leur établissement.

Article 66.

Liquidation des frais de transit

1. — *Sauf entente contraire, le solde résultant du décompte général annuel* du Bureau international ou des règlements spéciaux *est payé* par l'Office débiteur à l'Office créditeur en or *ou* au moyen de traites payables à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier.

En cas de payement au moyen de traites, celles-ci sont établies en monnaie du pays créancier pour un montant équivalent, au jour de l'achat, *à la valeur du solde exprimé en francs. Les frais de payement sont supportés par l'Office débiteur.*

Ces traites peuvent être également tirées sur un autre pays, à la condition qu'elles représentent le même équivalent et que les frais d'escompte soient à la charge de l'Office débiteur.

2. — Le payement du solde *précité* doit être effectué dans le plus bref délai possible, et, au plus tard, pour les pays d'Europe, avant l'expiration d'un délai de 4 mois, et pour les autres pays d'un délai de 5 mois à partir de la date d'envoi du décompte par le Bureau international, *ou de l'invitation à payer, adressée par l'Office créancier à l'Office débiteur, quand il s'agit d'un compte réglé à part.*

Passé *ces délais*, les sommes dues sont productives d'intérêt, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour d'expiration *desdits délais*.

TITRE VIII.

Dispositions diverses.

CHAPITRE UNIQUE

Article 67.

Coupons-réponse.

1. — Les coupons-réponse sont conformes au modèle A ci-annexé et imprimés par les soins du Bureau international sur papier portant en filigrane les mots:

40 c. Union postale universelle. 40 c.

2. — Chaque Administration a la faculté:

a) de donner aux coupons-réponse une perforation distinctive qui ne nuisse pas à la lecture du texte et ne soit pas de nature à entraver la vérification de ces valeurs;

b) de modifier, à la main ou au moyen d'un procédé d'impression, le prix de vente indiqué sur les coupons.

3. — Le Bureau international fournit les coupons au prix coûtant.

4. — Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, les coupons échangés sont envoyés *annuellement* aux Administrations qui les ont émis avec l'indication *globale* de leur nombre *et de leur valeur*.

5. — Aussitôt que deux Administrations se sont mises d'accord sur le nombre des coupons échangés dans leurs relations réciproques, un relevé (modèle D ci-annexé), indiquant le solde débiteur ou créditeur, est dressé par chacune des deux Administrations et transmis par celles-ci au Bureau international. *A défaut d'accord entre deux Administrations dans un délai de six mois, l'Office créditeur établit son décompte et l'envoie au Bureau international.* Pour l'établissement de ce relevé, la valeur du coupon est calculée à 10 centimes par unité. Le Bureau international comprend le solde dans un décompte *annuel*.

Dans le cas où l'une seulement des Administrations aurait fourni le relevé (modèle C) les indications de cette Administration font foi.

6. — Lorsque, dans les rapports entre deux Offices, le solde *annuel* ne dépasse pas 25 francs, l'Office débiteur est exonéré de tout payement et le relevé n'est pas dressé.

7. — Dans le cas où deux Administrations se sont mises d'accord pour faire un règlement spécial, elles ne transmettent pas de relevé au Bureau international.

8. — *Le payement des soldes a lieu dans les conditions prévues à l'article 66.*

Article 68

Cartes d'identité.

1. — Les Administrations désignent les bureaux de poste ou les services postaux qui délivrent les cartes d'identité.

2. — Ces cartes sont établies sur des formules conformes au modèle F ci-annexé. Ces formules sont fournies, au prix coûtant, par le Bureau international.

3. — Au moment de la demande, le requérant remet sa photographie et justifie de son identité. *Les Administrations édictent les prescriptions nécessaires pour que les cartes ne soient délivrées qu'après examen minutieux de l'identité du requérant.*

L'agent inscrit cette demande dans un registre, remplit à l'encre et en caractères latins toutes les indications que comporte la formule de carte d'identité, colle sur celle-ci la photographie à l'endroit désigné, applique mi-partie sur cette photographie et mi-partie sur la carte un timbre-poste représentant la taxe perçue et annule cette figurine au moyen d'une empreinte bien nette du timbre à date.

Il appose ensuite de nouveau l'empreinte de ce timbre ou de son sceau officiel, *de manière qu'elle porte à la fois sur la partie supérieure de la photographie et sur la carte, puis* reproduit *cette empreinte au recto de la carte, signe celle-ci* et la remet à l'intéressé après avoir recueilli sa signature.

4. — Lorsque la physionomie du titulaire s'est modifiée au point qu'elle ne réponde plus à la photographie ou au signalement, la carte doit être renouvelée.

5. — Chaque pays conserve la faculté de délivrer les cartes d'identité du service international selon les règles appliquées pour les cartes en usage dans son service intérieur.

Article 69.

Dépêches échangées avec des bâtiments de guerre.

1. — L'établissement d'un échange, en dépêches closes, entre un Office postal de l'Union et des divisions navales ou bâtiments de guerre de même nationalité, ou entre une division navale ou bâtiment de guerre et une autre de même nationalité, être notifié, autant que possible à l'avance, aux Offices intermédiaires.

2. — La suscription de ces dépêches est rédigée comme suit:

Du bureau de .....

Pour { la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à ..... / le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à..... (Pays). / ou .....

De la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à .....
Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à.....
Pour le bureau de..... (Pays).
ou .....
De la division navale (nationalité) de (désignation de la division) à .....
Du bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à.....

Pour { la division navale (nationalité) de (désignaton de la division) à ..... / le bâtiment (nationalité) le (nom du bâtiment) à..... (Pays).

3. — Les dépêches à destination ou provenant de divisions navales ou de bâtiments de guerre sont acheminées, sauf indication d'une voie spéciale sur l'adresse, par les voies les plus rapides et dans les mêmes conditions que les dépêches échangées entre bureaux de poste.

Le capitaine d'un paquebot postal qui transporte des dépêches à destination d'une division navale ou d'un bâtiment de guerre les tient à la disposition du commandant de la division ou du bâtiment destinataire pour le cas où celui-ci viendrait lui en demander la livraison en route.

4. — Si les bâtiments ne se trouvent pas au lieu de destination quand les dépêches à leur adresse y arrivent, ces dépêches sont conservées au bureau de poste, en attendant leur retrait par le destinataire ou leur réexpédition sur un autre point. La réexpédition peut être demandée, soit par l'Office postal d'origine, soit par le commandant de la division navale ou du bâtiment destinataire, soit enfin par un Consul de même nationalité.

5. — Celles des dépêches dont il s'agit qui portent la mention «Aux soins du Consul de.....» sont consignées au Consulat du pays d'origine. Elles peuvent être ultérieurement, à la demande du Consul, réintégrées dans le service postal et réexpédiées sur le lieu d'origine ou sur une autre destination.

6. — Les dépêches à destination d'un bâtiment de guerre sont considérées comme étant en transit jusqu'à leur remise ou commandant de ce bâtiment, alors même qu'elles auraient été primitivement adressées aux soins d'un bureau de poste ou à un Consul chargé de servir d'agent de transport intermédiaire; elles ne sont donc pas considérées comme étant parvenues à leur adresse, tant qu'elles n'ont pas été livrées au bâtiment de guerre destinataire.

Article 70.

Formules à l'usage du public.

En vue de l'application des dispositions de l'article 31, § 2, de la Convention, sont considérées comme formules à l'usage du public:

les formules C. (Avis de réception); *D^bis* (*Mandat de remboursement international*); *D^ter et D^quater* (*Etiquettes de douane*); F. (Carte d'identité); H. (Renseignements à fournir en cas de réclamation d'un envoi ordinaire); I. (Réclamation d'un envoi recommandé) et *J.* (*Demande de retrait ou de modification d'adresse*).

Article 71.

Délai de garde des documents.

Les documents du service international doivent être conservés pendant une période minima de deux ans.

TITRE IX.

Bureau international.

CHAPITRE UNIQUE

Congrés et Conférences.

Le Bureau international prépare les travaux des Congrés ou Conférences. Il pourvoit aux impressions et à la distribution des documents nécessaires.

Le Directeur de ce Bureau assiste aux séances des Congrès ou Conférences et prend part aux discussions, sans voix délibérative.

Article 73.

Renseignements. Demandes de modifications des Actes.

Le Bureau international doit se tenir en tout temps à la dispositions des membres de l'Union, pour leur fournir, sur les questions relatives au service, les renseignements dont ils pourraient avoir besoin.

Il instruit les demandes de modification ou d'interprétation des dispositions qui régissent l'Union et notifie les résultats des consultations.

Article 74.

Publications.

1. — Le Bureau international rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition, un journal special en langues allemande, anglaise, espagnole et françaisie.

2. — Il publie, d'après les informations fournies en vértu des prescriptions de l'article 82 ci-après un recueil officiel de tous les renseignements d'intérêt général concernant l'exécution de la Convention et du Règlement dans chaque pays de l'Union. Les modifications ultérieures font l'objet de suppléments semestriels. Toutefois, dans les cas d'urgence, lorsqu'une Administration le demande expressément, la notification est faite par circulaire spéciale.

Des recueils analogues concernant l'éxécution des Arrangements de l'Union sont publiés sur la demande des Administrations participant à ces Arrangements.

3. — Les documents publiés par le Bureau international sont distribués aux Administrations de l'Union dans la proportion du nombre d'unités contributives assignées à chacune d'elles par l'article 24 de la Convention.

Les exemplaires et documents supplémentaires qui seraient réclamés par les Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

4. — Le Bureau international est chargé de publier un dictionnaire alphabétique de tous les bureaux de poste du monde, avec une mention spéciale pour ceux de ces bureaux chargés de services qui ne sont pas encore généralisés. Ce dictionnaire est tenu au courant au moyen de suppléments ou de toute autre manière que le Bureau international juge convenable.

Le dictionnaire est *distribué aux Administrations de l'Union à raison de 10 exemplaires par unité contributive assignée à chacune d'elles par l'article 24 de la Convention. Les exemplaires supplémentaires demandés par les Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.*

Article 75

Rapport annuel.

Le Bureau international fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à toutes les Administrations de l'Union.

Article 76

Langue officielle du Bureau international.

La langue officielle du Bureau international est la langue française.

Article 77.

Coupons-réponse. Cartes d'identité. Tableau des équivalents.

Le Bureau international est chargé:

a) de la confection et de l'approvisionnement des coupons-réponse, ainsi que de la liquidation des comptes se rapportant à ce service;

b) de l'établissement et de la distribution des cartes d'identité, ainsi que de l'établissement et de la distribution du tableau des équivalents prévus à l'article 4 ci-dessus.

Article 78.

Balance et liquidation des comptes

1. — Le Bureau international est chargé d'opérer la balance et la liquidation des comptes de toute nature relatifs au service international des postes entre les Administrations que déclarent vouloir emprunter son intermediaire. Celles-ci se concertant, à cet effet, entre elles et avec ce Bureau.

2. — Sur la demande des Administrations intéressées, les décomptes télégraphiques peuvent aussi être indiqués au Bureau international pour entrer dans la compensation des soldes.

3. — Chaque Administration conserve le droit d'établir à son choix des décomptes spéciaux pour diverses branches du service et d'en opérer à sa convenance le règlement avec ses correspondants, sans employer l'internédiaire du Bureau international, auquel elle se borne à indiquer pour quelles branches de service et pour quels pays elle réclame ses offices.

4. — Les Administrations qui auront emprunté l'intermédiaire du Bureau international pour la balance et la liquidation des décomptes peuvent cesser d'user de cet intermédiaire trois mois après en avoir donné avis.

Article 79.

Etablissement des comptes.

1. — Lorsque les comptes particuliers ont été débattus et arrêtés d'un commun accord, les Offices débiteurs transmettent aux Offices créditeurs, pour chaque nature d'opérations, une reconnaissance, établie en francs et centimes, du montant de la balance des deux comptes particuliers, avec l'indication de l'objet de la créance et de la période à laquelle elle se rapporte.

Sauf entente contraire, l'Office qui *désirerait*, pour sa comptabilité intérieure, avoir des comptes généraux, aurait à les établir lui-même et à les soumettre à l'acceptation de l'Office correspondant.

Les Offices peuvent s'entendre pour pratiquer un autre système dans leurs relations.

2. — Chaque Office adresse au Bureau international mensuellement ou trimestriellement, si des circonstances spéciales le rendent désirable, un tableau indiquant son Avoir du chef des décomptes particuliers, ainsi que le total des sommes dont il est créditeur envers chacun des Offices contractants; chaque créance figurant dans ce tableau doit être justifiée par une reconnaissance de l'Office débiteur.

Ce tableau doit parvenir au Bureau international le 10 de chaque mois ou du premier mois de chaque trimestre au plus tard. A défaut, il n'est compris que dans la liquidation du mois ou du trimestre suivant.

3. — Le Bureau international constate, en rapprochant les reconnaissances, si les tableaux sont exacts. Toute rectification nécessaire est notifiée aux Offices intéressés.

Le Doit de chaque Office envers un autre est reporté dans un tableau récapitulatif; afin d'établir le total dont chaque Office est débiteur, il suffit d'additionner les diverses colonnes de ce tableau récapitulatif.

Article 80.

Balance générale.

1. — Le Bureau international réunit les tableaux et les récapitulations en une balance générale indiquant:

a) le total du Doit et de l'Avoir de chaque Office;

b) le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque Office, représentant la différence entre le Doit et l'Avoir;

c) les sommes à payer par une partie des membres de l'Union à un Office ou réciproquement les sommes à payer par ce dernier.

Il veille, dans la mesure du possible, à ce que chaque Office n'ait à effectuer, pour se libérer, qu'un ou deux payements distincts.

Toutefois, l'Office qui se trouve habituellement à découvert-à-vis d'un autre Office pour une somme supérieure à 50,000 francs a le droit de réclamer des acomptes.

Ces acomptes sont inscrits, tant par l'Office créditeur que par l'Office débiteur, au bas des tableaux à adresser au Bureau international.

2. — Les reconnaissances transmises au Bureau international avec les tableaux sont classées par Office.

Elles servent de base pour l'établissement de la liquidation des comptes de chacun des Offices intéressés. Dans cette liquidation doivent figurer:

a) les sommes afférentes aux comptes spéciaux portant sur les divers échanges;

b) le total des sommes résultant de tous les comptes spéciaux par rapport à chacun des Offices intéressés;

c) les totaux des sommes dues à tous les Offices créditeurs pour chaque branche du service, ainsi que leur total général.

Ce total doit être égal au total du Doit qui figure dans la récapitulation.

Au bas du bordereau de liquidation, la balance est établie entre le Doit et l'Avoir résultant des tableaux adressés par les Offices au Bureau international. Le montant net du Doit ou de l'Avoir doit être égal au solde débiteur ou au solde créditeur porté dans la balance générale. En outre, le bordereau indique les Offices en faveur desquels le payment doit être effectué par l'Office débiteur.

Les bordereaux de liquidation doivent être transmis aux Offices intéressés par le Bureau international au plus tard le 22 de chaque mois.

Article 81.

Payement.

Le payement des sommes dues, en vertu d'une liquidation, par un Office à un autre Office doit être effectué aussitôt que possible et au plus tard quinze jours après la réception du bordereau de liquidation par l'Office débiteur. Quant aux autres conditions de payement, les dispositions du § 1 de l'article 66 sont applicables. Les dispositions du § 2 dudit article font règle en cas de non-payement du solde dans le délai fixé.

Les soldes débiteurs ou créditeurs n'excédant pas 500 francs peuvent être reportés à la liquidation du mois suivant, à la condition toutefois que les Offices intéressés soient en rapport mensuel avec le Bureau international. Il est fait mention de ce report dans les récapitulations et dans les liquidations pour les Offices créditeurs et débiteurs. L'Office débiteur fait parvenir, le cas échéant, à l'Office créditeur, une reconnaissance de la somme due, pour être portée au prochain tableau.

Article 82.

Communications à adresser au Bureau international.

1. — Les Administrations doivent se communiquer notamment par l'intermédiaire du Bureau international:

a) l'indication des surtaxes qu'elles perçoivent pour frais de transport extraordinaire en vertu *des articles 38 et 73* de la Convention, ainsi que la nomenclature des pays auxquels s'appliquent ces surtaxes et, s'il y a lieu, la désignation des services qui en motivent la perception;

b) la collection en trois exemplaires de leurs timbres-poste et des impressions-types de leurs machines à affranchir, avec indication de la date à partir de laquelle les timbres-poste des émissions antérieures cesseraient d'avoir cours;

c) leur décision au sujet de la faculté d'appliquer ou non certaines dispositions générales de la Convention et du Règlement;

d) les taxes modérées qu'elles ont adoptées, en vertu de l'article 5 de la Convention, et l'indication des relations auxquelles ces taxes sont applicables;

e) la liste des bureaux de poste qu'elles entretiennent dans des pays étrangers à l'Union;

f) la liste des objets interdits à l'importation ou au transit et de ceux qui sont admis conditionnellement au transport dans leurs services respectifs;

g) la liste *de toutes les* lignes de paquebots *en partance de leurs ports et utilisées pour le transport des dépêches* avec indication des parcours, *des distances et des durées de parcours entre les ports d'escale*, de la périodicité du service *et des pays auxquels les frais de transit maritime, en cas d'utilisation des paquebots, doivent être payés;*

h) *leurs adresses télégraphiques;*

i) *l'indication qu'elles admettent, dans les envois affranchis au tarif des lettres, des objets passibles de droits de douane.*

2. — Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard.

3. — Les Administrations doivent fournir au Bureau international deux exemplaires des documents qu'elles publient, tant sur le service intérieur que sur le service international.

Article 83.

Liste des pays étrangers à l'Union.

Les Offices de l'Union qui ont des relations avec des pays étrangers à l'Union fournissent aux autres Offices la liste de ces pays. Cette liste comporte les indications suivantes:

a) frais de transit maritime ou territorial applicables au transport en dehors des limites de l'Union;

b) désignation des correspondances admises;

c) affranchissement obligatoire ou facultatif;

d) limite, pour chaque catégorie de correspondances, de la validité de l'affranchissement perçu (jusqu'à destination, jusqu'au port de débarquement, etc.);

e) étendue de la responsabilité pécuniaire en matière d'envois recommandés;

f) admission ou non-admission des avis de réception;

g) tarif d'affranchissement en vigueur dans le pays en dehors de l'Union par rapport aux pays de l'Union.

Article 84.

Statistique générale.

1. — Le Bureau international dresse une statistique générale pour chaque année.

A cet effet, les Administrations lui font parvenir une série aussi complète que possible de renseignements statistiques sous forme de tableau à dresser conformément aux modèls R et S ci-annexés. Le tableau R est transmis à la fin du mois de juillet de chaque année; mais les renseignements compris dans les parties I, II et IV de ce tableau ne sont fournis que tous les trois ans; le tableau S est également transmis tous les trois ans, à la même date. Les renseignements fournis se rapportent toujours à l'année précédente.

2. — Les opérations de service qui donnent lieu à enrégistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3. — Pour toutes les autres opératins, il est procédé chaque année à un comptage des objets de toute nature, sans distinction entre les lettres, cartes postales, imprimés, papiers d'affaires et échantillons de marchandises, et au moins tous les trois ans, à un dénombrement des différentes catégories de correspondances.

4. — Les statistiques ont lieu pendant une semaine pour les échanges quotidiens et pendant quatre semaines pour les échanges non quotidiens. Est réservé à chaque Administration le droit de procéder à ces statistiques aux époques qui correspondent le mieux à la moyenne de son trafic postal.

5. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les statistiques spéciales, le dénombrement des différentes catégories est fait d'après les chiffres proportionnels tirés de la précédente statistique spéciale.

6. — Le Bureau international fait imprimer et distribue les formules de statistique à remplir par chaque Administration. Il fournit aux Administrations qui en font la demande toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer l'uniformité des opérations de statistique.

Article 85.

Dépenses du Bureau international.

1. — Les dépenses ordinaires du Bureau international ne doivent pas dépasser, par année, la somme de 300.000 francs suisses.

2. — L'Administration des postes suisses surveille les dépenses du Bureau international, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel qui est communiqué aux autres Administrations.

3. — Les sommes avancées par l'Administration des postes suisses suivant le § 2 de cet article, doivent être remboursées par les Offices débiteurs dans le plus bref délai possible, et au plus tard avant le 31 décembre de l'année d'envoi du compte. Passé ce délai, les sommes dues sont productives d'intérêt au profit de ladite Administration, à raison de sept por cent l'an à compter du jour d'expiration dudit délai.

4. — Les pays de l'Union sont classés ainsi qu'il suit, en vue de la répartition des frais:

1e classe: Union de l'Afrique du Sud, Allemagne, Etats-Unis d'Amérique, Argentine (République), Confédération australienne (Commonwealth of Australia), Canada, Chine, France, Grande-Bretagne, Inde britannique, *Etat libre d'Irlande*, Italie, Japon, *Nouvelle-Zélande*, Turquie, Union des Républiques Soviétistes Socialistes;

2e classe: Espagne, Mexique;

3e classe: Belgique, Brésil, Egypte, Grèce, Hongrie, Pays-Bas, Pologne, Roumanie, Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, Suède, Suisse, Tchécoslovaquie, Algérie, colonies et protectorats français de l'Indochine, ensemble des autres colonies françaises, ensemble des possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les îles Philippines, Indes néarlandaises;

4e classe: Chosen, Danemark, Finlande, Norvège, Portugal, colonies portugaises de l'Afrique, colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie;

5e classe: Bulgarie, Cuba, Colombie, Esthonie, Lettonie, Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), Maroc (Zone espagnole), Pérou, Tunisie;

6ª classe: Albanié, Bolivie, Costa-Rica, Cuba, Dantzig (Ville libre), République Dominicaine, Equateur, *Ethiopie*, Guatemala, Haiti, République du Honduras, Lithuanie, Luxemburg, République de Nicaragua, République de Panama, Paraguay, Perse, République de Salvador, Territoire de la Sarre, Royaume de Siam, Uruguay, Vénézuela, colonies néerlandaises en Amérique;

7ª classe: Autriche, Colonie du Congo belge, établissements espagnols du golfe de Guinée, Islande, ensemble des colonies italiennes, ensemble des dépendances japonaises autres que le Chosen, Libéria, Iles Philippines, République de St-Marin.

DISPOSITIONS FINALES

Article 86.

Mise à exécution et durée du Règlement

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention postale universelle. Il aura la même durée que cette Convention à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les Parties intéressés.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly. — D. J. O'Kelly.*

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — Eugène K. White. — Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lagos. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo Belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mlo. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Alderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneau.

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carcallo

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. *Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.*

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Saggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Morgan Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousso.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicauet — A. Bodu. — Doumerc. — G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson. — E. L. Ashley Eggles. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour al Hungrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O' Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil. — P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Riarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Magdrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picaretti. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picaretti. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — [illegible] — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Edv. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

L. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxemburg:

Jungles.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — R. Nieto.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Hotime.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

J. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *J. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

J. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *J. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Jurenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Ptres Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvádor:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovaccic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sampakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kiklmark. — Gunnar Lager. — Lore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zabradsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly.* — *Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — *V. Dovgolevski.* — *E. Hirschfeld.* — *E. Syrevitch.* — *Katiss.* — *V. Tchitchinadse.*

Pour l'Uruguay:

Adolf Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Générale: Le Chef des Archives, *Carddandgren.*

IV

Protocole final du Règlement

Au moment de procéder à la signature du Règlement d'exécution de la Convention arrêté par le Congrès postal universel de Stockolm, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

STATISTIQUE SPÉCIALE DE TRANSIT POUR LA RÉPUBLIQUE TURQUE

L'Office turc à la faculté de faire dresser une statistique spéciale pendant les mois d'otobre-novembre de l'année 1925 pour les acpêches de et pour la Perse et les pays situés au sud de la Turquie d'Asie. Elle servira de base pour les décomptes des frais de transit pendant toute la période prévue par la Convention et le Règlement.

II

STATISTIQUE SPÉCIALE DE TRANSIT POUR L'UNION DES RÉPUBLIQUES SOVIÉTISTES SOCIALISTES

Il est loisible à l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes de faire dresser en octobre-novembre de l'année 1925 une statistiqu spéciale des correspondances transitaires par le Transibérien. Cette statistique servira de base pour les décomptes des frais de transit pendant la période de 1921 — 1928.

III

PAYEMENT DES SOLDES DE FRAIS DE TRANSIT

1. — En cas de payement au moyen de traites du solde prévu à l'article 66, celles-ci sont ex-primées en monnaie d'un pays où les billets de banque sont échangeables à vue contre de l'or et où l'importantion et l'exportation de l'or sont libres. Si les monnaies de plusieurs pays répondent à ces conditions, c'est au pays créditeur de désigner la monnaie qui lui convient. La conversion se fait au pair des monnaies d'or.

2. — Les traites peuvent être exprimées aussi en monnaie du pays créditeur si les deux pais se sont mis d'accord à ce sujet. Dans ce cas, le solde est converti au pair des monnaies d'or en monnaie d'un pais où les billets de banque sont échangeables à vue contre de l'or et où l'importation et l'exportation son libres. Le résultat obtenu est ensuite converti dans la sonnaie du pays débiteur et de celle-ci dans la monnaie du pays créditeur au cours de la bourse de la capitale ou d'une place commerciale du pays débiteur au jour de la remise de l'ordre d'achat de la traite.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même du Règlemente auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly.* — *D. J. O'Kelly.*

Pour l'Albaine.

Dorià Bjurström.

our l'Allemagne:

W. Schenk. — *K. Orth.*

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — *Eugène R. White.* — *Edwin Sands.*

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amerique autres que lhes Iles Philipines:

Joseph Stewarth. — *Eugène R. White.* — *Edwin Sands.*

Pour les Philipines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — *Gunnar Lager.* — *Thore Wennqvist.*

Pour la Belgique:

A. Pirard. — *Hub. Krains.* — *O. Schockaert.*

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — *G. Tondeur.*

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — *J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgairie:

N. Boschnacoff. — *St. Ivanoff.*

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — *L. Tayle Salinas.* — *C. Verneuil.*

Pour la Chine:

Tai Tchi Ernc Liane.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmlod.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousso.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hieguet. — A. Bolly. — Douarche. G. Bechet.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

E. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Haha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O'Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil. — P. S. Mac Cathmhaoil — D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — R. Nieto.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Novelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Scheuer. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fehimed Dowleh. — E. Pirc.

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Parcival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lagerfelt. — Thorg Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dovgolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrcitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolph Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 sept 1924. — Pour le secrétaire général: le chef des archives, *Caudaudgren.*

ANNEXES

A

COUPON-RÉPONSE INTERNATIONAL

(*a*)..... (*b*)

(*c*)

Timbre du bureau d'origine

Timbre du bureau d'échange

(*Dessin*)

(*d*) Ce coupon peut être échangé dans tous les pays de l'Union contre un timbre-poste ou des timbres-poste représentant le montant de l'affranchissement d'une lettre simple à destination de l'étranger: il est valable pendant un délai de six mois, non compris celui de son émission.

(Nom du pays d'émission.)

(*a*) Traduction de l'en-tête dans la langue du pays d'émission.

(*b*) Prix de vente dans le pays d'émission.

(*c*) Cet espace est occupé par une traduction du texte (*a*) dans la langue du pays d'émission.

(*d*) Cette explication est répétée au verso dans les langues de plusieurs pays.

(Dimensions 74×105 mm.)

B

R LAUSANNE N° 1460

C

(Recto)

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....1)

Envoi recommandé (.....) (2)

Colis

Lettre — Boîte — Colis

avec valeur déclarée de.....

Mandat de poste de.....

enregistré au bureau de poste de.....

le.....sous le N°.....

expédié par M.....

et adressé à M.....

à .....

1) Le recto est à remplir par l'Office d'origine.
2) Nature de l'envoi (lettre, imprimé, etc.)

AVIS DE RÉCEPTION
AVIS DE PAYEMENT

Timbre du bureau expediteur de l'avis

1) A.....

.....

.....

.....
(Lieu de destination)

SERVICE DES POSTES .....
(Pays de destination)

1) A remplir par l'expéditeur.

(Verso)

Le soussigné déclare que l'envoi / le mandat mentionné d'autre part

a été dûment livré / payé le.....192...

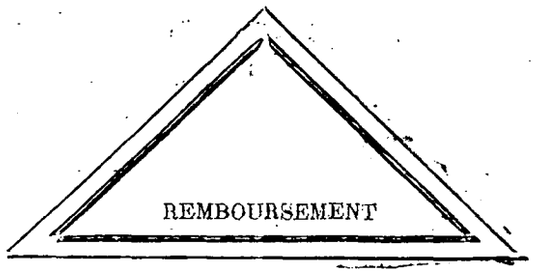
Timbre du bureau destinataire

Signature 1)
du destinataire: de l'agent du bureau destinataire:

1) Cet avis doit être signé par le destinataire ou, si les règlements du pays de destination le comportent, par l'agent du bureau destinataire, et renvoyé par le premier courrier directement à l'expéditeur.

(Dimensions 105×148 mm.)

D



D bis

(Recto)

COUPON
du
mandat
de
remboursement
de.....
(Montant en chiffres)
pour
n°.....
déposé

le.....192....

à.....par

M.....

à l'adresse de

M.....

à.....

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

MANDAT DE REMBOURSEMENT INTERNATIONAL

de la somme de

(en chiffres arabes)

(les unités en toutes lettres et en caractères latins)

Pour l'envoi n°.....expédié le.....

Payable á M.....

Lieu de destination.....

Adresse du destinataire.....

Pays de destination.....

INDICATIONS DE SERVICE (*)

Numéro
Date
Bureau
Pays
} d'émission ou de dépôt .....

Signature de l'agent qui a dressé le mandat :

Somme versée

(Monnaie du pays destinataire de l'envoi)

Timbre de bureau d'émission ou de dépôt

*) Indications à remplir par l'Office destinataire de l'envoi aprés l'encaissement du montant du remboursement.

D bis

(Verso)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part

Lieu.....

Le.....192...

Signature du destinataire

.....

Registre d'arrivée.

N°.....

Timbre du bureau payeur

(Dimensions 105×148 mm.)

D ter

DOUANE
(peut être ouvert d'office).

Nature de la marchandise.....

.....

Poids.....

Valeur.....

.....

(Dimensions: 44×62 mm.)

DQUATER

DOUANE
(peut être ouvert d'office)

(Dimensions 26 × 37 mm.)

PAYS D'ORIGINE ..... E PAYS DE DESTINATION .....

FEUILLE D'AVIS

Timbre de bureau expéditeur:

Timbre de bureau destinataire:

Dépêche (..... envoi) du bureau d'échange .....
pour le bureau d'échange .....
expédiée le ..... 192...., à ..... h..... m.
arrivée le ..... 192...., à ..... h..... m.

I. Envois exprès.

Application éventuelle du timbre Exprès

II. Numéro de la dépêche et nombre des sacs.

Numéro d'ordre de la dépêche .....
Paquebot .....
Via .....
Nombre des sacs composant la dépêche (y compris les sacs contenant les sacs vides) .....

III Récapitulation des envois inscrits.

		Nombre
Sacs contenant des envois recommandés		
Paquets contenant des envois recommandés		
Listes spéciales		
Total des envois recommandés		
Sacs contenant des envois avec valeur déclarée		
Paquets contenant des envois avec valeur déclarée		
Total des envois avec valeur déclarée		

IV. Indications de service.

	Nombre
Sacs utilisés pour la confection de la dépêche appartenant à l'Office expéditeur	
Sacs en retour appartenant à l'Office destinataire	

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

3

V. Liste des envois recommandés.

N°s d'ordre	Bureaux d'origine	Numéros d'inscription	Observations
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

VI. Dépêches closes insérées dans la présente dépêche

Bureaux d'origine	Bureaux de destination	Nombre des sacs
.....	.....	.....
.....	.....	.....
.....	.....	.....

L'employé du bureau d'échange expéditeur:

.....

L'employé du bureau d'échange destinataire:

.....

(Dimensions 210 × 297 mm.)

Ebis

Timbre de bureau expéditeur:

Timbre du bureau destinataire:

Administration des postes d.....

Liste spéciale N°.....

des envois recommandés de la dépêche N°..... (..... envoi)

de..... pour .....

Nos. d'ordre	Bureau d'origine	Numéros d'inscription	Observations	Nos. d'ordre	Bureaux d'origine	Numéros d'inscription	Observations
1				31			
2				32			
3				33			
4				34			
5				35			
6				36			
7				37			
8				38			
9				39			
10				40			
11				41			
12				42			
13				43			
14				44			
15				45			
16				46			
17				47			
18				48			
19				49			
20				50			
21				51			
22				52			
23				53			
24				54			
25				55			
26				56			
27				57			
28				58			
29				59			
30				60			

L'employé du bureau d'échange expéditeur:

.....

L'employé du bureau d'échange destinataire:

.....

(Dimensions 210 × 297 mm.)

F

4.

OBSERVATIONS

1. Cette carte est reconnue comme pièce justificative d'identité pour les opérations postales.
2. Les cartes d'identité, valables pendant trois ans, sont délivrées par les bureaux ou services postaux, pourvu que le demandeur soit connu notoirement à la poste ou qu'il soit à même de justifier de son identité d'une manière irréfutable. Les cartes doivent être libellées en caractères latins.
3. Si, pendant la validité de la carte, la physionomie du titulaire s'est modifiée au point qu'elle ne réponde plus à la photographie ou au signalement, le carte doit être renouvelée.
4. Les Administrations des postes ne sont pas responsables des conséquences que peut entraîner la perte, la soustraction ou l'empoi frauduleux de la présente carte.

1.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Administration des Postes

de.....

Carte d'identité n°.....

valable jusqu'au.....

Titulaire

Nom:.....

Prénoms:.....

Profession:.....

Domicile:.....

Délivrée par le bureau ou le service

de.....

le.....

Timbre à date ou sceau officiel

Le Chef de service

(Dimensions 105 × 148 mm.)

2.

Photographie

Timbre-poste

(la moitié sur la photographie)

Signature du titulaire:

3.

SIGNALEMENT (*)

Année de naissance:.....

Lieu de naisance:.....

Taille:.....

Cheveux:.....

Yeux:.....

Marques particulières:.....

(*) Les indications du signalemente doivent, le cas échéant, porter une traduction intarlinéaire en langue française.

(Dimensions 105 × 148 mm.)

G

ADMINISTRATION DES POSTES

d .....

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

.....

Timbre du bureau expéditeur

Timbre du bureau destinataire

BULLETIN DE VÉRIFICATION

pour la constatation et la rectification des erreurs et irrégularités de toute nature reconnues dans la dépêche N° .....

du bureau d'échange d.....

pour le bureau d'échange d.. .....

.....e expédition du .....192....á .....h. .....

ERREURS OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

(Manque de la dépêche, manque d'envois recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche spoliée, lacérée ou en mauvais état, etc.)

A ....., le ..... 192....

Les employés du bureau d'échange destinataire

.....

A ....., le ..... 192....

Vu et accepté:

Le chef du bureau d'échange expéditeur

.....

(Dimensions: 148 × 210 mm.)

ADMININTRATION DES POSTES

d .....

BUREAU d.....

Timbre du bureau expéditeur

H

(Recto)

RENSEIGNEMENTS A FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN ENVOI ORDINAIRE NON PARVENU

I. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)

Demandes	Réponses
a. Nature de l'envoi (lettre, carte postale, journal ou autre imprimé, échantillon ou papiers d'affaires).	
b. Adresse portée sur l'envoi?	
c. Quelle est l'adresse exacte du destinataire?	
d. L'envoi était-il volumineux?	
e. Que renfermait-il? (Signalement aussi exact et complet que possible.)	
f. Date précise ou approximative du dépôt à la poste.	
g. Nom et domicile de l'expéditeur.	
h. En cas de recherches fructueuses, à qui, de l'expéditeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé?	

II. PAR L'EXPÉDITEUR

i. L'envoi était-il affranchi et, dans l'affirmative, quelle était la valeur des timbres-poste apposés?	
j. Date et heure du dépôt à la poste.	
k. Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boite? Dans ce dernier cas, à quelle boite?	
l. Le dépôt a-t-il été effectué par l'expéditeur lui-même ou par un tiers? Dans ce dernier cas, par quelle personne?	
m. Renseignements particuliers du bureau d'origine.	
n. Renseignements du 1er bureau intermédiaire.	
o. Renseignements du 2e bureau intermédiaire.	

La présente formule doit être renvoyée à .....

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

BUREAU d.....

Timbre du bureau expéditeur

H

(Verso)

III. RENSEIGNEMENTS A FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN ENVOI ORDINAIRE NON PARVENU

Demandes	Réponses
p. L'envoi est-il parvenu au destinataire?	
q. Les correspondances sont-elles d'ordinaire retirées du bureau de poste ou distribuées à domicile?	
r. A qui sont-elles confiées dans le premier cas?	
s. Dans le second cas, sont-elles remises directement au destinataire ou à une personne attachée à son service; ou bien déposées dans une boîte particulière? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée?	
t. La perte des correspondances s'est-elle déjà produite souvent? Dans l'affirmative, indiquer la provenance des correspondances perdues.	
u. Renseignements particuliers du bureau de destination.	

La présente formule doit être renvoyée à.....

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

BUREAU d.....

Timbre du bureau d'origine

I

(Recto)

RÉCLAMATION

A remplir dans le service d'origine

d'un envoi recommandé (.....) (*a*)
ou d'un envoi de valeur déclarée de..... (.....) (*b*)
contenant (.....) (*c*)
déposé par M..... le.....
sous le N°..... au bureau de..... à l'adresse suivante:
.....
.....
..... (*d*)
et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception..... (*e*)

A remplir dans le service de destination

en cas de distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le.....

Timbre du bureau distributeur

Le chef du bureau distributeur,

en cas de non-distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné.....
est encore en instance au bureau de.....
a été renvoyé au bureau d'origine le.....
a été réexpédié le..... à..... (*f*)
n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau de destination

Le chef du bureau de destination,

(*a*) Lettre, échantillon, imprimé, etc.
(*b*) Lettre ou boîte.
(*c*) Description du contenu, autant que possible.
(*d*) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.
(*e*) Biffer, le cas échéant.
(*f*) Indiquer l'adresse exacte et complète.

(*Dimensions: 210×297 mm.*)

I

(Verso)

A REMPLIR SEULEMENT DANS LE CAS OÙ LE SORT DE L'ENVOI N'A PU ETRE ÉTABLI PAR LES RECHERCHES PRÉVUES AU RECTO.

A remplir dans le service d'origine

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'echange de.....
.....du.....192.....(.....e envoi) pour le bureau d'echange de.....
.....
du tableau V de la feuille d'avis *ou de la liste spéciale.*
Il a été inscrit sous le N°.....
de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
.....du.....192.....(.....e envoi) pour le bureau d'échange
du.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.
Il a été inscrit sous le N°.....
de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

A remplir dans les services intermédiaires

L'envoi désigné d'autre part a été insére dans la dépêche du bureau d'échange de.....
.....du.....192.....(.....e envoi) pour le bureau d'échange
.....
du table V de la feuille d'avis ou de liste spéciale.
Il a été inscrit sous le N°.....
de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
.....du.....192.....(.....e envoi) pour le bureau d'échange
de.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.
Il a été inscrit sous le N°.....
de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

RÉPONSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

J

(Recto)

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

DEMANDE DE RETRAIT OU DE MODIFICATION D'ADRESSE (*)

RECLAMATION PAR VOIE POSTALE

(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau.....*(d'origine)*
pour être remis à l'expéditeur l..... *(nature de l'objet)*
numéro..... adressé.....à votre bureau le.....192..... et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

A..... le.....192.....

Timbre du bureau

Le.....des postes,

.....

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer.....*(telle indication)*
à .....*(telle autre indication)* sur la suscription de l..... *(nature de l'objet)* numéro.....adressé à votre bureau le.....192.....du bureau de,.....et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

A....., le.....192.....

Timbre du bureau

Le.....des poste,

.....

(*) Biffer le recto ou le verso, suivant les cas.

(Dimensions 210 × 297 mm.)

J

(Verso)

RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE

(Télégramme aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Renvoyer à l'origine.....(tel objet) numéro.....adressé.....
(ce jour ou le.....) à M.....(Adresse exacte du destinataire)
Cachet:.....(Description).
Suscription:.....(Format et couleur de l'envoi).
Particularités:.....(Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau

(Signature)

.....

Receveur des postes.

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE (*)

Substituer.....(telle indication) à.....(telle autre indication)
sur l'adresse de l.....(nature de l'objet) numéro.....expedié.....(ce jour ou le.....)
à votre bureau pour M.....(Adresse exacte du destinataire).
Cachet:.....(Description).
Suscription:.....(Format et couleur de l'envoi).
Particularités:.....(Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau

(Signature)

.....

Receveur des postes.

(*) N.E. Il ne peut être satisfait à cette demande qu'après réception du fac-simile par la poste.

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

BUREAU d.....

Timbre du bureau d'origine

I

(Recto)

RÉCLAMATION

A remplir dans le service d'origine

d'un envoi recommandé (.....) (*a*)
ou d'un envoi de valeur déclarée de..... (.....) (*b*)
contenant (.....) (*c*)
déposé par M..... le.....
sous le N°..... au bureau de..... à l'adresse suivante:
.....
.....
..... (*d*)
et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception..... (*e*)

A remplir dans le service de destination

en cas de distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le.....

Timbre du bureau distributeur

Le chef du bureau distributeur,

en cas de non-distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné.....
est encore en instance au bureau de.....
a été renvoyé au bureau d'origine le.....
a été réexpédié le..... à..... (*f*)
n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau de destination

Le chef du bureau de destination,

(*a*) Lettre, échantillon, imprimé, etc.
(*b*) Lettre ou boîte.
(*c*) Description du contenu autant que possible.
(*d*) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.
(*e*) Biffer, le cas échéant.
(*f*) Indiquer l'adresse exacte et complète.

(Dimensions: 210×297 m.m.)

I

(Verso)

A REMPLIR SEULEMENT DANS LE CAS OÙ LE SORT DE L'ENVOI N'A PU ETRE ÉTABLI PAR LES RECHERCHES PRÉVUES AU RECTO.

A remplir dans le service d'origine

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'echange de.....
.....du.....192.....(.....e envoi) pour le bureau d'echange de.....
.....
du tableau V de la feuille d'avis *ou de la liste spéciale.*
Il a été inscrit sous le N°..... de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

A remplir dans les services intermédiaires

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
.....du.....192....(.....e envoi) pour le bureau d'échange
du.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.
Il a été inscrit sous le N°..... de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
.....du.....192....(.....e envoi) pour le bureau d'échange
.....
du table V de la feuille d'avis ou de liste spéciale.
Il a été inscrit sous le N°..... de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
.....du.....192.....(.....e envoi) pour le bureau d'échange
de.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.
Il a été inscrit sous le N°..... de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

RÉPONSE DÉFINITIVE

de l'Office de destination ou, le cas échéant; de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

J

(Recto)

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

DEMANDE DE RETRAIT OU DE MODIFICATION D'ADRESSE (*)

RECLAMATION PAR VOIE POSTALE

(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau.....*(d'origine)*
pour être remis à l'expéditeur l..... *(nature de l'objet)*
numéro..... adressé.....à votre bureau le.....192..... et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

A..... le.....192.....

Timbre du bureau

Le.....des postes,

.....

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer.....*(telle indication)*
à .....*(telle autre indication)* sur la suscription de l.....*(nature de l'objet)* numéro.....adressé à votre bureau le.....192.....du bureau de,.....et dont la suscription est conforme au fac-similé ci-joint.

A....., le.....192.....

Timbre du bureau

Le.....des poste,

.....

(*) Biffer le recto ou le verso, suivant les cas.

(Dimensions 210 × 297 mm.)

J

(Verso)

RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE

(Télégramme aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Renvoyer à l'origine.....(tel objet) numéro.....adressé.....
(ce jour ou le.....) à M.....(Adresse exacte du destinataire)
Cachet:.....(Description).
Suscription:.....(Format et couleur de l'envoi).
Particularités:.....(Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau

(Signature)

.....

Receveur des postes.

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE (*)

Substituer.....(telle indication) à.....(telle autre indication)
sur l'adresse de l.....(nature de l'objet) numéro.....expédié.....(ce jour ou le.....)
à votre bureau pour M.....(Adresse exacte du destinataire).
Cachet:.....(Description).
Suscription:.....(Format et couleur de l'envoi).
Particularités:.....(Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau

(Signature)

.....

Receveur des postes.

(*) N.E. Il ne peut être satisfait à cette demande qu'après réception du fac-similé par la poste.

K

ADMINISTRATION DES POSTES

BUREAU

a.....

.....

AVIS DE L'ENVOI,

SOUS RECOMMANDATION D'OFFICE, DE L'OBJET DE CORRESPONDANCE DÉCRIT CI-APRES PARAISSANT REVÊTU D'UN TIMBRE-POSTE FRAUDULEUX OU D'UNE EMPREINTE CONTREFAITE DE MACHINE A AFFRANCHIR

Nature de l'objet	Bureau d'origine et date d'expedition	Copie textuelle de l'adresse	Indication du timbre-poste présumé frauduleux ou de l'empreint contrafaite de machine à affranchir (Valeur)	Obssrvations
1	2	3	4	5

Timbre du bureau expéditeur

..... des postes.

(Dimensions: 148 × 210)

Timbre à date du bureau de destination

L

ADMINISTRATION DES POSTES

de.....

PROCÈS-VERBAL

dressé à..... par application de l'article 79 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article 45 de son Règlement.

Emploi d'un timbre-poste frauduleux ou d'une empreinte contrefaite de machine à affranchir.

L'an mil neuf cent vingt..... le.....

Nous soussignés..... des postes à..... agissant en vertu de l'article 79 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article 45 de son Règlement, et assistant à la vérification d'.....

..... [1]) expédié le.....

..... à l'adresse de M.....

à ....., pesant..... et affranchi à raison de..... avons constaté que cet envoi était revêtu [2])..... { d'un timbre poste présumé frauduleux / d'une empreinte contrefaite de machine à affranchir.

ce qui constitue la contravention prévue par l'article 79 de la Convention.

Le destinataire nous a déclaré [2] { qu'il refusait de faire connaître l'expéditeur / que l'expéditeur lui est inconnu / que l'expéditeur est M[3])

..... En conséquence

.....

nous lui avons remis.....

.....

nous avons saisi.....

.....

à l'effet de les transmettre à l'Administration des postes d.....

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple expédition pour qu'il y soit donné suite conformément à l'article 79 de la Convention et à l'article 45 du Règlement susmentionnés.

Signature du destinataire ou du fondé de pouvoirs.

Signature d..... des postes.

(Dimensions: 148×210 ou 210×297 mm.)

[1]) Nature de l'envoi (lettre, échantillon, imprimés, papiers d'affaires etc.).

[2]) Biffer, suivant le cas, l'une ou l'autre de ces indications.

[3]) Nom et adresse du contrevenant (s'il habite une grande ville, indiquer la rue et le numéro de la maison).

M

Office expéditeur

.....

Office destinataire

.....

TRANSIT EN DÉPÊCHES CLOSES

Dépêches du bureau d'échange d.....

pour le bureau d'échange d.....

expédiées par l'intermédiaire d.....

Dates	Première dépêche du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange d.....		Deuxième dépêche du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange d.....		Troisième dépêche du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange d.....	
	Poids brut		Poids brut		Poids brut	
	Lettres et cartes postales	Autres objets	Lettres et cartes postales	Autres objets	Lettres et cartes postales	Autres objets
	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes
Totaux.....						

A ....., le..... 192....

Le chef du bureau d'échange destinataire,

A ....., le..... 192....

Vu et accepté:

Le chef du bureau d'échange expéditeur,

(Dimensions 210×297 mm.)

N

TRANSIT EN DÉPECHES CLOSES

Compte des sommes dues à .... pour le transport des dépêches closes expédiées par............... en transit par les services............. pendant l'année 192...

Bureau d'origine	Bureau de destination	Poids des dépêches dans la période de la statistique		Multiplié par	Poids pour l'année	Prix de transit par kilogr.		Avoir de		Observations
		Lettres et cartes postales	Autres objets							
		Kilos	Kilos	13	Kilos	Fr.	C.	Fr.	C.	
Total...								....	....	
A déduire 10 pour cent...								....	....	
Totat á reporter au relevé (Formule *Q*)...								....	....	

(Dimensions 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

O

Office expediteur ....

Office destinataire réexpéditeur ....

TRANSIT Á DÉCOUVERT

Relevé des correspondances transmises á découvert dans les dépêches du bureau de........................... pour le bureau de..................... expédiées pendant la période de la statistique de................ á ....

Dates	Nombre de		
	Lettres	Cartes postales	Autres objets
Totaux			

(Dimenssions: 210 × 297 mm.)

P

Office expéditeur ..... Office destinataire réexpéditeur .....

TRANSIT A DÉCOUVERT

Compte des sommes dues à l'Office d..... pour le transit des correspondances transmises à découvert par l'Office d..... pendant l'année 192...

Bureaux d'origine	Bureaux destinataires réexpéditeurs	Nombre de		
		Lettres	Cartes postales	Autres objets
	Totaux			
	Multipliés par 13			
		à 6 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.
	Total à reporter au relevé (Formule *Q*)	Fr. C.		

(Dimensions: 143 × 210 ou 210 × 297 mm.)

P bis

Office entreposeur ..... Office expéditeur .....

DÉPÊCHES EN ENTREPOT

Entrepôt de.....

Journée du..... *mai ou novembre 192*.... (1)

Bureaux expéditeurs des dépêches entreposées	Dates d'expédition	Bureaux destinataires des dépêches entreposées	Nom et nationalité des navires qui ont livré les dépêches entreposées	Nom et nationalité des navires auxquels ont été confiées les dépêches entreposées réexpédiées	Nombre de sacs composant la dépêche
1	2	3	4	5	6
				Total	

Nota. Si un bureau reçoit plus d'une fois dans une seule journée des dépêches closes de même origine et de même destination, il doit répéter leur inscription en l'accompagnant de la mention: 1re réception, 2e réception, etc.

A ....., *le*..... *192*....

Le chef de l'entrepôt,

(1) Il n'est pas établi de relevé négatif.

(Dimensions: 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

P ter

Office entreposeur .... *Office expéditeur* ....

DÉPÊCHES EN ENTREPÔT

Compte des sommes dues à l'Office d..pour l'entrepôt des dépêches closes expédiées par l'Office d..pendant l'année 192.....

Bureaux d'origine	Bureaux de destination	Nombre des sacs ou paquets entreposés pendant la statistique	*Multiplié par*	Nombre pour l'année	Prix par sac	Avoir de		Observations
			13		0,50	Fr.	C.	
Total à reporter au relevé (Formule Q)..								

A........................ le................ 192.....

Le chef de l'entrepôt,

A........................ le................ 192.....

Vu et accepté :

Le Directeur de l'Administration expéditrice,

(Dimensions 148×210 ou 210×297 mm.)

Q

FRAIS DE TRANSIT ORDINAIRES

RELEVÉ

indiquant les montants totaux des comptes particuliers réciproques entre les Administrations des postes de .....

..... et de .....

Sommes dues pour chacune des années .....

sur la base de la statistique d'octobre-novembre 1924

	Nombre de			Avoir de l'Office de		Avoir de l'Office de	
	Lettres	Cartes postales	Autres objets.	Fr.	C.	Fr.	C.
Correspondances à découvert							
Envois de							
Envois de							
	Poids brut						
Dépêches closes	Lettres et cartes postales kilogr.		Autres objets kilogr.				
Envois de							
Envois de							
	Nombre de sacs						
Dépêches en entrepôt							
Envois de							
Envois de							
Totaux							
Déduction							
Solde au crédit de l'Office d							

..... le 192

.....

(Dimensions: 210×297 mm.)

Q bis

COMPTE MENSUEL

des mandats de remboursement payés par l'Administration d.....

pour le compte de l'Administration d .....

pendant le mois d..... 192...

Nos d'ordre	Numéros d'émission des mandats	Dates d'émission s mandats	Bureaux d'émission	Montant des mandats	Observations
			Total		
			A déduire: 1/4 % du total		
			Quote-part de la taxe fixe		
			Reste au profit de l'Administration d.....		

(Dimension: 210×297 mm.)

R

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

TABLEAU STATISTIQUE

DU SERVICE POSTAL EN.....

ANNÉE 192...

(Dimensions: 210×297 ou 420×594 mm.)

I. GÉNÉRALITÉS

Colonne			Colonne		
1	Année		5	Nombre d'habitants par bureau de poste	
2	Pays		6	Nombre, par habitant, des lettres et cartes postales soumises à la taxe, de et pour l'intérieur, et des mêmes objets pour l'étranger	
3	Superficie en kilomètres carrés		7	Nombre, par habitant, des objets de correspondance de et pour l'intérieur et des mêmes objets pour l'étranger	
4	Nombre des habitants				
	Nombre de kilomètres carrés par bureau de poste				

II. ORGANISATION DES POSTES

Colonne			Colonne		
	Nombre des bureaux de poste à l'intérieur :			PERSONNEL. *Nombre des fonctionnaires et des employés*	
8	Bureaux chargés de la réception et de la distribution des envois de poste de toute nature		15	Service de l'Administration centrale et des Administrations régionales	
			16	Service de bureau de poste	
			17	Total	
9	Bureaux dont les attributions de réception et de distribution d'envois de poste sont restreintes			*Nombre des facteurs et autres agents subalternes :*	
10	Bureaux ambulants (Nombre des services fonctionnant tant à l'aller qu'au retour)		18	Service de l'Administration centrale et des Administrations régionales	
			19	Service des bureaux de poste	
11	Nombre des bureaux de poste à l'étranger		20	Total	
			21	Total du personnel	
12	Total des bureaux de poste		22	Nombre des entrepreneurs du transport des malles (pour mémoire)	
13	Nombre des Administrations des postes régionales		23	Nombre de relais de la poste aux chevaux de l'Etat et privés	
14	Nombre des boîtes aux lettres à l'usage du public		24	Nombre des chevaux de trait, etc., de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés)	
			25	Nombre des voitures et treinaux de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés)	

III. SERVIÇO POSTAL

	Service intérieur	Service International					
		Réception		Expédition		Transit	
	Colonne	Colonne		Colonne		Colonne	
Envois soumis à la taxe (Nombre) :							
Lettres affranchies	26	57		84		103*	
» non affranchies	27	58		85		110*	
Cartes postales (simples et avec réponse payée)	28	59		86		111*	
Imprimés	29	60		87		112*	
Papiers d'Affaires	30	61		88		113*	
Echantillons des marchandises	31	62		89		114*	
Envois admis à la franchise de porte (Nombre)	32	63		90		115*	
Totaux des envois inscrits aux colonnes 26—32, 57—63, 84—90 et 109—115	33	64		91		116*	
Envois recommandés trouvés parmis les correspondances inscrites aux colonnes 33, 64, 91 et 116 (Nombre)	34	65		92		117*	
Colis ordinaires (Nombre)	35	66		93		118*	
Lettres et boîtes avec déclaration de valeur :							
Nombre	36	67		94		119*	
Valeur (Francs)	37	68		95		120*	
Colis avec déclaration de valeur							
Nombre	38	69		96		121*	
Valeur (Francs)	39	70		97		122*	
Remboursements							
Objets de correspondance (Nombre)	40	71		98		—	— —
Colis (Nombre)	41	72		99		—	— —
Montant total des remboursements (Francs)	42	73		100		—	— —
Remboursements refusés (Nombre)	43	74		101		—	— —
Mandats de poste (Nombre)	44	75		102		—	— —
» » » Valeur (Francs)	45	76		103		—	— —

° *Observations :* Les chiffres à indiquer dans les colonnes 100 à 122 ne doivent se rapporter qu'au transit à découvert.

III. SERVICE POSTALE (Suite).

		Service intérieur		Service international					
				Reception		Expédition		Transit	
		Colonne		Colonne		Colonne		Colonne	
Recouvrements	Nombre	46		77		104		—	
	Valeur à encaisser (Francs)	47		78		—		—	
	Non encaissés (Nombre)	48		79		—		—	
Chèques et virements postaux :									
Nombre de comptes		49		—		—		—	
Opérations:									
Versements, remboursements et virements	Nombre	50		—		—		—	
	Montant	51		—		—		—	
Virements	Nombre	—		80		105		—	
	Montant	—		81		106		—	
Journaux et autres ouvrages périodiques servis par abonnement:									
Nombre des abonnements		52		82		107		—	
Nombre des numéros		53		83		103		—	
Produit de la vente des timbres-poste et autres formules d'affranchissement:									
Nombre		54		—		—		—	
Valeur (Francs)		55		—		—		—	
Nombre des voyageurs transportés		56		—		—		—	
Nombre des dépêches closes en transit		—		—		—		123	

IV. CORRESPONDANCE-REBUT. Service intérieur.

	Colonne	Correspondances ordinaires et recommandées tombées en rebut (Nombre)	Colonne	Correspondances en rebut qui ont pu être remises en distribution ou renvoyées aux expéditeurs	Colonne	Correspondances restées en souffrance
Lettres et cartes postales ordinaires et recommendées	124		126		128	
Imprimés, papiers d'affaires et échantillons ordinaires et recommandés	125		127		129	

IV. CORRESPONDANCE-REBUT. Service international

	Colonne	Correspondances de l'intérieur pour l'étranger qui sont rentrées au bureau des rebuts	Colonne	Correspondances en rebut renvoyées de l'étranger et qui ont pu être placées	Colonne	Correspondances renvoyées de l'étranger qui sont restées en souffrance	Colonne	Correspondances de l'étranger tombées en rebut et renvoyées au pays d'origine
Lettres et cartes postales ordinaires et recommandées	130		132		134		136	
Imprimés, papiers d'affaires et échantillons ordinaires et recommandés	131		133		135		137	

V. RÉSULTAT FINANCIER

Colonne	RECETTES	Francs	Colonne	DÉPENSES	Francs
138	Produit de la vente des timbres poste et des formules d'affranchissement			Traitements et émoluments:	
139	Recettes effectuées en numéraire		143	*a)* des fonctionnaires et employés	
140	Taxes perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages et autres recettes diverses		144	*b)* des facteurs et autres agents subalternes	
141	Bonifications reçues des Administrations étrangères		145	Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de location, de chauffage et d'éclairage, fournitures de bureau et autres menus frais	
142	Total de recettes		146	Frais de transport par les voies ferrées, pavées, macadamisées, maritimes et fluviales (y compris les frais de construction et d'entretien des voitures de poste, ainsi que les subventions aux entrepreneurs de relais de poste)	
			147	Indemnités pour perte et avarie d'envois de poste	
			148	Subventions aux compagnies de navigation	
			149	Bonifications payées aux Administrations étrangères	
			150	Autres dépenses diverses	
			151	Total des dépenses	
				Total des recettes	
			152	Excédent des recettes	
			153	Excédent des dépenses	

S

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

TABLEAU STATISTIQUE

DU SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)

POUR L'ANNÉE 192...

(Dimensions 210 × 297 ou 420 × 594 mm.)

PAYS	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE						Envois admis à la franchise de port	Totaux des envois inscrits aux colonnes 2—8	Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrits aux colonnes 2—8
	LETTRES		Cartes postales simples et avec réponse payée	Imprimés	Papiers d'affaires	Echantillons de marchandises			
	affranchies	non affranchies							
	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
I. EUROPE									
.....									
.....									
.....									
.....									
II. AFRIQUE									
.....									
.....									
.....									
.....									
III. AMÉRIQUE									
.....									
.....									
.....									
.....									
IV. ASIE									
.....									
.....									
.....									
.....									
V. AUSTRALIE et OCÉANIE									
.....									
.....									
.....									
.....									
TOTAUX									

Colis ordinaires	Lettres et boites avec declaration de valeur		Colis avec déclaration de valeur		Remboursements			Mandats de posse		Recouvrements	Virement postaux		Journaux, etc. servis par abonnement
	Nombre	Valeur	Nombre	Valeur	Objets de correspondance	Colis	Montant total des remboursements	Nombre	Valeur		Nombre	Montant	
Nombre		Francs		Francs	Nombre	Nombre	Francs		Francs	Nombre		Francs	Nombre
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24

Pays d'origine ..... Pays de destination .....

T

BULLETINS DE TRANSIT DES DÉPÊCHES

Bureau d'origine : ..... Bureau de destination : .....

Date de l'expédition : ..... Nombre de sacs : .....

	Date d'arrivée	Timbre du bureau d'échange réceptionnaire	Date d'expédition	Timbre du bureau d'échange expediteur	Services utilisés. En cas de transit territorial indiquer T. t. et la route suivie. En cas de transit maritime indiquer T. m., la route suivie et le nom et la nationalité du paquebot	Pays auquel revient le transit
Premier parcours						
Deuxième parcours						
Troisième parcours						
Quatrième parcours						
Cinquième parcours						
Sixième parcours						
Septième parcours						

Avis. Les renseignement concernat le transit doivent être indiqués à tour de rôle par chaque Office participant au transport des dépêches *en commençant par le 1er bureau d'échange étranger*. Le dernier bureau de transit doit remettre le bulletin au bureau de destination qui le renvoie au bureau d'origine joint au relevé M respectif. Le bulletin doit être expédié sans retard par chaque service au bureau d'échange suivant.

(Dimensions 210 × 297)

U

COUPONS-RÉPONSE

RELEVÉ

des coupons échangés dans les relations réciproques entre les Administrations des postes d ..... et d ..... et d ..... pendant .....

	Nombre	Valeur calculée à 40 c. par unité Fr.	c.
Coupons émis par ..... et échangés contre des timbres-poste de			
Coupons émis par ..... et échangés contre des timbres-poste de			
Solde au { crédit / débit } de l'Administration d			

..... le ..... 192....

.....

(Dimensions : 148 × 210 mm.)

UNIÃO POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les Colis Postaux

CONCLU ENTRE

l'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grèce, le Guatémala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxemburg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchecoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Vénézuela.

—

Les soussignés, Plenipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 4 de la Convention, ont d'un commun accord et sous reserve de ratification arrêté l'Arrangement suivant:

CHAPITRE I.

Article premier

Objet de l'Arrangement

1. — Il peut être échangé, sous la dénomination de "colis postaux", entre les pays contractants, soit directement, soit par l'intermédiaire de l'un ou de plusieurs d'entre eux, des colis jusqu'à concurrence de 10 kilogrammes, avec les coupures de poids suivantes:

1° jusqu'à 1 kilogramme;
2° de plus de 1 kilogramme jusqu'à 5 kilogrammes;
3° de plus de 5 kilogrammes jusqu'à 10 kilogrammes.

Par exception, chaque pays a la faculté de ne pas admettre les colis excédant 5 kilogrammes.

2. — Les Administrations peuvent convenir d'admettre les colis d'un poids de plus de 10 kilogrammes sur la base des dispositions de l'Arrangement, sauf augmentation de la taxe et de la responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

CHAPITRE II

DISPOSITIONS APPLICABLES À TOUS LES COLIS.

Article 2.

Affranchissement. Taxes

1. — L'affranchissement des colis postaux est obligatoire.

2. — La taxe se compose des droits revenant à chaque Office participant au transport territorial ou maritime. Elle comprend également, s'il y a lieu, les drots et surtaxes prévus aux articles 5, 6, 7 et 8 ci-après.

Article 3.

Droit territorial.

Le droit de transport territorial est *fixé, pour chaque Pays, à:*

30 centimes par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme;
50 centimes par colis de plus de 1 kilogramme jusqu'à 5 kilogrammes;
90 centimes par colis de plus de 5 kilogrammes jusqu'à 10 kilogrammes.

Article 4.

Droit maritime.

En cas de transport maritime, il est perçu pour chaque service participant à ce transport un droit dont le taux est fixé ainsi qu'il suit:

	Colis jusqu'à 1 kg.	Colis de plus de 1 kg. jusqu'à 5 kg.	Colis de plus de 5 kg. justqu'à 10 kg.
	Fr. c.	Fr. c.	Fr. c.
Jusqu'à 500 milles marins	0,15	0,25	0,45
De 501 à 1.000 milles marins ...	0,25	0,40	0,75
De 1.001 à 2.000 milles marins.	0,40	0,60	1,10
De 2.001 à 3.000 milles marins.	0,50	0,80	1,45
De 3.001 à 4.000 milles marins.	0,60	1,00	1,80
De 4.001 à 5.000 milles marins.	0,70	1,20	2,15
De 5.001 à 6.000 milles marins.	0,80	1,40	2,50
De 6.001 à 7.000 milles marins.	0,95	1,60	2,85
De 7.001 à 8.000 milles marins.	1,00	1,80	3,20
De 8.001 à 9.000 milles marins.	1,00	2,00	3,55
De 9.001 à 10.000 milles marins.	1,00	2,20	3,90
Et ainsi de suite en ajoutant par 1.000 milles ou fraction de 1.000 milles ..	—	0,20	0,35

Le cas échéant, les échelons sont établis d'après la distance moyenne entre les ports respectifs des deux pays correspondants.

Le transport maritime entre deux ports d'un même pays ne peut donner lieu à perception du droit prévu au premier alinéa lorsque l'Administration de ce pays reçoit déjà, du chef des colis transportés, la rémuneration afférente au transport territorial.

Pour les colis jusqu'à 1 kilogramme, le droit ne doit pas excéder le taux de 1 franc par colis.

Article 5.

Réduction ou majoration du droit territorial

Les pays signataires de l'Arrangement ont la faculté, sous réserve, d'aviser trois mois au moins à l'avance l'Administration des postes suisses, de réduire ou de majorer simultanément leur droit territorial de départ et d'arrivés. *Les modifications de ce droit entreront en vigueur aux dates suivantes: 1er janvier, 1er avril, 1er juillet, 1er octobre.*

La réduction ou la majoration sera valable pendant une période de six mois au minimum.

La majoration ne pourra, en aucun cas, dépasser, pour chaque coupure de poids, le droit prévu à l'article 3 ci-dessus.

Article 6.

Réduction ou majoration du droit maritime.

La faculté de réduction ou de majoration de cent pour cent au maximum, prévue à l'article précédent, est également accordée aux pays contractants en ce qui concerne le droit applicable au transport maritime indiqué à l'article 4 ci-dessus.

Les modifications de ce droit devront être notifiées trois mois au moins à l'avance et entreront en vigueur aux dates suivantes: 1er janvier, 1er avril, 1er juillet, 1er octobre.

Toute majoration doit aussi être appliquée aux colis du pays dont dépendent les services qui effectuent le transport maritime, les relations entre ce pays et ses colones étant exceptées.

Article 7.

Colis encombrants. Taxe additionnelle.

1. — Les colis considérés comme encombrants, soit en raison de leurs dimensions, de leur forme ou de leur volume,

soit en raison de la nature de leur contenu, sont admis seulement dans les relations avec les pays qui acceptent d'en assurer le transport.

2. — Pour ces colis, *la taxe d'affranchissement d'un colis ordinaire est majoré* de cinquante pour cent. Elle est arrondie, s'il y a lieu, *au demi-décime supérieur*.

Article 8.

Surtaxes.

Comme mesure de transition, chacun des pays contractants a la faculté d'appliquer aux colis postaux provenant ou à destination de ses bureaux une surtaxe de 25 centimes par colis.

Article 9.

Droit de factage et de dédouanement.

L'Office destinataire peut percevoir, pour le factage et pour le dédouanement, un droit de 50 centimes au maximum par colis. Sauf arrangement contraire, ce droit est perçu au moment de la livraison. Le même droit peut être appliqué à toute présentation autre que la première faite au domicile du destinataire.

Article 10.

Payement des droits de douane ou autres.

Les droits de douane ou autres droits non postaux doivent être acquittés par les destinataires des colis.

Article 11.

Payement par l'expéditeur des droits de douane ou autres. Perception d'arrhes. Droit de commission.

Moyennant déclaration préalable au bureau de départ, les expéditeurs peuvent prendre à leur charge, *soit la totalité des droits* dont les *colis sont grevés à la livraison, soit les droits de douane seulement.*

Dans ces deux cas, les expéditeurs doivent s'engager à payer les sommes qui pourraient être réclamées par le bureau destinataire, et, le cas échéant, verser des arrhes suffisantes.

L'Administration qui fait l'avance de droits pour le compte de l'expéditeur est autorisée à percevoir, de ce chef, un droit de commission qui ne peut dépasser 25 centimes par colis. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 9 précédent pour le dédouanement.

Article 12.

Droit de magasinage.

Le pays de destination est autorisé à percevoir le droit de magasinage fixé par sa législation, pour les colis adressés poste restante ou non retirés dans les délais prescrits.

Ce droit ne peut toutefois excéder 5 francs.

Article 13.

Remise par exprès.

1. — Les colis sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, pourvu que l'Office de destination ait déclaré être en mesure d'assurer ce service.

Ces envois, qualifiés "exprès", sont soumis en sus du port ordinaire à une taxe spéciale de *80 centimes* qui doit être acquittée par l'expéditeur complètement et à l'avance, que le colis puisse ou non être remis au destinataire ou seulement signalé par exprès.

2. — Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination, ce bureau peut percevoir une taxe complémentaire jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans le service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui permet ce complément.

La remise par exprès en dehors du rayon du bureau de destination est facultative.

3. — Lorsqu'un colis exprès est réexpédié ou tombé en rebut, la taxe complémentaire reste exigible suivant les dispositions de l'article 45, § 2.

4. — La remise ou l'envoi par exprès d'un avis d'arrivée au destinataire n'est essayé qu'une seule fois. Après un essai infructueux, le colis cesse d'être considérée comme exprès et sa remise s'effectue dans les conditions requises pour les colis ordinaires.

Article 14.

Interdictions.

1. — Sauf arrangement contraire, il est interdit d'insérer dans les colis postaux:

a) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses.

Toutefois, les Offices ont la faculté de s'entendre pour le transport des capsules et des cartouches métalliques chargées, pour les armes à feu portatives, des éléments de fusées d'artillerie inexplosibles *et des allumettes.*

b) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, cette interdiction ne s'applique pas aux envois de cette nature effectués dans un but médical, pour les pays qui les admettent à cette condition.

c) des objets dont l'admission n'est pas autorisée par les lois ou règlements de douane ou autres.

d) des lettres ou des notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle ainsi que des objets de correspondance de toute nature portant une autre adresse que celle du destinataire du colis.

Il est permis, cependant, d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciation constitutives, de même qu'une simples copie de l'adresse du colis avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

2. — Les animaux vivants ne sont admis que *si leur transport est autorisé par* la législation des Pays *intéressés et si les* prescriptions du Règlement spéciales à cet objet *sont observées.*

3. — Il est interdit d'expédier des pièces monnayées, de l'or ou de l'argent, manufacturé ou non, et d'autres objets précieux dans les colis sans valeur déclarée à destination des pays qui admettent la déclaration des valeur.

4. — Les colis qui auraient été admis à tort à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée par sa législation à en disposer autrement. *Dans cette dernière éventualité l'Office expéditeur doit être informé, d'une manière précise, du traitement appliqué au colis.*

Toutefois, le fait qu'un colis contient une lettre ou des notes ayant de caractère de correspondance actuelle et personnelle ne peut, en aucun cas, entraîner le renvoi à l'expéditeur.

5. — Les matières explosibles, inflammables ou dangereuses non admises en vertu de l'entente spéciale prévue au § 1, lettre a), 2ème alinéa ci-dessus et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés à l'Office d'origine; ils sont détruits sur place par l'Administration qui en constate la présence.

Article 15.

Colis pour les prisonniers de guerre

Les colis postaux, à l'exception des colis grevés de remboursement, destinés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux, sont affranchis de toutes taxes prévues par le présent Arrangement, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires. Ces colis ne donnent lieu ni à bonification, ni à payement d'indemnité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

Il en est de même des colis postaux concernant les prisonniers de guerra, expédiés ou reçus, soit directement, soit à titre d'intermédiaires, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes dans des pays belligérants ou dans des pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les belligérants recueillis et internés dans un pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des disposition ci-dessus.

Article 16.

Retrait. Modification d'adresse.

L'expéditeur d'un colis peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions déterminées pour les correspondances, par l'article 45 de la Convention avec cette addition que, si l'expéditeur demande le renvoi ou la réexpédition d'un colis, il est tenu de garantir d'avance le payement du port dû pour la nouvelle transmission.

Article 17.

Avis de réception

L'expéditeur peut obtenir un avis de réception dans les conditions fixées par l'article 49 de la Convetion.

Article 18.

Réexpédition

1. — *La réexpédition d'un colis, par suite de changement de résidence du destinataire dans le territoire du pays de destination, peut être faite, soit sur la demande de l'expéditeur ou du destinataire, soit sans demande expresse, si les règlements du pays de destination le comportent.*

La réexpédition d'un colis, d'un pays sur un autre, n'a lieu que sur la demande de l'expéditeur ou du destinataire, pourvu que le colis réponde aux conditions requises pour le nouveau transport

L'expéditeur est autorisé à interdire toute réexpédition, au moyen d'une annotation appropriée sur le bulletin d'expédition et sur le colis

2. — *La réexpédition des colis sur un autre pays, par suite du changement de résidence des destinataires, donne lieu à la perception supplémentaire des taxes fixées par les articles 3 à 8 et 33. Lorsqu'un colis a été réexpédié dans le territoire du pays de destination l'Administration de ce pays peut percevoir une taxe de réexpédition sur la base de ses règlements internes Ces taxes qui son exigibles en cas de réexpédition ultérieure ou de renvoi à l'origine, sont perçues sur les destinataires ou, le cas échéant, sur les expéditeurs, sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres frais spéciaux dont le pays de destination n'accorde pas l'annulation*

La même procédure est suivie pour les colis frappés de l'une des interdictions prévues à l'article 14 de l'Arrangement.

3. — *La réexpédition des colis parvenus en fausse direction, ou admis à tort à l'expédition, a lieu suivant les prescriptions de l'article 33, §§ 1 et 2 du Règlement.*

Article 19.

Rebuts.

1. — *Les expéditeurs sont tenus d'indiquer, au verso du bulletin d'expédition et sur les colis, la manière dont il doit être disposé de leurs envois en cas de non-livraison.*

Si cette prescription n'est pas observée, les colis tombés en rebut sont renvoyés au bureau d'origine à l'expiration d'un délai de 15 jours ou, au plus tard, après un mois à compter du lendemain de leur mise à la disposition des destinataires.

2. — *Le renvoi d'un colis tombé en rebut doit avoir lieu immédiatement si la demande de l'expéditeur, formulée sur le bulletin d'expédition et sur le colis n'a pas abouti à la livraison. Il en est de même lorsqu'il n'a pu être donné satisfaction au désir exprimé par l'expéditeur dans sa réponse à l'avis de non-remise prévu à l'article 34 du Règlement. Quand l'expéditeur a fait plusieurs demandes, le colis n'est renvoyé que si ces demandes sont toutes restées sans résultat.*

3. — *Il peut être perçu sur l'expéditeur, au moment où il aura à remplir la formule de non-remise mentionnée à l'article 34 du Règlement, un droit qui ne dépasse pas le double de la taxe applicable à une lettre de port simple.*

Si, dans le délai d'un mois à compter de l'expédition de cet avis de non-remise, le bureau destinataire n'a pas reçu des instructions suffisantes, le colis est renvoyé au bureau d'origine. Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

4. — Les colis gardés en instance à la disposition des destinataires ou adressés poste restante, sont considérés comme tombés en rebut après le délai de conservation prescrit par les règlements du pays de destination, sans toutefois, que ce délai puisse dépasser quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et un mois dans les autres relations.

Toutefois, le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court si l'expéditeur l'a demandé par une annotation appropriée sur le bulletin et sur le colis.

5. — *Le renvoi des colis tombés en rebut donne lieu à la perception des taxes prévues au § 2 de l'article 18 précédent.*

Article 20.

Annulation des droits de douane.

Les Administration des pays contractants s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits de douane soient annulés sur les colis renvoyés au pays d'origine, abandonnés par l'expéditeur, détruit pour cause d'avarie complète du contenu ou réexpédiés sur un tiers pays.

Elles devront agir de même en ce qui concerne les colis perdus, spoliés ou avariés dans leur service, sous la réserve prévue à l'article 41, § 4 ci-après.

Article 21.

Vente. Destruction.

Les articles sujets à détérioration ou à corruption peuvent seuls être vendus immédiatement, même en route, à l'aller ou au retour, sans avis préalable et sans formalité judiciaire au profit de qui de droit. Si pour une cause quelconque, la vente est impossible, les objets détériorés ou corrompus sont détruits.

Article 22.

Colis abandonnés

Les colis qui n'ont pu être délivrés aux destinataires et dont les expéditeurs ont fait abandon ne sont pas renvoyés par l'Office de destination qui les traite d'après sa législation.

Article 23.

Récupération des frais sur l'expéditeur.

Les expéditeurs sont tenus de payer les frais de transport ou autres dont les Offices se trouvent à découvert par suite de la non-livraison des colis, même *si ces derniers ont été abandonnés, vendus ou détruits. Ces frais sont repris sur l'Office d'origine.*

Article 24.

Réclamations

1. — *Toute* réclamation *concernant un colis ou un mandat de remboursement peut* donner lieu à la perception d'un droit *fixe de 1 franc au maximum.*

Aucun droit n'est perçu si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de réception.

2. — Les réclamations ne sont admises que dans le délai d'un an à compter du lendemain du jour du dépôt. *Toutefois, chaque Office est tenu de donner suite aux réclamations dont il est saisi par un autre Office et qui visent des expéditions faites depuis moins de deux ans. A cet effet, les archives du service des colis postaux doivent être conservées pendant deux ans.*

3. — Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de service, les droits de réclamation sont restitués.

CHAPITRE III.

COLIS CONTRE REMBOURSEMENT.

Article 25.

Taxes et conditions. Liquidation

1. — Les colis peuvent être expédiés grevés de remboursement dans les relations avec les pays qui conviennent d'assurer ce service.

Sauf arrangement contraire, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du pays d'origine du colis.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du pays d'origine du colis.

Chaque Office est tenu *d'assurer le transit des colis contre remboursement, même s'il n'admet pas ces envois dans son service. Les pays intermédiaires doivent également assurer le transit des colis dont le montant du remboursement dépasse le maximum fixé pour leur propre trafic.*

2. — Les colis contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des colis ordinaires ou, le cas échéant, des colis avec déclaration de valeur. L'expéditeur paye, en outre, une taxe *fixe qui ne peut être inférieure à 20 centimes ni supérieure à 50 centimes et un droit proportionnel* de ½ pour cent du montant du remboursement. L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir ces taxes d'après les convenances de son système monétaire.

3. — La liquidation des montants des remboursemnts encaissés est effectuée au moyen de mandats de remboursement, qui sont émis gratuitement.

Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées. Elles peuvent notamment se charger, dans les conditions à convenir, de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

Article 26.

Annulation ou modification du montant du remboursement

L'expéditeur d'un colis grevé de remboursement peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45 de la Convention).

Article 27.

Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

La perte, la spoliation ou l'avarie d'un colis grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par le chapitre VI ci-après

Article 28.

Garatie des sommes encaissées régulièrement.

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant les mandats de poste pour les sommes converties en mandats.

Article 29.

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.

Si le colis a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité *pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 24 et* à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou une négligence de sa part.

Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement. L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement.

Par le fait du paiement de l'indemnité *et jusqu'à concurrence de son montant*, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

Article 30.

Détermination de la responsabilité.

Le paiement par l'Office expéditeur des sommes encaissées régulièrement, ou celui de l'indemnité prévue à l'article 29 ci-dessus, se fait pour le compte de l'Office destinataire. Celui-ci est responsable, à moins qu'il ne puisse prouver que la faute est due à la non-observation d'une disposition réglementaire par l'Office expéditeur ou établir que, lors de la transmission à son service, le colis et le bulletin d'expédition y afférent ne portaient pas les désignations prescrites par le Règlement pour les colis grevés de remboursement.

Article 31.

Application des dispositions de la Convention aux indemnités et sommes à payer. Délais de paiement et remboursement des avances.

Les dispositions des articles *63* et *66* de la Convention s'appliquent aux colis grevés de remboursement.

Article 32.

Mandats de remboursement

Le montant d'un mandat de remboursement qui, pour un motif quelconque, n'a pas pu être payé au bénéficiaire, n'est pas remboursé à l'Office d'émission. Il est tenu à la disposition du bénéficiaire par l'Office expéditeur du colis grevé de remboursement et revient définitivement à cet Office après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards et sous les réserves prévues au Règlement, les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant les mandats de poste.

CHAPITRE IV.

COLIS AVEC VALEUR DECLARÉE

Article 33.

Taxes et conditions

1. — Les colis peuvent comporter une déclaration de valeur dans les relations entre les pays dont les Administrations *assurent* ce service.

2. — Chaque pays fixe, en ce qui le concerne, la limite supérieure de la déclaration de valeur, laquelle ne peut, en aucun cas, être inférieure à 1.000 francs.

Dans les relations entre deux ou plusieurs pays qui ont adopté des maxima différents, c'est la limite la plus basse qui doit être réciproquement observée.

3. — Il est perçu, à titre de droit d'assurance, par fraction indivisible de 300 francs de la déclaration de valeur et en sus des taxes applicables aux colis ordinaires:

a) 5 centimes par Office participant au transport territorial;

b) 10 centimes par service maritime emprunté.

4. — Comme mesure de transition, l'Office d'origine peut toutefois percevoir un droit global d'assurance qui ne doit pas dépasser 50 centimes par 300 francs de la somme déclarée.

5. — Les pays qui acceptent de couvrir, pour les colis avec valeur déclarée, les risques pouvant dériver du cas de force majeure, sont autorisés à percevoir une taxe spéciale, sous réserve que cette taxe et le droit d'assurance réunis ne dépassent pas le droit prévu au § 4 précédent.

6. — L'Office d'origine a la faculté de percevoir un droit d'expédition qui ne peut dépasser 50 centimes par colis.

7. — *L'expéditeur d'un colis-valeur déclaré, reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé de son envoi.*

Article 34.

Déclaration frauduleuse

La déclaration de valeur ne peut pas dépasser la valeur réelle du contenu de l'envoi, mais il est permis de ne déclarer qu'une partie de cette valeur.

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle de l'envoi est passible des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du Pays d'origine.

CHAPITRE V.

COLIS URGENTS

Article 35

Taxes et conditions

1. — Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, l'expéditeur peut demander qu'un colis soit transporté autant que possible par les moyens rapides utilisés pour le transport de la poste aux lettres. Ces colis qualifiés "urgents", sont remis par exprès au domicile du destinataire, à moins qu'ils ne portent la mention "poste restante".

2. — Pour les colis urgents, les droits et majorations fixés par les articles 3 à 8 précédents sont triplés.

Les droits fixés par l'article 33, la taxe de remise par exprès et les autres taxes accessoires leur sont appliqués sans augmentation.

CHAPITRE VI.

RESPONSABILITÉ

Article 36.

Etendue de la responsabilité

1. — Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte, de la spoliation ou de l'avarie des colis postaux.

L'expéditeur a droit de ce chef à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie. Pour les colis ordinaires, cette indemnité ne peut dépasser: 10 francs par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, 25 francs par colis de 1 à 5 kilogrammes, 40 francs par colis de 5 à 10 kilogrammes. Pour les colis avec valeur déclarée, l'indemnité ne peut dépasser le montant de la déclaration de valeur.

L'indemnité est versée au destinataire lorsque celui-ci la réclame, soit après avoir formulé des réserves en prenant livraison d'un colis spolié ou avarié, soit s'il établit que l'expéditeur s'est désisté de ses droits en sa faveur.

2. — Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

3. — L'indemnité est calculée d'après le prix courant des marchandises de même nature, au lieu et à l'époque où la marchandise a été acceptée au transport. A défaut de prix courant, l'indemnité est calculée d'après la valeur ordinaire de la marchandise évaluée sur les mêmes bases.

4. — Dans le cas où une indemnité est due pour la perte, la destruction ou la spoliation complète d'un colis, l'expéditeur a droit, en outre, à la restitution des taxes de transport. Il en est de même quant aux envois refusés par les destinataires, à cause de leur mauvais état, pourvu que celui-ci soit imputable au service postal et engage sa responsabilité.

5. — Les droits d'assurance restent acquis, dans tous les cas, aux Administrations postales.

Article 37.

Exceptions au principe de responsabilité

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité;

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 33, § 5);

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des colis par suite de la destruction des documents de service, résultant d'un cas de force majeure;

c) lorsque le dommage a été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur ou lorsqu'il provient de la nature de l'objet;

d) pour les colis dont le contenu tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues à l'article 14;

e) pour les colis qui ont fait l'objet d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu;

f) à légard des colis qui n'ont donné lieu à aucune réclamation dans le délai d'un an prévu à l'article 24.

Article 38.

Cessation de la responsabilité

Les Administrations cessent d'être responsables des colis *dont la remise a eu lieu dans les conditions prescrites par leurs réglements intérieurs* et dont les ayants droit ont pris livraison sans formuler les réserves prévues à l'article 36 ci-dessus.

Article 39.

Payement de l'indemnité.

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Office expéditeur, *sauf dans les cas visés à l'article 36 § 4, où cette indemnité est payée par l'Office destinataire.* L'Office payeur conserve un droit de recours contre l'Office responsable.

Article 40.

Délai de payement

1. — Le payement de l'indemnité doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à compter du lendemain du jour de la réclamation.

2. — *L'Office auquel l'article 39 impose le payement de l'indemnité est autorisé à désintéresser l'ayant droit pour le compte de l'Office* qui, régulièrement saisi a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

3. — L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le réglement de l'indemnité au délà du délai d'un an, lorsque la question de responsabilité n'à pu être tranchée pour des raisons étrangères au service postal (force majeure par exemple).

Article 41.

Office responsable

1. — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Office qui, ayant reçu le colis d'un autre Office sans formuler des réserves et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Office suivant.

2. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, ou si, en cas de transmission globale des colis ordinaires, il ne peut être établir sur le territoire ou dans le service de quel pays un colis a été perdu, spolié ou avarié, les Offices en cause supportent le dommage par parts égales.

3. — Lorsqu'un colis avec valeur déclarée a été perdu, spolié ou avarié dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu n'en est responsable devant l'Office expéditeur que si les deux pays se chargent des risques en cas de force majeure.

4. — Les droits de douane et autres dont l'annulation n'a pu être obtenue tombent à la charge des transporteurs responsables de la perte, de la spoliation ou de l'avarie.

5. — *Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de la personne qui a reçu l'indemnité, pour tout recours éventuel, soit contre le destinataire, soit l'expéditeur ou contre les tiers.*

Toutefois, si, ultérieurement, les colis considérés comme perdus sont retrouvés entièrement ou partiellement, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'il lui est loisible de prendre possession de l'envoi, contre restitution du montant de l'indemnité payée.

Article 42.

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur

L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué, en conformité de l'article 10, est tenu de rembourser le montant de l'indemnité dans un délai de trois mois après notification du payement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite *payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier,* soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Le montant de l'indemnité peut être aussi repris d'office par voie de décompte sur le pays responsable, soit directement soit par l'intermédiaire du premier Office de transit, qui se crédit à son tour l'Office suivant, l'opération étant répétée jusqu'à ce que la somme payée ait été portée au débit de l'Office responsable. Passé le délai de trois mois susvisé, la somme due est productive d'intérêt à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration du dit délai.

L'Office dont la responsabilité est dûment établie, et qui a primitivement décliné le payement de l'indemnité, est tenu de prendre à sa charge tours ls frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

CHAPITRE VII

ATTRIBUTION DES TAXES

Article 43.

Bonifications de transport

L'Office expéditeur bonifie pour chaque colis:

a) à l'Office destinataire, les droits qui lui reviennent en vertu des dispositions des articles 3 à 8 et 35;

b) éventuellement, à chaque Office intermédiaire, les droits fixés par les articles 3, 4, 6 7 et 35.

Article 44.

Reprises en cas de réexpédition ou de renvoi.

En cas de réexpédition ou de renvoi d'un colis à l'origine, l'Office réexpéditeur reprend sur l'Office suivant la quote-part qui lui revient et, le cas échéant:

a) *le droit de factage et de dédouanement prévu à l'article 9;*

b) *le montant du droit de magasinage prévu à l'article 12;*

c) *la taxe de réexpédition prévu à l'article 18, § 2;*

d) *les droits dont il se trouve à découvert.*

La même procédure est suivie par chaque Office intermédiaire, ainsi qu'il est dit à l'article 33 du Règlement.

Article 45.

Taxes d'exprès, spéciale et complémentaire.

1. — La taxe spéciale d'exprès prévue à l'article 13, § 1, fait partie des bonifications dévolues à l'Office de destination.

Lorsqu'un colis exprès est réexpédié sur un autre pays sans que la remise en ait été tentée cette taxe est bonifiée au nouveau pays de destination. Si celui-ci ne se charge pas de la remise par exprès, la taxe reste acquise à l'Office du pays de la première destination; il en est de même quand un colis exprès est tombé en rebut.

2. — *En cas de réexpédition ou de renvoi à l'origine d'un colis exprès, la taxe complémentaire prévue à l'article 13, §§ 2 et 3 est reprise sur l'Office correspondant par l'Office qui a tenté la remise, sauf le cas où cette taxe lui a été versée lors de la présentation au domicile du destinataire.*

Article 46.

Taxe pour la réexpédition dans le pays de destination.

La taxe de réexpédition prévue à l'article 18, § 2, est acquise, en cas de réexpédition ultérieure ou de renvoi à l'origine, au pays qui a effectué la réexpédition dans les limites de son territoire.

Article 47.

Droits divers.

1. — Sont acquis en entier à l'Office qui les a perçus:
a) le droit fixe appliqué aux avis de réception (art. 17);
b) le droit prévu pour un colis tombé en rebut (art. 19, § 3);
c) le droit appliqué aux réclamations (art. 24, § 1);
d) le droit d'expédition pour les colis avec valeur déclarée (art. 33, § 6).
2. — Le droit de factage et de dédouanement (art. 9) est acquis à l'Office destinataire.
Le droit de commission (art. 11) est repris par le même Office.

Article 48.

Taxe de remboursement.

Les taxes prévues à l'article 25, § 2 sont partagées par moitié entre l'Administration du pays d'origine et celle du pays de destination de la manière prescrite par le Règlement.

Article 49.

Droit d'assurance.

Pour les colis avec valeur déclarée, l'Office d'origine est redevable, envers chacune des Administrations dont les services participent au transport et, le cas échéant, pour chacun de ces services d'une quote-part de droit d'assurance fixée, par 300 francs ou fraction de 300 francs, à 5 centimes pour le transport territorial et à 10 centimes pour le transport maritime

CHAPITRE VIII.

DISPOSITIONS DIVERSES.

Article 50.

Application des dispositions d'ordre général de la Convention.

Les dispositions d'ordre général qui figurent aux titres I et II de la Convention sont applicables à l'échange des colis sous les réserves suivantes:
Les Offices des pays participant au présent Arrangement, qui entretiennent un échange de colis postaux avec des pays noncontractants, admettent tous les autres Offices participants à profiter de ces relations pour l'échange des colis postaux avec ces derniers pays.
Lorsque le pays qui désire adhérer au présent Arrangement réclame la faculté de percevoir une surtaxe supérieure à 25 centimes par colis, le Gouvernement de la Confédéracion suisse soumet la demande d'adhésion à tous les pays contractants. *Si, dans un délai de six mois, plus d'un tiers des Administrations participant à l'Arrangement ne se prononcent pas contre cette demande, elle est considérée comme admise.*

Article 51.

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (articles 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:
a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des articles *1 à 19, 24 à 45, 47, 48, 49, 51 et 52* du présent Arrangement et de l'article 49 de son Règlement;
b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles mentionées à l'alinéa précédent;
c) la majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement et de son Règlement, hors le cas de litige à soumettre à l'arbitrage prévu à l'article 10 de la Convention.

DISPOSITIONS FINALES

Article 52.

Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

Le présent Arrangement sera mis à exécution de le 1er octobre 1925 et demeurera en viguer pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub Krains. — O. Schoebaert.

Pour la Colonie du Congo Belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tayle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa Rica:

Y. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carralle.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmbland.

Pour la Ville libre de Dantzig.

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagstrom.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecha.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicguet. — A. Body. — Douarche. — G. Béchel

Pour déAlgérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthé roudakis. — J. Lachnidakis

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Cluarke — Hemanta Kumar Hana

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picaretti. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picaretti. Paolo Riello — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. H. Kawai. — H. Makino

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendences japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Hithuanie:

I. Jurkunas-Schefnius. — Adolfas Sruogà.

Pour de Luxembourg:

Jaaques

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panamá:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. van Gelder. — J. M Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milbor. — Pour M. W. F. Gerdes Ooctarbeck. *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kolling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croats et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutunzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam.

Phya Sappakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.
Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 sept 1924. — Pour le Secrétaire Général: Le Chef des Archives. — *Candandgres.*

Protocolle final de L'Arrangement

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant les colis postaux, conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I.

EXPLOITATION DU SERVICE PAR LES ENTREPRISES DE TRANSPORT.

Tout pays où la poste ne se charge pas actuellement du transport des colis postaux et qui adhère à l'Arrangement susmentionné aura la faculté d'en faire exécuter les clauses par les entreprises de chemins de fer et de navigation. Il pourra en même temps limiter ce service aux colis provenant ou à destination de localités desservies par ces entreprises.

L'Administration postale de ce pays devra s'entendre avec les entreprises de chemins de fer et de navigation pour assurer la complète exécution, par ces dernières, de toutes les clauses de l'Arrangement, spécialement pour organiser le service d'échange.

Elle leur servira d'intermédiaire pour toutes leurs relations avec les Administrations postales des autres pays contractants et avec le Bureau international.

II.

TRANSIT.

La faculté de ne pas assurer le transport des colis postaux en transit par leur territoire est accordée provisoirement à la Perse aux Colonies portugaises de l'Afrique et à la Colonie du Congo belge.

Toutefois, cette clause ne s'applique pas aux colis en provenance ou à destination des Colonies françaises du Tchad, de l'Oubangui-Chari et du Moyen-Congo.

III.

SURTAXE DE TRANSIT

Par exception aux dispositions de l'article de 3 de l'Arrangement,

a) le droit de transit territorial peut être provisoirement porté à:

1 franc par le Brésil, la République de Colombie, l'Equateur, le Pérou et les Etats-Unis de Vénézuela;

1 fr. 25 par la Chine;

2 fr. 50 par la Turquie d'Asie; cette surtaxe peut être portée à 4 francs pour les colis de et pour la Perse traversant la voie Trébizonde-Erzéroum-Bayezid;

b) une surtaxe de 50 centimes peut être appliquée par la République de Panama aux colis pour leur transport à travers l'Isthme;

c) une surtaxe de *3 fr. 60 par colis*, à titre de transit territorial, peut être appliquée par l'Office argentin aux colis qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin;

d) *l'Egypte (pour le Soudan) a la faculté de porter à 1 fr. 20 pour les colis de la coupure de 1 kg., et à 4 fr. 50 pour les colis de la coupure de 5 kg., le droit territorial applicable aux colis de et pour le Congo belge en transit par le Soudan;*

e) *le Congo belge a la faculté de porter respectivement à 60 centimes, 2 francs et 4 francs, suivant la coupure de poids, le droit de transport territorial applicable aux colis en provenance ou à destination des colonies françaises du Tchad, de l'Oubangui-Chari et du Moyen-Congo.*

Ce droit est susceptible de modification par entente entre les deux Offices intéressés.

f) *l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes a la faculté de porter à 2 francs par colis le droit de transit pour le transport sur la partie européenne, et à 2 francs par colis pour le transport sur la partie asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes;*

g) *une surtaxe de 1 fr. 25 par colis, à titre de transit territorial, peut être appliquée par l'Office chilien aux colis qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin.*

IV.

SURTAXES TERMINALES.

La surtaxe prévue par l'article 8 peut être, à titre exceptionnel et provisoire, élevée à:

40 centimes par la République Dominicaine;

50 centimes par la Bulgarie, la République d'Haiti et l'Islande;

75 centimes au maximum par chacun des Offices désignés ci-aprés: République Argentine, Autriche, Chili, Chine, Finlande, Grèce, Guatémala, Indochine (pour *certains bureaux éloignés*), Inde britannique, Nicaragua, *Norvège*, République de Panama, Pologne, le Salvador, Siam, Suède, Turquie d'Asie, Uruguay;

la surtaxe de 0 fr. 75 accordée à la Turquie d'Asie peut être portée à 2 francs pour les colis adressés aux bureaux éloignés des chemins de fer et des côtes et dont le transport est effectué par les courriers terrestres;

1 franc par l'Egypte (pour ce qui concerne les bureaux du Soudan) et par les parties européenne et asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes prises chacune séparément,

1 fr. 25 par le Brésil, l'Equateur, le Pérou, les Etats-Unis de Vénézuela et par les bureaux argentins de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et iles adjacentes;

1 fr. 50 par les Colonies néerlandaises.

La Bolivie a la faculté d'appliquer provisoirement les 3 surtaxes de francs: 3,00 — 7,00 et 14,00 respectivement pour les colis de chacune des 3 coupures de poids originaires ou à destination des localités autres que La Paz et Oruro.

La République de Colombie a la faculté d'imposer à titre provisoire, les surtaxes ci-après: 1 franc 25 centimes pour chaque colis à destination des ports de mer, et un franc par kilogramme ou fraction de kilogramme pour les colis à destination des autres localités.

L'Ethiopie a la faculté d'appliquer provisoirement les surtaxes de 40 centimes, 1 fr. 25 et 1 fr. 70 respectivement pour les colis de chacune des trois coupures de poids.

La Colonie du Congo Belge, la Perse et les Colonies portugaises de l'Angola et du Mozambique sont autorisées à appliquer aux colis postaux, par leur parcours au delà de leurs bureau d'échange, une surtaxe qui ne peut dépasser le tarif applicable aux colis de leur service intérieur.

V.

SURTAXES SPÉCIALES.

1. — Le transport entre la France continentale, l'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu à la perception d'une surtaxe égale au droit applicable au transport maritime n'excédant pas 500 milles marins.

2. — L'Administration espagnole est autorisée à percevoir une surtaxe de 25 centimes pour le transport entre l'Espagne continentale, d'une part, les îles Baléares, les possessions espagnoles du Nord de l'Afrique et les bureaux de la zone espagnole du Maroc, d'autre part, et de 50 centimes pour le transport entre l'Espagne continentale et les îles Canaries.

3. — L'Administration portugaise a la faculté de percevoir une surtaxe de 1 fr. 50 par colis jusqu'à 5 kilogrammes pour le tranport entre le Portugal continental et les îles Madère et Açores.

4. — *Le transport entre l'Indochine, d'une part, et le territoire de Kouang-Tchéou-Wan, d'autre part, donne lieu à la perception d'une surtaxe égale au droit applicable au transport maritime n'excédant pas 500 milles marins.*

VI.

TARIFS SPÉCIAUX

L'Inde britannique a la faculté d'appliquer aux colis originaires de son pays à destination des autres pays, un tarif gradué correspondant à différentes catégories de poids, à la condition que la moyenne des taxes ne dépasse pas la normale, y compris la surtaxe à laquelle elle aurait droit.

Cette dernière faculté est également accordée aux pays qui adhéreront à l'Arrangement dans l'intervalle jusqu'au prochain Congrès.

VII.

COLIS AVEC VALEUR DÉCLARÉE.

Par dérogation aux dispositions de l'article 33:

a) la Colonie du Congo belge est autorisée à limiter à 500 francs le maximum de la déclaration de valeur;

b) l'Office argentin est autorisé à percevoir un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis avec déclaration de valeur en provenance ou à destination des bureaux de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et îles adjacentes;

c) le transport entre la France continentale, d'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu à la charge de l'expéditeur, pour les colis de valeur déclarée, à un droit supplémentaire d'assurance de 10 centimes par 300 francs ou fraction;

d) l'Office indochinois est autorisé à percevoir un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis de valeur déclarée en provenance ou à destination des bureaux du Territoire de Kouang-Tchéou-Wan;

e) l'Administration des postes de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes est autorisé à percevoir sur l'expéditeur une taxe supplémentaire d'assurance de 15 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis avec déclaration de valeur à destination de la partie asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes.

Tout colis avec déclaration de valeur en provenance ou à destination de la Corse et de l'Algérie donne lieu, à la charge de l'expéditeur et à titre de droit territorial corse ou algérien, à une taxe supplémentaire d'assurance de 5 centimes par 300 francs ou fraction.

VIII.

DIMENSIONS ET VOLUME.

La Grèce, la Tunisie et la Turquie d'Asie ont la faculté de ne pas admettre provisoirement les colis dont les dimensions ou le volume excéderaient le maximum autorisé pour les services maritimes dans le Règlement.

IX.

EXCEPTIONS AUX DISPOSITIONS CONCERNANT LA PERCEPTION DU DROIT DE REMBOURSEMENT ET L'ÉTABLISSEMENT DES DÉCOMPTES.

Par mesure transitoire, dans les relations avec les pays où le service des colis postaux n'est pas exécuté par l'Administration des postes, la perception du droit de remboursement et l'établissement des décomptes pourront être soumis aux dispositions de la Convention de Madrid concernant le service des colis postaux.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Oorth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewick. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzg:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagstrom.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicguet. — A. Body. — Douarche. — G. Béchel.

Pour l'Algerie:

H. Trauillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szilay

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kuma rRaha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudens.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. van Gelder — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector

Pour la Perse:

E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour do Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilot

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennegvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:
F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:
Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly — Béha Taly

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:
Luis Alejandro Aguiler.

Certifiée pour copie conforme. Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, de 30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général, le chefe des Archives, *Gaudandgren.*

Règlement d'éxecution de L'Arrangement Concernant les Colis Postaux

CONCLU ENTRE

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 4 de la Convention postale universelle conclue à Stockholm le 28 août 1924, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de l'Arrangement concernant les colis postaux:

CHAPITRE I.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article Premier.

Acheminement.

1. — Chaque Administration est obligée d'acheminer par les voies et moyens qu'elle emploie pour ses propres colis, les colis postaux qui lui sont remis par une autre Administration pour être expédiés en transit par son territoire.

2. — Les colis envoyées en fausse direction sont réexpédiés sur leur véritable destination par la voie la plus directe dont peut disposer l'Office réexpéditeur.

Article 2.

Mode de transmission.

1. — L'échange des colis entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct est effectué par les bureaux et dans les locaux désignés par les Offices intéressés.

2. — A moins d'arrangement contraire, la transmission des colis entre pays non limitrophes s'opère à découvert.

Les Offices intéressés peuvent s'entendre pour établir des échanges en sacs, paniers ou compartiments clos avec feuilles de route directes; dans ce cas, les dits Offices arrêtent d'un commun accord les mesures nécessaires.

3. — Toutefois, il est obligatoire de former des récipients clos lorsque le nombre des colis est de nature à entraver les opérations d'une Administration intermédiaire d'après la déclaration de cette Administration.

Les récipients doivent porter l'indication bien lisible du bureau d'origine et d'un numéro d'ordre. Leur poids ne doit pas dépasser 60 kg. s'il s'agit de sacs et 80 kg., s'il s'agit d'autres récipients.

Ils doivent être renvoyés vides à l'Office expéditeur par le prochain courrier.

L'Office réexpéditeur doit faire mention sur ses feuilles de route des numéros des récipients retournés et devient responsable de la perte de ceux dont il ne peut pas prouver avoir effectué le renvoi.

Les paniers, sacs et autres récipients semblables, nécessaires à l'échange des colis, sont à la charge à parts égales des Offices qui s'en servent dans leurs rapports réciproques.

4. — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs territoires intermédiaires, les colis doivent suivre les voies dont les Offices intéressés sont convenus.

5. — Lorsque des colis sont retenus d'office en cours de transport, soit par la poste, soit par la douane, l'expéditeur doit être invité, par avis de non-remise, à donner ses instructions. Toutefois, cette mesure n'est pas obligatoire dans les cas de force majeure.

Article 3.

Renseignements à fournir aux Administrations

1. — Les Administrations qui entretiennent des services maritimes réguliers désignent, aux autres Offices, ceux de ces services que peuvent être affectés au transport des colis, en indiquant les distances.

2. — Les Administrations qui ont entre elles des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé:

a) la nomenclature des pays sur lesquels elles peuvent acheminer les colis qui leur sont remis;

b) les voies ouvertes à l'acheminement desdits colis, à partir de l'entrée sur leurs territoires ou dans leurs services;

c) le total des frais qui doivent leur être bonifiés pour chaque destination;

d) le nombre de déclarations en douane dont chaque colis doit être accompagné.

3. — Chaque Administration doit, en outre, faire connaître directement au premier Office intermédiaire quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer des colis.

propre langue de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

4.—Les colis à renvoyer à l'expéditeur sont inscrits sur la feuille de route avec la mention "Rebuts" dans la colonne "Observations". Ils sont traités et taxés comme les objets réexpédiés par suite de changement de résidence des destinataires.

Article 37.

Vente. Destruction.

1.—*Lorsqu'un colis a été vendu ou détruit conformément aux prescriptions de l'article 21 de l'Arrangement, il est dressé procès-verbal de la vente ou de la destruction.* Une copie du procès-verbal, accompagnée du bulletin d'expéditeur, est transmise au bureau d'origine.

2.—Le produit de la vente sert, en premier lieu, à couvrir les frais qui grèvent le colis. Le cas échéant, l'excédent est transmis au bureau d'origine pour être remis à l'expéditeur, qui supporte les frais d'envoi.

Article 38.

Retrait. Modification d'adresse.

Les demandes de retrait de colis et de modification d'adresse sont soumises aux règles et formalités prescrites par les articles 41 et 42 du Règlement de la Convention.

Article 39

Réclamation de colis ou de mandats de remboursement.

1.—Pour les réclamations de colis ou de mandats de remboursement non parvenus en retour, il est fait usage d'une formule conforme ou analogue au modèle N ci-annexé. L'Office du pays d'origine transmet cette formule directement à l'Office de destination.

2.—Toutefois, dans les relations avec les pays d'outre-mer et de ces pays entre eux, la réclamation est transmise de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi qui fait l'objet de la réclamation.

3.—Dans le cas prévu au paragraphe 1 ci-dessus, l'Office destinataire, s'il est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif du colis ou du mandat de remboursement, complète la formule N et la renvoie à l'Office d'origine.

Si l'Office destinataire ne trouve pas trace du colis ou du mandat de remboursement, il retourne la formule à l'Office d'origine *en y ajoutant une déclaration du destinataire attestant qu'il n'a pas reçu l'envoi. L'Office d'origine* complète *la formule* en y indiquant les détails de la transmission au premier Office intermédiaire et l'adresse à cet Office, lequel y consigne ses observations et la transmet, éventuellement, à l'Office suivant. La réclamation est ainsi communiquée d'Office à Office jusqu'à ce que le sort de l'objet réclamé soit établi.

L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à un autre Office, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4.—Dans le cas prévu au paragraphe 2 ci-dessus, les recherches se pourcuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination. Chaque Office porte sur la formule N les enseignements concernant la transmission à l'Office suivant. Si cette transmission ne peut être établie, la formule dûment complétée est envoyée à l'Administration du pays destinataire. Celle-ci procède ensuite comme il est dit au dernier alinéa du paragraphe précédent.

5. — La formule N doit être accompagnée, autant que possible, d'un fac-similé de la suscription de l'adresse. Elle est transmise, sans lettre d'envoi, sous enveloppe fermée.

Une seule formule N peut être utilisée pour deux ou trois colis ayant fait l'objet d'un bulletin d'expédition collectif.

Chaque Administration peut demander, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, soit enfin directement au bureau de destination ou, si elle est seulement intéressée à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel le colis a été expédié.

6. — Chaque fois qu'un Office intermédiaire transmet une formule N à l'Office suivant, il est tenu d'adresser à l'Office d'origine une copie de cette formule dûment complétée par les indications de transmission du colis.

CHAPITRE VI

ÉCHANGE DES COLIS

Article 40.

Feuille de route.

1. — Les colis sont inscrits par le bureau d'échange expéditeur sur une feuille de route conforme au modèle F ci-annexé, avec tous les détails que cette formule comporte. Toutefois, les Offices correspondants peuvent s'entendre pour que les colis ordinaires soient inscrits en bloc sur les feuilles de route, avec indication sommaire des montants à bonifier. Les bulletins d'expédition, les formules de mandats de remboursement, les déclarations en douane et, le cas échéant, les autres documents exigés (factures, certificats d'origine, de santé, etc.), ainsi que les bulletins d'affranchissement et les avis de réception, sont joints à la feuille de route.

Les bureaux d'échange intermédiaires ne sont pas tenus de vérifier les documents accompagnant les feuilles de route.

2. — Les colis pour le service des prisonniers de guerre sont inscrits sur la feuille de route, mais sans indication de bonification, *sauf quand il s'agit de colis grevés de remboursement.*

3. — Dans les relations par mer, les bureaux d'échange expéditeurs doivent, sauf arrangement contraire, numéroter les feuilles de route à l'angle gauche supérieur, d'après une série annuelle pour chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant autant que possible, audessous du numéro, le nom du navire transporteur. Le dernier numéro de l'année doit être mentionné sur la première feuille de route de l'année suivante.

Article 41.

Vérification par les bureaux d'échange. Constatation des irrégularités n'engageant pas la responsabilité des Administrations.

1. — A la réception d'une feuille de route, le bureau d'échange destinataire procède à la vérification des colis et des divers documents qui les accompagnent. *Cette vérification est contradictoire chaque fois qu'il est possible.*

2. — S'il constate des erreurs ou des omissions sur la feuille de route, il opère immédiatement les rectifications nécessaires en ayant soin de biffer, d'un trait de plume, les indications erronées, de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives. Ces rectifications s'effectuent avec le concours de deux agents. A moins d'une erreur évidente, elles prévalent sur la déclaration originale.

Un bulletin de vérification conforme au modèle G ci-annexé est, en outre, dressé par le bureau destinataire et envoyé sans délai, sous pli recommandé, au bureau d'échange expéditeur.

3. — Les différences de peu d'importance en ce qui concerne le volume, les dimensions et le poids *des colis* ainsi que les irrégularités qui, d'une manière évidente, n'engagent pas la responsabilité des Administrations respectives, sont *signalées au moyen d'un bulletin de vérification.*

4. — Après examen, le bureau d'échange expéditeur renvoie le bulletin de vérification, avec ses observations s'il y a lieu. Ce bulletin est alors annexé aux feuilles de route qu'il concerne. Les corrections faites sur une feuille de route et non appuyées des pièces justificatives sont considérées comme nulles.

Article 42.

Constatation des irrégularités engageant la responsabilité des Administrations

1. — La constatation, soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives, donne lieu à l'établissement d'un bulletin de vérification qui est transmis sous pli recommandé au bureau d'échange expéditeur.

Lorsqu'il s'agit d'un colis avec valeur déclarée, il est en outre dressé un procès-verbal qui est transmis, sous pli recommandé d'office, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange expéditeur, accompagné, s'il y a lieu, des ficelles, cachets ou plombs qui fermaient le récipient dans lequel les colis étaient contenus. Un doube du procès-verbal est en même temps adressé à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange destinataire ou à tout autre organe de direction désigné par cette dernière.

2. — Si le cas le comporte, le bureau d'échange expéditeur peut, en outre, être avisé par télégramme, aux frais de l'Office qui expédie celui-ci.

3. — Lorsque le bureau d'échange destinataire n'a pas fait parvenir au bureau d'échange expéditeur, par le premier bon-

rier après la vérification, un bulletin constatant des erreurs ou des irrégularités quelconques, il est considéré comme ayant reçu tés colis, jusqu'à preuve du contraire.

4. — Sans préjudice de l'application des dispositions du § 1, le bureau d'échange qui reçoit, d'un bureau correspondant avec lequel il n'est pas en contact immédiat, un colis insuffisamment emballé ou avarié, doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif.

Si l'avarie est telle que le contenu de l'envoi a pu être soustrait, le bureau doit procéder d'abord à l'ouverture d'office du colis et à la vérification de son contenu.

Dans les deux cas, le poids du colis doit être constaté avant et après le nouvel emballage et indiqué sur l'enveloppe même du colis. Cette indication est suivie de la mention "Remballé à....." et de la signature des agents ayant effectué le remballage.

CHAPITRE VIII

COMPTABILITÉ. RÉGLEMENT DES COMPTES

Article 43.

Décompte des bonifications

1. — Chaque Administration fait établir mensuellement, par ses bureaux d'échange et pour tous les envois reçus d'un seul et même Office, un état, conforme au modèle K ci-annexé, des sommes totales inscrites sur les feuilles de route:

a) à son crédit, pour sa part et, s'il y a lieu, celle de chacune des Administrations intéressées, dans les taxes perçues par l'Office expéditeur:

b) à son débit, pour la part revenant à l'Office réespéditeur et aux Offices intermédiaires, en cas de réexpédition et de rebut, dans les taxes à recouvrer sur les destinataires.

2. — Les états K sont récapitulés dans un compte L dont le modèle est également ci-annexé.

3. — Le compte L accompagné des états K, des feuilles de route et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y afférents, est soumis à l'examen de l'Office correspondant, dans le courant du mois qui suit celui auquel il se rapporte.

Les totaux ne doivent jamais être rectifiés. Les erreurs qui pourraient être relevées doivent faire l'objet d'états de différence.

4. — Après vérification et acceptation, les comptes L sont résumés dans un compte général trimestriel établi par l'Office créditeur. Ce compte peut toutefois être établi par semestre ou par année, après entente entre les Offices intéressés.

Article 44.

Règlement des comptes.

1. — Le solde résultant de la balance des comptes *généraux* est payé par l'Office débiteur à l'Office créditeur de la manière prévue à l'article 66 du Règlement de la Convention.

2. — L'établissement, l'envoi et le payment *du solde d'un compte général* doivent être effectués dans le plus bref délai possible et, au plus tard, *dans le délai de trois mois après l'expiration de la période à laquelle le compte se rapporte. Ce délai est porté à six dans les relations avec les pays d'outre-mer.*

Article 45.

Décompte des mandats de remboursement.

1. — Sauf entente contraire, le décompte relatif aux mandats de remboursement payés par chaque Office pour le compte d'un autre Office est effectué au moyen d'annexes aux comptes particuliers (modèle M ci-annexé) des mandats de poste.

2. — Dans ces comptes qui sont accompagnés des mandats de remboursement payés et quittancés, les mandats sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux d'émission et par ordre numérique de leur inscription aux registres de ces bureaux. L'Office qui a établi le compte déduit de la somme totale de sa créance *un quart pour cent* augmenté de la moitié de la taxe fixe de remboursement prévue à l'article 25 de l'Arrangement.

Dans le cas où deux Offices ne perçoivent pas une taxe fixe de remboursement d'égal montant, la quote-part à bonifier à l'Office correspondant est calculée sur la base de la taxe la plus faible.

3. — Le solde du compte M est ajouté, autant que possible, à celui du compte particulier des mandats de poste établi pour la même période. La vérification et la liquidation de ces comptes sont effectuées selon les règles fixées par le Règlement des mandats de poste.

Article 46.

Bulletins d'affranchissement. Décompte des frais de douane, etc.

1. — Le décompte relatif aux frais de douane, etc., déboursés par chaque Office pour le compte d'un autre, est effectué au moyen de comptes particuliers mensuels conformés au modèle E bis ci-annexé, qui sont établis par l'Office débiteur dans la monnaie du pays créditeur. Les bulletins d'affranchissement sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux qui ont fait l'avance des frais et suivant l'ordre numérique qui leur a été donné.

2. — Le compte particulier, accompagné des bulletins d'affranchissement, est transmis à l'Administration créditrice au plus tard à la fin du mois qui suit celui auquel il se rapporte. Il n'est pas dressé de compte négatif.

3. — La vérification des comptes est effectuée d'après les règles fixées par le Règlement des mandats de poste.

4. — Les décomptes donnent lieu à une liquidation spéciale. Chaque Office peut toutefois demander que ces comptes soient annexés, soit aux comptes des mandats de poste, soit aux comptes L ou M.

DISPOSITIONS DIVERSES.

Article 47.

Formules. Langue.

En vue de l'application des dispositions du paragraphe 2 de l'article 31 de la Convention, sont considérées formules à l'usage du public, les formules B, C, H, J et N.

Article 48.

Communications et notifications.

1. — Les Administrations doivent, trois mois au moins avant de mettre l'Arrangement à exécution, communiquer ou notifier aux autres Administrations par l'intermédiaire du Bureau international:

a) les dispositions qu'elles ont prises en ce qui concerne:
1° la limite de poids;
2° la déclaration de valeur;
3° les colis encombrants;
4° les remboursements;
5° les colis exprès et les colis urgents;
6° le nombre de colis qui peuvent être accompagnés d'une seule déclaration en douane;
7° les communications manuscrites sur le bulletin d'expédition;
8° *les dimensions et le volume des colis postaux transportés par la voie maritime;*
9° *les langues dans lesquelles les déclarations en douane peuvent être rédigées;*

b) la liste des objets interdits à l'importation ou au transit et de ceux qui sont admis conditionnellement au transport dans leurs services respectifs;

c) toutes les taxes et tous les droits élémentaires applicables dans leur service;

d) *l'avis que les colis admis pour toutes les localités, ou, dans le cas contraire, la liste des localités qui sont desservies;*

e) un extrait en langue allemande, anglaise, espagnole ou française, des dispositions de leurs lois ou règlements applicables au transport des colis.

2. — Toute modification ultérieure des dispositions ci-dessus mentionnées doit être notifiée sans retard et de la même manière.

DISPOSITIONS FINALES.

Article 49.

Mise à exécution et durée du Règlement.

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement des colis postaux.

Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les Parties intéressées.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicguet. — A. Body. — Douarche. — G. Béchet.

Pour l'Algerie:

H. Trauillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies fraiçaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szilay

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kuma rRaha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. van Gelder — J. M. Limers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector

Pour la Perse:

E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asia et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour do Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennegvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:
F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:
Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly — Béha Taly

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:
Luis Alejandro Aguiler.

Certifiée pour copie conforme, Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, de 30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général, le chefe des Archives, *Cavallgren.*

Règlement d'éxecution de L'Arrangement Concernant les Colis Postaux

CONCLU ENTRE

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'égypte, l'Équateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Marec (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 4 de la Convention postale universelle conclue à Stockholm le 28 août 1924, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de l'Arrangement concernant les colis postaux:

CHAPITRE I.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article Premier.

Acheminement.

1. — Chaque Administration est obligée d'acheminer par les voies et moyens qu'elle emploie pour ses propres colis, les colis postaux qui lui sont remis par une autre Administration pour être expédiés en transit par son territoire.

2. — Les colis envoyées en fausse direction sont réexpédiés sur leur véritable destination par la voie la plus directe dont peut disposer l'Office réexpéditeur.

Article 2.

Mode de transmission.

1. — L'échange des colis entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct est effectué par les bureaux et dans les locaux désignés par les Offices intéressés.

2. — A moins d'arrangement contraire, la transmission des colis entre pays non limitrophes s'opère à découvert.

Les Offices intéressés peuvent s'entendre pour établir des échanges en sacs, paniers ou compartiments clos avec feuilles de route directes; dans ce cas, les dits Offices arrêtent d'un commun accord les mesures nécessaires.

3. — Toutefois, il est obligatoire de former des récipients clos lorsque le nombre des colis est de nature à entraver les opérations d'une Administration intermédiaire d'après la déclaration de cette Administration.

Les récipients doivent porter l'indication bien lisible du bureau d'origine et d'un numéro d'ordre. Leur poids ne doit pas dépasser 60 kg. s'il s'agit de sacs et 80 kg., s'il s'agit d'autres récipients.

Ils doivent être renvoyés vides à l'Office expéditeur par le prochain courrier.

L'Office réexpéditeur doit faire mention sur ses feuilles de route des numéros des récipients retournés et devient responsable de la perte de ceux dont il ne peut pas prouver avoir effectué le renvoi.

Les paniers, sacs et autres récipients semblables, nécessaires à l'échange des colis, sont à la charge à parts égales des Offices qui s'en servent dans leurs rapports réciproques.

4. — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs territoires intermédiaires, les colis doivent suivre les voies dont les Offices intéressés sont convenus.

5. — Lorsque des colis sont retenus d'office en cours de transport, soit par la poste, soit par la douane, l'expéditeur doit être invité, par avis de non-remise, à donner ses instructions. Toutefois, cette mesure n'est pas obligatoire dans les cas de force majeure.

Article 3.

Renseignements à fournir aux Administrations

1. — Les Administrations qui entretiennent des services maritimes réguliers désignent, aux autres Offices, ceux de ces services que peuvent être affectés au transport des colis, en indiquant les distances.

2. — Les Administrations qui ont entre elles des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé:

a) la nomenclature des pays sur lesquels elles peuvent acheminer les colis qui leur sont remis;

b) les voies ouvertes à l'acheminement desdits colis, à partir de l'entrée sur leurs territoires ou dans leurs services;

c) le total des frais qui doivent leur être bonifiés pour chaque destination;

d) le nombre de déclarations en douane dont chaque colis doit être accompagné.

3. — Chaque Administration doit, en outre, faire connaître directement au premier Office intermédiaire quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer des colis.

Article 4.

Voies de transmission et taxes.

Au moyen des tableaux A reçus de ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses colis et les taxes à percevoir sur les expéditeurs, d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

Article 5.

Fixation des équivalents.

1. — Les Administrations perçoivent leurs taxes d'après les équivalents qu'elles ont fixés, selon les indications du tableau (modèle O ci-annexé) et qu'elles doivent notifier au Bureau international, par l'intermédiaire de l'Administration des postes suisses.

2. — En cas de changement du système monétaire dans l'un des pays susmentionnés, l'Administration de ce pays doit s'entendre avec l'Administration des postes suisses pour modifier les équivalents; il appartient à cette dernière Administration de faire notifier la modification à tous les autres Offices de l'Union par l'intermédiaire du Bureau international.

3. — Toute Administration a la faculté de recourir, si elle le juge nécessaire, à l'entente prévue au paragraphe précédent en cas de modification importante dans la valeur de sa monnaie.

CHAPITRE II

DISPOSITIONS APPLICABLES À TOUS LES COLIS

Article 6.

Colis encombrants.

1. — Sont considérés comme encombrants:

a) les colis dont l'une des dimensions dépasse 1 m. 50 ou dont la somme de la longueur et du plus grand pourtour, pris dans un sens autre que celui de la longueur, dépasse 3 mètres.

b) les colis qui, par leur forme, leur volume ou leur fragilité ne se prêtent pas facilement au chargement avec d'autres colis ou qui demandent des précautions spéciales, tels que plantes et arbustes en paniers, cages vides ou renfermant des animaux vivants, boîtes à cigares vides ou autres boîtes en fardeaux, meubles, vanneries, jardinières, voitures d'enfants, rouets, vélocipèdes, etc.

2. — Les Administrations qui assurent des services maritimes ont la faculté de considérer comme encombrant tout colis qui emprunte ces services et dont le volume dépasse 55 décimètres cubes, ou dont une dimension est supérieure à 1 m. 25.

3. — La manière de voir du bureau expéditeur, en ce qui concerne le calcul exact du volume, du poids ou de la dimension, doit être considérée comme prévalant, sauf erreur évidente.

Article 7.

Conditionnement des colis.

Pour être admis au transport, tout colis doit:

a) porter l'adresse exacte du destinataire en caractères latins. Les adresses au crayon ne sont pas admises; toutefois, sont acceptés les colis dont l'adresse est écrite au crayon-encre, sur un fond préalablement mouillé. L'adresse doit être écrite sur le colis même ou sur une étiquette attachée solidement à ce dernier, de manière qu'elle ne puisse se détacher. Il est recommandé d'insérer dans l'envoi une copie de l'adresse *avec mention de l'adresse de l'expéditeur;*

b) être emballé d'une manière qui réponde à la durée du transport et qui préserve assez efficacement le contenu pour qu'il soit impossible d'y porter atteinte sans laisser une trace apparente de violation. Toutefois, sont acceptés, sans emballage, les objets qui peuvent être emboîtés, ou réunis et maintenus par un lien solide muni de plombs ou de cachets, de manière à former un seul et même colis ne pouvant se désagréger. Il n'est pas exigé, non plus, d'emballage pour les colis d'une seule pièce, tels que pièces de bois, pièces métalliques, etc., qu'il n'est pas dans les usages du commerce d'emballer.

Les objets pouvant blesser les agents des postes ou endommager les autres envois doivent être emballés de façon à éviter tout danger.

c) être scellé par des cachets indentiques à la cire, par des plombs ou par un autre moyen, avec empeinte ou marque spéciale uniforme de l'expéditeur.

Article 8.

Emballages spéciaux.

1. — L'emballage des colis pour les pays d'outre-mer doit être particulièrement solide et bien conditionné, en raison des nombreux transbordements et manipulations que doivent supporter ces envois; en particulier, lorsque le contenu est composé de métaux précieux, d'objets en métal ou de marchandises lourdes, il est indispensable d'employer, pour l'emballage, des boîtes en métal résistant ou des caisses en bois d'au moins un centimètre d'épaisseur.

2. — Les liquides et les corps facilement liquéfiables doivent être expédiés dans un double récipient. Entre le premier (bouteille, flacon, pot, boîte, etc.) et le second (boîte en métal, en bois résistant ou en carton ondulé de solide qualité), est ménagé, autant que possible, un espace qui doit être rempli de sciure, de son ou de toute autre matière absorbante ou protectrice.

Cette dernière condition est obligatoire lorsque le premier récipient est particulièrement fragile.

Les matières colorantes, telles que l'aniline, etc... ne sont admises que dans des boîtes en fer blanc résistant, placées à leur tour dans des boîtes en bois avec de la sciure entre les deux emballages; les poudres sèches non colorantes doivent être placées dans des boîtes en métal, en bois ou en carton; ces boîtes doivent être elles-mêmes enfermées dans un sac en toile ou en parchemin.

3. — Lorsqu'ils sont admis par les divers Offices appelés à participer au transport, les colis contenant *des allumettes,* des capsules et des cartouches métalliques chargées pour les armes à feu portatives et des éléments de fusées d'artillerie inexplosibles, doivent être solidement emballés à l'intérieur et à l'extérieur dans des caisses ou des barils. Le contenu doit, en outre, être indiqué tant sur le bulletin d'expédition que sur l'envoi même.

Article 9.

Bulletins d'expédition et déclarations en douane.

1. — Chaque colis doit être accompagné d'un bulletin d'expédition en carton résistant et de déclarations en douane conformes ou analogues aux modèles B et C ci-annexés; *les déclarations en douane sont solidement attachées au bulletin d'expédition.*

L'expéditeur peut ajouter sur le coupon du bulletin d'expédition des communications relatives à l'envoi. Il doit, en outre, indiquer, au verso du bulletin d'expédition, la manière dont il entend disposer du colis, au cas où la livraison ne pourrait être effectué. Cette annotation, qui doit être libellée en français ou dans une langue connue dans le pays de destination, *est reproduite sur le colis même.*

Les dispositions suivantes sont seules admises:

a) que le colis soit immédiatement renvoyé;

b) que le colis soit réexpédié au même destinataire dans une autre localité;

c) que le colis soit remis à un autre destinataire (éventuellement sans perception du montant du remboursement ou contre payement d'une somme inférieure à celle indiquée primitivement);

d) que le colis soit signalé comme tombé en rebut;

e) que le colis soit vendu à ses risques et périls ou traité comme abandonné.

2. — Un seul bulletin d'expédition et une seule déclaration en douane peuvent servir pour plusieurs colis ordinaires jusqu'au nombre de trois, émanant du même expéditeur, soumis à la même taxe et destinés à la même personne. Cette disposition n'est pas applicable aux colis expédiés contre remboursement, avec déclaration de valeur, *ou à remettre aux destinataires francs de tous droits ou francs de douane seulement, pour lesquels les documents collectifs ne sont pas admis.*

Chaque pays peut toutefois exiger un bulletin d'expédition et une déclaration en douane par colis.

3. — Les Administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane

Article 10.

Colis francs de droits.

1. — Les colis à remettre aux destinataires francs de *tous* droits, ou francs de droits de douane seulement, doivent porter sur l'adresse ainsi que sur les bulletins d'expédition une étiquette de couleur *jaune* avec l'indication, en gros caractères, «Franc de tous droits» ou «Franc de droits de douane seulement». La même indication doit être inscrite par les expéditeurs sur les bulletins d'expédition.

2. — Tout colis expédié «franc de droits» est accompagné d'un bulletin d'affranchissement conforme au modèle E ci-annexé, confectionné en carton de couleur jaune et dont le recto est rempli par le bureau expéditeur d'après la contexture de la formule. Le bulletin d'affranchissement est solidement attaché au bulletin d'expédition.

Article 11.

Avis de réception.

1. — Les colis pour lesquels les expéditeurs demandent un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente «Avis de réception» ou l'empreinte d'un timbre «A. R.» La même mention est reproduite sur les bulletins d'expédition.

2. — Ces envois sont accompagnés d'une formule conforme ou analogue au modèle C annexé au Règlement de la Convention; cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur; elle est jointe au bulletin d'expédition du colis auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

3. — Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule C, la renvoie, à découvert et en franchise de port, à l'adresse de l'expéditeur du colis.

4. — Lorsque l'expéditeur réclame un avis de réception qui ne lui est pas parvenu dans les délais voulus, il est procédé conformément aux règles tracées à l'article suivant. Dans ce cas, il n'est pas perçu une deuxième taxe et le bureau d'origine inscrit en tête de la formule C, la mention «Duplicata de l'avis de réception, etc.»

Article 12.

Avis de réception demandés postérieurement au dépôt

Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception postérieurement au dépôt d'un colis, le bureau d'origine remplit une formule C *qu'il* attache *ensuite* à une réclamation (modèle N ci-annexé), préalablement revêtue de timbres-poste représentant la taxe *prévue à l'article 49 de la Convention.*

La réclamation accompagnée de la formule C est traitée selon les prescriptions de l'article 39 ci-après, à cette seule exception que, en cas de livraison régulière du colis, le bureau de destination retire la formule N et renvoie la formule C à l'origine de la manière prescrite au paragraphe 3 de l'article précédent.

Toutefois, dans les pays où le service des colis postaux n'est pas exécuté par l'Administration des postes, la perception de la taxe est constatée sur la formule N, soit par l'apposition d'une vignette spéciale, soit par l'indication du montant de cette perception.

CHAPITRE III.

COLIS CONTRE REMBOURSEMENT

Article 13.

Indication du remboursement.

1. — Les colis grevés de remboursement et les bulletins d'expédition y afférents doivent porter du côté de l'adresse le mot «Remboursement» écrit ou imprimé d'une manière très apparente et suivi du montant du remboursement qui doit être indiqué en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes*, sans rature ni surcharge, même approuvées.

2. — L'expéditeur doit, en outre, indiquer, sur le colis et au recto du bulletin d'expédition, son nom et son adresse, également en caractères latins.

Article 14.

Etiquette.

Les colis grevés de remboursement ainsi que leurs bulletins d'expédition doivent être revêtus d'une étiquette de couleur orange conforme au modèle D, annexé au Règlement de la Convention.

Article 15.

Mandat de remboursement (formule H).

Tout colis expédié contre remboursement est accompagné d'une formule de mandat de remboursement conforme ou analogue au modèle H ci-annexé. Cette formule, qui est attachée au bulletin d'expédition, doit porter l'indication du montant du remboursement dans la monnaie du pays d'origine et indiquer, en règle générale, l'expéditeur du colis comme bénéficiaire du mandat. Cependant, chaque Administration est libre de faire adresser aux bureaux d'origine des colis ou à d'autres de ses bureaux les mandats afférents aux envois originaires de son service. Le coupon du mandat de remboursement doit indiquer le nom et l'adresse du destinataire du colis, ainsi que le lieu et la date de dépôt de cet envoi.

Article 16.

Conversion du montant du remboursement.

Sauf entente contraire, les montants des remboursements sont convertis en monnaie du pays destinataire par les soins de l'Administration de ce pays, qui se sert à cet effet du taux de conversion dont elle fait usage pour la conversion des mandats de poste à destination du pays d'origine des colis.

Article 17

Délai de paiement.

Le montant du remboursement doit être payé dans un délai de 7 jours à compter du lendemain de l'arrivée du colis au bureau destinataire.

Ce délai est porté à 15 jours dans les relations des pays d'Europe avec les pays hors d'Europe et de ces derniers pays entre eux.

Les délais peuvent être étendus jusqu'au maximum de 28 jours par les Administrations auxquelles leur législation en fait une obligation.

Passé ces délais, le colis est traité comme étant tombé en rebut, conformément aux dispositions de l'article 34 ci-après. L'expéditeur *a toutefois la faculté de demander* le renvoi immédiat du colis à son adresse, si le destinataire refuse de payer le montant du remboursement lors de la première présentation. *Cette demande doit figurer sur le colis et au verso du bulletin d'expédition. Elle doit être libellée en français ou dans une langue connue dans le pays de destination.*

Article 18.

Réduction ou annulation du remboursement.

Les demandes d'annulation ou de réduction du montant du remboursement sont soumises aux règles et formalités prescrites par l'article 41 du Règlement de la Convention.

Toute demande de réduction du montant du remboursement doit être accompagnée d'une nouvelle formule de mandat de remboursement indiquant le montant rectifié.

Article 19.

Réexpédition

Les colis grevés de remboursement peuvent être réexpédiés si le pays de la nouvelle destination assure, avec celui d'origine, le service des colis de cette catégorie. Dans ce cas, les colis sont accompagnés des formules de mandats de remboursement établies par le service d'origine. L'Office de la nouvelle destination procède à la liquidation des remboursements comme si les colis lui avaient été expédiés directement.

Article 20.

Emission du mandat de remboursement.

Immédiatement après avoir encaissé le montant du remboursement, le bureau de destination ou tout autre bureau désigné par l'Administration destinataire remplit la partie «Indications de service» du mandat de remboursement et, après avoir apposé son timbre à date, le renvoie en franchise de port *au bureau de dépôt du colis ou au bureau qui a été spécialement désigné par l'Office d'origine sur le titre lui-même.*

Les mandats de remboursement sont payés aux expéditeurs des colis dans les conditions déterminées par chaque Administration.

Article 21.

Annulation ou remplacement des formules de mandats de remboursement.

1. — Les formules de mandats de remboursement annulées ou remplacées sont détruites par les soins de l'Office destinataire des colis.

2. — Les formules afférentes aux colis grevés de remboursement qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine, doivent être annulées par les soins de l'Office qui effectue le renvoi.

3. — Lorsque les formules afférentes aux colis grevés de remboursement sont égarées, perdues ou détruites avant l'encaissement du remboursement, le bureau destinataire en établit des duplicata sur lesquels il porte les indications que le bureau expéditeur y aurait consignées.

Article 22.

Mandats de remboursement.

1. — Les mandats de remboursement égarés, perdus ou détruits après l'encaissement du remboursement sont remplacés par des duplicata ou des autorisations de payement, après constatation par les Administrations intéressées que les mandats n'ont été ni payés, ni remboursés.

2. — Les mandats de remboursement dont les bénéficiaires n'ont pas réclamé le payement dans les délais de validité fixés par le Règlement des mandats, et ceux qui n'ont pu être délivrés aux bénéficiaires, sont traités conformement aux dispositions de l'article 34 du Règlement de la Convention.

CHAPITRE IV

COLIS AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Article 23.

Indication du montant de la déclaration.

Les colis avec valeur déclarée *et les bulletins d'expédition y afférents* doivent comporter l'indication du montant de la déclaration de valeur dans la monnaie du pays d'origine. Cette indication doit être faite en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes*, sans rature ni surcharge même approuvées. Le montant de la déclaration doit, en outre, être converti en francs-or par l'expéditeur ou par l'Office d'origine. Le résultat de la conversion est indiqué par de nouveaux chiffres placés à côté ou au-dessous de ceux qui représentent le montant de la déclaration dans la monnaie du pays d'origine.

Le montant en francs-or doit être souligné d'un fort trait au crayon de couleur.

Article 24.

Etiquettes et timbres-poste.

Les colis avec valeur déclarée ainsi que leurs bulletins d'expédition doivent porter une étiquette rouge avec l'indication «Valeur déclarée» en caractères latins.

Lorsque les colis contiennent des espèces monnayées, des matières d'or ou d'argent ou d'autres objets précieux, *les cachets ou scellés de même que* les étiquettes de toute nature et, le cas échéant, les timbres-poste apposés sur les colis, doivent être espacés, *de façon à ne pas pouvoir cacher* des lésions de l'emballage. *Les étiquettes et, le cas échéant, les timbres-poste* ne doivent pas, non plus, être repliés sur les deux faces de l'emballage de manière à couvrir la bordure.

Article 25.

Empreinte du cachet.

Outre l'indication de la déclaration de valeur prescrite par l'article 23, le bulletin d'expédition accompagnant chaque colis avec valeur déclarée doit porter *une reproduction exacte de l'empreinte ou de la marque spéciale de l'expéditeur prévue à l'article 7, lettre g.*

Article 26.

Indication du poids.

Le poids exact en grammes de chaque colis avec valeur déclarée doit être inscrit par l'Office d'origine:

a) sur l'adresse du colis;

b) sur le bulletin d'expédition, à la place à ce réservée.

CHAPITRE V

COLIS URGENTS.

Article 27.

Etiquette.

Les colis urgents et les bulletins d'expédition y afférents doivent porter une étiquette avec l'indication très apparente «Urgent».

Article 28.

Transmission et comptabilité.

Les Offices qui participent à l'échange des colis urgents s'entendent pour assurer la transmission rapide et, autant que possible, directe de ces colis; ces Offices arrêtent également d'un commun accord les mesures nécessaires pour la comptabilité.

CHAPITRE VI

OPÉRATIONS AU DÉPART ET À L'ARRIVÉE.

Article 29.

Numéro d'enregistrement et lieu de dépôt.

Chaque colis, ainsi que le bulletin d'expédition qui s'y rapporte, doit être revêtu d'une étiquette conforme au modèle D ci-annexé indiquant le numéro de l'enregistrement et le nom du bureau de dépôt. Le même bureau d'origine ne peu employer, en même temps, deux ou plusieurs séries d'étiquettes, sauf le cas où les séries sont complétées par un caractère distinctif.

Article 30.

Application du timbre à date.

Le bulletin d'expédition est frappé par le bureau d'origine, du côte de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt.

Le bureau d'origine doit indiquer, en outre, la coupure de poids du colis ou le poids de ce colis, en kilogrammes.

Article 31.

Colis exprès.

Les colis à remettre par exprès ainsi que les bulletins d'expédition correspondants sont frappés d'un timbre ou revêtus d'une étiquette portant, en gros caractères, le mot «Exprès».

Article 32.

Renvoi des bulletins d'affranchissement. Récupération des droits avancés.

1.—Après la livraison d'un colis franc de droits au destinataire, le bureau qui a fait l'avance des frais de douane ou autres pour le compte de l'expéditeur *complète*, en ce qui le concerne, les indications qui figurent au verso du bulletin d'affranchissement et transmet ce dernier accompagné des pièces justificatives, sous enveloppe fermée, sans indication du contenu, au bureau d'origine du colis.

Toutefois, chaque Administration a le droit de faire effectuer par des bureaux spécialement désignés, le renvoi des bulletins d'affranchissement grevés de frais et de demander que les bulletins soient transmis à un bureau déterminé. Dans ce dernier cas, de nom du bureau auquel les bulletins doivent être renvoyés est inscrit par le bureau expéditeur du colis au recto du bulletin d'affranchissement.

2.—Lorsqu'un colis qui porte l'étiquette «franc de *tous* droits» *ou «franc de droits de douane seulement»* parvient au service destinataire sans bulletin d'affrachissement, le bureau chargé du dédouanement établit un duplicata du bulletin en avant soin de substituer le nom du pays d'origine de l'envoi à celui de l'Office dont il relève lui même. Lorsque le bulletin d'affranchissement est perdu après livraison du colis, un duplicata est établi dans les mêmes conditions.

3.—Les bulletins d'affranchissement afférents aux colis qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine

doivent être annulés par les soins de l'Office qui effectue le renvoi et être attachés aux bulletins d'expédition.

4.—A la réception d'un bulletin d'affranchissement indiquant les frais déboursés par le service destinataire, l'Office d'origine converti le montant de ces frais dans sa propre monnaie à un taux qu'il détermine lui-même et qui ne doit pas être supérieur au taux fixé pour l'émission des mandats de poste à destination du pays correspondant. Le résultat de la consersion est indiqué dans le corps de la formule et sur coupon latéral; il est confirmé par la signature de l'agent qui a opéré la conversion. Après avoir recouvré le montant des frais, le bureau d'origine remet à l'expéditeur le coupon du bulletin et, le cas échéant, les pièces justificatives.

Article 33.

Réexpéditio

1.—Les colis réexpédiés par suit de fausse direction ne peuvent être frappés de droits de douane ou autres par l'Office réexpéditeur.

Lorsque ce dernier renvoie un colis à l'Office qui l'a acheminé en dernier lieu, il lui restitue les bonifications qu'il a reçues et signale l'erreur par un bulletin de vérification.

Dans les autres cas et si le montant des taxes qui lui ont été attribuées est insuffisant pour convrir les frais de réexpédition qui lui incombent. *l'Office réexpéditeur bonifie à l'Office auquel il remet le colis les droits de transport que comporte l'acheminement;* il se crédite *ensuite de la somme dont il est à découvert par une reprise sur le bureau d'échange qui a transmis en dernier lieu le colis en fausse direction. Le motif de cette reprise est notifié à* ce bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

2.—Lorsqu'un colis a été admis à tort à l'expédition par suit d'une erreur imputable au service *postal* et doit, pour ce motif, être renvoyé au pays d'origine, *l'Office qui restitue le colis alloue à l'Office qui le lui a livré les bonifications qu'il en a reçues.*

Lorsque le renvoi est la conséquence d'une erreur de l'expéditeur ou d'une des interdictions prévues à l'article 14 de l'Arrangement, *les frais de transport qui résultent de l'opération sont à la charge des expéditeurs. Chaque Office se crédite de sa quote-part par une reprise ainsi qu'il est indiqué au § 3 ci-après pour les colis réexpédiés.*

3.—Les colis réexpédiés par suit de changement de résidence des destinataires ou d'une erreur imputable à l'expéditeur sont grevés, à la charge des destinataires, par l'Office distributeur, d'une taxe représentant les quotes-parts revenant aux divers Offices qui ont participé au transport de réexpédition.

L'Office réexpéditeur se crédite de sa quote-part sur l'Office intermédiaire ou sur l'Office de la nouvelle destination. Dans les cas où le pays de réexpédition et celui de la nouvelle destination ne sont pas limitrophes, le premier Office intermédiaire qui reçoit un colis réexpédié se crédite du montant de sa quote-part et de celle de l'Office réexpéditeur, vis-à-vis de l'Office auquel il livre cet objet; et ce dernier à son tour, s'il n'est lui-même qu'un intermédiaire, répète, sur l'Office suivant, sa propre quote-part, cumulée avec dont il a tenu compte à l'Office précédent. La même opération se poursuit dans les rapports entre les différents Offices participant au transport, jusqu'à ce que le colis parvienne à l'Office distributeur.

Lorsque la taxe de transport est acquittée au moment de la réexpédition, le colis est traité comme s'il était adressé directement par le pays réexpéditeur au pays de la nouvelle destination. Dans ce cas, aucune taxe de transport n'est perçue sur le destinataire.

Le détail des frais repris doit être indiqué sur le bulletin d'expédition ou, à défaut, sur un bordereau joint à ce document.

4.—Les colis sont réexpédiés dans leur emballage primitif; ils sont accompagnés du bulletin d'expédition établi par le bureau d'origine. Si le colis doit, pour un motif quelconque, être remballé ou si le bulletin d'expédition primitif doit être remplacé par un bulletin supplémentaire, il est indispensable que le nom du bureau d'origine du colis et le numéro d'enregistrement primitif figurent tant sur le colis que sur le bulletin d'expédition.

Article 34.

Rebuts. Avis de non-remise.

1.—*Lorsque l'expéditeur a demandé par une annotation portée au verso du bulletin d'expédition et sur le colis* que le colis *soit signalé comme tombé en rebut,* l'Office destinataire trasmet à l'Office expéditeur, après l'avoir complété un avis de non-remise conforme au modèle J ci-annexé. Cet avis, *qui est accompagné du bulletin d'expédition original,* doit indiquer, le cas échéant, le montant des frais de douane et autres dont le colis est déjà grevé et de ceux dont il pourrait être encore grevé en raison d'un magasinage prolongé. *L'avis est renvoyé au bureau qui l'a établi avec les instructions de l'expéditeur et avec le bulletin d'expedition.*

2.—*Un avis modèle J doit également être établi pour signaler à l'Office d'origine les colis postaux tombés en souffrance pour cause d'avarie, de spoliation ou toute autre cause de même nature.*

3.—En règle générale, les avis de non-remise sont échangés entre le bureau de destination et le bureau d'origine. Toutefois, chaque Office peut demander que les avis qui concernent son service soient transmis à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné. Il appartient à l'Office d'origine d'aviser l'expéditeur. *L'échange des avis de non-remise doit être accéléré autant que possible par tous les bureaux intéressés.*

4.—Lorsque de colis ayant donné lieu à un avis sont retirés ou réexpédiés avant la réception des instructions de l'expéditeur, le bureau d'origine doit en être informé immédiatement pour qu'il en prévienne l'expéditeur.

5.—*Lorsqu'un colis est renvoyé à l'origine sans que l'avis de non-remise prévu au § 1 du present article ait été établi, l'Office destinataire est tenu de prendre les frais de renvoi à sa charge.*

Article 35.

Rebuts. Instructions de l'expéditeur.

1.—*En réponse à l'avis de non-remise qui lui a été transmis conformément aux dispositions de l'article précédent, l'expéditeur peut demander:*

a) que le destinataire primitif soit avisé encore une fois;

b) que l'adresse du colis soit rectifiée ou complétée;

c) que le colis soit remis à un autre destinataire ou qu'il soit réexpédié sur une autre destination pour être remis au destinataire primitif ou à une autre personne.

d) qu'un colis grevé de remboursement soit remis *à une autre personne contre perception du montant du remboursement indiqué ou qu'il soit remis au destinataire primitif ou à* une autre personne sans perception du montant du remboursement ou contre payement d'une somme inférieure à celle indiquée primitivement. Si le montant du remboursement est réduit, une nouvelle formule H doit être établie conformément aux prescriptions de l'article 18;

e) que les colis soit remis au destinataire *primitif ou à une autre personne* sans perception des frais de douane ou des autres frais dont il est grevé. *Dans ce cas, un bulletin d'affranchissement doit être établi conformément aux prescriptions de l'article* 10;

f) que le colis lui soit immédiatement renvoyé;

g) que le colis soit vendu à ses risques et périls ou traité comme abandonné.

Aucune demande autre que celles prévues ci-dessus n'est admise.

2.—Après réception des instructions de l'expéditeur, ces dernières seules sont valables et exécutoires.

Article 36

Renvoi des colis tombés en rebut.

1.—Tout colis dont le destinataire est parti pour un pays non participant à l'Arrangement concernant les colis postaux est traité comme rebut, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de le faire parvenir.

2.—*Si l'expéditeur a formulé une demande non prévue à l'article 35, l'Office de destination peut renvoyer immédiatement le colis au bureau d'origine sans établir un nouvel avis. Il en est de même lorsque l'expéditeur refuse de payer le droit prévu par le § 3 de la article 19 de l'Arrangement. Si l'expéditeur ne donne pas de réponse à l'avis de non-remise, le colis lui est renvoyé à l'expiration du délai fixé au § 3 du dit article 19.*

3.—*Le bureau qui renvoie un colis à l'expéditeur doit indiquer d'une manière claire et concise en langue française la cause de la non-remise sous la forme suivante: Inconnu, refusé, en voyage, parti, non réclamé, décédé ou un mot similaire. Cette indication peut être manuscrite ou être fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une etiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction dans sa*

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kinlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mlc. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr *Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.*

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Saltó.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicguet. — A. Body. — Dauarche. — G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-chine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachoudakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique.

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumâr Raha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Liberia:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga

Pour le Luxembourg:

Jaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. van Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: — *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:
I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: — *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pixe

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Jaconal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kelling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Demitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbarac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr. Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: — *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 sept. 1924. — Pour le Secrétaire Général, le Chef des Archives, *Candandgren.*

Protocole final du Règlement

Au moment de procéder à la signature du Règlement d'exécution de l'Arrangement des Colis postaux arrêté par le Congrès postal universel de Stockholm, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

Article unique.

Par dérogation à la disposition de l'article 6, § 1, lettre a) du Règlement, l'Egypte (pour les bureaux du Soudan) et la Norvège ont la faculté, dans leurs relations avec les autres pays, de considérer comme encombrants les colis dont l'une des dimensions dépasse un mètre dix centimètres ou dont la somme de la longueur et du plus grand pourtour pris dans un sens autre que celui de la longueur, dépasse un mètre 85 centimètres.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même du Règlement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano Blanco.

Pour la République de Costa Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pi[illegible]eda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlandie:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicguet. — A. Body. — Dauarche. — G. Béchel.

Pour l'Algérie:

A. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour les Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendences japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — *Louis Rudans.*

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

J. Jurkuns-Scheynius. — *Adolfas Sruoga.*

Pour le Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — *Walter.*

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — *José Moreno Pizaa.* — *A. Camacho.*

Pour la Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — *Oskar Homme.*

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — *César Carvalho.*

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays Bas:

Schreuder. — *J. S. v. Gelder.* — *J. M. Lamers.*

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Pour M.-W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — *E. Piro.*

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — *Dr. Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — *Adalberto da Costa Veiga.*

Pour les Colonies Portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriano Santa Barbara.

Pour les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — *Sava Tutundzic.* — *Milos Kovaccvic.* — *Stojsa Krbavac.*

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preccha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — *Gustaf Kihlmark.* — *Gunnar Lager.* — *Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse:

P. Dubois. — *G. Roches.*

Pour la Tchécoslovaquie:

Jude Otokar Ruzicka. — *Joseph Zabrodsky.*

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — *Barbarat.*

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly.* — *Béha Tay.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme. Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 Septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général, le Chef des Archives, *Candangren.*

ANNEXES

OFFICE EXPÉDITEUR
DU PRÉSENT TABLEAU
.....

A

ÉCHANGE DE COLIS POSTAUX

ENTRE PAYS NON LIMITROPHES

Tableau indiquant les conditions auxquelles l'Office des postes d..... accepte á découvert les colis postaux á destination des pays pour lesquels il est á même de servir d'intermédiaire.

Pays de destination	Voiess de transmission	Désignation des pays intermédiaires et des services maritimes á employer	Total des frais á bonifier par l'Office..... á l'Office..... Taxe au poids	Droits d'assurance par 300 francs	Observations
1	2	3	4	5	6

(Dimensions: 210×297 mm.)

B

(Recto)

COUPON

Peut être détaché par le destinataire

Timbre du bureau d'origine

Nom et domicile de l'expéditeur:

Numéros d'enregistrement

Pays d'origine .....

Valeur déclarée

BULLETIN D'EXPÉDITION

Nombre de colis..... Nature de l'emballage .....
déclarations en douane.....
certificats ou factures.....

Montant du remboursement

A.....

(Lieu du destination) .....

(Rue et numéro) .....

Application du timbre-poste ou indication de la taxe perçue

Timbre de la douane.

Poids

Droits de douane (1)

Acheminement:

Voie.....

.....

Bureau d'échange.....

(1) Cadre á remplir par le bureau d'entrée ou par le service de la douane du pays de destination.

(Dimensions: 125×176 ou 148×210 mm.)

B

(Verso)

INSTRUCTIONS A DONNER PAR L'EXPÉDITEUR.

Pour le cas où la livraison du colis décrit au recto du présent bulletin ne pourrait avoir lieu, je demande [1]).....

.....

.....

(Signature de l'expéditeur)

.....

[1]) L'expéditeur est tenu d'indiquer au verso du bulletin d'expédition et sur le colis la manière dont il doit être disposé de son envoi en cas de non livraison. Les dispositions suivantes sont seules admises:

a) que le colis soit immédiatement renvoyé;
b) que le colis soit réexpédié au même destinataire dans une autre localité;
c) que le colis soit remis à un autre destinataire (éventuellement sans perception du montant du remboursement ou contre payement d'une somme inférieure à celle indiquée primitivement);
d) que le colis soit signalé comme tombé en rebut;
e) que le colis soit vendu à ses risques et périls ou traité comme abandonné.

Les colis pour lesquels l'expéditeur n'a pas donné d'instructions sont renvoyés *sans avis* après l'expiration du délai réglementaire de 15 jours.

L'expéditeur qui désire que le colis ne soit pas réexpédié doit l'indiquer por une annotation au recto du bulletin d'expédition et sur le colis. Il en est de même s'il désire que le colis lui soit renvoyé dans un délai plus court que le délai réglementaire de conservation.

RÉCÉPISSÉ DU DESTINATAIRE.

Le soussigné déclare avoir reçu le colis désigné / les colis désignés au recto du présent bulletin.

A....., le..... 192....

(Signature)

.....

C

LIEU DE DÉPART: .....

Administration des Postes de.....
ou
Administration des chemins de fer de.....

LIEU DE DESTINATION: .....

DECLARATION EN DOUANE

M.....

COLIS POSTAUX ou BOÎTES AVEC V. D.		DÉSIGNATION DU CONTENU	VALEURS — avec indication précise de l'unité monétaire employée	POIDS	
Nombre	Espèce			Brut — Grammes	Net — Grammes

Pays d'origine ou de fabrication de la marchandise:

L'expéditeur,

.....

(Dimensions: 125 × 176 ou 148 × 210 mm.)

D

475 Barmen 1

475
BARMEN 1

E

(Recto)

COUPON

L'expéditeur $\frac{\text{du colis *)}}{\text{de la boite *)}}$ *N°*.....
avec valeur déclarée de.....
déposé..... *à*.....
pour M.....
à.....
a payé les droits indiqués au verso

Timbre du bureau d'origine

Pays d'origine.....

BULLETIN D'AFFRANCHISSEMENT

$\frac{\text{Le colis *)}}{\text{Le boite *)}}$ *N°*..... *de* ..... *avec valeur déclarée de*..... *expédié*..... *par*.....
..... *à l'adresse de*.....
..... *à* .....
domicile.....
doit (doivent) être remis..... *franc*..... *de* $\frac{\text{tous droits *)}}{\text{droits de douane *)}}$

*) Biffer le superflu

A renvoyer au bureau de.....
(Indiquer le nom du bureau d'origine ou, le cas échéant, celui du bureau d'échange)

(Verso)

(doit être imprimé en sens inverse du recto)

DÉTAIL DES DROITS DUS
(dans la monnaie du pays destinataire)

Droits de douane.....	.....	....
Frais de remballage.....	.....	....
Droits de dédouanement.....	.....	....
Autres frais.....	.....	....
.....	.....	....
Total.....	.....	....

soit *).....

Timbre du bureau d'origine du colis

*) Dans la monnaie du pays d'origine du colis.

Timbre du bureau qui a fait l'avance des frais

TOTAL DES FRAIS DÉBOURSÉS
(Voir le détail sur le coupon)

(dans la monnaie du pays de destination du colis)

soit

(à convertir par l'Office d'origine du colis)

Date de l'avance	N° du registre	Bureau qui a fait l'avance	Signature de l'agent

Registre d'arrivée N°.....

Converti par (nom de l'agent)

Timbre du bureau recouvrant

(Dimensions: 105 × 148 mm.)

E bis

COMPTE

des frais payés par l'Administration d.....pour le compte de l'Administration d .....

Mois de.....,192...

Numéros d'ordre	Dates des avances	Numéro du registre	BUREAUX qui ont fait les avances	Montant de chaque bulletin	OBSERVATIONS
			TOTAL:		

(Dimensions: 210×297 mm.)

PAYS D'ORIGINE

.....

Numéro d'ordre de la feuille de route
Nom du navire

PAYS DE DESTINATION

.....

F

FEUILLE DE ROUTE

DES COLIS POSTAUX EXPÉDIÉS PAR LE BUREAU D'ÉCHANGE D.....,.....

AU BUREAU D'ÉCHANGE D.....

Timbre à date

Départ (.....e envoi) du..... 192..., à...h...m.

Arrivée..... du..... 192..., à...h...m.

NUMÉROS		Nombre de colis postaux	BUREAU		Poids de chaque colis avec valeur déclarée	Valeur déclarée	BONIFICATIONS de taxes et droits		Montant des remboursements	Observations
d'ordre	de l'enregistrement		d'origine	de destination (*)			par l'Office expéditeur à l'Office correspondant	par l'Office correspondant à l'Office expéditeur		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
						francs-or	fr ct.	fr. ct.		
Totaux.....			.....	.....						

L'employé du bureau expéditeur.

.....

L'employé du bureau destinataire.

.....

(*) Ne pas remplir dans les cas ou les colis sont adressés au même bureau que les feuilles de route.

(Dimensions : 148×210 ou 210×297 ou 297×420 mm.

ADMINISTRATION
DES POSTES

a .....

G

SERVICE DES COLIS POSTAUX

Timbre à date

BULLETIN DE VÉRIFICATION

pour la constatation et la rectification des erreurs et irrégularités de toute nature reconnues dans l'envoi de colis du bureau d'échange d .....

par le bureau d'échange d .....

Expédition ..... 192....

MANQUE DE COLIS

NUMÉRO d'ordre	NUMÉRO de l'enregistrement	Lieu d'origine	ADRESSE (aussi exacte que possible)	Montantu port bonifié	Vérification du bureau destinataire	Observations

AVARIE DE COLIS

NUMÉRO d'ordre	NUMÉRO de l'enregistrement	Lieu d'origine	ADRESSE de l'expéditeur	ADRESSE du destinataire	Co ntenu	Poids constaté	Valeur déclarée	Indication du récipient (panier, sac, etc.)

Description et cause apparente de l'avarie ou autres observations.

IRRÉGULARITÉS

(manque de la feuille, emballage ou fermeture insuffisants, etc.)

ERREURS

NUMÉRO d'ordre	NUMÉRO de l'enregistrement	Lieu d'origine	Nom et adresse du destinataire	Poids	Montant du port bonifié	Rectification du bureau destinataire
Total		Total vérifié				

..... le ..... 192....

L'employé du bureau desttnataire,

.....

Vu et accepté

..... le ..... 192....

Le chef du bureau expéditeur,

.....

(Dimensions: 148 × 210 mm.)

H

(Recto)

COUPON
du
mandat
de
remboursement
de .....
(Montant en chiffres)
pour
le colis nº .....
déposé

le.....192....

à.....par

M.....

à l'adresse de

M.....

à.....

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

MANDAT DE REMBOURSEMENT INTERNATIONAL

de la somme de

(en chiffres arabes)

(les unités en toutes lettres et en caractéres latins)

Pour le colis postal nº.....expédié le.....
Payable à M.....
Lieu de destination .....
Adresse du destinataire.....
Pays de destination.....

INDICATIONS DE SERVICE (*)

Numéro d'émission.....
Date d'émission.....
Bureau d'émission.....
Pays d'émission.....
Signature de l'agent qui a dressé le mandat:

Somme versée

(Monnaie du pays destinataire du colis)

Timbre du bureau d'émission

*) Indications à remplir par l'Office destinataire du colis après l'encaissement du montant du remboursement.

H

(Verso)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part

Lieu.....192...

Le.....

Signature du destinataire

.....

Registre
d'arrivée

N.....

Timbre du bureau payeur

(Dimensions: 105 × 148 mm.)

J

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

(Colis Postaux)

AVIS DE NON-REMISE

Le.....colis dont ci-joint.....bulletin.....d'expédition N°.....originaire.....
de.....se trouve.....
en souffrance à mon bureau pour le motif suivant: 1)

a) Le.....colis.....été refusé.....par le destinataire.
b) Le.....colis N°.....pas été réclamé.....
c) Le destinataire est inconnu, absent, parti, décédé.
d) L'adresse est insuffisante.
e) L'adresse du colis n'est pas conforme à celle du bulletin.
f) Le destinataire refuse de payer { les frais de douane / le remboursement / les autres frais dont le colis est grevé
g) Le colis est grevé de douane et autres s'élevant au total à.....
Pour prolongation de magasinage, cette somme sera majorée à raison de.....
h) Le destinataire n'a pas d'autorisation d'importation.

Prière de demander les instructions de l'expéditeur et de lui faire connaitre que, si ces instructions ne me parviennent pas dans un délai de.....mois, le.....colis lui ser.....réexpédié.....sous suit des frais.

Timbre à date:

Signature:.....

RÉPONSE

Le.....colis doi.....être: 1)

a) Présenté encore une fois au destinataire primitif.
b) Remis à M.....rue.....N°.....
(destinataire primitif ou une autre personne).
sans perception..... / contre paiement 2)..... du montant du remboursement de.....
c) Remis à M.....rue.....N°.....
(destinataire primitif ou une autre personne)
sans perception des trais de douane ou des autres frais dont le colis est grevé 3)
d) Réexpédié au destinataire primitif.....rue.....N°.....
e) Immédiatement renvoyé au bureau d'origine.
f) Vendu aux risques et périls de l'expéditeur.
g) Traité comme abandonné.

L'expéditeur n'ayant pas répondu aux demandes d'instructios qui lui ont été adressées, le.....colis doi.....être renvoyé.....à mon bureau à l'expiration du délai réglementaire.

Timbre à date:

Signature:.....

1) Biffer les indications dont il n'est pas fait usage.
1) Ajouter un noveau mandat de remboursement (établi conformément aux prescriptions de l'article 18) si le montant du remboursement est réduits
3) Ajouter un bulletin d'affranchissement établi conformément aux prescriptions de l'article 10.

(Dimensions: 148×210 mm.)

ADMINISTRATION
DES POSTES
d.....

K

ETAT MENSUEL

CORRESPONDANCE
AVEC L'OFFICE
d.....

d.... sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d.....
et l'Administration des postes d....., à titre de frais pour les colis postaux livrés par les bureaux d'échange dépendant de la première Administration au bureau d'échange d.....

Mois d.....192....

Dates des feuilles de route	I. Avoir de l'Office destinataire (Colonne 8 de la formule F)												II. Avoir de l'Office expéditeur Taxas et droits (Colonne 9 de la formule F)										Observations
	Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		Envoi du bureau d.....		
	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	
1.....																									
2.....																									
3.....																									
4.....																									
5.....																									
6.....																									
7.....																									
8.....																									
9.....																									
10.....																									
11.....																									
12.....																									
13.....																									
14.....																									
15.....																									
16.....																									
17.....																									
18.....																									
19.....																									
20.....																									
21.....																									
22.....																									
23.....																									
24.....																									
25.....																									
26.....																									
27.....																									
28.....																									
29.....																									
30.....																									
31.....																									
Totaux par bureaux d'échange correspondants..																									
Total général de chaque avoir.																									

Timbre du bureau d'échange destinataire

Le Chef du bureau d'échange destinataire.

(Dimensions: 210×297 ou 105×297 mm.)

ADMINISTRATION

D.....

d.....

L

CORRESPONDANCE

Avec l'office

d.....

COMPTE

récapitulatif des états mensuels des feuilles de route de colis postaux adressées par les bureaux d'échange d..... ..... aux bureaux d'échangs d.....

Mois d..... 192...

Numéros d'ordre	Bureaux d'échange destinataires	Montant des sommes dues d'après chaque état mensuel á l'Office destinataire	Montant des sommes dues d'aprés chaque état mensuel á l'Office expéditeur — Taxes et droits	Observations
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
	Totaux			
	Solde au credit de l'Office			

(Dimensions : 210 × 297 mm.)

M

COMPTE PARTICULIER

des mandats de remboursement payés par l'Administration d.....
pour le compte de l'Administration d.....
pendant le mois de.....192...

N.os d'ordre	Numéros d'émission des mandats	Dates d'émission des mandats	Bureaux d'émission	Montant des mandats	Observations
			Total		
			A déduire 1/4 °/o du total		
			Taxe fixe.....		
			Reste au profit de l'Administration d.....		

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

N

ADMINISTRATION DES POSTES **d**.....

RÉCLAMATION D'UN COLIS POSTAL

ou d'un mandat de remboursement non parvenu

Partie à remplir par l'Office d'origine

Bureau de dépôt:.....
Date du dépôt:.....
Description très exacte de l'extérieur:.....
N° d'enregistrement:.....
Adresse du destinataire (aussi exactement que possible):.....
Contenu exact::.....
Poids:.....
Déclaration de valeur:.....
Remboursement:.....
Demande d'un avis de réception:.....
(Dans le cas affirmatif, ajouter les lettres A. R.)
Nom et adresse de l'expéditeur.....
Acheminement: expédié le..... 192..... par le bureau d'échange de .....au bureau d'échange de ....., sous le n°.....de la feuille de route.
Date ..... Signature.....

Partie à remplir par l'Office de destination

Administration des postes d .....
Le colis décrit ci-dessus a été remis le.....192.....à.....
Date ..... Signature.....

Partie à remplir par les Offices intermédiaires

Le colis décrit ci-dessus.....
.....
.....
.....
Date ..... Signature.....

Administration des postes d.....
Réacheminé le ..... 192.....par le bureau d'échange de.....
au bureau d'échange de ....., sous le n°.....de feuille de route.
Date ..... Signature.....
Administration des postes d.....
Réacheminé le.....192.....par le bureau d'échange de.....
au bureau d'échange de ....., sous le n°..... de la feuille de route.
Date ..... Signature.....
Administration des postes d.....
Réacheminé le.....192.....par le bureau d'échange de.....
au bureau d'échange de....., sous de n°.....de la feuille de route.
Date..... Signature.....

Réponse définitive (1)

(1) De l'Office destinataire ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

O

EQUIVALENTS DES TAXES

Pays	90 centimes	50 centimes	45 centimes	35 centimes	30 centimes	25 centimes	20 centimes	15 centimes	10 centimes	5 centimes

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée

CONCLU ENTRE

L'Allanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolovie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, l'Égypte, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'État Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc à l'exclusion de la Zone Espagnole, le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zelande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Oceanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, et les États-Unis de Venezuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, en l'article 3 de la Convention, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant :

CHAPITRE I.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article Premier.

Objet de l'Arrangement.

Il peut être échangé entre les pays contractants, *sous le nom de lettres ou de boîtes avec valeur déclarée*, des lettres contenant des valeurs-papiers *et des documents de valeur, ainsi que* des boîtes contenant des bijoux et objets précieux, avec assurance *du contenu pour le montant de la déclaration.*

Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, les lettres avec valeur déclarée peuvent aussi contenir des objets passibles de droits de douane.

La participation à l'échange des boîtes avec valeur déclarée est limitée à ceux des pays adhérents dont les Administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

Article 2.

Maximum de déclaration de valeur

Les divers Offices, dans leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10.000 francs par envoi.

Article 3.

Taxes.

La taxe des lettres et des boîtes avec valeur déclarée doit être acquittée à l'avance.

Cette taxe se compose :

a) pour les lettres, du port et du droit fixe applicable à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination;

b) pour les boîtes, d'un port de 20 centimes par 50 grammes avec un minimum de 1 franc et, en outre, du droit fixe de recommandation;

c) pour les lettres et les boîtes, d'un droit *d'assurance qui ne doit pas dépasser 50 centimes par 300 francs ou fractions de 300 francs déclarés, quel que soit le pays de destination, même dans les pays qui se chargent des risques pouvant dériver du cas de force majeure.*

Article 4.

Conditions généra

1. — *Les lettres et boîtes avec valeur déclarée ne doivent contenir aucune lettre, note ou document adressés à des personnes autres que le destinataire ou des personnes habitant avec ce dernier.*

2. — Les boîtes avec valeur déclarée ne peuvent pas dépasser le poids de 1 kilogramme, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 10 centimètres en largeur et 10 centimètres en hauteur.

Article 5.

Récépissé

L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit *gratuitement* au moment du dépôt un récépissé de son envoi.

Article 6.

Droit de factage et de dédouanement. Taxe de poste restante.

Le pays de destination peut percevoir, pour le factage et pour le dédouanement des boîtes avec valeur déclarée, un droit de 50 centimes au maximum par envoi. *Lorsqu'il est autorisé par sa législation à délivrer les lettres de valeur contenant des objets passibles de droits de douane, il peut percevoir, pour le dédouanement de ces lettres, un droit de 50 centimes au maximum par envoi.*

Il est également autorisé à percevoir pour les envois avec valeur déclarée adressés poste restante *une taxe spéciale d'après sa législation.*

Article 7.

Droits de douane et autres droits non postaux. Droit de commission

1. — Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou du pays de destination en ce qui concerne, à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2. — Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation sont perçus sur les destinataire lors de la distribution. Si, par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre cause, une boîte de valeur déclarée vient à être réexpédiée sur un autre pays participant à l'échange ou renvoyée au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à la *réexportation* sont recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

3. — Dans les relations entre Offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs de boîtes avec valeur déclarée peuvent prendre à leur charge les droits de douane et autres droits non postaux dont l'envoi serait passible dans le pays de destination, moyennant déclaration préalable au bureau de dépôt. Dans ce cas, ils doivent s'engager à payer les sommes qui pourraient être réclamées par le bureau destinataire.

L'Office qui fait l'avance de droits pour le compte de l'expéditeur est autorisé à percevoir de ce chef un droit de commission qui ne peut dépasser 25 centimes par boîte. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article précédent pour le dédouanement.

Article 8.

Remise par exprès.

L'expéditeur d'un envoi peut en demander la remise à domicile par porteur spécial aussitôt après l'arrivée, aux conditions fixées par l'article 40 de la Convention.

C'est, toutefois, réservée à l'Office de destination, la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même lorsque ses règlements le comportent.

Article 9

Déclaration de valeur.

La déclaration de valeur ne peut pas dépasser la valeur réelle du contenu de l'envoi, mais il est permis de ne déclarer qu'une partie de cette valeur. Le montant de la déclaration des papiers représentant une valeur à raison de leurs frais d'établissement ne peut pas dépasser les frais de remplacement éventuels de ces documents en cas de perte.

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu d'un envoi est passible des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

Article 10.

Interdictions.

1. — Il est interdit d'insérer dans les lettres *avec valeur déclarée*:

a) les objets mentionnés à l'article 41 § 1, de la Convention, sous les lettres a), b), e), f) et g);

b) des animoux vivants;

c) des espèces monnayées;

d) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs-papier *sous reserve des dispositions de l'article premier;*

e) de l'or ou de l'argent, manufacturés ou non, de pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

2. — Il est interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée:

a) les objets mentionnés *à l'article 41, 1 de la Convention sous les lettres a), b), f), g), et au paragraphe ci-dessus, lettre b);*

b) des lettres ou notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle; il est cependant permis d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives de même qu'une simple copie de l'adresse de la boîte avec mention de l'adresse de l'expéditeur;

c) des monnaies ayant cours;

d) des billets de banque ou valeurs quelconques au porteur, des titres et des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires;

e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, l'interdiction ne s'applique pas aux envois de l'espèce effectués dans un but médical pour les pays qui les admettent à cette condition.

3. — Les dispositions prévues *au 2e alinéa de l'article* précédent sont applicables lorsque les lettres ou boîtes avec valeur déclarée contiennent des objets dont l'insertion est interdite.

4. — *Les dispositions de l'article 41, 2, de la Convention sont applicables aux objets admis à tort à l'expédition qui tomberaient sous le coup des interdictions prévues au même article, sous les lettres a), b), e), f), ainsi qu'au § 1, lettre b), ci-dessus.*

Les autres objets doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation, à les remettre au destinataire.

Dans le cas où des envois admis à tort à l'expédition ne sont ni renvoyés à l'origine ni remis au destinataire, l'Office expéditeur doit être informé d'une manière précise du traitement appliqué à ces envois.

Article 11.

Franchises.

1. — Les lettres avec valeur déclarée relatives au service postal échangées, soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le Bureau international, sont exemptes de toutes taxes postales.

2. — Il en est de même des lettres et des boîtes avec valeur déclarée non grevées de remboursement expédiées ou reçues par des prisionniers de guerre et par les bureaux de renseignements mentionnés à l'article 43 § 2, de la Convention.

Article 12.

Retrait. Modification d'adresse.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpédier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitive, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aux conditions fixées par l'article 45 de la Convention.

Article 13.

Avis de réception

L'expéditeur peut obtenir un avis de réception dans les conditions déterminées par l'article 49 de la Convention.

Article 14.

Réexpédition. Rebuts.

Les dispositions de l'article 46 de la Convention s'appliquent aux envois avec valeur déclarée réexpédiés ou tombés en rebut.

Article 15.

Réclamations.

En ce qui concerne les réclamations des lettres et boîtes avec valeur déclarée, les Administrations se conforment aux dispositions de l'article 47 de la Convention.

CHAPITRE II

RESPONSABILITÉ

Article 16.

Etendue de la responsabilité.

1. — Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte, de la spoliation ou de l'avarie des envois avec valeur déclarée.

Leur responsabilité est engagée tant pour les envois transportés à découvert que pour ceux acheminés en dépêches closes.

L'expéditeur a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas *le montant de la déclaration de valeur.*

L'indemnité est versée au destinataire lorsque celui-ci la réclame, soit après avoir formulé des réserves, en prenant livraison d'un envoi spolié ou avarié, soit en établissant que l'expéditeur s'est désisté de ses droits en sa faveur.

2. — Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

3. — En cas de perte de l'envoi ou de destruction complète de son contenu et si le remboursement est effectué au profit de l'expéditeur, celui-ci a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition.

Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de service, les droits de réclamation sont également restitués.

4. — Le droit d'assurance reste acquis dans tous les cas aux Administrations.

Article 17.

Exceptions au principe de responsabilité

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité:

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 3, lettre c);

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure;

c) lorsque le dommage a été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou provient de la nature de l'objet;

d) lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues à l'article 10;

e) lorsqu'il s'agit d'envois qui ont fait l'objet d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu;

f) lorsqu'il s'agit d'envois qui n'ont donné lieu à aucune réclamation dans le délai d'un an prévu à l'article 47 de la Convention;

g) en matière de transport maritime, lorsque les Offices des pays adhérents ont fait connaître qu'ils n'étaient pas en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des navires dont ils font emploi.

Article 18.

Cessation de la responsabilité.

Les Administrations cessent d'être responsables des envois avec valeur déclarée dont *la remise a eu lieu dans les conditions prescrites par leur règlement intérieur et dont les ayants droit ont pris livraison sans formuler les réserves prévues à l'article 16 ci-dessus.*

Toutefois, la responsabilité est maintenue si le destinataire, nonobstant la remise régulière, dépose immédiatement une réclamation.

Article 19.

Payement de l'indemnité. Délai de payement.

En ce qui concerne le payement de l'indemnité, et le délai de payement, les dispositions des articles 53 et 54 de la Convention s'appliquent au service des valeurs déclarées.

Article 20.

Détermination de la responsabilité.

1. — La responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation et étant mise en possesion de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

Jusqu'à preuve du contraire, l'Administration qui a transmis une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées à une autre Administration est déchargée de toute responsabilité à cet égard, si le bureau déchange auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait parvenir, par le premier courrier après la vérification, à l'Administration expéditrice, un procès-verbal constatant l'absence ou l'altération, soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

2. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite en cours de transport, sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, si la spoliation ou l'avarie a été constatée dans le pays de destination, il incombe à l'Administration de ce pays de prouver que ni l'emballage, ni la fermeture de l'objet n'ont montré aucune défectuosité apparente et que le poids n'a pas différé de celui etabli lors du dépôt.

3. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire qui n'a pas adhére au présent Arrangement, les autres Administration supportent le dommage par parts égales. Dans ce cas, l'expéditeur doit prouver d'une manière authentique que le contenu de l'envoi était complet, intact et soigneusement emballé.

Il en est de même en cas de transport maritime, si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite dans le service d'un Office adhérent qui n'accepte pas la responsabilité (article 17, lettre *g*).

4. — *Par le fait du paiement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de la personne qui a reçu l'indemnité pour tout recours éventuel soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre les tiers.*

Toutefois, si ultérieurement, un envoi considéré comme perdu est retrouvé entièrement ou partiellement, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'il lui est loisible d'en prendre possession, contre restitution du montant de l'indemnité payée.

Article 21.

Limitation de la responsabilité.

1. — La responsabilité de chaque Administration n'est dans tous les cas engagée, à l'égard des autres Administrations, que jusqu'à concurrence du maximum de déclaration de valeur qu'elle a adopté.

2. — Lorsqu'une lettre ou une boîte contenante des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée par suite de force majeure, l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite n'en est responsable devant l'Administration expéditrice que si les deux pays se chargent des risques en cas de force majeure.

Article 22.

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le payement est effectué est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité *payée par celui-ci dans un délai de trois mois après notification du payement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Passé le délai de trois mois susvisé, la somme due est productive d'intérêt à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration du dit délai.*

L'Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au payement.

CHAPITRE III.

ENVOIS CONTRE REMBOURSEMENT.

Article 23.

Taxes et conditions.

Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être gravées de remboursement aux conditions admises par l'article 58 de la Convention. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

Article 24.

Annulation ou modification du montant du remboursement.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée, gravée de remboursement, peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45 de la Convention).

Article 25.

Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

La perte, la spoliation ou l'avarie d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée, grevée de remboursement, engagent la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par le chapitre précédent.

Article 26.

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.

Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 47, § 2 de la Convention et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute qu à une négligence de sa part ou que le contenu de l'envoi ne tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues aux articles 9 et 10. Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement.

L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement.

Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

Article 27.

Garantie des sommes encaissées. Obligation de payer. Délais et recours. Partage de taxes.

Les dispositions des articles 61, 63, 64, 65, 66 et 68 de la Convention s'appliquent au service des valeurs déclarées grevées de remboursement.

CHAPITRE IV.

ATTRIBUTION DES TAXES. FRAIS DE TRANSIT

Article 28.

Attribution des taxes.

Sauf ce qui est stipulé à l'article 68 de la Convention les taxes et droits postaux *prévus* par l'Arrangement, son acquis en entier à l'Office qui les a perçus.

Article 29.

Frais de transit et d'entrepôt

Les lettres et les boîtes avec valeur déclarée sont assujetties aux frais de transit et d'entrepôt prévus par la Convention.

CHAPITRE V.

DISPOSITIONS DIVERSES.

Article 30.

Application des règles de la Convention.

Les dispositions de la Convention et de son Règlement s'appliquent aux envois avec valeur déclarée pour tout ce qui n'est pas expressément prévu dans le présent Arrangement et son Règlement.

Toutefois, les dispositions qui font l'objet du titre II de la Convention ne sont applicables que sous réserve des dispositions suivantes:

a) *les envois avec valeur déclarée peuvent transiter en dépêches closes par le territoire des pays non adhérents à l'Arrangement concernant le envois de l'espèce, ainsi que par les services maritimes de pays adhérents ou non pour lesquels la responsabilité des valeurs n'est pas acceptée; dans ce cas, la responsabilité de ces pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés;*

b) le droit d'assurance des lettres et des boîtes avec valeur déclarée est perçu aux taux que les pays ont fixés et notifiées au Bureau international par l'intermédiaire de l'Administration des postes suisses.

Article 31.

Bureaux participant au service

Les Administrations prennent les mesures nécessaires pour assurer, autant que possible, le service des lettrs et boîtes avec valeur déclarée dans tous les bureaux de leurs pays.

Toutefois, les Administrations des pays hors d'Europe et l'Office turc sont autorisée à restreindre à certains bureaux le service de envois avec valeur déclarée

Article 32.

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions

Pour devenir executoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (art. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1 à 6, 8, 11, 12, 13, 15 à 30 et 33 ou de l'article 17 du Règlement;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autres que celles des articles précités ou des articles 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11 et 16 du Règlement;

c) la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles du Règlement ou de l'interpretation des dispositions du présent Arrangement ou du Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 10 de la Convention.

DISPOSITIONS FINALES

Article 33

Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1er octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Pays ci-dessous énummérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui sera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 de août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lagér. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Saavas. — C. Verneuil

Pour la Chine:

Tai Tch'Enne Liene.

Pour la République de Colombie

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Estéban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Boussou.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Roubert Higguet. — A. Body. — Douarche. — G. Béchet.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Gincsteu.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson. — E. L. Ashley Foaces. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachmaakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geofrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'État libre l'Irlande:

Pour P. S. O'Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil. — P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paulo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H Kawai. — H. Makino

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Pour *M. W. F. Gerdes Oosterbeek: I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Pour *M. W. F. Gerdes Oosterbeek: I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blechier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara,

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Juir. Otokar Ruzicka. — Joseph Zabrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbaret.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: — Béha Taly. — Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

A. Ossinsky. — V. Dovgalevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrkine. — Kaliss. — V. Tchitchinadse.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 Sept 1924. — Pour Le Secrétaire Général: Le Chef des Archives, *Caudandgren.*

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée, conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

Article unique.

Maximum de la déclaration de valeur.

En dérogation à la disposition de l'article 2 de l'Arrangement qui fixe à 10,000 francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut en aucun cas être fixé, il est convenu que tout pays peut réduire ce maximum à 5,000 francs, ou au chiffre adopté dans son service intérieur, si ce chiffre est inférieur à 5,000 francs.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans l'Arrangement, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pinard. — Hub Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Heenwyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Caviolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bugarie:

A. Bostnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carcallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmlad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Egypte:

M. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

P. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicauet. — A. Body. — Donarche. G. Bechet.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

E. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G. Gilbert.

Por la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Haha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O'Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil. — S. Mac Cathmhaoil — D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie;

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carrallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelaer. — J. M. Lamer.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn

Pour le Pérou:

Enri. Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kinlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábr[illegible]sky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:
Béha Taly. Béha Taly.

Pour l'Union des Republiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dovgolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour les Etats-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme. Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 septembre 1924. — Pour le Secretaire Général, le chefe des Archives, *Candandgren.*

Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant les lettres et les boites avec valeur déclarée

CONCLU ENTRE

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Boli-

vie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, l'Égypte, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Etat Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zelande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portuguaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Sian, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, et les Etats-Unis de Venézuela.

Les soussignés, vu l'article 4 de la Convention postale universelle conclue à Stockholm le 28 août 1924 ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

CHAPITRE I

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article premier

Renseignements à fournir aux Administrations

1. — Les Administrations qui entretiennent les services maritimes réguliers, utilisés pour le transport des correspondances ordinaires dans le ressort de l'Union, désignent aux autres Administrations ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées avec garantie de responsabilité.

2. — Les Administrations des pays contractants qui entretiennent des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé:

a) la nomenclature des pays par rapport auxquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaire pour le transport des lettres et des boîtes avec valeur déclarée;

b) les voies ouvertes à l'acheminement desdits envois, à partir de leur entrée sur leur territoire ou dans leurs services;

c) *le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées;*

d) *le nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes avec valeur déclarée.*

Article 2.

VOIES DE TRANSMISSION.

Au moyen des tableaux A reçus de ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses valeurs déclarées.

Article 3.

MODE DE TRANSMISSION.

1. — La transmission des envois contenant des valeurs déclarées netre pays limitrophes, ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct, est effectuée par ceux des bureaux d'échange que les deux Offices intéressés désignent d'un commun accord à cet effet.

2. — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs services intermédiaires, les lettres et boîtes avec valeur déclarée doivent toujours suivre la voie la plus directe et être livrées à découvert au premier Office intermédiaire, si cet Office est à même d'assurer la transmission dans les conditions déterminées par les articles 1 et 2 ci-dessus.

3. — Toutefois, est réservée aux Offices *d'origine et de destination* la faculté de s'entendre entre eux pour échanger des valeurs déclarées en dépêches closes au moyen des services d'un ou de plusieurs pays intermédiaires participant ou non à l'Arrangement. *Ils peuvent également s'entendre entre eux et avec les Offices intermédiaires* pour assurer la transmission à découvert par des voies détournées, au cas où ce mode de transmission ne comporte pas, par la voie directe, la garantie de responsabilité sur tout le parcours.

CHAPITRE II.

CONDITIONS D'ACCEPTATION.

Article 4.

Conditionnement des envois.

1. — Les lettres contenant des valeurs déclarées ne peuvent être admises que sous une enveloppe fermée au moyen de cachets identiques en cire fine, espacés, reproduisant un signe particulier, et appliqués en nombre suffisant pour retenir tous les plis de l'enveloppe. *Les enveloppes doivent être solides, confectionnées d'une seule pièce et permettre la parfaite adhérence des cachets.* Il este interdit d'employer des enveloppes entièrement transparentes ou à bords coloriés et des enveloppes à panneau transparent.

2. — Chaque lettre doit être conditionnée de manière qu'il ne puisse être porté atteint à son contenu sans endommager extérieurement et visiblement l'enveloppe ou les cachets.

3. — Les timbres-poste employés à l'affranchissement et les étiquettes se rapportant au service postal doivent être espacés, afin qu'ils ne puissent servir à cacher des lésions de l'enveloppe. Ils ne doivent pas, non plus, être repliés sur les deux faces de celle-ci de manière à couvrir la bordure. Il est interdit d'apposer sur les lettres avec valeur déclarée des étiquettes autres que celles se rapportant au service postal.

4. — Les bijoux et objects précieux doivent être renfermés dans des boîtes suffisamment résistantes, en bois ou en métal; les parois des boîtes en bois doivent avoir au moins 8 millimètres d'épaisseur.

5. — Les faces supérieure et inférieure *des boîtes* doivent être recouvertes de papier blanc pour recevoir l'adresse du destinataire, la déclaration de la valeur et l'empreinte des timbres de services. *Puis ces boîtes sont* entourées d'un croisé de ficelle solide sans nœuds, et dont les deux bouts sont réunis sous un cachet en cire fine portant une empreinte particulière. Elles sont enfin scellées sur les quatre faces latérales de cachets identiques.

6. — Les lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées adressés sous des initiales ou dont l'adresse est indiquée au crayon, ainsi que celles qui portent des ratures ou surcharges dans leur suscription, ne sont pas admises, *Les envois de l'espèce qui auraient été, à tort, admis à l'expédition sont obligatoirement renvoyés au bureau d'origine.*

Article 5.

Indication du montant des valeurs. Déclarations en douane.

1. — La déclaration des valeurs doit être exprimée dans la monnaie du pays d'origine et être inscrite par l'expéditeur sur l'adresse de l'envoi, en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes* sans rature, ni surcharge, même approuvées.

2. — Le montant de la déclaration de valeur doit être converti en francs-or par l'expéditeur ou par l'Office d'origine. Le résultat de la conversion doit être indiqué par de nouveeaux chiffres placés à côté ou dessous de ceux qui représent le montant de la déclaration dans la monnaie du pays d'origine. Cette disposition n'est pas applicable aux relations directes entre pays ayant une monnaie commune.

Le montant en francs-or doit être souligné d'un fort trait ou crayon de couleur.

3. — Les boîtes avec valeur déclarée doivent être accompagnées de déclarations en douane conformes ou analogues au modèle B ci-annexé, dans les relations qui comportent, l'emploi de semblables déclarations.

4. — *Les Administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane.*

Article 6.

Déclaration frauduleuse.

Lorsque des circonstances quelconques ou les réclamations des intéssés viennent à révéler l'existence d'une décla-

ration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle insérée dans une lettre ou boîte, avis en est donné à l'Office d'origine, dans le plus bref délai possible, et le cas échéant, avec les pièces de l'enquête à l'appui.

CHAPITRE III

OPÉRATIONS AU DÉPART ET À L'ARRIVÉE

Article 7.

Indication du poids des envois. Timbre à date. Boîtes franches de droits

1. — Le poids exact, en grammes, de chaque lettre ou boîte contenant des valeurs déclarées doit être inscrit sur l'envoi, par l'Office d'origine, à l'angle gauche supérieur de la suscription.

2. — L'envoi doit être frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt. *En outre, chaque envoi doit être revêtu d'une étiquette indiquant, en caractères latins, le nom du bureau de dépôt et le numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau, ainsi que, le cas échéant, d'une étiquette de couleur rouge portant, en gros caractères, la mention: "Valeur déclarée."*

Toutefois, il est permis aux Administrations dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquettes d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et de continuer, le cas échéant, à employer des timbres spéciaux en usage dans leur service pour la désignation des lettres ou boîtes avec valeur déclarée.

Il est cependant de rigueur, pour les Offices qui n'ont pas adopté l'étiquette, de désigner chaque lettre ou boîte avec valeur déclarée par un numéro d'ordre. Ce numéro doit être inscrit à l'angle gauche supérieur de la suscription. Il est obligatoire pour les Offices réexpéditeurs de désigner l'envoi par le numéro original.

3. — Le bureau destinataire applique, au verso, son timbre à la date de la réception.

4. — Les dispositions des articles 10 et 32 du Règlement des colis postaux sont applicables aux boîtes à remettre franches de droits, à cette seule exception que le bulletin d'affranchissement est attaché solidement à la déclaration en douane.

Article 8.

Feuilles d'envoi. Confection des paquets. Insertion dans les dépêches.

1. — Les lettres et les boîtes contenant des valeurs déclarées sont inscrites individuellement par le bureau d'échange expéditeur sur des feuilles d'envoi spéciales, conformes au modèle C ci-annexé, avec tous les détails que ces formules comportent.

En regard de l'inscription des envois à faire remettre par exprès, on doit faire figurer dans la colonne "Observations", la mention «Exprès".

2. — Les lettres et boîtes avec valeur déclarée forment, avec la feuille ou les feuilles d'envoi, un ou *plusieurs* paquets spéciaux qui sont ficelés et enveloppés de papier solide, puis ficelés extérieurement et cachetés à la cire fine sur tous les plis, au moyen du cachet du bureau d'échange expéditeur. Ces paquets portent pour suscription les mots "valeurs déclarées" ou "lettres de valeur déclarée" et "boîtes de valeur déclarée".

Les lettres avec valeur déclarée, au lieu d'être réunies en un paquet, peuvent être insérées dans une enveloppe de fort papier fermée au moyen de cachets à la cire.

Si le nombre ou le volume des lettres et boîtes de valeur déclarée le nécessite, elles peuvent aussi être renfermées dans un sac, lequel doit être convenablement clos et cacheté à la cire ou plombé.

3. — La présence de ces paquets *ou sacs* est signalée sur la feuille d'avis par l'indication de leur nombre, sous la rubrique à ce destinée. Lorsque la dépêche ne contient de paquets *ou sacs* avec valeur déclarée, la mention «Néant" est portée en regard de cette rubrique.

4. — Les paquets ou *sacs de valeur déclarée sont insérés dans les paquets ou sacs contenant les objets recommandés.*

5. — Toutes les fois qu'un des deux Offices correspondants le demande, les boîtes avec valeur déclarée doivent être décrites sur des formules C distinctes et être emballées séparément.

Article 9.

Vérification des paquets. Irrégularités diverses

1. — A la réception d'un paquet de valeurs déclarées, le bureau d'échange destinataire commence par rechercher si ce paquet ne présente aucune irrégularité, soit dans son état ou sa confection extérieure, soit dans l'accomplissement des formalités auxquelles la transmission est soumise par l'article précédent.

2. — Ce bureau procède ensuite à la vérification particulière des envois contenant des valeurs déclarées, et, s'il y a lieu, à la constation des manquants ou autres irrégularités, ainsi qu'à la rectification des feuilles d'envoi, en se conformant aux règles tracées pour les objets recommandés par l'article 51 du Règlement de la Convention.

3. — La constatation, soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives, est opérée au moyen d'un procès-verbal qui est transmis, accompagné des enveloppes, ficelles et cachets du paquet ainsi que du sac qui le contient, et sous recommandation d'office, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange expéditeur, indépendamment du bulletin de vérification à transmettre immédiatement à ce bureau. Un double du procès-verbal est, en même temps, adressé à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange destinataire ou à tout autre organe de direction désigné par cette dernière.

4. — Sans préjudice de l'application des dispositions du paragraphe 3, le bureau d'échange qui reçoit d'un bureau correspondant un envoi insuffisamment emballé ou avarié, doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif.

Si l'avarie est telle que le contenu de l'envoi a pu être soustrait, le bureau doit procéder d'abord à l'ouverture d'office de l'envoi et à la vérification de son contenu.

Dans les deux cas, le poids de l'envoi doit être constaté avant et après le nouvel emballage et indiqué sur l'enveloppe. Cette indication est suivie de la mention "Remballé à..", d'une empreinte du timbre à date et de la signature des agents ayant effectué le remballage.

Le résultat de la vérification du contenu fait l'objet d'un procès-verbal dont une copie est jointe à l'envoi.

5. — Les objets adressés sous des initiales, ou dont l'adresse est indiquée au crayon, sont renvoyés à l'Office d'origine.

6. — *Les envois avec valeur déclarée non ou insuffisamment affranchis sont remis sans taxe aux destinataires.*

Article 10.

Réexpédition. Rebuts.

1. — Si des boîtes avec valeur déclarée, réexpédiées sur un autre pays parsuite de changement de résidence du destinataire, ou tombées en rebut, sont grevées de frais accessoires *(droits fiscaux frais d'essayage, de vérification, etc.)* non remboursables lors de la réexpédition, le montant en est porté au débit de l'Office correspondant, dans la colonne 6 de la feuille C, avec indication sommaire en regard, dans la colonne 7, de la nature des frais de l'espèce à recouvrer sur le destinataire ou user l'expéditeur (droit de timbre, frais d'essayage, etc.).

2. — Toute lettre ou boîte avec valeur déclarée, dont le destinataire est parti pour un pays non participant au présent Arrangement, est renvoyée immédiatement en rebut au pays d'origine, pour être rendue à l'expéditeur à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de la faire parvenir.

3. — Les envois avec valeur déclarée qui sont tombés en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyés, aussitôt que possible, et, au plus tard, dans les délais fixés par la Convention (article 46).

Ces envois sont inscrits sur la feuille C et compris dans le paquet intitulé "Valeurs déclarées".

CHAPITRE IV.

COMPATIBILITÉ. RÈGLEMENT DES COMPTES.

Article 11.

Frais de transit et d'entrepôt

Les frais de transit et d'entrepôt dus aux Offices intermédiaires sont calculés de la manière prescrite par la Convention.

Article 12.

Règlement des comptes

Chaque Administration participant au service des boîtes avec valeur déclarée établit, à la fin de l'année, sur formule conforme au modèle D ci-annexé, un relevé des sommes portées à son débit dans la colonne 6 des feuilles d'envoi, pour les droits non postaux à recouvrer sur les destinataires ou les expéditeurs desdites boîtes.

Ce relevé, accompagné des pièces justificatives, est soumis, dans le courant du premier mois de l'année suivante celle à laquelle il se rapporte, à la vérification de l'Office correspondant, qui doit le renvoyer dans le délai d'un mois.

Sauf autre arrangement, le montant de ce relevé est ensuite compris soit directement, soit par l'intermédiaire d'un autre Office, dans le prochain décompte relatif aux colis postaux. Les Offices qui n'assurent pas directement le service des colis postaux ont la faculté de demander que ces comptes soient régulés dans les conditions prévues à l'article 66 du Règlement de la Convention.

Article 13

Boîtes franches de droits. Liquidation des comptes

Les dispositions de l'article *46* du Règlement des colis postaux sont applicables à la liquidation des comptes afférents aux boîtes à remettre franches de droits.

Toutefois, les Offices qui déclarent ne pouvoir adhérer au mode de règlement prévu par cet article doivent indiquer les dispositions qu'ils désirent adopter.

CHAPITRE V.

DISPOSITIONS DIVERSES

Article 14.

Avis de réception. Remboursements. Exprès. Retrait. Modification d'adresse. Réclamations.

Les dispositions suivantes du Règlement de la Convention sont applicables.

a) aux avis de réception, articles *23* et *24;*
b) aux remboursements, articles *25* à *35;*
c) aux exprès, articles *37* et *48;*
d) aux retraits ou modifications d'adresse, articles *41* et *42;*
e) aux réclamations, article *44.*

Article 15.

Formules

En vue de l'application des dispositions du § 2 de l'article *51* de la Convention est considérée comme formule à l'usage du public, la formule B (Déclaration en douane).

Article 16.

Communications et notifications

1. — Les Administrations doivent, trois mois au moins avant de mettre l'Arrangement à exécution, communiquer ou notifier aux autres Administrations, par l'intermédiaire du Bureau international:

a) le tarif des droits d'assurance applicable dans leur service aux lettres et boîtes avec valeur déclarée, en conformité de l'article 3 de l'Arrangement;
b) le cas échéant, l'empreinte du timbre spécial en usage dans leur service pour les valeurs déclarées;
c) le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées;
d) le nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes avec valeur déclarée;
e) le cas échéant, la liste de ceux de leurs bureaux à destination desquels il peut être admis des envois avec valeur déclarée (Arrangement, art. 31).

2. — Toute modification apportée ultérieurement à l'égard des points ci dessus mentionnés doit être notifée, sans retard, de la même manière.

DISPOSITIONS FINALES

Article 17.

Mise à exécution et durée du Règlement.

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvélé d'un commun accord entre les Parties intéressées.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lages. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Teh' Enne Linne.

Pour la République de Colombie

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Moralss Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Danzig:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Magglar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albreght.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicguet. — A. Body. — Douarche. — G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson. — L. L. Ashley Fookes. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pohr le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szlay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kr.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O' Heigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhabu. — P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bertoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bertoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole)

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. y. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — *E. Pire.*

Pour la Pologne:

Dr. *Alfred Wysocki.* — Dr. *Marjan Blachier.*

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — *Adalberto da Costa Veiga.*

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Leccā.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — *Sova Tutundzic.* — *Milos Kovacevic.* — *Stojsa Krbavac.*

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — *Gustaf Kihlmark.* — *Gunnar Layer.* — *Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse

P. Dubois. — *C. Roches.*

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — *Joseph Zábrodsky.*

Pour la Tunisie:

G. Gentil. — *Barbarat.*

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly.* — *Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — *V. Dovgolevski.* — *E. Hirschfeld.* — *E. Syrevitch.* — *Katiss.* — *V. Tchitchinadse.*

Pour les Etats-Unies de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguillar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 sept 1924. — Pour le secrétaire général: le chef des archives, *Candandaren.*

ANNEXES

Office expéditeur
du présent tableau
.. ..

A

ECHANGE DE LETTRES ET BOITES
AVEC VALEUR DÉCLARÉE
ENTRE PAYS NON LIMITROPHES.

Tableaux indiquant les pays pour lesquels l'Office des postes d..... est à même de servir d'intermédiaire.

Pays de destination	Voies de transmission	Designation des pays intermédiaires et des services maritimes à employer	Limite supérieure de la declaration de valeur	Nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes	Observations
1	2	3	4	5	6

(Dimensions: 210×297 mm.)

B

DÉCLARATION EN DOUANE

Déclaration du contenu	Valeur du contenu	Poids		Observations
		brut de la boite	net du contenu	
1	2	3	4	5
		Grammes	Grammes	

A....., le..... ..... 192.. ... L expéditeur,

(Dimensions: 105×148 mm.)

ADMINISTRATION

DES POSTES

d.....

CORRESPONDANCE

AVEC L'OFFICE

.....

FEUILLE D'ENVOI

DES LETTRES ET BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Timbre du bureaux expéditeur

Timbre du bureaux destinataire

expédiées par le bureaux d'échange d.....

au bureaux d'échange d.....

Départ (.....e envoi) du..... 192..., à.....h.....m.

Arrivée le.....192..., à.....h.....m.

Numéros d'ordre 1	Bureaux d'origine 2	Numéros d'inscription au bureaux d'origine 3	Lieux de destination 4	Montant des valeurs déclarées 5	Frais divers à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche 6	Observations 7
				Fr. c. or	Fr. c. or	
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
			Totaux.....			

Les employés du bureaux expéditeur,

Les employés du bureaux destinataire,

(Dimensions: 148×210 ou 210×297 mm.)

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

d.....

D

(Recto)

ÉTAT

des sommes portées au débit de.....
dans la colonne 6 des feuilles d'envoi pour les droits non postaux des boîtes avec valeur déclarée livrées par les bureaux d'échange dépendant de.....
pendant l'année 192....

Dates des feuilles d'envoi	Bureaux d'échange d'origine	Bureaux d'échange destinataires	Montant	Observations
			Fr. c. or	

(Dimension: 210×297 mm)

D

(VERSO)

Dates des feuilles d'envoi	Bureaux d'échange d'origine	Bureaux d'échange destinataires	Montant	Observations
			Fr. c.-or	
		Total.....		

E, tendo sido os mesmos Actos, cujo teôr acima fica transcripto, approvados pelo Congresso Nacional, os confirmo e ratifico e, pela presente, os dou por firmes e valiosos para produzirem os seus devidos effeitos, promettendo que elles serão cumpridos inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte de maio de mil novecentos e vinte e cinco, 104° da Independencia e 37° da Republica.

Ministerio da Marinha

Por decreto de 27 de fevereiro de 1926:

Foi nomeado o contra almirante Alberto de Barros Raja Gabaglia, para exercer o cargo de director geral de Fazenda.

Foram promovidos:

Por antiguidade, no Corpo de Officiaes da Armada, no Q. M., ao posto de capitão de corveta, o graduado Leopoldo Antonio Ribeiro;

Por antiguidade, no Corpo de Officiaes da Armada, no Q. M., ao posto de capitão tenente, o graduado, Manoel Pinheiro do Valle.

Foi graduado no Corpo de Officiaes da Armada, no Q. M., em capitão tenente, o 1° tenente Cicero Bernardino dos Santos.

Foi mandado continuar na reserva, em que se acha em virtude do decreto de 18 de março de 1914, o capitão tenente do Corpo de Officiaes da Armada Augusto Shaw Ferreira, visto haver obtido licença para durante mais quatro annos, empregar-se na marinha mercante e em industrias relativas á Marinha.

Foram concedidos:

De conformidade com o disposto no artigo 2° do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, tres mezes de licença, na fórma da lei, para tratamento de saude, ao segundo pharoleiro José Paulo da Silva, em prorogação da que lhe foi concedida pelo prazo de um anno, em 6 de outubro de 1924.

De accôrdo com os artigos 4°, lettra *d*, n. 1, e 12°, n. 1, do Regulamento annexo ao decreto n. 15.600, de 11 de agosto de 1922, a "Cruz da Campanha", referente a dous semestres, ao marinheiro nacional n. 6.532-PE-F-1ª classe — Euclydes Manoel de Oliveira.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Por decreto de 26 de fevereiro ultimo, foram concedidos tres mezes de licença, em prorogação, para tratamento de saude, ao trabalhador da 5ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, José Benio.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria da Justiça

Por portarias de 2 do corrente foram nomeados:

Djalma Miranda e Ary Souto Mariath para exercerem, interinamente, os logares de escrevente juramentado do escrivão da 4ª Pretoria Civil do Districto Federal.

José Torres Martins para o lugar de escrevente juramentado do serventuario vitalicio do officio de escrivão da 1ª Pretoria Civel, nos termos do art. 238 do decreto n. 16.273 de 20 de dezembro de 1923.

—Por outra da mesma data:

Foram concedidos: a Vicente Gomes da Costa, guarda do Hospital Nacional de Alienados, seis mezes de licença, para tratamento de saude, em prorogação de outra de egual data.

Directoria do Interior

Por portarias de 3 do corrente mez foram declarados cidadãos brasileiros:

Constantino Serafini, natural da Italia, nascido a 9 de março de 1876, filho de Cesare Serafini e Maria Grosso Serafini, casado, residente no Estado de S. Paulo.

Willian Fillinger, natural da Hungria, nascido a 24 de setembro de 1888, filho de Luiz Fillinger, casado, residente no Estado de S. Paulo.

Remetteram-se as respectivas portarias ao Governo do Estado.

Requerimentos despachados

Dia 3 de março de 1926

Bechara Khalil Nejm, residente nesta capital, solicitando naturalização.—Declare o dia do seu nascimento e prove que reside no Brasil, ha mais de dous annos.

Moyses Bitchutcer, residente nesta capital, solicitando naturalização.—Compareça na Directoria do Interior da Secretaria do Estado.

Directoria da Contabilidade

Primeira secção

Additamento ao expediente de 12 de fevereiro de 1926

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

Officios:

N. 152 — Ao director da Casa de Correcção transmittiu-se a conta de Barbosa Albuquerque & Comp., para os fins convenientes.

N. 160 — Ao juiz de direito de Itacutiara, no Estado do Amazonas, transmittiu-se, para os fins convenientes, a folha de pagamento da gratificação que compete, em 1925, ao escrivão Gregoriano Magalhães Oliveira, encarregado do archivo eleitoral daquella comarca.

Segunda secção

N. 150 — Ao inspector geral do Districto Federal solicitaram-se providencias afim de que as secções designadas pelo juiz da Segunda Vara Federal sejam providas de illuminação para os trabalhos de apuração das eleições federaes.

N. 162 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Goyaz transmittiu-se o conhecimento n. 186 da Estrada de Ferro Central do Brasil, referente ao embarque de um volume contendo material de alistamento eleitoral.

N. 157 — Identico, no Estado de Minas Geraes, solicitaram-se providencias afim de que os fornecimentos de material eleitoral sejam feitos dentro das quantidades determinadas pela tabella de 27 de agosto de 1921.

N. 158 — Ao director do Abrigo de Menores transmittiram-se as contas da Casa de Correcção, referentes á lavagem de roupas daquelle abrigo, afim de serem as mesmas relacionadas.

N. 159 — Ao director do Instituto Oswaldo Cruz transmittiu-se, afim de ser dada informação a respeito, o requerimento da Sociedade Anonyma Casa Lohner, pedindo pagamento da quantia de 2:603$000, relativa a fornecimentos feitos áquelle instituto, em novembro de 1924.

Montepios

N. 30 — Ao director da Despeza Publica, no Thesouro Nacional, remetteu-se, para os fins convenientes, o titulo de pensão de montepio instituido pelo finado major da antiga Brigada Policial do Districto Federal, Manoel de Pinho França, em favor de sua viuva.

Additamento ao expediente de 13
Primeira secção

ACTOS DO SR. MINISTRO

Avisos:

Ao Tribunal de Contas solicitou-se a distribuição ao Thesouro Nacional das quantias de:

N. 570 — 5:004$257 ao 2º tenente reformado do Corpo de Bombeiros Waldemiro Neves Ferreira.

N. 571-C — 4:811$820, para pagamento do soldo que compete ao 2º tenente da Policia Militar Henrique de Oliveira França, reformado por decreto de 15 de janeiro findo.

N. 572-C — 4:811$820, identico, Agapito de Moraes, identico.

N. 575-C — Ao Ministerio da Fazenda solicitou-se a distribuição á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Maranhão, da quantia de 300$, para pagamento da gratificação que compete, em 1924, a Manoel Joaquim de Mello Fernandes, encarregado do archivo eleitoral da capital daquelle Estado.

Segunda secção

N. 576-C — Ao prefeito do Districto Federal solicitaram-se providencias no sentido de serem encontrados funccionarios nas escolas publicas municipaes e agencias da Prefeitura, onde se verificará a votação em 1 de março, que possam franqueal-as aos representantes da Inspectoria de Illuminação e aos encarregados da 3ª Vara Federal e receber as urnas e o material destinado áquelle serviço.

Primeira secção

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

Officios:

N. 167 — Ao juiz de direito da comarca de Tucano do Estado da Bahia communicou-se que o serventuario José Justiniano Motta, do termo de Aracy, foi incluido na relação do credito a se pedir para pagamento de dividas de 1923.

Segunda secção

N. 164 — Ao director da Estrada de Ferro Central do Brasil requisitou-se, por conta deste Ministerio, o embarque de quatro volumes contendo material de expediente para o serviço de eleições federaes, da estação inicial nesta Capital á de Bello Horizonte, no Estado de Minas Geraes.

N. 156 — Ao mesmo, identico, de 11 volumes, identico.

N. 165 — Ao secretario do Tribunal de Contas transmittiu-se, para os fins convenientes, a segunda via do pedido n. 5.

N. 166 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional, no Espirito Santo, identico o conhecimento n. 358-C, do Lloyd Brasileiro, referente ao embarque de tres volumes contendo material eleitoral.

Primeira secção

Additamento ao expediente de 17

N. 168 — Ao juiz de direito da Comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes, transmittiu-se, com referencia ao officio de 31 de dezembro de 1925, cópia do officio daquelle juizo de 4 de fevereiro de 1923.

N. 169 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas, communicou-se que foi solicitada a distribuição áquella delegacia da quantia de 900$, para pagamento aos officiaes de justiça do Cruzeiro do Sul, da differença a incorporar aos respectivos vencimentos.

Montepio:

N. 31 — Ao director da Colonia de Alienados em Jacarepaguá, communicou-se, em referencia ao officio n. 61 de 25 de janeiro findo, que o recolhimento á Thesouraria Geral do Thesouro Nacional, das quotas que deixaram de ser descontadas mensalmente dos vencimentos daquella directoria, poderá ser feito mediante guia a ser extrahida por esta directoria.

N. 32 — Ao director da Despeza Publica no Thesouro Nacional, pediu-se reversão da pensão de montepio de D. Illuminata de Menezes Bello, em favor de seus filhos.

Additamento ao expediente de 18

Ao juiz federal na Secção de Santa Catharina, foi expedido o seguinte telegramma:

"Levo conhecimento V. Ex. resolvi autorizar augmento aluguel predio funcciona esse juizo para 600$ attendendo impossibilidade mudança falta absoluta casas. Saudações. — *Annibal Freire*, ministro da Justiça.

Primeira secção

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

Officios:

N. 179 — Ao director do Instituto Oswaldo Cruz, transmittiu-se, afim de serem prestadas as informações solicitadas pelo Ministerio da Fazenda, o aviso n. 2, de 13 de janeiro findo.

N. 183 — Ao director da Despeza Publica, em referencia ao pagamento da quantia de 292$500 de que é credora a firma Boabaid & Irmãos, proveniente de passagens fornecidas ao juiz federal de Matto Grosso, em 1922, communicou-se que o documento de fls. 7 do processo transmittido a esta directoria com o officio n. 247 de 23 de julho de 1925, não póde ser sellado com revalidação.

N. 185 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas, restituiu-se afim de ser desentranhada a folha n. 6, correspondente ao pagamento da gratificação provisoria, o processo referente ao pagamento da gratificação que rompete a João da Silva Rabello, por ter exercido interinamente o cargo de escrivão do Tribunal de Appellação do Territorio do Acre, no periodo de 16 de junho a 31 de dezembro de 1923.

Segunda secção

N. 170 — A. Mattos, Pragana & Companhia, autorizou-se á collocação de grades nas secções eleitoraes designadas pelo juiz federal da 2ª Vara.

N. 171 — Ao engenheiro chefe do Escriptorio de Obras deste ministerio,

communicou-se autorização constante do officio n. 170.

N. 172 — Ao presitente do Lloyd Brasileiro, requisitou-se, por conta deste ministerio o embarque de cinco volumes contendo livros de actas, do porto desta Capital ao de S. Salvador, no Estado da Bahia.

N. 173 — Ao director da Estrada de Ferro Goyaz, solicitou-se o despacho de um caixote contendo livros de actas, da estação de Araguary á do Roncador.

N. 174 — Ao director da Companhia da Estrada de Ferro Mogyana, identico, da estação de Campinas á de Araguary.

N. 175 — Ao presidente da S. Paulo Railway C°., identico, da estação do Norte á de Jundiahy.

N. 176 — Ao director da Estrada de Ferro Central do Brasil, identico, da estação de Maritima á de Norte.

N. 177 — ao director da Companhia Estrada de Ferro Paulista, identico, da estação de Jundiahy á de Campinas.

N. 178 — Ao commandante da Policia Militar, solicitaram-se providencias afim de ser posto á disposição deste ministerio, um caminhão daquella corporação, para fazer transporte de urnas e material concernente ás eleições federaes de 1 de março do corrente anno.

N. 180 — Ao secretario do Tribunal de Contas, transmittiu-se a 2ª via do pedido n. 20, feito á Companhia Telephonica Brasileira.

N. 181 — Ao mesmo, identico, as segundas vias dos pedidos ns: 19, 21, 22, 25, 26, 27 e 28, feitos a Mattos, Pragana & Companhia. e 29, a A. Gomes Pereira & Companhia.

N. 184 — Ao director geral do Departamento Nacional de Ensino, transmittiu-se, para os fins convenientes, o officio n. 8 de 10 de fevereiro, do delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado de São Paulo.

N. 186—Ao presidente do Lloyd Brasileiro, communicou-se que este ministerio sómente pagará as requisições de passagens individuaes para os congressistas,que devem ser remettidas para o respectivo pagamento.

1ª secção

Additamento ao expediente de 19

N. 182 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional, no Estado da Parahyba, restituiu-se o requerimento do arcebispo metropolitano daquelle Estado, Dom Adaucto Aurelio de Miranda Henriques, pedindo pagamento da congrua que lhe compete no corrente exercicio, para reconhecimento de firma.

N. 189 — Ao mesmo identico, em 1925, identico.

N. 190 — Ao mesmo, identico, do padre Luiz José de Araujo, referente ao pagamento da congrua que lhe compete no corrente exercicio, identico

N. 191 — Identico, no Estado de Alagôas, identico, do juiz de direito, em disponibilidade, Dr. Joaquim Jonas Bezerra Montenegro, pedindo pagamento de seus vencimentos naquella delegacia no corrente exercicio, para reconhecimento de firma.

N. 192 — Identico, no Estado de Minas Geraes, remetteram-se, afim de ser feita a cobrança de revalidação a que estão sujeitos os documentos apresentados a este ministerio pela Casa de Caridade do Serro.

N. 194 — Ao juiz substituto de Salinas no Estado do Pará, communicou-se, em referencia ao pagamento da gratificação de 150$, que compete, em 1922, a Candido Barradas de Souza, encarregado do alistamento eleitoral daquelle termo, que este ministerio já solliticou o referido pagamento pelo aviso numero 1.387 C, de 25 de abril de 1923.

N. 188 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacionad no Estado de Minas Geraes, transmittiram-se, para os fins convenientes, os reconhecimentos ns. 95 e 96, da Estrada de Ferro Central do Brasil, referentes ao embarque de 15 volumes contendo material eleitoral.

N. 193 — Ao director da Colonia de Alienados em Jacarépaguá, restituiu-se afim de ser prestada informação a respeito, do processo de concurrencia e que se procedeu para despeza da conta de Barroso, Winter & Comp., na importancia de 3:500$, relativa á separação da installação da força de energia electrica daquella colonia.

Additamento ao expediente de 20

Ao Delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Espirito Santo, foi expedido o seguinte telegramma:

«Referencia telegramma tresentos cincoenta oito de dezeste corrente communico material eleições federaes foi em tres volumes embarcado vapor *Santos* que partiu dez mez corrente havendo transmittido essa delegacia respectivo conhecimento em officio cento sessenta seis em treze mez actual. Saudações. — *Annibal Freire*, ministro da Justiça, interino.

Requerimentos despachados

Santa Casa de Santo Antonio de Jacutinga, no Estado de Minas Geraes, por seu procurador, pedindo pagamento da subvenção de 1921. — Nada ha que deferir, por quanto não foram apresentados os documentos exigidos pelo decreto n. 10.106, de 5 de março de 1913.

Santa Casa de Itajubá, identico. — Identico.

Santa Casa de Pedra Branca, identico. — Identico.

2ª secção

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

Officios:

N. 195 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Maranhão, transmittiu-se, para os fins convenientes, o conhecimento n. 398 G do Lloyd Brasileiro, referente ao embarque de um volume contendo material para o serviço de eleições federaes.

N. 196—Identico, no Estado de Goyaz, identico, n. 261, da Estrada de Ferro Central do Brasil, identico, contendo 60 livros de actas.

Montepio:

Anna Clara Torres, satisfazendo exigencias constantes no despacho de 1 de fevereiro findo. — Apresente justificação passada em juizo federal.

Additamento ao expediente de 19 de fevereiro

ACTOS DO SR DIRECTOR GERAL

Segunda secção

Officio n. 187—Ao gerente da Companhia Telephonica Brasileira, transmittiu-se, para os fins convenientes, a 1ª via do pedido n. 20.

Additamento ao expediente de 2

ACTOS DO SR. MINISTRO

Primeira secção

Aviso n. 580-C—Ao chefe de Policia do Districto Federal, em referencia ao officio n. 180, de 14 de janeiro findo, communicou-se que o pagamento das despezas feitas além do reforço solicitado, deverá ser requerido em tempo opportuno.

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

PRIMEIRA DIVISÃO

Officio n. 197—Ao director geral da Assistencia a Alienados, transmittiu-se, cópia do officio n. 185, de 2 de fevereiro, do contador seccional deste ministerio.

Additamento ao expediente de 22

ACTOS DO SR. MINISTRO

Primeira Secção

Avisos:

N. 577-C—Ao chefe de Policia do Districto Federal, restituiu-se, afim de ser tornada sem effeito, a duplicata da folha na importancia do 316$667, para pagamento da differença de vencimentos que compete, nos mezes de junho a setembro de 1926, ao official de justiça Hermenegildo Vieira, por ter exercido interinamente o cargo de escrevente.

N. 578-C—Ao director da Casa de Correcção, em referencia aos officios ns. 120 e 185, de 19 e 28 de janeiro ultimo, solicitaram-se providencias no sentido de serem reduzidas ao minimo as despezas com acquisição de materia prima.

N. 579-C—Ao juiz federal da 2ª Vara do Districto Federal, em referencia ao officio n. 79, de 8 de fevereiro findo, communicou-se que a autorização dada por este ministerio, no aviso n. 71, de 16 de janeiro ultimo, refere-se a manutenção dos dous auxiliares extranumerarios no serviço de registro de eleitores.

N. 581-C — Ao Ministerio das Relações Exteriores, em referencia ao officio n. 74, de 16 de dezembro ultimo, do presidente do Conselho Penitenciario, pedindo a adhesão do Brasil á Commissão Penitenciaria Internacional, cuja contribuição annual limita-se a 50 francos, ouro, por milhão de habitantes, pediu-se informar si, no orçamento daquelle ministerio existe alguma verba por onde possa correr a referida despeza.

N. 582-C—Ao chefe de Policia do Districto Federal, identico ao aviso n. 576, daquella repartição.

N. 583-C—Ao juiz federal da 3ª Vara do Districto Federal, devolveu-se a folha concernente á gratificação que compete ao 1º supplente, Dr. Benjamin Antunes de Oliveira Filho, afim de ser assignada e rectificada.

N. 584-C — Ao director da Colonia de Alienadas no Engenho de Dentro, em referencia aos officios n. 56, de 1 de fevereiro, 10, 20, 26, 34 e 45, de 7, 11, 14 e 25 de janeiro ultimo, informou-se que nas concurrencias adininistrativas, só devem ser acceitas as propostas que contiverem preços razoaveis.

N. 585-C—Ao director do Abrigo de Menores, em referencia ao officio n. 876, de 5 dezembro de 1925, communicaram-se as irregularidades constantes do pedido numero 193.

Ao Ministerio da Fazenda solicitou-se o pagamento, no Thesouro Nacional, das quantias de:

N. 586 C—500:000, a Antonio Marcelino Gomes, encarregado, em 1924, do Archivo Eleitoral da Comarca de Caitete, Estado da Bahia.

N. 587 C—150$000, a José Joaquim de Almeida, identico, do termo de Pilão Arcado, identico.

N. 591 C—300:000, a Manoel Teotonio Segurado, identico, em 1922, do termo de Arrayas, no Estado de Goyaz.

N. 589 C — Ao mesmo Ministerio reiterou-se o pedido de distribuição do credito de 1:057 410, para pagamento dos vencimentos que competem, no periodo de 24 de novembro a 14 de dezembro de 1922, ao Dr. Manoel Xavier Paes Barreto.

N. 950 C - Ao mesmo Ministerio communicou-se que este Ministerio reconheceu o direito á gratificação que compete, no periodo de 1 de junho a 18 de dezembro de 1922, ao bacharel Antonio Nembri Visani de Britto, como adjunto de promotor publico do 2º termo da Comarca de Senna Madureira, no Territorio do Acre.

N. 592 C — Ao mesmo, em referencia ao aviso n. 185, de 19 de fevereiro ultimo, informou-se que o credito especial a ser aberto para pagamento das differenças de vencimentos que compete ao juiz de direito das Varas Criminaes, Civeis, dos Feitos da Fazenda Municipal e do Alistamento Eleitoral, no Districto Federal, importa em 79:200$000.

N. 593 C — Ao mesmo, pedindo-se informar se os recursos do Thesouro Nacional comportam a abertura do credito especial de 200:000$, para a erecção de um monumento a Francisco Manoel da Silva.

N. 594 C — Ao mesmo, solicitou-se o pagamento no Thesouro Nacional, á professora do Instituto Nacional de Musica, D. Camilla da Conceição, da quantia de 235$483, correspondente á differença de gratificação adicional que lhe compete, no periodo de 10 de agosto a 31 de dezembro de 1924.

N. 657 C — Ao Tribunal de Contas, identico, de 629 032, proveniente de substituições na Colonia de Alienados no Engenho de Dentro, nos mezes de outubro a dezembro de 1924.

Segunda secção

N. 595 C — Ao Ministerio da Fazenda, solicitou-se, a restituição a Mattos, Pragana & Comp., da caução, na importancia de 1:300$ garantidora da execução de contractos para fornecimento de moveis, colchões e artigos de colchoaria, ás repartições dependentes deste Ministerio em 1925.

N. 593 C — Ao marechal chefe de Policia do Districto Federal, communicou-se, para os fins convenientes, que foram approvadas as minutas remettidas com os officios numeros 21 e 90, de 5 e 11 de janeiro ultimo, relativos aos contractos de arrendamento dos predios destinados ás installações das delegacias de 15 e 22 Districtos Policiaes.

N. 596 C — Ao juiz de direito da 6ª Vara Criminal, em referencia ao pedido n. 1, feito á Ingfezia Dorado & Comp., na importancia de 420$ de refeição para o Tribunal do Jury, informou-se que esse fornecimento deve ser sempre procedido de accôrdo com o art. 738 do Regulamento Geral do Codigo de Contabilidade da União.

N. 597 C — A' directoria do Dispensario S. Vicente de Paulo, communicou-se, para os fins convenientes, que foram approvadas as prestações de contas das despezas referentes á subvenção de 1925.

N. 599 C — Ao chefe de policia do Districto Federal, autorizou-se o levantamento da caução de 2:000$, feita por José Lopes Ferreira, para garantia do contracto de fornecimento áquella repartição em 1925.

N. 600—C—Ao director da Colonia de Alienados, em Jacarépaguá, em referencia aos pedidos de ns. 1 a 39, de fornecimentos áquella Colonia em janeiro ultimo, recommendaram-se providencias afim de serem concedidos preços mais vantajosos.

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

Primeira secção

Officios:

N. 198—Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Pernambuco communicou-se que ao Tribunal de Contas foi solicitada a distribuição áquella delegacia do credito de 700$000, para pagamento do conego, mestre-escola da séde de Olinda, Antonio Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, em 1926.

N. 199—Identico, no Estado da Bahia, identico, de 600$000, para pagamento da congrúa que compete, em 1926, ao padre Marcolino Francisco de Souza Madureira, vigario collado da freguezia de Coité do archebispado daquelle Estado.

N. 200—Ao mesmo, identico, ao conego Manoel Leoncio Galrão, identico, de S. Vicente Ferraz, da Cidade de Arreias, identico.

N. 201 — Identico, no Estado do Rio Grande do Sul, identico, de 2:400$000, para pagamento dos vencimentos que competem, no corrente anno, ao Juiz de Direito em disponibilidade bacharel Justiniano Raymundo Pereira.

N. 202—Ao mesmo, identico, bacharel Miguel Luiz de Moraes Abreu.

Additamento ao expediente de 23 de fevereiro de 1926

Primeira secção

Avisos:

Ao Ministerio da Fazenda solicitou-se o pagamento, no Thesouro Nacional, das quantias de:

N. 645 C — 1:500$, proveniente da subvenção, que compete, em 1924, á Casa de Caridade de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.

N. 646 C — 1:500$, identico, em 1923, identico.

N. 647 C — 1:500$, identico, em 1922, identico.

N. 648 C — 1:500$, identico, em 1925, identico.

Segunda secção

Ao Tribunal de Contas solicitou-se o pagamento, no Thesouro Nacional, das quantias de:

N. 619 C — 566$666, ao Dr. Sahú de Gusmão, 1º supplente da 6ª Pretoria Criminal, por substituição em janeiro ultimo.

N. 642 C — 2:240$, ao amanuense, interino, da Policia do Districto Federal, Mario Vieira Cortez, proveniente de differença de vencimentos.

N. 634 — 63$819, á Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro, proveniente de consumo de gaz e luz electrica, no Instituto Medico Legal, em dezembro de 1925.

N. 643 — 510$, a The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, proveniente de trabalhos executados na Policia Militar, em novembro de 1925.

N. 644 — 22:113$525, proveniente de fornecimento ao Corpo de Bombeiros, em dezembro de 1925.

N. 630 — 2:761$600, identico á Bibliotheca Nacional, idem.

N. 633 — 10:758$879, identico, á Policia Militar, identico.

N. 632 — 3:301$700, a Mendes Pinto & Comp., identico, á Bibliotheca Nacional, identico.

N. 631 — 243$, a A. Gomes Pereira & Comp., identico.

N. 629 — 225$, a Fernandes Malmo & Comp., identico, á Colonia Correccional dos Dois Rios, identico.

N. 618 — 1:296$800, a Mattos, Pragana & Comp., identico, á Secretaria de Estado deste Ministerio, em fevereiro findo,

N. 621 — 21:560$, a A. Gomes Pereira & Comp., identico.

N. 625 — 2:000$, a Raymundo Pereira Caldas Junior, identico, ao Hospital Nacional, em janeiro ultimo.

N. 608 — 1:500$, ao pessoal subalterno do Archivo Nacional, para acquisição, neste anno, de fardamentos.

N. 604—De 350$, a André Villar & Comp., proveniente de aluguel da sala occupada pela 1ª Pretoria, em janeiro ultimo.

N. 622 — De 300$, a Manoel Gonçalves Maria Sobrinho, identico, das salas occupadas pela 6ª Pretoria Civel, identico.

N. 641—De 161$290, a Aristides Vieira de Resende, escrivão da 3ª entrancia, interino, por substituição, em março de 1924.

N. 635—De 133$333, ao escrevente interino da Secretaria da Policia do Districto Federal, Jayme Corrêa de Azevedo.

N. 636—De 801$072, correspondente á gratificação que compete aos commissarios interinos, Gualter da Silva Porto e Cesar Vieira de Souza, por substituições, em 1924.

N. 637 — De 13:991$934, aos funccionarios da Secretaria de Estado deste ministerio, por substituições nos mezes de setembro a dezembro de 1924.

N. 638 — De 363$333, a Honorio da Cunha Mello, restaurador de esculptura, da Escola Nacional de Bellas Artes, por substituições em 1924.

N. 626 — 1:012$337, aos supplentes do Districto Federal, por substituições em 1924.

N. 606 — 566$666, ao Dr. Luiz de Moraes Jardim, 1º supplente, provenientes de differença de vencimentos, por substituição.

N. 610—56$451, ao official de justiça, interino, Ernani Corrêa, identico.

N. 624 — 1:000$, provenientes de differença de vencimentos que compete a funccionarios da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, por substituições, em janeiro ultimo.

N. 623 — 600$, ao Dr. José Ovidio Marcondes Romeiro, juiz da Provedoria de Residuos, provenientes de differença de vencimentos, por substituição.

N. 609 — 900$, a José Lino Martins & Comp., proveniente de encadernação e fornecimentos feitos ao Gabinete de Identificação e Estatistica, em dezembro de 1925.

N. 652 — 10:897$, provenientes de alugueis de casas occupadas por delegacias, estações e postes policiaes, nos mezes de julho a dezembro de 1925.

N. 605—De 1:200$, ao Dr. José de Araujo Coutinho Junior, director de secção da Secretaria de Estado deste ministerio, proveniente de serviços extraordinarios prestados ao gabinete do mesmo, neste anno.

Ao mesmo Tribunal, solicitou-se a entrega, no Thesouro Nacional, das quantias:

N. 607 — De 1:474$200, para pagamento das diarias que competem, neste anno, ao 3º sargento daquella corporação, Josino Fernandes de Carvalho, reformado por decreto de 15 de janeiro.

N. 601 — De 839$194, ao pagador da Policia Militar, capitão Leopoldo Campos, para pagamento do soldo que compete,

neste anno, ao anspeçada daquella corporação, Antonio Gomes de Souza, identico.

N. 603—De 1:474$000, ao 1º tenente papador interino do Corpo de Bombeiros Manoel Augusto Moreira Sabido, identico, ao 3º sargento, identico, Germano Arnaldo Scott, identico.

N. 620—De 2:500$, ao Juiz de Menores do Districto Federal, Dr. José Candido de Albuquerque Mello Mattos, para attender ás despezas com o transporte de menores no corrente anno.

ACTOS DO SR. DIRECTOR GERAL

Primeira secção

Officios:

N. 204 — Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Santa Catharina, restituiram-se, afim de que sejam enviados ao Ministerio da Fazenda, os documentos relativos ao pagamento das custas que competem ao escrivão do Juizo Federal da secção daquelle Estado, Alcides Tolentino de Souza.

N. 205-C — Identico, do Estado de Pernambuco, communicou-se que ao Tribunal de Contas foi solicitada a distribuição áquella delegacia do credito de 600$, para pagamento da congrua que compete, neste anno, ao monsenhor João Marques de Souza, vigario collado da freguezia de Jesus, Maria e José de Bom Conselho, naquelle Estado.

N. 207 — Identico, ao vigario collado da freguezia de N. S. da Apresentação, monsenhor Francisco Raymundo da Cunha Pedrosa.

Segunda secção

N. 203—Ao chefe de policia do Districto Federal, solicitaram-se providencias afim de que tenham livre transito, fóra das horas regulamentares, os auto-caminhões numeros 3.895, 1.113, 7.744, 3.302 e 5.139 e os caminhões 726 e 727, que effectuarão o serviço de transporte para as secções eleitoraes.

N. 205—Ao delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado da Bahia, transmitiu-se o conhecimento n. 400-G do Lloyd Brasileiro, referente ao embarque de 5 volumes contendo materiaes eleitoraes.

N. 208—Ao Juiz Federal, da 2ª Vara do Districto Federal, communicou-se ficar á disposição daquelle juizo, para os serviços inherentes ás eleições federaes, o 3º official interino desta Secretaria de Estado, Eduardo Drummond Alves.

Additamento ao expediente de 26

ACTOS DO SR. MINISTRO

Requerimentos despachados

Mario Gomes, 2º tenente, reformado, da Policia Militar, por seu procurador em causa propria, o Banco dos Funccionarios Publicos, pedindo a averbação da procuração apresentada no processo que lhe dá direito á quantia de 880$749, relativa a liquido de descontos de consignações de saldo correspondentes ao periodo de 1 de outubro a 31 de dezembro de 1924. — O referido pagamento já foi solicitado pelo aviso deste ministerio n. 4.125, de 31 de dezembro de 1925.

Casa de Caridade de Santa Quiteria, em Minas Geraes, por seu procurador, pedindo o pagamento da subvenção de 1921.—Prove a personalidade juridica, encaminhando, outrosim, a petição por intermedio do Governo do Estado.

Departamento Nacional de Saude Publica

Secretaria Geral

SECÇÃO DE EXPEDIENTE

Por portaria do director geral, de 26 do mez proximo findo, foi concedido, nos termos do n. I do art. 8º, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, um mez de licença a Pedro Antonio Muniz da Fonseca, servente de 1ª classe, da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia.

Expediente de 27 de fevereiro de 1926

Solicitaram-se providencias:

Officios:

N. E 335 — Ao Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brasil, para que seja concedido passes de 1ª classe com validade para o corrente anno, a funccionarios da Inspectoria de Prophylaxia da Tuberculose.

N. E 339 — Ao inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, para que sejam despachadas, livres de quaesquer direitos, de accôrdo com o art. 2º, § 23, das Preliminares das Tarifas em vigor, quatro caixas, contendo curativos de Lister (gase), chegadas ao porto desta Capital pelo vapor *Forbin*.

N. E 340 — Ao mesmo, no sentido de serem despachadas, livres de quaesquer direitos, de accôrdo com o art. 2º, § 23, das Preliminares das Tarifas em vigor, vinte e nove volumes, contendo apparelhos chimicos, chegados ao porto desta Capital, pelo vapor *Antonio Delphino*.

N. E 341 — Ao mesmo, no sentido de ser despachada livre de qualquer direito, de accôrdo com o art. 2º, § 23, das Preliminares das Tarifas em vigor, uma caixa, contendo duas mil ampôlas de Novazernolbenzol Billon, chegada ao porto desta Capital pelo vapor *Formose*.

N. E 342 — Ao mesmo, no sentido de serem despachadas, livres de quaesquer direitos, de accôrdo com o art. 2º, § 23, das Preliminares das Tarifas em vigor, quarenta e tres volumes, contendo apparelhos chimicos, e chegados ao porto desta Capital pelo vapor *Monte Sarmiento*.

N. E 343 — Ao secretario do Sr. prefeito do Districto Federal, no sentido de ser vistoriado o predio n. 26, da rua Aristides Lobo, cujas condições de segurança parecem más.

Agradeceu-se:

N. E 338 — Ao commandante do Primeiro Grupo de Artilharia de Costa e da Fortaleza de Santa Cruz, a communicação feita em o officio de 23 de fevereiro proximo findo.

N. E 337 — Ao secretario interino da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, a remessa do relatorio correspondente ao anno lectivo proximo passado.

N. E 336 — Communicou-se ao delegado do 7º Districto Policial, em resposta ao officio n. 137, não ter sido possivel dar as providencias para o comparecimento a essa delegacia do funccionario em questão.

Requerimentos despachados

Dia 11 de fevereiro de 1926

Pelo Sr. ministro da Justiça:

Joaquim Bezerra de Andrade, (842-925). — Dê-se a certidão do tempo de serviço, nos termos do pedido.

Dia 27 de fevereiro de 1926

Pelo Sr. director geral:

J. F. de Oliveira, (35-926). — Certifique-se.

Francisco de Souza, (122-926). — Complete o sello.

DIRECTORIA DOS SERVIÇOS SANITARIOS DO DISTRICTO FEDERAL

Expediente de 2 de março de 1926

Officios:

Remetteu-se:

N. 363 — Ao Sr. Dr. secretario geral a relação das despezas de prompto pagamento effectuadas pela 5ª Delegacia de Saude, durante o 4º trimestre de 1925.

N. 364 — Ao Sr. Dr. inspector de F. de G. Alimenticios a relação dos officios e autos de multa recebidos daquella inspectoria, durante a semana de 22 a 27 de fevereiro proximo findo.

— Communicou-se:

N. 362 — Ao Sr. Dr. delegado do 2º Districto Sanitario, em resposta ao seu officio n. 32, que deverá chamar a attenção do funccionario em apreço, para o desinteresse que vem revelando no exercicio do seu cargo.

Ns. 357 a 361 e de 357 A a 361 A — Aos Srs. Drs. director da Receita Publica e secretario geral deste departamento, que foram multados: pela Inspectoria de F. de G. Alimenticios, em 5:000$, J. C. da Fonseca & Comp.; em 500$, cada um, Marques Ferreira & Comp. e Bernardino Alves de Oliveira e Euclydes Moreira; pela Inspectoria de H. Industrial e Profissional, em 100$, Manoel Pedro & Comp. e pela Quarta Delegacia de Saude, em 100$, Manoel José Martins.

Requerimentos despachados

Segunda Delegacia de Saude:

Domingos José da Silva (503-104). — Deferido, por 60 dias.

Isabel P. de C. Castello Branco (499-112). — Deferido, por 90 dias.

Antonio Pinto de C. de Oliveira (502-116). — Indeferido.

Pereira da Silva & Comp. (501-114). — Deferido.

Adelia Barbosa de Paiva (500-113). — Deferido, por 90 dias.

Francisca Laura Accetta (498-109). — Deferido.

Francisco Ignacio Martins (472). — Será relevada a multa, si fôr cumprida a intimação dentro do prazo do segundo termo.

Quarta Delegacia de Saude:

Maria Emilia Teixeira Perrotta (508-61). — Deferido sómente quanto á impermeabilização do sólo, que poderá ser feita quando o predio necessitar de outras obras de maior vulto.

Francisco Rodrigues Cotias (507-60). — Deferido.

Antonio dos Reis Soares (504-32 A). — Deferido, até que o predio necessite de outras obras.

José de Souza Gomes (505-52). — Deferido.

Antonio Rodrigues dos Santos (411). — Deferido.

INSPECTORIA DOS SERVIÇOS DE PROPHYLAXIA

Expediente do dia 2 DE março de 1926

Officios:

Remetteram-se:

Ao Sr. Dr. secretario geral:

N. 168 — Communicando que a Sra. D. Francisca Pereira Cardoso vae fazer no Thesouro Nacional o deposito da quantia de 200$, para occorrer ás despezas a serem feitas com o isolamento de um enfermo á rua Junqueira n. 283 (Realengo).

Ao Sr. Dr. director dos Serviços Sanitarios do Districto Federal:

N. 169 — Communicando que durante o mez de fevereiro proximo findo foi passada por esta inspectoria uma certidão, rendendo de sello a quantia de réis 4$000.

Ao Sr. Dr. secretario geral:

N. 170 — Communicando que o Sr. Miguel Neimi vae fazer no Thesouro Nacional o deposito da quantia de 150$, para occorrer ás despezas a serem feitas com o isolamento de um enfermo á rua Assis Carneiro n. 109 (Piedade).

Ao Sr. almoxarife geral:

N. 171 — Os pedidos ns. 79 a 82, de accôrdo com a circular datada de 21 de junho de 1923.

Ministerio da Fazenda

Directoria Geral do Thesouro Nacional

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 27 de fevereiro de 1926

Sr. ministro da Viação e Obras Publicas:

N. 42 — Transmittindo, para que sejam prestados esclarecimentos, o processo relativo ao adeantamento da quantia de réis 312:000$, ao thesoureiro da Inspectoria de Aguas e Esgotos, para pagamento de seu pessoal em janeiro ultimo.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 2 de março de 1926

Sr. director da Recebedoria do Districto Federal:

N. 14 — Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro, a quem foi presente o vosso officio n. 459, de 27 de fevereiro ultimo, resolveu prorogar até 15 do corrente, de accôrdo com o art. 46 da lei n. 4.265, de 31 de dezembro de 1922, o prazo para a cobrança, á bocca do cofre, do imposto de industrias e profissões referentes ao semestre deste anno.

Contadoria Central da Republica

Expediente de 2 de março de 1926

Officios:

Do Sr. contador geral da Republica:

Aos Srs. directores:

Da Estrada de Ferro Goyaz:

N. 632—Sobre fornecimento de mobiliario e material de expediente.

Da Repartição Geral dos Telegraphos:

N. 633—Sobre concessão de franquia telegraphica ao encarregado da Sub-Contadoria Seccional na Estrada de Ferro de Goyaz, em objecto de serviço publico.

Da Directoria Geral dos Correios:

N. 634—Sobre concessão de franquia postal ao encarregado da Sub-Contadoria Seccional na Estrada de Ferro de Goyaz, em objecto de serviço publico.

Da Despeza Publica:

N. 695 — Remettendo a folha de pagamento.

Portaria n. 18 — Designando o guarda-livros encarregado da Sub-Contadoria Seccional na Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul para inspector da 7ª circumscripção.

Officios:

Do Sr. secretario chefe de secção:

Aos Srs. encarregados das Sub-Contadorias Seccionaes:

Na Administração dos Correios de Campanha:

N. 636—Remettendo um exemplar do Codigo de Contabilidade.

Na Alfandega de Victoria:

N. 637 — Remettendo cem folhas de papel para borrador.

Do Sr. sub-contador da 2ª Divisão:

Aos Srs. encarregados das Sub-Contadorias Seccionaes:

N. 638 — Sobre desdobramento da conta de movimento de fundos.

Na Repartição Geral dos Telegraphos:

N. 639 — Solicitando explicações por que figura no balanço dessa repartição, de novembro ultimo, no Ministerio da Fazenda, o decreto n. 16.937, de 10 de junho de 1925, quando esse decreto pertence ao Ministerio da Viação.

N. 690 — Solicitando providencias para que, no actual exercicio, os desdobramentos necessarios na conta de movimento de fundos sejam feitos no corpo dos balanços e não em folhas soltas.

Na Delegacia Fiscal do Paraná:

N. 691 — Sobre a confecção do balanço dessa delegacia de dezembro ultimo.

Ao Sr. Oscar Rodrigues de Almeida, inspector da 5ª circumscripção:

N. 692 — Solicitando informações sobre o lançamento de 718$463 em dezembro ultimo, a debito de depositos, e 562$933 a debito de movimento de fundos.

Ao Sr. encarregado da Sub-Contadoria da Delegacia Fiscal do Rio Grande do Sul:

N. 693 — Sobre a importancia de 150$ de consignação paga a Alfandega de Pelotas.

Directoria da Receita Publica

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 3 de março de 1926

Officios:

Ao Sr. Dr. 3º procurador da Republica:

Ns. 73, 74, 75, 76 e 77—Solicitando o cancellamento de dividas.

—Ao Sr. inspector da Alfandega de Florianopolis:

N. 2—Reiterando a ordem n. 6, de 29 de setembro de 1924, que até hoje não teve resposta.

— Ao Sr. inspector da Alfandega do Ceará:

N. 4—Remettendo o processo n. 4.832, do corrente anno, para os devidos fins.

—Ao Sr. presidente da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

N. 100 — Convidando a assignar novo termo relativo a accôrdo celebrado para arrecadação de imposto de transporte.

—Ao Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 85—Devolvendo o processo n. 6.759, do corrente anno, para o fim indicado na informação da 1ª sub-directoria.

—Ao Sr. delegado fiscal em Santa Catharina:

N. 10 — Remettendo o processo n. 7.131, para o fim indicado na informação da 1ª sub-directoria.

—Ao Sr. director da Imprensa Nacional:

N. 19—Solicitando fornecimento de material necessario á encadernação de livros e documentos.

—Ao Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 138 — Communicando que concedeu isenção de direitos alfandegarios para fazenda de lã e algodão para o vestuario dos religiosos, orphãos e collegiaes dos asylos Santo Antonio e Santa Izabel, de Ouro Preto.

Portarias:

Ao collector federal de Duas Barras:

N. 1—Remettendo o processo n. 4.461, para que preste as necessarias informações.

Requerimento despachado

Dia 3 de março de 1926

Processo n. 3.727, do corrente anno, em que é interessada a Lapis e Caneta Fabril Limitada e que originou a circular de Ministerio n. 11, de 25 de fevereiro ultimo. —Junte a parte novas amostras.

N. 38 — O director da Receita Publica do Thesouro Nacional, de accôrdo com o artigo 69 do regulamento annexo ao decreto n. 14.648, de 26 de janeiro de 1921, faz publicar as tabellas de marcas e preços dos productos sujeitos ao imposto de consumo, da fabrica de propriedade da firma Martins Fernandes & Comp., encaminhadas a esta directoria com o officio n. 54, da Delegacia Fiscal no Estado da Bahia.

Tabellas das marcas e dos preços dos productos da fabrica de fumos e seus preparados, de propriedade de Martins Fernandes & Comp., sita á rua da Calçada do Bomfim n. 132, nesta cidade de S. Salvador, Estado da Bahia:

Marcas de cigarros — Preços da mercadoria — Vintena — Milheiro — Sello e verba — Preço de venda de milheiro.

Selectos, 250 réis, 12$500, 7$500, 20$000.

Fischer grossos, $250, 12$500, 7$500, réis 20$000.

Fischer medios e finos, $170, 8$500, 7$500, 16$000.

Luzos grossos e finos, $170, 8$500, 7$500, 16$000.

Goyanos grossos e finos, $170, 8$500, 7$500, 16$000.

Palhas diversos, $170, 8$500. 7$500, réis 16$000.

Famosos, $170, 8$500, 7$500, 16$000.

Carige, $170, 8$500, 7$500, 16$000.

Daniel, $716, 8$500, 7$500, 16$000.

Guilherme Carvalho, $170, 8$500, 7$500. 16$000.
Sociaes, $170, 8$500, 7$500, 16$000.
Federação B., $170, 8$500, 7$500. 16$000.
Federação E., $330. 16$500, 7$500, 24$000.
Pombas, $170, 8$500. 7$500, 16$000.
Barbacena, $170, 8$500, 7$500, 16$000.
Crüzeiro do Sul, $170. 8$500, 7$500, 16$000.
Ra-ta-plan, $150, 7$500, 3$500, 11$000.
Republicanos, $150, 7$500, 3$500, réis 11$000.
O Succo, $150, 7$500, 3$500, 11$000.
Pérolas, $130. 6$500, 3$500, 10$000.
Feito em triplicata em 22 de janeiro de 19 5.—*Martins Fernandes & Comp.*— Visto. Em 23 de janeiro de 19.6. —*José Bonifacio Valladão*, agente fiscal.

—

N. 39 — O director da Receita Publica do Thesouro Nacional, de accôrdo com o artigo 69 do regulamento annexo ao decreto n. 14.643, de 26 de janeiro de 19 1, faz publicar as tabellas de marcas e preços dos productos sujeitos ao imposto de consumo das fabricas de propriedade de Gustav Salinger & Comp., Schneider & Meyer, Carlos Gersner, Augusto Sohn, Guilherme Thieman, Carlos Fecker, Emilio Bahr e Harry Passberg, encaminhadas a esta directoria com o officio n. 43, de 3 de fevereiro proximo findo, da Delegacia Fiscal em Santa Catharina.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de charutos de propriedade de Gustav Salinger & Comp., sita em Jaraguá, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina :

Marcas — Preço por cento

Regalio Moderno, 7$000.
Flôr Fina, 5$500.
A., 5$000.
B., 5$000.
Jaraguá, 2 de Janeiro de 1926. — Por procuração de Gustav Salinger & Comp., *E. Kellermann*.

—

Tabella das marcas e dos productos da fabrica de cigarrilhos de propriedade de Gustav Salinger & Comp., sita em Jaraguá, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina:

Marcas — Preço por vintena

Carmen, $300.
Fortuna, $300.
Jaraguá, 2 de Janeiro de 1925. — Por procuração de Gustav Selinger & Comp., *E. Kellermann*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de Charutos de propriedade da firma Schneider & Meyer sita em Jaraguá municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preço por cento

Kosmos, 4$000.
Flor fina, 3$500.
Indios, 3$000.
Hollandez, 5$000.
Jaraguá, 11 de janeiro de 1926.—*Schneider & Meyer*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de Cigarrilhos de propriedade da firma Schneider & Meyer sita em Jaraguá municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preço por vintena

Fortuna, $300.
Jaraguá, 11 de janeiro de 1926.—*Schneider & Meyer*.

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de Cigarrilhos de propriedade da firma Carlos Gersner, sita em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preço por vintena

Centenario, $300.
Hansa, 11 de janeiro de 1926.—*Carlos Gersner*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de Cigarrilhos de propriedade da firma Carlos Gersner sita em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preços de vintena

Centenario, $300.
Hansa, 11 de janeiro de 1926.—*Carlos Gersner*.

—

Tabella das marcas e dos preços da fabrica de Cigarrilhos de propriedade da firma Augusto Sohn, estabelecido em Jaraguá, Estado de Santa Catharina, municipio de Joinville.

Marcas—Preço por vintena

Jaraguá, $300.
Jaraguá, 15 de janeiro de 1926.—*Augusto Sohn*.

—

Tabella das marcas e dos preços da fabrica de Charutos de propriedade da firma Augusto Sohn, estabelecida em Jaraguá, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preço por cento

Jaraguá n. 1, 4$000.
Jaraguá n. 2, 5$000.
Jaraguá n. 3, 6$000.
Jaraguá, 15 de janeiro de 1926.—*Augusto Sohn*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de Cigarrilhos de propriedade da firma Guilherme Thiemann, estabelecida em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preço por vintena

Hansa, $300.
Hansa, 15 de janeiro de 1926.—*Guilherme Thiemann*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de Charutos de propriedade da firma Guilherme Thiemann, estabelecida em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preço por cento

Hansa, 5$000.
Hansa, 15 de janeiro de 1926.—*Guilherme Thiemann*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de Charutos de propriedade da firma Guilherme Thiemann, estabelecida em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina.

Marcas—Preço por cento

Hansa, 5$000.
Hansa, 15 de janeiro de 1926.—*Guilherme Thiemann*.

Tabella das marcas e dos preços da fabrica de cigarrilhos de propriedade da firma Carlos Fecker, sita em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina;

Marcas — Preços por vintena

Marechal, $300.

Hansa, 10 de janeiro de 1926. — *Carlos Fecker*.

—

Tabella das marcas e dos preços da fabrica de charutos de propriedade da firma Carlos Fecker, sita em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina:

Marcas — Preços por centos

Piocola. 3$000.
Dick, 5$000.
Lang, 7$000.
Hansa, 10 de janeiro de 1926. — *Carlos Fecker*.

—

Tabella das marcas e dos preços da fabrica de sabonetes da firma Emilio Bahr, estabelecida em Hansa, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina:

Marcas — Preços por unidade

Ilona, $800.
Hansa, 15 de janeiro de 1926. — *Emilio Bahr*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de cigarrilhos, de propriedade de Ehrhardt Harry Passberg, sita em Jaraguá do Sul, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina:

Marcas — Preço por vintena

Cigarrilhos Passberg, $300.

Jaraguá, 22 de janeiro de 1926. — Por procuração, *Harry Passberg*.

—

Tabella das marcas e dos preços dos productos da fabrica de cigarrilhos de propriedade de Ehrhardt Harry Passberg, sita em Jaraguá do Sul, municipio de Joinville, Estado de Santa Catharina:

Marcas — Preço por vintena

Cigarrilhos Passberg, $300.

Jaraguá, 22 de janeiro de 1926. — Por procuração, *Harry Passberg*.

—

N. 40—O director da Receita Publica do Thesouro Nacional, de accôrdo com o artigo 69, do vigente regulamento do imposto de consumo, faz publicar as tabellas de marcas e preços dos productos sujeitos ao imposto de consumo da fabrica de propriedade de José Americo, encaminhadas a esta directoria com o officio n. 46, de 10 de fevereiro proximo findo, da Delegacia Fiscal no Estado de Sergipe.

—

Tabella das marcas e preços dos productos da fabrica de fumos e seus preparados denominada S. José, de propriedade de José Americo, situada á rua do Lagarto entre ás ruas S. Christovão e Laranjeiras na cidade de Aracajú, Estado de Sergipe.

Especificação — Marcas — Quantidade — Preços

Charutos Gaúcho, milheiro, 70$900.
Idem Paulistas, milheiro, 75$000.
Idem Diplomata, milheiro, 75$000.
Idem Elite, milheiro, 75$000.
Idem Carioca, milheiro, 75$000.
Idem Flamengo, idem, 100$000.
Idem Apollo, idem, 120$000.
Idem Havanezes, idem, 150$000.
Aracajú, 23 de janeiro de 1926. — O proprietario, *José Americo*.

N. 41 — O director da Receita Publica do Thesouro Nacional, de accôrdo com o artigo 69 do regulamento annexo ao decreto n. 14.648, de 25 de janeiro de 1921, faz publicar as tabellas de marcas e preços dos productos sujeitos ao imposto de consumo, das fabricas de propriedade de João Aristides Veeck, Felix Christiano Hessler e Souza Cruz, encaminhadas a esta directoria, respectivamente, com os officios ns. 108, 105 e 106 da Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul.

—

Lista de preços dos productos fabricados por João Aris ides Veeck, estabelecido á rua Coronel Genuino n. 1:

Vaselina perfumada J. V., duzia, 1$800.
Oleo de mamona, duzia, 3$800.
Oleo de baboza, duzia, 3$800.
Porto Alegre, 29 de janeiro de 1926.—*João Aristides Veech.*

—

Relação dos preços de sabonetes e perfumarias da Fabrica Brasil, de Felix Christiano Kessler:

Numeros — Typos — Preços

57, Benjoim, duzia, 6$400.
58, idem, duzia, 5$000:
59, idem, duzia, 8$500.
7, glycerina, duzia, 9$000.
60, idem, duzia, 4$500.
13, Brasil, duzia, 4$000.
28, idem, duzia, 6$500.
14, perfumado, duzia, 4$000.
10, Glycerina Primor, duzia, 8$000.
11, Glycerina pães, duzia, 7$200.
16, Glycerina, duzia, 5$000.
22, côr com perfume, duzia, 3$400.
23, idem, duzia, 3$400.
24, idem, duzia, 4$400.
38, idem, duzia, 4$200.
66, idem Windsor, duzia, 7$200:
1.001, idem, duzia, 8$000.
1.00?, Agua Colonia, duzia, 3$000.
252, idem idem, duzia, 15$000.
39, côr com perfume, duzia, 9$000.
40, idem, duzia, 8'000.
48, idem, duzia, 7$000.
50, idem Windsor, duzia, 13$500.
106, idem super-fino, duzia, 13$500.
77, idem, duzia, 5$000.
96, idem floreado, duzia, 5$000.
44, côr perfume «Candú», duzia, 5$000.
55, idem «Calv», duzia, 5$000.
45, idem sortidos, duzia, 4$500.
82, extra-fino, duzia, 9$000.
81, idem Brasil, duzia, 7$600.
80, idem Satellite, duzia, 8$500.
86, Brilhantina, duzia, 20$000.
85, Vazelina perfumada %, duzia, 16$000.
Oleo de mamona, duzia, 5$000.
Idem de baboza, duzia, 5$000.
Oleo fino para cabello, duzia, 10$000.
Pós de arroz Belleza, duzia, 5$000.
Idem Brasil, duzia, 15$000:
Idem Elite, duzia, 15$000.
Idem Saliid, duzia, 6$000.
Idem Hygienico, duzia, 7$000.
Pó de sabão perfumado, para barba, litro de 100,0, $300.
Idem em pacote, 1/3 klg., 3$500.
Idem sem perfume, litro de 400,0, 1$350.
Idem idem, litro de 100,0, $600.
Porto Alegre, 5 de janeiro de 1926.—*Felix Christiano Hessler.*

—

A Companhia Souza Cruz, com fabrica de desfiar, picar e migar fumos, sita nos suburbios de Santa Cruz, sob registro n. 425, e com escriptorio séde á rua Gonçalves Dias n. 26, Rio de Janeiro, vem, na fórma da lei, apresentar a tabella das marcas e respectivos preços por vintena, na fabrica inclusive sello, peso por milheiro, dos cigarros de sua fabricação a vigorar durante o corrente anno e desde 1 de janeiro do mesmo anno.

Descriminação—Peso por milheiro—Preço por vintena na fabrica inclusive sello

Em carteiras ou caixas de 20 cigarros:
Trocadero, 1.087, $220.
Vandyck, 1.190, $322.
Yolanda ovaes, 1.020, $401.
Excelsior 27, 658, $490.
Elite 18, 1.020, $490.
Liberty lisos, 794, $490.
Liberty, 500, 962, $490.
Liberty ovaes, 1.020, $490.
Sonia, 1.020, $570.
Regencia, 1.259, $570.
Jockey Club, 1.250, $670.
Derby Club, 1.471, $710.
Sans Atout, 1.282, $830.
Pour la Noblesse, 1.163, 1$310.
Em maços de 20 cigarros:
N. 17 Turco e canoral, 1.470, $570.
N. 60, Turco, 1.550, $023.

Santa Cruz, 15 de janeiro de 1926.—Companhia Souza Cruz, *S. C. Knight.*

—

N. 42—O director da Receita Publica do Thesouro Nacional, de accôrdo com o vigente regulamento do imposto de consumo faz publicar as tabellas de marcas e preços dos productos sujeitos ao imposto de consumo da fabrica de propriedade de Lino Moreira, encaminhadas a esta directoria com o officio n. 34, da Delegacia Fiscal no Estado do Maranhão.

Tabella das marcas, preços e pezos dos productos da pequena fabrica de cigarros de propriedade de Lino Moreira, sita á rua Affonso Penna n. 56 na cidade de S. Luiz, Estado do Maranhão.

Marca—Preço por milheiro—Preço por vintena—Peso por milheiro

Ednéa, 17$500, $450, 1.000 grammas.
Maranhão, 23 de janeiro de 1926.—*Lino Moreira.*

—

Directoria da Despeza Publica

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 25 de fevereiro de 1926

Officios:

Ao Sr. delegado fiscal no Rio Grande do Norte:

N. 8 — Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924, «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 300$, para pagamento de divida proveniente de ajuda de custo de preparos de viagem, de que é credor o funccionario Socrates Barbosa Garcia.

Dia 27

Sem numero — Communicando que os 2os officiaes aduaneiros, extinctos, dessa repartição, Elidio de Faria Machado e João Cordovil de Siqueira e Mello, addidos a esta directoria, compareceram todo o mez que hoje finda.

Dia 2 de março de 1926

Ao Sr. delegado fiscal em Minas Geraes:

N. 64 — Recommendando providencias no sentido de serem expedidas, com a possivel brevidade, as guias de transferencias dos seguintes funccionarios do Patronato Agricola Visconde de Mauá: Dr. Pedro da Veiga Ornellas, director; Dr. Euclydes Solon de Pontes, medico; Manoel Moreira da Fonseca, auxiliar-agronomo; João Candido Borges, escripturario; João de Castro Torres, economo-almoxarife; Emygdio Pereira Franco, professor; Odilon Soares de Alvarenga, professor; José de Rezende Alvim, professor; José Felippe, mestre de officina; Braz Ferrari, mestre de officina; Raphael Belardinelli, mestre de officina; Georgino de Azevedo Paiva, instructor militar; Aurora Silva, porteiro-continuo; Gastão Jardim, inspector de alumnos; Braz Megale Filho, inspector de alumnos; Ernesto Silva, guarda vigilante e Elias Augusto da Costa, guarda vigilante.

As respectivas guias deverão ser entregues ao Sr. João de Castro Torres, funccionario daquelle patronato.

— Ao Sr. delegado fiscal na Parahyba:

N. 11—Remettendo a guia n. 58, de 25 de fevereiro deste anno, passada a favor de D. Felismina Cavalcanti Paes Barretto, e, bem assim, os dous titulos de montepio e meio soldo.

Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 5ª «Pensionistas—Pessoal—I—Antigas concessões» do orçamento de 1926 do Ministerio da Fazenda, o credito de 8:400$, para pagamento das pensões que cabem áquella senhora, no periodo de 1 de janeiro a 31 de dezembro do corrente anno.

A referida guia está sujeita ao sello de 10$000.

— Ao Sr. delegado fiscal em S. Paulo:

N. 85—Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 300$, para pagamento de divida proveniente de indemnização de despezas de viagem a serviço, de que é credor o agente fiscal Mario Werneck de Castro.

— Ao Sr. director da Imprensa Nacional:

N. 63—Em additamento ao officio desta directoria n. 62, de 28 de fevereiro ultimo, communicando que a despeza de que trata o mesmo officio corre por conta da verba propria, isto é, a destinada ao pagamento do pessoal dessa repartição.

Do credito concedido já foi deduzida a importancia paga a titulo de abono provisorio.

Portaria

N. 167 — Autorizando o Sr. collector federal em Nova Friburgo a effectuar o pagamento da inclusa folha das diarias a que tem direito o pessoal da turma do engenheiro Francisco José dos Santos Werneck, em serviço do levantamento do cadastro das Fazendas Nacionaes de S. José a Corrego d'Antas, durante o mez de fevereiro do corrente anno, na importancia de 2:023$900.

A despeza será escripturada á conta da verba 6ª — Thesouro Nacional — Consignação — Pessoal — Sub-consignação 6 — Para execução nos Estados dos serviços technicos dos bens patrimoniaes, do orçamento vigente do Ministerio da Fazenda.

Dia 3

Ao Sr. delegado fiscal em Alagôas:—

N. 21 — Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 7ª — Tribunal de Contas — Ajuda de custo, do orçamento vigente de

Ministerio da Fazenda, o credito de 400$ para pagamento da ajuda de custo de primeiro estabelecimento a que tem direito o 4º escripturario do referido Tribunal, Eliezer Cruz.

— Ao Sr. delegado fiscal no Amazonas:

N. 42 — Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 29 — Reposições e restituições do orçamento de 1924 do Ministerio da Fazenda, o credito de 809$552, para pagamento de restituição devida a Marques Paraguay & Comp., proveniente de taxa de viação paga, indevidamente, em 1922 e 1923.

N. 44—Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 29ª — Reposições e restituições do orçamento do Ministerio da Fazenda, o credito de 735$, para pagamento da restituição a que tem direito o administrador da Mesa de Rendas Federaes de Juruá, proveniente do que recolheu a maior em 1924.

— Ao Sr. delegado fiscal na Bahia:

N. 36—Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 2ª — Pessoal contractado — Gratificações, diarias, etc., do orçamento de 1925. Ministerio da Agricultura, o credito de 3:350$, para o pagamento das gratificações que competem, no periodo de 10 de junho a 31 de dezembro de 1925, á razão de 500$ mensaes, ao padre Carlos Zimmermann, contractado para servir na qualidade de professor de Historia Natural do Aprendizado Agricola da Bahia.

N. 37—Remettendo tres titulos declaratorios das pensões de montepio civil que competem a D. Antonia Alpoim, e Elpidio Casemiro Alpoim, filho do carteiro, aposentado de 1ª classe da Administração dos Correios, nesse Estado Elpidio Casemiro Alpoim.

Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326 de 1924 — Exercicios findos — exercicio de 1925, o credito de 2:376$666, sendo 1:692$587, para o pagamento de pensão que cabe a D. Antonia e Elpidio, no periodo de 17 de junho de 1921 a 31 de dezembro de 1923 e 684$099, para attender á pensão de Alvaro no periodo de 17 de junho de 1921 a 5 de julho de 1923.

Opportunamente serão concedidos os creditos para pagamento das pensões relativas aos annos de 1924 e 1925.

N. 38 — Remettendo o titulo declaratorio das pensões de montepio que competem a D. Luzia Maria dos Santos, na qualidade de mãe do finado contribuinte, vigia de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Pedro Balbino dos Santos.

Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «exercicios findos» exercicio de 1925, o credito de 2:897$844, para pagamento das referidas pensões, no periodo de 27 de agosto de 1919 a 31 de dezembro de 1923.

Deixam de ser concedidos os creditos referentes aos annos de 1924 e 1925, por falta de saldo nas respectivas verbas.

N. 39 — Remettendo o titulo declaratorio das pensões de montepio que competem a D. Jovina Rosa de Figueiredo, na qualidade de irmã solteira, maior, de Julio Cancio de Figueiredo, telegraphista de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos.

Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «exercicios findos» exercicio de 1925, o credito de 1:967$850, para pagamento das alludidas pensões, no periodo de 12 de fevereiro a 31 de dezembro de 1923, inclusive a quantia de 200$ destinada ao funeral ou luto.

Deixam de ser concedidos os creditos relativos aos annos de 1924 e 1925, por falta de saldo nas respectivas verbas.

N. 40 — Remettendo tres titulos declaratorios das pensões de montepio que competem aos menores Nair, Anadir e Nelson, na qualidade de filhos do 2º official aduaneiro da Alfandega desse Estado, João da Silva Dantas.

Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 3:496$064, para pagamento das referidas pensões, no periodo de 27 de maio de 1920 a 31 de dezembro de 1923.

Deixam de ser concedidos os creditos referentes aos annos de 1924 e 1925, por falta de saldo nas respectivas verbas.

N. 41 — Remettendo cinco titulos declaratorios das pensões de montepio que competem aos menores Maria das Dores, José, Antonio, Juvencio e Mario, na qualidade de filhos do finado contribuinte Valeriano Pinto Gomes, auxiliar da Administração dos Correios desse Estado.

Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 2:430$035, para pagamento das alludidas pensões assim discriminadas: 418$382 a D. Othilia Tanajura Gomes, no periodo de 18 de março de 1921 a 3 de abril de 1922, 1:115$050 aos referidos menores, no perio de 18 de março de 1921 a 31 de dezembro de 1923; 200$ destinado ao funeral ou luto; 696$663 ainda aos citados menores, no periodo de 4 de abril de 1922 a 31 de dezembro de 1923.

Deixam de ser concedidos os creditos referentes aos annos de 1924 e 1925, por falta de saldo nas verbas proprias.

N. 42—Remettendo o titulo declaratorio das pensões de montepio que competem a D. Maria das Virgens Chagas, na qualidade de viuva do finado contribuinte Joaquim Francisco das Chagas, agente do Correio de Cannavieiras, nesse Estado.

Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 1:146$666, pagamento das alludidas pensões, no periodo de 3 de junho de 1922 a 31 de dezembro de 1923, inclusive a quantia de 200$ destinada a funeral ou luto.

Deixam de ser concedidos os creditos referentes aos annos de 1924 e 1925, por falta de saldo nas respectivas verbas.

— Ao Sr. delegado fiscal em Matto Grosso:

N. 21—Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 7ª — Tribunal de Contas — Gratificações regulamentares — Ajudas de custo, do orçamento de 926 do Ministerio da Fazenda, o credito de 1:600$, para pagamento da ajuda de custo de primeiro estabelecimento a que tem direito o 3º escripturario do mesmo Tribunal, Paulo Emilio Tavares.

— Ao Sr. delegado fiscal no Maranhão:

N. 22—Restituindo o requerimento datado de 27 de janeiro de 1926 encaminhado com o officio n. 29 de 28 do mesmo mez em que o bacharel Athanasio Cavalcante Ramalho pede certidão de sello de nomeação e declarando que o interessado deve se dirigir ao Ministerio da Guerra.

— Ao Sr. delegado fiscal no Pará:

N. 21—Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 26ª «Despezas eventuaes», do orçamento de 1925, do Ministerio da Fazenda, o credito de 4:550$, para pagamento dos vencimentos mandados abonar ao contador interino dessa delegacia Hugo Leão nos mezes de janeiro e fevereiro e abril a junho de 1925.

N. 22—Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 171$603, para pagamento de divida que é credor o operario de primeira classe da officina de fundição do Arsenal de Marinha desse Estado, Pedro da Silveira Frade; descontando-se a quantia de 9$900, de montepio.

N. 23—Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», «Exercicio de 1925 o credito de 3:457$759, para pagamento de divida proveniente de vencimentos relativos aos annos de 1919 e 1920, de que é credor Bento Christiano de Souza.

N. 24—Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 18.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 2:330$643, para pagamento de divida proveniente de gratificação relativa ao periodo de 31 de março a 29 de julho de 1923, de que é credor o contador dessa repartição, Joaquim Philadelpho Fernandes.

N. 25 — Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 496$400, para pagamento de divida proveniente de vencimentos que deixou de receber em 1918 João Pereira Elias dos Santos, marinheiro asylado.

N. 26 — Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.326, de 19 de janeiro de 1924 «Exercicios findos», exercicio de 1925, o credito de 93$600, para pagamento de divida de que é credor o operario de 4ª classe da officina de forjas do Arsenal de Marinha, nesse Estado, Manoel Alves Pereira, devendo ser descontada a importancia de 5$400 de montepio.

— Ao Sr. delegado fiscal na Parahyba:

N. 12 — Concedendo a essa delegacia, por conta do decreto n. 16.937, de 10 de junho de 1925, exercicio de 1926, daquelle ministerio, o credito de 33:270$619, para attender ás despezas da Administração dos Correios nesse Estado, relativas aos pagamentos previstos pelo § 1º do art. 130 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, durante o anno de 1923.

N. 13 — Concedendo a essa delegacia, por conta da verba 37ª «Subvenção», do orçamento de 1922, do Ministerio da Justiça — Deposito de 1922, o credito de 10:000$, para pagamento da subvenção que compete ao Orphanato D. Ulrico, relativo ao anno de 1922.

N. 14 — Restituindo o processo annexo ao officio n. 246, de 10 de outubro de 1924, referente ao pagamento de 145$773, de que se julga credor o funccionario Leonel de Freitas Feitosa e recommendando afim de que seja feita nova demonstração de credito, com a necessaria rectificação.

Portaria

N. 170—A' vista do requerimento de D. Rozenda Lima Cardim, viuva do general Antonio Henrique Cardim, autoriza o Sr. collector da 1ª Collectoria Federal de Nitheroy a effectuar, durante o corrente exercicio, a partir de fevereiro proximo findo, o pagamento das pensões de meio soldo e montepio militar, na razão mensal de 700$, sendo 400$ de montepio militar e 300$, de meio soldo, que cabem áquella pensionista, com o desconto de 13$333, de contribuição para o montepio.

Directoria da

BALANCETE DA RECEITA E DESPEZA DA SEGUNDA PAGADORIA DO

Datas	Receita (Supprimento)		Ministerio da Justiça		Ministerio do Exterior		M. da Marinha	M. da Guerra
	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Papel	Papel
Saldo do mez anterior.....		110:992$137						
1.....	—	170:000$000	—	57:86 $300	—	—	49:036$402	22:955$065
2.....	—	250:000$000	—	82:917$725	—	—	4:559$720	22:900$583
3.....	—	200:000$000	—	62:830$142	—	3:000$000	3:601$180	1:814$019
4.....	—	215:000$000	—	65:240$400	—	—	37:599$600	59:962$360
5.....	—	215:000$000	—	17:225$234	—	—	163:320$032	
6.....	—	300:000$000	—	207:303$534	—	—	4:117$220	13:653$200
8.....	—	240:000$000	—	65:136$053	—	—	74:872$635	14:165$000
9.....	—	1.260:000$000	—	75:788$241	—	1:200$000	276:065$500	798:765$100
10.....	—	505:000$000	—	100:287$303	—	—	9:246$369	
11.....	—	500:000$000	—	96:968$377	—	—	48:607$550	
12.....	—	650:000$000	—	17:366$583	—	—	6:532$024	
13.....	—	545:000$000	—	273:432$761	—	—	75:652$534	13:380$550
15.....	—	90:000$000	—	16:281$061	—	—	7:769$260	
17.....	—	440:000$000	—	21:396$231	—	—	9:263$600	7:139$250
18.....	—	705:000$000	—	55:826$947	—	—	367:650$300	243$300
19.....	—	585:000$000	—	194:097$739	—	—	32:131$223	3:051$325
20.....	—	380:000$000	—	102:888$848	—	—	110:391$268	163$500
22.....	—	535:000$000	—	89:651$814	—	—	11:345$700	
23.....	193:378$452	275:000$000	—	33:505$013	—	—	266$840	
25.....	—	230:000$000	—	75:093$680	—	—	120:036$000	135:242$940
26.....	—	485:000$000	—	77:710$020	—	—	17:194$860	
27.....	—	290:000$000	—	190:409$396	—	—		
Total.....	193:378$452	9.175:902$137	—	1.979:218$452	—	4:200$000	1.429:269$887	1.113:436$692

Resumo :

Receita.....

Despeza.....

Saldo que passa para março.....

Segunda Pagadoria do Thesouro Nacional, 27 de fevereiro de 1926.—*Adolpho Duarte de Souza*, escrivão.— Visto, *Naylor Junior*.

Contabilidade

THESOURO NACIONAL, NO MEZ DE FEVEREIRO DE 1926 — Exercicio de 1925

Despeza

Ministerio da Viação		Ministerio da Agricultura		Ministerio da Fazenda		Depositos		Total	
Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel
—	12:821$600	—	14:467$750	—	27:885$320	—	—	—	185:027$437
—	33:826$344	—	16:957$333	—	104:658$256	—	—	—	255:819$951
—	62:255$330	—	34:362$770	—	25:332$230	—	—	—	193:195$721
—	20:172$666	—	1:417$962	—	5:761$144	—	—	—	190:154$332
—	6:849$120	—	28:149$882	—	6:145$440	—	—	—	221:689$758
—	8:314$100	—	35:723$995	—	33:451$731	—	—	—	302:571$836
—	7:200$000	—	54:720$034	—	9:927$511	—	—	—	226:021$233
—	12:516$435	—	49:431$416	—	33:923$402	—	—	—	1.247:609$394
—	84:652$100	—	21:547$737	—	9:254$645	—	—	—	224:988$154
—	243:149$470	—	21:101$395	—	14:923$725	—	—	—	424:755$518
—	67:342$962	—	45:141$410	—	13:634$675	—	—	—	155:047$654
—	973:553$378	—	31:976$770	—	26:490$887	—	—	—	1.394:486$830
—	2:553$400	—	3:549$400	—	14:945$344	—	—	—	45:108$485
—	187:092$900	—	20:655$226	—	9:522$124	—	—	—	255:080$331
—	479:310$438	—	20:560$430	—	7:077$153	—	—	—	930:687$558
—	349:733$950	—	16:472$255	—	1:643$024	—	—	—	597:135$416
—	54:459$500	—	21:778$400	—	54:011$213	—	—	—	343:692$729
—	131:553$435	—	12:172$700	—	4:587$893	—	—	—	249:311$542
193:378$452	291:887$052	—	27:188$161	—	10:640$072	—	—	193:378$452	363:487$138
—	20:196$580	—	82:015$100	—	2:972$000	—	—	—	455:556$300
—	295:783$900	—	16:170$200	—	70:755$902	—	—	—	477:614$882
—	106:120$422	—	2:913$925	—	9:072$582	—	—	—	308:516$325
193:378$452	3.451:355$082	—	578:493$251	—	501:660$224	—	—	193:378$452	9.057:639$538

Ouro	Papel
193:378$452	9.175:992$137
193:378$452	9.057:639$538
$	118:352$549

director.

BALACENTE DA RECEITA E DESPEZA DA 2ª PAGADORIA DO THESOURO

Datas	Receita (Supprimento)		Despeza					
			Ministerio da Justiça		Ministerio do Exterior		Ministerio da Marinha	Ministerio da Guerra
	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Papel	Papel
Saldo do mez anterior	—	87:156$871	—	—	—	—	—	—
1	—	70:000$000	—	—	—	—	—	—
2	—	70:000$000	—	—	—	—	—	—
3	—	120:000$000	—	20:853$750	—	620$000	—	—
4	—	200:000$000	—	6:525$000	—	—	—	—
5	—	85:000$000	—	6:046$750	—	—	—	—
6	—	30:000$000	—	5:810$190	—	—	—	—
8	—	95:000$000	—	6:000$000	—	—	—	—
9	—	70:000$000	—	15:075$982	—	1:000$000	—	—
10	—	75:000$000	—	—	—	—	—	—
11	—	310:000$000	—	—	—	—	—	—
12	—	70:000$000	—	15:282$500	—	—	—	—
13	—	—	—	20:663$651	—	—	—	—
15	—	10:000$000	—	—	—	—	—	—
17	—	—	—	—	—	—	—	—
18	—	20:000$000	—	28:980$132	—	—	—	—
19	—	15:000$000	—	—	—	—	—	—
20	—	50:000$000	—	35:000$000	—	—	—	—
22	—	20:000$000	—	—	—	—	—	—
23	—	25:000$000	—	84:851$690	—	—	—	—
25	—	20:000$000	—	7:441$584	—	—	—	—
26	—	30:000$000	—	20:000$000	—	—	—	—
27	—	110:000$000	—	601:829$472	—	—	—	—
Total	—	1.552:156$871	—	874:460$701	—	1:620$000	—	—

Resumo:

Receita.....

Despeza.....

Saldo que passa para março.....

Segunda Pagadoria do Thesouro Nacional, 27 de fevereiro de 1926.— *Adolpho Duarte de Souza*, escrivão. — Visto, *Neylor Junior*.

NACIONAL, NO MEZ DE FEVEREIRO, EXERCICIO DE 1926

peza

Ministerio da Viação		Ministerio da Agricultura		Ministerio da Fazenda		Depositos	Total	
Ouro	Papel	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Papel	Ouro	Papel
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	535$000	—	3:000$000	—	9:851$200	987$550	—	11:673$750
—	—	—	—	—	—	8:373$212	—	8:373$212
—	16:488$800	—	16:871$030	—	24:014$965	5:465$435	—	84:313$980
—	10:350$000	—	4:000$000	—	—	50$000	—	20:925$000
—	—	—	24:421$309	—	2:205$500	4:068$306	—	36:741$865
—	—	—	37:149$122	—	2:368$000	333$153	—	45:660$465
—	—	—	—	—	—	183$000	—	6:183$000
—	3:935$673	—	9:748$322	—	290$000	6:461$467	—	36:511$444
—	—	—	—	—	—	3:391$145	—	3:391$145
—	—	—	24:995$473	—	—	558$000	—	25:553$473
—	—	—	34:198$861	—	—	12:948$000	—	62:429$361
—	850$000	—	1:255$000	—	—	—	—	22:768$651
—	—	—	1:520$000	—	—	—	—	1:520$000
—	—	—	18:472$473	—	1:187$500	—	—	19:659$973
—	—	—	3:600$000	—	—	71$500	—	32:651$632
—	—	—	6:137$500	—	—	1:792$500	—	7:930$000
—	—	—	9:839$500	—	—	—	—	44:839$500
—	—	—	—	—	—	30$540	—	30$540
—	—	—	2:827$211	—	830$000	9:314$200	—	97:823$101
—	—	—	15:388$268	—	—	—	—	22:829$852
—	—	—	14:566$693	—	4:791$819	—	—	39:348$512
—	15:735$000	—	153:003$093	—	2:366$170	—	—	773:033$735
—	47:894$473	—	378:283$855	—	47:905$154	54:028$008	—	1.404:192$191

Ouro	Papel
$	1.552:156$871
$	1.404:192$191
$	147:964$680

director.

Directoria do Patrimonio Nacional

Expediente de 3 de março de 1926

Requerimentos despachados

Pelo Sr. ministro :

Julieta Alves da Conceição pedindo aforamento do terreno lote n. 2 á rua Marechal Galdino, na Fazenda Nacional de Santa Cruz. — Concedo o aforamento, de accôrdo com o parecer.

Pelo Sr. director :

José Maria Mendes pedindo para pagar laudemio do dominio util do terreno de marinhas desmembrado do de n. 12 onde se acha edificado o predio n. 244 da rua Barão de Mauá, Ponta da Areia, Nitheroy, Estado do Rio de Janeiro. — Satisfaça ás exigencias juntando o titulo e provando com recibos estar quites com a Fazenda Nacional.

José Francisco da Cruz pedindo aforamento das marinhas que contornam a Lagôa de Itaipú. — Junte planta original em papel tela e duas cópias heliographadas para as audiencias.

Recebedoria do Districto Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 3 de março de 1926

Ordens e officios despachados:

Ordem n. 78 da Directoria da Receita Publica — Albino Rodrigues dos Santos.—Annotado o processo, archive-se a ordem.

Ordem n. 84 da Directoria da Receita Publica — Adolpho Ferreira Pinto.—Annotado o processo, archive-se a ordem.

Processo n. 1913, da Directoria da Receita Publica — «Almack Lacmmert». — Restitua-se o processo á Directoria da Receita.

Processo da Directoria da Receita — Gustavo Pinfildi. —Restitua-se o processo á Directoria da Receita.

Processo da Directoria da Receita Publica — Plinio Brasil.— Restitua-se á Directoria da Receita.

Precatorios despachados

Juizo da 1ª Pretoria Criminal, entrega de 300$ a favor do Dr. Alvaro Leite Penteado. — Cumpra-se.

Juizo da 5ª Pretoria Civel, entrega de 400$ a favor de John S. Fitch.— Idem.

Juizo da 1ª Pretoria Criminal, entrega de 300$ a favor do Dr. Alvaro Leite Penteado. — Idem.

Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 500$ a favor de Francisco de Paula Freitas. — Idem.

Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 500$ a favor de Francisco de Paula Freitas. — Idem.

Juizo da 2ª Pretoria Civel, entrega de $60$000 a favor de José Rubio Soler.— Officie-se.

Juizo da 2ª Pretoria Criminal, entrega de 2:000$ a favor de Henrique Aliago Saldovallo.— Cumpra-se.

Juizo da 3ª Pretoria Civel, entrega de 511$080 a favor de Luiz Fernandes.— Cumpra-se, tendo em vista o officio do Juizo da 2ª Pretoria Civel, de 11 de fevereiro proximo findo, ficando sem effeito o despacho de 26 de janeiro do corrente anno.

Juizo da 2ª Pretoria Criminal, entrega de 2:000$ a favor de Henrique Aliago Saldovallo.— Cumpra-se.

Requerimentos despachados

S/n.— Armazens Geraes Pinto, consulta. — Revalide o sello, na fórma do art. 36 da lei da Receita vigente.

N. 1.626 — Roman J. Kopelman e Fuller Tredgett.— Proceda-se nos termos propostos, de accôrdo com o parecer.

N. 14.777—J. S. Pereira & Comp.—Mantenho o valor locativo arbitrado, de accôrdo com o laudo e parecer.

N. 13.963 — Companhia Grande Manufactura de Fumos Veado. — Faça-se a inscripção proposta, nos termos do laudo e do parecer, sob o valor locativo indicado.

N. 17.667 — José Pinto de Moura.— Altere-se a classificação, de accôrdo com as informações e parecer, cobrando-se o imposto pela fórma indicada e juntando-se ao processo a certidão que se cancellar.

Notificação n. 44 contra Irmãos Guimarães & Comp.— Encaminhe-se o recurso, por intermedio da Directoria da Receita.

S/n.— Inspecção Fiscal do Imposto de Consumo no Districto Federal — Vieira Mattos & Comp.— Remetta-se, mediante recibo.

S/n.— Antonio Dias Martins e outros.— Entregue-se a quantia de 9678688, classificando-se a despeza pelo modo indicado.

S/n.— Idem. — Entregue-se a quantia de 151$560, cassificando-se a despeza pelo modo indicado.

N. 20.163 — Arthur Antonio de Carvalho. — Informe a 3ª Sub-directoria.

S/n.— Eugenio Pinto Vieira, consulta.— O sello é pago pelo credor e assumpto já está resolvido pela circular da Fazenda, n. 9, de 8 do mez findo.

S/n.— Banco Nacional Ultramarino, consulta.— A' Sub-directoria para promover a Juntada do processo a que allude a requerente, que pede reconsideração do despacho.

S/n. Jayme Cid & Comp.— Encaminhe-se á Directoria da Receita.

Sem numero—Ilma Jacques.— Pague revalidação de sello na fórma do art. 36 da vigente lei da Receita.

Sem numero—Cunha & Azevedo.— Faça-se a averbação requerida.

Sem numero—Alvaro J. Gomes.— Em face da informação e do parecer, indeferido.

Sem numero—Manoel Soto de Pontes Camara.—Pague a revalidação de sello alludida no parecer. A cada um dos signatarios do contracto em apreço imponho a multa de 10$, minimo da lei.

Sem numero—Banco de Credito Mercantil e outro.—De accôrdo com o parecer, faça-se a averbação requerida.

Sem numero—José Maria Fernandes e outros.—Cobre-se revalidação do sello de accôrdo com o art. 36 da vigente lei da Receita.

Notificação n. 1.146 contra Fernandes & Lima.—Designo os agentes fiscaes interinos Sylvio e Vaz Junior.

Notificação n. 1.147, contra De Vicenzi & Comp.—Designo os agentes fiscaes Jão Firmino e João Evangelista.

Notificação n. 1.317, contra Carlos Setubal & Comp.— Encaminhe-se o recurso.

Imposto de consumo:

Consulta de Albino, Castro & Comp.— Albino, Castro & Comp. consultam sobre as taxas a serem applicadas nas camisas de homem com punho pregado, em face da lei n. 4.934, de 31 de dezembro de 1925.

Resposta:

O caso já está resolvido do art. 1º n. 21 da lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922, mantido pela lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925 que diz, no art. 3º:

«As leis e decretos em vigôr, que providenciam sobre a cobrança do imposto de consumo, etc., serão observadas com as alterações constantes da presente lei.»

Assim, não sendo expressamente revogado o dispositivo inserto na citada lei numero 4.625, de 1922, elle se acha em pleno vigôr, pela clara disposição do art. 3º da vigente lei orçamentaria da receita.

O referido n. 21, do art. 1º da lei de 1922, revigorado pelo n. 23 do art. 1º da lei numero 4.783, de 31 de dezembro de 1923, taxou as camisas de homens e meninos, e, separadamente, os punhos para camisas. por par.

E, em seguida, dispoz:

«Quando as camisas tiverem os punhos pregados, pagarão mais 50%, *que correspondem á taxa dos punhos avulsos*.»

Vê-se, de modo a não deixar duvidas, que a lei quer sejam cobradas as taxas correspondentes ás camisas e as correspondentes aos punhos, como se fossem expostos á venda, separadamente.

Autos de infracção:

N. 797, lavrado em 28 de outubro de 1924 contra Fabio Menghini.—Deferido. Designo o agente fiscal Mario Altino, nos termos do parecer.

N. 616, lavrado em 14 de agosto de 1923 contra The National City Bank of New York. A' 3ª Sub-directoria para, préviamente, dizer sobre as razões do recurso.

N. 613, lavrado em 25 de setembro de 1925 contra João Sabino.—De accôrdo com o parecer, indeferido. Faça o deposito prévio da multa, afim de que possa ser encaminhado o recurso.

N. 617, lavrado em 28 de setembro de 1925 contra Agostinho Gomes dos Santos.— Volte o processo á 3ª Sub-directoria para dizer sobre as razões do recurso.

N. 858, lavrado em 17 de novembro de 1624 contra Moraes & Gonçalves.—Encaminhe-se.

N. 499, lavrado em 12 de agosto de 1925 contra Antonio Braga & Comp. e outros.— Remetta-se, officiando-se á Collectoria Federal de Magé.

N. 107, lavrado em 25 de fevereiro de 1926 contra J. A. Rodrigues & Comp.— Solicite-se, officiando-se ao Laboratorio Nacional.

N. 102, lavrado em 22 de fevereiro de 1926 contra Martha Niederberges.— Officie-se ao Laboratorio Nacional no sentido do parecer.

N. 58, lavrado em 2 de fevereiro de 1926 contra Vieira Castro & Comp.—Entregue-se a mercadoria, de accôrdo com o parecer, procedendo-se pelo modo indicado.

N. 9, lavrado em 9 de janeiro de 1926 contra Fernandes Azevedo & Comp.— Concedo 10 dias de dilação para apresentação da defesa.

N. 90. lavrado em 22 de fevereiro de 1923 contra J. Lopes & Comp. e outros.— Encaminhe-se.

EXPEDIENTE DO SR. AJUDANTE DO DIRECTOR

Dia 3 de março de 1926

Processos despachados :

N. 4.432—Oliveira & Silva.—Officie-se á Directoria da Receita no sentido do parecer.

N. 10.625—Gaspar Barros Lage.— Transfira-se.

N. 13.356— Guilhermina das Dores Chaves e outros. — Transfira-se. Imponho ao vendedor a multa de 20$, minimo da lei.

N. 315—José dos Santos.—Legalize a assignatura, a rogo, do requerimento.

N. 604—Torquato Pereira Lima.— Concedida-se a transferencia.

Certidão:

N. 319—Abrahão Audi.—Informe a 2ª subdirectoria.

N. 11.379 — Chame & Irmãos.—Não ha que deferir.

Sem numero.—Benito Castilla Costa. — Certifique-se, em termos.

N. 1.207—Fernandes & Dantas.—Certifique-se, em termos.

N. 765.—João Bernardo.—Idem.

N. 777 — Joaquim José Dias Seabra. — Idem.

N. 813—Manoel de Jesus.—Idem.

N. 871—Domingos Teobons.—Idem.

N. 819—Moraes & Marques.—Idem.

N. 874—Andrade & Figueira. — Certifique-se, em termos.

N. 873 — Fabrica de Tintas «Flamengo Ltd».— Apresente procuração.

Notificação:

N. 69—Freitas & Pinheiro.— A multa de 150$ e mais 60$ de emolumentos de registro, prazo de 15 dias.

DESPACHOS DA SEGUNDA SUB-DIRECTORIA

Dia 1 de março de 1926

N. 11.923—Gonçalo T. Mugria.—Satisfaça a exigencia.

N. 2.407 — Eurico Torres S. Castro. — Idem.

N. 1.926—Esteves Ruivo & Comp. — Idem.

N. 1.141.—Ribeiro & Ricardo.—Idem.

N. 1.395 — Anna Cacides Souza. — Idem.

N. 4.079 — Benjamin Lauriano Pinheiro. — Idem.

N. 9.387—Ferreira & Silva.—Idem.

Sem numero.—Miro Cahen.—Idem.

N. 1.036 — J. Castilho & Franco — Idem.

N. 19.391—Augusto Barros.—Idem.

N. 9.162—Acelino Sobral.—Idem.

N. 914 — F. S. Farias & Comp. — Idem.

N. 10.597—S. Farias & Comp.—Idem.

Sem numero—Ibrahim Tuton & Filhos.— Idem.

Sem numero.—A. Henriques & Comp. — Idem.

Sem numero—Joaquim Gomes.—Idem.

N. 10.861— Albino Calheiros.— Idem.

Delegacia Geral do Imposto sobre a Renda

EXPEDIENTE DO 1º DELEGADO

Dia 3 de março de 1926

Officios expedidos:

Sr. director da Receita Publica:

N. 147—Transmittindo um requerimento de Sequeira & Comp.

—Sr. director da Recebedoria do Districto Federal:

N. 148—Remettendo a pagina 1 da lettra S—lista de cobrança.

—Sr. inspector das Rendas do Estado do Rio de Janeiro:

N. 150 — Remettendo uma communicação devidamente entregue nesta repartição.

—Sr. delegado fiscal do Rio Grande do Sul:

N. 151 — Devolvendo o processo relativo ao recurso interdosto por Muccillo & Irmão.

—Sr. director da Recebedoria do Districto Federal:

N. 152—Sobre processo originado do requerimento de Ernesto Cromack.

Inspectoria Geral dos Bancos

EXPEDIENTE DO SR. INSPECTOR

Dia 3 de março de 1926

Officios:

Ao director geral do Thesouro Nacional:

N. 230 — Submettendo ao despacho do Sr. ministro da Fazenda, o processo com o requerimento de Amorim & Comp., de Araguary, Estado de Minas Geraes, solicitando autorização para funccionar como casa bancaria.

— Ao fiscal de Bancos encarregado do expediente no Estado do Paraná:

N. 231— Remettendo o processo afim de ser cumprido o despacho desta inspectoria geral, relativa á denuncia contra a firma Peres Merlo, daquella praça.

Requerimentos despachados

Miguel Machado & Comp., requerimento de 2 de março de 1926.— J. Expeça-se guia.

Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada «O Credito Popular», requerimento de 27 de fevereiro de 1926.— Faça-se a prova de que foi archivado no cartorio do Registro de Hypothecas o exemplar do *Diario Official* que publicou a acta da assembléa geral, nos termos do art. 90, combinado com o art. 80, do decreto n. 434, de 4 de julho de 1921.

Banco dos Funccionarios Publicos, requerimento de 26 de fevereiro de 1926.— Junte o Banco, primeiramente, cópia da assembléa geral que reformou os estatutos e faça a prova de que a mesma acta foi publicada no *Diario Official* e archivada na Junta Commercial, bem assim que foi archivado no cartorio do Registro de Hypothecas um numero do *Diario Official* que publicou a acta, nos termos do art. 91, combinado com os arts. 79 e 80, do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Caetano Joaquim Gonçalves, requerimento de 26 de fevereiro de 1926.— Depois de autuado, volte a despacho.

Vaz de Carvalho Junior, communicação de 23 de fevereiro de 1926.— A' commissão de exame de listas para as devidas annotações.

Associação Geral de Auxilios Mutuos da Estrada de Ferro Central do Brasil, requerimento de 18 de fevereiro de 1926.— Junte-se.

Banco Alliança, requerimento de 2 de março de 1926.— Junte-se.

Caixa Geral do Pessoal Jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, requerimento de 27 de fevereiro de 1926.— Autuado, com os documentos, volte a despacho.

Caixa Geral do Pessoal Jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, requerimento de 27 de fevereiro de 1926.— Autuado, com o documento, volte a despacho.

Raul Stein d'Almeida, officio n. 2 da Associação Beneficente Postal Fluminense em 27 de fevereiro de 1926.— Venha por meio de requerimento, devidamente sellado, acompanhado de cópias anthenticas dos estatutos reformados e da acta da assembléa geral que approvou a reforma e da certidão de que a associação está registrada no cartorio competente.

União Beneficente dos Militares, requerimento de 28 de fevereiro de 1926.— A. Junte prova de que a desistencia foi autorizada pela assembléa geral dos associados.

Caixa Beneficente dos Empregados da Inspectoria Federal das Estradas, requerimento de 2 de março de 1926.— Autuado, com os documentos, volte a despacho.

Inspectoria de Seguros

EXPEDIENTE DO SR. INSPECTOR

Dia 2 de março de 1926

Officios expedidos:

Ao Sr. delegado regional de seguros na 3ª circumscripção — Recife:

N. 112 — Declarando, para os devidos effeitos, que a Companhia Paulista de Seguros, com séde em São Paulo, communicou a esta inspectoria ter nomeado seu agente na cidade de Recife o Sr. Arthur Medeiros Carneiro.

Requerimentos despachados

N. 34 P, 1926 — Companhia Paulista de Seguros, communicando ter nomeado seu agente na cidade de Recife o Sr. Arthur Medeiros Carneiro. — Registrado, communique-se e archive-se.

N. 15 L, 1926 — Companhia Lloyd Industrial Sul Americano, communicando ter nomeado seus agentes em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, os Srs. Almeida & Rangel. — Complete o sello do documento.

N. 16 L, 1926 — Companhia Lloyd Industrial Sul Americano, communicando ter nomeado seu agente em Blumenau, Santa Catharina, o Sr. Arnaldo Bezerra.— Complete o sello do documento.

N. 1. 1926 — The World Auxiliary Insurance Corporation Limited, communicando a constituição de seus agentes, no Estado de São Paulo, Srs. Godoy e Micheline & Comp., por dissolução da firma.— Complete o sello com revalidação.

Imprensa Nacional e "Diario Official"

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 3 de março de 1926

Foram expedidos os seguintes officios:

N. 584—Ao Sr. director da Recebedoria do Districto Federal, communicando o custo de uma encommenda.

N. 585—Ao Dr. director geral do Departamento Nacional de Saúde Publica, solicitando inspecção de saúde para Francisco Pedro de Lima,

N. 586—Ao mesmo, idem, idem para Salvador Parisi Junior.

N. 587—Ao Sr. Josino Lima, informando sobre a remessa de obras impressas.

N. 588—Ao Sr. Pedro Dias Martins, idem, idem.

N. 589—Ao Sr. director da Receita Publica do Thesouro Nacional, informando sobre a remessa de uma encommenda á Delegacia Fiscal em Matto Grosso.

N. 590—Ao Sr. director geral do Thesouro Nacional, devolvendo, devidamente informado, o processo relativo a um requerimento de Aristeu Ferreira Cardoso.

Requerimentos despachados

José Caetano Fontes de Assis Filho, Osana Mallet Cordeiro de Lima e Nicolina Caldas da Cunha.— Como requerem.

Manoel Esteves Alves do Nascimento. — Sim, em termos.

Martinho Guimarães Costa, Antonio Catta e Arthur Duarte.— Sim, com assentimento prévio dos respectivos mestres.

Paulo da Camara Bastos.—Sim.

Emerena da Silva Bulhão.—Encaminhe-se.

Caixa de Amortização

EXPEDIENTE DO SR. INSPECTOR

Dia 3 de março de 1926

N. 115 A — Alfredo Gastão Villemor do Amaral.—Satisfaça a exigencia.

N. 11 D—Domingos de Pinto Maia.—Deferido.

N. 94 J—João Gomes Vianna. —Deferido.

N. 15 M —Maria de Oliveira.—Satisfaça a exigencia.

N. 71 M—Mario Novaes Machado.—Cumpra-se o alvará de accôrdo com o parecer.

N. 24 O—Orozimbo Muniz Barreto Junior. —Cumpra-se o alvará.

N. 25 O—Orozimbo Muniz Barreto Junior. —Cumpra-se o alvará.

N. 26 O—Orozimbo Muniz Barreto.—Cumpra-se o alvará.

N. 1 Q — Quiteria da Costa Santos.—Expeça-se guia.

N. 11 S — Saverio Consentino. — Deferido de accôrdo com o parecer.

N. 8 V—Ventura Francisco dos Santos.—Satisfaça a exigencia.

N. 83 M—Maria Carolina do Rosario Farinha.—Cumpra-se o alvará de accôrdo com o parecer.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 3 do corrente:

Foram exonerados:

O contra-almirante commissario Luiz Emilio Belart do cargo de director geral de Fazenda, que interinamente exercia:

O capitão tenente Talma Freire de Carvalho do serviço da Directoria do Pessoal.

Foram nomeados:

O contra-almirante commissario Luiz Emilio Belart para servir como membro permanente da Commissão de Inspecção do Ministerio da Marinha:

O capitão tenente Talma Freire de Carvalho para exercer o cargo de immediato do contra-torpedeiro *Matto Grosso;*

O primeiro sargento auxiliar especialista-electricista Cyrillo da Costa Pinto para o corpo de sub-officiaes da Armada, no quadro de conductores-electricistas de 2ª classe, com a graduação de sargento ajudante;

O primeiro sargento auxiliar especialista-electricista Ignacio Bispo de Cerqueira para o corpo de sub-officiaes da Armada, no quadro de conductores-electricistas de 2ª classe, com a graduação de sargento-ajudante.

Directoria do Expediente

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 3 de março de 1926

Sr. ministro da Fazenda:

N. 717 — 1 — Solicito de V. Ex. as necessarias providencias no sentido de ser liquidada pelo Thesouro Nacional a divida de exercicios findos na importancia total de 40$, da qual é credora a Companhia Fluvial Maranhense, conforme se verifica do processo annexo sob n. 1.180.

— Sr. chefe do Estado-Maior da Armada:

N. 708 — 1 — Declaro-vos, para os fins convenientes, que resolvi mandar dar baixa do serviço da Armada ao aviso fiscal de pesca *Aspirante Nascimento* que, depois de desarmado, deverá ser entregue á Companhia de Navegação "Lloyd Brasileiro".

— Sr. director geral do pessoal :

N. 709 — 1 — Pelo *memorandum* n. 3.673 deste gabinete, de 27 de dezembro de 1925, foi determinado a essa directoria enviar com urgencia a este gabinete uma relação nominal dos primeiros, segundos e terceiros sargentos do Serviço Geral de Machinas que a 31 do mesmo mez completassem um anno de embarque em serviço da especialidade.

2 — Em 29/12/25 (referencia) a D. P. determinou aos commandantes de navios, corpos e estabelecimentos que lhe enviassem taes relações.

3 — Sómente a 18 do mez seguinte chegaram ellas a meu gabinete, incompletas e separadas, por navios.

4 — Recommendo, portanto, que providencieis para que a D. P. 2 organize o serviço de escripturação que lhe cabe, afim de serem prestadas as informações, na parte que lhe toca pelo regulamento dessa directoria, sem recurso, a cada passo, a elementos extranhos á repartição, evitando-se delongas e imperfeições.

5 — Recommendo, ainda, que sejam com urgencia completadas as informações que ainda faltam para cumprimento do citado memorandum numero 3.673.

N. 710 — 1 — Declaro-vos que resolvi mandar ficar á disposição da Companhia de Navegação "Lloyd Brasileiro", o capitão-tenente Annibal do Prado Carvalho, conforme foi requisitado.

N. 712 — 1. Ora resolvo mandar substituir o 1º tenente Octacilio Cunha pelo official de igual patente Octavio Soares de Freitas, na relação de estagio de machinas, constante de aviso n. 604, de 22 de fevereiro de 1926, ao D. G. P.

N. 713 — 1. Declaro-vos para os fins convenientes, que resolvi mandar dar baixa do serviço da Armada ao aviso fiscal de pesca *Aspirante Nascimento,* que, depois de desarmado, deverá ser entregue á Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

— Sr. director geral de Fazenda:

N. 714 — 1. Declaro ter resolvido mandar distribuir ao Sanatorio Naval em Nova Friburgo os creditos abaixo mencionados do orçamento de 1926, na importancia total de 274:800$000:

Verba 22ª «Munições de bocca», consignação «Material de consumo», subconsignação n.1 «Para compra de generos alimenticios, diétas, etc., 240:000$; sub-consignação n. 2 «Para compra de forragens para animaes, 10:800$; verba 27ª «Combustivel e munições de guerra», consignação «Material de consumo», sub-consignação n. 1 «Para compra de carvão», 8:400$; verba 28ª «Obras e serviços accesosrios», consignação «Material — Diversas despezas», sub-consignação n. 2 «Para pagamento de seguros, serviço telephonico, força e luz, etc.» 3:600$; verba 21ª «Despezas extraordinarias», consignação «Material — Diversas despezas», sub-consignação numero 1 «Para pagamento das despezas com o tratamento de officiaes e praças fóra das enfermarias, etc., etc.», réis 3:600$; verba 6ª «Directoria de Saude — Hospital Central e enfermarias», consignação «Material — Diversas despezas», sub-consignação n. 10 «Para lavagem de roupas dos hospitaes, enfermarias e sanatorios», 8:400$000.

— Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 700 — 1 — Solicito de V. Ex. as necessarais providencias no sentido de ser paga pelo Thesouro Nacional a importancia total de 26:437$247, proveniente de fornecimentos de diversos materiaes, feitos á Directoria Geral de Navegação pelas firmas abaixo discriminadas, com as respectivas quantias:

Companhia Aga do Brasil S. A.	1:873$575
Domingos Joaquim da Silva & Comp., Ltd.....	1:553$000
Fonseca, Almeida & Comp.	110$000
José Victor de Lamare....	15:967$192
Mayrink Veiga & Comp...	1:559$900
Rocha Couto & Comp.....	751$380
The Gourock Ropework Export Co., Ltd.....	4:622$200
Total	26:437$247

2 — A liquidação do presente processo deverá correr á conta da verba "10ª — Directoria de Navegação — Material permanente — Sub-consignação de n. 1", 3:426$575; "Material de consumo — Sub-consignação de n. 3", 23:010$672, do orçamento deste ministerio para o exercicio de 1925.

N. 718 — 1 — Rogo a V. Ex. providenciar no sentido de ser paga, pelo Thesouro Nacional, a importancia total de 1:842$, da qual é credora a Companhia de Electricidade Siemens Schuckert S. A., proveniente de fornecimentos de condensadores, etc., feitos á Estação Central do Serviço Radiotelegraphico da Marinha, devendo a liquidação do presente processo correr á conta da verba "14ª — Arsenaes e Directoria do Armamento — Material permanente — Sub-consignação de n. 1", do orçamento deste ministerio para o exercicio de 1925, conforme se verifica do processo que a este acompanha.

N. 719 — 1 — Accuso o recebimento do officio acima referido, communicando haver esse tribunal recusado o registro de credito especial de 4:428$340 aberto pelo decreto n. 17.170, de 30 de dezembro ultimo, por não ter precedido á abertura respectiva a necessaria consulta.

2 — Em resposta, tenho a honra de declarar a V. Ex. que sobre a abertura do mencionado credito este ministerio consultou esse tribunal em aviso n. 751, de 25 de fevereiro do anno passado, e recebeu o officio de V. Ex., n. 507, de 24 de março do mesmo anno, opinando pela legalidade do acto do Poder Executivo, conforme o processo annexo.

3 — O mesmo aviso 751 acompanhou a informação prestada pelo Ministerio da Fazenda, a respeito, no aviso n. 12, de 19 de fevereiro, ainda do mesmo anno.

4 — Isto posto, solicito seja por esse tribunal reconsiderada sua resolução de 29 do mez proximo passado, no sentido de ser autorizado o registro do credito em questão.

N. 720 — 1 — Solicito de V. Ex. as necessarias providencias no sentido de ser paga, pelo Thesouro Nacional, a importancia total de 1:689$800, proveniente de fornecimentos de material medico-cirurgico, feitos á Directoria de Saude Naval pelas firmas abaixo mencionadas, com as respectivas quantias:

Fernandes Malmo & Comp.	1:196$800
Moreira Barbosa & Comp..	45$000
Merino & Comp.....	448$000
Total	1:689$800

2 — A liquidação do presente processo deverá correr á conta da verba "6ª — Directoria de Saude, etc. — Ma-

terial permanente — Sub-consignações: de n. 2", 1:241$800, e "de n. 3", 448$, do orçamento deste ministerio para o exercicio de 1925, conforme se verifica do processo annexo.

Ministerio da Guerra

Por portarias de 3 do corrente:

Foram nomeados:

Sargento-ajudante enfermeiro de 1ª classe do Hospital Central do Exercito, por antiguidade, o 1º sargento enfermeiro de 2ª classe do mesmo hospital Eduardo Miranda;

1º sargento enfermeiro de 2ª classe do citado hospital, por merecimento, o 2º sargento enfermeiro de 3ª classe José Ferreira da Fonseca;

2º sargento enfermeiro de 3ª classe o enfermeiro, interino, tambem do mesmo hospital, Lourenço da Silva Bispo.

Foram concedidas licenças para tratamento de saude:

De accôrdo com o art. 8º, I, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, por um mez e em prorogação, ao auxiliar de 1ª classe da Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra Arlindo Bernardes Coelho; por dous mezes, ao operario de 4ª classe da citada fabrica José Gomes da Fonte, e por tres mezes, em prorogação, ao 1º official da Escola Militar Raul de Azevedo.

De accôrdo com o art. 17, § 1 do citado decreto, por tres mezes, ao remador da Directoria da Intendencia da Guerra, Altivo José Emygdio.

De accôrdo com o mesmo decreto e art. 17, § 2º, por seis mezes, ao official de pharmacia do Hospital Central do Exercito Miguel Lino de Moraes Abreu Filho, e por tres mezes, ao operario de 2ª classe da officina de espingardeiros do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro Jorge José Marques;

De accôrdo com o art. 16 do mesmo decreto, por tres mezes, para tratamento de negocios de seu interesse ao compositor de 2ª classe da Imprensa Militar Henrique Mello d'Albuquerque.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 22 de fevereiro de 1926

Avisos:

N. 69 — Ao Sr. ministro da Fazenda, solicitando pagamento no Thesouro ao 2º sargento reformado do Exercito, Francisco José de Mello e Souza, da quantia de 331$916.

N. 88 Ao Sr. presidente do Tribunal de Contas, solicitando distribuição á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Rio Grande do Sul, da quantia de 16:800$000, por conta das verbas 9ª, n. 6 e 15, n. 25;

Ao Sr. chefe do Departamento do Pessoal da Guerra, declarando:

Que a 3ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores, destacada em Goyaz, é isolada do citado batalhão passando a ter autonomia propria;

Que o 2º tenente em commissão, Felinto de Azevedo Bittencourt é transferido do 5º Regimento de Infantaria para um dos corpos estacionados na Villa Militar;

Que o 1º tenente de infantaria Augusto da Cunha Magessi Pereira é posto á disposição do chefe do Estado Maior do Exercito, para effectuar matricula na Escola de Aperfeiçoamento, de Officiaes:

Que o 1º tenente de infantaria, Rossini de Medeiros Raposo é posto á disposição do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para servir como instructor na Policia Militar do Districto Federal.

Ao Sr. auditor da Circumscripção Judiciaria Militar, solicitando dispensa do Conselho de Justiça, para que foi sorteado o capitão João Müller Neiva de Lima.

Dia 23

N. 92 — Ao Sr. presidente do Tribunal de Contas, solicitando registro da quantia de 15:781$215, proveniente de fornecimentos feitos por Hime & Companhia, em 1922.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 22

Ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Paraná, transmittindo, para effeitos do regulamento do sello, o requerimento em que Salvador Cypriano Soares pede exclusão de um filho das fileiras do Exercito.

Requerimentos despachados

Antonio Monteiro Guerra, pedindo que seu filho Moacyr Guerra, ex-alumno do extincto Collegio de Barbacena, preste exames em 2ª época. — Indeferido.

Heitor de Alencar Guimarães, capitão, pedindo pagamento. — Indeferido á vista das informações.

José Calvalcanti Pinheiro, 3º sargento, pedindo duas passagens para desconto de Goyaz ao Rio. — Concedo.

Leovegildo Augusto de Oliveira, escripturario do Hospital Militar de Juiz de Fóra e Octavio Garcia Barão, professor do extincto Collegio de Barbacena, pedindo pagamento. — Indeferidos de accôrdo com os termos da informação da Contabilidade da Guerra.

Liberato Bittencourt Filho, 1º tenente, pedindo pagamento. — Satisfaça antes as exigencias da Contabilidade da Guerra.

Orlando de Paula Barros, reservista, pedindo documentos. — Requeira por certidão, querendo.

Ottilio Rodrigues das Chagas, 1º sargento, pedindo prestar exames no Collegio Militar do Rio de Janeiro. — Como requer, desde que satisfaça as exigencias da lettra *a*, do art. 41 do Regulamento da Escola Militar vigente.

Paulo Emilio Teixeira de Carvalho, ex-alumno do Collegio Militar do Rio de Janeiro, pedindo prestar exame de latim. — Concedo.

Ministerio da Viação e Obras Publicas

Directoria Geral de Contabilidade

Primeira Secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 23 de fevereiro de 1926

Avisos:

Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

N. 484 — Afim de ser effectuado pelo Thesouro Nacional o respectivo pagamento á Thesouraria da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, tenho a honra de solicitar a esse tribunal o registro da despeza na importancia total de 2:876$, correspondente ás inclusas contas da Companhia Brasileira de Exploração de Portos (Cáes do Porto do Rio de Janeiro), de transportes effectuados, em 1925, para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material — Sub-consignação n. 6 — Combustivel para machinas, officinas, etc.", da verba 6ª, artigo 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 485 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Dias Garcia & Comp., na importancia de 342$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 28, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material — Sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc.", da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 486 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional para o devido pagamento, a inclusa conta de Ribeiro, Costa & Comp., na importancia de 12:876$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 33, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material — Sub-consignação n. 5 — Mobiliario, livvros, etc.", da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 487 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Dias Garcia & Comp., na importancia de 21:789$310, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 27, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material — Sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc.", da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 488 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta da Companhia Ceramica Brasileira, na importancia de 65:300$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 13, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação «Material», sub-consignação n. 7 «Outros materias, etc.», da verba 6ª, art. 14, da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 489 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de B. L. Almeida, na importancia da

58:000$, de fornecimento feito no anno proximo passado á Estrada de Ferro Therezopolis, em virtude de concurrencia administrativa, cujos documentos acompanharam o aviso n. 2.615, de 4 de dezembro ultimo.

A despeza cujo empenho global tem o n. 173, de 27 de outubro proximo passado, deverá correr por conta do credito aberto pelo decreto n. 16.713, de 23 de dezembro de 1924.

N. 490 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as inclusas contas, (1) da Sociedade Anonyma Marvin, na importancia de 8:874$, e (1) de Mayrink Veiga & Comp., na de 225$330, de fornecimentos feitos no anno proximo passado, á Repartição Geral dos Telegraphos, de accôrdo com a concurrencia permanente, cujos documentos acompanharam o officio da Directoria Geral de Contabilidade desta Secretaria de Estado n. 808, de 26 de maio ultimo.

A despeza, na importancia total de 9:099$330 deverá correr por conta da consignação «Material permanente», sub-consignação n. 3 «Postos, fios, isoladores, etc.», da verba 3ª art. 14, da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 491 — Tenho o honra de solicitar a esse tribunal o registro da despeza na importancia de 518:044$779, relativa á medição effectuada no mez de janeiro do corrente anno, dos trabalhos executados pelos contractantes das obras do prolongamento do cáes do Porto do Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Construcções Civis e Hydraulicas e Société de Construction du Port de Bahia, conforme o contracto approvado pelo decreto n. 16.439, de 2 de abril de 1924, afim de lhes ser feito o respectivo pagamento pelo Thesouro Nacional.

A despeza deverá correr pelos saldos reunidos e revigorados dos creditos abertos pelos decretos ns. 14.198, de 2 de junho de 1920, e 15.039, de 6 de outubro de 1921, a que se refere a clausulaa XXV do mencionado contracto, á conta dos depositos feitos no Banco do Brasil e no Crédit Foncier du Brésil et de l'Amerique du Sud, em consequencia das emissões autorizadas pelos decretos ns. 15.697, de 24 de setembro de 1922, e 15.793, de 9 de novembro do mesmo anno.

De conformidade com a clausula V, deverá ser feita a retenção da quota de 5 %, no valor de 25:902$223, para reforço da caução.

A despeza está sujeita ao sello proporcial na fórma da clausula XLI do contracto.

N. 492 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as inclusas contas constantes da relação junta, na importancia total de 7:079$800, de fornecimentos feitos no anno proximo passado á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accôrdo com o respectivo contracto lavrado em virtude de concurrencia publica.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Obras novas — Sub-consignação n. 2 — «Para dar cumprimento ao disposto no n. XXXVII, etc.», da verba 20ª, 3ª parte, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 493 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Bremno & Comp., successores de Castro d'Almeida & Comp., na importancia de 18$, de fornecimento feito no anno proximo passado, á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accôrdo com o respectivo contracto lavrado em virtude de concurrencia publica.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Consumo — Sub-consignação n. 10 — «Outros materiaes, etc.», da verba 20ª, 1ª parte, artigo 14 da lei n. 4.911, de 12 do janeiro de 1925.

N. 494 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as duas inclusas contas de Mayrink Veiga & Comp., na importancia de 2:229$636, de fornecimentos feitos, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 29, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, empenho global n. 913.

N. 495 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarios providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento a inclusa conta de Ribeiro, Costa & Comp., na importancia de 6:075$360, de fornecimento feito no anno proximo passado á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 33, oriunda de concurrenia pblica.

A despeza deverá correr por conta da consignação "Material" — Sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 496 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Souza Baptista & Comp., na importancia de 118200, de fornecimento feito, no anno passado, á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accôrdo com o respectivo contracto lavrado em virtude de concurrencia publica.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Consumo — Sub-consignação n. 4 — «Artigos de expediente e de escriptorio», da verba 20ª, 1ª parte, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 497 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de A. J. Ferreira Leal, na importancia de 7:030$, de fornecimentos feitos, no anno proximo passado, á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accôrdo com as concurrencias administrativas cujos documentos acompanharam os officios da mesma inspectoria numeros 767, 810 e 1.190, de maio, julho e dezembro proximo passados.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Obras novas — Sub-consignação n. 2 — «Para dar cumprimento ao disposto no n. XXXVII, etc.», da verba 20ª, 3ª parte, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 498 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta da S. A. Casa Prati, na importancia de 2:860$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accôrdo com o respectivo contracto lavrado em virtude de concurrencia publica.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Permanente — Sub-consignação n. 3 — «Machinas, apparelhos, etc.», da verba 20ª, 1ª parte, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 499 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Willmann, Xavier & Comp., na importancia de 35$450, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accôrdo com o respectivo contracto lavrado em virtude de concurrencia publica.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Consumo — Sub-consignação n. 5 — «Artigos de conservação, etc.», da verba 20ª, 1ª parte, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 500 — Continuando este ministerio a receber constantes pedidos de providencias no sentido de serem procedidas as tomadas de contas dos exactores postaes, correspondentes a periodos anteriores á execução do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, tenho a honra de reiterar a V. Ex. a consulta que dirigi a esse tribunal, em aviso numero 1.694, de 22 de agosto de 1925.

N. 501 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa folha de gratificações a que fizeram jús os funccionarios da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, nella mencionados, durante o mez de janeiro proximo findo, de accôrdo com os artigos 63, 99 e 101 do regulamento da mesma inspectoria.

A despeza, na importancia total de 2:050$, deverá correr á conta da sub-consignação n. 4 — Material e eventuaes para todos os serviços, da verba 19ª, 2ª parte, art., 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, revigorada para o actual exercicio em virtude do decreto n. 17.180, de 2 de janeiro deste anno.

N. 502 — Tenho a honra de solicitar de se tribunal o necessario registro da quantia de 250$, afim de que, pelo Thesouro Nacional, seja a mesma entregue, por adiantamento, ao porteiro da Inspectoria Federal de Navegação — Felippe Marcos da Silva Endeson, para occorrer ás despezas miudas da mesma repartição no 1º trimestre do corrente anno.

A despeza deverá ser escripturada na

consignação «Material n. 4» — Despezas miudas e de prompto pagamento, da verba 18ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, revigorada para 1926, por decreto n. 17.180, de 2 de janeiro proximo passado.

Foi feita a dedução no respectivo credito.

N. 503 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Souza Baptista & Comp., na importancia de 134$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accôrdo com o respectivo contracto lavrado, em virtude de concurrencia publica.

A despeza deverá correr por conta da consignação «Material» — Diversas despezas — Sub-consignação n. 15 — «Avarias em linhas, etc.», verba 20ª, 1ª parte, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 504 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as inclusas contas (1) de França de Almeida & Comp., na importancia de 1:050$000; (1) de F. R. Moreira & Comp., na de 14$800 e (1) de Mayrink Veiga & Comp., na de 9$000, de fornecimentos feitos no anno proximo passado, á Repartição Geral dos Telegraphos, de accordo com a concurrencia permanente, cujos documentos acompanharam o officio da Directoria Geral de Contabilidade, desta Secretaria de Estado, n. 808, de 26 de maio ultimo.

A despeza, na importancia total de 1:073$800, deverá correr por conta da consignação "Material" — Consumo, sub-consignação n. 11, "Outros materiaes de consumo", da verba 3ª, art. 14 da lei numero 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 505 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as inclusas contas (1) de Brenno & Comp., na importancia de 363$000 e (2) de Souza Baptista & Comp., na de 1:278$000, de fornecimentos feitos no anno proximo passado, á Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accordo com o respectivo contracto lavrado em virtude de concurrencia publica.

A despeza, na importancia total de 1:641$000, deverá correr por conta da consignação "Material" — Obras Novas", sub-consignação n. 2, "Para dar cumprimento ao disposto no n. XXXVII, etc.", da verba 20ª, 3ª Parte, art. 14 da lei numero 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 506 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, da inclusa conta de Henrique Velho & Comp., na importancia de 71$400, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accordo com o contracto n. 32, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material", sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 507 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Henrique Velho & Comp., na importancia de 717$810, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accordo com o contracto n. 32, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material", sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, empenho global n. 967.

N. 508 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as duas inclusas contas de Henrique Velho & Comp., na importancia total de 2:321$980, de fornecimentos feitos, no anno proximo passado, á Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, de accordo com o contracto lavrado, em virtude de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material", sub-consignação n. 4 — Artigos necessarios aos escriptorios technicos e de expediente, da verba 17ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 509 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as inclusas contas da Estrada de Ferro Central do Brasil, na importancia total de 1:806$000, de conservação de linhas da Repartição Geral dos Telegraphos.

A despeza, cujos empenhos teem os ns. 259 e 610, deverá correr por conta da consignação "Diversas despezas", sub-consignação n. 26 "Empreitadas de construcções, etc.", verba 3ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 510 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as duas inclusas contas de Ribeiro, Costa & Comp., na importancia total de 4:828$000, de fornecimentos feitos, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de conformidade com o processo de concurrencia administrativa ali realizada, e cujos documentos já foram remettidos a esse instituto com o aviso numero 2.544, de 21 de novembro de 1925.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material", sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 511 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, da inclusa conta da Sociedade Anonyma White Martins, na importancia de 1:540$000, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accordo com o contracto n. 33, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material", sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 512 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional para o devido pagamento, a inclusa conta da Companhia Telephonica Brasileira, na importancia de 25$, de installação e assignatura de uma extensão de apparelho telephonico da Inspectoria de Aguas e Esgotos.

A despeza, deverá correr por conta da consignação "Material", diversas despezas, sub-consignação n. 15 "Avarias em linhas, etc.", verba 20ª, 1ª parte, artigo 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 513 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex., providencias afim de que, uma vez concedido o registro da despeza por esse tribunal, seja paga no Thesouro Nacional á "The Western Telegraph Company Limited", a quantia de 85:447$556, ouro, como indemnização que lhe é devida pelas despezas feitas com a mudança do ponto de aterramento dos seus cabos submarinos e da respectiva estação telegraphica, por exigencia das obras do porto de Recife.

A despeza devidamente deduzida, deverá correr por conta do credito aberto para tal fim pelo decreto n. 17.177, de 31 de dezembro do anno passado.

N. 514 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. providencias, afim de que, uma vez concedido o registro da despeza por esse tribunal, seja encaminhado ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento ao engenheiro João de Carvalho Góes, o incluso processo de medição provisoria dos trabalhos executados no periodo de 18 de outubro a 31 de dezembro do anno passado, na importancia de 299:956$233, no trecho entre os kilometros 36 e 59 (Arara-Umary) do ramal de Ilapipoca, da Rêde de Viação Cearense, em virtude de tarefa concedida por este ministerio, nos termos do art. 2º da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

A despeza, que foi deduzida do empenho prévio n. 195, corre á conta da sub-consignação n. 6 — Rêde de Viação Cearense, n. 1 "Construcção de prolongamentos e ramaes, etc.", da verba 24ª, do art. 14 da lei acima citada, e deve ser paga em obrigações ferroviarias a que se refere o decreto n. 16:842, de 24 de março do anno passado, em numero de 334 titulos á cotação provisoria de réis 900$000. Da cotação definitiva o Thesouro Nacional dará conhecimento a esse tribunal para o fim de ser rectificada a deducção provisoria, feita no fundo de obrigações ferroviarias, em virtude do presente aviso.

Da importancia total do presente pagamento deverá ser deduzida a réis 14:997$811, correspondente a 5 %, titulo de caução, até a medição final, na fórma do art. 31, § 2º das instrucções approvadas por portaria de 22 de fevereiro de 1924.

N. 515 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias, afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal, o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as seis inclusas contas da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, na importancia total de réis 9.554:691$354,60 centesimos de real, de fornecimentos feitos, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accordo com o art. 246, lettra *a*, do Regulamento de Contabilidade Publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material", sub-consignação n. 6 — Combustivel para machinas, officinas, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 516 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providen-

cias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional para o devido pagamento, a inclusa conta de Henrique Braga & Comp., na importancia de 420$000, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto numero 33, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação "Material", sub-consignação n. 7, "outros materiaes, etc.", da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 517 — Na tomada de contas da Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia, referente ao 1º semestre de 1925, approvada por aviso deste ministerio n. 12, de 6 do corrente mez, verificou-se que importam: em réis 11.603:493$369, ouro, o capital dos trechos em construcção; em 11:566:796$601, ouro, o capital dos trechos em trafego; em 11:969$154, ouro, a amortização desse capital, e em 1:299$982, ouro, o capital movel. Verificou-se tambem que a renda bruta arrecadada pela companhia excedeu de 463:890$620, ouro, apurando-se uma differença de 89:326$965 ouro, quanto á percentagem de 6/69

2

do capital dos trechos em trafego.

Sendo de 6 °|° ao anno os juros do capital movel, e representando a alludida differença a contribuição relativa ao capital da parte em trafego, os juros a que a mencionada companhia tem direito, no 1º semestre de 1925, importam, de accôrdo com a clausula 44ª, § 1º, do contracto autorizado pelo decreto numero 14.417, de 16 de outubro de 1920, em 348:143$800, ouro, e mais réis 89:326$965 ouro.

Como não haja sido consignada, para o exercicio de 1925, verba destinada ao pagamento de garantias de juros devidos ás companhias concessionarias de portos, verba que figurava nas leis orçamentarias de 1917 a 1921, e, como, por outro lado, a arrecadação da taxa de 2 °|° ouro, pela Alfandega da Bahia, apresenta saldo sufficiente, conforme demonstrou o meu aviso numero 196, de 6 de outubro de 1923, ao Ministerio da Fazenda, tenho a honra de solicitar a esse tribunal o registro da despeza, na importancia de réis 437:470$765, ouro, afim de que, se formado § 3º da clausula 44ª, do citado contracto, seja effectuado, pelo Thesouro Nacional, o pagamento da mesma importancia á referida Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia, á conta do saldo do fundo especial constituido pela mencionada taxa de 2 °|°, ouro, arrecadada no porto da Bahia.

N. 518 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, sejam encaminhadas ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, as contas constantes da inclusa relação, na importancia total de 9:062$004, de fornecimentos e serviços prestados á Inspectoria Federal de Obras contra as Secas, em 1925.

A despeza deverá correr á conta da sub-consignação n. 4 "Material e eventuaes para todas os serviços", da 2ª parte da verba 19ª, art. 14 da lei numero 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

N. 519 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta da Atlantic Refining Company of Brasil, na importancia de $ 496,35,3, equivalentes a 4:464$$6$89, conforme cambial emittida pelo Banco do Brasil e communicada pelo Ministerio da Fazenda em aviso n. 214, de 21 de agosto do anno proximo findo, junto por cópia, de fornecimento feito, no mesmo anno, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 39, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação — Material — Sub-consignação n. 6 — Combustivel para machinas, officinas, etc. — da verba 6ª, artigo 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

Dia 27

— Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

N. 520 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Fonseca, Almeida & Comp., na importancia de 3:330$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o processo de concurrencia administrativa, annexo.

A despeza deverá correr á conta da consignação — Material — Sub-consignação n. 4 — Machinas, ferramentas, etc., da verba 6ª, art. 14 da lei numero 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

O Banco Nacional Ultramarinho tem procuração para o recebimento da importancia acima referida.

N. 521 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Fonseca Almeida & Comp., na importancia de 6:946$640, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 27, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação — Material — Sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc. — da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, empenho global n. 888.

O Banco Nacional Ultramarino tem procuração para o recebimento da importancia acima.

N. 522 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Fonseca, Almeida & Comp., na importancia de 2:705$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto n. 27, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação — Material — Sub-consignação n. 7 — Outros materiaes, etc. — da verba 6ª, art. 14 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, empenho global n. 888.

O Banco Nacional Ultramarino tem procuração para o recebimento da importancia acima.

N. 523 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Fonseca, Almeida & Comp., na importancia de 7:926$750, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o contracto numero 12, oriundo de concurrencia publica.

A despeza deverá correr á conta da consignação «Material», Sub-consignação n. 7 — «Outros materiaes», etc.», da verba 6ª, art. 14, da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, empenho global n. 206.

O Banco Nacional Ultramarino tem procuração para o recebimento da importancia acima referida.

N. 524 — Tenho a honra de solicitar a V. Ex. as necessarias providencias afim de que, uma vez ordenado por esse tribunal o registro da despeza, seja encaminhada ao Thesouro Nacional, para o devido pagamento, a inclusa conta de Fonseca, Almeida & Comp., na importancia de 106:200$, de fornecimento feito, no anno proximo passado, á Estrada de Ferro Central do Brasil, de accôrdo com o processo de concurrencia administrativa, annexo.

A despeza deverá correr á conta da consignação «Material» — Sub-consignação n. 6 — «Combustivel para machinas, officinas, etc.», da verba 6ª, art. 14, da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

O Banco Nacional Ultramarino tem procuração para o recebimento da importancia acima referida.

N. 525 — Para o fim de registro por esse tribunal, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex., por cópia, o incluso contracto celebrado entre a Directoria Geral dos Correios e a Associação dos Funccionarios Publicos Civis, para arrendamento do predio destinado á installação da agencia postal da avenida Gomes Freire, nesta capital.

O referido contracto foi publicado no *Diario Official* de 24 do corrente mez.

Requerimentos despachados

Dia 6 de março de 1926

Eliseu Vieira Fernandes, archivista da Repartição Geral dos Telegraphos, pedindo accrescimo de addicional. — Indeferido.

D. Analia de Almeida Ribeiro Mége, viuva do 1º escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Mége, pedindo pagamento da gratificação addicional a que fez jus seu fallecido marido, nos exercicios de 1911 e 1912. — Indeferido.

Manoel Francisco Pedreiras, trabalhador da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, pedindo pagamento da gratificação addicional a que fez jus nos exercicios de 1911 a 1916 e 1918, cujo abono foi autorizado pelo aviso n. 477, de 19 de outubro de 1917. — Indeferido.

Americo da Silva Neves e João Francisco da Silva Neves, apresentando

proposta da venda do predio da sua propriedade em Barra do Pirahy, para installação da agencia postal da mesma cidade. — Indeferido.

Segunda secção

Requerimentos despachados

Dia 2 de março de 1926

Etelvina Maria de Jesus, pedindo restituição de documentos annexos ao processo de sua habilitação ao montepio. — Sim, mediante recibo.

— Foram mandadas averbar as declarações de familia dos seguintes funccionarios:

Antonio Ferreira Franco, João Nolasco de Carvalho, Hilario Roberto e Jaziel de Cerqueira Leite, respectivamente, 3º escripturario, conductor de trem de 1ª classe, machinista de 2ª classe e 2º escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil;

João Augusto da Silva Guimarães, telegraphista de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos;

Ascanio Henrique Pereira de Abreu, 2º escripturario da Inspectoria Federal de Navegação.

— Foram expedidos os seguintes officios:

Ns. 60 a 64 — A Directoria da Despeza Publica do Thesouro Nacional, transmittindo, com os respectivos processos, os titulos de pensão de montepio, conferidos a DD. Francisca Rosa de Jesus Coitinho e Nair de Azevedo Coitinho, Maria Alves Caetano, Joanna Alexandrina dos Santos, Ormindo Xavier dos Santos, Emilia Targino Pereira da Silva, Dalila, Djanira, Olinda e Darcy Pereira da Silva, Evangelina Bravo de Carvalho e Helena de Carvalho.

Terceira secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 3 de março de 1926

Sr. inspector Federal das Estradas:

Aviso n. 17 — Declaro-vos, para os fins convenientes e em solução ao vosso officio n. 29 Z, de 22 de janeiro ultimo, que approvo a tomada de contas, relativa ao 2º semestre de 1924, da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, arrendada ao Governo daquelle Estado, modificando-se o balanço do anno, de accôrdo com o aviso n. 11, de 2 do corrente.

Officio n. 29 Z — Inspectoria Federal das Estradas — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1926.

Sr. ministro da Viação e Obras Publicas — Tenho a honra de passar ás vossas mãos o processo referente á tomada de contas do 2º semestre de 1924, da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, arrendada ao Governo daquelle Estado.

Extensão em trafego, 2.581,755m,23 dos quaes 20.000m,00 foram incorporados no semestre.

O seguinte balanço foi apresentado pelo Estado arrendatario e não soffreu alteração alguma por parte da junta apuradora:

Receita	21.064:160$390	
Despeza	24.013:355$870	
Deficit		2.949:195$480

O movimento financeiro do anno de 1924, supposta approvada a tomada de contas do 1º semestre nos termos do meu officio n. 6-Z, de 12 do mez corrente, foi o seguinte:

Receita do 1º semestre	21.755:093$400	
Receita do 2º semestre	21.034:160$390	42.819:253$790
Despeza do 1º semestre	22.612:132$240	
Despeza do 2º semestre	24.013:355$870	46.625:488$110
Deficit		3.806:229$320

Em virtude do "deficit" verificado, nada tem o Estado arrendatario que recolher aos cofres publicos como quota de arrendamento durante o anno de 1924, de accôrdo com o que determina a clausula III do contracto.

A junta de tomada de contas, ao fazer o resumo do movimento financeiro do anno, mais uma vez subtrahiu, da receita escripturada, a parcella correspondente aos transportes feitos por conta do Governo da União e ainda não pagos, na importancia de 3.881:156$870, elevando, deste modo, o "deficit" do anno a 7.687:386$190.

Conforme procurei bem esclarecer em meu officio n. 6-Z, já citado, o criterio da junta, ao procurar interpretar o aviso n. 146-V-2-, de 11 de julho de 1918, deve ser modificado, uma vez que a doutrina que regula as tomadas de contas aos Estados arrendatarios de estradas de ferro da União é a que se contém no aviso n. 130-V-2, de 11 de junho de 1918.

De conformidade com as ponderações feitas naquelle officio, nada ha que ser deduzido da receita escripturada, á vista do "deficit" encontrado, o qual será de 3.806:229$320 para o anno de 1924.

Embora no anno de 1924 as deducções feitas pela junta em nada affectassem os interesses da União, pela circumstancia de apresentar o movimento financeiro do anno "deficit" ainda mesmo que não sejam ellas effectuadas, necessario se torna salientar o facto, com o fim de collocar a Viação Ferrea dentro da doutrina firmada pelo aviso n. 130-V-2, cuja applicação apresenta grande importancia para a União no caso de vir a haver saldo naquellas linhas em annos posteriores.

Durante o anno de 1924 foram recebidas da União, como pagamento de fretes de transportes effectuados em exercicios anteriores, as importancias seguintes:

Em 1921	81$400
Em 1922	27$730
Em 1923	82:165$500
Total	82:274$630

Dessas importancias, o Estado arrendatario deve recolher ao Thesouro Nacional, conforme o estipulado na acta relativa ao 2º semestre de 1922, 40$700 ou 50% do pagamento feito durante o 1º semestre de 1924 e proveniente de transportes effectuados em 1921, nada tendo a recolher quanto ao exercicio de 1922, em vista do "deficit" que ainda apresenta.

Na tomada de contas relativa ao 1º semestre de 1924 foi reconhecido, como capital do governo do Estado, de accôrdo com as clausulas II, do termo de accôrdo de 12 de julho de 1920 e III do decreto n. 15.438, de 18 de abril de 1922, a importancia de 39.122:645$290.

Durante o semestre em estudo foram despendidas mais as quantias abaixo discriminadas:

1.	Acquisição e montagem de machinas e ferramentas para as officinas de Santa Maria e Rio Grande — autorizada pelo aviso n. 139, de 14 de outubro de 1922	1.013:788$630
2.	Substituição de trilhos — autorizada pelo aviso n. 139, de 14 de outubro de 1922	4.624:879$500
3.	Construcção de cercas — autorizada pelo aviso numero 139, de 14 de outubro de 1922	49:444$610
4.	Acquisição e montagem de 10 reservatorios metallicos — autorizada pelo aviso n. 139, de 14 de outubro de 1922	67:095$240
5.	Restauração extraordinaria das linhas telegraphicas — autorizada pelo decreto n. 15.472, de 18 de outubro de 1922	175:590$670
6.	Montagem da sub-estação electrica do Rio Grande — autorizada pelo aviso n. 139, de 14 de outubro de 1922	21:382$580
7.	Acquisição e montagem de 2 carros de passageiros de 2ª classe — autorizada pelo aviso n. 110, de 23 de agosto de 1924	126:336$140
8.	Acquisição e montagem de 5 carros de passageiros de 1ª classe — autorizada pelo aviso n. 151, de 7 de novembro de 1924	343:512$930
9.	Acquisição e montagem de 1 carro bagagem - correio — autorizada pelo aviso n. 139, de 14 de outubro de 1922	56:199$260
10.	Variantes da linha de Bagé a Rio Grande — trecho de Santa Rosa a Cerro Chato — autorizada pelo aviso n. 139, de 14 de outubro de 1922	32:890$050

11. Estudos e construcção das variantes entre Pinhal e Cruz Alta — autorizada pelo decreto n. 15.787, de 8 de novembro de 1922	1.555:479$210
12. Variantes da linha de Ferreira e Santa Maria — autorizada pelos avisos ns 139, de 14 de outubro e 150, de 28 do mesmo mez e anno	597:711$970
13. Conclusão da montagem de 500 wagons — autorizada pelo aviso numero 139, de 14 de outubro de 1923	3:318$950
Total reconhecido para este semestre	8.667:933$610
Total reconhecido até 31 de dezembro de 1924	47.790:578$900

A junta, cumprindo o que determina o aviso n. 113, destacou, da importancia reconhecida como capital, o valor do material importado, e organizou um quadro pelo qual se vê, que esse valor é, no semestre, de 5.494:865$320.

Conforme os documentos presentes á junta, o Estado arrendatario recolheu á Delegacia Fiscal, em Porto Alegre, as quantias seguintes:

Conhecimento n. 2.485, de 10 de julho de 1924, a quota de fiscalização relativa ao semestre	30:000$000
Imposto de transporte:	
Conhecimento n. 3.140, 18 de agosto de 1924, relativo ao imposto arrecadado no mez de julho	117:835$880
Conhecimento n. 3.699, de 17 de setembro de 1924, relativo ao imposto arrecadado no mez de agosto	106:491$650
Conhecimento n. 4.172, de 17 de outubro de 1924, relativo ao imposto arrecadado no mez de setembro	114:755$810
Conhecimento n. 4.62 de 20 de novembro de 1924, relativo ao imposto arrecadado no mez de outubro	112:135$300
Conhecimento n. 5.041, de 17 de dezembro de 1924, relativo ao imposto arrecadado no mez de novembro	84:880$320
Conhecimento n. 5.456, de 19 de janeiro de 1925, relativo ao imposto arrecadado no mez de dezembro de 1924	87:941$960
Total do imposto . . .	624:040$920
Taxa de viação:	
Conhecimento n. 3.125 de 30 de agosto de 1924, relativo ao mez de julho	32:798$120
Conhecimento n. 3.849, de 29 de setembro de 1924, relativo ao mez de agosto	33:612$000
Conhecimento n. 4.395 de 31 de outubro de 1924, relativo ao mez de setembro	34:120$040
Conhecimento n. 4.821, de 1 de dezembro de 1924, relativo ao mez de outubro	32:443$590
Conhecimento n. 5.276, de 31 de dezembro de 1924, relativo ao mez de novembro	22:141$640
Conhecimento n. 5.565, de 3 de fevereiro de 1925, relativo ao mez de dezembro de 1924. .	26:230$950
Total da taxa	181:645$950

A commissão de 4% que cabe ao Estado pela arrecadação desses impostos importou em 63:570$230 e foi incluida na renda da estrada.

Foi organizada pela junta, de accordo com o aviso n. 82, de 7 de julho de 1924, uma relação dos materiaes importados pela Viação Ferrea durante o 2º semestre de 1924, pela qual se vê que a mesma despendeu com o despacho alfandegario desses materiaes apenas réis 8:284$830, quando teria de despender 2,075:884$533 si não gozasse de isenção dos direitos de importação.

Para a "Caixa de Aposentadorias e Pensões", creada pelo decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923, foram arrecadadas as seguintes importancias no semestre em questão:

Contribuição do pessoal — 3% sobre os vencimentos	294:261$340
Contribuição da Viação Ferrea — 1% sobre a renda bruta	294:261$340
Contribuição do publico — 1 1/2% augmento de tarifas	328:523$270
Joias	394:263$240
Augmento de vencimentos	14:742$600
Guias de reembolso não reclamadas	10:801$410
Multas	23:389$000
Venda de papel velho.	1:034$550
Total	1.361:276$750

A' vista do exposto, penso que a presente tomada de contas está no caso de ser approvada, com as modificações por mim propostas.

Saude e Fraternidade. — *G. Ozorio d'Almeida*, inspector.

Directoria Geral de Expediente

Segunda secção

Por portarias de 26 de fevereiro ultimo foram concedidas as seguintes licenças, para tratamento de saude, na Estrada de Ferro Central do Brasil:

De seis mezes ao official operario Bernardino Saraiva;

De dous mezes ao conservador de linhas João de Almeida;

De dous mezes ao praticante de conductor de trem Alvaro Bastos de Souza;

De um anno ao guarda-chaves Antonio Francisco;

De dous mezes ao trabalhador Antonio Victorino.

— Por aviso n. 56, de 26 de fevereiro ultimo, foi concedido um mez de licença, em prorogação, para tratamento de saude, com um terço da diaria, ao trabalhador do serviço de reflorestamento da fazenda Monte Sinai, Ramiro Alves Lopes.

— Por portarias de 2 de março de 1926 foram concedidas as seguintes licenças, para tratamento de saude:

Na Estrada de Ferro Central do Brasil:

De um mez, em prorogação, ao official operario da 4ª divisão Frederico da Costa e Souza;

De um mez e dez dias ao trabalhador de 3ª classe da 2ª divisão Nicanor Alves Teixeira;

De um mez, em prorogação, ao ajudante de cabineiro da 2ª divisão Manoel Suarez Sausi;

De seis mezes ao 2º escripturario da 2ª divisão Luiz Epiphanio da Silva Velloso;

De um mez ao graxeiro da 4ª divisão João Francisco da Silva Segundo;

De seis mezes ao escrevente da 4ª divisão José Silvino Coelho de Avellar;

De um mez, em prorogação, ao graxeiro da 4ª divisão José de Paula Monteiro.

Na Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes:

De três mezes, em prorogação, á dactylographa extranumeraria D. Maria José Christophe.

— Por officio n. 100, de 2 de março de 1926, communicou-se á directoria da Estrada de Ferro Central do Brasil que á vista do disposto no art. 9º do regulamento interno da Sub-Contadoria Secional da mesma estrada, os funccionarios designados para terem nella exercicio contam antiguidade de classe nos seus logares effectivos.

— Por officio de 2 de março de 1926 foi devolvido á directoria da Estrada de Ferro Central do Brasil o processo relativo á exoneração do ex-conferente de 3ª classe Ernani Vieira de Almeida.

Terceira secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 2 de março de 1926

Avisos:

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional do Estado de Santa Catharina:

N. 11—Respondendo o vosso officio numero 833, de 24 de novembro ultimo, em que solicitaes esclarecimentos sobre a pretenção da Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, de possuir, por aforamento, um terreno de marinha situado no municipio de Laguna, nesse Estado, declaro-vos, para os devidos fins, que, de accôrdo com a informação prestada pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, no officio n. 4.019, de 20 do corrente mez, não convem a este ministerio a concessão de aforamento em apreço, visto ser o referido terreno necessario aos futuros melhoramentos do porto, existindo já na sua frente cinco espigões, construidos pela commissão de Lagena, para defender a margem esquerda do canal do accesso contra as erosões.

— Sr. ministro da Fazenda:

N. 31 — Respondendo o aviso n. 244, de 22 de setembro ultimo, em que Vs Ex. solicita esclarecimentos sobre o recurso e pedido de reconsideração interposto pela viuva João Bauer Junior, dos actos que lhe negaram o aforamento de dous terrenos de marinha, situados no municipio de Itajahy, no Estado de Santa Catharina, tenho a honra

de declarar a V. Ex. que, de accôrdo com a informação prestada pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, no officio n. 4.017, de 11 de fevereiro corrente, este ministerio nada tem a oppôr á concessão de aforamento dos terrenos em apreço, desde que seja feita a titulo precario.

Restituindo o processo que acompanhou o aviso acima referido, reitero a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e distincta consideração.

N. 32—Respondendo ao aviso n. 247, de 22 de setembro ultimo, em que V. Ex. solicita esclarecimentos sobre o recurso e pedido de reconsideração interposto por Serafim José João, do acto que lhe negou o aforamento de um terreno de marinha, situado no Municipio de Itajahy, no Estado de Santa Catharina, tenho a honra de declarar a V. Ex. que, de accôrdo com a informação prestada pela Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, no officio n. 4.016, de 11 de fevereiro corrente, este ministerio nada tem a oppôr á concessão do aforamento em apreço, desde que seja feita a titulo precario.

Restituindo o processo que acompanhou o aviso acima referido, reitero a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e distincta consideração.

Dia 3

Sr. inspector federal dos Portos, Rios e Canaes:

N. 5— Tendo em vista os requerimentos de 30 de setembro de 1924 e de 13 de março de 1925, nos quaes a Compagnie du Port de Rio de Janeiro, ex-arrendataria da exploração dos serviços do cáes do porto desta Capital, *ex-vi* de contracto autorizado pelo decreto n. 8.062, de 9 de junho de 1910, pede dispensa da execução, por sua conta, da dragagem do canal de accesso áquelle cáes, como compensação por prejuizo que allega ter soffrido pelo inadimplemento, por parte do Governo, de estipulações contractuaes, assumpto que foi objecto dos vossos officios ns. 2.004, de 9 de janeiro, 2.097, de 6 de abril, e 2.162, de 13 de junho, todos de 1925, declaro-vos que, não subsistindo desde 1921, o contracto com a companhia requerente, não ha mais como cumprir uma obrigação que estava limitada ao periodo de duração daquelle, segundo os termos iniciaes de sua clausula XXXI. Ao Governo teria cabido fazer o serviço por conta dos contractantes, ou descontar da caução a importancia da despeza, desde que os houvesse intimado á fazel-o e não houvesse sido a ordem cumprida (segundo periodo da clausula citada); o que se não fez, por haver elle, segundo informa essa inspectoria, retirado para outros trabalhos o material de dragagem.

Sómente por isso, e não porque deva o Governo qualquer compensação por prejuizos a que tenha dado causa, como allega e não prova a requerente, autorizo essa inspectoria a convidar a companhia a assignar termo de quitação, de accôrdo com o parecer do 24 de abril de 1925 do director da 3ª secção da Directoria Geral de Expediente da Secretaria de Estado deste ministerio, no qual, attendida sua reclamação quanto ao serviço de dragagem, declare ella desistir de quaesquer reclamações por faltas ou prejuizos resultantes de contracto de exploração do porto.

— Sr. inspector federal das Estradas:

N. 18 — Attendendo ao que solicitou a Companhia Pernambucana de Industrias e Estradas de Ferro, em requerimento de 23 de janeiro ultimo, e tendo em vista o decreto n. 16.636, de 16 de outubro de 1924, que autorizou a transferencia áquella Companhia do contracto celebrado com Antonio Mendes Fernandes Ribeiro, para a construcção de uma estrada de ferro de Barreiros ás proximidades da villa de Sertãozinho, resolvi dispensar o pagamento da quóta de fiscalização fixada no § 2º, da clausula 20 daquelle contracto, a partir de janeiro do corrente anno e até ser feita a innovação de contracto autorizada pelo art. 222, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, revigorado pelo art. 29 da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925, o que vos declaro para os devidos fins.

Requerimento despachado

Dia 26 de fevereiro de 1926

Companhia Ferro-Viaria E'ste Brasileiro, pedindo que seja submettida a arbitramento, na fórma da clausula 1, § 2º, do contracto em vigor, a questão relativa á classificação das despezas com as obras novas de reparação da Estrada de Ferro Bahia a Minas, por não se conformar a Companhia com o despacho de 21 de janeiro de 1925.—Como parece, á Inspectoria Federal das Estradas; a questão não é daquellas que podem ser resolvidas por arbitramento, á vista dos claros termos do § 2º da clausula 1, do contracto em vigor, visto como esse recurso só pode ser invocado para dirimir questões oriundas de desintelligencia na interpretação e applicação dos termos do contracto.

Dia 3 de março de 1926

Radio Club Pernambuco, pedindo permissão para irradiar reclames e annuncios commerciaes. — Deferido, de accôrdo com os pareceres.

José Julio de Andrade, pedindo licença para estabelecer duas estações radiotelegraphicas, simultaneamente emissoras e receptoras.—Deferido.

Compagnie du Port de Rio de Janeiro, ex-arrendataria da exploração dos serviços do cáes do porto do Rio de Janeiro, *ex-vi* do contracto autorizado pelo decreto n. 8.062, de 9 de junho de 1910, pedindo dispensa da execução, por sua conta, da dragagem do canal de accesso áquelle cáes, como compensação por prejuizos que allega ter soffrido pelo inadimplemento, por parte do governo, de estipulações contractuaes.—Não subsistindo desde 1921, o contracto com a companhia requerente, não ha mais como cumprir uma obrigação que estava limitada ao periodo de duração daquelle, segundo os termos iniciaes de sua clausula XXXI. Ao governo teria cabido fazer o serviço por conta dos contractantes, ou descontar da caução a importancia da despeza, desde que os houvesse intimado a fazel-o e não houvesse sido a ordem cumprida (segundo periodo da clausula citada); o que se não fez, por haver elle, segundo informa a Inspetoria de Portos, retirado para outros trabalhos o material de dragagem. Sómente por isso, e não porque deva o governo qualquer compensação por prejuizos a que tenha dado causa, como allega e não prova a requerente, autorizo a Inspectoria de Portos a convidar a companhia a assignar termo de quitação, de accôrdo com o parecer de 24 de abril de 1925 do director da 3ª Secção da Directoria Geral de Expediente, no qual, attendida sua reclamação quanto ao serviço de dragagem, declare ella desistir de quaesquer reclamações por faltas ou prejuizos resultantes do contracto de exploração do porto.

Directoria Geral dos Correios

Por portaria de 3 do corrente foi nomeado Luiz de Carvalho Pitombo para o logar de praticante da Directoria Geral com os vencimentos que lhe competirem.

— Por outra da mesma data foi removido, a pedido, o auxiliar da Administração dos Correios do Estado do Rio Grande do Norte, João Baptista Leandro, para igual cargo na administração dos Correios do Estado da Bahia, percebendo os vencimentos que por lei lhe competirem.

Requerimentos despachados

Dia 29 de janeiro de 1926

Bromberg & Comp., pedindo restituição da caução que depositou no Thesouro Nacional como garantia da execução do contracto para fornecimento de material a esta directoria. — Deferido, á vista do informado.

Dia 26 de fevereiro de 1926

Companhia Constructora Nacional S. A., pedindo verificar a entrega de um expresso sob n. 2.824, postado em Recife. — O registado a que se refere o requerente foi-lhe entregue em 19 de janeiro ultimo, tendo sido o recibo assignado por procuração, Flavio C. Pinto.

Dia 4

Ewel & Cohen Ltd., pedindo restituição da caução que depositou no Thesouro Nacional como garantia da execução do contracto para fornecimento de material do anno de 1925. — Deferido, á vista do informado.

Moreira Land & Comp., pedindo transferencia da caução para garantia da assignatura do contracto de fornecimento de material no corrente anno. — Apresentado o documento comprobatorio da caução prestada, deferido nos termos do parecer da contabilidade.

Estrada de Ferro Central do Brasil

Portarias

Attendendo a que a escrevente da 4ª Divisão desta estrada, Yolanda Rhodes Costa, está ausente do serviço, sem causa justificada, ha mais de 30 dias; e

Considerando que essa empregada incorreu na sancção do artigo 113 do regulamento approvado pelo decreto numero 13.940, de 25 de dezembro de 1919, combinado com o § 2º do art. 14 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921:

Resolvo exonerar, por abandono de emprego, de accôrdo com as disposições acima citadas, a referida empregada Yolanda Rhodes Costa, do cargo de escrevente desta via-ferrea. (P. L. 3|47|25 Y).

Cumpra-se.

Directoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1926. — O director, *João de Carvalho Araujo.*

—

Attendendo a que o escrevente da 1ª Divisão desta estrada, Heitor Coutinho de Moraes, está ausente do serviço, sem causa justificada, ha mais de 30 dias; e

Considerando que esse empregado incorreu na sancção do artigo 113 do regulamento aprovado pelo decreto numero 13.940, de 25 de dezembro de 1919, combinado com o § 2º do art. 14 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921:

Resolve exonerar, por abandono de emprego, de accôrdo com as disposições acima citadas, o referido empregado, Heitor Coutinho de Moraes, do cargo de escrevente desta via-ferrea. (P. L. 97|47|925 H).

Cumpra-se.

Directoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1926. — O director, *João de Carvalho Araujo.*

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

Regulamentação do Ensino Agronomico

VIII. SUGGESTÕES DO DR. DIAULAS ABREU, DIRECTOR DO APRENDIZADO AGRICOLA DE BARBACENA, VISANDO ESPECIALMENTE O ENSINO NO APRENDIZADO

Quanto ao que determinaes na ultima parte do vosso telegramma, dada a situação deste aprendizado e a enorme procura que vem tendo por parte daquelles que desejam instruir-se para a vida agricola, julgo de toda vantagem transformal-o em uma escola pratica de agricultura mas com a faculdade de expedir, além do diploma de chefe de cultura, o certificado de capacidade em trabalhos praticos de agricultura, fornecido actualmente pelo aprendizado e mesmo o de simples arador, como proponho na modificação ao artigo 107 do projecto Sergio de Carvalho.

Já devido ás suas installações e sua organização, passou este aprendizado a ser de *primeira classe*, por um dispositivo orçamentario, sem comtudo ter sido modificado o seu regulamento. Era o caminho para ser o mesmo transformado em escola pratica, modificando-se o actual regulamento geral do ensino agronomico, de accôrdo com as necessidades surgidas com o funccionamento do estabelecimento em varios annos, como succede relativamente a um curso de adaptação verdadeiramente indispensavel, pois, como tenho observado, quasi todos os candidatos á matricula no aprendizado, filhos de lavradores, revelam sempre insufficiencia de conhecimentos nas materias do curso primario, não consignando o actual regulamento esse curso de adaptação mas tão sómente um anno para a revisão do curso primario.

Evidentemente, os candidatos preferidos á matricula nas escolas praticas, como nos aprendizados, devem ser os filhos de agricultores, mas até o pouco preparo revelado por taes candidatos, como poderiam elles lograr entrada nas escolas praticas? Ficariam ellas accessiveis unicamente aos candidatos residentes nas cidades que iriam, na sua maioria, obter um diploma que lhes facilitasse naturalmente algum emprego publico.

Ninguem desconhece as difficuldades com que lutam os nossos agricultores, sobretudo os pequenos agricultores, para darem instrucção primaria a seus filhos, pelas distancias sempre grandes entre suas propriedades e as escolas primarias.

Nos centros de população rural condensada em pequenas propriedades, é facil ao agricultor dispôr de escolas accessiveis para a instrucção de seus filhos, mas não é isto o que se observa entre nós.

Por suggestão minha, o professor Sergio de Carvalho, tão cedo roubado á grande causa do ensino agronomico, incluiu no seu projecto o curso de adaptação, mas comprehendendo sómente dous annos, indiscutivelmente insufficientes para um bom preparo de candidatos, na sua quasi totalidade, pouco mais que analphabetos. Não será difficil prever qual virá a ser a acção das gerações de agricultores que obtiverem nas escolas praticas e nos aprendizados uma instrucção cuidadosa.

Julguei, assim, necessario accrescentar mais um anno ao curso de adaptação, conforme se vê da modificação, proposta ao artigo 94.

O que é indispensavel é que os jovens preparados em taes estabelecimentos não avaliem o seu merito pelo diploma ou *certificado* que possam obter, mas sim pelo que realmente valham. Em todas as escolas ha sempre alumnos que por menos applicados ou por serem dotados de menor intelligencia, não adquirem o preparo que poderiam ter, sem comtudo estarem em condições de ser reprovados, do que resultará obterem um diploma que, neste caso, será de facto uma *presumpção*. Penso que taes diplomas ou certificados só deverão ser concedidos uma vez preenchidas exigencias outras além dos exames finaes muitas vezes méras formalidades. Foi o que procurei frizar com a redacção indicada para o artigo 107, que ainda poderá ser modificada para mais rigorosa e adoptada quanto aos aprendizados, escolas regionaes, etc.

Modificar a organização deste aprendizado, incluindo mais alguns funccionarios que viriam alliviar a enorme sobrecarga de serviços que pesam sobre o director, o auxiliar agronomo e o chefe de culturas, aproveitaria sómente a estes e não concorreria para obter-se de um estabelecimento já perfeitamente apparelhado tudo quanto delle se poderia conseguir em beneficio do ensino agricola.

Eis por que julgo de toda conveniencia a sua transformação em uma escola pratica de agricultura nos moldes do projecto Sergio de Carvalho, feitas as modificações que me parceram mais necessarias.

Por esta fórma teriamos a primeira escola pratica de agricultura, fundada por este ministerio, dotada de excellentes installações e capaz de preparar bons chefes de culturas bem como praticos em trabalhos da pequena lavoura e, finalmente, simples aradores, tudo em virtude de uma selecção naturalmente feita entre os alumnos durante o curso. De tal organização resultará que chefes de culturas virão a ser sómente aquelles alumnos que de facto revelarem notavel aproveitamento. Não ha neste ministerio nenhum estabelecimento que prepare chefes de culturas, elementos preciosos ao progresso agricola do paiz e aos differentes serviços do proprio ministerio.

Para conseguirmos o engrandecimento da nossa agricultura pela instrucção profissional, são indispensaveis os seguintes elementos:

1.º O agronomo ou engenheiro agronomo-technico por excellencia, especializado muita vez capaz de conceber ou resolver os problemas da technica agricola nos campos e nos laboratorios, estudando-os scientificamente, bem como de esclarecer e desenvolver, pela mesma fórma, as observações e resultados obtidos pelos lavradores em suas culturas;

2º, o chefe de culturas — intermediario entre o agronomo e o agricultor — apto para ministrar a este praticamente, os processos modernos da agricultura. Será o executor immediato das conquistas dos laboratorios no campo pratico e aquelle que levará aos technicos os assumptos que na pratica se offerecem como dignos de estudos e pesquizas scientificas;

3º, o trabalhador — intelligentemente instruido, capaz de comprehender o valor das observações e ensinamentos que lhe forem ministrados e, por isso mesmo, não simples machina de trabalho mas um elemento verdadeiramente efficiente — operario, emfim, da grande obra da agricultura scientifica.

Já temos escolas para technicos, aprendizados que dão os trabalhadores devidamente instruidos, faltando-nos unicamente escolas que formem os chefes de culturas, cuja falta tem sido verdadeiramente sensivel, mesmo nos serviços deste ministerio.

A transformação deste aprendizado em escola pratica attendidas, entre outras, as seguintes alterações que me parecem convenientes ao projecto a ser discutido na reunião por vós convocada, virá preencher uma grande lacuna.

Suggestões ao projecto Sergio de Carvalho

CAPITULO IV

DO ENSINO AGRICOLA REGIONAL

Art. 22, § 2º — Supprima-se por ir de encontro ao disposto no art. 48, cuja redacção é modificada.

Art. 40 — Redija-se: "Os trabalhos praticos de campo deverão ser diarios, pelo menos durante tres horas, e os das officinas em dias da semana que forem determinados, sem prejuizo dos trabalhos dos laboratorios e gabinetes e, tambem, sempre que o tempo não permittir o trabalho no campo".

Os arts. 42, 43, 44, 45 e 46, são substituidos pelo seguinte:

Art. 42 — "Os alumnos serão submettidos a sabbatinas escriptas mensaes em cada cadeira e a uma prova pratica nos laboratorios, gabinetes e campo, as quaes darão a nota do aproveitamento mensal, sendo que estas darão a média referente ao semestre, necessaria á promoção ao semestre seguinte".

Art. 48 — Accrescente-se no final o seguinte: "e deverão versar sobre uma especialidade bem definida e nunca sobre um conjunto de materias".

Art. 50 — Redija-se: "de accôrdo com as exigencias dos trabalhos de campo" em vez de "de accôrdo com as condições climatericas"...

Art. 63 — Accrescente-se no final o seguinte: "em todas as cadeiras".

Art. 64 — O alumno que não houver obtido a média a que se refere o artigo anterior, será eliminado, podendo recomeçar o curso no primeiro semestre do anno lectivo seguinte, mediante nova matricula para a qual terá preferencia.

Art. 67 — Accrescente-se no final: "sendo que esses trabalhos devrão ser expostos em relatorios semanaes, aos lentes, preparadores ou auxiliares de ensino, os quaes, depois de os julgar, darão as notas que indiquem o applicação revelada pelo alumno nos trabalhos praticos.

§ 1º — Essas notas serão: *mediocre, regular* e *notavel*.

§ 2º — Para os effeitos do exposto nos arts. 63, 64 e 65, o alumno não poderá ter maisde 30 % da nota *mediocre*.

Art. 68 — Modifique-se assim: "...de suas observações, servindo essas provas ao julgamento da applicação revelada pelos alumnos, para os effeitos do art. 48.

CAPITULO V

DO ENSINO PRATICO DE AGRICULTURA

Art. 86 — Redija-se assim: ..."de modo que a maior parte das horas de trabalho seja consagrada aos trabalhos praticos no campo, nas officinas e outras dependencia destinadas á parte pratica dos respectivos estudos, podendo mesmo ser supprimidas as aulas theoricas, sem prejuizo da execução dos respectivos programmas, sempre que se tornar urgente o approveitamento do tempo, tendo em vista a estação e os trabalhos extraordinarios".

Art. 93 — Fica assim redigido: "O curso de adaptação tem por fim preparar o alumno para o curso profissional".

Art. 93-A — O curso profissional terá a duração de dous annos, divididos em quatro semestres, e é destinado aos matriculandos que completarem o curso de adaptação ou revelarem habilitação nas materias do mesmo, em exame de admissão.

Art. 94 — Fica assim redigido: "O curso de adaptação constará de tres annos, sem divisão semestral, e será assim distribuido:

Primeiro anno

Portuguez (leitura, dictado — calligraphia — analyse grammatical). Arithmetica (até systema metrico) — Elementos de geometria — Geometria geral (prolegomenos) (America e Europa) — Desenho (á mão livre e geometrico).

Segundo anno

Portuguez (syntaxe) — Arithmetica (até raiz cubica) — Geometria (até areas, inclusive) — Geographia geral (Asia, Africa e Oceania) — Historia e Chorographia do Brasil — Educação moral e civica — Trabalhos manuaes.

Terceiro anno

Portuguez (revisão) — Arithmetica (ampliação) — Geometria (até volume, inclusive) — Geographia economica — Desenho (á mão livre e geometrico) — Trabalhos manuaes — Desenho de aquarella — Noções de physica, chimica e historia natural — Noções de hygiene.

Art. 94-A — E' commum aos dous cursos a educação physica, a instrucção e exercicios militares, o escotismo e os jogos desportivos.

Art. 97 — ...

Primeiro anno

Noções de algebra e trigonometria — Mecanica geral e machinas agricolas — Physica e chimica — Botanica, zoologia, geologia e mineralogia agricolas — Agrologia — Anatomia e physiologia dos animaes domesticos — Desenhos de objectos usuaes e machinismos simples — Apicultura — Sericicultura e aviculturа.

Segundo anno

Agricultura geral e especial — Agrostologia — Silvicultura — Doenças e pragas das plantas cultivadas e meios de as combater — Zootechnia geral e especial — Hygiene, alimentação e tratamento dos animaes domesticos — Legislação sanitaria — Julgamento dos animaes — Technologia agricola — Agrimensura (nivelamentos, levantamento e desenho topographico) — Irrigação — Drenagem — Hydraulica — Estradas de rodagem e construcções ruraes e desenhos respectivos — Contabilidade agricola — Noções de economia rural — Syndicatos e cooperativas agricolas — Legislação agraria e florestal — Administração da propriedade agricola — Noções de commercio applicadas á agricultura e ás industrias ruraes.

Art. 97 A. As materias do curso profissional constituirão as seguintes cadeiras:

1.ª Noções de algebra e trigonometria — Mecanica geral e machinas agricolas, desenho de objectos usuaes e machinismos simples — Agrimensura (nivelamentos, levantamentos e desenho topographico) — Irrigação — Drenagem — Hydraulica — Estradas de rodagem, construcções ruraes e desenhos respectivos — Contabilidade agricola.

2.ª Physica, chimica e meteorologia — Anatomia e physiologia dos animaes domesticos — Apicultura — Sericicultura — Aviculturа — Agrostologia — Zootechnia geral e especial — Hygiene, alimentação e tratamento dos animaes domesticos e pratica veterinaria — Legislação sanitaria — Julgamento dos animaes — Technologia agricola.

3.ª Botanica, zoologia, geologia e mineralogia agricolas — Agrologia — Agricultura geral e especial — Silvicultura — Doenças e pragas das plantas cultivadas e meios de as combater — Noções de economia rural — Syndicatos e cooperativas agricolas — Legislação agraria e florestal — Administração da propriedade agricola — Noções de commercio applicadas á agricultura e ás industrias ruraes.

Art. 100. Fica assim redigido: "As diversas industrias ruraes representarão uma secção, sob a orientação do professor da 2ª cadeira, correspondendo-lhe dous praticos de technologia rural, um para os productos de origem vegetal e outro para os de origem animal, cabendo mais ao professor todos os serviços relativos aos animaes de trabalho e de exploração industrial e respectivas installações.

Art. 101. Fica assim redigido: "A cada secção, constituida na conformidade do art. 99, corresponderá um chefe de culturas sob orientação do professor da 3ª cadeira.

Art. 101 A. A 3ª cadeira ficará a cargo do director.

Art. 101 B. O professor da 1ª cadeira ficará incumbido de todos os trabalhos necessarios ao estabelecimneto, concernentes á sua cadeira.

Art. 102. Substituido pelo art. 97 A.

Art. 104. Supprima-se por tratar de assumpto já incluido no programma das cadeiras.

Art. 106 e seu paragrapho. Prejudicados pelos arts. 100 e 101.

Art. 107 A. O diploma de chefes de culturas formados pelas escolas praticas de agricultura, de accôrdo com o art. 82, só será concedido aos alumnos que houverem, sem nenhuma reprovação, obtido no conjunto das notas dos exames das cadeiras do curso profissional, pelo menos 40 pontos, considerando-se que as notas de approvação serão de 1 a 10.

§ 1.º Os alumnos que obtiverem menos de 40 pontos, terão direito a um certificado de praticos em trabalhos agricolas.

§ 2.º Os alumnos que obtiverem menos de 20 pontos, terão direito a um certificado de arador.

Art. 108. Prejudicado pelo art. 101 A, devendo ser supprimido o seu paragrapho unico.

Art. 109. Fica assim redigido:

1 director e professor do curso profissional.
1 ajudante fiscal.
2 professores do curso profissional, chefes de cultura (de accôrdo com o art. 101).
2 praticos de technologia rural.
1 medico.
1 cirurgião dentista.
1 secretario-bibliothecario.
1 escripturario.
1 dactylographo.
4 professores do curso de adaptação, assim distribuidos:
1 professor de portuguez, historia do Brasil e educação moral e civica.
1 professor de arithmetica, geometria, trabalhos manuaes e desenho á mão livre, geometrico e a aquarella.
1 professos de geographia geral, chorographia do Brasil e geographia economica.
1 professor de rudimentos de physica, chimica e historia natural.
1 almoxarife economo.
1 ajudante de almoxarife-economo.
3 mestres de officina.
1 mestre de gymnastica, escotismo e exercicios militares.
2 inspectores.
1 conservador-preparador para todos os gabinetes e laboratorios.
1 porteiro-continuo.

Art. 114. Supprimam-se as palavras "adaptados, etc.", até o final e accresceute-se o seguinte: "feitas as seguintes modificações".

Art. 236. Prejudicado pelo art. 86.

Art. 241. Supprima-se.

Art. 242. Supprima-se por estar attendido no art. 94.

Art. 249. Supprima-se.

Art. 252. Supprima-se.

Art. 253. Redija-se assim: "A matricula será feita mediante exame de admissão, que constará das materias do curso de adaptação, quando o candidato o for para o curso profissional e de leitura, dictado, calligraphia e as quatro operações fundamentaes da arithmetica, quando o for para o curso de adaptação, sendo, em qualquer dos casos, a matricula feita obedecendo-se á ordem de classificação nos exames.

Art. 254. Supprima-se.

Art. 255 e seu paragrapho. Prejudicados.

Art. 257. Redija-se assim: "Os candidatos á matricula deverão ter de 12 a 17 annos no maximo para o curso de adaptação e de 15 a 18 no maximo para o curso profissional".

Art. 258. Substitua-se pelo seguinte: "O ensino nas escolas praticas é gratuito".

Art. 259. Prejudicado.

Art 260. Substitua-se pelo seguinte: "Terão preferencia, na razão de 60 % sobre o numero de vagas, os filhos de agricultores, profissionaes de industrias ruraes e trabalhadores agricolas".

Art. 261. Substitua-se pelo seguinte: "As aulas theoricas serão ministradas diariamente, salvo o caso previsto no art. 86. Os exames do curso de adaptação constarão de uma prova escripta e de uma oral, e os do curso profissional constarão de provas praticas, de uma escripta e de uma oral".

Art. 262. Prejudicado pelo art. 82.

Art. 263. Redija-se assim: "Os chefes de culturas, os praticos em trabalhos agricolas e os aradores, terão preferencia no preenchimento dos cargos condizentes com os conhecimentos adquiridos no respectivo curso".

Art. 115 A. Os alumnos do curso profissional receberão durante o curso uma diaria, a titulo de remuneração de serviços, a qual será no maximo de 35 % dos salarios correntes para os trabalhadores agricolas da zona onde estiver localizada a escola.

Art. 115 B. A diaria de que trata o artigo anterior será correspondente a um certo numero de horas de trabalho que será fixado, bem como a distribuição das horas, no regulamento de cada escola.

Art. 115 C. Dentro do limite fixado no art. 115 A, serão, em cada regulamento, fixadas as diarias minimas e maximas para os alumnos do primeiro, e para os do segundo anno, correspondentes á applicação revelada nos trabalhos praticos, sendo que os alumnos do segundo anno terão diarias maiores do que os do primeiro.

Art. 115 D. Os alumnos do curso profissional apresentarão semanalmente aos professores, conforme os trabalhos praticos que lhes forem confiados, relatorios dos mesmos, que serão examinados e criticados por estes na presença dos alumnos, sendo nesta occasião mencionadas as notas de applicação e comportamento nos trabalhos praticos.

Paragrapho unico. Estas notas serão: *mediocre*, *regular* e *notavel*, para a applicação, e *máo*, *bom* e *optimo*, para o comportamento.

Art. 115 E. E' extensivo ás escolas praticas o disposto nos arts. 63, 64, 65, 66 e § 2º do art. 67.

IX. PROJECTO DE LEI QUE CRÉA O ENSINO AGRICOLA NO BRASIL

Do Serviço de Ensino Agricola e seus fins

Art. 1.º Fica creado no Ministerio da Agricultura Industria e Commercio o Serviço de Ensino Agricola, cujo fim será coordenar sob uma só direcção todos os estabelecimentos de ensino, pesquizas e demonstrações agricolas e medicina veterinaria.

Art. 2.º Ao Serviço de Ensino Agricola compete o seguinte:

a) estudar todos os assumptos referentes á direcção e orientação do ensino agricola e veterinario ministrado nos estabelecimentos e serviços do Ministerio da Agricultura, que lhe ficarem subordinados pelo presente decreto, bem como outros que venham a ser creados;

b) estudar as questões relativas ás estações experimentaes, postos zootechnicos, fazendas modelos, cursos de chimica industrial, campos de sementes, estações sericicolas e aprendizados agricolas na parte correspondente á orientação pedagogica e didactica embora sejam essas instituições subordinadas a outros serviços do ministerio na parte administrativa e technica;

c) publicar e distribuir boletins e trabalhos technicos cuja divulgação interesse á classe agricola do paiz;

d) diffundir o ensino extensivo de agricultura: cursos especiaes e abreviados nas escolas e estabelecimentos technicos do ministerio, campos de cooperação em propriedades particulares, comicios, exposições, concursos e conferencias agricolas;

e) fazer publicações didacticas sobre assumptos agricolas;

f) estudar e propor ao ministro da agricultura todas as medidas que julgar convenientes ao progresso dos estabelecimentos sob sua jurisdicção;

g) controlar as funcções technicas e administrativas dos estabelecimentos de ensino agricola subordinados por este decreto á sua direcção;

h) approvar e propor os orçamentos annuaes formulados pelos directores das escolas agricolas, estações experimentaes e demais estabelecimentos de pesquiza e ensino subordinado á orientação da Directoria Geral do Ensino Agricola;

i) proceder ao estudo das leis e regulamentos referentes ao ensino agricola dos institutos do Ministerio da Agricultura, ou subvencionados ou equiparados, ouvido o Conselho Superior de Ensino Agricola;

j) effectuar a inspecção dos estabelecimentos de ensino, pesquizas e demonstrações que lhe forem subordinados e dos equiparados ou subvencionados, os quaes ficarão obrigados por este decreto a fornecer todas as informações solicitadas toda vez que assim entender a Directoria Geral do Ensino Agricola, que de tudo dará sciencia ao Conselho Superior;

k) dirigir e fiscalizar os cursos de aperfeiçoamento no paiz e no estrangeiro, subvencionados pelo Ministerio da Agricultura, relativos á agronomia e veterinaria;

l) effectuar o registro de diplomas e certificados expedidos por estabelecimentos de ensino agricola do Ministerio da Agricultura, equiparados ou subvencionados de accôrdo com o que estabelecer o presente decreto e dos expedidos por escolas estrangeiras;

m) prestar aos interessados e aos demais serviços do Ministerio da Agricultura todas as informações sobre os trabalhos a seu cargo;

n) fiscalizar a applicação do "Fundo especial" creado para diffusão do ensino agricola no Brasil baixando instrucções a respeito;

o) entrar em accôrdo com os governos locaes no sentido de crear e melhorar o ensino agricola nos respectivos territorios.

Art. 3.º O Serviço de Ensino Agricola tem como orgãos uma Directoria Geral de Ensino Agricola e um Conselho Superior de Ensino Agricola, ambos com séde no Rio de Janeiro.

Da Directoria Geral de Ensino Agricola

Art. 4.º A Directoria Geral do Ensino Agricola, que funccionará como dependencia do Ministerio da Agricultura, terá o seguinte pessoal: um director, dous auxiliares technicos, cinco inspectores de ensino, um primeiro official, dous segundos officiaes, tres terceiros, dous dactylographos, um porteiro e dous serventes.

Art. 5.º O cargo de director do Serviço de Ensino Agricola será em commissão e de livre escolha e demissão do Governo, devendo, porém, a escolha recahir, dentre os professores das nossas escolas superiores de agricultura, em um profissional de agronomia de notoria competencia.

Art. 6.º Os inspectores e auxiliares technicos serão escolhidos e nomeados dentre os profissionaes de agronomia, professores de escolas agricolas, ou dentre os agronomos e engenheiros agronomos de competencia comprovada e tirocinio na administração publica.

Do Conselho Superior do Ensino Agricola

Art. 7.º O Conselho Superior do Ensino Agricola creado pelo presente decreto, terá as funcções de orgão consultivo do Ministerio da Agricultura em assumptos relativos a sua especialidade, tendo em vista sobretudo a orientação e fiscalização do ensino agricola e veterinario nos estabelecimentos do Governo Federal e nos subvencionados e equiparados ou que o pretendam ser.

Art. 8.º Compete especialmente ao Conselho Superior do Ensino Agricola:

a) propor ao ministro da Agricultura as medidas que julgar convenientes ao melhoramento do ensino a cargo da Directoria Geral de Ensino Agricola;

b) dar parecer sobre as propostas de organização ou melhoramento das Escolas Superiores de Agricultura e dos estabelecimentos subordinados á Directoria Geral do Ensino Agricola;

c) examinar os resultados das inspecções dos estabelecimentos officiaes, equiparados, subvencionados ou que pretendam equiparação ou subvenção;

d) dar parecer sobre equiparações ou registros de instituições estadoaes, municipaes ou particulares, podendo exigir esclarecimentos dos interessados e dos inspectores de ensino;

e) propor ao ministro da Agricultura o fechamento, de qualquer estabelecimento de ensino agricola por motivo de calamidade publica, ou a suspensão da subvenção ou equiparação por indisciplina ou falta de cumprimento de disposições regulamentares;

f) propor ao ministro da Agricultura a annullação de exames ou diplomas que não tenham sido feitos ou concedidos de accôrdo com o que prescreverem os regulamentos em vigor;

g) approvar ou recusar as propostas de orçamentos annuaes dos estabelecimentos de ensino agricola do Governo Federal ou dos subvencionados.

h) prestar contas ao ministro da Agricultura, em relatorio annual, da marcha do ensino e dos trabalhos effectuados e dos resultados obtidos;

i) julgar os casos de recursos das juntas administrativas das escolas superiores e medias de agricultura, bem assim dos professores e directores desses estabelecimentos;

j) manifestar-se sobre os cursos de especialização de profissionaes enviados ao estrangeiro, approvando para isso as respectivas instrucções;

k) syndicar por si ou por commissões technicas de inquerito que nomear para apurar irregularidades havidas nas escolas e outras repartições subordinadas á sua fiscalização;

l) examinar o regimento interno dos institutos de ensino e demais dependencias da Directoria Geral do Ensino Agricola, propondo ao ministro as modificações que achar conveniente;

m) deliberar sobre a adopção de livros didacticos para os estabelecimentos de ensino agricola, podendo estabelecer concurso e premio para os melhores;

n) manifestar-se sobre projectos de lei e medidas de ordem geral concernentes á organização, modificação ou reforma do ensino agricola.

Art. 9.º O Conselho Superior do Ensino compor-se-ha de sete membros nomeados pelo Presidente da Republica, sendo seis delles delegados das escolas de agricultura e o setimo o director geral do Ensino Agricola.

§ 1.º O mandato dos membros do conselho será de tres annos, sendo renovado pelo terço, excepto o director geral do Ensino Agricola. Quando se verificarem vagas por motivo de designação ou outro qualquer antes da terminação do mandato, os successores serão nomeados para o tempo que faltar.

§ 2.º Os membros do conselho nenhuma remuneração receberão, salvo a indemnização a que fizerem jús pelas viagens e reuniões do conselho e estadia na séde durante os dias de trabalho.

§ 3.º O Conselho, uma vez installado, organizará o seu regimento interno e celebrará uma sessão plenaria de 15 a 31 de janeiro de cada anno e tantas extraordinarias quantas forem as necessarias.

§ 4.º As reuniões extraordinarias serão convocadas pelo ministro da Agricultura por solicitação do director geral do Ensino ou de tres membros do mesmo Conselho.

§ 5.º As resoluções serão tomadas por maioria de votos, sendo licito inserir na acta a declaração de voto do membro do Conselho que o requerer.

Do Ensino Agricola e Veterinario em geral

Art. 10. O ensino agricola e veterinario será normal e extensivo, aquelle dado nas escolas de agricultura e medicina veterinaria propriamente ditas, este nos cursos extensivos, abreviados, etc., destinados aos adultos de ambos os sexos.

Paragrapho unico. O Governo Federal fará o possivel para que os governos estaduaes instituam a diffusão do ensino de noções de agricultura nas escolas primarias, mediante a creação de cadeiras de agricultura nas escolas normaes, lyceus, etc.

Art. 11. O ensino dado nas Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinaria, cursos esses que poderão funccionar juntos ou separadamente, terá caracter profissional e technico, visando o preparo completo de engenheiros agronomos e medicos veterinarios com capacidade sufficiente ao desempenho dos cargos de directores de serviços agronomicos e de grandes propriedades ruraes e industriaes, de professores de agricultura, etc.

Art. 12. O curso das Escolas Superiores de Agricultura e de Medicina Veterinaria será feito em quatro annos de estudos, sendo que as especializações serão feitas no estrangeiro ou no proprio paiz nos estabelecimentos officiaes.

Art. 13. O ensino médio será feito nas escolas médias de agricultura, que darão o titulo de technico agricola, sendo que o curso dessas escolas, embora baseado em conhecimentos theoricos, terá cunho essencialmente pratico.

Paragrapho unico. O curso das escolas médias de agricultura durará tres annos.

Art. 14. O ensino elementar destina-se a formação de operarios agricolas e capatazes; será essencialmente pratico e dado nas fazendas modelos, postos zootechnicos, campos de demonstração e de sementes ou outros quaesquer estabelecimentos officiaes que reunam condições favoraveis a sua realização.

Art. 15. As Escolas Superiores de Agricultura poderão igualmente ministrar o ensino médio e o elementar. Da mesma fórma as escolas médias poderão dar, por sua vez, o ensino elementar, formando todas ellas um systema de escolas de agricultura.

Art. 16. O ensino extensivo de agricultura e industrias ruraes destinado aos adultos de ambos os sexos que não possam frequentar os cursos regulares, será dado *a*) em cursos abreviados; *b*) em conferencias seguidas de demonstrações praticas; *c*) em boletins agricolas, contendo instrucções praticas destinadas aos agricultores; *d*) em cursos por correspondencia ou consultas; *e*) em cooperação agricola com os particulares; *f*) por meio de exhibição de films de assumptos agricolas de applicação pratica.

Art. 17. Os cursos abreviados terão a feição dos *short-courses* norte-americanos e serão feitos em uma até quatro semanas, cabendo ás escolas, inspectoria agricolas e outros estabelecimentos technicos do Ministerio da Agricultura a sua execução. Devem versar sobre questões de interesse pratico para os agricultores e criadores da região e obedecer a um programma préviamente estabelecido e amplamente divulgado entre os interessados. Igualmente serão feitas as conferencias seguidas de demonstrações praticas em dias préviamente marcados.

Art. 18. Os boletins agricolas serão organizados pela Directoria Geral do Ensino Agricola, podendo tambem o ser pelos directores dos estabelecimentos technicos, de accôrdo com a competencia de cada um. Deverão ser tão synthéticos quanto possivel e illustrados para melhor comprehensão do assumpto.

Art. 19. Os cursos por correspondencia ficarão a cargo da Directoria Geral do Ensino Agricola, no que será auxiliado nesse trabalho por todos os technicos dos serviços do ministerio, conforme á especialidade de cada um.

Art. 20. O serviço de cooperação agricola será feito, de accôrdo com o que se vem fazendo no Ministerio da Agricultura, mediante ajustes entre os lavradores e criadores interessados e o Ministerio da Agricultura, sob a fórma de campos de demonstração das differentes culturas economicas, feitas por processos racionaes que sirvam de ensino aos interessados e aos seus visinhos.

Das Estações Experimentaes

Art. 21. As estações experimentaes serão creadas de preferencia annexa ás escolas superiores e médias de agricultura, podendo porém, funccionar independentemente.

Art. 22. Além do concurso que as estações experimentaes possam prestar ao ensino, poderão ellas estudar por si ou problemas que lhes competirem.

Da fundação dos estabelecimentos de ensino agricola

Art. 23. O plano geral de desenvolvimento do ensino agricola no Brasil obedecerá á creação de um systema de Escolas Superiores de Agricultura e Veterinaria, fundadas pelos governos dos Estados e subvencionadas pela União.

Art. 24. Para custear e garantir essas subvenções o Governo Federal creará um «fundo especial», constituido por titulos da divida publica, cujos juros serão applicados exclusivamente nas subvenções ás escolas superiores e médias de Agricultura fundadas e mantidas de accôrdo com o presente decreto.

Art. 25. A cada Escola Superior ou Média de Agricultura e Medicina Veterinaria, fundada de accôrdo com as bases aqui apresentadas, será garantido «um fundo perpetuo» para o seu custeio, de accôrdo com o contracto firmado entre o Governo estadual interessado e o Federal, variando o valor do fundo com a população do Estado e a contribuição do mesmo para a formação do patrimonio da escola.

§ 1.º No primeiro anno de funccionamento da escola, será paga a quantia de cincoenta contos de réis, no minimo, podendo esta quantia ser augmentada annualmente de vinte contos até attingir a quantia de cento e cincoenta contos de réis por fracção de milhão ou milhão de habitantes do Estado interessado.

§ 2.º O Estado fica obrigado a restituir qualquer quantia mal gasta ou não applicada de accôrdo com o plano geral estabelecido por este decreto.

Art. 26. O Governo da União fará annualmente rigorosa inspecção em todas as Escolas de Agricultura subvencionadas, para verificar si o producto do «fundo perpetuo» está sendo applicado de accôrdo com as clausulas do contracto, ou si está sendo desviado para fins differentes.

Art. 27. A concessão do auxilio aos Estados para attender ao custeio do ensino profissional agricola deverá ser precedida pela celebração de um accôrdo entre o Estado interessado e a União, accôrdo este que será ratificado pelo Congresso Estadoal.

Art. 28. O fundo correspondente a cada escola será depositado na agencia do Banco do Brasil da Capital do Estado onde fôr a escola á disposição da junta administrativa da mesma.

Art. 29. Para ter direito aos auxilios aqui especificados o Estado terá que formar o patrimonio da escola, que constará do seguinte:

a) de pelo menos 500 hectares de terras, representando o typo médio das terras de cultura do Estado, dos quaes 50 % no minimo devem ser *araveis* para prompto estabelecimento das culturas, comprehendendo o resto, mattas, ca-

pocieiras, campos, etc. A propriedade deve ser proxima a uma pequena e confortavel cidade, ter boas aguadas e faceis communicações;

b) de todos os edificios e installações necessarias ao funccionamento do instituto, inclusive os laboratorios e demais dependencias com todo material e animaes indispensaveis;

c) de fundos sufficientes ao custeio e administração do estabelecimento, excepto na parte relativa ao ensino profissional agricola especificada no accôrdo celebrado com a União;

d) de recursos necessarios ao custeio do ensino das materias—não comprehendidas no accôrdo firmado com o Governo Federal,— e aos melhoramentos na propriedade ou acquisição de maior área de terras;

Paragrapho unico. A contribuição do Estado será feita mediante a constituição de «fundo perpetuo», cuja administração será confiada a uma junta administrativa constituida de sete membros.

Art. 30. O Governo da União fundará e custeará tão sómente um Instituto de Altos Estudos e Pesquizas Agronomicas na Capital Federal, para cujo patrimonio instituirá um «fundo perpetuo», fixado de modo a produzir annualmente de renda a quantia de mil e quinhentos contos de réis, que serão applicados unicamente no custeio e melhoramento do referido instituto.

Da administração das Escolas Superiores e Médias de Agricultura

Art. 31. Immediatamente depois de acceitas pelo Governo do Estado interessado, as condições impostas pela União Federal para a concessão de subvenções do fundo e a constituição do patrimonio destinado á diffusão do ensino «profissional agricola», o legislativo local votará uma lei acceitando o accôrdo e creando uma junta administrativa com personalidade juridica, nomeada pelo executivo estadual e approvada pelo Poder Legislativo, composta de sete membros, nenhum dos quaes deverá ser residente no mesmo municipio em que fôr situada a escola.

Paragrapho unico. Quatro membros da junta serão nomeados para o periodo de quatro annos. Tres outros serão nomeados do mesmo modo pelo periodo de dous annos. Os successores destes ultimos serão nomeados do mesmo modo pelo periodo de quatro annos. Quando se verificarem vagas na junta administrativa, por motivo de resignação ou outro qualquer, antes da terminação do prazo do mandato, os successores serão nomeados para o prazo que faltar.

Art. 32. Remuneração dos membros. Nenhum membro receberá remuneração por seus serviços, mas será indemnizado pelas despezas que fizer em viagens necessarias para as reuniões da "Junta", e com estadia durante os dias de trabalho. A Junta devérá se reunir no minimo quatro vezes por anno, e as despezas com as reuniões serão pagas com recursos da subvenção estadual da escola.

Art. 33. Organização da Junta. Na primeira reunião da Junta deverão ser eleitos dentre seus membros um presidente, um vice-presidente e um secretario. Deverá ser eleita tambem uma commissão executiva de tres membros que terá o poder de agir pela junta, sob sua direcção, entre os intervallos das reuniões.

Art. 34. Poderes da Junta Administrativa. A Junta Administrativa terá poder para:

1.º Nomear o director, o secretario, os professores da Escola de Agricultura e bem assim os outros empregados exigidos para o funccionamento conveniente do estabelecimento.

2.º Propor ao Conselho Superior do Ensino os vencimentos do director e professores da escola.

3.º Organizar todos os estatutos e regulamentos necessarios para a administração da escola e demais dependencias technicas, ouvindo os professores das respectivas cadeiras.

4.º Comprar terras e construir edificios para o uso da escola, de accôrdo com os planos e condições da lei.

5.º Fazer relatorios minuciosos e completos de todas as suas acções, transacções e outros feitos que se tornem necessarios, dentro dos limites da lei.

Paragrapho unico. A subvenção será dada para escolas superiores e médias de agricultura, de accôrdo com as especificações que forem estabelecidas pelo Conselho Superior do Ensino, devendo versar sobre os seguintes estudos: agronomia (agricultura geral e especial), agrologia (geologia e mineralogia physica do sólo); biologia, comprehendendo a botanica, zoologia (parazitologia e entomologia), microbiologia, phytopathologia e genetica (animal e vegetal), zootechnia (geral, especial, anatomia e physiologia e exterior dos animaes); chimica (geral, mineral organica, analytica e agricola); technologia das industrias ruraes; engenharia rural; topographia, estradas de rodagem, hydraulica, irrigação e drenagem, construcções ruraes, machinas e motores agricolas e desenho; physica, meteorologia e climatologia; horticultura, sylvicultura e pomicultura, veterinaria, mathematica, economia rural (contabilidade, administração e legislação rural).

Art. 35. As Escolas Superiores de Veterinaria que funccionarem em conjunto com as Escolas Superiores de Agricultura poderão ter um só laboratorio para cada uma das cadeiras que forem communs aos dous cursos.

Art. 36. As cadeiras communs aos dous cursos de Agricultura e Veterinaria poderão ter um só professor, podendo os cursos ser feitos simultaneamente, a juizo da Directoria do Ensino Agricola.

Art. 37. Os cursos de Veterinaria serão feitos em quatro annos comprehendendo no minimo as seguintes materias: 1 — Physica; 2 — Chimica mineral, organica e biologica; 3 — Botanica; 4 — Zoologia e parazitologia; 5 — Anatomia dos animaes domesticos (descriptiva regional); 6 — Histologia e Embryologia; 7 — Physiologia geral e dos animaes domesticos; 8 — Microbiologia; 9 — Anatomia e Physiologia pathologicas; 10 — Zootechnia e Noções de Agricultura; 11 — Pharmacologia, Therapeutica e Toxicologia; 12—Pathologia, Propedeutica e clinica medica; 13 — Pathologia, Propedeutica e clinica cirurgicas e obstetricia; 14 — Molestias contagiosas e parazitarias dos animaes domesticos; 15 — Hygiene e Policia sanitaria animal; 16 — Inspecção e Conservação dos productos alimentares.

Art. 38. A Junta Administrativa escolherá um thesoureiro para a escola, o qual deverá ter residencia no estabelecimento. Terá elle o dever de receber, como thesoureiro, todo o dinheiro pertencente ou destinado por subvenção ao estabelecimento, ou que provier de qualquer outra fonte. Só poderá fazer pagamentos assignados pelo director e pelo secretario do estabelecimento. Deverá ter o maior cuidado com as quantias recebidas e despendidas, e deverá fazer um detalhado relatorio annual em janeiro, de todas as suas transacções, e tantas vezes quantas forem exigidas pela Junta Administrativa. O thesoureiro deverá depositar em estabelecimento bancario uma quantia cujo valor garanta a responsabilidade do cargo.

Art. 39. Poder sobre terras da escola. A Junta Administrativa sómente por autorização do Congresso Estadual, poderá vender ou transferir titulos de terra pertencentes á escola.

Art. 40. Relatorio e suggestões ao Governo Estadual. — A Junta Administrativa apresentará annualmente ao Governo Estadual, um relatorio mostrando conscienciosamente os trabalhos e progressos da escola, dando detalhada exposição dos recebimentos e despezas. Deverá fazer tambem annualmente ao Congresso, as suggestões que achar necessarias para o melhor desenvolvimento do estabelecimento.

Paragrapho unico. A junta fica obrigada a se submetter á inspecção do Governo Federal uma vez que receba auxilio da União.

Art. 41. Conferir diplomas — A junta, de accôrdo com a lei organica do ensino agricola, terá o poder para conferir diplomas aos alumnos que tiverem concluido os cursos.

Art. 42. Congregação — A Congregação será composta pelo director, professores cathedraticos e professores auxiliares da escola.

Art. 42 a. Deveres da Congregação — A Congregação determinará o numero de alumnos admissiveis á matricula; a duração dos cursos completos e parciaes dos estudos; as materias a serem estudadas e os livros que deverão ser adoptados; marcará ás horas diarias de trabalho e frequencia de aulas da escola. Deverá organizar tambem as regras e regimentos internos para o governo e disciplina dos estudantes. Todos estes assumptos serão approvados, alterados ou rejeitados pela Junta Administrativa.

Art. 43. Matricula — A matricula nas escolas estabelecidas por esta lei, será sempre gratuita na parte referente ao ensino propriamente dito, para todos os moços do Estado, com mais de 14 annos de idade. No internato os alumnos pagarão uma taxa modica correspondente ás despezas com sua manutenção. As condições de matricula serão, de accôrdo com os gráos de ensino estabelecidos na escola, fixados pelo Conselho Superior do Ensino.

Art. 44. Será obrigação da escola publicar annualmente o seu relatorio e, no minimo, quatro boletins relativos aos resultados de trabalhos experimentaes.

Da equiparação, custeio e inspecção das Escolas Agricolas

Art. 45. O ensino profissional agricola ficará a cargo dos governos estaduaes.

Paragrapho unico. Poderão tambem proporcional-o os municipios, as associações agricolas, as instituições e particulares idoneos, nas seguintes condições:

1º, mantendo uma instrucção igual ás escolas estaduaes e possuindo material escolar adequado;

2º, podendo ser subvencionados pelos Governos Federal e Estadual, submettendo-se as escolas á inspecção regulamentar.

Art. 46. Para escolha do local para os estabelecimentos de ensino deve-se, ter em consideração: locação, salubridade, accessibilidade e topographia, abundancia d'agua, uma área de 500 hectares em um só corpo, no minimo, ter os edificios localização tão proxima quanto possivel do centro da propriedade, além de outras condições que serão exigidas pela direcção do ensino.

Art. 47. A equiparação dos estabelecimentos de ensino agricola deverá ser requerida pelos interessados obedecendo as seguintes clausulas:

a) requerimento á Directoria Geral do Ensino Agricola;

b) possuir patrimonio constante de predios para o funccionamento das aulas, gabinetes, laboratorios e para internato, quando se prove ser elle indispensavel e demais condições previstas nesta lei;

c) possuir bibliotheca, material escolar de ensino, collecções de machinas e apparelhos, etc.;

d) ter uma organização technica, didactica e administrativa satisfactoria a juizo do Conselho Superior do Ensino Agricola;

e) possuir o corpo docente de idoneidade moral comprovada e competente;

f) effectivo e regular funccionamento por mais de tres annos;

g) ser custeado ou subvencionado pelo Estado ou municipio;

h) exhibir prova de recursos sufficientes para a sua regular manutenção.

Art. 48. A equiparação será concedida pelo Ministerio da Agricultura depois de prévia fiscalização da escola durante dous annos por um inspector designado pela Directoria Geral do Ensino Agricola e á vista do relatorio e documentos por elle apresentados, ouvido o Conselho Superior do Ensino Agricola.

Das subvenções

Art. 49. As subvenções aos estabelecimentos de ensino agricola mantidos pelos municipios e associações agricolas e particulares devem ser requeridas ao Ministerio da Agricultura, ouvido o Conselho Superior do Ensino Agricola, e provada a sua equiparação.

Art. 50. A subvenção só será concedida para o custeio e para os melhoramentos que se tornarem necessarios. A base para proposta ao Congresso fixando o auxilio será: *a*) as despezas normaes de custeio do estabelecimento de ensino em regular funccionamento; *b*) o numero de alumnos que em média frequentam o estabelecimento; *c*) a área cultivada, importancia dos serviços e da propaganda desenvolvida em beneficio da lavoura do municipio ou da zona.

Art. 51. O auxilio ou subvenção concedida em hypothese alguma deve exceder 50 % da somma total orçada para custeio do estabelecimento. E' concedida annualmente emquanto sua existencia fôr util e benefica aos interesses da agricultura e do publico em geral, do municipio e do Estado.

Art. 52. O Governo Federal poderá auxiliar os estabelecimentos de ensino com pessoal technico idoneo, destacando especialistas para organizar e conduzir determinados serviços em via de installação ou mesmo quando em funccionamento regular.

Da Inspecção dos estabelecimentos de Ensino Agricola

Art. 53. Ficam sujeitos á inspecção e fiscalização os estabelecimentos e serviços que forem subvencionados sob qualquer titulo pelo Governo da União ou que tenham requerido equiparação para os fins de direito.

Art. 54. A inspecção e a fiscalização referida serão consideradas do ponto de vista technico, pedagogico e financeiro, visando a fiel execução dos regulamentos, instrucções, regimento interno e quaesquer ordens ou avisos expedidos pelo Ministerio da Agricultura em relação aos mesmos estabelecimentos.

Art. 55. A inspecção será exercida periodicamente pelos inspectores da Directoria Geral do Ensino Agricola escolhidos dentre os professores das escolas agricolas e profissionaes de agronomia.

Art. 56. As Estações Experimentaes, Postos Zootechnicos e Institutos de Pesquizas annexos aos estabelecimentos de Ensino e que ficam sob a jurisdicção destes, serão subordinados á direcção do Ensino Agricola.

Art. 57. Os Institutos de Ensino Agricola não pertencentes ao Estado, deverão ser registrados na Directoria Geral do Ensino Agricola, para effeito da inspecção, subvenção ou equiparação.

Art. 58. Ao registro de que se trata deve preceder a apresentação de documentos que attestam o exercicio effectivo do estabelecimento, seu regulamento, programmas dos cursos, corpo docente, frequencia e numero de matriculados.

Do Registro de Titulos

Art. 59. Serão registrados na Directoria Geral do Ensino Agricola todos os titulos scientificos ou attestados de capacidade expedidos por institutos scientificos nacionaes, na fórma desta lei.

Art. 60. A inspecção dos estabelecimentos de ensino, como está determinada no capitulo *Da Inspecção dos Estabelecimentos de Ensino Agricola*, é condição essencial para o reconhecimento dos titulos e certificados de capacidade expedidos por estabelecimentos nacionaes equiparados ou subvencionados.

Art. 61. São attribuições privativas dos profissionaes de agronomia e medicina veterinaria que tiverem os seus diplomas registrados no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a fiscalização de emprezas agricolas e pastoris com favores da União; as funcções do serviço de policia sanitaria vegetal ou animal; a perifagem das propriedades agricolas para fins administrativos e judiciaes, e outras funcções inherentes á profissão de agronomia e medico veterinario. São validos tambem os trabalhos de engenharia rural realizados por profissionaes de agronomia.

Disposições geraes

Art. 62. A Directoria Geral do Ensino Agricola manterá em sua séde um museu agricola e de industrias ruraes, no qual figurarão não só os productos dos estabelecimentos a seu cargo, como tambem os que provierem das diversas regiões agricolas do paiz.

Art. 63. Nas escolas de agricultura e outros estabelecimentos de ensino indicados pelo ministro ou pelo Conselho Superior do Ensino haverá cursos praticos para formar trabalhadores ruraes, capatazes, tratadores de animaes, etc.

Art. 64. O Governo abrirá concurso para elaboração de livros didacticos adequados ao ensino agricola ministrado nos diversos estabelecimentos a cargo da directoria.

Paragrapho unico. Os livros de que se trata serão submettidos ao estudo e julgamento do Conselho Superior de Ensino Agricola.

Art. 65. Todos os estabelecimentos de ensino agricola, qualquer que seja a sua hierarchia pedagogica, admittirão á matricula alumnos de um e outro sexo.

Art. 66. O Governo, quando julgar conveniente, poderá contractar especialistas estrangeiros ou nacionaes de competencia comprovada para preenchimento de cargos technicos do ensino agricola, observadas as disposições de leis em vigor.

Art. 67. Os actuaes estabelecimentos que estiverem subordinados ao antigo Ensino Agronomico, creado pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910 e outros que o Governo resolver annexar, ficarão sob a dependencia do Serviço de Ensino Agricola, sendo que o Governo poderá reformal-os, desdobral-os fundil-os, ou mesmo supprimil-os, de accordo com as necessidades de adaptação aos novos moldes do serviço.

Art. 68. Os actuaes funccionarios do ensino agricola, cujos cargos forem mantidos, serão aproveitados nos mesmos cargos ou em outros de categoria equivalente.

Art. 69. Os funccionarios cujos cargos forem supprimidos serão aproveitados em outros de categoria igual ou superior para que tenham revelado competencia no desempenho de funcções anteriores.

Art. 70. O provimento dos cargos de 1º e 2º officiaes será feito por merecimento dentre os 3ºs officiaes, e os cargos de escripturarios de qualquer estabelecimento, mediante concurso, de accôrdo com o disposto nos arts. 45 e 48 do regulamento, approvado pelo decreto n. 11.463, de 13 de janeiro de 1915.

Art. 71. São extensivos ao Serviço de Ensino Agricola, na parte que lhes forem applicaveis, as disposições constantes do art. 202 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; dos arts. 30, 49, 50, 51, 54, 56 a 84, 90 a 98 do regulamento approvado pelo decreto n. 11.436, de 13 de janeiro de 1915.

Art. 72. As duvidas que porventura se suscitarem na execução desta lei serão resolvidas por decisão do ministro e proposta do Conselho Superior do Ensino Agricola.

Art. 73. O pessoal do Serviço do Ensino Agricola terá direito aos vencimentos constantes da tabella annexa.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1926. — *Arthur Salles Filho* pela commissão como encarregado da redacção final.

Directoria Geral de Contabilidade

Primeira secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 2 de março de 1926

Avisos:

Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas:

N. 460,1 — Declara haver resolvido delegar competencia ao director do Aprendizado Agricola do Acre, agronomo Antonio de Inojosa Varejão, para requisitar adeantamentos.

— Sr. chefe da Delegação do Tribunal de Contas junto á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas:

N. 461,1 — Declara haver resolvido delegar competencia ao director do Aprendizado Agricola do Acre, agronomo Antonio de Inojosa Varejão, para requisitar adeantamentos.

—Sr. delegado do Thesouro em Londres:

N. 4.621 — Tendo providenciado, pelo aviso n. 701 de 15 de janeiro findo, dirigido ao Tribunal de Contas, sobre a distribuição, a essa delegacia, dos creditos de rs. ouro 4:230$612, 7:348$660, 1:766$505, 678$337, 708$602, 1:589$355 e 2:000$000, por conta das sub-consignações ns. 2 a 8, consignação II da verba 30ª, do orçamento deste ministerio para o exercicio vigente, autoriza a pagar as subvenções, contribuições e auxilio destinados, respectivamente, á Union Astronomique Internationale, á Union Géodésique et Géophysique Internationale, á Associação Internacional do Frio, á Secretaria Internacional de Propriedade Industrial, ao Conselho Internacional de Pesquizas, com séde em Bruxellas, á União Internacional de Chimica Pura e Applicada, e ás despezas do escripturario do representante do Brasil junto ao Instituto Internacional de Agricultura de Roma, indicados nas mencionadas sub-consignações.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 2 de março de 1926

Officios:

Sr. director geral dos Telegraphos:

N. 4401—Solicita as necessarias providencias no sentido de serem as estações telegraphicas do Rio Grande, Porto Alegre, Caxias, Garibalde, Bento Gonçalves, São Leopoldo, Santa Cruz, Uruguayana, Alegrete, Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, autorizadas a receber e transmittir, como officiaes, os despachos telegraphicos apresentados pelo Dr. Julio Azambuja, que vae em commissão deste Ministerio áquelle Estado, pelo prazo de tres mezes, a contar de 1 de março proximo vindouro.

— Sr. director do Instituto de Chimica:

N. 4411—Declara haver o Sr. ministro resolvido designar o Dr. Julio Azambuja para, em commissão, proceder a um estudo sobre os meios de estabelecer a defesa contra a fraude dos vinhos fabricados no Estado do Rio Grande do Sul.

Para o desempenho dessa commissão foram solicitadas providencias á Viação Ferrea do citado Estado no sentido de serem concedidas passagens ao referido commissionado, devendo a despeza correr por conta da verba dessa repartição, á qual cabe a iniciativa da medida.

— Sr. director da Viação Ferrea do Estado do Rio Grande do Sul:

N. 4.421 — Communica que o Dr. Julio Azambuja, commissionado por este ministerio para proceder nesse Estado ao estudo dos meios de defeza contra a fraude dos vinhos ahi fabricados, está autorizado a requisitar passagens nessa estrada de ferro, devendo, opportunamente, ser remettido por esta directoria geral o conhecimento do respectivo empenho da despeza por conta da verba 20ª, do orçamento deste ministerio.

— Sr. encarregado da Remodelação do Ensino Profissional Technico:

N. 4.431—Declara que o Sr. ministro, tomando conhecimento do officio n. 131, de 11 do corrente, a respeito de abono de diarias ao director da Escola de Aprendizes Artifices de Santa Catharina, deixou de autorizar a concessão dessa vantagem porque a lei só a permitte quando o funccionario se affasta da séde em objecto de serviço.

— Sr. superintendente do Serviço de Algodão:

N. 444,1—Tendo o Sr. ministro deferido, por equidade, o requerimento encaminhado com o officio n. 1.761, de 5 de outubro ultimo, em que o 1º escripturario dessa superintendencia Sr. Luiz Madeira Poppe pede o pagamento de 176 diarias referentes aos exercicios de 1920 e 1921, pede providencias no sentido de serem organizadas as respectivas folhas de pagamento, indicando-se nellas cada local em que o requerente esteve quando fez jús a taes diarias.

— Sr. director do Serviço de Inspecção e Fomento Agricolas:

N. 445,1 — Declara que o Sr. ministro, nos termos do aviso n. 2.951, de 13 do referido mez, dirigiu ao Tribunal de Contas pedido de reconsideração no sentido de serem distribuidos ao Thesouro Nacional, conjunctamente com outros creditos, os das sub-consignações 6 e 7—Pessoal variavel—desse Serviço.

— Sr. director do Serviço de Inspecção e Fomento Agricolas:

N. 446,1 — Communica haver o Sr. ministro resolvido indeferir o requerimento em que é pedido o transporte, por conta deste ministerio, do material destinado á industria assucareira, — uma vez que, para auxilio desta natureza, não ha consignação na vigente lei orçamentaria.

— Sr. director do Observatorio Nacional:

F. 447,1 — Communica o exercicio, durante todo o mez de fevereiro, de um auxiliar que se acha servindo nesta directoria geral.

— Sr. director da Escola de Aprendizes Artifices do Estado de S. Paulo:

N. 448,1 — Communica haver o Sr. ministro resolvido deixar de autorizar a pedida proposta na representação encaminhada com o officio n. 296, de 15 de dezembro ultimo, á vista do disposto no artigo 87 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

— Sr. director geral do Serviço de Povoamento:

N. 449,1 —Declaro que o officio n. 6.123 de 13 de dezembro de 1924 foi respondido em 30 de dezembro do mesmo anno, por officio desta directoria sob n. 5.590, nos seguintes termos:

Declaro em resposta ao vosso officio numero 6.123, de 13 de outubro ultimo, que essa directoria, com competencia para requisitar directamente do Tribunal de Contas pagamentos de despezas comprehendidas na sub-consignação 6) do material da respectiva verba, póde igualmente recolher ao Thesouro Nacional, á disposição da Repartição Geral dos Telegraphos, a quantia de 2:503$200, para a installação dos tres apparelhos telephonicos a que se refere o citado officio.

— Sr. director da Estação Sericicola de Barbacena:

N. 450,1 — Transmitte a conta da The Leopoldina Railway C°. Ltd., na importancia de 18$500, relativa a passagens fornecidas em 1925, em proveito dessa estação, conta que a esta directoria geral foi encaminhada em 17 do mez corrente pela Directoria do Serviço de Inspecção e Fomento Agricolas, com o officio junto por copia.

— Sr. director do Instituto Biologico:

N. 451,1—Communica haver o Sr. ministro resolvido autorizar esse instituto a adquirir, de accôrdo com o que dispõe o art. 246 letra c do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, o material de microscopia a que se refere.

N. 452,1—Communica haver o Sr. ministro tomado conhecimento do pedindo de autorização para a compra do material constante do officio n. 163, de 8 do corrente mez, sem entretanto, decidir pela concessão ou negação da alludida autorização.

N. 453,1—Communica haver o Sr. ministro resolvido conceder a ajuda de custo, correspondente a dous mezes de vencimentos, ao agronomo Loreto Moreira de Abreu, por ter sido transferido do Estado de Minas Geraes para o do Rio de Janeiro, afim de ter exercicio no serviço de combate ao mosaico e outras pragas do café.

— Sr. director de Meteorologia:

N. 454,1—Communica haver o Sr. ministro resolvido autorizar a abertura de seis concurrencias de emergencia, para a execução dos trabalhos especificados nas seis alineas.

— Sr. director geral do Serviço de Industria Pastoril:

N. 455,1—Declara haver o Sr. ministro resolvido conceder a ajuda de custo correspondente a dous mezes de vencimentos ao ex-director da Fazenda Modelo de Urutahy, Militino Pinto de Carvalho, por ter sido nomeado ajudante da Estação Experimental de Agrostologia, nesta Capital.

N. 456,1—Declara haver o Sr. ministro resolvido conceder ao chefe da secção de Zootechnia, Mario Telles da Silva, a ajuda de custo correspondente a dous mezes e meio de seus vencimentos, por ter sido designado para serviços de diversos Estados.

— Sr. director da Despeza Publica:

N. 457,1 — Solicita o pagamento no Thesouro Nacional da folha relativa ao mez de fevereiro ultimo, de um diarista da Estação Geral de Experimentação de Campos, servindo presentemente nesta directoria, na importancia total de 386$500.

— Sr. director da Estação Experimental de Tracatuba, Estado do Pará:

N. 458,1 — Em resposta ao telegramma que foi dirigido ao Sr. ministro, sobre distribuição de credito, pela verba de trabalhadores, declara que já se providenciou pelo aviso n. 701, de 15 de janeiro ultimo, no Tribunal de Contas.

— Sr. superintendente do Serviço do Algodão:

N. 459,1 — Declara haver o Sr. ministro autorizado a adquirir do Sr. Ernst Sonntag, representante para o Brasil da firma J. D. Riedel A. G., de Berlim — dez mil kilos de verde Paris insecticida, marca — Elafrosina — com exclusiva applicação na agricultura, ao preço de cinco mil réis o kilo, de conformidade com o disposto do art. 246, letra *b*, do regulamento geral de Contabilidade Publica.

Requerimento despachado:

Patronato de Menores Abandonados do Estado do Rio de Janeiro, pedindo pagamento do auxilio referente ao corrente anno. — Complete o sello dos documentos.

Segunda secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 2 de março de 1926

Officios:

N. 2.342 — Transmitte o processo de comprovação da applicação dada ao adeantamento de 10:000$ recebido no Thesouro Nacional pelo Sr. Luiz José Leite Junior, em virtude do aviso n. 1.995, de 19 de maio de 1925.

N. 2.352 — Transmitte o processo de comprovação da applicação dada ao adeantamento de 2:500$ recebido pelo Sr. Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo, em virtude do aviso deste ministerio n. 3.744-1, de 20 de outubro do anno de 1925.

— Sr. inspector agricola em Aracajú, Sergipe:

N. 2.332 — Remette, afim de serem utilizados nessa repartição cinco livros de escripturação.

Terceira secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Dia 2 de março de 1926

Officios:

Sr. director da Despeza Publica do Thesouro Nacional:

N. 743—Transmitte o titulo acompanhado do processo em que D. Tabita da Costa, filha do contribuinte João Lopes da Costa, ex-ajudante da Inspectoria Agricola de Inspecção e Fomento Agricolas, requer o apostillamento de seu titulo declaratorio de montepio, visto haver attingido á sua maioridade.

— Sr. ministro-presidente do Tribunal de Contas:

N. 753 — Remette para o competente registro, duas cópias authenticas do termo de contracto celebrado entre este ministerio e o Dr. Paulo Bigler, para servir na qualidade de chefe da Secção de Chimica da Estação Geral de Experimentação de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Directoria Geral da Propriedade Industrial

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR GERAL

Requerimentos despachados

Dia 2 de março de 1926

International General Electric Company, Incorporated, The Chatwood Safe Company, Limited e Herbert Stanley Bruckshaw, Sir Charles Algernos Parsons, Salvador Longo, Garcia Guerrero & Comp., Almeida Cardoso & Comp., Martins, Guimarães & Comp. e Pignatari & Matarazzo (2 requerimentos).— Lavre-se o termo.

Telmo Monteiro de Escobar e Alberto Figueiredo Pimentel e Ramon Benito Alonso. — Dê-se certidão.

Rectificação:

Descripção da marca para que pediu registro a Companhia Calçado Clark, destinada a artigos da classe 36 (deposito n. 4.347, de 17 de fevereiro de 1926):

Consiste na denominação caracteristica "Black", vendo-se as lettras "lack" entre duas linhas parallelas.

A Companhia Calçado Clark apresenta a referida marca em renovação ao registro effectuado na Junta Commercial do Estado de S. Paulo, sob o numero 1.535 e depositado na Junta Commercial desta Capital, em 9 de outubro de 1911, para distinguir calçados de sua industria e commercio, comprehendidos na classe 36.

Repetido, por incorrecções, do *Diario Official* de 19 de fevereiro de 1926.

SECÇÃO DE PATENTES DE INVENÇÃO

(Art. 44 do regulamento annexo ao decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923).

Pontos caracteristicos da invenção de «um aperfeiçoamento nos apparelhos rotativos para a extracção de oleos e gorduras mediante dissolventes», para a qual pediu privilegio Salvador Longo.

(Deposito n. 2.219, de 2 de março de 1926).

1°, a applicação, nos apparelhos rotativos para a extracção de oleos e gorduras mediante dissolventes, de uma superficie filtrante, de preferencia em tres planos, collocada no sentido longitudinal, de modo a ficar dividido o extractor em duas camaras, uma menor que a outra, e cada uma dellas com sua funcção particular;

2°, a applicação, na camara menor alludida, de uma serpentina, fóra do contacto com a materia prima a ser extrahida, para o aquecimento do dissolvente;

3°, extractores rotativos, para a obtenção de oleos e gorduras mediante dissolventes, providos de uma só superficie filtrante interna que divide os mesmos em duas camaras, uma menor e outra maior, cada uma destas com sua funcção particular.

Pontos caracteristicos da invenção de «aperfeiçoamentos em dispositivos de descarga electrica», para a qual pediu privilegio a International General Electric Company, Incorporated.

(Deposito n. 2.220, de 2 de março de 1926).

1°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende meios formadores de uma camara para o anodo: um anodo situado entre os extremos dessa camara, e meios de supporte do anodo, situados entre este e a parede lateral da dita camara, de modo a permittir a livre circulação de vapores na mesma;

2°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende meios formadores de uma camara; um isolador espaçado dos extremos dessa camara; um anodo montado no dito isolador; e um membro perfurado de supporte, situado entre esse isolador e a parede da dita camara;

3°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende meios formadores de uma camara; um membro isolante de supporte espaçado dos extremos dessa camara; um anodo suspenso desse membro; e meios de supporte situados entre o dito membro e a parede lateral da dita camara, de modo a permittir a livre circulação de vapores nellas;

4°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende meios formadores de uma camara; um membro isolante de supporte situado entre os extremos dessa camara; um anodo suspenso do dito membro; e um membro perfurado de supporte, que rodeia o dito membro isolante e fica situado entre esse membro e a parede da dita camara, de modo a permittir a livre circulação de vapores nella;

5°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende um conductor flexivel rodeado por uma manga de material vitrio cimentado em um supporte metallico; e uma guarda isolante, situada entre o dito conductor e a dita obturação, com o fim de impedir o estabelecimento de um arco entre um e outra;

6°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende um conductor flexivel rodeado por uma manga de material vitrio cimentada em um supporte metallico; e uma guarda isolante, montada na superficie interna da dita manga e estendendo-se entre o dito conductor e a dita obturação, sendo por esse modo impedida a formação de um arco entre o dito conductor e a dita obturação;

7°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende um receptaculo; meios que formam uma camara do anodo; e um membro tubular que se estende da dita camara para o dito receptaculo, sendo a parte interna desse membro disposta de modo a formar um amortecedor semi-circular, com a face concava voltada para a cisterna do dito receptaculo;

8°, um dispositivo de descarga electrica que comprehende um receptaculo; um cathodo de mercurio no interior desse receptaculo; meios que formam uma camara do anodo; um anodo nessa camara; e um membro tubular que se estende da dita camara para o dito receptaculo, sendo a parte interna desse membro tubular disposta de modo a formar um amortecedor circular, que resguarda o dito anodo do jacto de vapor projectado do cathodo durante o funccionamento do dito dispositivo e sendo a pressão ao redor do anodo alterada de maneira a reduzir a ionisação do vapor na visinhança do dito anodo.

Pontos caracteristicos da invenção de «aperfeiçoamentos em estructuras de cimento armado», para a qual pediram privilegio The Chatwood Safe Company, Limited e Herbert Stanley Bruckshaw, (deposito n. 2.221, de 2 de março de 1926):

1°, um reforçamento para concreto, o qual comprehende, em combinação varias fileiras entrelaçadas de espiraes entrelaçadas; e meios de ligar as fileiras umas ás outras nos pontos de reunião, substancialmente como descripto;

2°, um reforçamento para concreto, o qual comprehende, em combinação, varias fileiras entrelaçadas de espiraes entrelaçadas; e outras espiraes, entrelaçadas com as ditas fileiras nos pontos de reunião destas, substancialmente como descripto;

3°, um reforçamento para concreto, o qual consiste nas varias unidades reivindicadas em 1, ligadas umas ás outras por espiraes que se entrelaçam com as espiraes dos extremos das fileiras entrelaçadas e por barrás que passam pelo tremeio ás espiraes entrelaçadas, substancialmente como descripto;

4°, o reforçamento aperfeiçoado para concreto, substancialmente como acima descripto e representado.

Finalmente reclamamos os beneficios da Convenção Internacional promulgada pelos decretos ns. 9.233, de 28 de junho de 1884 e 984, de 9 de janeiro de 1903, visto ter sido o mesmo pedido de privilegio depositado na repartição official da Inglaterra, em 12 de novembro de 1925 sob o n. 28.550.

Pontos caracteristicos da invenção de «aperfeiçoamentos em condensadores de superficie», para a qual pediu privilegio Sir Charles Algernon Parsons (deposito n. 2.222, de 2 de março de 1926):

1°, um crivo para condensadores de superficie, disposto na caixa dagua dos mesmos, em frente á chapa de tubos, extremo de entrada; sendo o crivo proporcionado, quanto á espessura e tamanho das malhas, de tal modo que annulle todo o movimento da agua em qualquer direcção perpendicular aos eixos dos tubos condensadores, assim impedindo redomoinhos na agua que entra nos tubos, substancialmente como descripto;

2°, o crivo reivindicado em 1, provido de grande numero de passagens circulares ou prismaticas, adjacentes umas

ás outras, substancialmente como descripto;

3°, o crivo reivindicado em 1 ou 2, formado de chapas finas, dobradas e soldadas umas nas outras, substancialmente como descripto;

4°, o crivo reivindicado em 1, formado de grande numero de tubos ou passagens tubulares, substancialmente como descripto;

5°, o crivo reivindicado em 4, o qual consiste em uma chapa, igual em espessura ao crivo, através a qual são praticados orificios, substancialmente como descripto;

6°, o crivo reivindicado em 4, o qual comprehende um grande numero de comprimentos de tubos, montados em uma chapa, substancialmente como descripto;

7°, o crivo reivindicado em 4, o qual comprehende um grande numero de pedaços curtos de tubos, empilhados uns sobre os outros, em formação regular e fixados uns nos outros de qualquer modo conveniente, substancialmente como descripto;

8°, o crivo reivindicado em 1 ou 4, no qual cada passagem é subdividida por meio de tabiques ou paredes divisorias adequadas, que servem de membros guiadores, substancialmente como descripto;

9°, o crivo reivindicado em 8, no qual os tabiques são seguros em um segurador tubular, do qual elles projectam, para introduzirem-se no tubo condensador, substancialmente como descripto;

10°, o crivo reivindicado em 8, no qual os tabiques estão dispostos em comprimentos alternados, dispostos obliquamente entre si ao longo do comprimento da passagem, substancialmente como descripto;

11°, o crivo reivindicado em 8, no qual os tabiques são ranhurados de modo a se entrelaçarem, substancialmente como descripto;

12°, crivos e condensadores aperfeiçoados, providos de crivos, substancialmente como aqui descripto como referencia aos desenhos annexos.

Finalmente reclamo os beneficios da Convenção Internacional (promulgada pelos decretos ns. 9.233, de 28 de junho de 1884, e 984, de 9 de janeiro de 1903), visto ter sido o mesmo pedido de privilegio depositado na Repartição Official da Inglaterra, em 30 de março de 1925, sob o numero 8.436.

SECÇÃO DE MARCAS DE INDUSTRIA E DE COMMERCIO

(Art. 91 do regulamento annexo ao decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923)

Descripção da marca para que pediram registro Martins, Guimarães & C., destinada a artigos da classe 35 (deposito n. 4.425, de 2 de março de 1926):

Adoptam, como marca sua exclusiva, de manufactura e de commercio, a palavra "A Seductora", que poderá variar em côres, typo, caracteres e dimensões e servirá para assignalar artigos da classe 35.

Descripção da marca para que pediram registro Pignatari & Matarazzo, destinada a artigos da classe 12 (deposito n. 4.426, de 2 de março de 1926).

Consiste, essencialmente, nas lettras M M, em typos de fantasia, dispostas no centro de um triangulo rectilineo formado pelos vocabulos "Metallurgica", "Matarazzo" e "Aluminio". Debaixo desta ultima palavra, que representa a base do alludido triangulo, lê-se "Marca registrada".

A marca se destina a assignalar e distinguir artigos de aluminio, do fabrico da depositante, comprehendidos na classe 12. Poderá ser usada em quaesquer dimensões, typos de lettras e cores, impressa em papel ou gravada no metal, como tambem nos papeis de escriptorio e em qualquer fórma de denominação e propaganda commerciaes.

Descripção da marca para que pediram registro Pignatari & Matarazzo, destinada a artigos da classe 12 (deposito n. 4.427, de 2 de março de 1926):

Consiste, essencialmente, na palavra Combate, escripta em typo phantasia, sendo que a parte inferior da inicial se prolonga numa curva de fórma elliptica que termina na parte superior da lettra T. Embaixo da alludida palavra e dentro da curva da inicial, acham-se os dizeres "Marca registrada".

A marca se destina a assignalar e distinguir artigos de aluminio, do fabrico da depositante, comprehendidos na classe 12. Poderá ser usada em quaesquer dimensões, typos de letiras e côres, impressa em papel ou gravada no metal, tanto nos envólucros como nos papeis de escriptorio e em qualquer fórma de denominação e propaganda commerciaes.

Descripção da marca para que pediram registro Almeida Cardoso & Comp., destinada a artigos da classe.

(Deposito n. 4.428, de 2 de março de 1926):

Consiste na figura de um anjo coroando uma aguia, sobre uma peanha com a palavra anjinho, lendo-se ainda á esquerda ou á direita da figura os nomes Almeida Cardoso, respectivamente, podendo os mesmos e a aguia estarem á direita e á esquerda do anjo. Acima da marca lê-se "Marca Registrada" e, abaixo, os dizeres: A marca supra é a garantia da legitimidade de nossos productos — Cuidado com as falsificações, a firma dos depositantes e, em seguida, o nome do producto Aconitum Nap. 5ª D. Circundando a supradita marca e etiqueta, entre frisos, lê-se ainda o seguinte-Homœopathia — Almeida Cardoso & Comp. — Só é legitimo com esta marca — Rio de Janeiro.

A referida marca, que poderá variar em typos, côres e dimensões, servirá para distinguir os productos de seu fabrico e commercio incluidos na classe 3 do regulamento em vigor e será usada tambem em reclames, cartões, notas e facturas.

Descripção da marca para que pediram registro Garcia, Guerreiro & Comp., destinada para distinguir charutos de seu fabrico e commercio incluidos na classe 44.

(Deposito n. 4.429, de 2 março de 1926):

Consiste no nome caracteristico "Capitolio" com uma cetra.

A referida marca, que poderá variar em typos, côres e dimensões, servirá para distinguir charutos de seu fabrico e commercio incluidos na classe 44 e será usada tambem em reclames, cartões, notas e facturas.

Directoria Geral do Serviço de Industria Pastoril

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 27 de fevereiro de 1926

Officios:

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

N. 585 — Transmitto inclusa a V. Ex. para os devidos fins a 2ª via do empenho n. 3, talão n. 66, na importancia de 67$500, deduzida da 6ª sub-consignação da verba deste serviço para o corrente exercicio.

— Sr. director geral de Contabilidade do Ministerio da Agricultura:

N. 586 — Devolvendo-vos as inclusas contas de telegrammas expedidos, durante o anno proximo findo, pela Estrada de Ferro de Goyaz, por conta da delegacia deste serviço e Fazenda Modelo de Urutahy, e que acompanharam o vosso officio n. 304,1, de 15 do corrente, cumpre-me declarar-vos que esta directoria não póde providenciar sobre o pagamento das ditas contas, não só porque a respectiva despesa não foi em tempo devidamente empenhada, como tambem por não ter deixado saldo a sub-consignação 17, da verba deste serviço para o anno passado, por onde deveria correr a mesma despeza.

Tratando-se, portanto, de compromissos assumidos pela delegacia, sem o necessario credito, parece-me que é a essa directoria geral que cumpre providenciar sobre o pagamento nos termos do art. 78 do Codigo de Contabilidade.

N. 587 — Transmitto-vos inclusa, para os devidos fins a 3ª via do empenho n. 3, talão n. 66, na importancia de 67$500, deduzida da 6ª sub-consignação da verba deste serviço para o corrente exercicio.

— Sr. director geral do Departamento Nacional de Saude Publica:

N. 584 — Solicito vossas providencias no sentido de ser submettido a inspecção de saude o funccionario deste serviço, José Opilio do Nascimento, que pretende obter seis mezes de licença de accôrdo com o art. 17 do decreto numero 14.663, de 1 de fevereiro de 1921.

— Sr. delegado do Serviço de Industria Pastoril no Estado da Bahia:

N. 588 — Inclusos vos devolvo, por não terem vindo acompanhados dos documentos exigidos pela portaria de 21 de setembro de 1909, os pedidos de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, de D. Maria Francisca de Góes Monsão e Eude de Souza.

Os documentos enviados são respectivamente, um talão de imposto sobre renda e um de industria e profissão, no que não estão sendo observados os termos daquella portaria.

Aproveito a opportunidade para lembrar-vos, que de accôrdo com a lei da Receita do corrente anno, a partir de 1º do corente, os pedidos de inscripção deverão vir estampilhados com 2$000, e os attestados com 1$000, em sellos federaes.

— Sr. delegado do Serviço de Industria Pastoril do Estado de Pernambuco — Recife:

N. 589 — Transmitto-vos, para que faças chegar ás mãos do interessado o attestado de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencente ao Sr. José de Medeiros Vasconcellos, cujo pedido foi encaminhado a esta directoria geral, com o vosso officio n. 361, de 19 de agosto do anno proximo findo.

— Sr. delegado do Serviço de Industria Pastoril no Estado do Pará — Belém:

N. 590 — Passo ás vossas mãos, para os devidos fins, o attestado de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencente ao Sr. Dr. Salomão Capper, cujo pedido foi encaminhado a esta directoria geral, com o officio numero 504, de 3 de agosto do anno proximo findo, afim de que providencieis no sentido de ser o mesmo entregue ao interessado.

— Sr. delegado do Serviço de Industria Pastoril no Estado do Rio Grande do Sul — Porto Alegre:

N. 591 — Para o vosso conhecimento e para que façaes chegar ás mãos do interessado, remetto-vos o attestado de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencente ao Sr. Amaro de Campos Pereira, cujo pedido foi encaminhado a esta directoria geral com o vosso officio n. 1.273, de 22 de setembro do anno proximo findo.

N. 592 — Transmitto-vos o attestado de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencentes ao Sr. Julio Pratini, cujo pedido foi encaminhado a esta directoria geral com o officio n. 1.269, de 21 de setembro do anno proximo findo, para que façaes chegar ás mãos do interessado.

N. 600 — Em requerimento que acompanhava vosso officio n. 1.080, de 18 de agosto de 1925, D. Alayde Soares da Camara pedia que fosse feita a transferencia para o seu nome do titulo de inscripção, no Registro de Lavradores e Criadores, do seu finado marido general Felippe Pinheiro Corrêa Camara, e em solução, cabe-me declarar-vos, para os devidos fins, não ser possivel attender ao solicitado, pois tendo aquella inscripção sido feita na Directoria Geral de Agricultura, que desse serviço não mais se occupa, nada póde fazer esta directoria, sendo mais razoavel que a requerente peça outro registro de sua propriedade agricola, no seu nome individual.

N. 601 — Para o vosso conhecimento, e para que o façaes chegar ás mãos do interessado, incluso vos remetto o attestado de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencente a Miguel Barbará, cujo pedido acompanhou o vosso officio n. 321, de 16 de abril de 1925.

N. 602 — Por serem deficientes as informações prestadas, incluso vos devolvo, para os devidos fins, o pedido de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, de Francisco Daniel Ferreira, que acompanhou o vosso officio numero 365, de 1 do corrente.

N. 603 — Para que façaes chegar ás mãos do interessado, incluso vos remetto o attestado de inscripção no registro de lavradores e criadores pertencente a Antonio Francisco da Silveira, que acompanhou o vosso officio n. 435, de 9 do corrente.

N. 604 — Para o vosso conhecimento, e para que o façaes chegar ás mãos do interessado, incluso vos remetto o attestado de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencente a Alvaro Pinheiro Machado, cujo pedido acompanhou o vosso officio n. 365, de 1 do corrente.

— Sr. encarregado da Estação de Monta de Cachoeira — Pará:

N. 593 — Incluso vos devolvo, devido á quasi completa deficiencia de informações prestadas, o pedido de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, de Jayme Fero Gama, que acompanhou o vosso officio n. 11, de 21 de janeiro findo.

Aproveito a opportunidade para vos lembrar que, de accôrdo com a lei de receita em vigor, os pedidos de inscripção, a partir de 1 de fevereiro corrente, deverão vir estampilhados com 2$, e os attestados e talões, com 1$, em sellos federaes.

— Sr. encarregado do Posto de Veterinaria de Ponta Grossa — Estado do Paraná:

N. 594 — Incluso vos devolvo, por não estar o talão de imposto territorial devidamente sellado, o pedido de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, de João C. Justus, que acompanhou o vosso officio nº. 15, de 18 do corrente.

Aproveito a opportunidade para vos lembrar que, de accôrdo com a lei da receita em vigor, a partir de 1 de fevereiro do corente anno, os pedidos de inscripção deverão vir estampilhados com 2$, e os attestados e talões com 1$, em sellos federaes.

— Sr. director da Despeza Publica do Thesouro Nacional:

N. 595 — Transmitto-vos inclusa a folha para pagamento da gratificação provisoria, relativa ao mez de dezembro ultimo, na importancia total de 2:971$500, que compete ao pessoal extranumerario desta directoria, nos termos do artigo 151 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, devendo a despeza ser levada á conta do credito aberto pelo decreto n. 4.871, de 7 de novembro de 1924.

N. 607 — Peço vossas providencias afim de que dos vencimentos do encarregado do Posto de Assistencia Veterinaria de Minas Geraes, José Ferreira Brant, seja descontada, pela 5ª parte dos mesmos vencimentos, a importancia de 210$600, proveniente de seis passagens concedidas a pessoas de sua familia, por ordem do Sr. ministro, entre Bello Horizonte e Juiz de Fóra.

— Sr. presidente da Rêde Sul Mineira:

N. 596 — Attendendo a uma reclamação do inspector veterinario deste serviço, na Feira de Tres Corações, solicito vossas providencias, no sentido de se oppôr o agente da estação dessa estrada, naquella cidade, a qualquer embarque de gado, que não esteja munido do competente attestado de sanidade, afim de facilitar o policiamento sanitario da pecuária local, por parte deste ministerio.

— Sr. delegado do Serviço de Industria Pastoril. — S. Paulo:

N. 597 — Para vosso conhecimento e para que os façaes chegar ás mãos dos interessados, inclusos vos remetto, os attestados de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencentes a D. Francisca Rodrigues da Cunha, José Strazza & Irmão e Emilio Barrionevo & Comp., cujos pedidos acompanharam o vosso officio n. 117, de 20 do corrente.

N. 605 — Por não estarem devidamente sellados, inclusos vos devolvo, para os devidos fins, os documentos relativos ao pedido de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, de Guilherme Rodrigues da Cunha, que acompanhou o vosso officio n. 177, de 20 do corrente.

De accôrdo com a lei da Receita em vigor, todo requerimento deve ser estampilhado com 2$ em sellos federaes, e os attestados com 1$000.

— Sr. presidente do Banco Brasileiro Allemão:

N. 598 — Em referencia ao vosso memorandum de 19 do corrente, relativo ao titulo de 1:500$ emittido pela Empreza Editora da "Chacaras e Quintaes", cabe-me informar-vos ter sido aquella conta enviada ao Tribunal de Contas, primeiramente com officio n. 1.556, de 20 de maio de 1925, e depois com officio numero 167, de 22 de janeiro findo, competindo agora providencias ao procurador daquella empreza junto ao referido tribunal.

—Sr. encarregado da Estação de Monta de Morrinhos:

N. 599 — Em resposta ao vosso telegramma de 16 do corrente, cabe-me declarar-vos que não foi distribuida verba alguma, no corrente anno, para as despezas de forragens dessa estação. Quanto ao pessoal assalariado foi distribuida a importancia de 8:400$ para pagamento do que foi admittido por essa estação, este anno.

— Sr. Oscar de Rezende, auxiliar de 2ª classe, Uberabinha, Minas:

N. 606 — Para o vosso conhecimento e para que o façaes chegar ás mãos do interessado, incluso vos remetto o attestado de inscripção no Registro de Lavradores e Criadores, pertencente a Jeronymo Marquez de Andrade, que acompanhou o vosso officio sem numero de 12 do corrente.

— Sr. delegado do Serviço de Industria Pastoril, Manáos, Amazonas:

N. 608 — Em solução ao vosso telegramma, em que communicaes o desejo de varios fazendeiros de Rio Branco, de installarem uma estação de monta provisoria, cabe-me declarar-vos, para os devidos fins, que os criadores devem requerel-a ao Sr. ministro, declarando qual a raça do animal que desejam.

As petições devem ser, de preferencia, encaminhadas a esta directoria, afim de serem informadas e convem que venham acompanhadas de informação do encarregado da estação á qual pertence o animal pedido.

— Sr. presidente da Sociedade Nacional de Agricultura:

N. 609 — Em referencia ao vosso officio n. 75.813, de 18 do corrente, em que solicitaes frete gratuito, de S. Bernardo para S. Diogo, para 200 kilos de escoria Thomas, 100 kilos de sulfato de potassa e 50 kilos de superphosphato de cal, pertencentes a Joaquim Soares de Souza Baptista, cabe-me informar-vos, para os devidos fins, não ser possivel a esta directoria attender ao vosso pedido, por se tratar de assumpto dependente do Serviço de Inspecção e Fomento Agricolas.

Directoria de Meteorologia

INSTITUTO CENTRAL

Expediente de 22 e 23 de fevereiro de 1926

Officios:

N. 1.454 — Ao Observador da Estação Hydrometrica de Barra do Pirahy, Estado do Rio, communicando que a Collectoria Federal dessa localidade já se acha em poder da ordem n. 299, de 31 de dezembro de 1925, da Directoria da Despeza Publica, autorizando o pagamento do augmento provisorio da tabella "Lyra", do exercicio de 1925.

N. 1.455 — Ao director geral dos Telegraphos, tendo os telegrammas destinados ao serviço do "Boletim Mensal", desta directoria, procedentes das estações de Pão de Assucar e Macció, sido transmittidos no dia 9, sómente foram

recebidos na Repartição Geral dos Telegraphos a 19 do corrente, demora essa que impediu que fossem publicados os dados meteorologicos das referidas estações, pede providenciar no sentido de não se reproduzir tal inconveniente no mez de março proximo futuro.

N. 1.456 — Ao encarregado da estação meteoro-agraria de Ponta Grossa, Paraná, respondendo ao officio n. 10, de 9 do corrente, esclarece sobre relação de erros do mez de setembro de 1925.

N. 1.424 — Ao Sr. ministro da Agricultura, juntando, por cópia, e submettendo a S. Ex. a ordem de serviço, baixada nesta data, elogiando os funccionarios do Instituto Central que contribuiram para merecer da directoria as lisongeiras apreciações sobre os seus serviços do commandante Ramon Franco.

N. 1.499 — Ao superintendente da The Rio de Janeiro Light and Power, em Lages, Estado do Rio, respondendo á carta L. D. 13, de 18 do corrente, agradece remessa dos quadros meteorologicos de evaporação, temperatura e chuva, referente ao mez de janeiro ultimo.

N. 1.503 — Ao encarregado da estação climatologica de Senna Madureira, Acre, referindo-se ao exame feito nos trabalhos do mez de dezembro ultimo, recommenda não esquecer os lançamentos na columna — Estado Geral do tempo — como aconteceu nos trabalhos ultimos.

N. 1.510 — Ao observador da estação climatologica de Porangaba, Ceará, recommendando evitar interrupções no traçado dos diagrammas, o que revelou o exame feito nos trabalhos de janeiro ultimo.

N. 1.511 — A' encarregada da estação thermo-pluviometrica de Floriano Peixoto, Amazonas, referindo-se ao exame feito nos trabalhos de dezembro ultimo, e aos sinões encontrados, recommenda se orientar pelas "Instrucções Meteorologicas", pag. 17.

N. 1.524 — Ao chefe da estação climatologica de Curityba, Paraná, chamando a attenção para sinões encontrados nos trabalhos de outubro a dezembro ultimos.

N. 1.523 — Ao chefe da estação climatologica de Santos, São Paulo, chamando a attenção para sinões encontrados nos trabalhos de novembro a dezembro de 1925.

N. 1.524 — Ao chefe da estação climatologica em Cuyabá, Matto Grosso, chamando a attenção para sinões encontrados nos trabalhos de novembro e dezembro de 1925.

N. 1.529 — Ao presidente do Tribunal de Contas, respondendo ao officio n. 236, de 9 do corrente, que restituiu conta de J. R. de Oliveira & Comp., na importancia de 80$000, reenvia a mesma, devidamente rectificada, afim de, reformado o despacho que negou registro ao pagamento, seja o mesmo ordenado.

N. 1.533 — A' observadora da estação climatologica de Macahé, Estado do Rio, respondendo ao officio n. 10, de 5 do corrente, informa sobre pagamento de gratificações.

TRIBUNAL DE CONTAS

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO PRESIDENTE

Dia 23 de fevereiro de 1926

Sr. ministro da Fazenda:

N. 197 — Cabe-me communicar a V. Ex., para os fins convenientes, que este tribunal, tendo presente o aviso desse ministerio n. 10, de 21 de janeiro proximo findo, solicitando, á vista das razões que apresenta, reconsideração do despacho proferido em sessão de 18 de novembro do anno proximo passado, pelo qual foi mantida a decisão de 19 de março de 1925, recusando registro ao pagamento, por exercicios findos, a D. Maria da Gloria Bastos, viuva do servente da Imprensa Nacional, Antonio Fernandes Bastos, da importancia de 1:033$980, proveniente de gratificação addicional, no periodo de 27 de setembro de 1913 a 17 de março de 1916, conforme o incluso processo, resolveu, em sessão de 8 do corrente, manter a sua anterior decisão.

N. 198 — Communicando resposta affirmativa á consulta sobre a legalidade da abertura dos creditos especiaes de 14:869$673, para pagamento a Silvino Cavalcante Paes Barreto, e de 6:675$299, a Carlos Severino da Fonseca, collectores federaes nos municipios de Limoeiro e Palmares, em Pernambuco, de percentagens a que teem direito, excluidos os juros de móra e as despezas a que seriam obrigados se estivessem no exercicio de suas funcções.

— Sr. auditor Dr. Antonio dos Passos Miranda:

N. 209 — Tendo entrado hoje em goso de férias o Sr. ministro Dr. Camillo Soares de Moura, cabe-me convocar a V. Ex. para substituil-o emquanto durarem as referidas férias.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR-SECRETARIO

Dia 23 de fevereiro de 1926

Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

N. 340 — Solicitando seja informado em que data foi recebido o adeantamento, afim de que o tribunal possa resolver sobre o processo n. 15.794, relativo á comprovação de applicação dada ao adeantamento de 20:000$, feito ao Dr. Edgard Teixeira Leite, director da Estação Geral de Experimentação de Escadia.

— Sr. director da Despeza Publica:

N. 341 — Restituindo o processo referente ao pagamento, ao fiel de armazem, extincto, Julio Jorge Werneck, da quantia de 450$, por ter substituido o porteiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Paraná, no periodo de janeiro a junho de 1925, afim de ser cumprido o despacho de 22 de janeiro citado,

— Sr. superintendente do Abastecimento:

N. 342 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que este tribunal, tendo presente o vosso officio numero 1.061, de 16 de dezembro ultimo, solicitando, á vista das razões que apresenta, reconsideração do despacho proferido em sessão de 27 de novembro precedente, sobre o officio n. 1.003, de 9 do mesmo mez, pelo qual foi recusado registro ao pagamento ao Dr. Dulphe Pinheiro Machado, superintendente desse serviço, da importancia de 533$128, proveniente de diarias, em 1925, por serviços prestados fóra da séde da repartição, conforme os inclusos documentos, resolveu, em sessão de 10 do corrente, manter a sua anterior decisão.

— Sr. chefe da Delegação do Tribunal de Contas no Ministerio da Guerra:

N. 343 — Para que este tribunal possa resolver sobre o incluso requerimento do capitão Evaristo Marques da Silva, encaminhado a este mesmo tribunal com o aviso n. 2, tambem junto, do Ministerio da Guerra, de 4 de janeiro proximo findo, e no qual o dito capitão solicita, á vista das razões que apresenta, relevação da multa que incorreu por não ter prestado dentro do prazo legal contas do adeantamento de 30:000$, que recebeu na qualidade de thesoureiro da Liga de Sports do Exercito, rogo-vos, de conformidade com o despacho do Sr. ministro presidente, de 23 de janeiro citado, informeis a este tribunal se foram prestadas as contas do adeantamento de que se trata e, no caso affirmativo, se foi imposta a multa a que se refere o art. 298, do Regulamento Geral de Contabilidade Publica.

— Sr. director presidente da Companhia Nacional de Navegação Costeira:

N. 344 — Remettendo a primeira via do conhecimento n. 1, relativa ao empenho da importancia de 2:898$, feito, no corrente anno.

— Sr. director da Contabilidade do Thesouro Nacional:

N. 345 — Remettendo o processo referente á comprovação do adeantamento feito ao thesoureiro da E. F. C. do Brasil, Antonio Carlos de Araujo Bastos Junior, na importancia de 400:000$, e recebido em 10 de março de 1925, para o cumprimento do art. 360 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica.

— Sr. director da Receita Publica:

N. 346 — Communicando o registro do accôrdo firmado, em 15 de janeiro proximo findo, entre a Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de São Paulo e a Companhia Electricidade de Taquaritinga, no mesmo Estado, para a arrecadação do imposto de consumo de energia electrica.

— Ao Sr. capitão dos Portos do Estado da Parahyba:

N. 347 — Em resposta ao vosso officio n. 466, de 20 de novembro ultimo, solicitando a devolução de documentos referentes á concurrencia publica, realizada nessa capitania, para fornecimento aos estabelecimentos de Marinha desse Estado, remetto-vos, inclusos, os documentos que instruiram o processo da concurrencia, inclusive o officio n. 367, de 3 de setembro de 1925 e as cartas do negociante matriculado e de registro da firma J. V. Vergára, a que vos referis no citado officio n. 466.

— Sr. chefe da Delegação do Tribunal de Contas no Estado de Minas Geraes:

N. 348 — Remettendo quatro provisões de quitação.

Relação das provisões expedidas aos responsaveis abaixo declarados e que nesta data são remettidas com o officio n. 348, de 23 de fevereiro de 1926, á Delegação do Tribunal de Contas no Estado de Minas Geraes, afim de serem entregues a quem de direito, de accôrdo com as instrucções expedidas pela circular n. 2.556, de 10 de novembro de 1924:

Numero — Data — Nome do responsavel — Cargo — Periodo

N. 163, 14 de abril de 1924, Domiciano Noronha Sá, director, interino, do Patronato Agricola Wenceslau Braz — Adeantamento de 20:000$, em virtude do aviso n. 1.045, de 8 de abril de 1919.

N. 804, 5 de outubro de 1921, Sydney Americo Pacca, auxiliar-agronomo do Patronato Agricola Wenceslau Braz. — Adeantamento de 15:000$, recebido em virtude do aviso n. 4.866, de 15 de outubro de 1921, do Ministerio da Agricultura.

N. 922, 16 de outubro de 1924, Octavio Café, director do Patronato Agricola Casa dos Ottoni. — Adeantamento de 10:000$,

recebido em virtude do officio n. 357, de 23 de abril de 1923, do patronato.

N. 943, 22 de outubro de 1924, Amilcar Savassi, director da Estação Sericicola de Barbacena. — Adeantamento de 15:500$, recebido em 15 de setembro de 1923.

Secretaria do Tribunal de Contas, 4 de fevereiro de 1926. — *Moacyr S. Camargo*, 3º escripturario.

— Sr. director da Contabilidade do Thesouro Nacional:

N. 349 — Cabe-me communicar-vos, para os fins convenientes, que o Sr. ministro presidente deste Tribunal, tendo presente o vosso officio n. 124, de 19 de fevereiro de 1925, com o quadro em que se acham mencionados o porteiro do Ministerio da Viação e Obras Publicas, José Alves da Silva, como responsavel pelo adeantamento de 3:000$, e o meteorologista da Directoria de Meteorologia, Carlos Ferreira Campos, pelo de 20:000$, que lhes foram feitos em virtude dos avisos n. 2.615, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, de 8 de novembro e n. 4.744, do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, de 29 de outubro de 1924, e cujo prazo de 90 dias para prestação de contas terminou em 19 de fevereiro citado, sem que tivessem sido apresentados a essa directoria os documentos comprobatorios da applicação das quantias adeantadas, resolveu, por despacho de 22 de dezembro proximo findo, impôr aos ditos funccionarios a multa de 1 % ao mez, sobre as respectivas quantias, nos termos do art. 298, do Regulamento Geral de Contabilidade Publica.

N. 350 — Ao director da Despeza Publica, fazendo identica communicação.

N. 351 — Ao director de Meteorologia, idem, da multa imposta ao meteorologista Carlos Ferreira Campos.

N. 352 — Ao director da Contabilidade do Ministerio da Viação, idem, idem, ao porteiro José Alves da Silva.

Delegação do Tribunal de Contas no Estado da Parahyba do Norte

ACTA N. 7º — REUNIÃO DE 16 DE JANEIRO DE 1926

Presidencia do chefe da delegação, Sr. Orlando Bandeira Villela

Presente o Sr. delegado Hortencio de Alcantara Filho, foi aberta a sessão. Lida e approvada a acta da reunião anterior, foram relatados os seguintes processos:

Pelo Sr. delegado Alcantara Filho:

Ministerio da Justiça:

Officio n. 20, de 4 de janeiro corrente, da Presidencia do Estado, sobre o recolhimento da quota para o Serviço de Saneamento Rural e Prophylaxia da Lepra. — A delegação resolveu que se procedesse nos termos do voto expendido pelo Sr. delegado chefe.

Ministerio da Agricultura — Officios:

N. 90, de 11 do corrente, da Inspectoria Agricola do 7º Districto, pagamento de 1:906$, aos operarios e trabalhadores da Inspectoria, por salarios que fizeram jús no mez de dezembro ultimo. — A delegação resolveu ordenar o registro da despeza.

N. 6, de 12 do andante, da Escola de Aprendizes Artifices, processo de pagamento de 40$800, ao Abastecimento d'Agua da Parahyba, por fornecimentos feitos no quarto trimestre do anno proximo findo. — A delegação resolveu ordenar o registro da despeza.

N. 7, de 12 do fluente, da Escola de Aprendizes Artifices, processo de pagamento de 61$800 á firma Sá & Comp., por serviços prestados no segundo semestre de 1925. — A delegação resolveu ordenar o registro da despeza.

N. 18, de 7 deste mez, da Delegacia do Serviço de Industria Pastoril, pagamento de 607$500 aos operarios e trabalhadores da Estação de Monta de Umbuzeiro, pelos salarios a que fizeram jús no mez de dezembro transacto. — Sanada como se acha a falta que motivou a decisão proferida em sessão de 13 do corrente, a delegação resolveu reconsideral-a, para o fim de ordenar o registro da despeza, bem assim, que se officie á repartição interessada, nos termos do parecer.

N. 29, de 8 de janeiro corrente, da Delegacia de Industria Pastoril, processo de pagamento de 170$ ao Club do Remo, pelo aluguel do predio em que funcciona a delegacia, referente ao mez de dezembro ultimo. — A delegação resolveu ordenar o registro da despeza.

N. 11, de 8 do fluente, da Delegacia do Serviço do Algodão, processo de pagamento de 603$012, ao escripturario José de Borja Peregrino, por haver substituido o delegado do serviço no periodo de 9 de novembro a 24 de dezembro de 1925. — A delegação resolveu ordenar o registro da despeza.

Ministerio da Viação:

Officio n. 1, de 7 do andante, da Fiscalização das Obras do Porto da Parahyba, processo de pagamento de 38230, á Great Western of Brazil Railway, por serviços prestados em outubro do anno passado. — A delegação resolveu ordenar o registro da despeza.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. E, para constar eu, Hortencio de Alcantara Filho, servindo como secretario, lavrei a presente acta, que vae devidamente assignada. — *Orlando Bandeira Villela*. — *Hortencio de Alcantara Filho*.

TERMOS DE CONTRACTO

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Directoria Geral de Contabilidade

Contracto de arrendamento do predio numero noventa e dous, da rua Estevão, destinado á installação da agencia do Correio de Bangu, que entre si fazer a Companhia Progresso Industrial do Brasil, como proprietaria, e a Directoria Geral dos Correios, na fórma abaixo:

Aos vinte e seis dias do mez de fevereiro de mil novecentos e vinte e seis no gabinete do director geral dos Correios, presentes o respectivo director, Sr. Severino Henrique de Lucena Neiva e a Companhia Progresso Industrial do Brasil, com séde nesta cidade, cujos estatutos foram publicados no *Diario Official* de 10 de janeiro do anno de mil novecentos e vinte e quatro e representada na fórma do disposto nos mesmos estatutos, pelo seu presidente Dr. Manoel Guilherme da Silveira Filho, proprietaria do predio numero noventa e dous da rua Estevão, foi contractado, de conformidade com o despacho do Sr. director geral, constante do processo "Agencia B, numero novecentos e quarenta e oito, do protocollo da Sub-directoria de Contabilidade, do anno de mil novecentos e vinte e cinco, de accôrdo com o disposto no numero quatro do artigo quinhentos e vinte e dous, do decreto executivo numero quatorze mil setecentos e vinte e dous, de dezeseis de março de mil novecentos e vinte e um e o artigo setecentos e sessenta e sete, paragrapho unico, do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, e em presença das testemunhas que este assignam, o seguinte: A Companhia Progresso Industrial do Brasil, outorgante locadora; dá de arrendamento á Directoria Geral dos Correios, outorgada locataria, o predio de sua propriedade, sito nesta capital, a rua Estevão, numero noventa e dous, livre e desembaraçado de qualquer onus, mediante o aluguel annual de quatro contos e duzentos mil réis (4:200$000), que será pago em prestações mensaes de trezentos e cincoênta mil réis (350$000), depois de vencido onde e a quem de direito, sob as clausulas que se seguem:

Primeira — O arrendamento será pelo prazo de cinco annos financeiros, terminando em trinta e um de dezembro de mil novecentos e trinta.

Segunda — A outorgante obriga-se a fazer todos os concertos que forem necessarios ao predio, durante o prazo do arrendamento, para sua conservação, completa segurança, hygiene e conforto, por sua conta, sem direito a indemnização alguma.

Terceira — A outorgada providenciará para que se mantenha, quanto possivel, o dito predio, em bom estado de conservação e asseio, não se alterando as suas disposições internas e externas, senão ligeiramente, por exigencia do serviço, salvo accôrdo, por escripto, com a outorgante, na fórma da clausula anterior.

Quarta — A outorgada não poderá fazer bemfeitorias de especie alguma no predio arrendado, sem autorização, por escripto, da outorgante e, no caso de fazel-as sem o seu consentimento, não terá direito a indemnização alguma.

Quinta — A outorgada obriga-se a communicar a quem de direito as alterações por que deve passar o dito predio para os effeitos das clausulas segunda, terceira e quarta.

Sexta — O Correio só será responsavel por qualquer damno material, si para isso concorrer por qualquer circumstancia.

Paragrapho unico — Si as ruinas ou estragos provierem de casos fortuitos ou de força maior, será o dito predio reparado ou reformado por conta da outorgante, préviamente avisada, na fórma da clausula segunda.

Setima — Todos os impostos existentes e os que vierem a ser lançados sobre o dito predio, quer federaes ou municipaes, serão pagos pela outorgante.

Oitava — A outorgante obriga-se mais a não fazer transacção alguma com o predio arrendado, sem que seja ouvida a outorgada arrendataria.

Nona — O presente contracto poderá ser rescindido, independentemente de interpellação judicial ou extra-judicial, no caso de infracção de qualquer de suas clausulas, ficando a parte infractora sujeita á multa de vinte por cento (20 %), calculada sobre o valor total do arrendamento.

Decima — A despeza proveniente deste contracto correrá por conta da verba segunda: "Correios"; consignação mate-

rial: "Diversas despezas"; sub-consignação: "Aluguel e conservação de casas, etc.", do credito distribuido á Thesouraria da Directoria Geral dos Correios, em virtude da respectiva lei orçamentaria.

Decima primeira — O sello devido pela importancia total deste contracto é cobrado de accôrdo com o numero dez, paragrapho primeiro, da tabella A, do decreto numero quatorze mil tresentos e trinta e nove, de primeiro de setembro de mil novecentos e vinte, estampilhas federaes no valor total de quarenta e dous mil réis.

Decima segunda — O presente contracto só produzirá effeito, depois de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a União por indemnização alguma si esse tribunal denegar registro ao mesmo.

Decima terceira — No respectivo credito ficará empenhada a importancia relativa ao pagamento dos alugueis, no exercicio de mil novecentos e seis, por força deste mesmo contracto, de accôrdo com o estabelecido pelo artigo cincoenta e quatro, paragrapho unico do Codigo de Contabilidade; e empenho esse que, nos annos subsequentes, correrá por conta dos creditos constantes das respectivas leis orçamentarias. A outorgante locadora exhibiu o seguinte documento que prova quitação do imposto a que está obrigada: "Imposto predial", segundo semestre, exercicio de mil novecentos e vinte e cinco, conhecimento numero cento e doze mil setecentos e oitenta e oito, tendo deixado de apresentar os relativos á "Taxa de saneamento" e á "Taxa sobre o consumo d'agua, visto a zona não estar exgottada e não haver distribuição domiciliaria d'agua; e declarou eleger seu domicilio legal nesta cidade, em cujo fôro responderá pelas obrigações decorrentes deste contracto. E por estarem as partes contractantes de accôrdo com o ajustado, eu, Mario Rueh, amanuense da Directoria Geral dos Correios, lavrei o presente termo aos vinte e seis dias do mez de fevereiro de mil novecentos e vinte e seis, em livro, especialmente destinado a esse fim e que contem as formalidades exigidas pelo artigo setecentos e oitenta e tres, do decreto executivo numero quinze mil setecentos e oitenta e tres, de oito de novembro de mil novecentos e vinte e dous, o qual, depois de lido e achado conforme, é assignado pelos contractantes e testemunhas. Estavam colladas e devidamente inutilizadas tres estampilhas federaes no valor total de quarenta e dous mil réis (42$000), datadas e assignadas parte no papel e parte nas estampilhas da seguinte fórma: Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1926. — Severino Neiva e mais abaixo as assignaturas: Manoel Guilherme da Silveira Filho, contractante, e as testemunhas: José de Oliveira Costa e José Olympio de Moura. Tirei a presente cópia do original lavrado de folhas 3 a 4 verso do livro competente que confinha os requisitos exigidos pelo artigo setecentos e oitenta e tres do Regulamento Geral de Contabilidade Publica. Está conforme o original..

Directoria Geral dos Correios, Sub-Directoria de Contabilidade, 3ª Secção, em 27 de fevereiro de 1926. — *Francisco Pereira de Araujo*, auxiliar de praticante. — Confere — *Tancredo Francisco Prudente*, amanuense. — Visto, em 27 de fevereiro de 1925. — Servindo de chefe de secção, *Othoniel de Ulhôa Reis*, 1º official..

Contracto de arrendamento do predio numero tresentos e quarenta e oito, da rua Leopoldina Rego, destinado á installação da agencia do Correio da *Estação de Olaria*, que entre si fazem a respectiva proprietaria, a menor impubere, Rosalina e a Directoria Geral dos Correios, na fórma abaixo:

Aos vinte e sete dias do mez de fevereiro de mil novecentos e vinte e seis, no Gabinete do director geral dos Correios, presentes o respectivo director, senhor Severino Henrique de Lucena Neiva e o senhor Manoel Francisco de Souza, pae da menor impubere Rosalina, proprietaria do predio numero tresentos e quarenta e oito, da rua Leopoldina Rego, representando a mesma menor, em virtude de se achar investido do patrio poder como prova com certidão do segundo officio da primeira Vara de Orphãos e Ausentes, desta cidade, datada de dezesete de fevereiro do corrente anno, exhibida nesse acto, foi contractado, de conformidade com o despacho do senhor director geral, constante do processo: "Diversos, numero seiscentos e vinte e sete do protocollo da Sub-Directoria de Contabilidade, do anno de mil novecentos e vinte e cinco, de accôrdo com o disposto no numero quatro do artigo quinhentos e vinte e dous, do decreto executivo numero quatorze mil setecentos e vinte e dous, de dezeseis de março de mil novecentos e vinte e um e o artigo setecentos e sessenta e sete, paragrapho unico, do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, e em presença das testemunhas que este assignam, o seguinte: Manoel Francisco de Souza, maior, casado, proprietario, residente nesta Capital, outorgante locador, dá de arrendamento á Directoria Geral dos Correios, outorgada locataria, o predio de sua propriedade sito á Capital á rua Leopoldina Rego, numero tresentos e quarenta e oito, livre e desembaraçado de qualquer onus, mediante o aluguel annual de tres contos seiscentos e noventa e seis mil réis (3:696$), que será pago em prestações mensaes de tresentos e oito mil réis (308$), depois de vencido, onde e a quem de direito sob as clausulas que se seguem:

Primeira — O arrendamento será pelo prazo de tres annos financeiros, terminando em trinta e um de dezembro de mil novecentos e vinte e oito.

Segunda — O outorgante obriga-se a fazer todos os concertos que forem necessarios ao predio, durante o prazo do arrendamento, para sua conservação, completa segurança, hygiene e conforto, por sua conta, sem direito a indemnização alguma.

Terceira — A outorgada providenciará para que se mantenha, quanto possivel, o dito predio, em bom estado de conservação e asseio, não se alterando as suas disposições internas e externas, senão ligeiramete, por exigencia do serviço, salvo accôrdo, por escripto, com o outorgante, na fórma da clausula anterior.

Quarta — A outorgada não poderá fazer bemfeitorias de especie alguma no predio arrendado, sem autorização, por escripto, do outorgante e, no caso de fazel-as sem o seu consentimento, não terá direito a indemnização alguma.

Quinta — A outorgada obriga-se a communicar a quem de direito as alterações por que deva passar o dito predio para os effeitos das clausulas segunda, terceira e quarta.

Sexta — O Correio só será responsavel por qualquer damno material, si para isso concorrer por qualquer circumstancia.

Paragrapho unico — Si as ruinas ou estragos provierem de casos fortuitos ou de força maior, será o dito predio reparado ou reformado por conta do outorgante, préviamente avisado, na fórma da clausula segunda.

Setima — Todos os impostos existentes e os que vierem a ser lançados sobre o dito predio, quer federaes ou municipaes, serão pagos pelo outorgante.

Oitava — O outorgante obriga-se mais a não fazer transacção alguma com o predio arrendado, sem que seja ouvida a outorgada arrendataria.

Nona — O presente contracto poderá ser rescindido, independentemente de interpellação judicial ou extra-judicial, no caso de infracção de qualquer de suas clausulas, ficando a parte infractora sujeita á multa de vinte por cento (20 %), calculada sobre o valor total do arrendamento.

Decima — A despeza proveniente deste contracto correrá por conta da verba segunda: "Correios"; consignação material: "Diversas despezas"; sub-consignação: "Aluguel e conservação de casas, etc.", do credito distribuido á Thesouraria da Directoria Geral dos Correios, em virtude da respectiva lei orçamentaria.

Decima primeira — O sello devido pela importancia total deste contracto é cobrado de accôrdo com o numero dez, paragrapho primeiro, da tabella A, do decreto numero quatorze mil tresentos e trinta e nove, de primeiro de setembro de mil novecentos e vinte, estampilhas federaes no valor total de vinte e quatro mil réis.

Decima segunda — O presente contracto só produzirá effeito, depois de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a União por indemnização alguma si esse tribunal denegar registro ao mesmo.

Decima terceira — No respectivo credito ficará empenhada a importancia relativa ao pagamento dos alugueis, no exercicio de mil novecentos e vinte e seis, por força deste mesmo contracto, de accôrdo com o estabelecido pelo artigo cincoenta e quatro, paragrapho unico do Codigo de Contabilidade; e empenho esse que, nos annos subsequentes, correrá por conta dos creditos constantes das respectivas leis orçamentarias. O outorgante locador exhibiu os seguintes documentos que provam quitação dos impostos a que está obrigado: "Imposto predial", segundo semestre, exercicio de mil novecentos e vinte e cinco, conhecimento numero noventa e oito mil quatrocentos e trinta e nove; "Taxa sobre o consumo de agua", exercicio de mil novecentos e vinte e cinco, conhecimento numero cincoenta e quatro mil e vinte e oito; tendo deixado de apresentar o relativo á "Taxa de saneamento", visto a zona não ser esgotada; e declarou eleger seu domicilio legal esta cidade, em cujo fôro responderá pelas obrigações decorrentes deste contracto. E por estarem as partes contractantes de accôrdo com o ajustado, eu Mario Rueh, amanuense da Directoria Geral dos Correios, lavrei o presente termo, aos vinte e sete dias do mez de fevereiro de mil novecentos e vinte e seis, em livro especialmente destinado a esse fim e que contém as formalidades exigidas pelo artigo setecentos e oitenta e tres, do decreto executivo numero quinze mil, setecentos e oitenta e tres, de oito de novembro de mil novecentos e vinte e dous, o qual, depois de lido e achado conforme, é assignado pelos contractantes e testemu-

nhas. Estavam colladas e devidamente inutilizadas cinco estampilhas federaes no valor total de 24$ (vinte e quatro mil réis), datadas e assignadas parte no papel e parte nas estampilhas da seguinte fórma: Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1926. — Severino Neiva e mais abaixo as assignaturas: Manoel Francisco de Souza; e as testemunhas: Gastão Pires de Souza e Henrique Calvert Veiloso. Extrahi a presente cópia do original lavrado de folhas 5 a 6 verso do livro competente, que continha os requisitos exigidos pelo artigo setecentos e oitenta e tres do Regulamento Geral de Contabilidade Publica. Está conforme o original. Directoria Geral dos Correios, Sub-Directoria de Contabilidade, 3ª secção, em 2 de março de 1926. — *Francisco Pereira de Araujo*, auxiliar de praticante. Confere. — *Gustavo Francisco da Costa*, 3º official. Visto em 2 de março de 1926. — Servindo de chefe de secção, *Othoniel de Ulhôa Reis*, 1º official.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

Directoria Geral de Contabilidade

Termo de contracto celebrado entre o Governo da União e o senhor Manoel Prata Soares, para servir na qualidade de cirurgião-dentista do Curso Complementar dos Patronatos Agricolas annexo á Fazenda Modelo de Criação de Santa Monica.

Aos vinte e seis dias do mez de fevereiro de mil novecentos e vinte e seis, presentes na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, o respectivo ministro de Estado engenheiro civil Miguel Calmon du Pin e Almeida, por parte do Governo da União e o cirurgião-dentista Manoel Prata Soares, que, em seguida será denominado — o contractado — accordaram o seguinte:

Clausula 1ª — O ministro da Agricultura, Industria e Commercio, de accôrdo com o estabelecido na lei numero mil seiscentos e seis, de vinte e nove de dezembro de mil novecentos e seis, artigo setenta e dous, lettra *j* e seu paragrapho unico da lei numero dous mil quinhentos e quarenta e quatro, de quatro de janeiro de mil novecentos e doze, artigo duzentos e vinte e seis do Regulamento annexo ao decreto numero quatorze mil setecentos e onze, de cinco de março de mil novecentos e vinte e um, e tendo em vista a verba decima quarta — Serviço de Industria Pastoril, rubrica III — Pessoal contractado, sub-consignação n. 20 "Gratificação aos technicos, etc.", do artigo onze da lei orçamentaria revigorada para o actual exercicio pelo decreto numero dezesete mil cento e oitenta, de dous de janeiro do corrente anno, resolve contractar o senhor Manoel Prata Soares, para servir na qualidade de cirurgião-dentista do Curso Complementar dos Patronatos Agricolas annexo á Fazenda Modelo de Criação de Santa Monica.

Clausula 2ª — O contractado obriga-se a prestar aos menores recolhidos ao Curso Complementar dos Patronatos Agricolas annexo á Fazenda Modelo de Criação de Santa Monica, seja qual fôr o seu numero a assistencia dentaria que os mesmos necessitarem, executando os trabalhos precisos, taes como: obturações a porcellana, a amalgama e a cimento, collocação de pivots, extracção de raizes, tratamento de fistulas e carnes esponjosas e accessos; tratamento de quaesquer molestias da bocca, limpeza e conservação de dentes; curativos necessarios; etc.

Clausula 3ª — O contractado obriga-se a permanecer na séde do Curso Complementar, durante quinze dias consecutivos ou alternados, por mez, applicando sua actividade profissional, de accôrdo com o horario que fôr estabelecido, e a attender, em casos urgentes, que exijam intervenção immediata, aos chamados do director do alludido curso complementar.

Clausula 4ª — Quando em serviço no Curso Complementar e dentro do horario a que se refere a clausula anterior, não poderá o contractado incumbir-se de qualquer trabalho de ordem particular. Quando em trabalho terá o contractado, no Curso Complementar, uma dependencia reservada para seu gabinete.

Clausula 5ª — Como remuneração de seus trabalhos perceberá o contractado a gratificação mensal de setecentos e cincoenta mil réis (750$000), a contar da data em que entrar em exercicio depois do registro deste contracto — (Clausula 10ª).

Clausula 6ª — Correrá por conta exclusiva do contractado o fornecimento de todo o material necessario ao serviço, tanto de clinica como de prothese dentaria dos menores recolhidos ao Curso Complementar, inclusive mobiliario, instrumentos, utensilios e drogas, tudo de primeira qualidade, bem como tudo quanto se tornar necessario ao apparelhamento de seu gabinete e execução dos trabalhos.

Clausula 7ª — O contractado ficará subordinado ao director do Curso Complementar annexo á Fazenda Modelo de Criação de Santa Monica, e obriga-se a apresentar ao mesmo, nas épocas que lhe forem indicadas, os relatorios, boletins, informações e quaesquer esclarecimentos sobre seus trabalhos, ficando tambem sujeito ás penas disciplinares estabelecidas nos regulamentos para os respectivos funccionarios.

Clausula 8ª — O director do Curso Complementar, quando julgar conveniente, fará examinar os trabalhos do contractado, por um profissional idoneo e de sua immediata confiança.

Clausula 9ª — O contractado obriga-se a apresentar um substituto idoneo, quando impedido, por molestia comprovada com attestado medico, de comparecer á séde do Curso Complementar, nos dias que forem estabelecidos no horario de que trata a clausula terceira, correndo o pagamento do substituto por conta do contractado.

Clausula 10 — A duração deste contracto será de tres annos, contados da data em que o Tribunal de Contas ordenar o seu registro. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma si fôr denegado este registro, sem o qual o contracto não será exequivel.

Clausula 11 — O presente contracto poderá ser rescindido em qualquer tempo: por iniciativa do Governo, si o contractado não corresponder aos deveres de seu cargo, ou não forem mais julgados necessarios os seus serviços; e por iniciativa do proprio contractado, si assim lhe convier, devendo, neste caso, dar aviso com antecedencia de trinta dias.

Clausula 12 — No caso em que resolva o Governo rescindir o contracto, por não necessitar mais dos serviços do contractado, disto notifical-o-ha com antecedencia de trinta dias, findos os quaes será o mesmo rescindido sem que assista ao contractado direito a qualquer indemnização.

Clausula 13 — A despeza decorrente do presente contracto, correrá no actual exercicio, por conta da verba e consignação indicadas na clausula primeira, em cujo credito se acha devidamente empenhada, e, nos exercicios vindouros, com os recursos que, para tal fim, forem consignados nos orçamentos dos respectivo exercicios.

Clausula 14 — As duvidas que porventura surgirem na execução deste contracto serão resolvidas por arbitramento, segundo as fórmas legaes. Emquanto não fôr resolvida a duvida sujeita a arbitramento, o contracto será considerado em vigor para todos os effeitos.

Clausula 15 — O presente contracto está isento do pagamento do sello proporcional, tendo-se cobrado por este termo a taxa de duzentos réis por linha.

E, para firmeza e validade do que acima fica estipulado, lavrou-se o presente termo, que, depois de lido e achado conforme, vae assignado pelas partes contractantes já mencionadas, pelas testemunhas: Paulo Vidal e bacharel Dermeval de Sá Lessa e por mim, Pedro Paes Leme, terceiro official, interino, da Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, com exercicio na Terceira Secção da mesma Directoria Geral, que o lavrei no livro oitavo de contractos desta Secretaria de Estado. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1926. — *Miguel Calmon du Pin e Almeida.* — *Manoel Prata Soares.* Como testemunhas: *Paulo Vidal.* — *Dermeval de Sá Lessa.* — *Pedro Paes Leme.* Estavam colladas e devidamente inutilizadas estampilhas federaes no valor total de vinte e cinco mil réis (25$000).

Confere a cópia.—*Lauro Chaves Ferreira*, 3º official. Visto. — *Teofilo Leal.*

NOTICIARIO

No Palacio Rio Negro realizou-se hontem sob a presidencia do Sr. Dr. Arthur Bernardes, Presidente da Republica, a reunião semanal do Ministerio, tendo comparecido os Srs. ministros de Estado, Dr. Affonso Penna Junior, da Justiça; Dr. Annibal Freire, da Fazenda; Felix Pacheco, das Relações Exteriores; Dr. Francisco Sá, da Viação; marechal Setembrino de Carvalho, da Guerra; e Dr. Miguel Calmon, da Agricultura.

— No Palacio Rio Negro esteve hontem em conferencia com o Sr. Presidente da Republica o Sr. Dr. Alaor Prata, prefeito do Districto Federal.

Externato do Collegio Pedro II — Chamada para o dia 5 do corrente — Exames do curso seriado — Alumnos do collegio: Historia do Brasil — 5º anno — Oral, ás 9 horas — Sala 1 — Examinadores:

Marcos Baptista dos Santos, Mozart Monteiro e P. Thomaz Alvarenga; supplente: Aprigio de Macedo.

Alumnos ns. 449, 413 e 59.

Historia Universal — 4º anno — Oral, ás 9 1/2 horas — Sala 1 — Examinadores: A mesma commissão acima mencionada — Alumnos ns. 440, 129, 257 e 50.

Algebra — 3º anno — Oral, ás 9 horas — Sala 2—Examinadores: Gama e Silva, Octavio de Castro e Lacerda Coutinho — Alumnos ns. 187, 9, 164, 234, 270, 185, 416, 450, 22 e 25.

Instrucção Moral e Civica — 1º anno — Prova escripta, ás 9 horas — Sala 3 — Examinadores: Conego Mac Dowell, Balthazar da Silveira e Antonio Guedes; supplente: Eduardo Sá — Alumnos numeros 288, 365, 475, 289, 317, 474 e 31.

Francez — 2º anno — Promoção, ás 9 horas — Sala 4 — Examinadores: Gastão Ruch, Adrien Delpech e Annibal Costa; supplente: Raphael Mayrink — Alumnos ns. 335, 388, 346, 39, 268, 355, 305; 478 e 469.

Francez — 1º anno — Promoção ás 9 horas — Sala 5 — Examinadores: A mesma commissão acima mencionada — Alumnos ns. 66, 165 e 217.

Desenho — Promoção — 1º anno, ás 9 horas — Sala 6 — Examinadores: Benevenuto Berna, Raul Devêsa e Murillo de Araujo — Alumnos ns. 399, 303, 354, 405, 423, 435, 387, 301, 426, 163; 162; e 302. 2ª e ultima chamada para os seguintes alumnos ns. 126, 177, 320, 258, 340, 343 e 15.

Portuguez — 1º anno — Promoção, ás 13 horas — Sala 1 — Examinadores: Antenor Nascentes, David Perez e José Oiticica; supplente: R. Boscoli — Alumnos ns. 474, 196 e 2ª e ultima chamada para os seguintes alumnos ns. 20, 369, 125, 253 e 49.

Arithmetica — 2º anno — Prova escripta, ás 13 horas — Sala 3 — Examinadores: Gama e Silva, Octavio de Castro e Lacerda Coutinho; fiscal: David Perez — Alumnos ns. 275, 476, 309, 184, 469, 388, 316; 334; 372; 322; 454; 478, 230, 346 e 110.

Algebra — 3º anno — Prova escripta, ás 13 horas — Sala 4 — Examinadores: Gama e Silva, Octavio de Castro e Lacerda Coutinho; fiscal: Antenor Nascentes — Alumnos ns. 359 e 342.

Arithmetica — 2º anno — Oral, ás 13 horas — Sala 2 — Examinadores: Gama e Silva, Octavio de Castro e Lacerda Coutinho — Alumnos numeros: (1ª turma) 227, 477, 345, 132, 284, 383, 205; 157; 407; 99; 178; 206, 355, 271, 69, 75, 276, 179 (2ª turma): 76; 339, 380, 42, 502, 335, 39; 446; 34; 404; 333, 90, 305, 325, 88; 13; 337 e 64.

Historia do Brasil — 5º anno — Prova escripta, ás 9 horas — Sala 7 — Examinadores: Marcos dos Santos, Mozart Monteiro e P. Thomaz Alvarenga — Alumnos ns. 415 e 417.

Cosmographia — 5º anno — Oral, ás 13 horas — Sala 5 — Examinadores: Othelo Reis, Honorio Silvestre e Figueira de Almeida; supplente: Miguel Séve — Alumnos ns. 300, 59, 413 e 449.

Francez — 3º anno — Prova escripta, exame final, ás 9 horas — Sala 8 — Examinadores: Gastão Ruch, Adrien Delpech, Annibal Costa; supplente: Raphael Mayrink — Alumnos ns. 307, 183 e 359.

Nota — Previne-se aos Srs. candidatos que não haverá segunda chamada.

No Collegio Militar do Rio de Janeiro realizam-se no mez de março os seguintes exames escriptos:

Dia 4 — 1º anno — Francez — para os alumnos reprovados em 1ª época e para os dependentes e para os candidatos á matricula nos 2º e 3 annos (ás 11 horas).

Banca, Drs. Curiacio, Mundim e Glenadel.

3º anno — Arithmetica (ás 11 horas).

Banca, Drs. Julio, Dario e Cintra.

4º anno — Portuguez — para os alumnos reprovados em 1ª época e para os dependentes (ás 11 horas).

Banca, Drs. Alcides, S. Lima e Mario.

6º anno — Physica (ás 11 horas).

Banca, Drs. Mey, Iqueira Dias e Heitor.

Admissão ao 1º anno para os candidatos á matricula que faltaram á primeira chamada (ás 11 horas).

Banca, Drs. Garcez, F. Rosa e Felisberto.

Dia 5 — 1º anno — Arithmetica — para os alumnos reprovados em 1ª época e para os candidatos á matricula aos 2º e 3º annos (ás 11 horas).

Banca, Drs. Mendes, Serra e Agricola.

3º anno — Geographia — para os alumnos reprovados em 1ª época e para os dependentes (ás 11 horas).

Banca, Drs. Paim, Decio e Araripe.

6º anno — Inglez (ás 11 horas).

Banca, Drs. Jonathas, P. Pinto e Americo.

De accôrdo com o aviso n. 25, de 26 de fevereiro de 1926, do Sr. ministro da Guerra, foi permittido aos alumnos reprovados em duas materias em exame de 1ª época, fazel-as em 2ª.

Os alumnos que não estiverem quites com o collegio, não serão submettidos a exame oral.

Os candidatos á matricula deverão trazer canetas e pennas.

Os candidatos á matricula, que não estiverem com os requerimentos completos até o dia 5, não serão submettidos a exame oral.

Os candidatos á matricula, nos dias de exame, deverão comparecer neste estabelecimento, ás 10 horas da manhã.

Serão chamados no dia 5 do corrente, no Internato do Collegio Pedro II (exames de 2ª época), os seguintes alumnos:

A's 9 horas — 1º anno — Promoção de inglez — Accacio de Magalhães Guimarães Arnaldo Prudente do Espirito Santo, Francisco Ayelino de Oliveira Netto, Fima Toviansky, Fabio de Almeida Magalhães, Fernando Alvear, Godofredo Baptista de Carvalho, Humberto de Hannequim Carvalho, Horacio Pereira de Lemos, José Augusto Silva, José Vianna de Carvalho, Lincoln Jcolás Santos, Murillo Ferreira, Mauro Fontainha de Araujo, Nelson Gaffrée Riedel, Pedro Juvenal de Almeida Ramos, Roberto Ferreira da Costa e Souza e Sezostris Lima Scoralik.

A's 13 horas — 1º anno — Promoção de desenho — Fima Toviansky, Godofredo Baptista de Carvalho, Humberto de Hannequim Carvalho e Horacio Pereira de Lemos.

A's 9 horas — 2º anno — Promoção de latim — Antonio Cunha de Andrade, Frederico Tamarindo Plaisant, Max Wolbert Seize e Nelson Braga Moreira.

A's 9 horas — 3º anno — Promoção de allemão — João Leite Sampaio, Levy Cersosimo e Francisco Alipio Bruno Lobo.

A's 13 horas — 2º anno — Prova escripta do exame final de arithmetica — Antonio Cunha de Andrade, Cesar Luchetti, Flavio Guimarães Barbosa, José de Novaes Aguiar, José da Costa Lima, Luiz Magalhães Ribeiro, Manoel Rosa Bento, Manoel Joaquim de Almeida Redondo, Max Wolbert Seize, Nestor Bittencourt Barbosa, Nelson Braga Moreira, Oswaldo Martins de Oliveira e Renato Pacheco Marques.

A's 13 horas — 3º anno — Prova escripta do exame final de portuguez — Antonio Pedro de Mello Cunha, Ary de Sá Menezes Ayres Cunha de Andrade, José Affonso Alves de Camargo, João Corrêa da Costa, João Leite Sampaio, Levy Cersosimo Nelson Linhares e Francisco Alipio Bruno Lobo.

A Directoria Geral dos Correios expedirá malas pelos seguintes paquetes:

Hoje:

Pelo *Itaquera*, para Santos e mais portos do sul, recebendo impressos até ás 7 horas, cartas para o interior da Republica até ás 7 1/2 e com porte duplo até ás 8.

Pelo *Andes*, para Santos e Rio da Prata, recebendo impressos até ás 10 horas, objectos para registrar até ás 9, cartas para o interior da Republica até ás 10 e meia, com porte duplo e para o exterior da Republica até ás 11.

Pelo *Cap Norte*, para Lisboa, Vigo e Hamburgo, recebendo impressos até ás 7 horas e cartas para o exterior da Republica até ás 8.

Amanhã:

Pelo *Bahia*, para Bahia e mais portos do norte, recebendo impressos até ás 8 horas, objectos para registrar até ás 18 de hoje, cartas para o interior da Republica até ás 8 1/2 e com porte duplo até ás 9.

Pelo *Itaúba*, para Victoria, Bahia, Maceió e Recife, recebendo impressos até ás 4 horas, objectos para registrar até ás 18 de hoje, cartas para o interior da Republica até ás 4 1/2 e com porte duplo até ás 5.

Pelo *Desirade*, para Santos e Rio da Prata, recebendo impressos até ás 8 horas, objectos para registrar até ás 18 de hoje, cartas para o interior da Republica até ás 8 1/2, com porte duplo e para o exterior até ás 9.

Nota — Vales postaes internacionaes e nacionaes na thesouraria, nos dias uteis, até ás 14 1/2 horas.

Recebimento de encommendas postaes internacionaes pela 5ª secção, todos os dias uteis, até ás 15 horas da vespera da partida dos paquetes que se destinarem a Portugal, França, Italia, Inglaterra, Allemanha, Estados Unidos, Uruguay, Republica Argentina e Japão. Caixas e cartas com valor declarado, para o exterior, até ás 15 horas dos dias uteis, na 5ª secção.

DIRECTORIA DE METEOROLOGIA — Instituto Central — Serviço de Previsão do Tempo — Bolotim do tempo — Synopse do tempo em todo o Brasil ao 1/2 dia de Greenwich (9 horas no Rio de Janeiro) no dia 2 de março de 1926

Zona norte. — Devido a falta absoluta dos despachos usuaes não é feita a synopse.

Zona centro — O tempo, nas 24 horas, foi em geral instavel, com chuvas e trovoadas esparsas. A's 9 horas de hoje, o tempo era bom, salvo em alguns pontos de Minas, e Matto Grosso, onde era instavel. Temperatura estavel.

Zona sul — Nas 24 horas, o tempo foi bom, excepto em partes de S. Paulo e Rio Grande, onde foram observadas chuvas e trovoadas. A's 9 horas de hoje, o tempo era instavel em partes do Rio Grande e Santa Catharina e bom nos demais Estados. Temperatura estavel, salvo no Rio Grande, onde declinou. Não recebemos os despachos usuaes de partes desta zona.

Observações meteorologicas effectuadas simultaneamente ao 1/2 dia de Greenwich (9 horas no Rio de Janeiro) no dia 2 de março de 1926 — (Resumo do Boletim organizado no Instituto Central)

Estações	Observações do dia								Observações da vespera			
	Pressão atmospher.ca m/m.	Temperatura do ar		Vento		Estado do céo	Estado do mar	Estado do tempo e phenomenos diversos	Temperatura do ar		Chuva m/m	Estado do tempo e phenomenos diversos
		Observação	Differença em 24 horas	Direcção	Força				Maxima	Minima		
S. L. do Maranhão(X)												
Barra do Corda (X)												
Fortaleza (X)												
Quixeramobim (X)												
Natal (X)												
Parahyba (X)												
Recife (X)												
Pão de Assucar (X)												
Aracajú	60.5	—	—	S	2	5	—	B.	—	—	—	B, am. p m.
Bahia (X)												
Caetité (X)												
Januaria	53.1	21.0	-4.0	C	0	9	—	I. (i. manhã)	—	21.0	—	C. am. b. pm.
Bello Horizonte	59.3	21.0	1.0	C	0	9	—	I. (b. manhã)	24.0	18.0	2.0	Ch. am. i. pm.
Theophilo Ottoni	57.6	23.0	3.0	C	0	9	—	I. (i. manhã)	29.0	21.0	39.0	C. t. am. c. pm.
Uberaba (X)												
Caxambú (X)												
Poços de Caldas	59.4	22.0	—	N	1	1	—	B. (c. manhã)	25.2	14.4	5.0	C. pm.
Goyaz	60.2	23.0	4.0	E	2	9	—	B. (c. manhã)	25.0	—	3.0	I. am. b. pm.
Santa Luzia	62.1	21.0	2.0	S	3	9	—	B. (c. manhã)	—	—	2.0	I. c. am. b. pm
Cuyabá	59.0	28.0	—	N	2	3	—	B. (i. manhã)	26.0	22.0	—	C. am. pm.
Corumbá (X)												
Victoria	59.3	26.0	4.0	C	0	9	—	B. (c. manhã)	26.0	22.0	34.0	I. c. am. pm.
Capital Federal (Torre Meteorologica)	58.7	24.2	—	C	0	5	Chão.	I. (i. manhã)	27.4	22.4	0.1	I. c. am. pm.
Campos	59.0	24.0	0.0	NE	2	9	—	I. (ch. manhã)	26.0	22.0	1.0	I. am. c. pm.
Friburgo	59.4	20.0	1.0	C	0	9	—	B. (i. manhã)	23.0	17.0	—	B. am. i. pm.
Petropolis	57.6	22.0	0.0	N	1	3	—	B. (b. manhã)	24.0	18.0	—	B. am. pm.
Rezende	53.5	22.0	-1.0	C	0	9	—	B. (i. c.man.)	26.0	18.0	6.0	C. am. c. t. pm
Cabo Frio	58.6	26.0	1.0	NE	2	9	Chão.	B. (b. manhã)	28.0	24.0	—	I. am. pm.
Therezopolis	53.4	22.0	—	N	2	6	—	B. (b. manhã)	23.0	16.0	—	B. am. pm.
S. Paulo (X)												
Santos	59.2	26.0	0.0	NW	2	3	—	B. (i. manhã)	30.0	22.0	—	B. am. pm.
Paranaguá	53.6	26.0	0.0	C	0	3	Tranquillo.	B. (b. manhã)	30.0	24.0	—	B. am. pm.
Guarapuava	57.6	22.0	—	E	2	6	—	B. (b. manhã)	30.0	16.0	—	B. am. pm.
Curityba	61.3	17.0	-3.0	S	2	9	—	B. (b. manhã)	29.0	15.0	—	B. am. pm.
Florianopolis	—	25.0	0.0	—	—	9	—	I. (b. manhã)	30.0	2.0	—	B. am. pm.
Lages	59.4	20.0	0.0	C	0	6	—	I. (b. manhã)	29.0	17.0	—	B. am. pm.
Porto Alegre	61.6	25.0	0.0	S	2	9	—	I. (b. manhã)	37.0	24.0	—	B. am. c. pm.
Uruguayana	61.5	25.0	-1.0	SE	2	6	—	I. (b. manhã)	35.0	23.0	—	Ch. pm.
Montevidéo	65.3	22.0	—	SE	3							
Buenos Aires	65.8	19.0	—	S	2	3						
Passa Quatro	59.6	18.0	0.0	C	0	9	—	I.	21.0	15.0	3.0	I. C. pm.
Araxá (X)												

Estado do Céo em decimos de céo encoberto: 0, totalmente limpo; 10, totalmente encoberto. Estado do Tempo: b, bom; i, incerto; m, mau. Phenomenos diversos: c, chuva; ne, neve; n, nevoeiro denso; nt, nevoeiro tenue; sa, saraiva; ge, geada; tr, trovoada com relampagos; t, trovões; r, relampagos; o, orvalho; v, ventania.

Os numeros indicativos da força do vento referem-se á Escala Beaufort de 0 calma a 12 tufão.

A pressão barometrica acha-se reduzida a 0° C., ao nivel do mar e á gravidade normal.

Observações meteorologicas realizadas em alguns postos da Capital Federal

Postos	Chuva em 24 horas m/m	Temperaturas extremas		Postos	Chuva em 24 horas m/m	Temperaturas extremas	
		Maxima	Minima			Maxima	Minima
Forte de Copacabana (14 hs.)	—	26.5	23.0	Santa Cruz	0.0	30.0	22.0
Bangú (X)				Aldeia Campista	23.0	30.8	20,7
Nitheroy	0.0	29.0	19.2	Urca (14 horas) (X)			
Rio Comprido	—	30.0	21.0	Olaria	1.0	32.6	21.2
Penha	0.0	28.4	20.4	Madureira	3.4	29.4	20.7
Jardim Botanico	13.6	29.0	31.6	Realengo	17.5		
Encantado	6.4	28.9	20.4	Haddock Lobo	0.0	29.6	20.6
Gavea (X)				Campo dos Affonsos	22.0	30.0	19.4
Deodoro	44.4	30.6	19.0	Villa Isabel	8.2		
Corcovado: Temp. 21.4. Hum. rel. 96 %. Vento S 6.				Pão de Assucar (14 horas)	—	29.2	22.0

Nota — (X) Não veio telegramma.

As temperaturas e a chuva foram lidas no dia 3, ás 7 horas. A maxima corresponde a hontem e a minima a esta madrugada.

O tempo — Boletim da Directoria de Meteorologia — Previsões para o periodo de 18 horas do dia 3 até 18 horas do dia 4:

Districto Federal e Nitheroy — Tempo instavel aggravando-se com chuvas possivelmente fortes. Trovoadas.

Temperatura — Entrará em declinio.

Ventos — Rondarão para o quadrante sul com rajadas possivelmente fortes.

Estado do Rio — Tempo instavel aggravando-se com chuvas possivelmente forte e trovoadas.

Temperatura entrará em declinio.

Estados do Sul — Tempo perturbado com chuvas em S. Paulo e Paraná.

Temperatura em declinio. Ventos do quadrante sul com rajadas.

Notas — Não recebemos as informações meteorologicas expedidas entre 9 horas e 30 minutos e 10 horas do Estado da Bahia.

As previsões ficam sujeitas á rectificação com o serviço da noite.

Synopse do tempo occorrido:

No Districto Federal, de 18 horas de hontem até 15 horas de hoje: Segundo as observações do Observatorio Meteorologico da Avenida das Nações o tempo decorreu instavel, isto é, com alternativas de tempo ameaçador e incerto de noite e começo da manhã, com chuvas fracas e relampagos á noite e bom após com formação de trovoadas depois de 14 horas. A temperatura foi estavel. As médias das temperaturas extremas observadas nos postos do Districto Federal foram 29°,3 e 22°,0 e as extremas verificadas no Observatorio Meteorologico foram: maxima 27°,9 e minima 22°,4, respectivamente ás 9.55 e 5.50. Os ventos foram variaveis e fracos á noite e normaes de dia, cahindo a brisa ás 11.55.

Em todo o paiz, de 9 horas de hontem até ás 9 horas de hoje:

Zona Norte — Devido á falta absoulta dos despachos usuaes não é feita a synopse.

Zona Centro — O tempo nas 24 horas foi em geral instavel com chuvas e trovoadas esparsas. As 9 horas de hoje era bom, salvo em alguns pontos de Minas, Goyaz e Matto Grosso onde era instavel. Temperatura estavel.

Zona Sul — Nas 24 horas o tempo foi bom, excepto em partes de S. Paulo e Rio Grande onde foram observadas chuvas e trovoadas. A's 9 horas de hoje o tempo era instavel em partes do Rio Grande e Santa Catharina e bom nos demais Estados. Temperatura estavel, salvo no Rio Grande onde declinou. Não recebemos os despachos usuaes de partes desta zona.

Estações de aguas — Em Passa Quatro, Poços de Caldas e S. Lourenço o tempo nas 24 horas foi instavel com chuvas. A's 9 horas de hoje o tempo era bom em Poços de Caldas e instavel em S. Lourenço e Passa Quatro. Temperatura estavel. Temperaturas extremas: 21°,0 e 15°,0 em Passa Quatro; 25°,2 e 14°,4 em Poços de Caldas e 27°,3 e 15°,1 em São Lourenço. Não recebemos os despachos de Araxá e Caxambú.

Maiores temperaturas: 37°,0 em Aquidauana, Coxim, Santa Maria e Porto Alegre e 36°,0 em Urussanga.

Maiores chuvas recolhidas hoje: — 41m|m,0 em Grão Mogol e 40m|m,0 em Diamantina.

Tendencia do Rio Parahyba (nivel das aguas) — Estacionario em Caçapava, baixando entre Pindamonhangaba e Guaratinguetá e em P. Novo do Cunha e subindo lentamente no resto do curso. Não recebemos despacho de Cachoeira.

Estado do mar na costa do paiz — Do Districto Federal para o Sul: Chão e tranquillo em todo o littoral, salvo em S. Francisco e Rio Grande onde foram observadas pequenas vagas e vagas, respectivamente.

Dados aerologicos — No Districto Federal — 9.30. Corrente variaveis entre NNE e ESE até 250 metros, velocidade média de 3 metros correntes variaveis entre W e NNW até 1.000 metros, velocidade média de 2 metros e correntes variaveis entre N e WNW até 7.200 metros, velocidade média de 4 metros. De 14 horas—Correntes variaveis entre SSE e S com velocidade média de 5 metros e correntes variaveis entre NW e WSW até 3.450 metros, velocidade média de 4 metros.

Devido á presença de nuvens baixas não foram feitas as sondagens de Mendes, Campos, Curityba, Florianopolis e Santos.

Das demais estações do nosso serviço aerologico não recebemos os despachos.

Companhia de Loterias Nacionaes do Brasil — Loterias da Capital Federal — Lista geral dos premios da 13ª loteria do plano 38, 47ª extracção do anno de 1926, realizada em 3 de março de 1926, em beneficio das instituições mencionadas nas leis e decretos em vigor e em virtude do contracto celebrado em 8 de outubro de 1921, na Procuradoria Geral da Fazenda Publica, no Thesouro Nacional:

13.770	500$000
57.923	200$000
71.303	200$000
76.845	1:000$000
76.932	200$000
8.515	500$000
32.259	200$000
61.892	10:000$000
54.977	200$000
76.200	500$000
27.844	500$000
54.568	200$000
34.421	500$000
2.645	1:000$000
23.537	200$000
16.101	200$000
29.931	2:000$000
71.942	200$000
54.825	1:000$000
26.783	200$000
58.584	2:000$000
9.567	2:000$000
5.879	200$000
63.706	500$000
75.646	200$000
76.766	500$000
69.390	500$000
67.507	1:000$000
30.504	200$000
57.447	200$000
77.484	500$000
59.103	200$000
6.525	200$000
14.533	200$000
53.364	200$000
73.459	500$000
61.280	200$000
37.209	200$000
67.065	50:000$000
925	1:000$000
10.330	200$000
27.469	200$000
57.316	200$000
30.145	500$000
37.206	200$000
26.882	200$000

8.911	200$000	76.675
7.831	200$000	63.885
30.607	200$000	52.680
47.573	500$000	73.018
26.957	500$000	6.784
40.539	200$000	47.340
76.427	1:000$000	54.472
9.214	1:000$000	56.559
18.205	200$000	78.468
9.327	200$000	4.936
60.575	200$000	69.851
62.864	200$000	37.984
58.548	200$000	17.279
17.388	200$000	54.916
77.510	500$000	64.202
6.203	200$000	65.892
60.300	200$000	49.123
72.113	2:000$000	39.424
751	200$000	40.241
79.225	200$000	40.923
23.637	200$000	33.715
13.045	200$000	50.914
15.115	200$000	50.024
40.946	200$000	78.863
57.263	200$000	67.075
20.185	200$000	58.504
11.595	200$000	77.691
16.574	200$000	65.420
54.223	500$000	6.237
50.807	200$000	
21.383	200$000	
9.101	200$000	67.064 e 67.066
39.287	500$000	61.891 e 61.893
58.954	500$000	39.423 e 39.425
56.586	200$000	29.930 e 29.932
49.296	200$000	58.583 e 58.585
50.307	2:000$000	9.566 e 9.568
8.395	2:000$000	72.112 e 72.114
18.094	200$000	50.306 e 50.308
6.541	200$000	8.394 e 8.396

Approximações

200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
1:000$000		
200$000		
500$000		
500$000		
200$000		
200$000		
500$000		
500$000		
200$000		
200$000		
200$000		
1:000$000		
5:000$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
500$000		
1:000$000		
200$000		
1:000$000		
500$000		
300$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		
200$000		

Dezenas

67.061 a 67.070	100$000
61.891 a 61.900	80$000
39.421 a 39.430	70$000
29.931 a 29.940	40$000
58.581 a 58.590	40$000
9.561 a 9.570	40$000
72.111 a 72.120	40$000
50.301 a 50.310	40$000
8.391 a 8.400	40$000

Terminações

Os numeros terminados em 65 teem 10$; os terminados em 5 teem 5$, exceptuando-se os terminados em 65.

O fiscal das loterias, do Governo da União, *Pereira de Albuquerque*. — O director assistente. *J. D. Machado*, presidente. — O escrivão, *Firmino de Cantuaria*.

RENDAS PUBLICAS

Recebedoria do Districto Federal

Renda arrecadada em 2 de março de 1926..	892:653$918
Renda arrecadada em 3 de março de 1926..	889:059$633
	1.781:713$551
Em igual periodo de 1925.	1.338:332$568
Differença para mais em 1926	443:380$983

Alfandega do Rio de Janeiro

NOTA DA RENDA NO DIA 3 DE MARÇO DE 1926

	1926			1925		
	Ouro	Papel	Total	Ouro	Papel	Total
Renda de hoje.....	243:230$551	232:226$533	475:457$084	175:126$035	154:372$029	329:498$114
Renda até 2.....	178:365$005	164:054$775	342:430$780	171:555$366	200:106$404	371:661$770
Total.....	421:596$556	396:291$303	817:887$864	346:681$451	354:478$433	701:159$884
Differença para mais.....	74:915$105	41:812$875	16:727$980	—	—	—

Renda-ouro convertida á taxa de hoje (3$763).....	916:492$716
Renda-papel	232:226$533
Total.....	1.148:719$249
Papel e ouro convertido até	832:402$195
Total em papel.....	1.931:121$444

PARTE COMMERCIAL

CAMARA SYNDICAL

Boletim de cotação do cambio fixado pela Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

Praças:	90 d/v	á vista
Sobre Londres	7 1/4	7 3/16
Sobre Paris	$255	$258
Sobre Italia	—	$278
Sobre Hamburgo (rent-mark)	—	1$645
Sobre Portugal	—	$358
Sobre Belgica	—	$313
Sobre Hespanha	—	$977
Sobre Suissa	1$324	1$331
Sobre suecia	—	1$852
Sobre Noruega	—	—
Sobre Dinamarca	—	—
Sobre Syria e Palestina	—	$258
Sobre Tcheco-Slovaquia	—	$205
Sobre Nova York	—	$6878
Sobre Montevidéo	—	7$120
Sobre Buenos Aires (peso-papel).....	—	2$813
Sobre Buenos Aires (peço ouro)	—	6$440
Sobre Hollanda (florim).....	—	2$768
Sobre Japão (yen)	—	3$160
Sobre Rumania.	—	$034
Sobre Canadá	—	—
Sobre Austria (Por 10.000 Corôas).....	—	$985

Moedas

Libras (papel)	348$000
Escudos (papel)	8$70
Francos (papel)	8$75

Bolsa

Apolices uniformizadas de 1:000$, 5 %	710$000
Apolices diversas emissões de 1:000$, 5 %, nom.	683$000
Apolices diversas emissões de 1:000$, 5 %, por.	631$000
Apolices diversas emissões de 1:000$, 5 %, port. (Cautela)	627$000
Obrigações do Thesouro Nacional, de 1:000$, 7 %.	873$000
Obrigações ferroviarios de 1:000$, port.	820$000
Apolices emprestimo municipal de 1911, port.	146$000
Apolices emprestimo municipal de 7 %, port. (decreto n. 1.535)	147$000
Apolices emprestimo municipal 8 %, port. (decreto n. 1.953),	172$000
Apolices Emprestimo municipal de 7 %, port. (decreto n. 2.097)	145$500
Apolices do Estado de Minas Geraes de 1:000$, 5 %, nom.	720$000
Banco dos Funccionarios Publicos	49$000
Banco do Brasil	380$000
Companhia Confiança Industrial	198$000
Companhia Nacional de Tecidos Nova America	200$000
Debentures Companhia Docas de Santos	178$000
Debentures Sociedade Propagadora das Bellas Artes	195$000

Vendas por alvará

5 — Apolices diversas emissões de 1:000$, 5 %, nom. 682$000

3 — Apolices diversas emissões de 1:000$, 5 %, nom. 873$000

10 Obrigações do Thesouro Nacional 1:000$, 7 % 873$000

Secretaria da Camara Syndical do Rio de Janeiro, em 3 de março de 1926. — *Antonio Vaz de Carvalho Junior*, adjunto.

EDITAES E AVISOS

Serviço Eleitoral

PRIMEIRO DISTRICTO

A mesa eleitoral da primeira secção do districto municipal da Gavea:

Faz saber a quem interessar que na eleição procedida nesta primeira secção do districto municipal da Gavea, á rua Jardim Botanico n. 920 (ala direita), local designado para nelle se effectuarem as eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica e intendentes municipaes, compareceram e votaram 202 eleitores e obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

Dr. Washington Luis Pereira de Souza, 165 votos e dous em separado; em branco 14 votos; Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, seis votos; general Isidoro Dias Lopes, cinco votos; Manoel Vicente Alves Jacarandá, cinco votos; Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Dr. Francisco Sá, Candido Lourenço Ferrer, Dr. Antonio Pacheco Leão e Francisco Manso de Paiva Coimbra um voto cada um.

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna, 169 votos e dous em separado; em branco 14 cedulas; general Isidoro Dias Lopes, quatro votos; João Baptista Espirito Santo, quatro votos; Dr. Augusto Tavares de Lyra, dous votos; Luiz Carlos Prestes, dous votos; Milton da Fonseca, marechal Manoel Carneiro da Fontoura, Dr. Mauricio Paiva de Lacerda, Siqueira Campos e Antonio Silvino, um voto cada um.

Para intendentes municipaes:

Dr. Alberto Ribeiro, 147 votos e dous em separado; Edgard Teixeira, 111 votos e dous em separado; Candido Pessôa, 101 votos e um em separado; Jeronymo Maximo Nogueira Penido, 90 votos e dous em separado; Luiz de Oliveira, 83 votos; João da Costa Pinto, 78 votos; Francisco Vicirá de Moura, 74 votos; Mario Henrique Antunes, 72 votos; Dr. Belisario Augusto de Oliveira Penna, 70 votos; Lourenço Mega, 63 votos e dous em separado; Dr. Martinho Gomes do Valle Sant'Anna, 63 votos; Honorio Torres Fialho, 58 votos e dous em separado; Bartlett James, 55 votos; João Clapp Filho, 50 votos e um em separado; Dr. Henrique Maggioli, 48 votos e um em separado; Dr. Antonio Evaristo de Moraes, 47 votos; Joaquim Barboza de Souza, 42 votos e um em separado; Dr. Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar, 23 votos; Felisdoro Gaya, 21 votos e um em separado; Leo Dutra da Rocha, 30 votos; Dr. Brenno dos Santos, 26 votos; Dario Ferreira Pinto, 24 votos; Zoroastro Cunha, 18 votos; Raul Pedrosa, 17 votos; Jeronymo Berretta, 14 votos; Dr. Augusto Pinto Lima, 11 votos; Jorge Santos, 11 votos; João Drummond Camargo, 11 votos; Mario Linocito, 18 votos e um em separado; Victor de Magalhaes Bastos, 9 votos; Alfredo Oliveira Flores, sete votos; Ernesto Gartez Caldas Barreto, cinco votos; Djalma de Jesus, cinco votos; Affonso Moreira de Almeida, cinco votos; Dr. Hugo Martins Ferreira, quatro votos; Manoel Rodrigues Alves, quatro votos; João Carneiro da Fontoura, tres votos; Alvaro Guiterres, dous votos; Francisco Ferreira da Silva, dous votos; Manoel Vicente Alves Jacarandá, sete votos; Custodio Peixoto Guimarães, dous votos; Laurentino Pinto Filho, dous votos; Luiz Gonçalves Nogueira, dous votos; Custodio Caravana, José Isidoro Amarante, Joaquim Isidoro Amarante Filho, João de Souza Lauricido, Alfredo Sampaio Ribeiro, Roberto Lima, Dr. Antonio Pacheco Leão, Coryntho Costa, Carlos Amando Costa, Faustino de Lima Meirelles e Delphim Ribeiro, um voto cada um: cedulas em branco, 34.

Districto Federal, ás 2 horas da manhã do dia 2 de março de 1926. — *Frederico Jüssek*, juiz presidente. — *Antonio José Duarte Junior*, mesario. — *Manoel Peixoto Guimarães*, mesario.

Reconheço as firmas supra. Rio, 2 de março de 1926. — *Eugenio Fonseca*.

Resultado da eleição realizada em 1 de março de 1926 para Presidente da Republica:

Nomes	Votos
Washington Luiz Pereira de Souza	262
Dr. José Candido Albuquerque Mello Mattos	1
Dr. Fernando Mello Vianna	3
General Izidoro Dias Lopes	3
Manoel Vicente Alves	2
Capitão Luiz Carlos Prestes	1
Dr. Wenceslão Braz	1
Em branco	3

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — O presidente, *José Bellens de Almeida*. O mesario, *Mario Rosa de Moura*. Reconheço como verdadeiras as firmas supra, de José Bellens de Almeida e Mario Rosa de Moura, presidente e mesario desta secção, por terem sido lançadas em minha presença. Rio, 2 de março de 1926. — *Alvaro Dantas Corvilho*, secretario.

Resultado da eleição realizada em 1 de março de 1926, para vice-Presidente da Republica:

Nomes	Votos
Dr. Fernando de Mello Vianna	266
Tenente Antonio de Sequeira Campos	1
João Baptista do Espirito Santo	3
Washington Luiz Pereira de Souza	1
Vicente Jacarandá	1
Tenente João Cabana	1
Dr. Bruno Alves da Silva Lobo	1
General Manoel Carneiro da Fontoura	1
Em branco	2

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — Presidente, *José Bellens de Almeida*. — Mesario, *Mario Rosa de Moura*. Reconheço como verdadeiras as firmas supra, de José Bellens de Almeida e Mario Rosa de Moura, presidente e secretario, digo mesario, desta secção eleitoral, por terem sido lançadas em minha presença. Rio, 2 de março de 1926. — *Alvaro Dantas Corvilho*, secretario.

A mesa eleitoral da 2ª secção do Districto da Gavêa, faz publico, pelo presente, que, nas eleições de hoje, perante ella realizadas, o resultado apurado foi o seguinte:

	Votos
Para Presidente da Republica:	
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	199
Em separado	19
Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil	3
Izidoro Dias Lopes	2
Manoel Vicente Alves	3
Em branco	5
Não apurado	1
Para Vice-Presidente da Republica:	
Dr. Fernando Mello Vianna	196
Em separado	19
Izidoro Dias Lopes	4
João Baptista do Espirito Santo	1
Antonio Siqueira Campos	1
Joaquim Francisco de Assis Brasil	1
Em branco	8
Para intendentes municipaes:	
Alberto Ribeiro	119
Em separado	19
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	110
Em separado	13
Edgard Teixeira	107

Em separado.	19
Candido Pessôa.	106
Em separado.	13
Luiz de Oliveira.	82
Em separado.	13
Honorio Torres Fialho.	80
Em separado.	5
João da Costa Pinto.	79
Em separado.	13
Mario Henrique Antunes.	73
Em separado.	12
Francisco Vieira de Moura.	71
Em separado.	12
Martinho Gomes do Valle Santa Anna.	72
Em separado.	69
Lourenço Mega.	69
Em separado.	12
Bartlett James.	61
Em separado.	5
Joaquim Barbosa de Souza.	59
Em separado.	5
Felisdoro Gaya.	50
João Clapp Filho.	4
Em separado.	55
Henrique Maggioli.	52
Em separado.	2
Belisario Augusto de Oliveira Penna.	49
Em separado.	1
Antonio Evaristo de Moraes.	26
João Drummond Camargo.	4
Pio Dutra da Rocha.	34
Victor Magalhães Bastos.	35
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar.	31
Hugo Martins Ferreira.	31
Alfredo de Oliveira Flores.	28
Manoel Rodrigues Alves.	28
Zoroastro Cunha.	27
Brenno dos Santos.	25
Dario Ferreira Pinto.	23
Em separado.	19
Mario Limoeiro.	13
Em separado.	19
Augusto Pinto Lima.	19
Raul Paranhos Pederneiras.	5
Alvaro de Moraes Guterres.	12
Jorge Santos.	19
Djalma de Jesus.	6
João Lopes Carneiro da Fontoura.	5
Luiz Gonçalves Nogueira.	5
Lino Marianno de Aguiar.	2
Laurentino Pinto Filho.	2
João de Souza Laurindo.	2
Antonio Mariano Garcia.	1
Carlos Amaral da Costa.	1
Francisco Ribeiro Guerra.	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá.	1
João Guimarães.	1
Nelson Gonçalves Coutinho.	1
Ernesto Garcez Caldas Barreto.	1
Francisco Ferreira da Silva.	1
Custodio Pedroso Guimarães.	2
Jeronymo Beretta.	8
Antonio Corynthio Costa.	1
Delphino Ribeiro.	1

Capital Federal, 1 de março de 1926. — *Mario de Berredo Leal*, Presidente. — *Manoel Tavares de Mesquita*, mesário. — *Humberto Mario de Menezes Drummond*, mesario.

Reconheço as firmas de Mario de Berredo Leal, Manoel Tavares de Mesquita e Humberto Mario de Menezes Drummond. — *Orlantino da Silva Lemos*, secretario.

Resultado da eleição realizada na 3ª secção da Gavea, em 1º de março de 1926, para intendentes municipaes:

Nomes	Votos
Alberto Ribeiro	169
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	141
Honorio Torres Fialho	132
Edgard Teixeira	125
Candido Pessôa	119
João da Costa Pinto	99
Felisdoro Gaya	98
Lourenço Mega	87
Francisco Freire de Moura	86
Luiz de Oliveira	82
João Drumond Carvalho	77
Mario Henrique Antunes	74
Bartlett James	72
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	72
Henrique Maggioli	68
Hugo Martins Ferreira	60
Manoel Rodrigues Alves	60
Alfredo de Oliveira Flores	60
Joaquim Barbosa de Souza	56
Pio Dutra da Rocha	48
Belisario Augusto de Oliveira Penna	47
João Clapp Filho	42
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	33
Antonio Evaristo de Moraes	33
Zoroastro Cunha	31
Victor Magalhães Bastos	30
Brenno Santos	26
Capitão Mario Limoeiro	20
Augusto Pinto Lima	19
Alvaro de Moraes Guterres	14
Jorge dos Santos	12
Raul Paranhos Pederneiras	11
Delphim Ribeiro	10
Custodio Pedrosa Guimarães	7
Djalma de Jesus	6
Dario Ferreira Pinto	4
Jeronymo Beretta	3
Manoel Vicente Alves Jacarandá	3
Alvaro Buttiers	2
João Lopes Carneiro da Fontoura	2
Antonio Corintho Costa	1
Antonio Joaquim Pedrosa	1
Lino Marianno de Aguiar	1
Luiz Guedes de Aguiar	1
Oscar Corrêa dos Santos	1
Adolpho Alexandrino Alves de Souza	1
Aurelio Mendes Lobão	1
Affonso Moreira de Almeida	1
Custodio da Silva Pedrosa	1
Lino Marianno de Souza	1
Francisco Vieira Azevedo Coutinho	1
Carlos Americo da Costa	1
Manoel Deodoro da Fonseca Hermes	1
Laurentino Pinto Filho	1
Affonso Moreira de Abreu	1
Alexandre Strekler Pinto Marques	1
Monsenhor Paulino Petra da Fontoura Santos	1
Mario Rodrigues	1
Antonio Augusto de Serpa Pinto	1
João de Souza Laurindo	1
Em branco	1
Henrique Nunes Brugges	1
Carlos Amaral da Costa	1

Capital Federal, 2 de março de 1926. — Presidente, *José Bellens de Almeida*. — Mesario, *Mario Rosa de Moura*.

Reconheço como verdadeiras as firmas supra, de José Bellens de Almeida e Mario Rosa de Moura, presidente e mesario desta secção eleitoral, por terem sido feitas em minha presença.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — *Alvaro Dantas Carrilho*, secretario.

A mesa eleitoral da 2ª secção de Copacabana do 1º districto, declara para os devidos fins que na eleição peranto a mesma realizada nesta data foi apurado o seguinte resultado:

	Votos
Para Presidente da Republica:	
Dr. Whasington Luiz Pereira de Souza	234
Para Vice-Presidente da Republica:	
Dr. Fernando de Mello Vianna	234
Para intendentes:	
Nogueira Penido	189
Malcher Bacellar	180
João Chapp Filho	173
Henrique Maggioli	113
Pio Dutra	104
Felisdoro Gaia	91
Ernesto Garcez	89
Barthlet James	33
Lourenço Mega	83
Dario Pinto	82
Edgar Teixeira	72
Vieira de Moura	59
Honorio Fialho	34
Jeronymo Beretta	85
Belisario Penna	32
Pinto Lima	28
Custodio Pedroso Guimarães	28
Candido Pessôa	24
Magalhães Bastos	28
Mario Antunes	24
Brenno dos Santos	21
Evaristo de Moraes	20
João da Costa Pinto	18
Djalma de Jesus	17
Raul Pederneiras	16
Alberto Ribeiro	8
João Lopes Carneiro da Fontoura	5
Affonso Moreira de Almeida	5
Jorge Santos	5
Luiz de Oliveira	4
João Drummond de Camargo	4
Martinho Gomes Valle de Santa Anna	4
Arlindo Guimarães	3
Bonifacio Costa	3
Graciliano Gonçalves Cruz	3
Laurentino Pinto Filho	3
Alexandre Stockler Pinto de Menezes	3
Emilio Augusto de Macedo	3
Americo Avila Bruno Lobo	3
Salvador Ferreira Seabra	3
Coronel Americo Avila Bruno	3
Raul de Barros Madureira	1
Mario Limoeiro	2
Mauricio de Lacerda	1
João de Souza Laurindo	1
Conrado Muller de Campos	1
Alberto Britto	1
Manoel Rodrigues Alves	3
Victor Guisard	1
Mme. Barthlet James	1
Alfredo de Oliveira Flores	2
Nelson Gonçalves Coutinho	2
Carlos do Amaral Costa	2
Hugo Martins Ferreira	2
Manoel Deodoro da Fonseca Hermes	1
Alvaro de Moraes Gutterres	2
Delfim Ribeiro	2

Saude e fraternidade. — *Ribeiro de Almeida Rego*, presidente. — *Oscar Esmeraldo de Figueiredo*, mesario. — *Pedro Aragão dos Santos*, mesario.

Reconheço as firmas do presidente e mesarios acima subscriptos. — *Chispim Pinheiro*, secretario, *ad-hoc*.

A mesa eleitoral da 3ª secção de Copacabana faz publico, pelo presente, que na eleição hoje peranto ella realizada, o resultado apurado foi o seguinte:

Para Presidente da Republica — Dr. Washington Luis Pereira de Souza, cento

noventa e sete votos e um separado, Dr. José Francisco de Assis Brasil, quinze votos; Isidoro Dias Lopes, tres votos; Manoel Vicente Alves Jacarandá, um voto; Evaristo Ferreira da Veiga, um voto; Epitacio da Silva Pessôa, um voto; Waldemar Ramos Wright, um voto; Fernando Mello Vianna, um voto; Heitor Pereira da Cunha, um voto; Antonio Joaquim Paes de Albuquerque, um voto; em branco, doze cedulas. Para Vice-Presidente da Republica — Dr. Fernando de Mello Vianna, duzentos e cinco e um separado; Dr. Alexandre José Barbosa Lima, dous; Protogenes Guimarães, dous; Manoel Torteiro, um voto; Vicente Jacarandá, um voto; Oliveira Botelho, um voto; José Joaquim Seabra, um voto; Irineu Machado, um voto; João de Lamare São Paulo, um voto; Affonso Penna Junior, um voto; José Francisco de Assis Brasil, um voto; José Belicha, um voto; João Vicente Bulcão Vianna, um voto; em branco, quinze cedulas. Para Intendentes Municipaes — João Clapp Filho e um em separado; Jeronymo Maximo Nogueira Penido, cento e sessenta e oito e um em separado; Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar, cento e sessenta e seis e um em separado; Zoroastro Cunha, cento e quarenta e tres e um em separado; Henrique Maggioli, cento e onze; Pio Dutra da Rocha, cento e oito; Felisdoro Gaya, noventa e nove; Ernesto Garcez Caldas Barreto, noventa e seis; Lourenço Méga, setenta e um e um em separado; Candido Pessôa, cincoenta e seis e um em separado; Augusto Pinto Lima, cincoenta; Victor de Magalhães Bastos, cincoenta e um em separado; Antonio Evaristo de Moraes, quarenta e sete e um em separado; João da Costa Pinto, quarenta e um; Belisario Augusto de Oliveira Penna, trinta e seis; Raul Paranhos Pederneiras, trinta e tres; Honorio Torres Fialho, trinta e dous; Bartlett James, trinta e um; Brenno dos Santos, trinta e um; Francisco Vieira de Moura, vinte e tres; Jeronymo Beretta, vinte e dous; Dario Ferreira Pinto, vinte; Luiz Gonçalves Nogueira, dezesete; Luiz Oliveira, dezeseis; Alberto Ribeiro, quinze; Mario Henrique Antunes, onze; Affonso Moreira de Almeida, nove; Martinho José do Valle Sant'Anna, nove; Joaquim Barbosa de Souza, oito; Jorge Santos, oito; Vicente Alves Jacarandá, sete; João Drummond Camargo, seis; Edgar Teixeira, seis votos; Carlos Amaral Costa, quatro; Mario Limoeiro, tres; Custodio Pedroso Guimarães, tres; Laurentino Pinto Filho, tres; Hugo Martins Ferreira, Leonidas de Rezende, dous; Manoel Rodrigues Alves, dous; Djalma de Jesus, dous; Nelson Gonçalves Coutinho, dous; João Lopes Carneiro da Fontoura, dous; Alvaro Guimarães Guterres, dous; Delphim Ribeiro, um; Alfredo de Oliveira Flores, um; Paulino Mello Fortes, um; Joaquim Carneiro, um; João Gomes Oliveira, um; Conrado Müller de Campos, um; Francisco Bueno Pereira, um; Brenno Lobo, um; Julio Lopes Otelino, um; Irineu de Mello Machado, um; Alexandre Stadker Pinto de Menezes, um, e Lino Moreira, um. Outrosim, a mesa faz publico, que foi o seguinte o resultado da eleição relativa á 4ª secção, cujos eleitores compareceram, por não se ter reunido a dita secção: Para Presidente da Republica — Dr. Washington Luis Pereira de Souza, cento e trinta e dous votos; José Francisco de Assis Brasil, quatorze votos; em branco, seis cedulas. Para Vice-Presidente da Republica — Dr. Fernando de Mello Vianna, cento e trinta e sete votos; Dr. Alexandre José Barbosa Lima, um voto; Dr. João Baptista de Azevedo Lima, um voto e treze cedulas em branco. Para Intendentes Municipaes — João Clapp Filho, cento e trinta e oito; Jeronymo Maximo Nogueira Penido, cento e vinte e um; Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar, cento e dezeseis; Zoroastro Cunha, cento e quatro; Pio Dutra da Rocha, noventa e oito; Henrique Maggioli, noventa e sete; Felisdoro Gaya, noventa; Ernesto Garcez Caldas Barreto, oitenta e seis; Lourenço Méga, vinte e sete; Candido Pessôa, vinte e seis; Jeronymo Beretta, dezenove; Dario Ferreira Pinto, dezoito; Bartlett James, dezoito; Antonio Evaristo de Moraes, dezeseis; João da Costa Pinto, dezeseis; Augusto Pinto Lima, quinze; Honorio Torres Fialho, quatorze; Victor de Magalhães Bastos, quinze, Belisario Augusto de Oliveira Penna, quatorze; Francisco Vieira de Moura, treze; Raul Paranhos Pederneiras, doze; Edgar Teixeira, doze; Mario Henrique Antunes, dez; Joaquim Barbosa de Souza, oito; Brenno dos Santos, seis; Luiz Gonçalves Nogueira, seis; Jorge Santos, cinco; João Drummond Camargo, seis; Luiz de Oliveira, cinco; Affonso Moreira de Almeida, cinco; Mario Limoeiro, tres; Martinho José do Valle Sant'Anna, tres; Delphim Ribeiro, dous; Djalma de Jesus, dous; Custodio Pedroso Guimarães, dous; João Souza Laurindo, dous; João Lopes Carneiro da Fontoura, um; Vicente Alves Jacarandá, um; Manoel Rodrigues Alves, um; Leolinda Figueiredo Daltro, um; Alvaro Moraes Guterres, um; Affonso Vizeu, um; Heitor Beltrão, um; Sylvio Romero, um; Antonio Prado, um; Manoel Machado Sobrinho, um; Mauricio de Lacerda, um; Theodomiro Lima, um; Amadeu Araujo Lopes, um; Ernesto de Souza Pinto, um e Hugo Martins Ferreira, um. Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — *José Philadelpho de Barros e Azevedo*, presidente. — *Luiz Athanagildo Ramos*. — *Odilon da Motta Athayde Portinho*.

Reconheço as firmas de José Philadelpho de Barros e Azevedo, Luiz Athanagildo Ramos e Odilon da Motta Athayde Portinho. — *Heitor Bento Cardim*.

Edital do resultado da eleição

A mesa eleitoral da 2ª secção da Lagôa, do 1º districto eleitoral, etc.:

Faz publico aos que o presente virem e possa interessar ou delle noticia tiverem, nos termos do decreto n. 14.631, de 19 de janeiro de 1921, que na eleição para Presidente, Vice-Presidente da Republica e renovação do Conselho Municipal, que se effectuaram nesta data, na segunda secção da Lagôa, do primeiro districto, obtiveram votos os seguintes:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	42
Isidoro Dias Lopes	2
Em branco	4
	48

Para Vice-Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Fernando de Mello Vianna	42
Dr. Assis Brasil	1
Em branco	5
	48

Para intendentes municipaes:

	Votos
Bartlett James	22
Dr. Augusto Pinto Lima	21
Dr. Brenno dos Santos	21
Dr. Ernesto Garcez Caldas Barreto	20
Dr. Belizario Augusto de Oliveira Penna	18
Dr. Antonio Evaristo de Moraes	17
Joaquim Barbosa de Souza	17
Raul Paranhos Pederneiras	16
Jorge dos Santos	13
Felisdoro Gaya	13
Victor Magalhães Bastos	12
Dr. Lourenço Méga	11
Dr. Jeronymo Maximo Nogueira Penido	11
João da Costa Pinto	11
Honorio Torres Fialho	11
Dr. Henrique Maggioli	10
João Clapp Filho	10
Alberto Ribeiro	9
Candido Pessôa	8
Edgard Teixeira	8
Jeronyino Beretta	8
Dario Ferreira Pinto	8
Mario Antunes	6
Luiz de Oliveira	6
Pio Dutra da Rocha	6
Zoroastro Cunha	5
Francisco Vieira de Moura	5
Delphim Ribeiro	4
Djalma de Jesus	4
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	3
Martinho Gomes Valle de Santa Anna	3
Porphirio Ribeiro de Faria	2

Coronel João de Souza Laurindo, Carlos Leite Ribeiro, Innocencio de Oliveira, Agostinho de Moraes, Antonio Carlos, Carlos Amaral da Costa, João Drumond Camargo, Luiz Gonçalves Nogueira, Manoel Vicente Alves, Henrique Nunes Braga, Pedro Pedroso Guimarães, Mario Limoeiro e Luiz Nogueira, todos com um voto cada um. Em branco, 32 (trinta e dous votos). Rio, 1 de março de 1926. — *Manoel Pereira Madruga*, secretario. — *Martinho Garcez Caldas Barreto*, presidente. — *Agenor Guimarães*, mesario. — *Herbert Portocarrero Martins* e *Feliciano Delmiro de Lima*, fiscaes.

Reconheço as firmas e letras do presidente, mesario e fiscaes por serem verdadeiras. Rio, 1 de março de 1926. — O secretario, *Manoel Pereira Madruga*.

A mesa eleitoral da 3ª secção da freguezia da Lagôa, do Districto Federal:

Faz publico aos que o presente edital de resultado da eleição virem, possa interessar, ou delle noticia tiverem, nos termos do decreto n. 14.631, de 19 de janeiro de 1921, que nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica e para intendentes municipaes que se effectuaram, nesta data, na 3ª secção eleitoral deste districto municipal, obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	111
Em separado	37
Dr. Epitacio da Silva Pessôa	2
Joaquim Francisco de Assis Brasil	1
Irineu de Mello Machado	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
Dr. Mello Vianna	1
Em branco	9
Em separado:	
General Isidoro Dias Lopes	1
General Tertuliano de Albuquerque, Potyguara	1

Para Vice-Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Fernando de Mello Vianna	113
Em separado	37
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	1
Em separado	1
Dr. José Joaquim Seabra	1
Em separado	1
Dr. Mauricio Paiva de Lacerda	1
João Baptista do Espirito Santo	1
Em branco	9

Para intendentes municipaes:

Jeronymo Maximo de Nogueira Penido	63
Em separado	12
Belisario Augusto de Oliveira Penna	55
Em separado	18
Jeronymo Beretta	54
Em separado	4
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	53
Em separado	11
Dario Ferreira Pinto	52
Em separado	5
Lourenço Méga	40
Em separado	6
Edgard Teixeira	39
Em separado	9
Honorio Torres Fialho	38
Em separado	12
Bartlett James	37
Em separado	24
João Clapp Filho	39
Em separado	15
Francisco Vieira de Moura	30
Em separado	4
Henrique Maggioli	30
Em separado	7
Antonio Evaristo de Moraes	30
Em separado	14
Augusto de Pinto Lima	28
Em separado	18
Custodio Pedroso Guimarães	28
Em separado	5
Candido Pessôa	27
Em separado	14
Raul Paranhos Pederneiras	25
Em separado	11
Victor de Magalhães Bastos	26
Em separado	10
Brenno dos Santos	25
Em separado	15
Jorge dos Santos	17
Em separado	9
Ernesto Garcez Caldas Barreto	17
Em separado	2
Joaquim Barbosa de Souza	18
Em separado	7
Felisdoro Gaia	24
Em separado	10
Pio Dutra da Rocha	22
Em separado	5
Zoroastro Cunha	16
Em separado	3
João da Costa Pinto	15
Em separado	6
Luiz de Oliveira	15
Em separado	2
Alberto Ribeiro	16
Em separado	5
Djalma de Jesus	11
Em separado	4
Mario Henrique Antunes	9
Em separado	2
Mario Limoeiro	8
Em separado	2
João Lopes Carneiro da Fontoura	8
Em separado	8
Hugo Martins Ferreira	7
Em separado	1
Laurentino Pinto Filho	8
Em separado	1
Carlos Amaral da Costa	5
Manoel Rodrigues Alves	5
João Drummond Camargo	5
Em separado	2
Martinho Gomes do Valle de Sant'Anna	5
Alfredo de Oliveira Flores	5
Em separado	1
Carlos Amaral da Costa	5
Luiz Gonçalves Nogueira	3
Em separado	2
João de Souza Laurindo	3
Antonio Mariano Garcia	2
Em separado	1
Carlos Leite Ribeiro	2
Mancel Alves Vicente Jacarandá	1
Em separado	1
Mauricio Paiva de Lacerda	1
Em separado	1

E outros menos votados.

Para constar lavrei o presente edital que na fórma da lei será publicado no *Diario Official* e vae assignado pelo presidente e mesarios. Dado e passado neste Districto Federal em 1 de março de 1926. E eu, Mario Roberto de Castro e Silva, secretario, o escrevi. — *Raphael Pinheiro*, presidente. — *Gaspar Fragoso de Albuquerque*, mesario. — *Bruno Francisco Martins*, mesario. — *Mario Roberto de Castro e Silva*, secretario.

Reconheço verdadeiras as firmas do doutor Raphael Pinheiro, presidente, e de Gaspar Fragoso de Albuquerque e Bruno Francisco Martins, mesarios, do que dou fé.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Mario Roberto de Castro e Silva*, secretario.

Boletim do resultado das eleições procedidas na 4ª secção da parochia da Lagôa, para Presidente da Republica, Vice-Presidente e intendentes municipaes:

Para intendentes municipaes:

	Votos
Bartlett James	32
Breno dos Santos	25
Belisario Augusto de Oliveira Penna	17
Joaquim Barbosa de Souza	19
Augusto Pinto Lima	18
Antonio Evaristo de Moraes	16
Raul Paranhos Pederneiras	11
Jorge dos Santos	7
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	13
João Clapp Silho	13
Felisdoro Gaia	16
Henrique Maggioli	11
Lourenço Méga	8
Pio Dutra da Rocha	11
Almerindo Malcher Bacellar	11
Zoroastro Cunha	7
Victor Magalhães Bastos	18
Jeronymo Beretta	6
Ernesto Garcez Caldas Barreto	10
Dario Ferreira Pinto	10
Edgard Teixeira	7
Luiz de Oliveira	7
Candido Pessôa	16
Francisco Vieira de Moura	8
Mario Henrique Antunes	14
Martinho Valle de Sant'Anna	15
Alberto Ribeiro	9
João da Costa Pinto	9
Honorio Torres Fialho	14
Custodio Pedroso Guimarães	4
João de Souza Larindo	4
Custodio Pedroso dos Santos	1
Domingos Barbosa de Azevedo	1
Arlindo Ribeiro	1
Lino Marianno de Aguiar	1
Mario Limoeiro	2
Djalma de Jesus	5
Delphim Ribeiro	3
Mauricio de Paiva Lacerda	1
Honorio Rivôrelo	1
Hugo Martins Ferreira	1
Cesar Luciano	1
Guilherme Alves da Costa	1
José Leal da Nobrega	1
Henrique Nunes Briggs	2

Para Presidente da Republica:

Washington Luis Pereira de Souza	44
Francisco de Assis Brasil	2
Fernando de Mello Vianna	1
Reynaldo Porchat	1
Em branco	1

Para Vice-Presidente:

Fernando de Mello Vianna	46
Washington Luis Pereira de Souza	1
Francisco de Assis Rosa e Silva	1
José Raul de Moraes	1

Em 1 de março de 1926. — *Pedro Guimarães Jatahy*, presidente. — *Oscar Luiz de Carvalho*, mesario. — *Helio Zamith*, mesario. Reconheço as firmas supras Dr. Pedro Guimão Jatahy, Oscar Luiz de Carvalho e Helio Zamith.— O secretario, *Nelson Alves de Oliveira*.

Resultado das eleições na 7ª secção da Lagoa:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luiz Pereira de Souza	34
Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes	1
Dr. Fernando de Mello Vianna	1
Em branco	1

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna	35
Dr. Miguel Couto	1
Em branco	1

Para intendentes municipaes:

Lourenço Mega	14
Brenno dos Santos	13
Victor de Magalhães Bastos	13
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	12
Antonio Evaristo de Moraes	12
Henrique Maggioli	11
Belisario Augusto de Oliveira Penna	11
Augusto Pinto Lima	11
Candido Pessoa	11
Felisdoro Gaya	10
Bartlett James	10
João Clapp Filho	9
Raul Paranhos Pederneiras	9
Honorio Torres Fialho	9
Ernesto Garcez Caldas Barreto	9
Almirindo T. Malcher Bacellar	9
Joaquim Barbosa de Souza	7
Jorge Santos	7
Zoroastro Cunha	7
Jeronymo Beretta	7
Dario Teixeira Pinto	7
João da Costa Pinto	6
Mario Henrique Antunes	5
Edgar Teixeira	5
Djalma de Jesus	4
Luiz de Oliveira	4
Jorge de Souza Laurindo	3
João Drummond de Camargo	3
Alberto Ribeiro	3
Francisco Vieira de Moura	3
Capitão Limoeiro	2
Delphim Ribeiro	2
Custodio Pedroso Guimarães	2
Martinho Gomes do Valle Sant'Anna	3
Alfredo de Oliveira Flores	2

	Votos
Manoel Vicente Alves Jacarandá	2
Lino Mariano de Aguiar	1
Carlos Manoel da Costa	1
Nelson Coutinho	1
Manoel Rodrigues Alves	1
Alvaro de Moraes Gutieres	1
Mariano Garcia	1
Industrial Salvador Seabra	1
Americo Avila Brum	1
Americo Avila Brum Filho	1
Alexandre Pinto Stocler	1
Graciano Gonçalves Cruz	1
Bonifacio Costa	1
Orlando Guimarães	1

Fernando de Lyra Tavares, Presidente. — *João Paulo de Figueiredo*, mesario.

Reconheço as firmas de Fernando de Lyra Tavares e João Paulo de Figueiredo. Do que dou fé. Rio, 1 de março de 1926. — *Antonio Placido Barbosa*, secretario.

Resultado da eleição da 5ª secção da Lagôa:

	Votos
Para Presidente da Republica:	
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	23
Domenico Silva	1
Marechal Isidoro Dias Lopes	1
Em branco	5
Para Vice-Presidente:	
Dr. Fernando de Mello Vianna	25
Mario Barbosa	1
General Olympio Mesquita Vasconcellos	1
Em branco	5
Intendentes municipaes:	
Belisario Augusto de Oliveira Penna	15
Augusto Pinto Lima	13
Brenno dos Santos	12
Bartlett James	14
Raul Paranhos Pederneiras	8
Joaquim Barbosa de Souza	7
Antonio Evaristo de Moraes	15
Jorge Santos	7
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	6
João Clapp Filho	9
Felisdoro Gaya	6
Henrique Maggioli	6
Lourenço Méga	4
Pio Dutra da Rocha	2
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	4
Zoroastro Cunha	3
Victor de Magalhães Bastos	10
Ernesto Garcez Caldas Barreto	2
Jeronymo Beretta	3
Dario Ferreira Pinto	7
Candido Pessôa	12
João da Costa Pinto	6
Edgard Teixeira	5
Manoel Rodrigues Alves	2
Francisco Vieira de Moura	4
Mario Henrique Antunes	3
Luiz de Oliveira	4
Alberto Ribeiro	4
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	2
Honorio Torres Fialho	2
Djalma de Jesus	6
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
João Manoel Rodrigues Alves de Souza	2
Mario Limoeiro	1
Carlos Amaral Costa	2
Luiz Gonçalves Nogueira	2
Leite Ribeiro	1
Astor Quadros de Sá	1
João Drummond Camargo	2
Alberto de Britto	1
Porphirio Ribeiro de Faria	1
Delphim Ribeiro	1

Em 1 de março de 1926: — *Mario dos Passos Machado Monteiro*. — *Sergio de Campos Cartier*, mesario. — *Cleto José de Freitas*, secretario.

Reconheço como verdadeiras as assignaturas supra, do presidente, secretario e mesario. Rio de Janeiro, primeiro de março de 1926. — O secretario, *Cleto José de Freitas*.

NONA SECÇÃO ELEITORAL DA LAGÔA

A mesa eleitoral da nona (9ª) secção eleitoral do districto municipal da Lagôa:

Faz saber a todos que o presente edital virem ou delle tiverem conhecimento, que na eleição para hoje marcada para Presidente, Vice-Presidente da Republica e intendentes municipaes, foram votados os candidatos abaixo declarados, com o resultado seguinte: para Presidente da Republica: Dr. Washington Luis Pereira de Souza, 42 (quarenta e dous) votos e 2 (dous) em separado; general Alexandre José Barbosa Lima, um (1) voto. Tres cedulas em branco. Para Vice-Presidente da Republica: Dr. Fernando de Mello Vianna, 41 (quarenta e um) votos e 2 (dous) em separado; Azevedo Lima, 1 (um) voto. Quatro cedulas em branco. Para intendentes municipaes: Victor Magalhães Bastos, 21 votos e 1 em separado; coronel Felisdóro Gaya, 21 e um em separado; Bartllet James, 18 votos e um em separado; Brenno dos Santos, 14 votos e um em separado; João Clapp Filho, 14 votos; Dario Ferreira Pinto, 14 votos; Mario Henrique Antunes, 11 votos e dous em separado; coronel Jeronymo Beretta, 13 votos; Augusto Pinto Lima, 11 votos e dous em separado; Belisario Augusto de Oliveira Penna, 11 votos e dous em separado; Honorio Torres Fialho, 11 votos e um em separado; Candido Pessôa, 12 votos; Jeronymo Maximo Nogueira Penido, 12 votos; Lourenço Méga, 12 votos; Henrique Magioli, 12 votos; Antonio Evaristo de Moraes, 12 votos; Ernesto Garcez Caldas Barreto, 11 votos; Zoroastro Cunha, 11 votos; João da Costa Pinto, 8 votos e dous em separado; Raul Paranhos Pederneiras, nove votos; Almerindo Malcher de Bacellar, oito votos; Joaquim Barbosa de Souza, nove votos; Delfim Ribeiro, seis votos e um em separado; Jorge Santos, sete votos; Pio Dutra da Rocha, seis votos; Luiz de Oliveira, cinco votos e um em separado; Djalma de Jesus, seis votos; Hugo Martins Ferreira, tres votos; Francisco Vieira de Moura, tres votos; Edgard Teixeira, dous votos; Martinho Gomes do Valle Sant'Anna, dous votos; Luiz Gonçalves Nogueira, dous votos; Laurentino Pinto Filho, dous votos; Alberto Ribeiro, cinco votos e um em separado; Mauricio de Lacerda, um voto; commandante Mario Limoeiro, um voto, doutor Joaquim Americo da Rosa, digo, doutor Americo Joaquim da Rosa, um voto; Luiz Marianno de Aguiar, um voto; Custodio Pedroso Guimarães, um voto; João Lopes Carneiro da Fonfoura, um voto; Alberto Silvares, um voto; Alfredo de Oliveira Flores, um voto; João Drummond Camargo, um voto. Tres cedulas em branco. Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. Eu, Olympio de Souza Vianna, secretario, escrevi e assigno. — *Bernardo Jacintho da Veiga*, presidente. — *Patriolino Ypiranga de Araujo*. — *Ary Torres Guimarães*. Reconheço as assignaturas do Dr. Bernardo Jacintho da Veiga, presidente; Patriolino Ypiranga de Araujo e Ary Torres Guimarães, mesarios. Rio, 1 de março de 1926. — O secretario, *Olympio de Souza Vianna*.

Decima secção da Lagôa:

Resultado:

	Votos
Para Presidente da Republica:	
Dr. Washington Luiz Pereira de Souza	63
Em branco	2
Para Vice-Presidente da Republica:	
Dr. Fernando Mello Vianna	63
Em branco	1
Para intendentes municipaes:	
Victor de Magalhães Bastos	39
Lourenço Méga	34
Felisdoro Gaia	33
Henrique Maggioli	32
Dario Ferreira Pinto	31
Jeronymo Beretta	30
Zoroastro Cunha	28
Ernesto Garcez Caldas Barretto	26
Augusto Pinto Lima	25
Brenno dos Santos	24
Bartlet James	22
Raul Paranhos Pederneiras	16
Antonio Evaristo de Moraes	15
Jorge Santos	15
Belisario Augusto de Oliveira Penna	13
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	12
Honorio Torres Fialho	12
Joaquim Barbosa de Souza	10
João Clapp Filho	9
Mario Henrique Antunes	8
Luiz de Oliveira	8
Candido Pessôa	7
João da Costa Pinto	6
Edgard Teixeira	6
Pio Dutra da Rocha	5
Delfim Ribeiro	5
Custodio Pedroso	4
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	4
João Lopes Carneiro Fontoura	4
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	3
Francisco Vieira de Moura	3
Alberto Ribeiro	3
Laurentino Pinto Filho	3
João Drummond Camargo	2
Djalma de Jesus	2
Nelson Gonçalves Coutinho	1
Luiz Gonçalves Nogueira	1
Alfredo Oliveira Flores	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
João do Souza Laurindo	1
Victor de Magalhães Silva	1
Alvaro de Moraes Guterres	1
Luiz Mariano de Aguiar	1

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Ruben Marimiano Penido*, presidente. — *David José Péres*, mesario.

A mesa eleitoral da 11ª secção do districto municipal da Lagôa:

Faz publico aos que o presente lerem que, na eleição hoje procedida, nesta decima primeira secção eleitoral, no edificio da Faculdade de Medicina, em o saguão, á praia Vermelha, local designado para nelle se effectuarem as eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica, bem como para intendentes municipaes pelo primeiro districto eleitoral, no Districto Federal, compareceram 111 eleitores que votaram: para Presidente da Republica, Dr. Washington Luis Pereira de Souza, 109 votos, e para Vice-Presidente, Dr. Fernando Mello Vianna, 108 votos.

Tambem obtiveram votação para Presidente da Republica, general Isidoro Dias Lopes, um voto e um em branco,

e para Vice-Presidente, dous votos em branco.

Para intendentes municipaes foram votados os seguintes: Bartlett James, 90 votos; Augusto Pinto Lima, 65 votos; Brenno dos Santos, 61 votos; Belisario Augusto de Oliveira Penna, 60 votos; Raul Paranhos Pederneiras, 60 votos; Joaquim Barbosa de Souza, 54 votos; Antonio Evaristo de Moraes, 60 votos; Jorge Santos, 60 votos; Victor de Magalhães Bastos, 38 votos; Henrique Maggioli, 29 votos; Lourenço Méga, 29 votos; Felisdoro Gaia, 25 votos; Jeronymo Beretta, 22 votos; João da Costa Pinto, 22 votos; Candido Pessôa, 18 votos; Jeronymo Maximo Nogueira Penido, 17 votos; Ernesto Garcez Caldas Barreto, 17 votos; Dario Ferreira Pinto, 11 votos; João Clapp, 10 votos; Mario Henrique Antunes, 10 votos; Zoroastro Cunha, 10 votos; Luiz de Oliveira, seis votos; Pio Dutra da Rocha, seis votos; Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar, sete votos; Francisco Vieira de Moura, 15 votos; Alberto Ribeiro, seis votos; Djalma de Jesus, seis votos; Honorio Torres Fialho, seis votos; Edgard Teixeira, 16 votos; Nelson Gonçalves Coutinho, cinco votos; João Drummond Camargo, quatro votos; Martinho Gomes de Sant'Anna, cinco votos; Manoel Rodrigues Alves, dous votos; Alvaro Moraes Guterres, dous votos; Custodio Pedroso Guimarães, tres votos; João Lopes Carneiro da Fontoura, tres votos; Mario Limoeiro, José Antonio Nogueira, Sá Brito, Delfim Ribeiro, Domingos Maggioli, Laurindo Pinto Filho, Hugo Martins Ferreira Mariano Garcia, Victor Magalhães Costa, Luiz Gonçalves Nogueira, Carlos do Amaral Costa, José da Costa Caldas, Vicente Cufelli, Adolpho Herbster Pereira, França Leite e João de Oliveira Flores, cada um teve um voto, sendo votado em branco dezoito.

E eu, Domingos Antonio Alves, para fins legaes, como secretario da mesa eleitoral da 11ª secção do districto municipal da Lagôa, subscrevi o presente. — *Domingos Antonio Alves.* — *Hamilcar Nelson Machado,* presidente. —*Mario Antonio Ferreira,* 1º mesario. — *José Pinheiro Guimarães Filho,* 2º mesario.

A mesa eleitoral da 1ª secção eleitoral do districto municipal da Gloria, do Districto Federal faz publico, pelo presente, que na eleição hoje, perante ella realizada, o resultado apurado foi o seguinte:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	103
Almirante Americo Brasil Silvado	2
Assis Brasil	1
General Izidoro Dias Lopes	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1

Em branco, seis votos.

Para Vice-Presidente da Republica:

Fernando Mello Vianna	105
General Izidoro Dias Lopes	3
Capitão Luiz Prestes	1

Em branco, cinco votos.

Para intendentes municipaes:

1. Candido Pessôa	59
2. João Clapp Filho	53
3. Jeronymo Maximo Nogueira Penido	50
4. Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	40
5. Alberto Ribeiro	38
6. Francisco Vieira de Moura	36
7. João da Costa Pinto	35
8. Mario Henrique Antunes	34
9. Djalma de Jesus	33
10. Martinho Gomes do Valle Sant'Anna	33
11. Pio Dutra da Rocha	32
12. Lourenço Méga	30
13. Augusto Pinto Lima	28
14. Bartlett James	24
15. Edgard Teixeira	24
16. Antonio Evaristo de Moraes	23
17. Belisario Augusto de Oliveira Penna	21
18. Brenno dos Santos	19
19. Jeronymo Beretta	19
20. Luiz de Oliveira	19
21. Mario Limoeiro	19
22. Victor de Magalhães Bastos	19
23. Zoroastro Cunha	17
24. Dario Ferreira Pinto	16
25. Raul Pederneiras	16
26. Henrique Maggioli	15
27. Jorge Santos	11
28. Felisdoro Gaia	10
29. Joaquim Barbosa de Souza	10
30. Luiz Gonçalves Nogueira	9
31. Custodio Pedroso Guimarães	7
32. Ernesto Garcez Caldas Barreto	6
33. Honorio Torres Fialho	6
34. João Lopes Carneiro da Fontoura	6
35. Hugo Martins Ferreira	5
36. Laurentino Pinto Filho	5
37. Carlos Amaral da Costa	4
38. Jacintho Alves da Rocha	4
39. João Drummond Camargo	3
40. Alvaro de Moraes Guterrez	3
41. Delphim Ribeiro	3

e outros menos votados.

Em branco, 35 votos.

Frederico de Barros Barreto, presidente. — *Flavio Queiroz Nascimento,* mesario. — *Paulo Francisco Ferreira Dias,* mesario.

Reconheço as firmas do doutor Frederico de Barros Barreto, Flavio Queiroz do Nascimento e Paulo Francisco Pereira Dias, mesarios.

Rio, 1 de março de 1926. — O secretario *Jayme dos Reis Castro.*

A mesa eleitoral da 4ª secção do Districto Municipal da Gloria, faz publico, pelo presente, que na eleição perante a mesma realizada nesta data, foi apurado o seguinte resultado:

Para Presidente da Republica:

Candidatos	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	151
Dr. Epitacio da Silva Pessôa	1
Dr. Assis Brasil	1
Julio Bueno Horta Barboza	1
Cedulas inutilizadas	2
Cedulas em branco	1
Em separado: Dr. Washington Luiz Pereira de Souza	4

Para vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna	151
Dr. Arthur da Silva Bernardes	1
Dr. Elesbão Bittencourt	1
Dr. José Alexandre Barboza Lima	1
Dr. Irineu de Mello Machado	1
Cedulas inutilizadas	3
Cedulas em branco	2
Em separado: Dr. Fernando de Mello Vianna	4

Para intendentes municipaes:

João Clapp Filho	109
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	90
Lourenço Méga	89
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	89
Dario Ferreira Pinto	80
Victor de Magalhães Bastos	77
Zoroastro Cunha	75
Jeronymo Beretta	74
Candido Pessôa	52
Pio Dutra da Rocha	42
João da Costa Pinto	35
Mario Henrique Antunes	35
Francisco Vieira de Moura	24
Antonio Evaristo de Moraes	24
Henrique Maggioli	22
Augusto Pinto Lima	21
Mario Limoeiro	19
Alberto Ribeiro	18
Djalma de Jesus	17
Belisario Augusto de Oliveira Penna	17
Edgard Teixeira	16
Bartlett James	16
Brenno dos Santos	13
Raul Paranhos Pederneiras	12
Honorio Torres Fialho	12
Luiz de Oliveira	11
Delphim Ribeiro	11
Jorge Santos	11
Joaquim Barboza de Souza	11
Martinho Gomes Valle de Santa Anna	11
Felisdoro Gaya	9
Ernesto Garcez Caldas Barreto	8
João Carneiro Lopes da Fontoura	8
Manoel Vicente Alves Jacarandá	7
Manoel Rodrigues Alves	5
Custodio Pedrozo Guimarães	5
Jacintho Alves da Rocha	5
Laurentino Pinto Filho	4
Hugo Martins Ferreira	4
Nelson Coutinho	2
Alfredo de Oliveira Flores	2
Luiz Gonçalves Nogueira	2
Joaquim Faria de Souza	1
Augusto Cardoso da Veiga	1
Heitor Lamounier	1
Mario Rodrigues de Vasconcellos	1
Jayme Moreira Pacheco	1
Fausto Werneck de Castro	1
Oscar Duprat	1
Mauricio de Lacerda	1
João de Souza Laurindo	1
Manoel José de Mesquita	1
Antonio Manoel da Rosa	1
Julio de Oliveira	1
Paulo Gonçalves Bastos	1
João Drummond de Camargo	1
Amadeu de Araujo Lopes	1
Rodrigues Alves Filho	1
Coronel Leite Ribeiro	1
Alberto Beaumont	1
Fraphinio Ferreira da Silva	1
Carlos Amaral da Costa	1
Augusto de Azevedo Santos	1
José Grieco	1
Herculino Gentil	1
João Bernardo	1
Bellarmino Costa	1
Armando Sotto	1
Antonio Torres	1
Djalma Ramos de Azevedo	1
Alberto Rabocha	1
Votos em branco	41
Inutilizados	16

Em separado:

João Clapp Filho	4
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	3
Henrique Maggioli	3
Pio Dutra da Rocha	3
Zoroastro Cunha	3
Felisdoro Gaya	2
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	2

Ernesto Garcez Caldas Barreto	2
Belisario Augusto de Oliveira Penna	1
Victor de Magalhães Bastos	1
Jeronymo Beretta	1
Dario Ferreira Pinto	1
Candido Pessôa	1
João da Costa Pinto	1
Mario Limoeiro	1
Em branco	1

Districto Federal, 1 de março de 1926. — *Alvaro Werneck*, presidente. — *Bernardino Luiz Pereira*, mesario. — *Barnabé Alves de Brito*, mesario. Reconheço as firmas e letras, do presidente e mesarios acima, as quaes foram feitas em minha presença. Districto Federal, primeiro de março de mil novecentos e vinte e seis. — *Ary Koerner Lacomba*, secretario.

A mesa eleitoral da 5ª secção do districto da Gloria declara que na eleição perante a mesma realizada nesta data, foi apurado o seguinte resultado:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Washington Luiz Pereira de Souza	50
Em separado	4
Assis Brasil	2
Isidoro Dias Lopes	2
Wenceslau Braz Pereira Gomes	1
José Joaquim Seabra	1
Almirante Americo Brasil Silvado	1
Em branco	3

Para Vice-Presidente da Republica:

Fernando de Mello Vianna	52
Em separado	3
Isidoro Dias Lopes	2
Irineu de Mello Machado	1
Barbosa Lima	1
Carlos Augusto Prestes	1
Em branco	3
Francisco Góes Calmon	2
Em separado	1

Para intendentes municipaes:

João Clapp Filho	30
Em separado	2
Jeronymo Maximo de Nogueira Penido	28
Em separado	1
Candido da Silva Pessôa	27
Em separado	2
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	20
Lourenço Mega	20
Augusto Pinto Lima	18
Em separado	1
Belisario Augusto de Oliveira Penna	18
Em separado	1
Pio Dutra da Rocha	17
Em separado	1
Jeronymo Beretta	16
Em separado	1
Antonio Evaristo de Moraes	16
Dario Ferreira Pinto	16
Zoroastro Cunha	14
Victor Magalhães Bastos	13
Em separado	1
Henrique Maggioli	12
Em separado	1
Raul Paranhos Pederneiras	12
Bartlett James	12
Brenno dos Santos	11
Em separado	1
João da Costa Pinto	10
Em separado	—
Francisco Vieira de Moura	9
Em separado	1
Mario Henrique Antunes	9
Em separado	1
Djalma de Jesus	8
João Drummond de Camargo	8
Felisdoro Gaia	8
Alberto Ribeiro	8
Em separado	1
Edgard Teixeira	6
Luiz Gonçalves Nogueira	6
Ernesto Garcez de Caldas Barreto	6
Jorge Santos	5
Manoel Rodrigues Alves	4
Joaquim Barbosa de Souza	4
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	4
Delfim Ribeiro	4
Luiz de Oliveira	4
Em separado	1
Jacintho Alves da Rocha	4
Em separado	1
Honorio Torres Fialho	4
Em separado	1
Alfredo de Oliveira Flores	3
Em separado	1
Hugo Martins Ferreira	3
Mario Limoeiro	3
Em separado	1
Alvaro de Moraes Guterres	2
Custodio Pedroso Guimarães	2
Laurentino Pinto	2
João de Souza Laurindo	1
Em separado	1
João Lopes Carneiro da Fontoura	1
Carlos Amaral da Costa	1
Candido Costa	1
Mauricio de Lacerda	1
Azurém Furtado	1
Manoel Vicente Alves	1
Em separado	1
Affonso Moreira de Almeida	1
Amadeu de Araujo Lopes	1
Antonio Mariano Garcia	1
Hortencio de Carvalho	1
Irineu de Mello Machado	1
Alfredo Fausto de Sampaio Ribeiro (em separado)	1
Gama (em separado)	1
Votos em branco	42
Em separado	6

Districto Federal, 1 de março de 1926. — *Julio de Oliveira Sobrinho*, presidente. — *Jorge Martins*, mesario.

Reconheço as firmas e lettras do presidente e mesario desta 5ª secção, por terem sido feitas na minha presença.

Districto Federal, 1 de março de 1926. — *Luiz Lyra* secretario.

Ao primeiro dia do mez de março de mil novecentos e vinte e seis, reunida a sexta secção eleitoral da Gloria, foi apurado o seguinte resultado da eleição:

Eleição Federal

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	62
Assis Brasil	1
Fernando de Mello Vianna	2
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
E uma cedula em branco.	
Total	67

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna	61
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	2
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
Capitão Carlos Prestes	1
E 2 cedulas em branco.	
Total	67

Para intendentes municipaes:

Dr. Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	41
João Clapp Filho	40
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	35
Lourenço Mega	33
Coronel Zoroastro Cunha	26
Pio Dutra da Rocha	22
Dr. Augusto Pinto Lima	21
E 1 em separado.	
Candido Pessôa	21
Dario Ferreira Pinto	21
Dr. Antonio Evaristo de Moraes	19
E 1 em separado.	
Victor Magalhães Bastos	20
Francisco Vieira de Moura	16
Jeronymo Beretta	16
Dr. Henrique Maggioli	15
João da Costa Pinto	15
Alberto Ribeiro	15
Brenno dos Santos	15
E 1 em separado.	
Raul Paranhos Pederneiras	14
E 1 em separado.	
Dr. Belisario Augusto de Oliveira Penna	13
E 1 em separado.	
Bartlett James	13
E 1 em separado.	
Hugo Martins Ferreira	13
Honorio Torres Fialho	13
Luiz de Oliveira	12
Mario Henrique Antunes	12
Mario Limoeiro	12
Martinho Valle de Sant'Anna	10
Jorge Santos	9
E 1 em separado.	
Felisdoro Gaia	9
Joaquim Barbosa de Souza	7
E 1 em separado.	
Delphino Ribeiro	9
Edgard Teixeira	9
João de Souza Laurindo	6
Djalma Jesus	6
Luiz Gonçalves Nogueira	6
João Drummond Camargo	4
Custodio Pedroso Guimarães	4
João Carneiro da Fontoura	4
Carlos Amaral da Costa	4
Dr. Manoel Vicente Alves Jacarandá	3
Laurentino Pinto	2
Alfredo de Oliveira Flores	2
Manoel Rodrigues Alves	2
Mauricio Paiva de Lacerda	1
Ernesto Garcez Caldas Barreto	3
Conrado Müller de Campos	1
Affonso Moreira de Almeida	1
Alvaro Moraes Gutterres	1
Fortunato Campos de Medeiros	1
Jacintho Rocha	1
Salvador José de Assumpção	1

Dr. *Brunno Alvares da Silva Lobo*, presidente. — *Mario Belisario Peixoto de Sá Freire*, mesario. — *Armando Salles*, mesario. — *Aristides Alberto Alves*, secretario.

Reconheço as firmas do Dr. Brunno Alvares da Silva Lobo, presidente; Mario Belisario Peixoto de Sá Freire e Armando Salles, mesarios. Em 1 de março de 1926. — *Aristides Alberto Alves.*

A mesa eleitoral da setima secção do districto municipal da Gloria, do Districto Federal, faz publico, pelo presente, que na eleição hoje perante ella realizada, o resultado apurado foi o seguinte:

Para presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	24
Em separado	1
Dr. Alfredo Maciel de Castro	1
Manso de Paiva Coimbra	1
Em branco	2

Para vice-presilente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna..	24
Em separado.	1
Dr. José Benedicto de Oliveira..	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
Em branco	2

Para intendente municipal:

Dr. Jeronymo Mariano Nogueira Penido.	17
Dr. Ernesto Garcez Caldas Barreto.	5
Jeronymo Beretta.	12
Zoroastro Cunha	12
Felisdóro Gaia.	3
Dario Ferreira Pinto.	1
Dr. Belisario Augusto de Oliveira Penna.	11
Dr. Augusto Pinto Lima.	11
Dr. Brenno dos Santos.	8
Bartlett James	11
Dr. Raul Paranhos Pederneiras..	7
Joaquim Barbosa de Souza. . . .	5
Dr. Antonio Evaristo de Moraes..	11
Jorge dos Santos.	6
João Clapp Filho.	16
Em separado.	1
Dr. Henrique Maggioli.	7
Dr. Lourenço Mega.	15
Pio Dutra da Rocha	7
Almerindo Thomaz de Malcher Bacellar.	13
Victor de Magalhães Bastos. . . .	10
Candido Pessoa.	9
João da Costa Pinto.	8
Americo Azevedo.	1
Edgard Ferreira.	6
Dr. Francisco Vieira de Moura..	8
Mario Henrique Antunes.	7
Dr. Jacarandá.	1
Luiz de Oliveira.	6
Alberto Ribeiro.	7
Luiz Gonçalves Nogueira.	6
Djalma de Jesus.	5
Pedro de Paula Eiras.	1
Martinho Gomes do Valle Santa-Anna	6
Delphim Ribeiro	2
Mario Rego dos Santos	1
Honorio Torres Fialho.	1
João Lopes Carneiro da Fontoura	4
Clementino Pinto Filho	1
Alfredo de Oliveira Flores. . . .	1
Nelson Gonçalves Coutinho. . . .	1
Hugo Martins Ferreira	2
Em separado	1
João Drummond Camargo.	1
Carlos Amaral da Costa.	5
Dr. Mauricio de Lacerda.	1
Mario Limoeiro.	2
João de Souza Laurindo.	1
Affonso Moreira de Almeida. . . .	1
Hildebrando da Silva Castro. . . .	1
Carlos de Souza Lage.	1
Conrado Muller de Campos. . . .	1
Em branco.	16
Em separado.	6

Districto Federal, 1 de março de 1926. — *Francisco Constant Figueiredo*, presidente. — *Alvaro Benjamin de* (illegivel), mesario. — *Adolpho Cunha*, mesario. — *Miguel Dias da Silva*, fiscal.

Reconheço verdadeiras as quatro firmas supra.

Districto Federal, 1 de março de 1926. — *Fernando Vidal Leite Ribeiro.*

A mesa eleitoral da 10ª secção da freguezia da Gloria, do 1º districto eleitoral do Districto Federal, declara, para os devidos fins, que, na eleição perante a mesma realizada nesta data, foi apurado o seguinte resultado para Presidente e vice-presidente da Republica.

Para presidente:

Washington Luiz Pereira de Souza	214
Isidoro Dias Lops	1
Assis Brasil	1
Miguel de Oliveira Couto	1
Em branco	3

Para vice-presidente:

Fernando de Mello Vianna . . .	212
André Gustavo Paulo de Frontin	1
João Maria Xaiver de Brito	1
Alexandre José Barbosa Lima.. .	1
Em branco	5

Districto Federal, 1 de março de 1926. —*Fernando Antonio Raja Gabaglia*, presidente — *Abelardo Marinho de Albuquerque Andrade*, mesario. — *Carlos Oberg*, mesario.

Reconheço as firmas do presidente e dos mesarios supra. — *João Gustavo Mello*, secretario.

A mesa eleitoral da 10ª secção da freguezia da Gloria declara, para os devidos fins, que, na eleição perante a mesma realizada nesta data, foi apurado o seguinte resultado para intendentes municipaes do Districto Federal:

João Clapp Filho	191
Jeronymo Penido	157
Victos Bastos	144
Lourenço Móga	143
Almerindo Bacellar	139
Zoroasto Cunha	132
Dario Pinto	131
Jeronymo Beretta	131
Belisario Penna	55
A. Pinto Lima	44
Candido Pessôa	42
Brenno dos Santos	37
Raul Pederneiras	36
Evaristo de Moraes	32
Barthlet James	29
Pio Dutra	26
J. Costa Pinto	26
Mario Antunes	24
H. Magioli	20
J. Barbosa de Sousa	18
J. Santos	16
Limoeiro	15
Vieira de Moura	12
E. Teixeira	11
Luiz de Oliveira	9
Ernesto Garcez	9
Alberto Ribeiro	14
Filisdoro Gaia	14
Honorio Fialho	7
Djalma de Jesus	7
Delfim Ribeiro	7
Jacintho Rocha	6
Luiz Nogueira	4
M. Sant'Anna	4
João L. C. da Fontoura	4
João Drummond	3
Manoel Rodrigues Alves	2
Amadeu de Araujo	1
Alfredo Flores	2
Almilcar Brandão	1
Affonso Nogeira	1
Arthur Quadros de Sá	1
Paulo Gonçalves Bastos	1
Orlando Guimarães	1
Bonifacio Costa	1
Graciliano Cruz	1
Alexandre Stockler P. Menezes	1
Emilio Augusto Tavares	1
Americo Avilla Brum	2
Salvador Ferreira Seabra.	1
Americo Avilla Brum Filho . . .	2
Armando de Oliveira	1
Hugo Martins Ferreira	1
Ulysses Malaguta de Souza	1
Carlos Amaral da Costa	1
Manoel Vicente A. Jacarandé . .	1
João de Souza Laurindo	1
Custodio P. Guimarães	1
Affonso Mello	1
Alcibiades Delamare	1
Alvaro Bomilcar	1
Antonio Torres	1
Frederico Villar	1
Armando Pina	1
J. Leoncio Mousinho	1
Albuquerque Gondim	1
Eduardo Pedra	1
José P. Cardoso	1
Mauricio Lacerda	1
Em branco	24

Abelardo Marinho de Albuquerque Andrade, mesario. — *Carlos Oberg*, mesario.

Reconheço as firmas do presidente e dos mesarios supra. — *João Custodio Mello*, secretario.

A mesa eleitoral da decima segunda secção do districto eleitoral da Gloria, faz publico que, nas eleições federaes e municipaes realizadas hoje, á rua Augusto Severo numero quatro, edificio do Syllogeu Brasileiro, obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	130
Em separado	17
Dr. Fernando de Mello Vianna.	2
General Isidoro Dias Lopes	1
Augusto Monteiro Rochura	1

As cedúlas em branco foram oito, deixando de ser apuradas cinco outras cedulas, que não estavam em rotulos devidamente fechados.

Para Vice-Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Fernando Mello Vianna	130
Em separado	17
Dr. Washington Luis Pereira de Souza.	1
General Alexandre Barbosa Lima	1
General Isidoro Dias Lopes	1
Siqueira Campos	1

Dez cedulas estavam em branco e tres outras não foram apuradas, por estarem abertas.

Para intendentes municipaes:

	Votos
João Clapp Filho	100
Em separado	10
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	93
Em separado	8
Lourenço Méga	85
Em separado	6
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	94
Em separado	14
Zoroastro Cunha	80
Em separado	4
Jeronymo Beretta	70
Em separado	4
Victor de Magalhães Bastos	84
Em separado	4
Dario Ferreira Pinto	77
Em separado	5
Augusto Pinto Lima	32
Em separado	4
Belisario Augusto de Oliveira Penna	25
Em separado	9
Bartlett James	27
Em separado	5
Brenno dos Santos	
Em separado	2
Antonio Evaristo de Moraes	2
Em separado	5
Candido Pessôa	20
Em separado	4

Henrique Maggioli	18
Em separado	3
Felisdoro Gaia	10
Em separado	3
Pio Dutra da Rocha	33
Em separado	6
Ernesto Garcez Caldas Barreto	12
Em separado	2
João da Costa Pinto	10
Em separado	
Edgard Teixeira	8
Em separado	
Francisco Vieira de Moura	9
Luiz de Oliveira	9
Em separado	1
Mario Henrique Antunes	8
Em separado	3
Delphim Ribeiro	10
Raul Paranhos Pederneiras	15
Em separado	3
Djalma de Jesus	14
Em separado	7
Luiz Gonçalves Nogueira	6
Em separado	1
Manoel Rodrigues Alves	1
Jorge Santos	13
Em separado	1
Joaquim Barbosa de Souza	9
Em separado	2
Mario Limoeiro	10
Honorio Torres Fialho	6
Alberto Ribeiro	5
Em separado	2
Carlos Amaral da Costa	2
Jacintho Alves da Rocha	1
João Drummond Camargo	2
Em separado	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	2
Em separado	1
Newton Estillac Leal	1
Luiz Carlos Prestes	1
Antonio Marianno Garcia	1
João Soares Laurindo	1
Affonso Moreira de Almeida	3
Jorge Bezerra da Silva	1
Alfredo de Oliveira Flores	1
Martinho Gomes de Sant'Anna	4
Amadeu de Araujo Lopes	3
Alvaro Duque Estrada Bastos	1
Antonio Duarte do Amaral	3
Nelson Gonçalves Coutinho	3
Hugo Martins Ferreira	3
Laurentino Pinto Filho	3
Em separado	1
Oscar Pedro Borges	1
Achiledones Guimarães	1
Joaquim Bezerra de Paiva	1
Henrique Guimarães Sá Britto	1
Candido Muller de Campos	1
Só obtiveram voto em separado:	
Manoel Deodoro da Fonseca Hermes	1
Orlando Carneiro	1

E para dar conhecimento deste resultado vae este edital para a imprensa official, tendo sido affixado outro de igual teor na porta do edificio onde funccionou a secção eleitoral da decima segunda secção da Gloria. — *José Soares Maciel*, presidente. — *Edgard José de Moraes*, mesario.

Eu, Julio Monsores Filho, secretario *ad hoc*, reconheço as firmas de José Soares Maciel, presidente, e Edgard José de Moraes, mesario, e assim faço porque as vi escrever.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Julio Monsores Filho*, secretario *ad hoc*.

A mesa eleitoral da 1ª secção municipal do districto de S. José, faz publico, pelo presente, que na eleição hoje, perante ella realizada, o resultado apurado foi o seguinte:

	Votos
Para Presidente da Republica:	
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	136
Em separado	10
Raul Lopes Vasconcellos	2
Isidoro Dias Lopes	2
Dr. Assis Brasil	1
Em branco	11
Em separado	2
Para Vice-Presidente da Republica:	
Dr. Fernando de Mello Vianna	139
Em separado	10
Dr. Irineu de Mello Machado	2
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	1
Coronel Prestes	1
Em branco	9
Em separado	2
Para intendentes municipaes:	
Pio Dutra da Rocha	77
Em separado	1
Felisdoro Gaia	76
Lourenço Mega	86
Em separado	3
João Clapp Filho	70
Em separado	1
Dario Ferreira Pinto	58
Em separado	1
Ernesto Garcez Caldas Barreto	66
Victor de Magalhães Bastos	33
Candido Pessôa	68
Em separado	12
Henrique Maggioli	30
Hugo Martins Ferreira	5
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	52
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	41
Em separado	1
Mario Limoeiro	6
Francisco Vieira de Moura	43
Em separado	8
João da Costa Pinto	47
Em separado	10
Mario Henrique Antunes	30
Em separado	8
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	34
Em separado	9
Dr. Alberto Ribeiro	29
Em separado	9
Luiz de Oliveira	30
Em separado	10
Edgard Teixeira	32
Em separado	2
Dr. Augusto Pinto Lima	35
Em separado	2
Dr. Antonio Evaristo de Moraes	32
Em separado	2
Belizario Augusto de Oliveira Penna	25
Em separado	2
Djalma de Jesus	10
Luiz Gonçalves Nogueira	8
Laurentino Pinto Filho	4
Zoroastro Cunha	13
Em separado	1
João de Souza Laurindo	4
Coronel Leite Ribeiro	21
Affonso Moreira de Almeida	1
Alfredo de Oliveira Flores	3
Em separado	1
Floriano da Rocha Faria	1
João Galdino Teixeira da Costa	1
Raul Paranhos Pederneiras	20
Em separado	1
Bartlett James	20
Em separado	2
Bruno dos Santos	22
Joaquim Barbosa de Souza	9
Jorge Santos	9
Mauricio de Paiva Lacerda	1
Miguel de Oliveira Monteiro	1
Mario Ferreira Piragibe	1
Edgard Fontes Roméro	1
Oswaldo de Moura Nobre	1
Dr. Bruno Lobo	2
Alfredo Muniz Peixoto	1
Mario Julio dos Santos	1
Jeronymo Beretta	7
Em separado	1
Manoel Brandão da Cunha	10
João Drummond de Camargo	2
João Lopes Carneiro da Fontoura	2
Leonidas Rezende	1
Manoel Rodrigues Alves	5
Francisco Vieira de Azeredo Coutinho	1
Annibal de Moraes Mello	1
José Maria Bello	1
Manoel Gonçalves Vieira	1
Accio Guerra	1
Manoel Isidoro Vieira	1
Ruy Affonseca de Alencar	1
Alfamiro José Machado	1
Nestor Massena	1
Pio da Rocha	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
Adolpho Amaral Moreira Santos	1
Honorio Torres Fialho	2
Em separado	1
Em branco	36

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926, em continuação do dia anterior. — *João Severiano Carneiro da Cunha*, presidente. — Dr. *Mario Moura Salles*, mesario. — *Alvaro Passos de Barros*, mesario. — *Frederico Moss de Castro*, secretario.

Reconheço verdadeiras as firmas do Dr. João Severiano Carneiro da Cunha, presidente. — Dr. Mario de Moura Salles e Alvaro Paes de Barros, mesarios. Rio, 2 de março de 1926. — O secretario, *Frederico Moss de Castro*.

TERCEIRA SECÇÃO DE S. JOSÉ

Esta secção eleitoral deixou de funccionar por não terem comparecido o presidente e os dous mesarios, deixando, assim, de ser installada a mesa á hora legal.

Rio, 1 de março de 1926. — *Alfredo José Pinto*, secretario da mesa.

Cópia fiel da votação apurada na eleição de hoje, 1 de março de 1926, pela mesa da 4ª secção de São José, na qual votaram 112 eleitores da secção e 119 da terceira secção, que não funccionou:

	Votos da 4ª	Votos da 3ª
Para Presidente da Republica:		
Dr. Washington Luiz Pereira de Souza	103	113
Dr. Fernando Mello Vianna	1	
Marechal Isidoro Dias Lopes	1	1
Tenente Ribeiro Junior	1	
Dr. Manoel Vicente Alves	1	
Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes	1	
Em branco	2	1
Inutilizadas	1	3
Manoel Alves Jacarandá	9	1
Dr. Joaquim Francisco Assis Brasil	1	
	112	119
Para Vice Presidente:		
Dr. Fernando de Mello Vianna	104	112
Dr. Washington Luiz Pereira de Souza	1	
Dr. José Joaquim Seabra	1	

General Alexandre José Barbosa Lima	1	
Dr. João Baptista do Espirito Santo	1	
Dr. Arthur Bernardes da Silva	0	1
José Dias Madeira	0	1
Dr. Nilson Torres de Rezende	0	1
Em branco	3	1
Inutilizadas	1	3
	112	119

Para intendentes municipaes:

1. Candido Pessôa	69	57
2. João da Costa Pinto	50	38
3. Francisco Vieira de Moura	49	58
4. Dr. Alberto Ribeiro	43	30
5. Luiz de Oliveira	41	30
6. Martinho Gomes Valle Sant'Anna	40	33
7. Lourenço Méga	38	55
8. Mario Henrique Antunes	37	29
9. Jeronymo Maximo Nogueira Penido	35	44
10. Pio Dutra da Rocha	35	48
11. João Clapp Filho	34	34
12. Edgard Teixeira	34	25
13. Antonio Evaristo de Moraes	26	32
14. Felisdoro Gaia	26	43
15. Augusto Pinto Lima	25	35
16. Dr. Belisario Augusto Oliveira Penna	23	19
17. João de Souza Laurindo	22	19
18. Ernesto Garcez Caldas Barreto	20	21
19. Dario Ferreira Pinto	20	44
20. Breno dos Santos	18	13
21. Bartlet James	18	21
22. Raul Paranhos Pederneiras	16	14
23. Dr. Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	12	20
24. Henrique Maggioli	11	16
25. Joaquim Barbosa de Souza	10	6
26. Jorge Santos	10	9
27. Jeronymo Bereta	8	17
28. Victor Magalhães Bastos	7	32
29. Hugo Martins Ferreira	6	2
30. Djalma de Jesus	6	10
31. Zoroastro Cunha	5	11
32. João Drummond Camargo	5	5
33. Honorio Torres Fialho	4	6
34. Mario Limoeiro	4	3
35. João Lopes Carneiro da Fontoura	4	3
36. Oswaldo Muller de Campos	3	2
37. Luiz Gonçalves Nogueira	3	3
38. Custodio Pedroso Guimarães	3	5
39. Bruno Lobo	2	
40. Francisco Ferreira da Silva	2	
41. Nelson Gonçalves Coutinho	2	1
42. Manoel Rodrigues Alves	2	3
43. Alfredo de Oliveira Flores	2	2
44. Alvaro de Moraes Gutterrez	2	
45. Affonso Moreira de Almeida	1	
46. Antonio Marianno Garcia	2	
47. Waldemiro Dias	1	
48. Waldemar Bessoni	1	
49. Carlos Alberto	1	
50. Galdino Leal	1	
51. Alberto Moreira Alves	1	
52. Alvaro de Barros	1	
53. Alberto de Brito	1	
54. Manoel Brandão da Cunha	1	
55. Candido de Almeida Valle Junior	1	
56. Gastão Soares de Moura	1	
57. Coronel Leite Ribeiro	1	
58. Mauricio Paiva de Lacerda	1	1
59. Manoel Vicente Alves Jacarandá	1	2
60. Arthur de Meira Lima	1	
61. Antonio Pereira de Barros	1	
62. Oscar Innocencio de Araujo Costa	1	
63. Amador de Araujo Lopes	1	3
64. Adolpho Amaral Mourão dos Santos	1	3
65. Oscar Coelho de Souza	1	
66. Remo Ciuffio	1	
67. José da Costa Vieira Caldas	1	
68. Matheus Donadio	1	
69. Manoel Pedroso Guimarães	1	
70. Affonso Moreirá de Almeida	0	
71. Tenente Victor Mondaini	1	
72. Antonio Pedroso Junior	1	
73. Laurentino Pinto Filho	1	
74. Carlos Amaral da Costa	0	1
75. José Ramos Teixeira Junior	0	1
76. Delphim Ribeiro	0	1
77. Raymundo de Castro Pereira Rego	0	1
78. Manoel Brandão da Cunha	0	1
79. Antonio Pereira do Magalhães	0	1
80. José Serafim Tavares	0	1
81. Ary de Almeida e Silva	0	1
82. Lucrecio Fernandes de Oliveira	0	1
83. Ernesto Emilio Allain	0	1
84. Paulo Gonçalves Bastos	0	1
85. Paulo Alvaro de Souza	0	1
86. Henrique Nunes Briggs	0	1
87. Antonio Augusto Pinto Machado	0	1
88. Almirante Miguel Antonio Fiuza Junior	0	1
De 4 cedulas em branco	32	
De 1 cedula apenas com seis nomes	2	
De 3 cedulas em branco	0	24
De 1 cedula apenas com seis nomes	0	2
	896	952

Rio, 1 de março de 1926. — Visto. Conferido. — *Coronel Carlos Leite Ribeiro*, presidente.

A mesa eleitoral da 5ª secção de São José, 1º districto da Capital Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital de resultado eleitoral virem, delle tomarem conhecimento ou interessar possa, que nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica e intendentes municipaes que se effectuaram nesta data e nesta quinta secção de São José, obtiveram votos:

Para Presidente:

	Votos
Washington Luis Pereira de Souza	137
Antonio Monteiro	1
Capitão Prestes	1
José Joaquim Seabra	2
Joaquim de Assis Brasil	1
Justo Chermont	1
General Izidoro Dias Lopes	2
Marechal José Siqueira de Menezes	1
João Candido	1
Dr. Fernando de Mello Vianna	1
Inutilizada	1
Em branco	4

Para Vice-Presidente:

Dr. Fernando de Mello Vianna	140
Dr. Jacarandá	1
Tenente Siqueira Campos	1
Capitão Luiz Carlos Prestes	1
Irineu de Mello Machado	1
Luiz de Souza Dantas	1
José Rodrigues da Costa Doria	1
Dr. Assis Brasil	1
Dr. Alexandre Barbosa Lima	1
Em branco	3
Inutilizadas	2

Para intendentes municipaes:

Candido Pessoa	88
João da Costa Pinto	60
Lourenço Méga	57
Francisco Vieira de Moura	56
Luiz de Oliveira	56
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	54
Mario Henrique Antunes	53
Pio Dutra da Rocha	52
João Clapp Filho	52
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	50
Alberto Ribeiro	48
Felisdoro Gaia	47
Edegard Teixeira	46
Dr. Augusto Pinto Lima	45
Ernesto Garcez Caldas Barreto	40
Antonio Evaristo de Moraes	39
Dario Ferreira Pinto	39
Bartlet James	33
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	32
Belisario Augusto de Oliveira Penna	28
Breno dos Santos	23
Raul Paranhos Pederneiras	22
Henrique Magiolli	20
Victor Magalhães Bastos	13
Zoroastro Cunha	10
Joaquim Barbosa de Souza	10
Jorge Santos	11
Jeronymo Bereta	10
Manoel Rodrigues Alves	9
Luiz Gonçalves Nogueira	8
João Drummond Camargo	8
Honorio Torres Fialho	6
Djalma de Jesus	5
João Lopes Carneiro da Fontoura	5
Custodio Pedrosa Guimarães	5
João Souza Laurindo	5
Affonso Moreira de Almeida	5
Laurentino Pinto Filho	5
Mario Limoeiro	4
Hugo Martins Ferreira	4
Carlos Leite Ribeiro	3
Dr. Bonifacio Costa	2
Irineu de Mello Machado	2
Dr. Alfredo de Oliveira Flores	2
Augusto Azevedo Santos	1
Dr. Jacarandá	1
Manoel Brandão da Cunha	1
Alberto Vieiras Mallet	1

Delfim Ribeiro	1
Belisario Tavora	1
Abel Guimarães Porto	1
Nelson Gonçalves Coutinho	1
Octaviano Alves do Valle	1
Leonidia Daltro	1
João da Costa Fernandes	1
João Soares Abreu Junior	1
Oscar Moreira Peixoto	1
Adolpho Amaral Mourão Santos	1
Trajano Cruz	1
Nilo Soares	1
Manoel Madruga	1
Carlos do Amaral Costa	1
Bento de Menezes	1

Garcia Dias de Avila Pires, presidente. — *José Sabino da Silva*, secretario. *Guilherme Candido Pinheiro Filho*, mesario. — *Alfredo da Silva Lage*, fiscal. — *Antonio Cariú*, fiscal. — *Ariosto Pego do Lago*.

Reconheço as firmas supra. — *José Sabino da Silva*, secretario.

A mesa eleitoral da 8ª secção do districto municipal de São José, 1º districto eleitoral, declara para os devidos fins, que na eleição perante a mesma realizada, nesta data, foi apurado o seguinte resultado:

Para intendentes municipaes:

Candido Pessôa	113
João da Costa Pinto	93
Francisco Vieira de Moura	92
Mario Henrique Antunes	86
Martinho Gomes do Valle Sant'Anna	85
Alberto Ribeiro	84
Luiz de Oliveira	84
Edgard Teixeira	83
Ernesto Garcez	47
Pio Dutra da Rocha	45
Evaristo de Moraes	39
Em separado	1
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	31
Henrique Maggioli	30
Lourenço Méga	29
Em separado	1
Belisario Penna	29
Em separado	1
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	23
Augusto Pinto Lima	27
Em separado	1
Dario Ferreira Pinto	21
Em separado	1
Jeronymo Beretta	19
Em separado	1
João Clapp Filho	20
Em separado	1
Mario Limoeiro	21
Em separado	1
Raul Pederneiras	19
Em separado	1
Zoroastro Cunha	17
Em separado	1
Brenno dos Santos	12
Em separado	1
Victor Magalhães Bastos	11
Em separado	1
Felisdóro Gaia	11
Em separado	1
Bartlett James	11
Em separado	1
Djalma de Jesus	9
Em separado	1
Luiz Nogueira	9
Em separado	1

Tertuliano Pinto Ferreira, presidente. *Philemon Athelano Pessôa de Lacerda*, mesario.

Reconheço as firmas e lettras do presidente e mesario acima assignadas. — *Theodulo Mendes do Nascimento*, secretario *ad-hoc*.

A mesa eleitoral da 10 secção do districto de São José, nesta Capital, torna publico, nos termos da lei, pelo presente boletim, que nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica, realizadas nesta data, na dita secção, conforme consta da respectiva acta dos trabalhos eleitoraes, obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

Washington Luis Pereira de Souza	248

Para Vice-Presidente:

Fernando de Mello Vianna	248

Cicero Ferreira Lopes, presidente. — *Mario Loureiro*, mesario.

Eu, José Eusebio Sobrinho, secretario, reconheço as firmas e lettra de Cicero Ferreira Lopes, presidente, e Mario Loureiro, secretario, as quaes foram feitas em minha presença. Districto Federal, primeiro de março de mil novecentos e vinte e seis. — *José Eusebio Sobrinho*, secretario.

A mesa eleitoral da 10ª secção do Districto de São José, nesta Capital, torna publico, nos termos da lei, pelo presente boletim, que nas eleições para intendentes municipaes, realizadas nesta data, na dita secção, conforme consta da respectiva acta dos trabalhos eleitoraes, obtiveram votos:

Para intendentes municipaes:

	Votos
Candido Pessôa	247
João da Costa Pinto	242
Francisco Vieira de Moura	240
Mario Hermes Antunes	237
Luiz de Oliveira	237
Alberto Ribeiro	234
Edgard Teixeira	234
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	234
Lourenço Mégga	42
Augusto Pinto Lima	17
Bartlett James	5
Evaristo de Moraes	4
Jeronymo Beretto	4
Dario Ferreira Pinto	3
Belisario Pena	3
Pio Dutra da Rocha	2
Irineu Machado	1
Bettencourth Filho	1

Rio, 1 de março de 1926. — *Cicero Ferreira Lopes*, presidente. — *Mario Loureiro*, mesario. Eu, José Eusebio Sobrinho, secretario, reconheço verdadeiras as firmas de Cicero Ferreira Lopes, presidente, e Mario Loureiro, secretario, as quaes foram feitas em minha presença. Districto Federal, 1 de março de 1926. — *José Eusebio Sobrinho*, secretario.

A mesa eleitoral da decima primeira secção do districto de São José, do Districto Federal, faz publico, pelo presente que, nas eleições, hoje realizadas, para Presidente e Vice-Presidente da Republica e intendentes municipaes, perante ella, o resultado apurado foi o seguinte:

	Votos
Para Presidente da Republica:	
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	167
Para Vice-Presidente da Republica:	
Dr. Fernando de Mello Vianna	165
Para intendentes municipaes:	
Dr. Lourenço Méga	101
Dr. Jeronymo Maximo Nogueira Penido	93
Candido Pessôa	93
João Clapp Filho	79
João da Costa Pinto	71
Francisco Vieira de Moura	69
Mario Henrique Antunes	65
Alberto Ribeiro	64
Pio Dutra da Rocha	62
Luiz de Oliveira	59
Henrique Maggioli	58
Edgard Teixeira	54
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	54
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	51
Felisdoro Gaya	51
Zoroastro Cunha	39
Dario Ferreira Pinto	36
Belisario Augusto de Oliveira Penna	30
Antonio Evaristo de Moraes	28
Augusto Pinto Lima	27
Jeronymo Beretta	25
Victor de Magalhães Bastos	20
Ernesto Garcez Caldas Barreto	20
Bartlett James	20
Brenno dos Santos	18
Raul Paranhos Pederneiras	11
Mario Limoeiro	11
Joaquim Barbosa de Souza	10
Affonso Moreira de Almeida	10
Jorge Santos	9
Hugo Martins Ferreira	7
Honorio Torres Fialho	7
Manoel Vicente Alves Jacarandá	6
Custodio Pedroso	6
João Lopes Carneiro da Fontoura	4
Djalma de Jesus	4
João de Souza Laurindo	4
Laurentino Pinto Filho	4
Alfredo de Oliveira Flores	3

Decima primeira secção do districto eleitoral de São José, no edificio do Instituto Nacional de Musica, Capital Federal, um de março de mil e novecentos e vinte e seis. — *Arthur Freitas de Azevedo*, presidente. — *Joaquim Rodrigues Manga*, mesario.

Reconheço verdadeiras as firmas supra.

Rio, 1 de março de 1926. — *Antonio de Araujo Góes*, secretario *ad hoc*.

A mesa eleitoral da 11ª Secção da Freguezia Municipal da Candelaria, etc.:

Faz publico aos que o presente edital de resultado da eleição, virem, possa interessar, ou delle noticia tiverem, nos termos do decreto n. 14.631, de 19 de janeiro de 1921, que nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica e para intendentes municipaes que se effectuaram em data de hontem, conforme designação prévia obtiveram nesta secção eleitoral votos para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	186
Em separado	2
Dr. Fernando de Mello Vianna	6
José Coelho de Azevedo	2
Assis Brasil	1

Para Vice-Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Fernando de Mello Vianna	188
Em separado	2
Dr. Washington Pereira de Souza	4
Heitor Soares de Paula	2
Barbosa Lima	1
Luiz Prestes	1

Para intendentes municipaes:

Dr. Ernesto Garcez Caldas Barreto	129
Candido Pessôa	93
Em separado	2
Lourenço Méga	90
Em separado	2
Jeronymo Beretta	81
Em separado	2
Henrique Maggioli	76
Dario Ferreira Pinto	67
Em separado	2
Pio Dutra da Rocha	66
João de Souza Laurindo	66
Francisco Vieira de Moura	58
Em separado	2
João da Costa Pinto	58
Em separado	2
Victor Magalhães Bastos	57
Luiz de Oliveira	54
Felisdoro Gaia	54
Edgard Teixeira	43
Jeronymo Nogueira, digo Jeronymo Maximo Nogueira Penido.	37
Mario Henrique Antunes	36
Alberto Ribeiro	33
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	29
Antonio Evaristo de Moraes	25
Belizario Augusto de Oliveira Penna	22
Augusto Pinto Luiro	21
Bueno dos Santos	18
Raul Pederneiras	18
João Clapp Filho	17
Bartllet James	15
Manoel Roanizaes Alves	14
Djalma de Jesus	12
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	11
João Drumond Camargo	10
Luiz Nogueira	10
Joaquim Barbosa de Souza	9
Jorge dos Santos	8
Julio de Oliveira e Silva	7
Alfredo de Oliveira Flores	6
Honorio T. Fialho	5
Adolpho Amaral Mourão dos Santos	4
Amadeu A. Lopes	4
Nelson G. Coutinho	3
Hugo M. Ferreira	3
João Lopes Carneiro da Fontoura	3

E para constar mandou lavrar o presente edital que será publicado na imprensa e affixado no logar do costume. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos dous de março de 1926. Eu, Orlando Amando Maury, secretario, o subscrevi. — Dr. *João Careiro Povoa*, presidente. — *Nilo de Souza Pinto*, mesario. — *José Martins de Oliveira Nunes*, mesario. — *Orlando Amando Maury*, secretario. Reconheço verdadeiras as firmas supra dos senhores doutor João Careiro Povoa e Nilo de Souza Pinto e José Martins de Oliveira Nunes, por terem sido feitas em minha presença. Rio, 2 de março de 1926. — *Orlando Amando Maury*, secretario.

12ª secção eleitoral do Sacramento:

	Votos
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	141
Henrique Maggioli	132
Victor de Magalhães Bastos	109
Lourenço Méga	98
João Clapp Filho	86
Felisdoro Gaia	85
Pio Dutra da Rocha	76
Jeronymo Beretta	62
Luiz de Oliveira	58
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	52
Zoroastro Cunha	52
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	50
Dario Ferreira Pinto	39
João da Costa Pinto	38
Ernesto Garcez Caldas Barreto	32
Antonio Evaristo de Moraes	28
Belisario Augusto de Oliveira Penna	26
Francisco Vieira de Moura	24
Brenno dos Santos	24
Mario Henrique Antunes	24
Affonso Moreira de Almeida	21
Augusto Pinto Lima	20
Raul P. Pederneiras	20
Candido Pessôa	18
Bartlett James	17
Edgard Teixeira	9

E outros menos votados. — General *Alcides Brum*, presidente. — *Luiz Caputo*, mesario. — *Raymundo de Alencar Gomes*, mesario.

Reconheço as firmas supras.

Rio, 1 de março de 1926. — *Fausto Porto*, secretario.

A mesa eleitoral da 15ª secção do districto do Sacramento faz publico, pelo presente, que, nas eleições, hoje, perante ella realizadas, o resultado apurado foi o seguinte:

	Votos
Para Presidente da Republica:	
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	223
Para Vice-Presidente da Republica:	
Dr. Fernando de Mello Vianna	238
Para intendentes municipaes:	
Jeronymo Maxima Nogueira Penido	252
João Clapp Filho	165
Felisdoro Gaia	180
Henrique Maggioli	189
Lourenço Méga	204
Pio Dutra da Rocha	206
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	159
Zoroastro Cunha	114
Victor Magalhães Bastos	89
Jeronymo Beretta	137
Ernesto Garcez Caldas Barreto	46
Dario Ferreira Pinto	75
Candido Pessôa	57
Vieira de Moura	33
Costa Pinto	38
Mario Antunes	26
Luiz de Oliveira	46
Alberto Ribeiro	17
Sant'Anna	14
Edgard Teixeira	19
Bartlett James	42
Brenno Santos	37
Evaristo de Moraes	44
Jorge Santos	16
Belisario Penna	34
Raul Pederneiras	26
Augusto Pinto Lima	38
Joaquim Barbosa de Souza	20
Affonso Moreira	40
Honorio Fialho	6
Alfredo Flores	10
João Drumond Camargo	9
Souza Laurindo	3
Nelson Coutinho	7
Manoel Rodrigues Alves	8
Carlos Amaral Costa	3
Hugo Martins Ferreira	28
Alcides Alves Martins	1
Euclides Dinheiro	1
Americo Carlos Brasil	1
João Ferreira Dias	1
Alvaro de Moraes Guterres	6
Custodio Pedrosa Guimarães	7
Adolpho Amaral dos Santos	1
João Lopes Carneiro da Fontoura	5
Jayme Barreta	1
Dr. Manoel dos Santos Marques	
Antonio Corinthe Costa	
Luiz Gonçalves de Nogueira	7
Djalma de Jesus	2
Americo Avila Brum	1
Americo Avila Brum Filho	1
Coronel Henrique Guimarães	1
Mauricio Paiva de Lacerda	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	2
Francisco Azevedo Rodrigues	1
Jeronymo Barreto	1
Laurentino Pinto Filho	1
Luiz Antonio Pimenta Bueno	1
Henrique Magalhães	1
Antonio Nunes Paes Sant'Anna	1
Isidoro Dias Lopes	1
General Prestes	1
Tenente Cequeira Campos	1
Dr. Assis Brasil	1
Coronel Onorio de Lemos	1
Coronel João Francisco	1
Capitão João Cabana	1
Coronel Fabricio	1

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — *Jorge Baptista Sarady*, presidente. — *Guilherme D. Norem Assis*, mesario. — *Ernesto Laginestra*, mesario.

Reconheço verdadeiras as firmas dos senhores presidente e mesarios, por terem sido feitas na minha presença.

Rio, 2 de março de 1926. — *Pedro Lopes Moreira*, secretario.

A mesa eleitoral da 14ª secção do districto de Sacramento faz publico, pelo presente, que, nas eleições, hoje, perante ella realizadas, o resultado apurado foi o seguinte:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	197
Para Vice-Presidente da Republica:	
Dr. Fernando de Mello Vianna	201
Para intendentes municipaes:	
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	159
João Clapp Filho	110
Felisdoro Gaia	100
Henrique Maggioli	117
Lourenço Méga	123
Pio Dutra da Rocha	112
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	88
Zoroastro Cunha	92
Victor Magalhães Bastos	61
Jeronymo Beretta	69
Ernesto Garcez Caldas Barreto	16
Dario Ferreira Pinto	48
Candido Pessôa	38
Vieira de Moura	24
Costa Pinto	33
Mario Antunes	22
Luiz de Oliveira	24
Alberto Ribeiro	13
Sant'Anna	16
Edgard Teixeira	13
Bartlett James	23
Brenno Santos	23
Evaristo de Moraes	37
Jorge Santos	10
Belisario Penna	27
Raul Pederneiras	21

Augusto Pinto Lima	21
Joaquim Barbosa de Souza	13
Affonso Moreira	24
Honorio Fialho	8
Alfredo Flores	8
João Drumond Camargo	18
Souza Laurindo	—
Nelson Coutinho	5

e outros menos votados.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926.— *José Maria Moreira Guimarães*, presidente. — *Stenio Campos Lage*, mesario. — *Manoel Sebastião Rodrigues*, mesario. — *Euclydes Moscoso da Silva*, secretario.

A mesa eleitoral da 16ª secção do districto municipal do Sacramento, 1º districto eleitoral do Districto Federal, etc., torna publico pelo presente boletim que, nas eleições da Presidente e Vice-Presidente da Rpublica e nas de intendentes, hoje realizadas na dita secção, obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	221
Izidoro Dias Lopes	4
Em branco	4

Deixou de ser apurado um voto, por conter tambem indicação para Vice-Presidente.

Para Vice-Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Fernando de Mello Vianna	223
Dr. José Joaquim Seabra	1
Senador Barbosa Lima	1
Dr. Washington Luis Pereira e Souza	1
Luiz Carlos Prestes	1
Em branco	3

Para intendentes municipaes:

Jeronymo Maximo Nogueira Penido	198
João Clapp Filho	126
Felisdoro Gaia	119
Henrique Maggioli	136
Lourenço Méga	144
Pio Dutra da Rocha	153
Almerindo Malcher Bacellar	98
Zoroastro Cunha	96
Victor Magalhães Bastos	82
Jeronymo Beretta	91
Ernesto Garcez Caldas Barreto	42
Dario Ferreira Pinto	64
Candido Pessôa	37
Vieira de Moura	25
Costa Pinto	15
Mario Antunes	24
Luiz de Oliveira	22
Alberto Ribeiro	14
Martinho Sant'Anna	11
Edgard Teixeira	13
Bartlett James	19
Brenno Santos	24
Evaristo de Moraes	18
Jorge Santos	9
Belisario Penna	20
Raul Pederneiras	16
Augusto Pinto Lima	24
Joaquim Barbosa de Souza	6
Affonso Moreira de Almeida	24
Honorio Fialho	4
Alfredo Flores	9
João Drumond Camargo	5
Victor Mondaini	12
e outros menos votados	8

A mesa da 16ª eseção eleitoral do Sacramento: *Adriano Ferreira*, presidente. — *Vicente Sarcone*, mesario.

Reconheço as firmas do senhor doutor Adriano Ferreira, presidente, e senhor Vicente Sarcone, mesario, por terem sido feitas na minha presença.

Rio de Janeiro, primeiro de março de mil novecentos e vinte e seis. — *W. P. Chester.*

A mesa eleitoral da 1ª secção do Districto Municipal de Santo Antonio.

Faz publico o seguinte resultado das eleições federaes e municipaes hoje realizadas:

Para Presidente da Republica:

Candidatos	Votos
Washington Luiz Pereira de Souza	82
Fernando de Mello Vianna	1

Para vice-Presidente da Republica:

Fernando de Mello Vianna	83

Para intendentes:

Candido Pessôa	47
João da Costa Pinto	47
Breno dos Santos	43
Evaristo de Moraes	37
Bartllet Jayme	34
Zoroastro Cunha	33
Augusto Pinto Lima	31
Belizario Augusto de Oliveira Penna	27
Francisco Vieira de Moura	27
Mario Henriques Antunes	24
Luiz de Oliveira	23
Alberto Ribeiro	22
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	21
Henrique Maggioli	21
João Clapp Filho	20
Pio Dutra da Rocha	20
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	19
Lourenço Méga	19
Raul Paranhos Pederneiras	18
Joaquim Barboza de Souza	18
Jorge Santos	17
Jeronymo Beretta	17
Dario Ferreira Pinto	16
Edgard Teixeira	16
Ernesto Garcez Caldas Barreto	13
Djalma de Jesus	12
Felisdoro Gaya	5
Laurentino Pinto Filho	5
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	4
Custodio Pedrozo Guimarães	4
Victor Magalhães Bastos	3
Mario Limoeiro	3
Carlos Amaral da Costa	3
Hermogenes Nogueira de Oliveira	3
Manoel Vicente Alves Jacarandá	2
Alfredo de Oliveira Flores	2
João de Souza Laurindo	2
Honorio Torres Fialho	2
Luiz Gonçalves Nogueira	2
João Drumond de Camargo	1
Humberto Menezes Drumont	1
Sebastião Hugo de Souza	1
Oswaldo de Moura Nobre	1
Affonso Moreira de Almeida	1
Salvador Pinto Junior	1
Luiz Nogueira da Gama	1
Petronillio Alfredo Montez	1

E para constar mandou passar o presente edital que vae assignado pelos senhores doutor presidente e mesarios. Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. Eu, Manoel Estanisláo da Cruz Galvão, o subscrevi. — *Augusto Saboia da Silva Lima*, presidente. — *João Roberto Valladares*. Reconheço as firmas supra. Rio, 1 de março de 1926. — *Manoel Estanisláo da Cruz Galvão.*

A mesa eleitoral da 2ª secção do districto de Santo Antonio faz publico, pelo presente, que na eleição hoje perante ella realizada, o resultado apurado foi o seguinte:

Para Presidente da Republica:

Candidatos	Votos
Dom Pedro de Bragança e Orleans	1
Doutor Washington Luiz Pereira de Souza	60
General Izidoro Dias Lopes	1
João do Espirito Santo	1
Em branco	1

Para vice-Presidente da Republica:

Doutor Fernando de Mello Vianna	60
Doutor Affonso Celso Junior	1
General Luiz Carlos Prestes	1
Doutor Luiz Nogueira	1

Uma cedula em branco.

Para intendentes municipaes:

Augusto Prato de Lima	44
João da Costa Prato	39
Evaristo de Moraes	24
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	25
Zoroastro Cunha	24
Belisario Penna	15
Breno dos Santos	18
Bartell Jaymes	15
Raul Pederneiras	14
Jorge Santos	11
João Clapp Filho	17
Felisdoro Gaya	14
Lourenço Méga	18
Pio Dutra	14
Almerindo F. M. Bacellar	7
Victor Magalhães Bastos	7
João Drumond Camargo	3
Henrique Maggioli	19
Ernesto Garcez	9
Joaquim Barboza de Souza	6
Jeronymo Beretta	7
Dario Ferreira Pinto	5
Candido Pessôa	12
Edgard Teixeira	3
Manoel Rodrigues Alves	2
Francisco Vieira de Moura	15
Mario Henrique Antunes	4
Luiz de Oliveira	6
Laurentino Pinto Filho	10
João Lopes Carneiro da Fontoura	6
João de Souza Laurindo	4
Martinho Gomes de Val Santa Anna	2
Alfredo de Oliveira Flores	2
Mario Limoeiro	2
Alberto Ribeiro	3
Custodio Pedroso Guimarães	1
Carlos Amaral da Costa	1
Luiz Gonçalves Nogueira	1
Porfirio Ribeiro de Faria	1
Felippe de Souza	1
Julio Lopes Otellino	1
Honorio Torres Fialho	1
Irineu de Mello Machado	1
Mauricio de Lacerda	1
Honorio Silva	1
Carlos Leite Ribeiro	1
Monsenhor Rangel	1
Othon Leonardo	1
Francisco Ferreira da Silva	1
Jaymes Barlett	1
Francisco Wermanam	1
Daltro Ramos	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
Hugo Martins Ferreira	1

Em branco 67 cedulas.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Helvecio Carlos da Silva Gusmão*, presidente. — *Zacharias de Mello Figueiredo* mesario. — *Edgard Epami-*

nondas Dias Cardoso, secretario. Reconheço as assignaturas supra, do Dr. Hervecio Carlos da Silva Gusmão, presidente e Zacharias de Mello Figueiredo, mesario. Rio, 1 de março de 1926. *Edgard Epaminondas Dias Cardoso*, secretario.

Boletim de apuração

A mesa eleitoral da 3ª secção, faz saber que o resultado da apuração foi o seguinte:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	44
Dr. Fernando de Mello Vianna	2
Dr. Octavio Kelly	1
Em branco	5

Para Vice-Presidente:

Dr. Fernando de Mello Vianna	45
Dr. Antonio Moniz Sodré	2
Dr. Belisario Penna	1
Em branco	4

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Edmundo de Miranda Jordão*, presidente. — *Dr. Joaquim D. Teixeira Souza*, mesario. — *José Bosellim*, mesario.

Reconheço as firmas supra do presidente e mesarios. Rio, 1 de março de 1926. — *Ary de Oliveira*, secretario.

Boletim da apuração para intendentes municipaes:

A mesa eleitoral desta secção faz saber que o resultado da apuração, foi o seguinte:

	Votos
Augusto Pinto Lima	22
Henrique Maggioli	21
Belisario Augusto de Oliveira Pena	20
Antonio Evaristo de Moraes	19
Brenno dos Santos	18
Francisco Vieira de Moura	18
Jeronymo M. N. Penido	18
Pio Dutra da Rocha	17
Bartlett James	17
Zoroastro Cunha	16
João Clapp Filho	14
João da Costa Pinto	14
Jeronymo Beretta	13
Lourenço Mégga	13
Dario Ferreira Pinto	13
Raul O. Pederneiras	13
Candido Pessôa	12
Jorge Santos	12
Joaquim Barbosa de Souza	11
Mario M. Antunes	11
Ernesto Garcez	8
Alberto Ribeiro	7
Luiz de Oliveira	6
Laurentino Pinto Filho	6
Felisdoro Gaya	5
Custodio Pedroso Guimarães	5
Edgar Teixeira	5
Martinho Gomes V. Sant'Anna	4
Victor M. Bastos	3
Almerindo M. Bacellar	3
Hugo Martins Ferreira	3
João Drummond Camargo	3
Djalma de Jesus	3
Mauricio Lacerda	2
João L. C. da Fontoura	2
Alvaro M. Guterrez	2
Em branco	23

E outros menos votados.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Edmundo de Miranda Jordão*, presidente. — *Dr. Joaquim D. Teixeira Leite*, mesario. — *José Boscellim*, mesario.

Reconheço verdadeiras as firmas supra, dos presidente e mesario. Rio, 1 de março de 1926. — *Ary de Oliveira*, secretario.

A mesa eleitoral da 13ª secção do municipio de Santo Antonio, do Districto Federal, faz publico, pelo presente, que na eleição de hoje, perante ella realizada, o resultado apurado foi o seguinte:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	19
Dr. Fernando de Mello Vianna	3
Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes	1
General Isodoro Dias Lopes	4
Dr. Epitacio Pessôa	1
Em branco	10

E mais os seguintes votos em separado:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	44
Dr. Joaquim Assis Brasil	1
General Isidoro Dias Lopes	1
Em branco	2

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna	188
General Alexandre José Barbosa Lima	2
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	5
Dr. Godofredo Mendes Vianna	1
Dr. Epitacio Pessôa	1
Capitão Carlos Prestes	1
Em branco	12
Em separado:	
Dr. Fernando de Mello Vianna	44
João Francisco	1
Em branco	3

Para Intendentes municipaes:

	Votos
João da Costa Pinto	97
Brenno dos Santos	91
Francisco Vieira de Moura	82
Candido Pessôa	79
Antonio Evaristo de Moraes	78
Dario Henrique Antunes	77
Augusto Pinto Lima	74
Luiz de Oliveira	68
Raul Paranhos Pederneiras	64
Belisario Augusto de Oliveira Penna	63
Bartlett James	61
Alberto Ribeiro	60
Edgar Teixeira	59
Jorge Santos	55
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	54
Zoroastro Cunha	53
João Clapp Filho	52
Joaquim Barbosa de Souza	51
Henrique Magiolli	50
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	48
Lourenço Mégga	44
Pio Dutra da Rocha	40
Dario Ferreira Pinto	37
Jeronymo Beretta	27
Victor Magalhães Bastos	17
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	15
Felisdoro Gaia	21
Ernesto Garcez Caldas Barreto	14
Custodio Pedroso Guimarães	10
Djalma de Jesus	7
Honorio Torres Fialho	6
Manoel Vicente Alves Jacarandá	4
Carlos Costa	4
Roberto de Alencar Ozorio	4
Mario Limoeiro	3
Laurentino Pinto Filho	3
Alfredo de Oliveira Flores	3
Nelson Gonçalves Coutinho	3
Alvaro de Moraes Gutterrez	3
Armando Monteiro	3
Affonso Moreira de Almeida	3
Mario Rodrigues	2
João Lopes Carneiro da Fontoura	2
Gaspar Martins Moreira	2
Waldemar Procença	2

Os cidadãos que obtiveram 1 voto cada um:

Luiz Gonçalves Nogueira, Sylvio da Silva Pessôa, Domingos Barbosa, Manoel Rodrigues Alves, Hugo Martins Ferreira, João Drummond Camargo, João de Souza Laurindo, João Rodrigues Alves, Sizanio de Cerqueira Leite, Armando Ferreira, Graciliano Gonçalves Cruz, Orlando Guimarães, Mauricio de Lacerda, Americo Avilla Brum, Carlos de Amaral Peixoto, Antonio Garcia, Manoel Antonio Arantes, Eugenio Pinheiro, Phelippe Maurelli, Silverio Nunes e Fabio Marçal, e mais 64 votos em branco.

Votos em separado para intendentes municipaes:

	Votos
Zoroastro Cunha	18
Henrique Magiolli	16
João Clapp Filho	15
Brenno dos Santos	15
Lourenço Megga	14
João da Costa Pinto	14
Antonio Evaristo de Moraes	14
Jeronymo Maximo de Nogueira Penido	14
Pio Dutra da Rocha	13
Augusto Pinto Lima	13
Candido Pessôa	12
Mario Henrique Antunes	12
Raul Paranhos Pederneiras	12
Dario Ferreira Pinto	11
Jeronymo Beretta	11
Luiz de Oliveira	10
Francisco Vieira de Moura	10
Bartlett James	9
Belizario Augusto de Oliveira Penna	9
Laurentino Pinto Filho	9
Custodio Pedroso Guimarães	8
Felisdoro Gaya	8
Jorge Santos	8
Alberto Ribeiro	7
Edgar Teixeira	7
Ernesto Garcez Caldas Barreto	7
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	6
Joaquim Barbosa	6
Victor de Magalhães Bastos	5
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	5
Djalma de Jesus	4
Manoel Vicente Alves Jacarandá	3
João Drummond Camargo	2
Eugenio Pinheiro	2
Belmyro Silva	2
Sylverio Nunes Ramos	2
Donatini Dias da Cruz	2
João da Cunha	2
Alfredo de Oliveira Flores	2
Mario Limoeiro	2

Ainda obtiveram 1 voto cada um, os seguintes cidadãos: Alberto Nunes da Silva, Mauricio de Lacerda, Alcibiades de Oliveira, Alberto de Oliveira, Zildo Costa Salgueirinho, Pache de Faria, João Carneiro da Fontoura, Domingos Barbosa, Delphim Ribeiro, Almerindo Nogueira, Hugo Martins Ferreira, Luiz Gonçalves Nogueira, Alberto Ribeiro e Mariano Garcia.

Foram tambem apurados 25 votos em branco. — *Pedro Pernambuco Junior*, presidente. — *Cesario Alves de Araujo*, mesario. — *Moysés Cesar de Castro*, mesario.

Reconheço as firmas supra. Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — *G. V. Carlos Moura*, secretario.

A mesa eleitoral da 1ª secção de Sant'Anna, do Districto Federal, faz publico que na eleição perante ella realizada hoje o resultado apurado foi o seguinte:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luiz Pereira de Souza	121
Em separado	99
General Isidoro Dias Lopes	1
Em separado	1
Dr. Fernando de Mello Vianna	1
Em separado	2
Dr. José Joaquim Seabra	1
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
José Alberto da Silva	1
Dr. Arthur da Silva Bernardes	1

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando Mello Vianna	120
Em separado	103
José Joaquim Seabra	1
Luiz Carlos Prestes	1
Mauricio de Lacerda	1
Izidoro Dias Lopes	1

Para intendentes municipaes:

Jeronymo Maximo Nogueira Penido	56
Em separado	50
João Clapp Filho	68
Em separado	58
Felisdoro Gaya	65
Em separado	60
Henrique Maggioli	60
Em separado	56
Lourença Mega	63
Em separado	63
Pio Dutra da Rocha	35
Em separado	26
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	64
Em separado	52
Zoroastro Cunha	62
Em separado	60
Victor de Magalhães Bastos	67
Em separado	61
Jeronymo Beretta	52
Em separado	41
Dr. Dario Teixeira Pinto	51
Em separado	44
Ernesto Garcez Caldas Barretto	28
Em separado	25
Candido Pessôa	29
Em separado	24
Dr. Francisco Vieira de Moura	20
Em separado	17
João da Costa Pinto	28
Em separado	22
Antonio Evaristo de Moraes	21
Em separado	13
Luiz de Oliveira	18
Em separado	13
Brenno dos Santos	14
Em separado	16
Augusto Pinto Lima	18
Em separado	16
Manoel Rodrigues Alves	19
Em separado	12
Martinho Gomes do Valle Santa Anna	16
Em separado	10
Mario Henrique Antunes	12
Em separado	10
Raul Pederneiras	12
Em separado	6
Edgard Teixeira	11
Em separado	2
Bartlett James	11
Em separado	8
Jorge dos Santos	4
Em separado	2
Belisario Augusto de Oliveira Penna	10
Em separado	10
Manoel Vicente Alves Jacarandá	4
Em separado	1
Hugo Martins Ferreira	7
Em separado	8
Honorio Torres Fialho	4
Em separado	6
Custodio Pedroso Guimarães	5
Em separado	2
Joaquim Barbosa de Souza	5
Em separado	3
Djalma de Jesus	3
Em separado	3

E outros menos votados.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — *Luiz Moraes Jardim*, presidente. — *Arthur Vasques Ribeiro Guimarães*, mesario. — *Joaquim do Amaral Gurgel*, mesario.

Reconheço as firmas supra do Dr. Luiz de Moraes Jardim, presidente, e Arthur Vasques Ribeiro Guimarães e Joaquim do Amaral Gurgel, mesario.

Rio, 2 de março de 1926. — O secretario, *José de Oliveira Galvão*.

A mesa eleitoral da nona secção municipal da freguezia de Sant'Anna, 1° districto, declara, para os devidos fins; que, na eleição, perante a mesma realizada nesta data, foi apurado o seguinte resultado:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Washington Luis Pereira de Souza	86
José Joaquim Seabra	1
Luiz Carlos Prestes	1
Em branco	1

Para Vice-presidente:

Fernando Mello Vianna	87
Alexandre José Barbosa Lima	1
Em branco	1

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Francisco Belisario Velloso Rebello*, 1° curador interino de massas fallidas, presidente. — *Arlindo Francisco de Paula*, mesario. — *Cyrillo Menezes dos Santos*, mesario. — *João Borges de Sampaio*, secretario.

Reconhêço as firmas de Francisco Belisario Velloso Rebello, presidente, Arlindo Francisco de Paula e Cyrillo Menezes dos Santos, mesarios, por serem verdadeiras e terem sido lançadas na minha presença.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *João Borges de Sampaio*, secretario.

A mesa eleitoral da nona secção municipal da freguezia de Sant'Anna, 1° que, na eleição, perante a mesma realidistricto, declara, para os devidos fins; zada nesta data, foi apurado o seguinte resultado:

Para intendentes municipaes:

	Votos
Belisario Augusto de Oliveira Penna	18
Barthlet James	12
Evaristo de Moraes	17
Custodio Pedroso Guimarães	5
Raul Paranhos Pederneiras	6
Manoel Vicente Alves Jacarandá	1
Dario Ferreira Pinto	57
Jeronymo Beretta	64
Felisdoro Gaia	46
Lourenço Méga	62
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	42
Henrique Maggioli	54
João Clapp Filho	41
Victor Magalhães Bastos	37
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	40
Zoroastro Cunha	42
Candido Pessôa	28
Laurentino Pinto Filho	2
Manoel Rodrigues Alves	11
Martinho Gomes do Valle Sant'Anna	24
Pio Dutra da Rocha	21
Ernesto Garcez Caldas Barreto	22
Augusto Pinto Lima	18
Brenno dos Santos	27
Joaquim Barbosa de Souza	4
Jorge Santos	49
Francisco Vieira de Moura	42
Mario Henrique Antunes	28
João da Costa Pinto	34
Bonifacio Costa	1
João Lopes Carneiro da Fontoura	2
Edgard Teixeira	9
Mario Limoeiro	6
Luiz de Oliveira	22
Alberto Ribeiro	19
Hugo Martins Ferreira	15
João de Souza Lauridão	6
Carlos Amaral da Costa	4
Horacio Torres Fialho	1
João Drummond de Camargo	4
Honorio Torres Fialho	6
Alvaro Moraes Gutterres	3
Manoel Deodoro da Fonseca Hermes	1
Manoel Silveira Thomaz	1
Eduardo Francisco Santos	1
Antonio Augusto Pinto Machado	1
Luiz Guilherme de Araujo	1
Affonso Moreira de Almeida	1
Alfredo Oliveira Flores	1
Djalma de Jesus	3
Mourão dos Santos	1
Luiz Gonçalves Nogueira	1
Porphirio Ribeiro Faria	2
Narciso Rodrigues Fonseca	1
A. Araujo Lopes	2

Deixaram de ser apuradas tres cedulas, por contarem nomes impressos riscados, verificando-se vinte e quatro votos.

(Indicações individuaes de candidatos nas cedulas incompletas) em branco.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Francisco Belisario Velloso Rebello*, primeiro curador das massas fallidas, interino, presidente. — *Arlindo Francisco de Paula*, mesario. — *Cyrillo Menezes dos Santos*, mesario. — *João Borges de Sampaio*, secretario.

Reconheço as firmas de Francisco Belisario Velloso Rebello, presidente; Arlindo Francisco de Paula e Cyrillo Menezes dos Santos, mesarios, por serem verdadeiras e terem sido lancadas na minha presença. Rio de Janeiro 1 de março de 1926. — *João Borges de Sampaio*, secretario.

A mesa eleitoral da 10ª secção da parochia de Sant'Anna, do 1° districto municipal do Districto Federal:

Faz publico aos que o presente edital do resultado da eleição virem, possa interessar, ou delle noticia tiverem, nos termos do decreto n. 14.631, de 19 de janeiro de 1921, que na eleição para Presidente e Vice-presidente da Republica, que se effectuarem nesta data, na 10ª secção de Sant'Anna, obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

Washington Luis Pereira de Souza	72
Isidoro Dias Lopes	4

Antonio Prado	1
Mauricio Paiva de Lacerda	1
Fernando de Mello Vianna	1
Em branco	2

Para Vice-presidente:

Fernando de Mello Vianna	73
Washington Luis Pereira de Souza	1
Mauricio Paiva de Lacerda	1
José de Siqueira Campos	1
Antonio Carlos Ribeiro de Andrada	1
Em branco	1

E, para constar, mandou lavrar o presente edital que, na fórma da lei, será publicado pela imprensa e affixado no logar do costume. Dado e passado neste Districto Federal, em 1 de março de 1926. — *Frederico da Silva Souto*, presidente. — *José Theodoro Cicero da Silva*, 1° mesario. — *Virgilio Couto*, 2° mesario. — *Ludgero da Costa Vieira Guimarães*, secretario.

Reconheço as firmas supra como verdadeiras. — *Ludgero da Costa Vieira Guimarães*, secretario.

A mesa eleitoral da 10ª secção de Sant'Anna, do 1° districto municipal do Districto Federal, nos termos do decreto n. 14.631, de 1 de janeiro de 1921, torna publico pelo presente boletim que nas eleições da 10ª secção de Sant'Anna, realizadas nesta data, na dita secção, conforme consta da respectiva acta dos trabalhos eleitoraes, obtiveram votos para intendentes municipaes os candidatos seguintes:

	Votos
João Clapp Filho	48
Victor de Magalhães Bastos	44
Almerindo Thomaz Malcher Bacellar	42
Jeronymo Beretta	41
Zoroastro Cunha	40
Felisdoro Gaia	35
Dario Ferreira Pinto	35
Lourenço Méga	31
Henrique Maggioli	31
Pio Dutra da Rocha	30
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	28
Ernesto Garcez Caldas Barreto	27
Candido Pessôa	17
Antonio Evaristo de Moraes	14
Francisco Vieira de Moura	14
João da Costa Pinto	14
Luiz de Oliveira	11
Manoel Rodrigues Alves	10
Martinho Gomes do Valle Sant'Anna	9
Edgard Teixeira	9
Belisario Augusto de Oliveira Penna	8
Brenno dos Santos	8
Bartlett James	7
Raul Paranhos Pederneiras	6
Augusto Pinto Lima	6
Mario Henrique Antunes	6
Alberto Ribeiro	4
Custodio Pedroso Guimarães	3
Luiz Gonçalves Nogueira	3
João Drumond Camargo	3
Hugo Martins Perreira	3
Alfredo de Oliveira Flores	3
Adjalma de Jesus	3
João de Souza Laurindo	3
Joaquim Barbosa de Souza	1
Jorge Santos	1
Affonso Moreira de Almeida	1
Laurintino Pinto Filho	1
Alvaro Moraes Guttieres	1
Porfirio Ribeiro de Faria	1
Nelson Gonçalves Coutinho	1
Honorio Torres Fialho	1
Mauricio Paiva Lacerda	1
Manoel Jacarandá	1
João Lopes Carneiro da Fontoura	1
Salvador Ferreira Lebre	1
Orlando Guimarães	1
Bonifacio Costa	1
Sylvio e Silva	1
Leite Ribeiro	1
Leonidas João de Souza	1
José Freire de Sant'Anna	1
Americo Avila Brum	1
Em branco	16

Rio de Janeiro, 1 de março de 1926. — *Francisco da Silva Souto*, Presidente. — *José Theodoro Cicero da Silva*, 1° mesario. — *Virgilio Couto*, 2° mesario.

A mesa eleitoral da 11ª secção eleitoral do districto de Sant'Anna do Districto Federal, faz publico, pelo presente, que na eleição hoje perante ella realizada o resultado apurado foi o seguinte:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luiz Pereira de Souza	130

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando Mello Vianna	115

Para intendentes municipaes:

Dr. Dario Ferreira Pinto	90
Felisdoro Gaya	56
Lourenço Méga	53
Henrique Maggioli	54
Jeronymo Maximo Nogueira Penido	50
Pio Dutra da Rocha	51
Almerindo Thomaz Bacellar	83
Zoroastro Cunha	86
Victor Magalhães Bastos	89
Jeronymo Beretta	81
Ernesto Garcez Caldas Barreto	52
Candido Pessôa	24
Victor de Moura	20
João da Costa Pinto	27
Luiz de Oliveira	14
Alberto Ribeiro	14
Martinho Gomes Sant'Anna	16
Edgar Teixeira	14
Belisario Penna	17
Manoel Rodrigues Alves	11
Henrique Antunes	6
B. James	14
Hugo Martins	5

Districto Federal, 1 de março de 1926. — *Abel de Almeida*, presidente. — *Gustavo de Araujo*, mesario. — *Oscar Guimarães Oliveira*, mesario.

Reconheço as firmas do Dr. Abel de Almeida, presidente, Gustavo de Araújo e Osear Guilherme de Oliveira, mesarios e dou fé. Eu, bacharel Antonio Daisy de de Castro, secretario.

A mesa eleitoral da 12ª secção do districto de Sant'Anna faz publico aos que o presente edital virem ou possa interessar ou delle noticias tiverem, nos termos do decreto n. 14.631, de 19 de janeiro de 1921, que nas eleições para intendentes municipaes, Presidente e Vice-Presidente da Republica, que se effectuaram nesta data, na 12ª secção eleitoral deste districto municipal de Sant'Anna, obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	105
General Izidoro Dias Lopes	1

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna	111
Dr. Francisco de Assis Brasil	1

Para intendentes municipaes foi proclamado o resultado seguinte:

	Votos
Victor de Magalhães Bastos	78
João Clapp Filho	72
Coronel Zoroastro Cunha	71
Dr. Armando Thomaz Malcher de Bacellar	71
Dr. Dario Ferreira Pinto	62
Jeronymo Beretta	61
Felisdoro Gaia	51
Pio Dutra da Rocha	48
Ernesto Garcez Caldas Barreto	45
Dr. Jeronymo Maximo Nogueira Penido	42
Henrique Magiolli	42
Dr. Lourenço Méga	41
Candido Pessôa	23
João da Costa Pinto	14
Luiz de Oliveira	12
Manoel Rodrigues Alves	13
Dr. Antonio Evaristo de Moraes	10
Honorio Torres Fialho	10
Dr. Belisario Augusto de Oliveira Penna	9
Mario Henrique Antunes	9
Francisco Vieira de Moura	9
Dr. Hugo Martins Ferreira	8
Edgard Teixeira	7
Martinho Gomes Sant'Anna	7
Dr. Alberto Ribeiro	6
Dr. Augusto Pinto Lima	6
Dr. Bartlet James	5
João Drumond Camargo	5
Brenno dos Santos	5
Affonso Moreira de Almeida	5
Alfredo de Oliveira Flores	4
Dr. Raul Pederneiras	4

e outros menos votados.

E, para constar, mandou lavrar o presente edital que na fórma da lei será publicado na imprensa e affixado no logar do costume. Dado e passado neste Districto Federal, ao primeiro dia de março de mil novecentos e vinte e seis. E eu, Alfredo Capitulino Costa, subscrevi. — *Aurelio Castello Branco*, presidente. — *Pedro Pacheco de Magalhães*. — *Guimarães Gonçalves Reis*, mesarios. Eu, Alfredo Capitulino Costa, secretario, a subscrevi. Reconheço como verdadeiras as firmas supras, do que dou fé. Eu, Alfredo Capitulino Costa, secretario, a subscrevi.

A mesa eleitoral da setima secção do quarto districto municipal do Districto Federal, etc.:

Faz publico aos que o presente edital de resultado da eleição virem, possa interessar, ou delle noticia tiverem, nos termos do decreto n. 14.631, de 19 de janeiro de 1921, que na eleição para Presidente e Vice-Presidente da Republica e nas eleições para intendentes municipaes, que se effectuaram nesta data, na setima secção eleitoral deste quarto districto municipal, obtiveram votos:

Para Presidente da Republica:

	Votos
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	145
Em separado	3
General Isidoro Dias Lopes	3
Marechal Setembrino de Carvalho	1
Dr. Fernando de Mello Vianna	1
Dr. Irineu de Mello Machado	1
Em branco	7

Para Vice-Presidente da Republica:

Dr. Fernando de Mello Vianna	142
Em separado	3
Dr. Wenceslau Braz	1
Dr. Washington Luis Pereira de Souza	22
Julio Prestes	2
Luiz Carlos Prestes	1
Dr. Mauricio de Lacerda	1
Em branco	7

Para intendentes municipaes:

Candido Pessôa	124
Em separado	3
João da Costa Pinto	101
Em separado	2
Francisco Vieira de Moura	98
Em separado	2
Luiz de Oliveira	96
Em separado	2
Alberto Ribeiro	92
Em separado	2
Edgard Teixeira	90
Em separado	3
Mario Henrique Antunes	85
Em separado	3
Martinho Gomes do Valle Sant'Anna	82
Em separado	2
Evaristo de Moraes	42
Em separado	1
Belisario Augusto de Oliveira Penna	36
Brenno dos Santos	34
Augusto de Pinto Lima	31
Bartlett James	24
Raul Paranhos Pederneiras	24
Lourenço Mega	23
Jorge Santos	19
Jeronymo Maximo de Nogueira Penido	18
Henrique Maggioli	18
Dario Ferreira Pinto	17
Pio Dutra da Rocha	16
João Clapp Filho	13
Joaquim Barbosa de Souza	12
Felisdoro Gaya	10
João de Souza Laurindo	10
Em separado	1
Jeronymo Beretta	10
Manoel Rodrigues Alves	8
Ernesto Garcez Caldas Barreto	8
Victor de Magalhães Bastos	8
João Drummond Camargo	8
Djalma de Jesus	7
Laurentino Pinto Filho	6
Almerindo Thomaz Malcher de Bacellar	4
Luiz Nogueira	4
Affonso Moreira de Almeida	4
Coronel Zoroastro Cunha	3
Alfredo de Oliveira Flores	3
Hugo Martins Ferreira	3
Mario Limoeiro	3
Adolpho Amaral Mourão dos Santos	3
Amadeu Lopes	3
Honorio Torres Fialho	2
Manoel Vicente Alves Jacarandá	2
Nelson Coutinho	2
Carlos Amaral da Costa	2
João Lopes Carneiro da Fontoura	2

Ernesto de Souza Pinto, Moraes Guterres, Bonifacio Costa, Antonio Herculano Martins Pinheiro, Irineu de Mello Machado, Graciliano Gonçalves Cruz, Joaquim Pereira Brasil, João de Araujo Roméro, Luiz Vieira Simões, Glovis Bastos Santiago, Luiz Gonçalves Campos Medeiros, Jayme Beretta, Custodio Pedroso Guimarães, Mauricio de Paiva Lacerda, Oscar Moreira Peixoto, Mario Rodrigues e José Villar, um (1) voto cada um; Conrado Muller de Campos e Antonio Mariano Garcia, um (1) voto em separado cada um, e duas (2) cedulas em branco.

E, para constar, mandou lavrar o presente edital, que, na fórma da lei, será publicado pela imprensa e affixado no logar do costume. Dado e passado neste Districto Federal, ao primeiro (1°) dia do mez de março do anno de mil novecentos e vinte e seis (1926). E eu, secretario Oscar Martins Gomes, o subscrevi com a mesa eleitoral. — *Victor de Freitas Morks*, presidente. — *Ivan Luis da Silva Pessôa*, 1° mesario. — *Julio Gonçalves do Valle Pereira*, mesario. — *Oscar Martins Gomes*, secretario.

Reconheço as firmas supra Victor Freitas Morks, Ivan Luis da Silva Pessôa e Julio Gonçalves do Valle Pereira. Em primeiro de março de mil novecentos e vinte e seis. — *Oscar Martins Gomes*, secretario.

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Escola Nacional de Bellas-Artes

De 20 de fevereiro a 4 de março proximo estarão abertas inscripções para os exames de admissão, complementares e concursos para admissão de alumnos livres nas aulas praticas.

Os exames de admissão ao 1° anno constam das seguintes materias:

Portuguez, uma lingua viva estrangeira), á escolha do candidato, (francez, inglez, allemão ou italiano), geometria, geographia, arithmetica, historia geral e especialmente do Brasil.

Os candidatos que possuirem certificados das materias acima, passados pelos collegios militares e Pedro II ou de outros a elle equiparados e os diplomados pelas escolas superiores, estão isentos do exame de admissão.

Os candidatos a alumnos livres nas aulas praticas prestarão as seguintes provas:

Aula de modelo vivo (desenho de uma estatua); aulas de pintura, esculptura e gravura de medalhas — Uma academia (figura humana), executada em oito sessões, no maximo. Aula de composição de architectura — Uma prova escripta relativa aos materiaes de construcção e seu uso e um projecto de um pequeno monumento em escala e estylos determinados, executado em um numero de sessões dado pela commissão julgadora.

Os alumnos livres, antigos, que desejarem frequentar as aulas no corrente anno, deverão requerer inscripção no mesmo periodo.

Na thesouraria da escola, das 11 ás 15 horas, serão encontrados programmas das materias exigidas para a admissão.

Secretaria da Escola Nacional de Bellas-Artes, 18 de fevereiro de 1926. — *Luiz de Siqueira*, secretario interino.

Escola Polytechnica

De ordem do Sr. Dr. Paulo de Frontin, director da escola, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, de accôrdo com o art. 20 do regulamento do curso de chimica, combinado com o art. 10 das instrucções ministeriaes, acham-se abertas, do dia 2 a 10 de março proximo, as inscripções para os exames vestibular e de preparatorios do curso de chimica industrial, subvencionado pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Os candidatos ao exame vestibular, deverão apresentar seus requerimentos das 11 ás 15 horas, acompanhados dos seguintes documentos:

a) certidão de idade de 16 annos, no minimo;

b) attestado de vaccinação e de não soffrer de molestia infecto-contagiosa;

c) certidão de approvação em estabelecimentos officiaes ou officializados de portuguez, francez, inglez ou allemão, geographia e Historia do Brasil, arithmetica, algebra, geometria e Historia Natural;

d) recibo de pagamento, feito na thesouraria da escola, da taxa de inscripção, na importancia de 50$ para os candidatos ao exame vestibular e de 10$ por materia para os de preparatorios.

Secretaria da Escola Polytechnica, 27 de fevereiro de 1926. — *Arlindo Santos*, secretario do curso.

Policia do Districto Federal

INSPECTORIA DE VEHICULOS

Exame de motorista

Chamada para o dia 4 do corrente, ás 12 1/2 horas, nesta Inspectoria:

Ernesto Augusto Teixeira, Severino da Costa Gomes, Alberto Moreira Padrão, Manoel da Costa, Ignacio da Silva Proença, Jorge Dangl e Pedro Anselmo Mascotte.

Turma supplementar

Augusto Gonçalves Ramos, Arthur dos Santos Silva, Antonio Martins Marques, João Baptista Proença, Antonio Couto, Manoel dos Santos Barreira e Manoel Rodrigues.

Prova pratica

Arão Fernandes e Francisco Corrêa de Noronha.

Inspectoria de Vehiculos, em 3 de março de 1926. — O inspector geral, *D. Bernardes*.

Departamento Nacional de Saude Publica

DIRECTORIA DE SANEAMENTO RURAL

Serviço no Districto Federal

De ordem do Sr. doutor director, faço saber que de accôrdo com o art. 1.095 do Regulamento Sanitario approvado pelo decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923, será sugeito a vistoria sanitaria, no dia 19 de março corrente, ás 14 horas e 30 minutos, o predio numero 59 da rua Firmino Fragoso ficando pelo presente edital citado a comparecer a ella, querendo, o proprietario do alludido immovel ou seu representante legal e demais interessados que existam.

Secretaria da Directoria de Saneamento Rural, 2 de março de 1926. — *Edmundo Pinto*, secretario da Directoria

Departamento Nacional de Saude Publica

DIRECTORIA DOS SERVIÇOS SANITARIOS DO DISTRICTO FEDERAL

De ordem do Sr. Dr. director, faço saber que, de accôrdo com o art. 1.091 do Regulamento Sanitario em vigor, será sujeito a vistoria sanitaria, no dia 23 de março do corrente anno ás 14 horas, o predio n. 34 da rua Luiz de Camões, ficando pelo presente edital citado a comparecer a ella, querendo, o proprietario do alludido immovel ou seu representante legal e demais interessados que existam.

Secretaria da Directoria dos Serviços Sanitarios do Districto Federal, 26 de fevereiro de 1926. — *Joaquim Vidal*, secretario.

Departamento Nacional de Saude Publica

Acta de pedido de inscripção e apresentação de documentos comprobatorios de idoneidade dos candidatos á concurrencia para construcção do Leprosario «Santa Isabel», na Fazenda do Motta, nas proximidades de Bello Horizonte.

Aos vinte e oito dias do mez de dezembro do anno de mil novecentos e vinte e cinco, na secção de Contabilidade do Serviço de Prophylaxia Rural do Estado de Minas Geraes, á praça da Liberdade, nesta Capital, presentes o senhor doutor Casemiro Laborne Tavares, chefe interino do Serviço de Prophylaxia Rural, compareceram os senhores Ildeu Ramos de Lima, Rache & Rezende, Linhares, Britto & Comp., Garcia de Paiva & Pinto, Luciano Alves Pereira e Meanda Curty & Comp., como candidatos á concurrencia publica para a construcção do Leprosario Santa Isabel e apresentaram os seus requerimentos de inscripção e os respectivos documentos exigidos pelo edital publicado no *Diario Offical* e no *Minas Geraes*. Pelo exame dos documentos apresentados foram todos os candidatos julgados idoneos, tendo o doutor Casemiro Laborne Tavares, chefe interino do Serviço de Prophylaxia Rural, mandado que se lhes fornecesse a competente guia para recolherem na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional, neste Estado, a caução de que trata o referido edital.

Aos vinte e nove dias do mez de dezembro do mesmo anno, foram apresentadas as partidas de numeros cincoenta e tres, cincoenta e quatro, cincoenta e cinco, cincoenta e seis e cincoenta e sete, expedidas pela Thesouraria da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Minas, ficando provado estarem os candidatos habilitados a apresentarem propostas para a alludida concurrencia. Deixaram de apresentar a caução os senhores Garcia de Paiva & Pinto. De accôrdo com a clausula quarta do edital, foram inscriptos os cinco concurrentes, que apresentaram o talão de caução, acima referidos. De tudo, para constar, lavrei a presente acta que assigno com os demais presentes.

Bello Horizonte, 29 de dezembro de 1925. — *Aristides Victor Faureaux.* — Dr. *Casemiro Laborne Tavares.* — *Meanda Curty & Comp.* — *Rache & Rezende.* — *Ildeu Ramos de Lima.* — Por procuração, Dr. *Geminiano Alves Pereira.* — *Linhares Britto & Comp.*

Acta da abertura das propostas para a construcção do Leprosario Santa Isabel, na Fazenda do Motta, nas proximidades de Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes.

Aos cinco dias do mez de janeiro do anno de mil novecentos e vinte e seis, as quatorze horas, na secção de Contabilidade do Serviço de Prophylaxia Rural, á praça da Liberdade, nesta capital, presentes os senhores doutor Casimiro Laborno Tavares, chefe interino do Serviço de Prophylaxia Rural, como representante do Governo Federal; doutor Arthur Eugenio Furtado, director da Secretaria do Interior, representando o Governo do Estado de Minas Geraes; doutor Antonio Aleixo, inspector encarregado do Serviço de Prophylaxia da Lepra e Doenças Venereas, neste Estado; doutor Geminiano Alves Pereira, por procuração do senhor Luciano Alves Pereira; Ildeu Ramos de Lima; doutor Luiz de Andrade Cavalcanti, socio da firma Meanda Curty & Companhia; Manoel Linhares, socio da firma Linhares, Britto & Comp., e Alvimar Carneiro Rezende, socio da firma Rache & Rezende, foram recebidas as propostas para a construcção do Leprosario Santa Isabel, na Fazenda do Motta, nas proximidades de Bello Horizonte, em numero de cinco, em envolucros fechados com os nomes dos proponentes acima referidos (de antemão julgados idoneos), de accôrdo com o edital de concurrencia do Departamento Nacional de Saude Publica, publicado no *Diario Official* e no *Minas Geraes*. Abertas e lidas na presença dos representantes do Governo Federal e do Estado de Minas Geraes e demais pessoas presentes, foram ellas rubricadas em todas as suas vias. De tudo, para constar, lavrei a presente acta, que assigno com os representantes do Governo Federal e do Estado de Minas Geraes e todos os presentes.

Bello Horizonte, 5 de janeiro de 1926. — *Aristides Victor Faureaux.*

Em tempo — Após a leitura desta acta, o Sr Dr. Ildeu Ramos de Lima, pediu fosse lançada na mesma, a verificação que diz ter feito de que nas propostas dos concurrentes Linhares, Britto & Comp. e Luciano Alves Pereira, deixaram de ser cumpridos os dispositivos constantes da clausula oitava, do edital de concurrencia, isto para os fins de direito. — *Aristides Victor Faureaux.* — Dr. *Casimiro Laborne Tavares.* — *Arthur Eugenio Furtado.* — *Antonio Aleixo.* — *Meanda Curty & Comp.* — *Rache & Rezende.* — *Ildeu Ramos de Lima.* — Por procuração, Dr. *Geminiano Alves Pereira.* — *Linhares Britto & Comp.*

Copiado pela dactylographa Maria Guimarães. Está conforme o original. — *Horacio Guimarães Junior*, escripturario-archivista. — Visto. — Dr. *Casimiro Laborne Tavares*, chefe do serviço, interino.

O engenheiro Ildeu Ramos de Lima, abaixo assignado, estabelecido nesta Capital, tendo preencido todas as formalidades que lhe foram exigidas para julgamento de sua idoneidade e para sua inscripção como candidato a construcção do Leprosario Santa Isabel, a ser feito na Fazenda do Motta, proximidades desta cidade, depois de recolher aos cofres da Delegacia Fiscal a caução de réis 25:000$ (vinte e cinco contos de réis) e de ter apresentado guia e recibo desse recolhimento, na séde do Serviço de Prophylaxia Rural, no prazo legal, se propõe a fazer as referidas obras do leprosario pelo preço de mil cento e sessenta e dous contos cento e cincoen a e sete mil cento e cincoenta e seis réis (1.162:157$156), como, em annexo, especificadamente demonstra. Junta cópia dos elementos que lhe serviram de base para o calculo dos preços unitarios que formam a tabella tambem junta, documentos esses apresentados em quatro vias, sendo esta primeira via legalmente sellada, tudo como ordena o «edital de concurrencia» publicado no *Diario Offieial* de 15 de dezembro do anno proximo passado, e no *O Minas Geraes* de 20 do mesmo mez e anno. O prazo para o inicio das obras será o de trinta dias da assignatura do contracto, e o da entrega dos mesmos, de vinte mezes, a contar ainda daquella data.

O proponente declara se submetter sem restricções ao que condiciona o edital referido e ao que está estipulado no regimento de obras publicas e instrucções para as construcções em cimento armado, em vigor na Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes.

Reconhece ainda ao Governo o direito de acceitar a proposta que lhe parecer mais vantajosa, rejeitar todas ou annullar a presente concurrencia, sem que, por isso, lhe caiba o direito de qualquer indemnização.

Por achar de justiça.

E. R. M. Bello Horizante, 5 de janeiro de 1926.— *Ildeu Ramos de Lima.*

Custo total das obras

1. Trabalhos preparatorios, quarenta e sete contos, quinhentos e setenta e quatro mil quatrocentos e cincoenta réis.....	47:574$450
2. Pavilhão da administração, sessenta e tres contos, duzentos e trinta e tres mil duzentos e quarenta e cinco réis.....	63:233$245
3. Enfermaria geral para homens, cento e trinta e oito contos seiscentos e sessenta e dous mil trezentos e setenta e seis réis.	138:662$376
4. Enfermaria geral para mulheres, cento e vinte e seis contos quinhentos e quarenta e dous mil trezentos e noventa e dous réis	126:542$392
5. Duas habitações para indigentes, sessenta e tres contos oitocentos e vinte e seis mil oitocentos e noventa e cinco réis.....	63:826$895
6. Habitações collectivas para mulheres, cento e setenta e seis contos setenta e seis mil e setecentos e quarenta e sete réis.....	146:076$747
7. Cinco habitações para indigentes casados, cento e cinco contos duzentos e vinte e quatro mil trinta e um réis.....	105:224$031
8. Cinco habitações para indigentes solteiros, noventa e dous contos e oitenta e oito mil e quatrocentos e cincoenta e tres réis	92:038$453
9. Pavilhão para refeitorio, cento e trinta e seis contos duzentos e dous mil e novecentos e vinte e tres réis.....	136:202$923
10. Pavilhão para observação e isolamento, trinta e um contos oitocentos e setenta e dous mil e duzentos réis.....	31:872$200
11. Pharmacia e laboratorio, vinte e um contos oitocentos e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta réis.....	21:397$380
12. Lavanderia, quarenta e oito contos cento e um mil e oitocentos e vinte e tres réis..	48:101$223
13. Cinco habitações para empregados, sessenta contos oitocentos e trinta e tres mil e sessenta e quatro réis.....	60:833$061
14. Habitação para o medico, cincoenta contos e vinte mil seiscentos e sessenta e sete réis	50:020$677
	1.162:157$156

Importa o custo total das obras em concurrencia, em mil cento e sessenta e dous contos cento e cincoenta e sete mil cento e cincoenta e seis réis (1.162:157$15).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAUDE PUBLICA

FERROZAES SANTA ISABEL

Elementos para o calculo da tabella de preços

Preços dos materiaes:

Pedra, m³	25$000
Cal em pó, m³	60$000
Areia, m³	8$000
Cimento, kg	$200
Tijolos communs, milheiro	40$000
Telhas curvas, milheiro	150$000
Dynamite Stygia, kg	12$000
Pólvora de mina, kg	5$000
Estopim, m	$120
Espoleta n. 8, uma	$350
Ladrilho nacional de duas côres, m²	12$000
Azulejos nacionaes, m²	25$000
Pregos diversos, média, kg	3$000
Arame farpado, rolo de 400 metros, um	39$000
Escápulas, kg	1$100
Postes de candeia para cerca, um	2$000
Madeira bruta, preço médio, m³	120$000
Madeira serrada e esquadriada, m³	310$000
Madeira em taboas, m³	335$000
Caibros, ml	1$000
Ripas, ml	$180
Oleo de linhaça, kg	4$700
Alvaiade, kg	2$800
Tinta de côr, preço médio, kg	4$000
Seccante, kg	2$000

Salarios para dia de 8 horas:

Trabalhador de terra	6$000
Feitor de terra	8$000
Cavouqueiro e mineiro cavouqueiro	9$000
Pedreiro e azulejador	12$000
Trabalhadores e serventes diversos	6$000
Canteiros	15$000
Carpinteiros para serviços grosseiros	10$000
Carpinteiros para serviços finos	14$000
Pintor	14$000
Serrador	6$500
Trabalhador menor	3$000
Carroça para aterro	5$000
Carro de bois	25$000

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITARIOS

Trabalhos preliminares

Roçado em capoeira:

Trabalhador	0d,0025	× 6$	.015	
Bonificação	10 %		.002	
			5.017	sejam m² $016

Roçado em capoeirão de machado:

Trabalhador	0d,005	× 6$	.030	
Bonificação	10 %		.003	
			.033	sejam m² $030

Roçado em matta virgem:

Trabalhador	0d,01	× 6$	.080	
Bonificação	10 %		.008	
			.038	sejam m² $070

Destocamento:

Trabalhador	0d,22	× 6$	1.320	
Bonificação	10 %		.132	
			1.482	sejam m² 1$300

Trabalhos de excavação

Em córtes, emprestimos e caminhos de pedreiras, com transporte do material até 10 metros.

Desmonta em terra, sem escoramento:

Feitor	0d,03	× 8$	.240	
Trabalhador	0,19	× 6$	1.140	
Ferramenta	5 %		.070	
			1.450	
Bonificação	10 %		.145	
			1.595	sejam m 1$500

Idem, em moledo:

Feitor	0d,04	× 8$	.320	
Trabalhador	0,27	× 6$	1.620	
Ferramenta	5 %		.097	
			2.037	
Bonificação	10 %		.203	
			2.240	sejam m³ 2$200

Idem, em rocha branda:

Dynamite	0k,152	× 12$	1.824	
Estopim	1m,20	× $120	.144	
Espoleta	2	× $350	.700	
Feitor	0.055	× 10$	.550	
Cavouqueiro	0.438	× 9$	3.942	
Trabalhador	0.143	× 6$	.858	
Ferramenta	10 %		.535	
			8.553	
Bonificação	10 %		.855	
			9.408	sejam m³ 9$400

Idem em rocha dura:

Dinamite	0k,225	× 12$	2.700	
Estopim	2 ms	× $120	.240	
Cavouqueiro	0,7	× 9$	6.300	
Ferramenta	10 %		.630	
Trabalhador	0,2	× 6$	1.200	
Ferramenta	5 %		.630	
			12.150	
Bonificação	10 %		1.113	
			11.243	sejam m³ 12$000

Em cavas para fundações, valias e canaes de derivação com transporte vertical até 1,5 ms. e horizontal até 10 metros, sem escoramento.

Excavação em terrra franca

Preço da terra em córte			1.595	
Bonificação de 30 %			.479	
			2.074	sejam m³ 2$000

Alvenarias e trabalhos connexos

Argamassa de cal e areia 1:2:

Cal	0.5	× 60$	30.000	
Areia	1.0	× 10$	10.000	
Servente	1d	× 6$	6.000	
Ferramenta	5 %		.300	
			46.300	
	10 %		4.630	
			50.930	sejam m³ 51$000

Argamassas de cal e areia 1:3:

Cal	0.333	× 60$	19.980	
Areia	1.0	× 10$	10.000	
Servente	1 d	× 6$	6.000	
Ferramenta	5 %		.300	
			36.380	
	10 %		3.638	
			39.903	sejam m³ 40$000

Argamassa de cimento e areia 1:3:

Cimento	470ks	× $200	94.000	
Areia	1m³	× 10$	10.000	
Servente	1 d.	× 6$	6.000	
Ferramenta	5 %		.300	
			110.300	
	10 %		11.030	
			121.330	sejam m³ 120$000

Alvenaria de pedra secca:

Pedra.....	1m³× 25$	25.000		
Pedreiro.....	1d.× 12$	12.000		
Servente.....	6h.×$750	4.500		
Ferramenta.....	5 %	825		
		42.325		
	10 %	4.233		
		46.558	sejam m³	46$600

Alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia 1:2

Pedra.....	1m³×25$000	25.000		
Argamassa.....	0.32×51$000	16.320		
Pedreiro.....	1 d×12$000	12.000		
Servente.....	6 h× $750	4.500		
Ferramenta.....	5 %	825		
		53.645		
	10 %	5.865		
		64.510	sejam m³	64$000

Alvenaria de pedra com argamassa de cimento e areia 1:3

Pedra.....	1m³× 25$000	25.000		
Argamassa.....	0.32×120$000	38.400		
Pedreiro.....	8 h× 1$500	12.000		
Servente.....	6 h× $750	4.500		
Ferramenta.....	5 %	825		
		80 725		
	10 %	8.073		
		88.793	sejam m³	88$800

Alvenaria de tijolos com argamassa de cimento e areia 1:3

Tijolos.....	450× 45$000	20.250		
Argamassa.....	0.25×120$000	30.000		
Pedreiro.....	1,1 d× 12$000	13.200		
Servente.....	1,1 × 6$000	6.600		
Ferramenta.....	5 %	990		
		71.040		
	10 %	7.104		
		78.144	sejam m³	78$200

Alvenaria de tijolos com argamassa de cal e areia 1:3

Tijolo.....	450×45$000	20.500		
Argamassa.....	0.25×40$000	10.000		
Pedreiro.....	1,1 d×12$000	13.200		
Servente.....	1,1 d× 6$000	6.600		
Ferramenta.....	5%	990		
		51.040		
	10 %	5.104		
		56.144	sejam m³	56$200

Reboco e emboço com argamassa de cal e areia 1:3

Argamassa.....	0.031×40$000	1.240		
Pedreiro.....	0.75 × 1$500	1.125		
Servente.....	0.75 × $750	563		
Ferramenta.....	5 %	034		
		3.012		
	10 %	301		
		3.313	sejam m²	3$000

Abobadilhas de tijolos assentes de vara, com argamassa 1:2

Tijolos.....	50×45$000	2.250		
Argamassa.....	0.023×51$000	1.173		
Pedreiro.....	1.8 h× 1$500	2.700		
Servente.....	1.8 h× $750	1.350		
Ferramenta.....	5 %	203		
		7.676		
	10 %	768		
		8.444		

Accrescido para pavimento do viga mento..... 2.500

		10.944	sejam m²	11$000

Abobadilhas de tijolos assentados de vara, com argamassa de cimento e areia 1:3

Tijolos.....	50× 45$000	2.200		
Argamassa.....	0.023×120$000	2.760		
Pedreiro.....	1.8 h× 1$500	2.700		
Servente.....	1.8 h× $750	1.350		
Ferramenta.....	5 %	203		
		9.263		
	10 %	923		
		10.189		
Acrescimo		2.500		
		12.689	sejam m²	12$700

Chapa de concreto em pavimento terreo:

Concreto 1:4:8 Metro cubico

Cimento.....	216 ks× $200	43.200		
Areia.....	0.704×10$000	7.040		
Pedra brit.	1.408×22$500	31.680		
Servente.....	7.3 h× $750	5.475		
Ferramenta	5 %	275		
		87.670		
	10 %	8.770		
		96.440		

Por metro quadrado de chapa de 0.10 de espessura:

$\frac{96\$440}{10}$ ou 9.644 sejam m² 9$500

Ladrilhamento com ladrilhos hydraulicos de duas côres e argamassa de cimento e areia 1:3, sobre pinho preparado e orçada:

Ladrilhos.....	1 m² ou 25	12.000		
Argamassa.....	0.030×120$000	3.600		
Pedreiro.....	1.5 h× 1$500	2.250		
Servente.....	1.0 h× $750	750		
Ferramenta	5 %	150		
		10.750		
	10 %	1.875		
		20.625	sejam m²	18$000

Azulejos brancos assentes em barras de dous metros de altura, com grogas, rodapés e cimalhas:

Azulejos.....	55.5	25.000		
Argamassa.....	0.015×120$000	18.000		
Pedreiro.....	3 h× 1$300	4.500		
Servente.....	3 h× $750	2.250		
Ferramenta.....	5 %	338		
	10 ×	5.003		
		55.096	sejam m²	50$000

Rodapés de cimento de 0.15 de altura a colher:

Por metro quadrado:

Argamass.....	0.333×120$000	3.960		
Pedreiro.....	0.175× 12$000	1.050		
Servente.....	0.175× 6$000	2.050		
Ferramenta	5 %	158		
		7.268		
Beneficio.....	10 %	727		
		7.995	ou 8$000	

Por metro linear:

$\frac{8.000}{6.66}$ ou 1.213 sejam m¹ 1$300

Cimentação de pavimentos, escadas, soleiras, etc., liso ou trabalhado a rolo:

Chapa de cimento calculada.....		8.000		
Accrescimo. trabalho a rolo.....		1.600		
		9.600	—	9$600

Revestimento de fachada com reboco e emboço de «nata», perfeitamente liso:

Argamassa de cimento branco puro:

Cimento branco	1.574 ks. × $200	314.800		
Trabalhador..	1.25 d ×6$000	7.500		
Ferramenta.....	5 %	400		
		322.700		
	10 %	32.270		
		354.970	ou 355$000	

Reboco de «nata»:

Argamassa.....	0.01 ×355$000	3.550		
Pedreiro.....	0.05 d× 12$000	600		
Servente.....	0.05 d× 6$000	300		
Ferramenta.....	5 %	045		
		4.495		
	10 %	449		
		4.944	sejam m²	5$000

Trabalhos de madeira

Telhado completo, comprehendendo engradamento, cobertura com telhas curvas embocadas e em duas aguas:

Thesoura:

Carpinteiro.....	3.3 d×10$000	33.000		
Servente.....	1.65 × 6$000	9.900		
Madeira.....	0.352×310$000	109.100		
Susp. de fe....	1	5.000		
Braçadeiras....	2	10.000		
Pregos.....	18	.500		
Ferramenta.....	5 %	2.145		
		169.845		

Por metro quadrado:

$$\frac{169.845}{24} \text{ ou } 7.077 \text{ sejam } 7\$000$$

Frechaes:

Carpinteiro,.....	1 h ×1$250	1.250		
Servente.....	0.75 × $750	533		
Couçoeira.....	1 m ×1$000	1.000		
Pregos.....	2	—		
		2.813	ou	2$800

Encaibramento e ripamento:

Carpinteiro.....	1 h ×	1.250		
Servente.....	0.4 ×	300		
Caibro.....	3 ms×1$000	3.000		
Ripas.....	3 ms× $180	540		
Pregos.....	0.3 ×3$000	900		
		5$990	ou	6$000

Coberturas com telhas curvas:

Telhas.....	21× $150	3.150		
Cal.....	0.02×60$000	1.200		
Areia.....	0.02×10$000	200		
Pedreiro.....	2 h × 1$500	3.000		
Servente.....	2 h × $750	1.500		
		9$050	ou	9$000

Recapitulação:

Tesoura.....		7.000		
Frechaes.....		2.800		
Enc. e rip.....		6.000		
Cobertura.....		9.000		
		24.800		
Benef. 5 %.....		1.240		
		26.040	sejam m²	26$000

Telhado como o procedente, com quatro aguas:

Telhado de duas aguas.....		26.040		
Accrescimo 10 %.....		2.604		
		28.644	sejam m²	23$600

Soalho de peroba, em frisos de 0.10, incluindo barroteamento em madeira de lei:

Taboas.....	1 m²	14.000		
Carpinteiros.....	6 h.×1.250	7.500		
Serventes.....	5 h.× .750	3.750		
Couçoeira	2 m.×2.000	4.000		
Pregos.....	0.6 ×3.000	1.500		
Ferramenta	5 %	.563		
		31.313		
Beneficio.....	5 %	1.563		
		32.878	sejam m²	32$800

Soalho como o precedente, entabeirado:

Preço acima		32.878		
Accrescimo tabeiras 5 %.....		1.645		
		34.523	sejam m²	34$500

Forro de pinho do Paraná, em frisos de 0.03 a 0.10, incluindo abas, cimalha, grega e barroteamento:

Forro de pinho	12.5 ms.	7.500		
Barrotes.....	2 ms.	4.000		
Carpinteiros.....	3 h.×1$250	2.500		
Servente.....	1 h.× $750	.750		
Pregos.....	0.1 ×3$000	.300		
Ferramenta	5 %	.163		
		15.213		
	10 %	1.521		
		16.734	sejam m²	17$000

Portas de calha, como especificadas:

Carpinteiros.....	1 h.×14$000	14.000		
Taboas.....	5.5 ms.	55.300		
Dobradiças.....	2 pares	4.000		
Fechadura.....	uma	10.000		
Parafusos.....	50	2.000		
Fechos de 0,22.....	um	8.000		
Idem de 0,35.....	um	10.000		
Ferramenta.....	5 %	.700		
		103.000		
	10 %	10.200		
		112.200		

Por metro quadrado: $\frac{112.200}{2.3}$ ou 48.780 sejam m² 50$000

Portas de almofada, como especificações:

Carpinteiro	2.47 d.×14$	34.500		
Taboas.....	0.168	56.280		
Colla	0.020	1.000		
Fecho cremona...	um	25.000		
Fechadura.....	uma	10.000		
Parafusos.....	50	2.000		
Pares dobradas...	dous	4.000		
Ferramenta	5 %	1.720		
		134.500		
	10 %	13.450		
		147.950		

Por metro quadrado: $\frac{147.950}{2.5}$ ou 59.180 sejam m² 60$000

Janellas de calha, como especificado:

Taboas	2.76	27.600		
Carpinteiro	2.4 d.×14$	33.600		
Dobradiças	quatro	8.000		
Ferros pedreses...	dous	12.000		
Parafusos duzias..	quatro	2.000		
Ferramenta	5 %	1.390		
		84.790		

Envidraçamento 512 pollegadas quadradas, emmassamento, preparação		40.960		
		125.760		
	10 %	12.575		
		138.325		
Por metro quadrado: 138.325 / 1.9	ou	72.800	sejam m²	73$000
Janellas de almofada, como especificações:				
Janella de calha, simples, como acima		72.800		
Metro quadrado da almofada		25.000		
		97.800	sejam m²	98$000
Bandeira de 1.0×0,4, de persiana, com vidros, assentes:				
Carpinteiro	1 d.×10$	10.000		
Taboas	2 ms.	13.000		
Vidros	2 de 16"	6.400		
Pontas de Paris	0.1	.300		
Colla		.350		
Massa de vidraceiro		2.100		
Ferramenta 5 %		.500		
		38.550		
	10 %	3.255		
		35.865	sejam	36$000

Trabalhos diversos

Transporte dos materiaes de excavação, por decametro de distancia horisontal: t 0.88 D 262 sendo D em decametros.				
Levantamento dos materiaes de excavação, para cada metro e meio de altura:				
Trabalhador	0.07 × 6$000	.420		
Ferramenta	5 %	.021		
	10 %	.044		
Remoção de terra á pá, a distancia horisontal maxima de cinco metros ou vertical de um e meio:				
Trabalhador	0.06×6$	.360		
Ferramenta	5 %	.018		
		.378		
	10 %	.038		
		.418	selam m³	$500
Sargetas calçadas com alvenaria de pedra secca:				
Alvenaria	0,13×46.6	5.592		
	10 %	.559		
		6.151	sejam m¹	6$000
Cerca de arame farpado, cinco fios e postes de candeia, arame de fio duplo de 10 a 12 farpas por metro e os postes espaçados de 2.5 ms. no maximo de eixo a eixo:				
Por kilometro:				
Arame: 12.5 rolos de 400 metros a 39$ cada		482.500		
Escapulas: 2.000 de peso 0.0054 cada, ou 10.8 a 1$100		11.888		
Postes de candeia: 400 a 2$		800.000		
Trabalhador 116 d.×6$		696.000		
Ferramenta 5 %		34.800		
		2.030,180		
	10 %	203.018		
		3.233.198		
Sejam		2.253.000		
Por metro linear: 2.233.000 / 1.000	ou	2.233	sejam m¹	2$300
Columnas de ferro galvanisado de 1.1/2", com consolos, assentes, até quatro metros:				
Peso médio por metro corrente 5.456, 4×8.436 ou 33.744 33.8×1$500		50.700		
10 %		5.070		
		55.770	sejam	56$000
Vidros communs assentes, pollegada				$01
Vidros de musseline, assentes, pollegado				0235
Meios fios collocados em passeios, m¹				12$000
Ferros em obra:				
Duplo Tê, kilo				1$500
Em vergalhões, kilo				1$000
Em chapas, kilo				1$200

Pintura

Pintura a oleo, a tres demãos, em superficies prévia nente emassadas e fixadas:				
Oleo de linhaça	0.140×4$700	.653		
Alvaiade	0.100×2$800	.280		
Tinta de côr	0.100×4$000	.400		
Seccante	0.200×2$000	.400		
Pintor	1,25h×1$750	2.188		
Ferramenta	5 %	.109		
		4.035		
Beneficio	10 %	.404		
		4.439	sejam m²	4$400
Caiação a tres demãos:				
Cal	0.002×60$	.120		
Caiador	0.041× 8$	.328		
Ferramenta	5 %	.016		
		.464		
Beneficio	10 %	.046		
		.510	sejam m²	$500
A gesso e colla, tres demãos, em paredes rebocadas, comprehendendo traço, chapa e tabella colorida:				
Preço acima		.510		
Accrescimo serviço gesso e colla.		.255		
		.765	sejam m²	$800
Pintura allemã, serviço esponjado, com tabellas coloridas, traço e chapas:				
Pintura a colla		.765		
Serviço esponjado		.500		
		1.265	sejam m²	1$300

Nota — Todos os preços acima calculados, foram calcados nos coefficientes indicados pelo livro «Bases para Orçamentos» do Dr. Benedicto José dos Santos, na sua segunda edição — 1924.

Relação geral dos preços unitarios:

1. Excavações para fundações, m³	2$000
2. Desmonte em terra franca, m³	1$500
3. Alvenaria de pedra com argamassa de cal e arcia 1:2, m³	84$000
4. Alvenaria de tijolos com argamassa de cal e areia 1:3. m³	56$200
5. Alvenaria de pedra com argamassa de cimento e areia 1:3, m³	88$800
6. Alvenaria de pedra secca, m³	46$600
7. Alvenaria de tijolos com argamassa de cimento e areia 1:3, m³	78$200
8. Abobadilhas de tijolos assentados de vara, com argamassa de 1:2, m²	11$000
9. Idem com argamassa de cimento e areia de 1:3, m².	12$700
10. Reboco e emboço em parede e muros, m²	3$000
11. Chapa de concretos em pavimentos terreos, m²	9$500
12. Telhado completo comprehendendo engradamento e cobertura, em duas aguas, m²	26$000
13. Idem, idem, em quatro aguas, m²	28$600
14. Ladrilhamento, com ladrilhos hydraulico, de duas cores, com argamassa de cimento e areia 1:3, sobre piso preparado e orçado, m²	18$000

15. Azulejos brancos assentes em barras até dous metros de altura, com gregas, rodapés e cimalhas. m² ..... 50$500
16. Soalho de peroba em frisos de 0,10 ms. incluindo o barroteamento, m² ..... 32$800
17. Idem, idem, entabeirado, m² ..... 34$500
18. Forro em pinho do Paraná, frisos de 0,08 a 0,10 ms., incluindo abas, cimalhas, gregas e barrotes, m² ..... 17$000
19. Portas de almofadas, de jequitibá rosa, 1,0×2,5 e 0,03 de espessura, assentes em marcos de peroba, de 0,75×0,07 ou caixão de peroba de 0,03 de espessura, com ferragens de primeira qualidade, m² ..... 60$000
20. Idem, de calha, 1,0×2,3, m² ..... 50$000
21. Bandeira de 1,0×0,4, com vidros, de persiana no terço médio, m² ..... 36$000
22. Janellas em jequitibá rosa, com vidros e persiana no terço inferior e postigos almofadados embutidos, ferragens de primeira qualidade, assentes em marcos de peroba ou caixão, 1,0×1,9, incluindo caixilhos, m² ..... 90$600
23. Idem, idem, de calha, 1,0×1,7, m² ..... 73$000
24. Pintura a oleo a tres demãos, em superficies previamente emassadas, m² ..... 4$400
25. A gesso e cola, a tres demãos, em paredes rebocadas, comprehendendo traço, chapa ou tabella colorida, m² $800
26. Caiação a tres demãos, m² $500
27. Rodapés de cimento, de 0,15 de alto, alisado a collier, m.l ..... 1$300
28. Reboco e emboço, «nata», perfeitamente liso, m² ..... 5$000
29. Cimentação de pavimentos, escadas, soleiras, etc., liso ou trabalhado a rolo, m² ..... 9$600
30. Meios fios collocados em passeios, m.l ..... 12$000
31. Vidros communs assentes, pol $013
32. Vidro despolido ou musselina, pol $025
33. Columnas de ferro galvanizado de 1,1/2", com consolos, assentes, até quatro metros de altura, uma ..... 56$000
34. Ferro em obra: Duplo Tê, kg ..... 1$500
Vergalhão, kg ..... 1$000
Chapa, kg ..... 1$200
36. Roçado em capoeira, m² $016
37. Roçado em capoeirão de machado, m² $030
38. Roçado em matta virgem, m² $070
39. Destocamento de terreno, m² ..... 1$300
40. Excavação em schisto, m³ ..... 6$500
41. Excavação em modelo, m³ ..... 2$300
42. Excavação em rocha branda, m³ ..... 9$400
43. Excavação em rocha dura, m³ ..... 12$000
44. Calhas e conductores, m.l ..... 10$000
45. Sargetas calçadas em alvenaria de pedra secca, m.l ..... 6$000
46. Cercas de arame farpado, cinco fios e postes de candeia, sendo o arame de fio duplo, de 10 a 12 farpas por metro e os postes espaçados de 2,5 metros no maximo, de eixo a eixo, m.l ... 2$200

Preços de installações:

1. Sanitaria de louça branca, typo New Buras, tampa simples, com caixa, ventillador, canalização de agua e esgoto, uma ..... 120$000
2. Idem, idem vasos inglezes de grez, louçado, brancos, completos, uma ..... 80$000
Installações Royal Flush, completas, uma ..... 250$000
3. Installações completas de banheiros, de cinco e meio pés, de ferro esmaltado, com installações de agua quente e fria, uma ..... 430$000
4. Idem, idem, de chuveiro, com crivo de folha de cobre, 5/8" ou 3/4", completo, uma ..... 50$000
5. Idem de fogão typo «Progresso 4 A», uma ..... 130$000
6. Idem de fogão «Wallig», uma ..... 420$000
7. Deposito para agua quente, para 1.000 litros, com canalização e serpentina ..... 300$000
8. Deposito para 1.000 litros com canalização de ferro galvanizado de 1/2", assente 20 ms., uma ..... 250$000
9. Idem para 750 litros, uma ..... 200$000
10. Lavabos de ferro, com torneiras, syphões e canalizações — Tamanhos:
20 × 16" ..... 120$000
22 × 16" ..... 140$000
25 × 18" ..... 160$000
11. Tanques para lavanderias, nas habitações isoladas, tijolo, com argamassa e chapa de cimento, incluindo canalizações, uma ..... 100$000
12. Canalizações para aguas pluviaes, com manilhas de grez ceramico, assentes—Diametros:
0,07, ml ..... 3$500
0,10, ml ..... 4$500
0,15, ml ..... 5$500
13. Canalizações de ferro galvanizado, com os diametros de 1/2" até 4", ml ..... 2$000
14. Cancellas de 1,0 × 1,5, como especificada, uma .. 50$000
15. Cancellas de 2,5 × 1,5, idem idem, uma ..... 100$000
Fogão typo Cozinha geral, para 250 refeições ..... 5:000$000
Installação completa para lavanderia, com capacidade para 300 pessoas, comprehendendo batedeira ou lavadeira, enxugador centrifugo, engommadeira e caldeira para aquecimento de agua, com respectivas ligações e registros .... 25:000$000

Orçamentos synopticos dos differentes trabalhos que constam da concurrencia

Trabalhos preparatorios:

1. Excavação — Desmonte em terra franca, ms³	8.837	1$500	13:255$000
2. Sargetas calçadas em alvenaria de pedra secca. pedras irregulares sobre areia, ms²	3.420	6$000	20:520$000
3. Cercas de arame farpado, cinco fios, moirões de candeia, espaçados de 2.5 ms. ms	3.420	2$200	7:524$000
4. Caacellas de 1.5×1.0, de uma folha, quadro de 0.03 de espessura e regoas de 0.05×0.015, com ferragens	27	50$000	1:350$000
5. Idem, idem de duas folhas, e de 2.5×1.5 com ferragens	6	100$000	600$0000
Somma			43:294$500
Para eventuaes 10 %			4:324$950
Total			47:574$450

Quarenta e sete contos quinhentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e cincoenta réis.

Pavilhão da Administração

1. Excavação para fundações, ms³	89.160	2$000	178$320
2. Alicerces e embasamentos: alv. pedra c/arg. 1:2, ms³	121.470	61$500	7:834$31
3. Alvenaria de tijolos c/argamassa 1:3 ms³	150.360	53$200	8:450$231
4. Soalho de friso, peroba, ms²	129.36	32$800	4:232$381
5. Ladrilhamento, ms²	100.93	18$900	1:816$780
6. Impermeabilisação do sólo, ms²	117.00	9$5000	1:111$500
7. Forros, ms²	229.88	17$000	3:907$960
8. Telhado completo (4 aguas), ms²	229.00	28$600	6:549$400
9. Portas de almofada—13—ms²	32.50	60$000	1:950$000
10. Janellas almofada—31—, ms²	58.90	93$000	6:772$200
11. Bandeiras—44, m²	17.60	36$00	633$0003
12. Vidros collocados	100.06	—	1:640$400
13. Reboco e emboço, ms²	919.34	5$000	4:593$700
14. Pintura a colla, ms²	919.34	$800	735$472
15. Pintura a oleo, ms.²	623.22	4$400	2:742$168
16. Rodapés de cimento, m...	197,60	1$300	256$880
17. Abobadilhas de tijolos, ms²	5.00	11$000	55$000
18. Calhas e conductores, m..	159.00	10$000	1:590$000
			54:053$768

Installações:

1. Sanitarias installadas	2	120$000	240$000
2. Lavabos 22×16, installados	2	140$000	280$000
3. Banheiros de 5 1/2"	1	450$000	450$000
4. Ferro em obra, ks	30	1$500	45$000
5. Depositos para 1.000 ls..	1	230$000	230$000
5. Canalisação em ferro galvanisado	—	—	186$000

7. Escada de peroba, degráos de 1.10 ms. com guarda corpos toneados.....	1	—	3:000$000
			3:431$000

Recapitulação:

Construcção.....	54:053$768
Instailações	3:431$000
	57:484$763
Para eventuaes e beneficio 10 %.....	5:743$477
Somma.....	63:233$245

Importa o presente orçamento em sessenta e tres contos duzentos e trinta e tres mil e duzentos e quarenta e cinco réis.

Enfermaria geral para homens

1. Escavações para fundações, ms³.....	145.270	2$000	290$540
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³...	166.170	64$500	10:714$035
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³..	258.620	56$200	14:534$444
4. Soalhos frisos peroba, ms².	364.015	32$800	11:939$692
5. Ladrilhamentos, ms².....	123.10	18$000	2:215$800
6. Forros, ms².....	437.45	17$000	8:286$650
7. Impermeabilização, ms²....	327.92	9$500	3:115$240
8. Telhados (4 aguas), ms²....	633.68	28$600	18:123$248
9. Portas de almofada (45), ms².....	112.60	60$000	6:756$000
10. Janellas almofada (76), ms².	144.40	93$000	14:151$200
11. Bandeiras (45), ms².....	18.00	36$000	648$000
12. Vidros assentes, ms².....	227.52	—	3:412$800
13. Reboco e emboço, ms².....	1.938.44	3$000	5:815$320
14. Pintura a cal e colla, ms².,	1.938.44	$800	1:550$752
15. Pintura a oleo, ms².....	1.306.46	4$400	5:743$424
16. Rodapés de cimento, ml...	318.00	1$300	413$400
17. Calhas e conductores, ms².	257.00	10$000	2:570$000
			110:285$605

Installações:

1. Sanitarias assentes.....	5	120$000	600$000
2. Lavabos de 20" × 16"....	13	120$000	1:560$000
3. Banheiros de 5 1/2 pés.....	3	450$000	1:350$000
4. Azulejos em paredes, ms²..	131.00	50$500	6:615$000
5. Ferro em obra, ks.....	2.462.00	1$000	2:462$000
6. Escadas de cimento.....	5	100$000	500$000
7. Depositos para 1.000 ls...	1	300$000	300$000
8. Canalizações em fe. galv..	—	—	180$000
9. Abobadilhas de tijolos, ms².	123.10	11$000	1:354$100
10. Janellão fixo.....	—	—	850$000
			15:771$100

Recapitulação.

Construcção.....	110:285$605
Installações.....	15:771$100
	126:056$705
10 %.....	12:605$671
	138:662$376

Importa o presente orçamento em cento e trinta e oito contos seiscentos e sessenta e dous mil trezentos e setenta e seis réis.

Enfermaria geral para mulheres

1. Excavações para fundações, ms³.....	131.350	2$000	262$700
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³..	176.500	64$500	11:384$250
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³...	222.760	56$200	12:519$112
4. Soalhos em frisos de peroba, ms².....	322.35	32$800	10:573$030
5. Ladrilhamento, ms².....	123.10	18$000	2:215$800
6. Forros, ms².....	445.45	17$000	7:572$650
7. Telhado completo (4 aguas), ms².....	570.32	28$600	16:311$152
8. Portas de almofada 45, ms².	112.50	60$000	6:750$000
9. Janellas almofada 70, ms²..	133.00	98$000	13:034$000
10. Bandeiras 38, ms².....	15.20	36$000	547$200
11. Vidros assentes, ms².....	201.42	—	3:021$300
12. Reboco e emboço, ms².....	1.835.20	3$000	5:505$600
13. Pintura a cal e colla, ms²..	1.835.20	$800	1:463$160
14. Pintura a oleo, ms².....	718.51	4$400	3:161$444
15. Rodapés de cimento, ml....	306.00	1$300	397$800
16. Impermeabilização, ms²....	290.12	9$500	2:756$140
			97:480$388

Installações:

1. Sanitarias assentes.....	4	120$000	480$000
2. Banheiros de 5.1/2'.....	3	450$000	1:350$000
3. Lavabos de 20" × 16"....	7	120$000	840$000
4. Abobadilhas de tijolos, ms².	123.10	11$000	1:354$100
5. Azulejos assentes, ms²....	130.10	50$500	6:570$050
6. Calhas e conductores, ml..	245.20	10$000	2:452$000
7. Deposito para 1.000 ls.....	4	300$000	1:200$000
8. Ferro em obra, ks.....	2.462.	1$000	2:462$000
9. Janellão fixo.....	—	—	850$000
			17:558$150

Recapitulação:

Construcção.....	97:480$388
Installações.....	17:558$150
	115:038$538
10 %.....	11:503$854
	126:542$392

Importa o presente orçamento em cento e vinte e seis contos quinhentos e quarenta e dous mil tresentos e noventa e dous réis.

Duas habitações para indigentes

1. Excavações para fundações, m³.....	66.500	2$000	133$000
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, m³....	89.700	64$500	5:785$650
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, m³....	117.000	56$200	6:575$400
4. Soalhos de frisos, peroba, m².....	240.00	32$800	7:872$000
5. Ladrilhamentos, m².....	48.00	18$000	864$000
6. Impermeabilisação, m²....	216.00	9$500	2:052$000
7. Forros, m².....	288.00	17$000	4:896$000
8. Telhado completo, 4 aguas, m².....	360.00	28$600	10:296$000
9. Portas de calha, 12, m².....	27.60	50$000	1.380$000
10. Janellas de calha, 58, m²..	98.60	73$000	7:197$800
11. Bandeiras, 70, m².....	28.00	36$000	1:008$000
12. Vidros assentes, m².....	164.60	—	2:463$400
13. Emboço e reboco, m².....	648.00	3$000	1:944$000
14. Pintura a cal e colla, m²..	648.00	$800	518$400
15. Pintura a oleo, m².....	650.00	4$400	2:860$000
16. Rodapés de cimento, m¹...	76.00	1$300	93$800
			55:944$450

Installações:

1. Sanitarias de grez louçado.	4	80$000	320$000
2. Chuveiros de 3/4".....	4	50$000	200$000
3. Lavabos de 20"×16".....	8	120$000	960$000
4. Deposito para 1.000 ls, com duas ligações.....	1	—	600$000
			2:080$000

Recapitulação:

Construcção	55:944$450
Installações.....	2:080$000
	53:024$450
10 %	5:802$445
	63:826$895

Importa o presente orçamento em sessenta e tres contos oitocentos e vinte e seis mil oitocentos e noventa e cinco réis.

Habitação collectiva para mulheres

1. Excavação para fundações, m³.....	278.86	2$000	557$720
2. Alvenaria de pedra com argamassa 1.2, m³.....	278.86	64$500	17:986$470
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, m²....	436.20	56$200	24:514$440

4. Soalhos em frisos, m³	618.00	32$800	20:270$400
5. Impermeabilisação, m²	160.00	9$500	1:520$000
6. Forros, m²	778.50	17$000	13:234$500
7. Telhado completo, 4 aguas, m²	1.012.00	28$600	28:943$200
8. Portas de almofada, 17, m²	42.50	60$000	2:550$000
9. Portas de calha, 22, m²	69.23	50$000	3:461$500
10. Janellas almofadas, 40, m²	76.00	93$000	7:443$000
11. Janellas de calha, 18, m²	24.48	73$000	1:787$040
12. Bandeiras, 57, m²	22.80	36$000	820$800
13. Vidros assentes, m²	159.84	—	2:397$600
14. Reboco e emboço, m²	4.312.00	3$000	12:936$000
15. Pintura, cal e colla, m²	4.312.00	$800	3:449$600
16. Pintura a oleo, m²	1.461.25	4$400	6:429$500
17. Rodapés de cimento, m¹	490.00	1$300	637$000
18. Calhas e conductores, m¹	282.00	10$000	2:820$000
19. Ferro em obra, ks	1.702.00	1$000	1:720$000
20. Abobadilhas de tijolos, m²	86.00	11$000	946$000
			154:429$770

Installações:

1. Sanitarias de grez ceramico	10	80$000	800$000
2. Banheiros de 5.1/2"	6	450$000	2:700$060
3. Lavabos de 20"×16"	2	120$000	1:240$000
4. Chuveiros de 3/4"	12	50$000	100$000
5. Deposito para 1.000 litros.	2	300$000	600$000
			5:640$000

Recapitulação:

Construcção	154:429$770
Installações	5:640$000
	160:069$770
10 %	16:006$977
	176:076$747

Importa o presente orçamento em cento e setenta e seis contos setenta e seis mil setecentos e quarenta e sete réis.

Cinco habitações para indigentes casados

1. Excavações para fundações m³	137.65	2$000	275$300
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, m³	188.09	64$500	12.106$305
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, m³	289.95	56$200	16.295$190
4. Soalhos em frisos, peroba, m³	266.25	32$800	8.733$000
5. Impermeabilisação, m²	239.63	9$500	2.276$485
6. Ladrilhamento, m²	99.55	18$000	1.791$900
7, Forros, m²	366.75	17$000	6.234$750
8. Telhado completo, 2 ags,, m²	384.93	26$000	10.003$180
9. Portas de calha, 20 ags., m²	161.00	50$000	8.050$000
10. Janellas de calha. 30 ags., m²	85,00	73$000	6.205$000
11. Bandeiras, 20 ags., m²	8.00	36$000	288$000
12. Vidros assentes, m²	691.20	—	1.033$800
13. Reboco e emboço, m²	2929.70	3$000	8.721$000
14. Pintura a cal e colla, m²	2907.00	$800	2.325$600
15. Pintura a oleo, m²	974.25	4$400	4.286$700
16. Rodapés de cimento, ml.	490.00	1$300	637$000
			89.253$310

Installações:

1. Sanitarias de grez louçado	10	80$000	800$000
2. Lavabos de 20"×16"	10	120$000	1.200$000
3. Chuveiros de 3/4"	10	50$000	500$000
4. Fogões typo «Progresso» 4-A	10	130$000	1.300$000
5. Deposito para 1.000 lts.	5	300$000	1.500$000
6. Tanques em cimento, para lavanderia	10	100$000	1.000$000
			6.300$000

Recapitulação:

Construcção	89.258$210
Installações	6.300$000
	95.658$210
10 %	9.565$821
	105.224$031

Importa o presente orçamento em cento e cinco contos, duzentos e vinte e quatro mil e trinta e um réis.

Cinco habitações para indigentes solteiros

1. Excavações para fundações, ms³	126.75	2$000	253$500
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³	164:77	64$500	10:627$665
3. Alvenaria de tijolos com argamassa, de 1:3, ms³	258.65	56$200	14:536$130
4. Soalhos frisos de peroba. ms²	303.75	32$800	9:963$000
5. Ladrilhamento, ms²	34.00	18$000	612$000
6. Impermeabilisação, ms²	273.38	9$500	2:597$110
7. Forros, ms²	337.75	17$000	5:741$750
8. Telhado completo, 2 ags., ms²	422.18	26$000	10:976$680
9. Portas de calha, 30. ms²	99.00	50$000	4:950$000
10. Janellas de calha. 50, ms²	85.00	73$000	6:205$000
11. Fandeiras, 5, ms²	2.00	36$000	72$000
12. Vidros assentos, ms²	109.44	—	1:824$000
13. Emboço e reboco, ms²	2.318.00	3$000	6:954$000
14. Pintura a cal e colla, ms²	2.318.00	$300	1:159$000
15. Pintura a oleo, ms²	778.85	4$400	3:426$940
16. Rodapés de cimento, m¹	360.00	1$300	468$000
			80:366$775

Installações:

1. Sanitarias completas	5	80$000	400$000
2. Lavabos de 20"×16"	10	120$000	1:200$000
3. Chuveiros de 3/4"	5	50$000	250$000
4. Deposito para 1.000 litros.	5	300$000	1:500$000
			3:350$000

Recapitulação:

Construcção	80:366$775
Installações	3:350$000
	83:716$775
10 %	8:371$878
	92:038$453

Importa o presente orçamento em noventa e dous contos oitenta e oito mil quatrocentos e cincoenta e tres réis.

Pavilhão para refeitorio

1. Excavações para fundações, ms³	159.79	2$000	319$580
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³	279.65	64$500	18:037$425
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³	234.48	56$200	15:987$776
4. Ladrilhamento, ms²	526.19	18$000	9:631$420
5. Forros, ms²	536.19	12$000	9:115$230
6. Telhado completo, 4 ags., ms²	647.04	28$800	18:505$344
7. Portas de almofada, 16, ms²	30.40	60$000	1:824$000
8. Janellas de almofadas, 54, ms²	91.80	98$000	8:996$400
9. Bandeiras, 70, ms²	28.00	36$000	1:008$000
10. Vidros assentes, ms²	155.52	—	3:332$800
11. Emboço e reboco, ms²	2.132.28	3$000	6:396$840
12. Pintura a cal e colla, ms²	2.132.28	$800	1:705$824
13. Pintura a oleo, ms²	1.231.00	4$400	5:416$400
14. Calhas e conductores, m¹	389.00	10$000	3:890$000
15. Azulejos assentes, ms²	60.00	50$500	3:030.000
16. Ferro em obra, ks	10.723.80	1$000	10:723$800
			116:940$839

Installações:			
1. Fogão typo cosinha geral..	1	—	5:000$000
2. Deposito para 1.000 litros.	1	—	300$000
3. Lavabos 20"×16".....	9	120$000	1:080$000
4. Lavabo e pia para cosinha.	1	—	500$000
			8:880$000

Recapitulação:	
Construcção.....	116:940$839
Installações.....	6:880$000
	123:820$839
10 %.....	12:382$084
	136:202$923

Importa o presente orçamento em cento e trinta e seis contos duzentos e dous mil novecentos e vinte e tres réis.

Pavilhão para observação e isolamento

1. Excavações para fundações, ms³.....	40.81	2$000	81$620
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³..	83.05	64$500	3:421$725
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³.	71.42	56$200	4:013$804
4. Soalhos frisos peroba, ms².	75.10	32$800	2:533$280
5. Ladrilhamento, ms².....	16.64	18$000	299$520
6. Forros, ms².....	91.74	17$000	1:559$580
7. Impermeabilisação, ms²...	67.56	9$500	641$820
8. Telhado completo, 4 aguas., ms²	114.67	23$600	3:279$562
9. Portas de almofada, 4, ms²	10.00	60$000	600$000
10. Portas de calha, 12, ms²...	26.80	50$000	1:380$000
11. Janellas de almofada, 7, ms²	13.30	98$000	1:303$400
12. Janellas de calha, 8, ms²..	13.60	73$000	992$800
13. Bandeira , 7, ms².....	2.80	36$000	100$800
14. Vidros assentes, ms².....	38.00	—	550$000
15. Emboço e reboco, ms².....	884.80	3$000	2:654$400
16. Pintura a cal e colla, ms²..	884.80	$800	707$840
17. Pintura a oleo, ms².....	231,29	4$400	1:017$676
18. Rodapés de cimento, m¹...	113.00	1$300	146$900
			25:214$727

Installações:			
1. Sanitarias completas.....	3	120$000	360$000
2. Banheiros de 5 1/2 pés....	2	450$000	900$000
3. Lavabos de 22"×16".....	5	140$000	700$000
4. Deposito para 1.000 litros.	1	—	300$000
5. Caldeira para aquecimento, com deposito, etc.....	1	—	1:500$000
			3:760$000

Recapitulação:	
Construcção.....	25:214$727
Installações.....	3:760$000
	28:974$727
10 %.....	2:897$473
	31:872$200

Importa o presente orçamento em trinta e um contos oitocentos e setenta e dous mil e duzentos réis.

Pharmacia e laboratorio

1. Excavação para fundações, ms².....	33.82	2$000	77$640
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³..	50.43	64$500	3:254$670
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³.	54.10	56$200	3:040$420
4. Ladrilhamento, ms².....	73.90	18$000	1:330$200
5. Forros, ms².....	73.90	17$000	1:258$300
6. Telhado completo, 4 ags., ms².....	95.29	23$600	2:725$294
7. Porta almofada, 5, ms²....	12.50	60$000	750$000
8. Janellas de almofadas, 10, ms².....	19.00	93$000	1:362$000
9. Bandeiras, 6, ms².....	2.40	36$000	86$400
10. Vidros assentes, ms².....	204.00	—	410$400
11. Emboço e reboco, ms².....	442.00	3$000	1:326$000
12. Pintura a cal e colla, ms²..	442.00	$800	253$600
13. Pintura a oleo, ms².....	179.85	4$400	791$340
14. Rodapés de cimento, m¹...	53.00	1$300	68$900
15. Calhas e conductores, m¹..	42.00	10$000	420$000
16. Azulejos assentes, ms²....	28.00	50$500	1:414$000
			19:167$164

Installações:			
1. Sanitarias completas.....	1	120$000	120$000
2. Lavabos de 25"×18".....	2	160$000	320$000
3. Deposito para 1.000 litros.	1	—	300$000
			740$000

Recapitulação	
Construcção.....	19:167$164
Installação.....	740$000
	19:907$164
10 %.....	1:990$716
	21:897$880

Importa o presente orçamento em vinte e um contos, oitocentos e noventa e sete mil oitocentos e oitenta réis.

Lavanderia

1. Excavações para fundações, ms³.....	38.42	2$000	76$840
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³..	51.86	64$500	3:344$970
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³.	58.00	50$200	3:259$600
4. Ladrilhamento, ms².....	89.00	18$000	12602$000
5. Forros, ms².....	89.00	17$000	1:513$000
6. Telhado completo quatro aguas, ms².....	111.25	23$600	3:181$750
7. Portas de calha cinco aguas ms².....	21.50	50$000	1:075$000
8. Janellas de calha 13 aguas ms².....	21.10	73$000	1:540$000
9. Vidros assentes, ms².....	295.46	—	444$690
10. Emboco e reboco. ms²....	464.00	3$000	1:392$000
11. Pintura a cal e colla, ms²..	464.00	$800	371$200
12. Pintura a oleo, ms².....	203.20	4$400	894$030
13. Rodapés de cimento, m¹...	26.00	1$300	33$800
			18:728$930

Installações:			
Installação completa e apropriada para lavanderia, com capacidade para 300 pessoas, comprehendendo batedeira ou lavadeira, enxugador centrifugo, engommadeira e caldeira para aquecimento de agua, com as necessarias ligações e registros.....	1	—	25:000$000

Recapitulação	
Construcção.....	18:728$930
Installação.....	25:000$000
	43:728$930
10 %.....	4:372$893
	48:101$823

Importa o presente orçamento em quarenta e oito contos cento e um mil oitocentos e vinte e tres réis.

Cinco habitações para empregados

1. Excavações para fundações, ms³.....	20.40	2$000	140$800
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³..	93.00	64$500	6:127$500
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³.	178.80	56$200	10:104$700
4. Soalhos, ms².....	175.50	32$800	5.756$400
5. Ladrilhamento, ms².....	52.50	18$000	945$000
6. Impermeabilisação, ms²...	142.75	9$500	1:356$125
7. Telhado completo, 2 aguas, ms².....	253.50	26$000	6:591$000

8. Forros, ms².....	210.00	17$000	3:570$000
9. Portas de calha 35, ms²...	80.00	50$000	4:000$000
10. Bandeiras 5, ms².....	2.00	36$000	72$000
11. Janellas de calha 30, ms²..	51.00	73$000	3:723$000
12. Vidros assentes, ms².....	631.20	—	1:021$800
13. Emboco e reboco, ms²....	1.672.00	3$000	5:016$000
14. Pintura a cal e colla, ms²..	1.672.00	$800	1:337$600
15. Pintura a oleo, ms².....	537.00	4$400	2:362$800
16. Rodapés de cimento, m¹..	60.00	1$300	78$000
			52:202$785
Installações:			
1. Sanitarias completas.....	5	120$000	600$000
2. Lavabos de 20"×16".....	5	120$000	600$000
3. Chuveiros de 3/4".....	5	50$000	250$000
4. Fogões 4 A.....	5	130$000	650$000
5. Deposito para 750 litros...	5	200$000	1:000$000
			3:100$000

Recapitulação

Construcção.....	52:202$785
Installações.....	3:100$000
	55:302$785
10 %.....	5:530$279
	60:833$064

Importa o presente orçamento em sessenta contos oitocentos e trinta e tres mil e sessenta e quatro réis.

Habitação para o medico

1. Excavações para fundações, ms³.....	62.52	2$000	125$040
2. Alvenaria de pedra com argamassa de 1:2, ms³..	81.27	64$500	5:241$915
3. Alvenaria de tijolos com argamassa de 1:3, ms³	84.79	56$200	4:765$198
4. Soalhos, ms².....	102.60	32$800	3:365$280
5. Ladrilhamentos, ms².....	24.50	18$000	441$000
6. Impermeabilisação, ms²...	93.34	9$500	826$730
7. Forros, ms²..	193.70	17$000	3:377$900
8. Telhado completo 4 ags., ms².....	258.20	23$600	7:384$520
9. Portas de almofada 15, ms².	37.50	60$000	2:250$000
10. Janellas de almofadas 17, ms².....	32.30	93$000	3:165$400
11. Bandeiras 32, ms².....	12.80	36$000	460$800
12. Vidros assentes, ms².....	590.40	—	2:835$600
13. Emboço e reboco, ms².....	882.50	3$000	2.647$500
14. Pintura a cal e colla, ms²..	882.50	$800	706$000
15. Pintura a oleo, ms².....	457.65	4$400	2:013$660
16. Rodapés de cimento, m¹..	164.00	1$300	213$200
17. Calhas e conductores. m¹.	126.50	10$000	1:265$000
18. Abobadilhas de tijolos, ms².....	24.50	11$000	269$500
19. Ferro em obra, ks.....	89.00	1$000	89$000
20. Azulejos assentes, ms²....	40.20	50$500	2:030$100
			43:583$343
Installações:			
1. Sanitaria completa.....	1	120$000	120$000
2. Lavabos de 25"×18".....	2	160$000	320$000
3. Banheiros de 5 1/2 pés....	1	450$000	450$000
4. Fogão Wallig.....	1	500$000	500$000
5. Deposito para 1.000 litros.	1	300$000	300$000
6. Deposito para 750 litros...	1	200$000	200$000
			1:890$000

Recapitulação

Construcção.....	43:583$343
Installações.....	1:890$000
	45:473$343
10 %.....	4:547$334
	50:020$677

Importa o presente orçamento em cincoenta contos vinte mil seiscentos e setenta e sete réis.

CONCURRENCIA PARA A CONSTRUCÇÃO DO LEPROSARIO DO MOTTA

Os abaixo assignados, engenheiros civis, tendo apresentado uma proposta na ultima concurrencia para as obras do Leprosario do Motta, a qual foi annullada pelo Sr. ministro do Interior, vêm novamente se propor a executar aquelles serviços, prevalecendo os mesmos preços estipulados naquella, modificando unicamente os referentes a materiaes importados, em que se fez sentir a differença da taxa cambial nas datas das duas concurrencias.

Isso determinou uma certa diminuição no preço para o total do trabalho, que ficou reduzido a 1.183:459$277 (mil cento e oitenta e tres contos quatrocentos e cincoenta e nove mil duzentos e setenta e sete réis), de accordo com a discriminação para cada edificio constante do edital publicado no *Diario Official*, onde os preços unitarios, sobre que versa esta concurrencia, foram applicados.

Inicio das obras, dous dias após a acceitação da proposta.

Prazo para terminação das obras, 20 mezes.

Os concurrentes sujeitam-se ás condições do edital e ao regulamento de obras da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas.

Os proponentes receberão, a juizo do Governo, os pagamentos em dinheiro ou em apolices da Divida Publica, pela cotação.

Fazem parte integrante da presente proposta:

a) relação dos preços unitarios;

b) orçamento das obras;

c) composição de preços.

O custo total das obras em concurrencia será de 1.150:000$ (mil cento e cincoenta contos de réis) desde que, em logar de soalho de peroba rosa, seja preferido o emprego de pavimentação de Konit ou outro semelhante, material esse impermeavel, sem emendas nem juntas, hygienico, hoje de uso corrente em construcções communs e exclusivamente nos hospitaes e casas de saude.

Bello Horizonte, 5 de janeiro de 19233.—(Assignatura illegivel).

Preços das unidades a vigorarem na construcção do Leprosario do Motta, applicaveis tambem ás modificações ou accrescimos:

1. Desmonte em terra, metro cubico, dous mil réis....	2$000
2. Excavação em terra para abertura de cavas de fundação, dous mil réis.....	2$000
3. Alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia, 1:3, setenta e oito mil réis.....	78$000
4. Idem, com argamassa de cimento, 1:3, cento e vinte e seis mil e seiscentos réis.....	126$600
5. Alvenaria de pedra secca, sessenta e dous mil réis	62$000
6. Alvenaria de tijolos, argamassa de cal e areia, 1:3, setenta mil réis.....	70$000
7. Idem, com argamassa de cimento, 1:3, cento e dez mil réis.....	110$000
8. Abobadilhas de tijolos communs, assentados de vara com argamassa de cal e areia, 1:3, excluido o vigamento metallico, doze mil e oitocentos réis.....	12$800
9. Idem, com argamassa de cimento, quinze mil réis..	15$000
10. Reboco e emboço de cal e areia 1:3, tres mil e oitocentos réis.....	3$800
11. Chapa de concreto, 1:4:8, metro quadrado de 0,10, dez mil e oitocentos réis.....	10$800
12. Telhado completo, comprehendendo engradamento e cobertura de telhas curvas embocadas em duas aguas, metro quadrado, trinta e dous mil e setecentos réis.....	32$700
13. Idem, em quatro aguas, metro quadrado, trinta e quatro mil réis.....	34$000
14. Ladrilhamento com ladrilhos hydraulicos de 2 côres, assentados com argamassa de cimento e areia sobre piso previamente preparado e já orçado, metro quadrado, dezeseis mil réis...	16$000
15. Azulejos brancos, assentes em barra até 2 metros de altura com rodapé, etc,. metro quadrado, cincoenta mil réis.....	50$000
16. Forro de pinho Paraná, friso de 0,08 a 0,10, incluindo aba, cimalha, etc., metro quadrado, vinte e cinco mil réis.....	25$000
17. Soalho de friso de peroba de 0,10, incluido barrotamento sobre madeira de lei, metro quadrado, quarenta e dous mil réis.....	42$000
18. Idem, entabeirado, metro quadrado, quarenta e quatro mil réis.....	44$000
19. Portas de almofada das condições do n. 19 do edital de concurrencia, por metro quadrado, oitenta e um mil e quatrocentos réis.....	81$400
20. Idem, de calha, por metro quadrado, sessenta e quatro mil e trezentos réis.....	64$300
21. Bandeira de 1×0,40, na forma do edital, cada uma, (incluidos os vidros), quarenta mil réis.....	40$000
22. Janellas na fórma do n. 22 do edital, por metro quadrado, (incluidos os vidros), cento e trinta e oito mil réis.....	138$000

23.	Idem, de calha, descripção do n. 23 do edital, cento e cinco mil réis	105$000
24.	Pintura a oleo, 3 demãos, incluido emmassamento prévio, por metro quadrado, tres mil réis	3$000
25.	Pintura nas condições do edital, a gesso e colla, por metro quadrado, trezentos réis	$300
26.	Caiação nas condições do edital, trezentos réis	$300
27.	Installação completa de sanitarias de louça branca, etc., dusentos e cincoenta mil réis	250$000
28.	Idem, de vasos inglezes, oitenta mil réis	80$000
29.	Installação completa do banheiro, etc., um, quinhentos mil réis	500$000
30.	Idem, de chuveiro com crivo de bobre completo, um, vinte e quatro mil réis	24$000
31.	Installação de forão, typo «Progresso», nas condições do edital, cincoenta mil réis	50$000
32.	Idem, de forão typo cosinha geral para 250 pessoas, quatro contos de réis	4:000$000
33.	Deposito de agua quente para 1.000 litros, nas condições do edital, um, dusentos mil réis	200$000
34.	Idem, para agua fria, um, duzentos mil réis	200$000
35.	Idem, para 750 litros, um, oitenta mil réis	80$000
36.	Lavabo de ferro esmaltado tamanho médio, com torneiras, syphões, etc., um, oitenta mil réis	80$000
37.	Tanque para lavanderia das habitações isoladas, em tijolo com argamassa de cimento, um, cincoenta mil réis	50$000
38.	Rodapé de cimento, nas condições do n. 27 do edital, metro quadrado, mil e quinhentos réis	1$500
39.	Emboco e reboco de nata, perfeitamente liso, metro quadrado, cinco mil e trezentos réis	5$300
40.	Cimentação do pavimento, escadas, soleiras, etc., metro quadrado, onze mil e setecentos réis	11$700
41.	Meio fio collocado para passeio, quinze mil réis	15$000
42.	Canalisação para aguas pluviaes em manilhas de grés ceramico, assentes :	
	Diametro 0.07, metro linear, quatro mil réis.	4$000
	Diametro 0.10, metro linear, cinco mil réis	5$000
	Diametro 0.15, metro linear, seis mil réis	6$000
43.	Canalisação em tubos de ferro galvanizado :	
	Diametro 1/2 pollegada e 1-1/4, kilo, dous mil e quinhentos réis	2$500
	Diametro de 1-1/4 pollegada a 4, kilo, dous mil e quatrocentos réis	2$400
	Curvas luvas, etc., kilo, dous mil e quinhentos réis	2$500
44.	Canalisação em tubo de chumbo, diametro 1/2 pollegada, metro linear, seis mil réis	6$000
	Diametro de 1-1/4 pollegada, metro linear, doze mil e quatrocentos réis	12$400
45.	Vidros communs assentes, pollegada quadrada, quinze réis	$015
	Idem despolidos ou mousseline, vinte e cinco réis	$025
46.	Columna de ferro galvanizado, 1 1/2 pollegadas com consolos, assentes até 4 metros de altura, uma, cincoenta e seis mil réis	56$000
47.	Ferro em barra, duplo T, ou vergalhões, comprehendendo cortes, etc., kilo, mil réis	1$000
48.	Cêrca de arame em moirões, cinco fios, metro corrente, mil e duzentos réis	1$200
49.	Calhas e conductores, por metro corrente, dez mil réis	10$000
50.	Escavação em schisto, por metro cubico, sete mil réis	7$000
	Idem, em rocha, por metro cubico, treze mil réis	13$000
51.	Transporte, por metro cubico, decametro materiaes escavados acima, sessenta réis	$060
52.	Pintura a esmalte, metro quadrado, doze mil réis	12$000
53.	Roçado em capoeira, metro quadrado, dezeseis réis	$016
54.	Roçado em capoeira de machado, metro quadrado, trinta e tres réis	$033
55.	Roçado em matta virgem, metro quadrado, sessenta e seis réis	$066
56.	Destocamento, por metro quadrado, mil e quatrocentos réis	1$400
57.	Escavação em moledo, dous mil e quinhentos réis	2$500
58.	Concreto armado em vigas, columnas, etc., metro cubico, quatrocentos e cincoenta mil réis	450$000
59.	Lages de concreto armado até 0.10, metro quadrado, sessenta mil réis	60$000
60.	Forro de tela metallica estucado, metro quadrado, trinta mil réis	30$000
61.	Pavimentação de «Xonit» ou semelhante, por metro quadrado, trinta mil réis	30$000

Resumo dos orçamentos das obras

1.	Trabalhos preparatorios	30:634$000
2.	Pavilhão da administração	65:948$334
3.	Enfermaria geral para homens	146:039$128
4.	Enfermaria geral para mulheres	132:643$240
5.	Duas habitações para indigentes	67:525$280
6.	Habitação collectiva para mulheres	190:319$039
7.	Cinco habitações para indigentes casados	110:963$871
8.	Cinco habitações para indigentes solteiros	99:785$150
9.	Pavilhão para refeitorio	145:801$570
10.	Pavilhão para isolamento e observação	33:363$418
11.	Pharmacia e laboratorio	22:667$030
12.	Lavanderia	23:39 $745
13.	Cinco habitações para empregados	64:166$300
14.	Habitação para o medico	50:101$672
		1.183:459$277

Mil cento e oitenta e tres contos quatrocentos e cincoenta e nove mil duzentos e setenta e sete réis

ORÇAMENTOS SYNOPTICOS DOS DIFFERENTES TRABALHOS QUE CONSTAM DAS CONCURRENCIAS

Numero 1

Trabalhos preparatorios

1.	Excavação em terra franca	8,837	× 2$000	17:674$000
2.	Sargetas de pedras irregulares	3,420	× 2$000	6:840$000
3.	Cercas de arame	3,420	× 1$200	4:100$000
4.	Cancellas, 27 por			1:350$000
5.	Idem, 6 por			720$000
				30:634$000

Numero 2

Pavilhão da administração

1.	Excavações	89,160	× 2$000	179$320
2.	Alicerces e embasamentos	121,470	× 78$000	9:474$660
3.	Paredes atijoladas	150,360	× 70$000	10:525$200
4.	Soalhos	129,35	× 42$000	5:433$120
5.	Ladrilhamento	100,93	× 16$000	1:614$880
6.	Impermeabilisação do solo	117,00	× 10$800	1:263$600
7.	Forros	229,88	× 25$000	5:747$000
8.	Telhado	299	× 32$700	9:563$000
9.	Portas de almofada	32,50	× 81$400	2:645$500
10.	Janellas de almofadas	38,90	× 138$000	8:128$200
11.	Bandeiras	1760	× 40$000	7 04$000
12.	Reboco e emboco	919,34	× 3$800	3:493$492
13.	Pintura a cal ou côlla	919,34	× $300	275$802
14.	Tintura a oleo	623,22	× 3$000	1:869$660
15.	Rodapés	197,60	× 1$500	296$400
16.	Abobadilhas	5	× 12$800	64$000
17.	Calhas e conductores	159	× 10$000	1:590$000
18.	Sanitarias	2	× 250$000	500$000
19.	Lavabos	2	× 80$000	160$000
20.	Banheiros	1	× 500$000	500$000
21.	Ferro em obra	30	× 1$000	30$000
22.	Deposito para 1.000 litros	1	× 200$000	200$000
23.	Escada			1:500$000
24.	Canalisação			186$000
				65:943$334

Numero 3

Enfermaria geral para homens

1.	Excavação	145,270	× 2$000	290$540
2.	Alicerces e embasamentos	166,110	× 78$000	12:955$580
3.	Paredes de tijolos	258,620	× 70$000	18:031$400
4.	Soalhos	364.15	× 42$000	15:294$300
5.	Ladrilhamento	123,10	× 16$000	1:969$600
6.	Ferros	497,45	× 25$000	12:186$250
7.	Impermeabilisação	327,92	× 10$800	3:541$536
8.	Telhado	633,68	× 34$000	21:545$120
9.	Portas de almofada	112,60	× 81$400	9:185$640
10.	Janellas de almofada	144,400	× 138$000	19:927$200
11.	Bandeiras	18	× 40$000	720$000
12.	Emboço e reboco	1.938,44	× 3$800	7:360$400
13.	Pintura a cal ou colla	1.938,44	× $300	581$532
14.	Pintura a oleo	1.306,45	× 3$000	3:919$350
15.	Rodapés	318	× 1$500	477$000
16.	Calhas e conductores	257	× 10$000	2:570$000
17.	Sanitarias	5	× 250$000	1:250$000
18.	Lavabos	13	× 80$000	1:400$000

19. Banheiros	3	×500$000	1:500$000
20. Azulejos	131	× 50$000	6:545$000
21. Ferro em obra	2.462	× 1$000	2:462$000
22. Escadas de cimento	5	× 50$000	250$000
23. Deposito d'agua	1	×200$000	200$000
24. Abobadilhas	123,10	× 12$800	1:075$680
25. Janellão			500$000
26. Canalisação			130$000
			146:039$128

Numero 4

Enfermaria geral de mulheres

1. Escavação	131,350	× 2$000	262$700
2. Alicerces e embasamentos	176,500	× 78$000	13:767$000
3. Paredes de tijolos	222,760	× 70$000	14:513$200
4. Soalhos	322,35	× 42$000	13:538$700
5. Ladrilhamento	123,10	× 16$000	1:969$600
6. Forros	445,45	× 25$000	11:136$250
7. Telhado	570,32	× 32$000	18:709$464
8. Portas de almofada	112,50	× 81$400	9:157$500
9. Janellas	133	×138$000	18:359$000
10. Bandeiras	15,20	× 40$000	608$000
11. Emboço e reboco	1.835,2	× 3$800	6:973$760
12. Caiação ou colla	1.835,2	× $300	550$560
13. Pintura a oleo	718,51	× 3$000	2:155$530
14. Rodapés	300	× 1$500	459$000
15. Impermeabilização	290,12	× 10$800	3:133$296
16. Sanitaria	4	×250$000	1:000$000
17. Banheiros	3	×500$000	1:500$000
18. Lavabos	7	× 80$000	560$000
19. Abobadilhas	123,10	× 12$800	1:575$680
20. Azulejos	130,10	× 50$000	6:505$000
21. Calhas e conductores	245,20	× 10$000	2:452$000
22. Depositos d'agua	4	×200$000	800$000
23. Ferro	2.462	× 1$000	2:462$000
24. Janellão fixo		—	500$000
			132:613$240

Numero 5

Duas habitações para indigentes

1. Escavação	66,500	× 2$000	133$000
2. Alvenarias	89,70	× 78$000	6:996$600
3. Alvenaria de tijolos	117,00	× 70$000	8:190$000
4. Soalhos	240	× 42$000	10:080$000
5. Ladrilhamento	43	× 16$000	728$000
6. Impermeabilização	216	× 10$800	2:332$800
7. Forros	288	× 25$000	7:200$000
8. Telhado	360	× 32$700	11$772$000
9. Portas de calha	27,60	× 64$300	1:774$680
10. Janellas de calha	93,60	×105$000	10:353$000
11. Bandeiras	28	× 40$000	1:120$000
12. Emboço e reboco	648	× 3$800	2:462$400
13. Caiação	648	× $300	357$800
14. Pintura a oleo	650	× 3$000	1:950$000
15. Rodapés	76	× 1$500	114$000
16. Sanitarias	4	×250$000	1:000$000
17. Chuveiros	4	× 24$000	96$000
18. Lavabos	8	× 80$000	640$000
19. Depositos	1	×200$000	200$000
			67:525$200

Grupo n. 6

Habitação collectiva para mulheres

1. Escavação	278,86	× 2$000	557$720
2. Alicerces e embasamentos	278,86	× 78$000	21:751$080
3. Alvenarias de tijolos	436,200	× 70$000	30:534$000
4. Soalhos	618	× 42$000	25:956$000
5. Impermeabilização	160	× 10$000	1:728$000
6. Forros	778,50	× 25$000	19:462$500
7. Telhado	1.012	× 32$700	33:092$400
8. Portas de almofada	42,50	× 81$400	3:459$500
9. Portas de calha	69,23	× 64$300	4:451$489
10. Janellas de calha	24,48	×105$000	2:570$400
11. Janellas de almofada	76,00	×138$000	10:488$000
12. Bandeiras	22,8	× 40$000	912$000
13. Emboço e reboco	4.312	× 3$800	16:395$600
14. Caiação	4.312	× $300	1:293$600
15. Pintura a oleo	1.461,25	× 3$000	4:383$750
16. Rodapés	490	× 1$500	735$000
17. Calhas e conductores	282	× 10$000	2:820$000
18. Ferro em obra	1.720	× 1$000	1:720$000
19. Abobadilhas	86	× 12$800	1:100$000
20. Sanitarias	10	×250$000	2:500$000
21. Banheiros	6	×500$000	3:000$000
22. Lavabos	12	× 80$000	960$000
23. Chuveiros	2	× 24$000	48$000
24. Depositos para mil litros	2	×200$000	400$000
			190:319$039

Numero 7

Cinco habitações para indigentes casados

1. Escavação	137,65	× 2$000	275$300
2. Alicerces	189,03	× 78$000	14:749$020
3. Alvenaria de tijolos	282,95	× 70,000	19:806$500
4. Soalhos	266,25	× 42$000	11:182$500
5. Impermeabilização	239,63	× 10$800	2:588$040
6. Ladrilhamento	91,55	× 16$000	1:592$800
7. Forros	365,75	× 25$000	9:168$750
8. Telhado	384,93	× 32$700	12:587$211
9. Portas de calha	161	× 64$300	10:357$300
10. Janellas de calha	85	×105$000	8:925$000
11. Bandeiras	8	× 40$000	320$000
12. Emboço e reboco	2.907	× 3$800	11:046$600
13. Caiação	2.907	× $300	872$100
14. Pintura a oleo	974,25	× 3$000	2:922$750
15. Rodapés	490	× 1$500	735$000
16. Sanitarias	10	× 80$000	800$000
17. Lavabos	10	× 80$000	800$000
18. Chuveiros	10	× 24 000	240$000
19. Fogões	10	× 50$000	500$000
20. Depositos para mil litros	5	×200$000	1:000$000
21. Tanques	10	× 50$000	500$000
			110:963$871

Numero 8

Cinco habitações para indigentes solteiros

1. Escavação	170,75	× 2$000	253$500
2. Alvenaria de pedra	164,77	× 78 000	12:852$060
3. Alvenaria de tijolos	258,65	× 70 000	18:105$500
4. Soalhos	303,75	× 42 000	12:757$500
5. Ladrilhamento	34	× 16 000	544$000
6. Impermeabilização	273,38	× 10$ 00	2:952$504
7. Forros	337,75	× 25$000	8:443$750
8. Telhado	422,18	× 32$00	13:605$236
9. Portas de calha	99	× 64$300	6:365$700
10. Janellas de calha	85	×105 000	8:925$000
11. Bandeiras	2	× 40,000	80,000
12. Emboço e reboco	2.318	× 3$800	8:808$400
13. Caiação	2.318	× $300	695$400
14. Pintura a oleo	778,85	× 3$00	2:336$550
15. Rodapés	360	× 1$500	540$000
16. Sanitarias	5	× 80 000	400 000
17. Lavabos	10	× 80 000	800$000
18. Chuveiros	5	× 24 000	120,000
19. Deposito para agua	5	×200,000	1:000,000
			99:735$150

Numero 9

Pavilhão para refeitorio

1. Escavação	157,79	× 2$000	1:115$000
2. Alvenaria de pedra	279,65	× 78$000	21:812$700
3. Alvenaria de tijolos	284,43	× 70 000	19:913$600
4. Ladrilhamento	536,19	× 16$000	8:579,040
5. Forros	536,19	× 25$000	13:401$750
6. Telhado	647,04	× 34 000	11:998$360
7. Portas de almofadas	30,40	× 81$100	2:474$560
8. Janellas de almofadas	91,20	× 13 000	12:663$400
9. Bandeiras	23,00	× 40 000	1:120,000
10. Emboço e reboco	2.132,28	× 3$800	8:102$664
11. Caiação ou colla	2.132,23	× $300	639$684
12. Pintura a oleo	1.231	× 3$000	3:693$000
13. Rodapés	243	× 1$500	372$000
14. Abobadilhas	533,19	× 12$800	6:863$232
15. Calhas e conductores	389	× 10 000	3:090$000
16. Azulejos	60	× 50$000	3:000$000
17. Ferro em obra	10,723	× 1 000	10:723$000
18. Fogão para cozinha geral	1	×4:000$000	4:000$000
19. Deposito d'agua	1	× 200 000	200$000
20. Lavabos	9	× 80 000	720$000
21. Lavabo e pia para cozinha	1	× 500,000	500$000
			145:801$570

Numero 10

Pavilhão para observação e isolamento

1. Escavação	40,81	×	2$000	81$620
2. Alvenaria de pedra	53,05	×	73$000	4:137$900
3. Alvenaria de tijolos	71,42	×	70$000	4:999$000
4. Soalhos	75,10	×	42$000	3:154$200
5. Ladrilhamento	16,64	×	16$000	266$240
6. Forros	91,74	×	25$000	2:293$500
7. Impermeabilização	67,56	×	10$800	729$648
8. Telhados	114,67	×	34$000	3:893$780
9. Portas de almofadas	10	×	81$400	814$000
10. Portas de calha	23,60	×	64$300	1:774$630
11. Janellas de almofada	13,30	×	143$000	1:825$490
12. Janellas de calha	13,60	×	105$000	1:423$000
13. Bandeiras	2,80	×	40$000	112$000
14. Emboco e reboco	884,80	×	3$800	3:362$240
15. Caiação	884,80	×	$300	255$440
16. Pintura a oleo	231,29	×	3$000	693$870
17. Rodapés	114	×	1$500	169$500
18. Sanitarias	3	×	250$000	750$000
19. Banheiras	2	×	500$000	1:000$000
20. Lavabo	5	×	80$000	400$000
21. Deposito	1	×	200$000	200$000
22. Caldeira para aquecimento	1	×	1:000$000	1:000$000
				33:366$418

Numero 11

Pharmacia e Laboratorio

1. Excavação	38,82	×	2$000	77$640
2. Alvenaria de pedra	50,46	×	73$000	3:935$880
3. Alvenaria de tijolos	54,10	×	70$000	3:787$000
4. Ladrilhamento	73,90	×	16$000	1:182$400
5. Forros	73,90	×	25$000	1:847$500
6. Telhado	95,79	×	34$000	3:239$360
7. Portas de almofada	12,50	×	81$400	1:017$500
8. Janellas de almofada	19	×	138$000	2:622$000
9. Bandeiras	2,40	×	40$000	96$000
10. Emboco e reboco	442	×	3$800	1:679$600
11. Caiação	442	×	$300	132$600
12. Pintura a oleo	179,85	×	3$000	539$550
13. Rodapés	53	×	1$500	79$500
14. Calhas e conductores	42	×	10$000	420$000
15. Azulejos	23	×	50$000	1:400$000
16. Sanitaria	1	×	250$000	250$000
17. Lavabos	2	×	80$000	160$000
18. Deposito para 1.000 litros	1	×	200$000	200$000
				22:657$030

Numero 12

Lavanderia

1. Excavação	38,42	×	2$000	76$840
2. Alvenaria de pedra	51,86	×	78$000	4:045$030
3. Alvenaria de tijolos	53,00	×	70$000	4:050$000
4. Ladrilhamento	89,00	×	16$000	1:424$000
5. Telhado	111,25	×	32$700	3:637$875
6. Portas de calha	21,50	×	64$300	1:382$450
7. Janellas de calha	21,10	×	105$000	2:215$500
8. Emboco e reboco	464	×	3$800	1:763$200
9. Caiação	464	×	$300	139$200
10. Pintura a oleo	203,20	×	3$000	609$600
11. Rodapés	26	×	1$500	39$000
				19:392$745
12. Lavanderia para 300 pessôas				4:000$000
				23:392$745

Numero 13

Cinco habitações para empregados

1. Escavação	70,40	×	2$000	140$800
2. Alvenaria de pedra	95,00	×	78$000	7:410$000
3. Alvenaria de tijolos	170,80	×	70$000	12:536$000
4. Soalhos	175,50	×	42$000	7:371$000
5. Ladrilhamento	52,50	×	29$900	840$000
6. Impermeabilisação	142,75	×	10$800	1:541$700
7. Telhado	253,50	×	32$700	8:289$450
8. Forros	210	×	25$000	5:250$000
9. Portas de calha	80,50	×	64$300	5:176$150
10. Janellas de calha	51	×	105$000	5:355$000
11. Bandeiras	2	×	40$000	80$000
12. Emboco e reboco	1.672	×	3$800	6:353$600
13. Caiação	1.672	×	$300	501$600
14. Pintura a oleo	537	×	3$000	1:611$000
15. Rodapés	60	×	1$500	90 000
16. Sanitarias	5	×	80$000	100 000
17. Lavabos	5	×	80$000	200 000
18. Chuveiros	5	×	24$000	120 000
19. Fogões	5	×	50$000	250 000
20. Depositos para 750 litros	5	×	80$000	400$000
				64:166$300

Numero 14

Habitação para o medico

1. Escavação	62,50	×	2$000	125 010
2. Alvenaria de pedra	81,27	×	73$000	5:339$030
3. Alvenaria de tijolos	84,79	×	70$000	5:935$300
4. Soalhos	102,60	×	42$000	4:309$200
5. Ladrilhamento	24,50	×	16$000	392$000
6. Impermeabilisação	93,34	×	10$800	1:008$072
7. Forros	193,70	×	25$000	4:967$500
8. Telhado	253,20	×	34$000	8:778$800
9. Portas do almofada	37,50	×	81$400	3:052$500
10. Janellas de almofada	32,30	×	138$000	4:457$400
11. Bandeiras	12,80	×	40$000	512$000
12. Emboco e reboco	832,50	×	3$800	3:353$500
13. Caiação	832,50	×	$300	264$750
14. Pintura a oleo	457,65	×	3$000	1:372$950
15. Rodapés	164	×	1$500	246$000
16. Calhas e conductores	126,5	×	10$000	1:265$000
17. Abobadilhas	24,50	×	12$800	313$600
18. Ferro em obra	89	×	1$000	89$000
19. Azulejos	40,20	×	50$000	2:010$000
20. Sanitarias	1	×	250$000	250$000
21. Lavabos	2	×	80$000	160$000
22. Banheiros	1	×	500$000	500 000
23. Fogão Walling n. 2	1	×	500$000	500$000
24. Deposito para 1.500 litros	1	×	200$000	200$000
25. Deposito com serpentina.	1	×	200$000	200$000
				50:101$672

Detalhe da composição metrica dos preços para o orçamento da construcção de um Leprosario na Fazenda do Motta, Estado de Minas Geraes:

1. Excavação em terra (desmonte):

Jornal do feitor, 0,03, 12$000	360
Jornal do trabalhador, 0,05, 6$000	300
Carga	840
	1.500
Ferramentas, 5 %	87
	1.587
Eventuaes	153
	1.745
Administrabão	174
	1.919

Sejam 2$000.

2. Excavação em terra, para abertura de cavas de fundação:

Preço de terra em córte	1.900
Bonificação 5 %	095
	1.995

Sejam 2$000.

3. Alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia, 1:3:

Pedra 1m3	30.000
Pedreiro, 1 dia	15.000
Servente, 6 horas	4.500
Argamassa, 0,m320	11.840
Ferramenta, 5 %	3.060
	64.400
Eventuaes 10 %	6.440
	70.840
Administração	7.034
	77.924

Sejam 78$000.

Argamassa de 1 de cal por 3 de areia:

Cal 0,333, 70$000	23.310
Areia, 1.000, 6$000	6.000
Servente, 1 dia	6.000
	35.310
Ferramenta, 5 %	1.660
	36.970

Sejam 37$000.

4. Alvenaria de pedra com argamassa de 1 de cimento por 3 de areia:

Pedra 1m	30.000
Argamassa 0,320	54.160
Pedreiro, 1 dia	15.000
Servente, 6 horas	4.500
	103.650
Ferramenta 5 %	975
	104.635
Eventuaes 10 %	10.463
	115.098
Administração, 10 %	11.509
	126.607

Sejam 126$000.

Argamassa de 1 de cimento por 3 de areia:

Cimento 1/3m3	150.000
Areia, 882,1	5.700
Servente, 1 dia	6.000
	161.200
Ferramenta 5 %	8.060
	169.260

Sejam 169$000.

5. Alvenaria de pedra secca:

Pedra, 1m3	30.000
Pedreiro, 1 dia	15.000
Servente	4.500
	49.500
Ferramenta	2.475
	51.975
Eventuaes	5.197
	57.172
Administração 10 %	5.717
	62.889

Sejam 62$000.

6. Alvenaria de tijolo e argamassa de cal e areia a 1:3:

Tijolos (430)	27.000
Argamassa, 0.250	9.250
Pedreiro, 1 dia	15.000
Servente, 6 horas	4.500
	55.750
Ferramenta 5 %	975
	56.725
Eventuaes 10 %	5.672
	62.397
Administração 10 %	6.239
	68.636

Sejam 68$600.

Elevação media	1.400

Sejam 70$000.

7. Idem com argamassa de cimento:

Tijolos	27.000
Argamassa, 0,250	42.315
Pedreiro, 1 dia	15.000
Servente, 6 horas	4.500
	88.815
Ferramenta 5 %	975
	89.790
Eventuaes 10 %	8.979
	93.769
Administração 10 %	9.876
	103.645
Elevação media	1.400
	110.045

Sejam 110$000.

8. Abobadilha de tijolos communs assentados de vara, com argamassa de cal e areia, 1/3, excluido o vigamento metallico:

Tijolos, 36$000	2.160
Argamassa, 0,012	.444
Pedreiro 1 h 5	2.812
Servente	1.125
Ferramenta,	196
	6.737
Eventuaes 10 %	673
	7.410
Administração	741
	8.151
Cimbre e escoramento	4.649
	12.800

Sejam 12$800.

9. Idem com argamassa de cimento	15.000

10. Reboco e embôco:

Argamassa, 0,031	1.147
Pedreiro, 3/4 hora	1.407
Servente, 3/4 hora	561
Ferramenta, 5 %	093
	3.213
Eventuaes, 10 %	321
	3.534
Administração	353
	3.887

Sejam 3$800

11. Chapa de concreto em pavimento terreo, 1/3/8:

Pedra britada, 9,950	40.850
Areia, 0,475	2.850
Cimento, 145 k	40.000
Servente, 8 horas	6.000
	89.700
Eventuaes	8.970
	9 .670
Administração	9.867
	103.537

Sejam 10$800 por metro quadrado.

12. Telhado completo, comprehendendo engradamento e cobertura de telhas curvas embocadas em duas aguas:

Thesoura de 6 metros de vão

Carpinteiro, 3, 3 dias	49.500
Servente, 1, 65	9.900
Pau para linha 6 m ×4	24.000
Madeira para pendural	36.000
Mãos francezas	9.000
Pregos, 16	1.000
Suspensorios de ferro	6.000
2 braçadeiras	12.000
	147.400
Por metro quadrado projectado de telhado	6.100

Frechaes:

Madeira	4.050
Carpinteiro, 1, 5	2.812
Servente, 1	875
Prego	250
	7.987
Por metro quadrado	2.662

Encaibramento e ripamento por metro 2:

Carpinteiro	1.875
Servente	350
Caibro	2.400
Ripas	480
Pregos, 900 grammas	2.200
	7.305

Cobertura de telhas:

Telhas, 21	4.200
Cal, 0 02, 70	1.400
Areia, 0,02	120
Pedreiro	3.750
Servente, 2	1.500
	10.970
Resumo por m2, de telhado:	
Thesouras	6.100
Frechaes	2.662
Encaibramento e ripa	7.305
Cobertura	10.970
	27.037
Eventuaes	2.700
	29.737
Administração	2.973
	32.710

Sejam 32.700.

13. Idem em quatro aguas 34.000
14. Ladrilhamento com ladrilhos hydraulicos de duas côres, assentados com argamassa de cimento e areia sobre piso préviamente preparado e já orçado:

Ladrilhos, 25	10.000
Argamassa	3.000
Mão de obra	3.000
	16.000

Sejam 16$000.

15. Azulejos brancos assentes em barras até 2ms de altura com rodapé, etc.:

1m² de azulejo	40.000
Argamassa	3.300
Pedreiro, 3h	5.625
Servente, 2h	1.500
	50.425

Sejam 50$000.

16. Forros de pinho do Paraná, friso de 0,03, incluida aba, cimalha, etc.:

1.1 m² de ferro	8.250
2.2 de caibro	2.200
Carpinteiro, 3 horas	5.625
Servente, 3 horas	4.500
Pontas de Paris, 70 grs	280
	20.855
Eventuaes 10 %	2.035
	22.940
Administração 10 %	2.294
	25.234

Sejam 25$000.

17. Soalho de friso de madeira de lei de 0.10, incluido barrotamento sobre madeira de lei:

Taboas, 1m²	14.000
Coucoeiras, 2m	4.000
Carpinteiro, 6 horas	11.250
Servente, 5 horas	3.750
Prego, 1/2 kilo	2.000
	35.000
Eventuaes 10 %	3.500
	38.500
Administração	3.850
	42.359

Sejam 42$000.

18. Idem entabeirado mais 2$000.
19. Portas nas condições do edital:

Metro quadrado de esquadria	50.000
Influencia do marco ou caixão	15.000
Influencia da ferragem	3.000
Influencia de transporte	3.000
Influencia de assentamento	3.000
	74.000
Administração	7.400
	81.400

20. Idem de calha:

Metro quadrado de esquadria de calha	35.000
Influencia do caixão ou marco	15.000
Influencia do assentamento	2.500
Influencia do transporte	3.000
Influencia da ferramenta	3.000
	58.500
Administração 10 %	5.850
	64.359

Sejam 64$300.

21. Bandeira de 1 × 0,40 na fórma do edital 40.000
22. Janellas na fórma do edital:
Por metro quadrado:

Metro quadrado de caixilho (Bello Horizonte), incluido vidro	50.000
Idem de almofada	50.000
Influencia do marco	16.000
Influencia da ferragem	3.000
Influencia do transporte	3.000
Influencia do assentamento	4.000
	126.000
Administração	12.600
	138.600

Sejam 138$000.

23. Idem, de calha:

Metro quadrado de caixilho (Bello Horizonte)	50.000
Metro quadrado de postigo simples	30.000
Influencia do marco	16.000
Influencia da ferragem	3.000
Influencia do transporte	3.000
Influencia do assentamento	3.000
	105.000

24. Pintura:
A oleo, tres demãos em superficies préviamente emmassadas, etc.:
Metro quadrado 3.000
25. Idem, nas condições do edital, a gesso e colla, tres demãos:
Metro quadrado 300
26. Caiação, nas condições do edital:
Metro quadrado 300
27. Installação completa de sanitarias de louça branca, nas condições do edital:
Uma 250.000
28. Idem, vasos inglezes, na fórma do numero correspondente do edital de concurrencia:
Uma 80.000
29. Installação completa de banheiro, etc., nas condições do edital:
Uma 500.000
30. Idem, de chuveiro, com crivo de folha de cobre completa 24.000
31. Installação de fogão, typo «Progresso», etc 50.000
32. Idem, de fogão, typo cosinha geral para 250 pessoas 4.000.000
33. Deposito de agua quente para 1.000 litros, nas condições do edital 200.000
34. Idem, nas condições do n. 34 do edital 200.000
35. Idem para 750 litros 80.000
36. Lavabulos de ferro esmaltado, tamanho médio, com torneiras, syphões, etc 80.000
37. Tanques para lavandaria das habitações isoladas, em tijolo com argamassa de cimento 50.000
38. Rodapé de cimento, nas condições do edital 1.500
39. Emboco e reboco de nata, perfeitamente liso:
Por metro quadrado:

Emboco e reboco commum	3.800
Influencia do alisamento a nata	1.500
	5.300

40. Cimentação do pavimento, escadas, soleiras, etc.:
Por metro quadrado:

Chapa de argamassa 0.033	5.577
Pedreiro, 1/10 dia	1.500
Servente, 1/2 dia	600
Ferramenta	22
Pulv. do cimento e alisamento	2.000
	9.699
Eventuaes	969
	10.663
Administração 10 %	1.066
	11.734

Sejam 11$700.

41. Meio fio collocado para passeio, um metro..... 25.000
42. Canalização para aguas pluviaes em manilhas de grés ceramico, assentes:
Diametro 0.070, metro linear..... 4.000
Diametro 0.07, metro linear..... 5.000
Diametro 0.15, metro linear..... 6.000
43. Canalização em tubos de ferro galvanizado;
Diametro 1/2 pollegada a 1-1/4, o kilo..... 2.500
Diametro 1-1/4 a 4, kilo..... 2.400
Curvas, luvas, etc., o kilo..... 2.500
44. Canalização em tubo de chumbo:
Diametro 1/2 pollegada..... 6.000
Diametro 1-1/4..... 12.400
45. Vidros communs assentes:
Pollegada quadrada..... 15
Idem despolidos de mosaesme..... 25
46. Columnas de ferro galvanizado 1-1/2 pollegadas com consolos, assentes:
Até 4 metros de altura..... 56.000
47. Ferro em obra T T ou vergalhões comprehendendo corte, etc., kilo..... 1.000
48. Cerca de arame em moirões, 5 fios..... 1.200
49. Calha e conductores:
Um metro corrente de calha ou conductor..... 10.000
50. Excavação em schisto..... 7.000
Excavação em rocha..... 13.000
51. Transporte por metro cubico;
Decametro materiaes acima excavados..... 60
52. Pintura a oleo nalte, metro quadrado..... 10.000
53. Roçado em capoeira, por metro quadrado:
Jornal do operario 0,0025..... 15
Administração..... 1.5
16.5

Sejam 16 réis.

54. Roçado em capoeira de machado:
Jornal, 0,005..... 30
Administração..... 03
33

55. Roçado em matta virgem:
Jornal, 0.01..... 60
Administração..... 06
66

56. Destocamento:
Jornal 0.22..... 1.320
Administração..... 132
1.452

Sejam 1$400.

Proposta que faz a firma Linhares, Britto & Comp., com escriptorio de construcções á rua Curityba n. 902, e officinas de serraria, carpintaria e marcenaria, nesta Capital, ao Departamento Nacional de Saude Publica, para a construcção de um leprosario nas proximidades de Bello Horizonte, na fazenda de Motta, Estado de Minas Geraes, de accôrdo com o edital de concorrencia publicado no *Minas Geraes*, de 20 de dezembro de 1925, obdecendo em tudo o referido edital, e fazendo parte desta proposta as seguintes construcções:

1. Pavilhão da administração.
2. Enfermaria geral para homens.
3. Enfermaria geral para mulheres.
4. Duas habitações collectiva para indigentes.
5. Habitação collectivas para mulheres.
6. Cinco habitações para casados.
7. Cinco habitações para solteiros.
8. Refeitorio (parte).
9. Pavilhão para observação.
10. Pavilhão para pharmacia.
11. Lavanderia.
12. Cinco habitações para empregados.
13. Habitação para medico.

Orçamentos synopticos dos differentes trabalhos que constam desta proposta, obdecendo á ordem do edital:

Trabalhos preparatorios

1. Escavação em desmonte, em terra franca, 8.837 metros cubicos. 15:006$600
2. Sargetas calçadas em alvenaria secca, pedras irregulares sobre areia, sendo 3.420 metros quadrados..... 18:468$000
3. Cerca de arame farpado, 5 fios, moirões de candeia de 2m,5 em 2m,5, 3.420m,0..... 6:771$600
4. Cancellas em 1,50×1,0, uma folha de 0,03 de espessura e reguas de 0,05×0,015 com ferragens, 27..... 1:215$000
5. Cancellas em duas folhas 2,50×1,50 com ferragens, quadro de 0,03 de espessura e reguas de 0,05×0,015,6..... 643$000 43:009$200

(Quarenta e tres contos nove mil e duzentos réis).

Eventuaes sobre esta importancia..... 4:300$920

Total..... 47:310$120

(Quarenta e sete contos trezentos e dez mil cento e vinte réis).

Pavilhão da administração

1. Escavações, 89 metros cubicos e 160 millimetros..... 160$388
2. Alicerces e embasamentos, 121 metros cubicos e 470 millimetros..... 7:652$610
3. Paredes atijoladas, 150m,360.... 8:119$440
4. Soalhos, 129 metros quadrados e 36 centimetros..... 4:074$840
5. Ladrilhamento, 100,93..... 1:635$036
6. Impermeabilização do solo, 117m,00..... 1.000$350
7. Ferros, 229m,38..... 4:137$840
8. Telhado completo, 229m,00..... 8:073$000
9. Portas almofadas, 13,32 metros quadrados e 50 centimetros.. 2:017$500
10. Janellas almofadas, 31,53m,90... 5:331$100
11. Bandeiras, 44,17m,60..... 633$600
12. Vidros collocados, 109,m06..... 1:472$310
13. Reboco e emboço, 919 metros quadrados e 34 centimetros.. 4:137$030
14. Pintura a cal ou colla, 919,m34... 661$924
15. Pintura a oleo, tres demãos, 625m22..... 2:524$041
16. Rodapés cimento, 197m,60..... 266$760
17. Abobadilhas, 5 metros quadrados 57$600
18. Calhas e conductores, 159m,0.... 1:451$000 53:916$399

Installações:

1. Sanitarias installadas, duas..... 450$000
2. Lavabos installados, dous..... 252$000
3. Banheiros, um..... 540.000
4. Ferro em obra, 30 kilos..... 40$500
5. Deposito para 1.000 (mil) litros, (folhas de ferro n.º 18), um... 221$400
6. Canalisação em ferro galvanisado e chumbo..... 167$400
7. Escada de peroba, degráos de 1m,10, guarda-corpos torneados, uma..... 2:250$000 3:921$300

57:837$699

(Cincoenta e sete contos, oitocentos e trinta e sete mil seiscentos e noventa e nove réis).

Eventuaes sobre esta importancia..... 5:795$210

Total..... 63:632$909

(Sessenta e tres contos, seiscentos e trinta e dous mil e novecentos e nove réis).

Enfermaria geral para homens

1. Escavações, 145 metros cubicos e 270 millimeitros..... 261$436
2. Alicerces e embasamentos, 166m,110..... 10:464$930
3. Paredes de tijolos, 258m,620..... 13:965$480
4. Soalhos, 564 metros quadrados e 15 centimetros..... 11:470$725
5. Ladrilhamento, 123 metros e 10 centimetros..... 2:034$505
6. Ferros, 437m,45..... 3:774$100
7. Impermeabilização do solo, 327m,92..... 2:803$716
8. Telhado (4 aguas), 633m63..... 17:109$460
9. Portas almofadas, 45,112 metros quadrados e 60 centimetros.. 7:033$600
10. Janellas almofadas, 76,144m,40... 14:295$600
11. Bandeiras, 45,18 metros quadrados..... 643$000

12. Vidros assentes, 227 metros e 520 millimetros ..... 3:071$520
13. Reboco e emboço, 1.938m2 e 44 centimetros ..... 5:233$788
14. Pintura a cal ou colla, 1.938m2 e 44 centimetros ..... 1:395$676
15. Pintura a tres demãos, 1.306m2 e 45 centimetros ..... 5:291$122
16. Rodapés e cimento, 318 metros... 429$300
17. Calhas e conductores, 257 metros 2:313$000 105:705$809

(Cento e seis contos, setecentos e cinco mil e oitocentos e nove réis.

Installações :

1. Sanitarias assentes, 5..... 1:125$600
2. Lavabos, 13..... 2:574$090
3. Banheiros, 3..... 1:620$000
4. Azulejos em paredes, 131 metros quadrados ..... 5:890$415
5. Ferro em obras, 2.462 kilos..... 2:215$800
6. Escadas de cimento, 5..... 450$000
7. Deposito para 1.000 (mil) litros.. 386$100
8. Canalisações..... 162$000
9. Abobadilhas, 123 metros quadrados e 10 centimetros..... 1:418$112
10. Janellão fixo com caixilhos metallicos, vidros despolidos, um. 787$500 16:629$527

123:335$336

(Cento e vinte e tres contos, trezentos e trinta e cinco mil trezentos e trinta e seis réis).

Eventuaes e beneficios sobre esta importancia.. 12:334$632

Total..... 135:670$018

(Cento e trinta e cinco contos, seiscentos e setenta mil e dezoito réis).

Enfermaria geral para mulheres

1. Escavações, 131 metros cubicos e 350 millimetros..... 236$130
2. Alicerces e embasamento, 176m,500, 11:119$500
3. Tijolos paredes, 222ms., 760 millimetros..... 12:023$040
4. Soalhos, 322m2 e 35 centimetros.. 10:154$025
5. Ladrilhamento, 123 metros e 10 centimetros..... 1:394$220
6. Ferros, 445m,45..... 8:018$100
7. Telhado, 570m,32..... 15:393$840
8. Portas de almofadas, 45 112 metros quadrados e 50 centimetros..... 7:037$500
9. Janellas de almofadas, 70,133ms... 13:167$000
10. Bandeiras, 15m,20..... 547$200
11. Vidros (pollegadas quadradas), 201,420..... 2:719$170
12. Emboço e reboco, 1.835m,20..... 4:955$040
13. Caiação ou colla, 1.835,70 centimetros..... 1:321$344
14. Pintura a oleo, 718 metros e 51 centimetros ..... 2:903$965
15. Rodapés, 305 metros..... 413$100
16. Impermeabilização, 290m,12..... 2:481$116 94:551$700

(Noventa e quatro contos, quinhentos e cincoenta e um mil e setecentos réis).

Installações :

1. Sanitarias, 4..... 900$000
2. Banheiros, 3..... 1:620$000
3. Lavabos, 7..... 1:336$000
4. Abobadilhas, 123m2 e 10 centimetros..... 1:418$112
5. Azulejos, 130m,10..... 5:854$500
6. Calhas e conductores, 245m,20... 2:206$800
7. Deposito para 1.000 (mil) litros, 4 1:323$400
8. Ferro em obra, 2.162 kilos..... 2:215$800
9. Janellão fixo metallico vidro despolido..... 787$500 17:717$112

112:268$812

(Cento e doze contos e duzentos sessenta e oito mil e oitocentos e doze réis).

Eventuaes e beneficios sobre esta importancia, 11:226$333

(Onze contos e duzentos e vinte e seis mil oitocentos e trinta e tres réis).

Total..... 123:495$645

(Cento e vinte e tres contos quatrocentos e noventa e cinco mil e seiscentos e quarenta e cinco réis).

Duas habitações para indigentes

1. Escavações, 66m3,500..... 119$700
2. Alvenarias, 89,70..... 5:651$100
3. Alvenarias de tijolos, 117.000... 6:318$000
4. Soalhos, 246m2..... 7:560$000
5. Ladrilhamento, 48 metros..... 777$600
6. Impermeabelização do solo, 216 metros..... 1:846$800
7. Ferros, 233 ms..... 5:184$000
8. Telhado, 360 metros..... 9:720$000
9. Portas de calh , 12,27,60..... 2:241$400
10. Janellas de calha 58,98,60 (noventa e oito metros e sessenta centimetros) ..... 7:039$200
11. Bandeiras, 7.280,00m..... 1:003$600
12. Vidros assentes, 164,160m..... 2:217$100
13. Emboço e reboco, 648 metros.... 1:846$800
14. Caiação ou colla, 648 metros.... 466$600
15. Pintura a oleo, 650 metros..... 2:632$500
16. Rodapés, 76 metros..... 102$600 54:792$000

(Cincoenta e quatro contos e setecentos e noventá e dous mil réis)

Installações :

1. Sanitarias, 4..... 900$000
2. Chuveiros, 4..... 180$000
3. Lavabos, 8..... 1:534$000
4. Deposito para 1.000 (mil) litros e duas ligações..... 920$250 3:584$250

(Tres contos e quinhentos e oitenta e quatro mil e duzentos e cincoenta réis).

58:376$250

(Cincoenta e oito contos e trezentos e setenta e seis mil e duzentos e cincoenta réis).

Eventuaes e beneficios sobre esta importancia.. 5:837$463

Total..... 64:213$713

(Sessenta e quatro contos e duzentos e treze mil e setecentos e treze réis),

Habitação collectiva para mulheres

1. Excavações, 273m3,86..... 502$000
2. Alicerce e embasamento, 273m3,86 21:303$030
3. Alvenaria de tijolos, com 436,20 (quatrocentos e trinta e seis metros e vinte centimetros).. 23:554$300
4. Soalhos, 618m2..... 19:467$000
5. Impermeabilização do solo, 100 ms 4:243$000
6. Ferros, 778,50 m..... 14:013$000
7. Telhado, 1.012..... 27:324$000
8. Portas de almofada, 17,42,50 cs.. 2:676$500
9. Portas de calha, 22,69,23..... 3:364$580
10. Janellas de almofadas, 40, com 76,00 metros..... 7:524$000
11. Janellas de calha, 18, 24m,48..... 1:762$560
12. Bandeiras, 57, 22m,80..... 820$200
13. Vidros, 159, 840 m..... 2:157$840
14. Emboço e reboco, 4.312, quatro mil e trezentos e doze metros 11:642$400
15. Pintura a cal, 4.312 metros..... 3:149$640
16. Pintura a oleo, 1.471,25 m..... 5:918$040
17. Rodapés e cimento, 490 metros.... 651$500
18. Calhas e conductores, 282 metros 2:538$000
19. Ferro em obra, 1.720 kilos..... 1:548$000
20. Abobadilhas, 86..... 990$000 155:171$030

(Cento e cincoenta e cinco contos, cento e setenta e um mil e noventa réis),

Installações :

1. Sanitarias, 10..... 2:250$000
2. Banheiros, 6..... 3:240$000
3. Lavabos, 12..... 2:376$000
4. Chuveiros..... 1:890$030
5. Depositos para 1.000 (mil) litros,2 1:506$600 11:262$630

(Onze contos e duzentos e sessenta e dous mil e seiscentos réis).

Somma ..... 166:433$690

(Cento e sessenta e seis contos e quatrocentos e trinta e tres mil e seiscentos e noventa réis).

Eventuaes e beneficios sobre esta importancia.. 16:463$520

Total..... 182:897$210

(Cento e oitenta e dous contos e oitocentos e noventa e sete mil e duzentos e dez réis).

Cinco habitações para indigentes casados

1. Excavações, 137m3,65	247$070	
2. Alicerces de pedra, 189m3,09	11:912$670	
3. Alicerces de tijolos, 282m3.95	15:279$300	
4. Soalhos, 236,25m2 (duzentos e sessenta e seis metros e vinte e cinco centimetros quadrados).	8:887$035	
5. Impermeabilização de solo, 239,63 metros	2:048$350	
6. Ladrilhamento, 99,55m2	1:612$710	
7. Ferros, 366,75 m	6:601$500	
8. Telhado (duas aguas), 384,93 m.	9:354$000	
9. Portas de calha, 20,161 m.	7:779$600	
10. Janellas de calha, 30,85 m2.	6:120$000	
11. Bandeiras, 20,8m2	288$000	
12. Vidros, 69,120	930$420	
13. Reboco e emboço 2.907	7:848$900	
14. Pintura a cal, 2.907	2:146$700	
15. Pintura a oleo, 974,25	3:945$703	
16. Rodapés, 490	661$500	85:163$683

(Oitenta e cinco contos cento e sessenta e tres mil seiscentos e oitenta e tres réis).

Installações:

1. Sanitarias, 10	1:350$000	
2. Lavabos, 10	2:160$000	
3. Cuteiros, 10	450$000	
4. Fogões typo «Progresso» 4 A, 10	1:170$000	
5. Depositos para 1.000 (mil) litros, 5	1:388$250	
6. Tanques para lavanderia em cimento, 10	1:035$000	7:553$250

Sete contos quinhentos e cincoenta e tres mil duzentos e cincoenta réis).

Somma	92:716$933
(Noventa e dous contos setecentos e dezeseis mil novecentos e tres réis).	
Eventuaes e beneficios sobre esta importancia..	9:267$480
(Nove contos duzentos e sessenta e sete mil quatrocentos e oitenta réis).	
Total	101:984$413

(Cento e um contos novecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e tresc réis).

Cinco habitações para indigentes solteiros

1. Escavações, 126.75	228$150	
2. Alvenaria de pedra, 164,77	10:380$510	
3. Alvenaria de tijolos, 258,65	13:967$100	
4. Soalhos, 303,75	9:568$030	
5. Ladrilhamento, 34	615$600	
6. Impermeabilização do solo 273,38	2:337$300	
7. Ferros, 337,75	6:079$500	
8. Telhado (duas aguas), 422,10	10:253$900	
9. Portas de calha com ferragens, 30, 99	4:811$400	
10. Janellas, 50,85	6:120$000	
11. Bandeiras, 5.2	72$000	
12. Vidros, 103,446	1:041$600	
13. Emboço e reboco, 2.318	6:258$600	
14. Pintura a cal, 2.318	1:668$960	
15. Pintura a oléo, 778,85	3:154$320	
16. Rodapés, 360	486$000	77:643$020

(Setenta e sete contos seiscentos e quarenta e oito mil e vinte réis).

Instalações:

1. Sanitarias, 5	675$000	
2. Lavabos, 10	1:980$000	
3. Chuveiros, 5	225$000	
4. Deposito para 1.000 (mil) litros, 5	1:388$230	4:268$250

(Quatro contos duzentos e sessenta e oito mil duzentos e cincoenta réis).

Eventuaes e beneficio sobre esta importancia...	8:203$645
(Oito contos duzentos e nove mil seiscentos e quarenta e cinco réis).	
Total	90:125$915

(Noventa contos cento e vinte e cinco mil novecentos e quinze réis).

Pavilhão para refeitorio

1. Escavação, 159,79	287$620	
2. Alvenaria de pedra, 279,65	17:600$000	
3. Alvenaria de tijolos 284,48	15:362$000	
4. Ladrilhamento, 536,19	8:686$260	
5. Ferros, 536,19	9:350$000	
6. Telhado (quatro aguas), 647,04	17:470$000	
7. Portas de almofadas, 16.30m2,40.	1:915$200	
8. Janellas de almofadas, 51, 91, 80	9:882$000	
9. Bandeiras, 70, 23,00ms	1:003$000	
10. Vidros, 155,520	2:099$520	
11. Emboço e reboco, 1.132,28	5:757$100	
12. Pintura a cal, 2.132.23	1:539$000	
13. Pintura a oleo, 1.251,00	4:885$550	
14. Rodapés, 243	334$800	
15. Abobadilhas, 536,19	6:176$907	
16. Calhas e conductores, 389	3:501$000	
17. Azulejos, 60,00	2:700$000	
18. Ferro em obra, 10.723,8 kl	9:651$420	118:506$397

(Cento e dezoito contos quinhentos e seis mil tresentos e noventa e sete réis).

Installações:

1. Fogão para cosinha geral, para 250 refeições, um	4:500$000	
2. Deposito para 1.000 (mil) litros, um	332$100	
3. Lavabos, 9	1:782$000	
4. Lavabo e pia para cozinha, um.	1:035$000	7:649$100

(Sete contos seiscentos e quarenta e nove mil e cem réis).

Somma	126:155$497
(Cento e vinte e seis contos cento e cincoenta e cinco mil quatrocentos e noventa e sete réis).	
Evèntuaes e beneficios sobre esta importancia..	12:627$544
(Doze contos seiscentos e vinte e sete mil quinhentos e quarenta e quatro réis)	
Total	138:783$041

(Cento e trinta e oito contos setecentos e oitenta e tres mil e quarenta e um réis).

Pavilhão para observação e isolamento

1. Escavações, 40,81	73$460	
2. Alvenaria de pedra, 53.05	3:340$150	
3. Alvenaria de tijolos, 71,42	3:856$680	
4. Soalhos, 75,10	2:365$650	
5. Ladrilhamento, 16,64	269$500	
6. Ferros, 91,74	1:651$490	
7. Impermeabilização do solo 57,76	577$700	
8. Telhado. (4 aguas), 114,67	3:036$000	
9. Portas de almofadas, 10.00	630$000	
10. Portas de calhas. 12, 27.60	1.341$000	
11. Janellas de almofada, 7, 13,30	1:317$000	
12. Janellas de calha, 8, 13,60	980$000	
13. Bandeiras, 7. 2,80	105$000	
14. Vidros assentes, 38.00	495$000	
15. Emboço e reboco, 334,80	2:383$600	
16. Pintura a cal, 884,80	637$060	
17. Pintura a oleo, 231,29	936$000	
18. Rodapés, 113	152$100	24:210$060

(Vinte e quatro contos duzentos e dez mil e sesenta réis).

Installações

1. Sanitarias, 3	675$000	
2. Banheiros, 2	1:030$000	
3. Lavabos, 5	1:030$000	
4. Deposito para 1.000 (mil) litros um	277$965	
5. Caldeira para aquecimento com respectivo deposito para 1.000 (mil) litros, um	1:350$000	4:462$965

(Quatro contos quatrocentos e sessenta e dous mil novecentos e sessenta e cinco réis).

Somma	28:673$025
(Vinte e oito contos seiscentos e setenta e tres e vinte e cinco réis).	

Eventuaes e beneficios sobre esta importancia..... 2:866$500
(Dous contos oitocentos e sessenta e seis mil e quinhentos réis).

Total..... 31:539$525
(Trinta e um contos quinhentos e trinta e nove mil quinhentos e vinte cinco réis).

Pharmacia e Laboratorio

1. Escavações, 33,82.....	69$300	
2. Alvenaria de pedra, 50,46.....	3:178$800	
3. Alvenaria de tijolos, 54,10.....	2:921$400	
4. Ladrilhamento, 73,90.....	1:197$000	
5. Forros, 73,90.....	1:330$200	
6. Telhado (4 aguas), 95,29.....	2:572$900	
7. Portas de almofada, 5, 12,50....	787$500	
8. Janellas de almofada, 10, 19,00..	1:831$000	
9. Bandeiras, 6, 2,40.....	86$400	
10 Vidros assentes, 301,000.....	369$000	
11 Esboço e reboco, 442.....	1:193$400	
12. Pintura a cal, 442.....	493$300	
13. Pintura a oleo, 3 demãos, 179,85	728$400	
14. Rodapés de cimento, 53.....	71$550	
15. Calhas e conductores, 42.....	378$000	
16. Azulejos, 28m2.....	1:260$000	18:523$750
		18:523$750

(Dezoito contos quinhentos e vinte e tres mil setecentos e cincoenta réis).

Installações:

1. Sanitaria, uma....	225$000	
2. Lavabos, dous....	396$000	
3. Deposito para 1.000 (mil) litros, um.....	277$650	898$650

(Oitocentos e noventa e oito mil seiscentos e cincoenta réis).

Somma..... 19:422$400
(Dezenove contos quatrocentos e vinte dous mil e quatrocentos réis).
Eventuaes e beneficios sobre esta importancia..... 1:942$300

Total..... 21:364$700
(Vinte e um contos tresentos e sessenta e sessenta e quatro mil e setecentos réis).

Lavanderia

1. Escavações; 38,42.....	69$150	
2. Alvenaria de pedra, 51,86.....	3:267$180	
3. Alvenaria de tijolos, 53,00.....	3:132$000	
4. Ladrilhamento, 89,00.....	1:441$500	
5. Forros, 89,00.....	1:602$000	
6. Telhado, 111,25.....	3:003$750	
7. Portas de calha, 5, 21, 50.....	1:044$900	
8. Janellas de calha, 13, 21, 10.....	1:519$200	
9. Vidros, pollegadas, 20616.....	400$270	
10. Emboço e reboco, 464.....	1:252$800	
11. Pintura a cal ou colla, 464.....	341$000	
12. Idem a oleo (pintura, tres demãos, 203,20.....	828$000	
13. Rodapés de cimento, 26 metros..	35$000	17:938$000

(Dezesete contos novecentos e trinta e oito mil réis).

Installação:

Installação apropriada para lavanderia com capacidade para 300 pessoas, comprehendendo batedeira ou lavadeira, enxugador centrifugo, engommadeira e caldeira para aquecimento dagua com as respectivas ligações e registros..... 22:500$000
(Vinte e dous contos e quinhentos mil réis).

Somma..... 40:438$000
(Quarenta contos quatrocentos e trinta e oito mil réis).
Eventuaes e beneficios sobre esta importancia.. 4:042$000
44:480$000
(Quarenta e quatro contos e quatrocentos e oitenta mil réis).

Cinco habitações para empregados

1. Escavações, 7,40.....	126$000	
2. Alvenaria de pedras, 95,00.....	5:965$000	
3. Alvenaria de tijolos, 179,80.....	9:650$000	
4. Soalhos, 175,50.....	5:861$500	
5. Ladrilhamento, 52, 50.....	850$500	
6. Impermeabilisação do solo, 142,75	1:221$000	
7. Telhado (duas aguas), 253,50....	6:160$100	
8. Ferro, 210 ms.....	3:780$000	
9. Portas de calha, 35, 80 m2. e 50 cs.....	3:913$000	
10. Janellas de calha, 30, 51,00 ms..	3:672$000	
11. Bandeiras, 5, 2,0 ms.....	72$000	
12. Vidros, 63, 12,00.....	919$600	
13. Emboço e reboco, 1,672,0ms.....	4:515$000	
14. Pintura a cal ou colla, 1,672,0ms.	1:200$000	
15. Pintura a oleo, tres demãos, 537.	2:174$850	
16. Rodapés, 60ms.....	81$000	50:181$550

(Cincoenta contos cento e oitenta e um mil quinhentos e cincoenta réis).

Installações:

1. Sanitaria, 5.....	675$000	
2. Lavabos, 5.....	990$000	
3. Chuveiros, 5.....	225$000	
4. Fogões typo 4 A., 5.....	585$000	
5. Depositos para 750 (setecentos e cincoenta) litros, 5.....	742$500	3:217$500

(Tres contos duzentos e dezesete mil e quinhentos réis).

Somma..... 53:399$050
(Cincoenta e tres contos tresentos e noventa e nove mil e cincoenta réis).
Eventuaes e beneficios sobre a importancia acima..... 5:250$600
53:649$650
(Cincoenta e oito contos seiscentos e quarenta e nove mil seiscentos e cincoenta réis).

Habitação para medico

1. Escavação, 62 m3 e 52.....	113$500	
2. Alvenaria de pedra, 81, 21.....	5:120$100	
3. Alvenaria de tijolos, 84,69.....	4:579$000	
4. Soalhos, 102 metros quadrados,60	3:232$000	
5. Ladrilhamento, 24,50.....	395$900	
6. Impermeabilisação do solo, 93,34.	793$100	
7. Ferros, 193,70.....	3:577$000	
8. Telhado (quatro aguas), 258,20..	6:972$000	
9. Portas de almofadas, 17, 32, 30.	3:193$000	
10. Janellas de almofadas, 17, 32, 30.	3:193$000	
11. Bandeiras, 32, 12, 30.....	461$000	
12. Vidros assentes, 590, 40, 4.....	2:596$500	
13. Emboço e reboco, 882, 50.....	2:383$000	
14. Pintura a cal ou colla, 882, 50...	636$000	
15. Pintura a oleo, tres demãos, 457, 65.....	1:854$000	
16. Rodapés, 164.....	224$000	
17. Calhas e conductores, 126,5.....	1:139$000	
18. Abobadilha, 24, 50.....	232$300	
19. Ferro em obra, 89 kilos.....	81$000	
20. Azulejos, 40, 20.....	1:809$000	42:152$400

(Quarenta e dous contos cento e cincoenta e dous mil e quatrocentos réis).

Installações:

1. Sanitaria, uma.....	225$000	
2. Lavabos, dous.....	396$000	
3. Banheiro, um.....	540$000	
4. Fogão Wallig, n. 2, um.....	450$000	
5. Deposito para 1.000 (mil) litros, um.....	225$000	
6. Deposito para 750 litros, com forro n. 18, com serpentina e ligações, dous contos e trinta e seis mil réis.....	200$000	2:035$000
		44:188$400

Quarenta e quatro contos cento e oitenta e oito mil e quatrocentos réis.

Eventuaes e beneficios sobre esta importancia, dous contos oitocentos e sessenta e oito mil novecentos e quarenta e sete réis..... 2:868$947

Total..... 47:057$347

Quarenta e sete contos cincoenta e sete mil tresentos e quarenta e sete réis.

Quantidades totaes de materiaes ou obras a serem feitas.

Metro cubico

1. Excavações para fundações 1.386.500.
2. Alvenaria de pedra 1.885.810.
3. Alvenaria de tijolos 2.459.030.
4. Soalhos 2.579,26.
5. Ladrilhamento 1.481,41.
6. Impermeabilisação do solo 2.324,70.
7. Forros 4.132,71.
8. Telhado (4 aguas) 4.107,45.
9. Telhado (2 aguas) 1.059,61.
9. Portas almofada 390,40.
10. Portas de calha 486,43.
11. Janellas de almofadas postigos 468,70
12. Janellas de calha, 382,18.
13. Bandeiras 161,60.
14. Emboço e reboço 21.355,56.
15. Pintura a cal ou colla 21.355,56.
16. Pintura a oleo 9.362,42.
17. Rodapés de cimento 2.901,6.
18. Calhas e conductores 1.501.
19. Abobadilhas 897,89.
20. Azulejos em paredes 390.00.
21. Ferro em obras 17.486.

Installações

1. Sanitarias de primeira qualidade, trinta.
1. Sanitarias de inferior qualidade, vinte.
2. Banheiros, dezeseis.
3. Chuveiros, vinte e um.
4. Lavabos, oitenta e cinco.
5. Sendo 15 maiores, 83 medios e dous menores (diversos preços).
5. Deposito para 1.000 (mil) litros (de diversos preços), vinte e sete, 27.
6. Escada de peroba, uma
7. Janellões fixos, com caixilhos metallicos, vidros despolidos, dous.
8. Tanques para lavanderia em cimento, dez.
9. Fogões typo «Progresso», 4 A, dez.
10. Fogão para cosinha geral com capacidade para duzentas e cincoenta refeições, um.
12. Lavabos e pias proprias para cosinha, um.
13. Caldeira para aquecimento de agua com o respectivo deposito, para 1.000 (mil) litros, um.
14. Deposito para 750 (setecentos e cincoenta) litros, cinco.
15. Deposito em chapa de ferro galvanisado n. 18, com serpentina e ligações, uma.
16. Installação apropriada para lavanderia, com capacidade para tresentas pessôas, comprehendendo batedeira ou lavadeira, enxugador centrifugo, engommadeira e caldeira para aquecimento d'agua, com respectivas ligações e registros uma.
17. Fogão Wallig, n. 2, dous.

Relação dos preços unitarios

1. Escavações para fundações, mil e oitocentos réis.. 1$800
2. Desmonte em terra, mil e quatrocentos réis..... 1$400
3. Alvenaria de pedra, com argamassa de cal e areia 1×2, sessenta e tres mil réis..... 63$000
4. Alvenaria de tijolos com argamassa de cal e areia, 1:3, cincoenta e quatro mil réis..... 54$000
5. Alvenaria de pedra com argamassa de cimento e areia 1:3, noventa e tres mil e seiscentos réis..... 93$600
6. Alvenaria de pedra secca, quarenta e seis mil réis..... 46$000
7. Alvenaria de tijolos com argamassa de cimento e areia, 1:3, oitenta e um mil réis..... 81$000
9 Abobadilhas de tijolos assentados de vara, com argamassa, 1:2, onze mil e seiscentos réis... 11$600
9. Abobadilhas, com argamassa de cimento e areia, 1:3, trese mil e quinhentos réis..... 13$500
10. Reboco e emboco em paredes, dous mil e setecentos réis..... 2$700
11. Chapa de concreto em pavimento terreo, oito mil quinhentos e cincoenta réis..... 8$550
12. Telhado completo, comprehendendo engradamento e cobertura em duas aguas, vinte e quatro mil e tresentos réis..... 24$300
13. Telhado completo, comprehendendo engradamento e cobertura em quatro aguas, vinte e sete mil réis..... 27$000
14. Ladrilhamento com ladrilhos hydraulicos, de duas côres, com argamassa de cimento e areia, 1:3 sobre pico preparado e orçado, dezesete mil réis..... 17$000
15. Azulejos brancos, assentes em barras de 2 (dous) metros de altura com gregas, rodapés e cimalha, quarenta e cinco mil e quinhentos réis..... 45$500
16. Soalho em frisas de peroba de 0,10, incluindo carcarretos, trinta e um mil e quinhentos réis..... 31$500
17. Soalho em frisos de peroba de 0,10, incluindo barretes, intabeirados, trinta e tres mil e tresentos réis..... 33$300
18. Forro em pinho de Paraná, frisos de 0,03 a 0,10, incluindo abas, cimalhas, gregas e barretes, dezoito mil réis..... 18$000
19. Portas de almofada de jequitibá rosa, de 1×2,50 e 0,03 de espessura, assentes em marcos de peroba de 0,75×07 ou caixão de peroba, de 0,03 de espessura, com ferragens de 1ª qualidade, sessenta e tres mil réis..... 63$000
20. Idem, de calha 1×2,30, quarenta e nove mil réis..... 49$000
21. Bandeira de 10×0.4, com vidros de persiana no terço medio, trinta e seis mil réis..... 36$000
22. Janellas em jequitibá rosa com vidros e persianas, no terço inferior e postigos almofadados embutidos ferragens de 1ª qualidade assente em marcos de peroba ou caixão, 1,0×1,90 (incluindo caixilhos), noventa e nove mil réis..... 99$000
23. Idem, idem de calhas, 1,0×1,70, vinte e oito mil réis..... 28$000
24. Pintura a oleo a 3 demãos em superficie previamente emmassada e fixada, quatro mil e cincoenta réis..... 4$050
25. A gesse e colla 3 demãos, em paredes rebocadas, comprehendendo traço, chapa ou tabella colorida, setecentos e cincoenta réis..... $750
26. Caiação a 3 demãos, quatrocentos e cincoenta réis..... $450
27. Rodapés de cimento, de 0,15 de altura alisado a colher, metro, mil e quatrocentos réis..... 1$400
28. Reboco e emboco com nata perfeitamente liso, metro quadrado, quatro mil e quinhentos réis..... 4$500
29. Cimentação de pavimentos, escadas, soleiras, etc., liso ou trabalhado a ralo, nove mil réis.... 9$000
30. Meios fios collocados em passeios, onze mil réis..... 11$000
31. Vidros communs assentes, um doze réis e meio... $012.1/2
32. Vidros despolidos ou mucelinas, vinte e quatro réis..... $024
33. Columna de ferro galvanisado de 1,1/2 polegadas, com consolos, assentes até 4 metros de altura, cincoenta mil e quatrocentos réis..... 50$400
34. Ferro em obra, duplo TT, mil tresentos e cincoenta réis..... 1$350

Ferro em obra, vergalhão, novecentos e cincoenta réis..... $950

Ferro em obra, chapa, mil e cem réis..... 1$100

36. Roçado em capoeira, quinze réis..... $015
37. Roçado a machado, vinte o oito réis..... $028
38. Roçado em matta virgem, sessenta e cinco réis... $065
39. Destocamento de terreno, mil duzentos e cincoenta réis..... 1$250
40. Escavação em schisto, seis mil e quinhntos réis... 6$500
41. Excavação em moledo, dous mil e quatrocentos réis..... 2$400
42. Excavação em rocha fraca, nove mil réis..... 9$000
43. Excavação em rocha dura, onze mil réis..... 11$000
44. Calhas e conductores, nove mil e quinhentos reis. 9$500
45. Sargetas, calçadas, alvenaria secca, cinco mil e quinhentos réis..... 5$500

Installações:

1. Sanitaria de louça branca, typo Alpha Sany ou New Burne, com caixa, com tampa, ventilador, canalisação de agua e exgotto, duzentos e vinte e cinco mil réis..... 225$000
2. Idem, idem, vasos inglezes de grêz louçados brancos, inteiramente completos, conto e trinta e cinco mil réis..... 135$000

3. Installação completa de banheiro, de cinco e meio pés de ferro esmaltado, com canalisação para agua quente e fria, quinhentos e quarenta mil réis..... 540$000
4. Idem, idem, de chuveiro com crivo em folha de cobre completo, quarenta e cinco mil réis.. 45$000
6. Idem, de fogão t/po «Progresso» 4 A, cento e vinte mil réis..... 120$000
7. Deposito para agua quente para 1.000 (mil) litros, com canalisação e serpentina, tresentos e oitenta e sete mil réis..... 337$000
8. Deposito para agua fria para 1.000 (mil) litros, com canalisação de ferro galvanisado de 1/2 pollegada, assentes, 20m, tresentos e oitenta e sete mil réis..... 387$000
9. Idem, para 750 litros, cento e sessenta e dous mil réis..... 162$000
10. Lavabos de ferro, tamanho medio, com torneiras, syphões, canalisações, duzentos mil réis... 200$000
11. Tanques para lavanderias para as habitações isoladas, em tijolo, com argamassa e chapa de cimento, incluindo canalisações, cento e oito mil réis..... 103$000
12. Canalisações para aguas pluviaes em manilhas de grês ceramica, assentas: diametro 0,07, metro, tres mil e quatrocentos réis..... 3$400
Diametro 0,10, metro, quatro mil e tresentos réis. 4$300
Diametro 0,15, metro, cinco mil duzentos e cincoenta réis..... 5$250
13. Canalisação em tubos de ferro galvanisado:
Diametro 1/2 até 1 1/4, kilo, dous mil quatrocentos e cincoenta réis..... 2$450
Diametro de 1 1/4 até 4, kilo, dous mil tresentos e cincoenta réis..... 2$350
Curvas, juncções, etc., kilo, dous mil quatrocentos e cincoenta réis..... 2$450
15. Cancellas de 1,0×1,5, etc., quarenta e cinco mil réis..... 45$000
16. Cancellas de duas folhas, 2,5×1,5, cento e dez mil réis..... 110$000

Custo total das obras de concurrencia

1. Trabalhos preparatorios.....	47:310$120	
2. Pavilhão da administração....	63:632$909	
3. Enfermaria geral para homens.	135:670$018	
4. Enfermaria geral para mulheres.....	123:495$645	
5. Duas habitações para indigentes.....	64:213$712	
6 Habitação collectiva para mulheres.....	162:897$210	
7. Cinco habitações para indigentes casados.....	161:934$413	
8. Cinco habitações para indigentes solteiros.....	90:125$915	
9. Pavilhão para refeitorio.....	133:783$041	
10. Pavilhão para observação.....	31:539$525	
11. Pharmacia e laboratorio.....	21:364$700	
12. Lavanderia.....	44:400$000	
13. Cinco habitações para empregados.....	58:649$650	
14. Habitação para o medico.....	47:057$347	1.151:204$205

Importa a presente proposta em mil cento e cincoenta e um contos duzentos e quatro mil duzentos e seis réis.

Quanto aos preços de composições de unidades, nos reportamos mais ou menos, as tabellas do livro de «Bases para orçamentos, do professor Benedicto dos Santos».

Se acceita, a nossa proposta, nos sujeitaremos a todas as clausulas do edital, publicado no *Minas Geraes* de 20 de dezembro de 1925, e bem assim, nos comprometteremos a iniciar as obras dentro dos primeiros quinze dias após a assignatura do contracto. e terminal-as vinte mezes depois de iniciadas.

Bello Horizonte, 5 de janeiro de 1926.—*Linhares Bretta. & Comp.*

Luciano Alves Pereira propõe construir o Leprosario Santa Isabel, sujeitando-se ás condições do edital de concurrencia publicado no *Diario Official* de 15 de dezembro de 1925, recebendo pelos serviços em medições mensaes pagamento de accôrdo com os preços dados abaixo e as quantidades determinadas para cada edificio pelos totaes tambem calculados como se segue :

Sujeita-se a todas as condições de concurrencia publica e ao regulamento da Secretaria da Agricultura applicaveis ao caso.

O prazo para inicio das obras será immediatamente após á autorização para inicio e o de conclusão será de 20 mezes da data da approvação do contracto

A) Trabalhos preparatorios :

1. Escavação em desmonte, em terra franca, 8.837 metros cubicos a 1$800, quinze contos novecentos e seis mil e seiscentos réis..... 15:906$600
2. Sargetas calçadas em alvenaria secca, pedras irregulares sobre areia, 3.420 metros a 5$700, dezenove contos quatrocentos e noventa e quatro mil réis..... 19:494$000
3. Cerca de arame farpado, 5 fios, moirões de candeia de 2m,5, em 2m,5, 3.420m, a 2$000, seis contos oitocentos e quarenta mil réis 6:840$000
4. Cancellas de 1,50×1,0, uma folha quadro de 0,03 de espessura e regoas de 0,05×0,015 com ferragens, 27 a 50$000, um conto trezentos e cincoenta mil réis..... 1:350$000
5. Idem, em duas folhas 2,50×1,50 com ferragens, 6 a 120$000, setecentos e vinte mil réis... 720$000

Eventuaes e beneficios,..... 265$636

46:969$236

(Quarenta e seis contos novecentos sessenta e nove mil duzentos e trinta e seis réis).

B) Pavilhão da administração :

1. Escavações, 89 metro, cubicos e 160 diametros a 1$300, cento e sessente mil quatrocentos e oitenta réis..... 160$480
2. Alicerces e embasamentos. 121 metros cubicos e 470 decimetros a 67$200, oito contos cento e sessenta e dous mil setecentos e oitenta e quatro réis..... 8:162$784
3. Paredes atijoladas, 150m,360 a 51$700, sete contos setecentos e setenta e tres mil seiscentos e doze réis..... 7:773$612
4. Soalhos, 129 metros quadrados e 33 decimetros a 3$300, quatro contos trezentos e sete mil seiscentos e oitenta e oito réis..... 4:307$638
5. Ladrilhamento, 100m,93 a 16$500, um conto seiscentos e sessenta e cinco mil trezentos e quarenta e cinco mil réis..... 1:665$345
6. Impermeabilisação do solo, 117m,00 a 9$000, um conto e cincoenta e tres mil réis..... 1:053$999
7. Forros, 229m,88 a 13$900 tres contos cento e noventa e cinco mil trezentos e trinta e dous réis..... 3:195$332
8. Telhado completo 293m,00 a 25$500, sete contos seiscentos e vinte e quatro mil e quinhentos réis..... 7:462$500
9. Portas almofadas, 13,32 metros quadrados e 50 decimetros a 53$400, um conto oitocentos e noventa e oito mil réis..... 1.893$000
10. Janellas almofadas 31 com 53m,90 a 93$700, cinco contos oitocentos e treze mil quatrocentos e trinta réis..... 5:813$430
11. Bandeiras 44 com 11m,60 a 30$000, quinhentos e vinte e oito mil réis..... 528$000
(Quarenta e dous contos cento e oitenta e dous mil cento e setenta e um réis).
12. Vidros collocados 10.900 poll. quad. a $015, um conto seiscentos e trinta e cinco mil réis..... 1:635$000
13. Reboco e emboço, 919 metros quadrados e 34 diametros a 2$500, dous contos duzentos e noventa e oito mil trezentos e cincoenta réis..... 2:298$350
14. Pintura a cal ou colla, 919,34 a $700, seiscentos e quarenta e tres mil quinhentos e trinta e oito réis..... 643$538
15. Pintura a oleo, tres demãos, 623m,22 a 4$400, dous contos setecentos e quarenta e dous mil cento e sessenta e oito réis..... 2:742$168
16. Rodapés, cimentos 197,60 a 1$300, dusentos e cincoenta e seis mil oitocentos e oitenta réis..... 255$880
17. Abobadilhas, 5 metros quadrados a 10$000, cincoenta mil réis..... 50$000
18. Calhas e conductores, 153m,0 a 7$500, um conto cento e noventa e dous mil e quinhentos réis..... 1:192$500

51:001$597

(Cincoenta e um contos e um mil e quinhentos e sete mil réis).

Installações :

1. Sanitarias installadas, duas a 233$000, quatrocentos e sessente e seis mil réis..... 466$000

2. Lavabos installados, dous 40 a 130$000, dusentos e sessenta mil réis,..... 260$000
3. Banheiros, um, quinhentos e cincoenta mil réis 550$000
4. Ferro em obra, 30 kilos a 1$300, trinta e nove mil réis..... 39$000
5. Deposito para mil litros (1.000) folhas de ferro n. 18, um, duscutos e triata mil réis..... 230$000
6. Canalisação em ferro galvanizado e chumbo, cento e oitenta e seis mil réis..... 186$000
7. Escada de peroba, degráos de 1m,10, guarda copos torneados, uma, dous contos de réis 2:030$000
Eventuaes e beneficios 6 % (seis por cento), tres contos dusentos e oitenta e tres mil novecentos e cincoenta e sete réis..... 3:283$950

58:017$457

(Cincoenta e oito contos dezesete mil quatrocentos e cincoenta e sete réis).

D) Enfermaria geral para homens:

1. Escavações, 145 metros cubicos e 270 decimetros a 1$300, dusentos e sessenta e um mil quatrocentos e oitenta e seis réis..... 261$486
2. Alicerces e embasamentos, 116m,110 a 67$200, onze contos cento e sessenta e dous mil quinhentos e noventa e dous réis..... 11:162$592
3. Paredes de tijolos, 258m,620 a 51$700, treze contos trezentos e setenta mil seiscentos réis..... 13:370$654
4. Soalhos, 364 metros quadrados e 15 decimetros a 33$300, doze contos cento e vinte e seis mil cento e noventa e cinco réis..... 12:126$195
5. Ladrilhamento, 123 metros e 10 decimetros a 16$500, dous contos trinta e um mil cento e cincoenta réis..... 2:031$150
6. Forros, 487m,45 a 13$900, seis contos setecentos e setenta e cinco mil quinhentos e cincoenta e cinco réis..... 6:775$536
7. Impermeabilisação do solo, 327m,92 a 9$, dous contos novecentos e cincoenta e um mil duzentos e oitenta réis..... 2:951$280
8. Telhado (4 aguas), 633m,68 a 27$500, dezesete contos quatrocentos e vinte e seis mil e dusentos réis..... 17:426$200
9. Portas almofadas 45 com 112 metros quadrados e 60 decimetros a 58$400, seis contos quinhentos e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta réis,..... 6:572$840
10. Janellas almofadas 76 com 144m,40 a 98$700, quatorze contos dusentos e cincoenta e dous mil dusentos e oitenta réis,..... 14:252$280
11. Bandeiras, 45 com 18 metros quadrados a 30$, quinhentos e quarenta mil réis..... 540$000
12. Vidros assentes, 227 520 poll. quad. a $015, tres contos quatrocentos e doze mil e oitocentos réis..... 3:412$800
13. Reboco e emboço, 1.938 metros quadrados e 44 de cimentos a 2$500, quatro contos oitocentos e quarenta e seis mil e cem réis... 4:846$100
14. Pintura a cal ou colla, 1.938 metros quadrados e 44 decimetros a $700, um conto trezentos e cincoenta e seis mil novecentos e oito réis..... 1:356$903
15. Pintura a tres demãos, 1.306 metros quadrados e 45 decimetros a 4$400, cinco contos setecentos e quarenta e oito trezentos e oitenta réis..... 5:748$380
16. Rodapés em cimento, 313 metros a 1$, trezentos e dezoito mil réis..... 318$000
17. Calhas e conductores, 257 metros a 8$, dous contos cincoenta e seis mil réis..... 2:056$000

Eventuaes 6%.

E installações:

1. Sanitarias assentes, 5 a 233$, um conto cento e sessenta e cinco mil réis..... 1:165$000
2. Lavabos, 13 a 180$, dous contos trezentos e quarenta mil réis..... 2:340$000
3. Banheiros, 3 a 550$, um conto seiscentos e cincoenta mil réis..... 1:650$000
4. Azulejos lisos e brancos em parede, 131 metros quadrados a 40$, cinco contos duzentos e quarenta mil réis..... 5:240$000
5. Ferro obras, 2.462 kilos a 1$, dous contos quatrocentos e sessenta e dous mil réis..... 2:462$000
6. Escadas de cimento, 5 a 90$, quatrocentos e cincoenta mil réis..... 450$000
7. Deposito para 1.000 litros a 350$, trezentos e cincoenta mil réis..... 350$000
8. Canalização, cento e oitenta mil réis..... 180$000
9. Abobadilhas, 123 metros quadrados e 10 decimetros a 10$, um conto duzentos e trinta e um mil réis..... 1:231$000
10. Janellão, fixo com caixilhos metalicos, vidros despolidos, a 500$, quinhentos mil réis..... 500$000
11. Eventuaes e beneficios 6%..... 7:228$765

128:003$185

Enfermaria geral para mulheres:

1. Escavações, 131 metros cubicos e 350 millimetros a 1$800, duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e trinta réis..... 236$430
2. Alicerces e embasamento, 176m,500 a 67$200, onze contos oitocentos e sessenta mil e oitocentos réis..... 11:816$800
3. Tijolos paredes 222 metros e 760 millimetros a 51$700, onze contos quinhentos e deseseis mil seiscentos e noventa e dous réis..... 11:516$692
4. Soalhos, 322 metros quadrados e 35 centimetros a 33$500, doz contos setecentos e trinta e quatro mil duzentos e cincoenta e cinco réis..... 10:734$255
5. Ladrilhamento, 123 metros e 10 centimetros a 16$500, dous contos trinta e um mil e cento e cincoenta réis..... 2:031$150
6. Forros, 445m,45 a 13$900, seis contos cento e noventa e um mil setecentos e cincoenta e cinco réis..... 6:191$755
7. Telhado, 570m,32 a 25$500, quatorze contos quinhentos e quarenta e tres mil cento e sessenta réis..... 14:543$160
8. Portas de almofada, 45 com 112 metros quadrados e 50 centimetros a 58$100, seis contos quinhentos e setenta mil réis..... 6:570$000
9. Janellas de almofada, 70, com 135 metros a 98$700, treze contos e vinte e sete mil e cem réis..... 13:127$100
10. Bandeiras, 38 com 15 metros e 20 centimetros a 30$, quatrocentos e cincoenta e seis mil réis..... 456$000
11. Vidros, pollegadas quadradas, $015, tres contos vinte e um mil e trezentos réis..... 3:021$300
12. Emboço e reboço, 1.835m2, 20 a 2$500, quatro contos quinhentos e oitenta e oito mil réis. 4:588$000
13. Caiação ou colla 1.835m2,20 a $700, um conto duzentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e quarenta réis..... 1:284$640
14. Pintura a oleo, 718 metros e 51 centimetros a 4$400, tres contos cento e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e quatro réis..... 3:161$444
15. Rodapés, 306 metros a 1$300, trezentos e noventa e sete mil e oitocentos réis..... 397$800
16. Impermeabilisação do solo, 290m,12 a 9$000, dous contos seiscentos e onze mil e oitenta réis..... 2:611$080

Installações:

1. Sanitarias, 4, 233$000, novecentos e trinta e dois mil réis..... 932$000
2. Banheiros, 3, 550$000, um conto seiscentos e cincoenta mil réis..... 1:650$000
3. Lavados, 7, 180$000, um conto duzentos e sessenta mil réis..... 1:260$000
4. Abobadilhas, 123 metros quadrados e 10 centimetros a 10$000, um conto duzentos e trinta e um mil réis..... 1:231$000
5. Azulejos, 130m2,10 a 40$000, cinco contos duzentos e quatro mil réis..... 5:204$000
6. Calhas e conductores, 245m,20 a 7$500, um conto oitocentos e trinta e nove mil réis..... 1:839$000
7. Depositos para 1.000 litros, 4 a 350$000, um conto e quatrocentos mil réis..... 1:400$000
8. Ferro em obra, 2.462 kilos a 1$000, dous contos quatrocentos e sessenta e dous mil réis..... 2:462$000
9. Janellão fixo metallico vidro despolido a 500$000 500$000
Eventuaes e beneficios 6 %, seis contos quinhentos e vinte e oito mil quinhentos e setenta e seis réis..... 6:528$576

(Cento e quinze contos trezentos e trinta e oito mil cento e oitenta e dois réis)..... 115:338$182

Duas habitações para indigentes

1. Escavações, 66m³,500 a 1$800, cento e dezenove mil e setecentos réis..... 119$700
2. Alvenarias, 89,70 a 67$200, seis contos vinte e sete mil oitocentos e quarenta réis..... 6:027$840
3. Alvenarias de tijolos, 117.000 a 51$700..... 6:048$900
4. Soalhos, 240m,2 a 33$300, sete contos novecentos e noventa e dous mil réis..... 7:992$000
5. Ladrilhamento, 48 metros a 16$500, oitocentos e e sessenta e quatro mil réis..... 864$000
6. Impermeabilisação do solo, 216 m. a 9$000, um conto novecentos e quarenta e quatro mil réis..... 1:944$000
7. Forros, 283 m. a 15$900, quatro contos e tres mil e duzentos reis..... 4:003$200
8. Telhado, 360 m. a 23$000, oito contos e duzentos e oitenta e nove mil réis..... 8:289$000
9. Portas de calha, 12 com 27,60 m. a 45$000, um conto duzentos e quarenta e dous mil réis.. 1:242$000
10. Janellas de calha, 58 com 98,60 m. a 60$000, cinco contos, novecentos e dezeseis mil réis..... 5:916$000
11. Bandeiras, 70, com 28,00 m, a 30$000, oitocentos e quarenta mil réis..... 840$000
12. Vidros assentes, 164,160 m. a 015 réis, dous contos quatrocentos e sessenta e dous mil e quatrocentos réis..... 2:462$400
13. Emboço e reboço, 648 metros, a 2$500, um conto seiscentos e vinte mil réis..... 1:620$000
14. Caiação ou colla, 648 metros a $700, quatrocentos e cincoenta e tres mil e seiscentos réis..... 453$600
15. Pintura a oleo, 650 m., dous contos oitocentos e sessenta mil réis..... 2:860$000
16. Rodapés, 76 m. a 1$300, noventa e oito mil e oitocentos réis..... 93$300

Installações:

1. Sanitarias, 4 a 233$000, novecentos e trinta e dous mil réis..... 932$000
2. Chuveiros, 4 a 43$000, cento e noventa e dous mil réis..... 192$000
3. Lavabos, 8 a 180$000, um conto quatrocentos e quarenta mil réis..... 1:440$000
4. Depositos para 1.000 litros e duas ligações, 2 a 400$000, oitocentos mil réis..... 800$000

Eventuaes e beneficios..... 3:034$510

Cincoenta e sete contos, oitocentos e quaranta e oito mil novecentos e cincoenta réis..... 57:848$950

Habitações collectivas para mulheres

1. Escavações, 278m³,87 a 1$800, quinhentos e um mil novecentos e sessenta e seis reis..... 501$966
2. Alicerces e embasamento, 278m³,86 a 67$200, dezoito contos, setecentos e trinta e nove mil trezentos e noventa e dous réis..... 18:739$392
3. Alvenaria de tijolos 436,200 m. a 51$700, vinte e dous contos quinhentos e cincoenta e um mil e quinhentos e quarenta réis..... 22:551$540
4. Soalhos, 616m², a 33$300, vinte contos quinhentos e setenta e nove mil e quatrocentos réis. 20:579$400
5. Impermeabilização do solo 500 m. a 9$, quatro contos e quinhentos mil réis..... 4:500$000
6. Forros, 778,50 m. a 13$900, dez contos oitocentos e vinte e um mil e cento e cincoenta réis..... 10:821$150
7. Telhado, 1 012 a 25$500, vinte e cinco contos e oitocentos e seis mil réis..... 25:806$000
8. Portas de almofadas, 17 com 42m,50 a 58$400, dous contos quatrocentos e oitenta e dous mil réis..... 2:432$000
9. Portas de calha 22 com 69m,25 a 45$, tres contos cento e quinze mil trezentos e cincoenta réis..... 3:115$350
10. Janellas de almofadas, 40 com 76/00 m. a 93$700, sete contos quinhentos e um mil duzentos réis..... 7:501$200
11. Janellas de calha, 18 com 24m,48 a 60$, um conto e quatrocentos e sessenta e oito mil e oitocentos réis..... 1:468$800
12. Bandeiras, 47 com 22m,80 a 30$, seiscentos e oitenta e quatro mil réis..... 684$000
13. Vidros, 159,840 poll. quad. a $015, dous contos trezentos e noventa e sete mil e seiscentos réis..... 2:397$600
14. Emboço e reboço, 4.312 m. a 2$500, dez contos, setecentos e oitenta mil réis..... 10:780$000
15. Pintura a cal, 4.312 m. a $500, dous contos cento e cincoenta e seis mil réis..... 2:156$000
16. Pintura a oleo, 1.461,25 m, a 4$400, seis contos quatrocentos e vinte e oito mil e quatrocentos réis..... 6:428$400
17. Rodapés de cimento 490 m. a 1$300, seiscentos e trinta e sete mil réis..... 637$000
18. Calhas e conductores 282 m. a 7$500, dous contos cento e quinze mil réis..... 2:115$000
19. Ferro em obra, 1.750 kilos a 1$, um conto e setecentos e vinte mil réis..... 1:720$000
20. Abobadilhas, 86 a 10$, oitocentos e sessenta mil réis..... 860$000

Installações:

1. Sanitarias, 10 a 233$, dous contos trezentos e trinta mil réis..... 2:330$000
2. Banheiros, 6 a 550$, tres contos e trezentos mil réis..... 3:300$000
3. Lavabos, 12 a 180$, dous contos cento e sessenta mil réis..... 2:169$000
4. Chuveiros, 2 a 45$, noventa mil réis..... 90$000
5. Deposito para 1.000 litros, 2 a 400$, oitocentos mil réis..... 800$000

Eventuaes e beneficio 6 %..... 9:271$488

163:796$260

(Cento e sessenta e tres contos setecentos e noventa e seis mil duzentos e oitenta e seis réis).

Cinco habitações para indigentes casadas

1. Escavações, 137m³,65 a 1$800, duzentos e quarenta e sete mil setecentos e setenta réis... 247$770
2. Alicerces de pedra, 189m³,09 a 67$200, doze contos setecentos e seis mil oitocentos e quarenta e oito réis..... 12:703$843
3. Paredes de tijolos 282m³,95 a 51$700, quatorze contos, seiscentos e vinte e oito mil quinhentos e quinze réis..... 14:623$515
4. Soalhos, 239,25m2 a 33$300, oito contos oitocentos e cincoenta e oito mil seiscentos e trinta e dous réis..... 8:833$632
5. Impermeabilisação do solo, 239,63m a 9$000, dous contos, cento e cincoenta e seis mil seiscentos e setenta réis..... 2:155$670
6. Ladrilhamentos, 99,55m a 16$500, um conto seiscentos e quarenta e dous mil quinhentos e setenta e cinco réis..... 1:642$575
7. Forros, 366,75m a 13$900, cinco contos, noventa e sete mil oitocentos e vinte e cinco réis... 5:097$825
8. Telhado (duas aguas), 384,93m a 25$500, nove contos, oitocentos e quinze mil e setecentos e quinze réis..... 9:815$715
9. Portas de calha, 20 com 161m a 45$000, sete contos, duzentos e quarenta e cinco mil réis... 7:245$000
10. Janellas de calha, 30 com 85 m2 a 60$000, cinco contos e cem mil réis..... 5:100$000
11. Bandeiras, 20, 8m2 a 30$000, duzentos e quarenta mil réis..... 240$000
12. Vidros 63.120 poll. quad. a $015, um conto e trinta e seis mil réis..... 1:036$000
13. Reboco e emboço 2.907 a 2$500, sete contos, duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos réis..... 7:267$500
14. Pintura a cal ou colla, 2.907 a $700, dous contos e trinta e quatro mil e novecentos réis., 2:034$900
15. Pintura a oleo, 974,25 a 4$400, quatro contos, duzentos e oitenta e seis mil e setecentos réis..... 4:286$700
16. Rodapés, 490 a 1$300, seiscentos e trinta e sete mil réis..... 637$000

Installações:

1. Sanitarias, 10 a 233$000, dous contos, trezentos e trinta mil réis..... 2:330$000
2. Lavabos, 10 a 180$000, um conto e oitocentos mil réis..... 1:800$000
3. Chuveiros, 10 a 48$000, quatrocentos e oitenta mil réis..... 480$000
4. Fogões typo «Progresso» 4-A, 10 a 150$080, um conto e quinhentos mil réis..... 1:500$000
5. Depositos para 1.000 litros, 5 a 300$000, um conto e quinhentos mil réis..... 1:500$000
6. Tanques para lavanderia em cimento, 10 a 80$, oitocentos mil réis..... 800$000

Eventuaes e beneficios 6 %..... 5:484$699

(Noventa e seis contos, oitocentos e noventa e seis mil trezentos e quarenta e nove réis... 96:896$349

Cinco habitações para indigentes solteiros

1. Excavações, 126.75, a 1$800, duzentos e vinte e oito mil cento e cincoenta réis..... 228$150
2. Alvenaria de pedra, 104.77 a 67$200, onze contos, setenta e dous mil quinhentos e quarenta e quatro réis..... 11:072$544
3. Alvenaria de tijolos, 253,65 a 51$700, treze contos tresentos e setenta e dous mil duzentos e cinco réis..... 13:205$172
4. Soalhos, 303.75 a 33$300, dez contos, cento e quatorze mil oitocentos e setenta e cinco réis..... 10:114$875
5. Ladrilhamento, 34 a 16$500, quinhentos e sessenta e um mil réis..... 561$000
6. Impermeabilização do solo 273.38 a 9$000, dous contos quatrocentos e sessenta mil quatrocentos e vinte..... 2:460$420
7. Forros, 337.75 a 13$900, quatro contos seiscentos e noventa e quatro mil e setecentos e vinte e cinco réis..... 4:694$725
8. Telhado, duas aguas, 422.18 a 25$500, dez contos setecentos e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa réts..... 10:765$590
9. Portas de calha com ferragens, 30 com 99m2, a 45$, quatro contos quatrocentos e cincoenta e cinco mil réis..... 4:455$000
10. Janellas, 50 com 85m² a 60$, cinco contos e cem mil réis..... 5:100$000
11. Bandeiras 5 com 2m2 a 30$, sessénta mil réis,.. 60$000
12. Vidros a 109.440 poll. quad. a $015, um conto seiscentos e quarenta e um mil réis..... 1:641$000
13. Emboço e reboco, 2.418 a 2$500, cinco contos setecentos e noventa e cinco mil réis..... 5:795$000
14. Pintura a cal, 2.418 a $500, um conto cento e cincoenta e nove mil réis..... 1:159$000
15. Pintura a oleo, 778.85 a 4$400, tres contos quatrocéntos e vinte e seis mil novecentos e quarenta réis..... 1:426$940
16. Rodapés, 860 a 1$300, quatrocentos e sessenta e oito mil réis..... 468$000

Setenta e cinco contos tresentos e setenta e cinco mil e quarenta e nove réis..... 75:375$049

Installações:

1. Sanitarias, 5 a 145$, setecentos e vinte e cinco mil réis..... 725$000
2. Lavabos, 10 a 180$, um conto e oitocentos mil réis..... 1:800$000
3. Chuveiros, 5 a 43$, duzentos e quarenta mil réis 240$000
4. Deposito para 1.000 litros, a 300$, um conto e quinhentos mil réis..... 1:500$000

79:640$049

Eventuaes e beneficios 6 %..... 4:778$402

Oitenta e quatro contos quatrocentos e dezoito mil quatrocentos e cincoenta e um réis..... 84:418$451

Pavilhão para refeitorio

1. Excavação, 159.79 a 1$800, dusentos e oitenta e sete mil seiscentos e vinte e dous réis..... 287$625
2. Alvenaria de pedra 279.65 a 67$200, dezoito contos setecentos e noventa e dous mil quatrocentos e oitenta réis..... 18:792$480
3. Alvenaria de tijolos, 234.43 a 51$700, quatorze contos setecentos e sete mil seiscentos e dezesels réis..... 14:707$616
4. Ladrilhamento, 536.19 a 16$600, oito contos oitocentos e quarenta e sete mil cento e trinta e cinco réis..... 8:847$135
5. Forros, 536.19 a 13$900, sete contos quatrocentos e cincoenta e tres mil e quarenta e um réis..... 7:453$011
6. Telhado (4 aguas) a 647.04 a 27$500, dezesete contos setecentos e noventa e tres mil e seiscentos réis..... 17:793$500
7. Portas almofadas, 16 com 30m2,40 a 58$400, um conto setecentos e setenta e cinco mil trezentos e sessenta réis..... 1:775$360
8. Janellas de almofadas, 54 com 91.80 a 98$700, nove contos sessenta mil seiscentos e sessenta réis..... 9:060$660
9. Bandeiras, 70, 28.00 a 30$, oitocentos e quarenta mil réis..... 840$000
10. Vidros, 155,520 a $015, dous contos, trezentos e trinta e dous mil e oitocentos réis..... 2:332$800
11. Emboço e reboco, 2.132, 28 a 2$500, cinco contos trezentos e trinta mil e setecentos réis.. 5:330$700
12. Pintura a cal, 2.132.28 a $500, um conto sessenta e seis mil cento e quarenta réis..... 1:066$140
13. Pintura a oleo, 1.231.00 a 4$400, cinco contos quatrocentos e dezeseis mil e quatrocentos réis..... 5:416$400
14. Rodapés 248 a 1$300, trezentos e vinte e dous mil e quatrocentos réis..... 322$406
15. Abobadilhas 516.19 a 10$, cinco contos trezentos e sessenta e um mil e novecentos réis.. 5:361$900
16. Calhas e conductores, 389 a 7$500, dous contos novecentos e dezesete mil e quinhentos réis..... 2:917$500
17. Azulejos, 60.00 a 40$, dous contos e quatrocentos mil réis..... 2:400$000
18. Ferro em obra, 10.723., 8 kilos a 1$, dez contos setecentos e vinte e tres mil e oitocentos réis..... 10:723$800

Installações:

1. Fogão para cosinha geral para 250 refeições, um, cinco contos de réis..... 5:000$000
2. Deposito para 1.000 litros, um, trezentos e cincoenta mil réis..... 350$000
3. Lavabos, 9 a 180$, um conto seiscentos e vinte mil réis..... 1:620$000
4. Lavabos e pia para cosinha, um, um conto de réis.....s 1:000$000

123:399$154

Eventuaes e beneficios 6 %..... 7:403$949

130:803$103

(Cento e trinta contos oitocentos e tres mil cento e tres réis).

Pavilhão para observação e isolamento

1. Excavação, 40.81 a 1$800, setenta e tres mil quatrocentos e cincoenta e oito réis..... 73$458
2. Alvenaria de pedra, 53.05 a 67$200, tres contos quinhentos e sessenta e quatro mil novecentos e sessenta réis..... 3:564$960
3. Alvenaria de tijolos, 71,42 a 51$700, tres contos seiscentos e noventa e dous mil quatrocentos e quatorze réis..... 3:692$414
4. Soalhos, 75.10 a 33$300, dous contos quinhentos mil oitocentos e trinta réis..... 2:500$830
5. Ladrilhamento, 16.64 a 16$500, duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e setenta réis. 274$570
6. Forros, 91.74 a 13$900, um conto duzentos e setenta e cinco mil cento e oitenta e seis réis..... 1:275$186
7. Impermeabilisação do sólo, 67.55 a 9$, seiscentos e oito mil e quarenta réis..... 608$040
8. Telhados (4 aguas) 114.67 a 27$500, tres contos cento e cinçoenta tres mil quatrocentos e vinte e cinco réis..... 3:153$425
9. Portas de almofadas, 4, com 10.00m² a 58$400, quinhentos e oitenta e quatro mil réis..... 584$000
10. Portas de calhas, 12, com 27.60m² a 45$, um conto duzentos e quarenta e dous mil réis.. 1:242$000
11. Janellas de almofada, 7, com 13.30m² 97$700, um conto tresentos e doze mil setecentos e dez réis..... 1:312$710
12. Janellas de calha, 8, com 13.60m² a 60$, oitocentos e dezeseis mil réis..... 816$000
13. Bandeiras, 7, com 2.80m² a 30$, oitenta e quatro mil réis..... 84$000
14. Vidros assentes, 38.000 poll. quad. a $015, quinhentos e cincoenta mil réis..... 550$000
15. Emboço e reboco 884.80 a 2$500, dous contos duzentos e doze mil réis..... 2:212$000
16. Pintura a cal, 884.80 a $500, quatrocentos e quarenta e dous mil e quatrocentos réis..... 442$400
17. Pintura a oleo, 231.29 a 4$400, um conto e dezesete mil seiscentos e setenta e seis réis..... 1:017$676
18. Rodapés, 113 a 1$300, cento e quarenta e seis mil e novecentos réis..... 146$900

23:550$569

(Vinte e tres contos quinhentos e cincoenta mil quinhentos e sessenta e nove réis).

Installações:

1. Sanitarias, 3, a 233$, seiscentos e noventa e nove mil réis..... 699$000
2. Banheiros, 2, a 550$, um conto e cem mil réis.. 1:100$000
3. Lavabos, 5, a 180$, novecentos mil réis..... 900$000
4. Deposito para 1.000 litros, 1, 300$, trezentos mil réis..... 300$000

5. Caldeira para aquecimento com respectivo deposito para 1.000 litros, um, um conto e quinhentos mil réis..... 1:500$000

28:049$569

Eventuaes e beneficio 6 %..... 1:682$974

29:732$543

(Vinte e nove contos setecentos e trinta e dous mil quinhentos e quarenta e tres réis).

Pharmacia e laboratorio

1. Excavações, 38.82 a 1$800, sessenta e nove mil oitocentos e setenta e seis réis..... 69$876
2. Alvenaria de pedra, 67$200 (50,46), tres contos tresentos e noventa mil novecentos e doze réis..... 3:399$912
3. Alvenaria de tijolos, 51$700, dous contos setecentos e noventa e seis mil novecentos e setenta réis..... 2:796$970
4. Ladrilhamento, 73.90, 16$500, um conto duzentos e dezenove mil tresentos e cincoenta réis..... 1:219$350
5. Forros, 73.90 a 13$900, um conto vinte e sete mil duzentos e dez réis..... 1:027$210
6. Telhado, (4 aguas), 95.29, 27$500, dous contos seiscentos e vinte mil quotrocentos e setenta e cinco réis..... 2:620$475
7. Portas de almofada, 5, com 12.50 a 58$400, setecentos e trinta mil réis..... 730$000
8. Janellas de almofada, 10, com 19.00 a 98$700, um conto oitocentos e setenta e cinco mil e tresentos réis..... 1:875$300
9. Bandeiras, 6, com 2.40 a 30$, setenta e dous mil réis..... 72$000
10. Vidros assentes, 304.000 a $015, quatrocentos e cincoenta e seis mil réis..... 456$000
11. Emboço e reboco, 442 a 2$500, um conto ceato e cincoenta mil réis..... 1:150$000
12. Pintura a cal, 422 a $500, duzentos e onze mil réis..... 211$000
13. Pintura a oleo, 3 demãos, 179.85 a 4$400, setecentos e noventa e um mil trésentos e quarenta réis..... 791$340
14. Rodapés de cimento, 53 a 1$300, sessenta e oito mil e novecentos réis..... 68$900
15. Calhas e conductores, 42 a 7$500, tresentos e quinze mil réis..... 315$000
16. Azulejos, 28 m a 40$, um conto cento e vinte mil réis..... 1:120$000

Installações:

1. Sanitarias, 1, 233, duzentos e trinta e tres mil réis..... 233$000
2. Lavabos, 2, a 180$, tresentos e sessenta mil réis..... 360$000
3. Deposito para 1.000 litros, um, tresentos mil réis..... 300$000

18:762$333

Eventuaes e beneficios 6 %..... 1:125$739

19:888$072

(Dezenove contos oitocentos e oitenta e oito e setenta e dous réis).

Lavanderia

1. Excavação, 38,42 a 1$800, sessenta e nove mil cento e 56 réis..... 69$156
2. Alvenaria de pedra, 51.86 a 67$200, tres contos quinhentos e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e dous réis..... 3:484$992
3. Alvenaria de tijolos, 58.00 a 51$800, tres contos, quatro mil e quatrocentos réis..... 3:004$400
4. Ladrilhamento, 89.00 a 16$500, um conto quatrocentos e sessenta e oito mil e quinhentos réis..... 1:468$500
5. Forros, 89.00 a 13$900, um conto duzentos e trinta e sete mil e cem réis..... 1:237$100
6. Telhado, 111.25 a 27$500, tres contos, cincoenta e nove mil trezentos setenta e cinco réis... 3:059$375
7. Portas de calha, 5 com 21.50 a 45$000, novecentos e sessenta e sete mil e quinhentos réis... 967$500
8. Janellas de calha, 13 com 21.10 a 60$000, um conto duzentos e sessenta e seis mil réis... 1:266$000
9. Vidros, pollegadas 29.646 a $015, quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e noventa réis..... 444$690
10. Emboço e reboco, 464 a 2$500, um conto cento e sessenta mil réis..... 1:160$000
11. Pintura a cal ou colla, 464 a $700, trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos réis..... 324$800
12. Idem a oleo tres demãos 203,20 a 4$400, oitocentos e noventa e quatro mil e oitenta réis 894$080
13. Rodapés de cimento, 26 metros a 1$300, trinta e tres mil oitocentos réis..... 33$800

Installação apropriada para lavanderia para capacidade para 300 pessoas, comprehendendo lavadeira ou batedeira, enxugador centrifugo, engommadeira e caldeira para aquecimento para respectivas ligações e registros, (vinte e cinco contos de réis..... 42:000$000

42:414$393

(quarenta e dous contos quatrocentos o quatorze mil trezentos e noventa e tres réis).

Eventuaes e beneficio 10 %..... 4:241$439

(quarenta e seis contos, seiscentos e cincoenta e cinco mil oitocentos e trinta e dous réis)..... 46:655$832

Cinco habitações para empregados

1. Escavações 70.40, a 1$300, cento e vinte e seis mil setecentos e vinte réis..... 126$720
2. Alvenaria de pedra 95.00 a 67$200, seis contos trezentos e oitenta e quatro mil réis..... 6:384$000
3. Alvenaria de tijolos, 179.80 a 51$300, nove contos trezentos e treze mil seiscentos e quarenta réis..... 9:313$540
4. Soalhos 175.50 a 33$300, cinco contos oitocentos e quarenta e quatro mil cento e cincoenta réis 5:844$150
5. Ladrilhamento 52.50 a 16$500, oitocentos e sessenta e seis mil duzentos e cincoenta réis. 865$250
6. Impermeabilisação de sólo, 142.75 a 9$, um conto duzentos e oitenta e quatro mil setecentos e cincoenta réis..... 1:234$750
7. Telhado (duas aguas) 253.50 a 25$500, seis contos quatrocentos e sessenta e quatro mil duzentos e cincoenta réis..... 6:464$250
8. Forros, 210 a 33$900, dous contos novecentos e dezenove mil réis..... 2:919$000
9. Porta de calha, 35 com 80 metros quadrados 50 a 45$, tres contos seiscentos e vinte e dous mil e quinhentos réis..... 3:622$500
10. Janellas de calha, 30 com 51.00 a 60$, tres contos e seiscentos mil réis..... 3:600$000
11. Bandeiras, cinco com 2.00 a 30$, sessenta mil réis..... 60$000
12. Vidros, 68.120 a $015, um conto vinte um mil e oitocentos réis..... 1:021$800
13. Emboço e reboco, 1.672 a 2$500, quatro contos cento e oitenta mil réis..... 4:180$000
14. Pintura a cal ou colla, 1.672 a $700, um conto cento e setenta mil e quatrocentos réis..... 1:170$400
15. Pintura a oleo, tres de mãos, 537 a 4$400, dous contos trezentos e sessenta e dous mil e oitocenros réis..... 2:362$800
16. Rodapés, 60 metros a 1$300, setenta e oito mil réis..... 78$000

49:298$260

Installações:

1. Sanitarias, cinco a 145$, setecentos e vinte cinco mil réis..... 725$000
2. Lavabos, cinco a 200$, um conto de réis..... 1:000$000
3. Chuveiros, cinco a 84$, duzentos e quarenta mil réis..... 240$000
4. Fogões typo 4 A, cinco a 130$, seiscentos e cincoenta mil réis..... 650$000
5. Depositos para 750 litros, cinco a 155$, setecentos e setenta e cinco mil réis..... 775$000

52:688$260

Eventuaes e beneficio..... 3:161$295

55:849$555

Cincoenta e cinco contos oitocentos e quarenta e nove mil quinhentos e cincoenta e cinco réis.

Habitações para medico

1. Excavações, 62 metros cubicos e 52 a 1$800, cento e doze mil quinhentos e trinta e seis réis..... 112$536
2. Alvenaria de pedra, 81,27 a 67$200, cinco contos quatrocentos e sessenta e um mil trezentos e quarenta réis..... 5:461$341

3. Alvenaria de tijolos, 84,79 a 51$800, quatro contos trezentos e noventa e dous mil cento e vinte e dous réis ..... 4:392$122
4. Soalhos, 102 metros quadrados, 60 33$300, tres contos quatrocentos e dezeseis mil e quinhentos e oitenta réis ..... 3:416$580
5. Ladrilhamento, 24,50 a 16$500, quatrocentos e quatro mil duzentos e cincoenta réis ..... 404$250
6. Impermeabilização do solo 98,34 a 9$, oitocentos e quarenta mil e sessenta réis ..... 840$060
7. Forros, 198,70 a 13$900, dous contos setecentos e sessenta e um mil novecentos e trinta réis ..... 2:761$930
8. Telhado, quatro aguas, 258,20 a 27$500, sete contos e cem mil e quinhentos réis ..... 7:100$500
9. Portas de almofada, 15 com 37,50 a 58$400, dous contos cento e noventa mil réis ..... 2:190$000
10. Janellas de almofadas, 17 com 32,30 a 93$700, tres contos cento e oitenta e oito mil e dez réis ..... 3:188$010
11. Bandeiras, 32 com 12.80 a 30$, tresentos e oitenta e quatro mil réis ..... 384$000
12. Vidros assentes, 590,40 a $015, dous contos oitocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos réis ..... 2:885$600
13. Emboço e reboco, 882,50 a 2$500, dous contos e duzentos e seis mil duzentos e cincoenta réis ..... 2:206$250
14. Pintura a cal ou colla, 882,50 a $700, seiscentos e dezesete mil setecentos e cincoenta réis .. 617$750
15. Pintura a oleo tres demãos, 457.65 a 4$400, dous contos e treze mil e seiscentos e sessenta réis ..... 2:013$660
16. Rodapés, 164 a 1$300, duzentos e treze mil e duzentos réis ..... 213$200
17. Calhas e conductores, 126,5 a 7$500, novecentos e quarenta e oito mil setecentos e cincoenta réis ..... 948$750
18. Abobadilha 24,50 a 10$, duzentos e quarenta e cinco mil réis ..... 245$000
19. Ferro em obra, 89 kilos a 1$, oitenta e nove mil réis ..... 89$000
20. Azulejos, 40,20 a 40$, um conto seiscentos e oito mil réis ..... 1:608$000

Installações:

1. Sanitarias, uma 233$, duzentos e trinta e tres mil réis ..... 233$000
2. Lavados, dous a 200$, quatrocentos mil réis .... 400$000
3. Banheiro, um, quinhentos e cincoenta mil réis .. 550$000
4. Fogão Wallig, n. 2, um, quinhentos mil réis .... 500$000
5. Deposito para 1.000 litros, um, duzentos e cincoenta mil réis ..... 250$000
6. Deposito para 750 litros, com ferro n. 18 com serpentina e ligações, cento e cincoenta e cinco mil réis ..... 155$000
Eventuaes e beneficios 6 % ..... 2:569$990

Quarenta e cinco contos setecentos e cincoenta e seis mil quinhentos e quarenta e um réis .. 45:756$541

Relação dos preços unitarios

1. Excavações para fundações, mil e oitocentos réis. 1$800
2. Desmonte em terra, mil e quinhentos réis ..... 1$500
3. Alvenaria de pedra, com argamassa de cal e areia 1:2, sessenta e sete mil e duzentos réis ..... 67$200
4. Alvenaria de tijolos, com argamassa de cal e areia 1:3, cincoenta e um mil e setecentos réis ..... 51$700
5. Alvenaria de pedra, com argamassa de cimento e areia 1:3, noventa e nove mil réis ..... 99$000
6. Alvenaria de pedra secca, quarenta e nove mil e quinhentos réis ..... 49$500
7. Alvenaria de tijolos, com argamassa de cimento e areia 1:3, oitenta e um mil réis ..... 81$000
8. Abobadilhas de tijolos assentados de vara com argamassa 1:2, dez mil réis ..... 10$000
9. Idem, com argamassa de cimento e areia 1:3, treze mil e quinhentos réis ..... 13$500
10. Reboco e emboço em paredes, dous mil e quinhentos réis ..... 2$500
11. Chapa de concreto em pavimento terreo, nove mil réis ..... 9$000
12. Telhado completo comprehendendo engradamento e cobertura em duas aguas, vinte e cinco mil e quinhentos réis ..... 25$500
13. Idem em quatro aguas, vinte e sete mil e quinhentos réis ..... 27$500
14. Ladrilhamento com ladrilhos hydraulicos de duas cores, com argamassa de cimento e areia 1:3, sobre piso preparado e orçado, dezoito mil réis ..... 18$000
15. Azulejos brancos, assente em barras de 2m,0 de altura, com gregas, rodapés e cimalhas, quarenta mil réis ..... 40$000
16. Soalho em friso de peroba, de 0,10, incluindo barrotes, trinta e um mil réis ..... 31$000
17. Idem entabeirado, trinta e tres mil réis ..... 33$000
18. Tora em pinho do Paraná, frisos de 0,08 a 0,10 incluindo abas, cimalhas, gregas e barrotes, treze mil e novecentos réis ..... 13$900
19. Portas de Jequitibá rosa, de 1 × 2,50 e 0,03 de espessura, assentes em marcos de peroba de 0,75 × 0,07 ou caixão de peroba, de 0,03 de espessura, com ferragens de 1ª qualidade, cincoenta e oito mil e quatrocentos réis ..... 58$400
20. Idem de calha 1 × 2,30, quarenta e cinco mil réis. 45$000
21. Bandeira de 10 × 0,4 com vidros de persiana no terço medio, trinta mil réis ..... 30$000
22. Janellas em Jequitibá rosa, com vidros e persianas no terço inferior e postigos almofadados embutidos, ferragens de 1ª qualidade, assentes em marcos de peroba ou caixão de 1,0 × 1,90 incluindo caixilhos, noventa e oito mil e setecentos réis ..... 98$700
23. Idem, idem, de calha, 10,1.70, sessenta mil réis.. 60$000
24. Pintura a oleo a 3 demãos em superficies préviamente emmassadas e fixadas, quatro mil e quatrocentos réis ..... 4$400
25. A gesso e colla 3 demãos em paredes rebocadas, comprehendendo traço, chapa ou tabella corrida, setecentos réis $700
26. Caiação a 3 demãos, quinhentos réis $500
27. Rodapés de cimento, de 0,15 de altura, alizado a colher, metro, mil e trezentos réis ..... 1$300
28. Reboco e emboço, com nata, perfeitamente liso, metro quadrado, quatro mil réis ..... 4$000
29. Cimentação de pavimentos, escadas, soleiras, etc., liso ou trabalhado a ralo, nove mil réis ..... 9$000
30. Meio fios collocados em passeios, dez mil réis .... 10$000
31. Vidros communs assentes, 1", doze réis $012
32. Vidro despolido muscelina, vinte e dous réis $022
33. Columnas de ferro galvanizado de 1 1/2 pollegadas, com consolos, assentes até 4 metros de altura, cincoenta mil réis ..... 50$000
34. Ferro em obra, duplo T, mil e tresentos réis ..... 1$300
35. Ferro em obra, vergalhão, um mil réis ..... 1$000
36. Roçado em capoeira, quatorze réis $014
37. Roçado a machado, vinte e cinco réis $025
38. Roçado em matta virgem, sessenta réis $060
39. Destocamento de terreno, mil e duzentos réis ..... 1$200
40. Escavação em schisto, seis mil e quatrocentos réis ..... 6$400
41. Escavação em molello, sete mil e duzentos reis ... 7$200
42. Escação em rocha fraca, dez mil réis ..... 10$000
43. Escavação em rocha dura, doze mil réis ..... 12$000
44. Calhas e conductores, sete mil e quinhentos réis .. 7$500
45. Sargetas calçadas a alvenaria secca, cinco mil e setecentos réis ..... 5$700

Installações:

1. Sanitaria de louça branca, typo Alpha Sany e NeW Burns, caixa, tampo ventilador, canalização de agua e esgoto, duzentos e trinta e tres mil réis ..... 233$000
2. Idem, idem, vasos inglezes de grês louçado brancos, inteiramente completos, cento e quarenta e cinco mil réis ..... 145$000
3. Installação completa de banheiro de cinco e meio pés de ferro esmaltado, com canalização para agua quente e fria, quinhentos e cincoenta mil réis ..... 550$000
4. Idem, idem de chuveiro com crivo em folha de cobre completo, quarenta e oito mil réis ..... 48$000
6. Idem de fogão typo Progresso 4 A, cento e trinta mil réis ..... 130$000
7. Deposito para agua quente para 1.000 litros com canalização e serpentina, quatrocentos mil réis ..... 400$000
8. Deposito para agua fria para 1.000 litros com canalização de ferro galvanizado de 1/2 pollegada, assente 20 m., tresentos e cincoenta mil réis ..... 350$000
9. Idem para 750 litros, cento e cincoenta e cinco mil réis ..... 155$000
10. Lavabos de ferro, tamanho médio, com torneiras, syphões, canalizações, duzentos mil réis ..... 200$000
11. Tanques para lavandarias para as habitações isoladas, em tijolo com argamassa de chapa de

cimento, incluindo canalização, oitenta mil réis. 80$000
12. Canalizações para aguas pluviaes em manilhas de grês ceramico assentes:
Diametro 0,07, metro, tres mil e duzentos réis..... 3$200
13. Canalizações com tubos de ferro galvanizado:
Diametro de 1/2" até 11/4", kilo, dous mil e quatrocentos réis..... 2$400
Diametro de 11/4" até 4", kilo, dous mil e duzentos réis..... 2$200
14. Curvas, juncções, etc., kilo, dous mil e quatrocentos réis..... 2$400
15. Cancellas de 1,0×1,5, etc., concoenta mil réis... 50$000
16. Cancellas de duas folhas 2,5×1,5, cento e vinte mil réis..... 120$000

Custo total das obras

1. Trabalhos preparatorios..... 46:969$236
2. Pavilhão da administração..... 58:017$457
3. Enfermaria geral para homens..... 128:008$185
4. Enfermaria geral para mulheres..... 115:338$182
5. Duas habitações para indigentes..... 57:848$950
6. Habitação collectiva para mulheres..... 163:796$286
7. Cinco habitações para indigentes casados..... 96:896$349
8. Cinco habitações para indigentes solteiros..... 84:418$451
9. Pavilhão para refeitorio..... 130:803$103
10. Pavilhão para observação..... 29:732$543
11. Pharmacia e laboratorio..... 19:888$072
12. Lavanderia..... 46:655$832
13. Cinco habitações para empregados..... 55:849$555
14. Habitação para o medico..... 45:756$541

Sommando 1.079:978$742, mil e setenta e nove contos novecentos e setenta e oito mil setecentos e quarenta e dous réis.

Bello Horizonte, 5 de janeiro de 1926.— *Luciano Alves Pereira.*

Meanda Curt & Comp., engenheiros e empreiteiros, com escriptorio á rua de S. José n. 34, declaram que leram o edital de concurrencia publicado no *Diario Official*, para a construcção de um leprozario nas proximidades de Bello Horizonte, na Fazenda do Motta, Estado de Minas Geraes, submettendo-se a todas as clausulas do mesmo, e propõem-se a executar os trabalhos pela importancia de 1.195:778$400 (mil cento e noventa e cinco contos setecentos e setenta e oito mil e quatrocentos réis) e no prazo de vinte mezes, a partir de trinta dias depois do respectivo registo no Tribunal de Contas.

Seguem-se os quadros demonstrativos exigidos pelo edital e que servirão de base para as medições mensaes e possiveis accrescimos futuros.

Quadro n. 1

Composição das unidades e respectivos preços unitarios:

Escavação para fundações:

Trabalhador, 1 hora a 750 réis	$750	
Carga	$340	
Ferramenta 5 %	$079	
	1$669	
Eventuaes 10 %	$167	
	1$336	
Administração 10 %	$183	
	2$019	
Transporte a 50 metros:		
Cinco decametros a $030	$150	
	2$169	
Sejam		2$200
Desmonte em terra:		
Feitor 0.02 a 12$000	$240	
Trabalhador 0,04 a 6$	$240	
Carga	$840	
	1$330	
Ferramenta 5 %	$036	
	1$386	
Eventuaes 10 %	$138	
	1$524	
Administração 10 %	$152	
	1$676	
Sejam		1$650
Alvenaria de pedra com argamassa de cal e areia 1:3: Argamassa:		
Cal extincta, 210 kilos a $070	14$700	
Areia, 1,050 a 6$	6$300	
Preparo, 1 dia a 6$	6$000	
	27$000	
Ferramenta 5 %	1$350	
	28$350	
Alvenaria:		
Argamassa, 0,300 a 28$350	8$505	
Pedra, 1m3,200 a 20$	24$000	
Pedreiro, 1 d. 2 a 15$	18$000	
Servente, 0, d. 8 a 6$	4$800	
	55$305	
Imprevistos, 5 %	2$765	
	58$070	
Administração, 10 %	5$807	
	63$877	
Sejam		64$000
Alvenaria de tijolo com argamassa de cal e areia 1:3:		
Argamassa, 0,200×28$350	5$670	
Tijolo, 0,450×60$	27$000	
Pedreiro, 1 dia a 15$	15$000	
Servente, 0, d. 8 a 6$	4$800	
	52$470	
Imprevistos e andaime, 11 %	5$772	
	58$242	
Administração, 10 %	5$824	
	64$066	
Sejam		64$000
Alvenaria de pedra com argamassa de cimento e areia 1:3:		
Argamassa:		
Cimento, 0,340 a 330$	132$600	
Areia, 1,00 a 6$	6$000	
Preparo, 1 dia a 6$	6$000	
	144$600	
Ferramenta, 5 %	7$230	
	151$830	
Alvenaria de pedra:		
Argamassa 0,300×151$830	45$549	
Pedra, 1,20×20$	24$000	
Pedreiro, 1,20 d. a 15$	18$000	
Servente, 0,80 d. a 6$	4$800	
	92$349	
Imprevisto, 5 %	4$617	
	96$966	
Administração 10 %	9$696	
	106$662	
Sejam		107$000
Alvenaria:		
Pedra, 1,200 a 20$	24$000	
Pedreiro, 1 dia a 15$	15$000	
Servente, 1 dia a 6$	6$000	
	45$000	
Imprevistos, 5 %	2$250	
	47$250	
Administração, 10 %	4$725	
	51$975	
Sejam		52$000
Alvenaria de tijolo com argamassa de cimento e areia 1:3:		
Argamassa, 0,200 a 151$830	30$666	
Tijolo, 0,450 a 60$	27$000	
Pedreiro, 1 d. a 15$	15$000	
Servente, 0,8 d. a 6$	4$800	
	77$166	
Imprevistos e andaimes, 11 %	8$488	
	85$654	
Administração, 10 %	8$565	
	94$219	
Sejam		95$000
Abobadilhas de tijolo com argamassa de cal e areia 1:3:		
Tijolo, 0.036 a 60	2$160	

Argamassa, 0,012 a 29$	$348	
Pedreiro, 1 h. 5 a 1$875	2$812	
Servente, 1 h. 5 a 6$	1$125	
Cimbre, 1m2	4$800	
	11$245	
Imprevistos, 5 %	$563	
	11$807	
Administração, 10 %	1$181	
	12$988	
Sejam		13$000

Abobadilha com argamassa de cimento e areia 1:2:

Tijolo, 0,036 a 60$	2$160	
Argamassa, 0,012 a 152$	1$824	
Pedreiro, 1 h. 5 a 1$875	2$312	
Servente, 1 h. 5 a $750	1$125	
Cimbre 1 m2	4$800	
	12$721	
Imprevistos, 5 %	$636	
	13$357	
Administração 10 %	1$336	
	14$693	
Sejam		15$000

Emboço e reboco em parede:

Argamassa, 0,025 a 29$	$725	
Mão de obra	2$000	
	2$725	
Imprevistos, 5 %	$136	
	2$861	
Administração, 10 %	$286	
	3$187	
Sejam		3$000

Chapa de concreto em pavimento terreo:

Cimento 0,010 a 390$000	3$900	
Areia 0,04 a 6$000	$240	
Pedra 0,09 a 30$000	2$700	
Preparo e assentamento	2$100	
	8$940	
Imprevistos 5 %	$447	
	9$387	
Administração 10 %	$939	
	10$326	
Sejam		10$400

Telhado completo comprehendendo engradamento e cobertura, 2 aguas:

Thesouras	5$000	
Terças e frechal	2$000	
Encaibramento e ripamento	6$000	
Telha argamassada	13$000	
	26$000	
Imprevisto 5 %	1$300	
	27$300	
Administração 10 %	2$700	
	30$000	
Sejam		30$000
Idem, 4 aguas		33$000

Ladrilhamento com ladrilhos hydraulicos de 2 côres com argamassa de cimento e areia 1:3, sobre piso preparado e já orçado:

Ladrilhos 1m2	8$000	
Argamassa 0,02 a 155$000	3$100	
Assentamento	3$500	
	14$600	
Imprevistos 5 %	$730	
	15$330	
Administração 10 %	1$533	
	16$863	
Sejam		17$000

Azulejos brancos assentes em barras de 2 metros de altura, com grega, rodapé e cimalha:

Azulejos 1m2	32$000	
Argamassa 0,02 a 155$000	3$100	
Assentamento	4$000	
	39$100	
Imprevistos 5 %	1$955	
	41$055	
Administração 10 %	4$105	
	45$160	
Sejam 1m2		45$000

Soalho em frisos de 0,10 incluindo barroteamento:

Frisos 1m2	14$000	
Barrotes 2,2 a 2$000	4$400	
Carpinteiro 4 h. a 1$875	7$500	
Servente 3 h. a $750	2$250	
Pregos 1/2 kilo a 4$000	2$000	
	30$150	
Imprevistos 5 %	1$507	
	31$657	
Administração 10 %	3$166	
	34$723	
Sejam		35$000
Idem intabeirada	37$000	37$000

Ferro em pinho do paraná, frisos de 0,08 a 0,10 incluindo abas, cimalha, grega e barrote:

Forro 1,10 a 7$000	7$700	
Caibros 2,20 a 2$000	4$400	
Abas e cimalhas 1,3 a 2$000	2$600	
Assentamento	4$200	
	18$900	
Imprevistos 5 %	$995	
	19$895	
Administração 10 %	1$989	
	21$884	
Sejam		22$000

Porta almofadada de jequitibá rosa de 1,00×2,50 e 0,03 de espessura, assentes em marcos de peroba rosa de 0,075×0,07 ou caixão de peroba rosa com 0,03 de espessura, com ferragens de 1ª qualidade:

Esquadrias 2,50×55$000	137$500	
Ferragens	15$000	
Assentamento	9$000	
	161$500	
Imprevistos 5%	8$075	
	169$675	
Administração 10 %	16$957	
Por m2 $\frac{186\$500}{2,50} = 74\$600$	186$532	
Sejam		75$000

Idem de calha de 1,00×2,30:

Esquadria 2,30 a 38$000	87$400	
Ferragens	15$000	
Assentamento	9$000	
	111$400	
Imprevistos 5 %	5$570	
	116$970	
Administração 10 %	11$697	
Por m2 $\frac{128\$700}{2,30} = 55\$957$	128$667	
Sejam		56$000

Bandeiras de 1,00×0,40 com vidros persianas no terço medio:

Bandeira 1 m2 a 38$000	38$000	
Imprevistos 5 %	1$900	
	39$900	

Administração 10 %	3$990	
	43$890	
Sejam		44$000
Janellas de jequitibá rosa com vidro persianas no terço inferior e postigo almofadado embutidos, ferragem de 1ª qualidade, assentes em marcos de peroba ou caixões de 1,00×1,90 (incluindo caixilhos):		
Esquadria 1,90 a 73$000	138$700	
Ferragens	18$000	
Assentamento	15$000	
	171$700	
Imprevistos 5%	8$585	
	180$285	
Administração 10 %	18$026	
	198$313	
Por m² 198$300 / 1.9 =	104$400	
Sejam		105$000
Idem de calha de 1.00×1,70:		
Esquadria 1,70 a 55$	93$500	
Ferragens	18$000	
Assentamentos	15$000	
	126$500	
Imprevistos	6$325	
	132$825	
Administração 10%	13$282	
Por m² 146$000 / 1.7 =	146$107 / 85$880	
Sejam		86$000
Pintura a oleo a tres demãos em superficies preliamente emmassadas e fixadas		4$000
A gesso e colla, tres demãos, em paredes rebocadas, comprehendendo traço, chapa ou tabella colorida		$800
Caiação a tres demãos		$600
Rodapés de cimento de 0,15 de altura, alisado a colhér, metro		1$400
Reboço e emboço com nata, perfeitamente liso, m²		4$000
Cimentação de pavimentos, escadas, soleiras, etc., liso ou trabalhado a ralo		10$000
Meios fios collocados em passeio		13$000
Vidros communs assentes a		$016
Vidros despolidos ou muscelina a		$026
Columnas de ferro galvanizado de 1 1/2" com consolos assentes, até 4m de altura		61$000
Ferro em obra duplo TT		1$600
Ferro em obra, vergalhão		1$100
Ferro em obra, chapa		1$300
Roçada em capoeira		$017
Roçado a machado		$033
Roçado em matta virgem		$077
Destocamento em terreno		1$330
Escavação em schisto		7$700
Escavação em moledo		9$300
Escavação em rocha fraca		11$000
Escavação em rocha dura		13$900
Calhas e conductores		10$000
Sargetas calçadas alvenaria secca		6$660
Installações		
Sanitarias de louça branca typo «Alpha Sany ou New Burns», com caixa, tampa, ventilador, canalização de agua e esgoto		250$000
Idem, idem vasos inglezes de grês louçado, brancos, inteiramente completo		165$000
Installação completa de banheiro de 5 1/2 pés, de ferro esmaltado, com canalização para agua quente e fria		550$000
Idem idem de chuveiro com crivo em folha de cobre completo		50$000
Idem de fogão Progresso 4 A		130$000
Deposito para agua quente para 1.000 litros com canalização e serpentina		520$000
Deposito para agua fria, para 1.000 litros com canalização de ferro galvanizado de 1/2" assentes 20 metros		430$000
Idem para 750 litros		380$000
Lavabos de ferro tamanho medio, com torneiras, syphões, canalizações		200$000
Tanques para lavanderia para as habitações isoladas, em tijolo, com argamassa e chapa de cimento incluindo canalizações		130$000
Canalizações para aguas pluviaes em manilhas de grês ceramico, assentes: diametro 0,07 ms		3$800
Diametro 0,010 metro		4$900
Diametro 0,15 metro		6$000
Canalizações em tubos de ferro galvanizado:		
Diametros do 1/2 até 1 1/4, kilo		2$700
Diametros de 1 1/4 até 4, kilo		2$600
Curvas, junções etc, kilo		2$700
Cancellas de 1,00 × 1,50		55$000
Cancellas de 2 folhas, 2,50 × 1,50		130$000
Cerca de arame farpado 5 fios, morões de candeia de 2,5 em 2,5		2$400
Transporte de terra por decametro		$030

Quadro n. 2

Preços unitarios applicados aos trabalhos preparatorios e a cada um dos pavilhões.

Trabalhos preparatorios

1. Escavação em desmonte, em terra franca	8,837	2$000	19:441$400
2. Sargetas calçadas em alvenaria secca, pedras irregulares sobre areia	3,420	6$600	22:572$000
3. Cerca de arame farpado, 5 fios, moirões de candeia de 2,5 em 2,5	3,420	2$400	8:208$000
4. Cancellas de 1,50×1,0, uma folha quadro de 0,03 de espessura e regoas de 0,05×0,015 com ferragens	27	55$000	1:485$000
5. Idem, idem em duas folhas 2,50×1,50, com ferragens	6	130$000	780$000
			52:486$400

Pavilhão de administração

1. Escavação	89,160	2$200	196$150
2. Alicerces e embasamento	121,470	64$000	7:774$030
3. Paredes atijoladas	150,360	64$000	9:623$040
4. Soalhos	129,360	35$000	4:527$600
5. Ladrilhamento	100,93	17$000	1:715$810
6. Impermeabilisação do solo	117,00	10$400	1:216$800
7. Forros	229,88	22$000	5:057$360
8. Telhado completo	299,00	33$000	9:867$000
9. Portas almofadadas	32,50	75$000	2:437$000
10. Janellas almofadadas	58,90	105$000	6:184$500
11. Bandeiras	17,60	44$000	774$400
12. Vidros collocados	109,06	16$000	1:744$960
13. Reboco e emboço	919,34	5$500	5:056$370
14. Pintura a cal ou colla	919,34	$800	735$470
15. Pintura a oleo com tres demãos	623,22	4$000	2:492$880
16. Rodapés — cimentos	197,60	1$400	276$640
17. Abobadilhas	5,00	13$000	65$000
18. Calhas e conductores	159,00	10$000	1:590$000
Installações			
1. Sanitarias installadas	2	250$000	500$000
2. Lavabos installados	2	200$000	400$000
3. Banheiros	1		550$000
4. Ferro em obra, 30 kilos	30	1$600	48$000
5. Deposito para 1.000 litros.	1		430$000
6. Canalisação em ferro galvanizado e chumbo	1		186$000
7. Escada de peroba, degraus de 1,10, guarda corpos torneados	1		2:500$000
			65:949$060

Enfermaria geral para homens

1. Escavações	145,27	2$200	319$590
2. Alicerces e embasamento	116,110	107$000	12:423$770
3. Parede de tijolo	258,620	64$000	16:551$680
4. Soalhos	364,150	35$000	12:745$250
5. Ladrilhamento	123,10	17$000	2:092$700
6. Forros	487,45	22$000	10:723$900
7. Impermeabilização do solo	327,92	10$400	3:410$370
8. Telhado (4 aguas)	633,68	33$000	20:911$440
9. Portas almofadadas	112,60	75$000	8:445$000
10. Janellas almofadadas	144,40	105$000	15:162$000
11. Bandeiras	18,00	44$000	792$000

12. Vidros assentes	227,52	16$000	3:640$320
13. Reboco e emboço	1.938,44	3$000	5:815$320
14. Pintura a cal ou colla	1.938,44	$ 00	1:550$750
15. Pintura a tres demãos	1.306.45	4$000	5:225$800
16. Rodapés e cimento	318,00	1$400	445$ 00
17. Calhas e conductores	257,00	10$000	2:570 000
			122:825$090
Installações:			
1, Sanitarias assentes	5	250$000	1:250$000
2. Lavabo	13	200 000	2:600 000
3. Banheiros	3	550 000	1:650$000
4. Azulejos em paredes	131.00	45$000	5:895$000
5. Forro em obra	2.462	1$600	3:939$200
6. Escadas de cimento	5	100$000	500$000
7. Deposito para 1.000 litros.	1		430$000
8. Canalisações			150$000
9. Abobadilhas	121.10	13$000	1:574$300
10. Janellão fixo com caixilhos metallicos e vidros despolidos			950$000
			141:793$590

Enfermaria geral para mulheres

1. Escavação	131.356	2$200	289$970
2. Alicerces e embamento	176.500	64$000	11:296$000
3. Tijolos, paredes	222.760	64$000	14:256$640
4. Soalhos	322,350	35$000	11:281$250
5. Ladrilhamento	123.100	17$000	2:092$700
6. Forros	445.45	22.000	9:799$900
7. Telhado	570.32	33$000	18:820$560
8. Portas almofadadas	112.50	75$000	8:437$500
9. Janellas de almofadas	133.00	105 000	13:965$000
10. Bandeiras	15.20	44$0 0	663$800
11. Vidros (pollegadas quadradas	201.42	16$000	3:222$720
12. Emboço e reboco	1.835.10	3$000	5:555$600
13. Caiação ou colla	1.835.20	$ 00	1:468$160
14. Pintura a oleo	718.51	4$000	2:874$040
15. Rodapés	306.00	1$400	428$400
16. Impermeabilidade	290.12	10$400	3:017$250
Instalações:			
1. Sanitarias	4	250$000	1:000$000
2. Banheiros	3	550$000	1:650 000
3. Lavabos	7	200$000	1:400$000
4. Abobadilhas	123.10	13$000	1:600$300
5. Azulejos	130.10	45$000	5:854$500
6. Calhas e conductores	245.20	10$000	2:452$000
7. Deposito para 1.000 litros.	4	430,000	1:720$000
8. Forro em obras	2.462.00	1$600	3:939$200
9. Janellão fixo metallico e vidro despolido			950$000
			127:990$490

Duas habitações para indigentes

1. Escavações para fundações.	66.500	2$200	146$300
2. Alvenaria de pedra	89.70	64$000	5:740$800
3. Alvenaria de tijolo	117.00	64$000	7:488$000
4. Soalhos	240.00	35$000	8:400$000
5. Ladrilhamento	48.00	17$000	816$000
6. Impermeabilisação do solo.	216.00	10$400	2:246$400
7. Forros	288.00	22$000	6:336$000
8. Telhado	360.00	33$000	11:880$000
9. Portas de calha	27.60	56$000	1:545$600
10. Janellas de calha	98.60	86$000	8:479$600
11. Bandeiras	28.00	44$000	1:232$000
12. Vidros assentes	164.16	16$000	2:626$560
13. Emboço e reboco	648.00	3$000	1:944$000
14, Caiação ou colla	648.00	$800	518$400
15. Pintura a oleo	650.00	4$000	2:600$000
16. Rodapés de cimento	76.00	1$400	106$400
17. Sanitarias	4	250$000	1:000$000
18. Chuveiros	4	50$000	200$000
19. Lavabos	8	200$000	1:600$000
20. Deposito para 1.000 litros.	2	450$000	900$000
			65:805$060

Habitações collectivas para mulheres

1. Escavação para fundação.	278.86	2$200	613$490
2. Alicerces e embasamento.	278.86	64$000	17:847$040
3. Alvenaria de tijolo	436.20	64$000	27:916$800
4. Soalho	618.00	35$000	21:630$000
5. Impermeabilisação do solo	160.00	10$400	1:664$000
6. Forros	778.50	22$000	17:127$000
7. Telhado	1.012.00	33$000	33:396$000
8. Portas de almofada	32.50	75$000	3:187$500
9. Portas de calha	69.23	56$000	3:876$880
10. Janellas de almofada	76.00	105 000	7:980$000
11. Janellas de calha	24.40	86$000	2:105$280
12. Bandeiras	22.80	44$000	1.003$200
13. Vidros	159.84	16$000	2:557$440
14. Emboço e reboco	4.312.00	3$000	12:936$000
11, Pintura a cal	4.312.00	$800	3:449$600
16. Pintura a oleo	1.461.25	4$000	5:845$000
17. Rodapés de cimento	490.00	1$400	686$000
18. Calhas e conductores	282.00	10$000	2:820$000
19. Ferro em obra	1.720.00	1$600	2:752$000
20. Abobadilha	86.00	13$000	1:118$000
Installações:			
1. Sanitarias	10	250$000	2:500$000
2. Banheiros	6	550 000	3:300$000
3. Lavabos	12	200$000	2:400$000
4. Chuveiros	2	50$000	100$000
5. Deposito para 1.000 litros,	4	430,000	1:720$000
			180:531$230

Cinco habitações para indigentes casados

1. Escavações para fundações	137.650	2$200	302$830
2. Alicerces	189.090	64$000	12:101$760
3. Alvenaria de tijolo	282.950	64$000	18:108$800
4. Soalhos	266$25	35$000	9:318$750
5. Camada geral de concreto.	239.63	10$400	2:492$150
6. Ladrilhamento	99.55	17$000	1:692$350
7. Ferro	366.75	22$000	8:068$500
8. Telhado (duas aguas)	3 4.93	30 000	11:547$900
9, Portas de calha	161.00	56$000	9:016$000
10. Janellas de calha	80.85	86 000	6:953$100
11. Bandeiras	20.80	44$000	915$200
12. Vidros	69.120	16$000	1:105$920
13. Emboço e reboco	2.907.00	3$000	8:221$000
14. Pintura a cal ou colla	2.907.00	$800	2:325$600
15. Pintura a oleo	974 25	4$000	3:897 000
16. Rodapé	490.00	1$400	686 000
17. Sanitarias	10	165$000	1:650 000
18. Lavabos	10	200 000	2.000$000
19. Chuveiros	10	50$000	500 000
20. Fogão typo Progresso 4 A	10	130 000	1:300$000
21. Deposito para 1.000 litros.	5	430$000	2:150$000
62. Tanques para lavanderia em cimento	10	150$000	1:500$000
			106:352$860

Habilitações para indigentes solteiros

1. Escavação para fundações.	126,750	2$200	278$850
2. Alvenaria de pedra	164,770	64$000	10:545$280
3. Alvenaria de tijolo	253,650	64$000	16:233$600
4. Soalhos	303,75	35$000	10:631$250
5. Ladrilhamento	34,60	17$000	578$000
6. Camada geral do concreto.	273,38	10$400	2:843$150
7. Forros	337,75	22$000	7:430$500
8. Telhado (duas aguas)	422,18	30$000	12:665$400
9. Portas de calha	99,00	56$000	5:544$000
10. Janellas de calha	85,00	86$000	7:310$000
11. Bandeiras	2.00	44$000	88$000
12. Vidros collocados	109.440	16$000	1:751$040
13. Emboço e reboco	2.318,00	3$000	6:954$000
14. Pintura a cal	2.318,00	$800	1:854$400
15. Pintura a oleo	778,85	4$000	3:115$400
16. Rodapés de cimento	360,00	1$400	504$000
17. Sanitarias	5	165$000	825$000
18. Lavabos	10	200$000	2:000$000
19. Chuveiros	5	50$060	250$000
20. Deposito para 1000 litros	5	430$000	2:150$000
			93:871$870

Pavilhão para refeitorio

1. Escavação para fundações.	158,79	2$200	351$530
2. Alvenaria de pedra	279,65	64$000	17:897$600
3. Alvenaria de tijolo	284,48	64$000	18:206$720
4. Ladrilhamento	536,19	17$000	9:115$230
5. Forros	536,19	22$000	11:796$180
6. Telhado (4) aguas	647,04	33$000	21:352$320
7. Portas almofadadas	30,40	75$000	2:280$000
8. Janellas almofadadas	91,80	105$000	9:639$000
9. Bandeiras	28,00	44$000	1:232$000
10. Vidros collocados	155,52	16$000	2:488$320
11. Emboço e reboco	2.132,28	3$000	6:396$840
12. Pintura a cal	2.132,28	$800	1:705$820
13. Pintura a oleo	1.231,00	4$000	4:924$000
14. Rodapés	248,00	1$400	347$200
15. Abobadilas	1536,19	13$000	6:970$47

16. Calhas e conductores.....	389:00	10$000	3:890$000
17. Azulejos	60,00	45$000	2:700$000
18. Ferro em obra.....	10723,80	1$600	17:153$080
19. Fogão para cozinha geral para 50 refeições.....	1		5:500$000
20. Deposito para 1000 litros..	1		430.000
21. Lavabos.....	9	200$000	1:800$000
22. Lavabos para cozinha.....	1		1:265$000
			147:446$310

Pavilhão para observação e isolamento

1. Escavação para fundações.	40,81	2$200	89$780
2. Alvenaria de pedra.....	53,05	64$000	3:395$200
3. Alvenaria de tijolo.....	71,42	64$000	4:570$880
4. Soalhos.....	75,10	35$000	2:628$500
5. Ladrilhamento.....	16,64	17$000	282$880
6. Forros.....	91,74	22$000	2:018$280
7. Cama la geral de concreto.	67,56	10$400	702$620
8. Telhado (4 aguas).....	114,67	33$000	3:784$110
9. Portas almofadadas.....	10,00	75$000	750$000
10. Portas de calhas.....	27,60	56$000	1:545$600
11. Janellas almofadadas.....	13,30	105$000	1:396$500
12. Janellas de calha.....	13,60	86$000	1:169$600
13. Bandeiras.....	2,80	44$000	123$200
14. Vidros assentes.....	38.00	16$000	608$000
15. Esboço e reboco.....	884.80	3$000	2:654$400
16. Pintura a cal.....	884.80	9$800	709$840
17. Pintura a oleo.....	231.29	4$000	925$160
18. Rodapés.....	113.00	1$400	158$200
19. Sanitarias.....	3	250$000	750$000
20. Banheiras.....	2	550$000	1:100 000
21. Lavabos.....	5	200$000	1:000$000
22. Deposito para 1.000 litros	1	—	430$000
23. Caldeira para aquecimento com respectivo deposito, para 1.000 litros...	—	—	1:650$000
			32:440$750

Pharmacia e Laboratorio

1. Escavação bara fundações.	38.82	2$200	85$400
2. Alvenaria de pedra.....	50.46	64$000	3:229$400
3. Alvenaria de tijolo.....	54.10	64$000	3:462$400
4. Ladrilhamento.....	73.90	17$000	1:256$300
5. Forros.....	73.90	22$000	1:625$800
6. Telhado (quatro aguas)...	95.29	33$000	3:144$570
7. Portas almofadadas.....	12.50	75$000	947$500
8. Janellas almofadadas.....	19.00	105$000	1:995$000
9. Bandeiras.....	2.40	44$000	105$600
10. Vidros assentes.....	30.40	16$009	486$400
11. Emboço e reboco.....	442.00	3$000	1:326$000
12. Pintura a cal.....	442.00	$800	353$600
13. Pintura a oleo.....	179.85	4$000	719$400
14. Rodapés de cimento.....	53.80	1$400	74$200
15. Calhas e conductores.....	42.00	10$000	420$000
16. Azulejos.....	28.00	45$000	1:260$000
17. Sanitarias.....	1	—	250$000
18. Lavabos.....	2	200$000	400$000
19. Deposito para 1.000 litros	1	430$000	430$000
			21:571$610

Lavanderia

1. Escavação para fundações.	38.42	2$200	84$520
2. Alvenaria de pedra.....	51.86	64$000	3:319$040
3. Alvenaria de tijolo.....	58.00	64$000	3:712$000
4. Ladrilhamento.....	89.00	17$000	1:513$000
5. Forros.....	89.00	22$000	1:958$000
6. Telhado.....	111.25	33$000	3:671$250
7. Portas de calha.....	21.50	56$000	1:204$000
8. Janellas de calha.....	21.10	86$000	1:814$500
9. Vidros (pollegadas).....	29646.00	$016	474$340
10. Emboço e reboco.....	464.00	3$000	1:392$000
11. Pintura a cal ou colla.....	464.00	$800	371$200
12. Pintura a oleo tres demãos.....	203.20	4$000	812$800
13. Rodapés.....	26.00	1$400	36$400
Installação de uma lavanderia com capacidade para 300 pessôas, de accôrdo com o edital, até a importancia de 25:000$, inclusive o assentamento.....	—	—	27:500$000
			47.863$150

Cinco habitações para empregados

1. Escavações.....	70.40	2$200	154$880
2. Alvenaria de pedra.....	95.00	64$000	6:080$000
3. Alvenaria de tijolo.....	179.80	64$000	11:507$200
4. Soalhos.....	175.50	38$000	6:142$500
5. Ladrilhamento.....	52.50	17$000	892$500
6. Impermeabilização	142.75	10$400	1:484$600
7. Telhado (duas aguas).....	253.50	30$000	7:605$000
8. Forros.....	210.00	22$000	4:620$000
9. Portas de calha.....	80.50	56$000	4:508$000
10. Janellas de calha.....	51.00	86$000	4:386$000
11. Bandeiras.....	2.00	44$000	88$000
12. Vidros.....	68.120.	$016	1:089$920
13. Emboço e reboco.....	1.672.	3$000	5:016$000
14. Pintura a cal ou colla.....	1.672.	$800	1:337$600
15. Pintura a oleo tres demãos.	537.	4$000	2:148$000
16. Rodapes.....	60.	1$400	84$000
17. Sanitarias.....	5	165$000	825$000
18. Lavabos	5	200$000	1:000 000
19. Chuveiros.....	5	50$000	250$000
20. Fogão typo 4 A.....	5	130$000	650 000
21. Deposito para 750 litros....	5	380$000	1:900 000
			61:769$200

Habitação para o medico

1. Escavação	65.52	2$200	137$540
2. Alvenaria de pedra.....	81.27	64$000	5:201$280
3. Alvenaria de tijolo.....	84.79	64$000	5:424$560
4. Soalhos.....	102.60	35$000	3:591$000
5. Ladrilhamento.....	24.50	17$000	416$500
6. Impermeabilização	93.34	10$400	970$740
7. Forros.....	198.70	22$000	4:371$400
8. Telhado	258.20	33$000	8:520$600
9. Portas de almofadas.....	37.50	75$000	2:812$500
10. Janellas de almofadas.....	32.30	105$000	3:391$500
11. Bandeiras	12.80	44$000	563$200
12. Vidros assentes	190.40	16$000	3:046$400
13. Emboço e reboco.....	882.50	3$000	2:647$500
14. Pintura a cal.....	882.50	$800	706$000
15. Pintura a oleo.....	457.65	4$000	1:830$600
16. Rodapés.....	164.00	1$400	229$600
17. Calhas e conductores.....	126.50	10$000	1:265$000
18. Abobadilhas	24.50	13$000	318$500
19. Ferro em obra.....	89.00	1$600	142$400
20. Azulejos.....	40.20	45$000	1:809$000
21. Sanitarias.....	1	—	250$000
22. Lavabos.....	2	200$000	400$000
23. Banheiras.....	1	—	550$000
24. Fogão Wallig n. 2.....	1	—	500$000
25. Deposito para 1.000 litros.	1	—	430$000
26. Deposito para 750 litros com ferro n. 18, com serpentina e ligações..	1	—	380$000
			49:905$820

Quadro n. 3

Synopse geral

1. Trabalhos preparatorios.....	52:486$400
2. Pavilhão da administração.....	65:949$060
3. Enfermaria geral para homens.....	141:793$590
4. Idem para mulheres.....	127:990$490
5. Duas habitações para indigentes.....	65:806$060
6. Habitação collectiva para mulheres.....	180:531$230
7. Cinco habitações para indigentes casados.....	106:352$860
8. Idem, idem para solteiros.....	93:871$870
9. Pavilhão para refeitorio.....	147:446$310
10. Pavilhão para observação e isolamento.....	32:440$750
11. Pharmacia e laboratorio.....	21:571$610
12. Lavanderia	47:863$150
13. Cinco habitações para empregados.....	61:769$200
14. Habitação para o medico.....	49:905$820
	1.195:778$400

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1926. — *Meanda Canty & Comp.*

Instituto Nacional de Musica

EXAMES E CONCURSOS DE ADMISSÃO, MATRICULAS E SUBVENÇÃO

De ordem do Sr. director, faço publico que a inscripção para os exames e concursos de admissão estará aberta na secretaria deste instituto, nos dias uteis, de 1 a 15 de março proximo, de accôrdo com o disposto nos arts. 167, e 168, do regulamento annexo ao decreto numero 16.753, de 31 de dezembro de 1924.

As condições essenciaes para a admissão nos diversos cursos e o processo dos exames regulam-se pelos arts. 170, do citado regulamento; 8, do regimento interno de 1916, e instrucções do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, de 17 de fevereiro de 1925.

De accôrdo com os arts. 180 e 181, do regulamento, os alumnos do anno lectivo anterior pagarão as respectivas taxas de matriculas e do curso, de 1 a 10 de março devendo ser considerados vagos os logares daquelles que não satifizerem essa exigencia.

Outrosim, faço publico que, tendo sido instituida uma subvenção de réis 200$000, para o curso de fagote, a respectiva inscripção se effectuará, igualmente, de 1 a 15 do mesmo mez, nos termos do cap XIV do regulamento.

Instituto Nacional de Musica 1 de março de 1926. — O secretario, *A. Tolentino*.

MINISTERIO DA GUERRA

Escola de Veterinaria do Exercito

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Acha-se aberta a inscripção para provimento dos artigos necessarios a esta escola durante o anno de 1926. De ordem do Sr. tenente-coronel presidente do Conselho de Administração deste estabelecimento, convido os Srs. negociantes a apresentarem até ás 9 horas do dia 10 de março proximo futuro á avenida Bartholomeu de Gusmão sem numero, Estação de S. Christovão, na séde da Escola de Veterinaria do Exercito, as suas propostas acompanhadas de documentos que provem a idoneidade dos proponentes. As propostas serão abertas no dia acima referido e deverão ser feitas em duas vias, respectivamente selladas de accôrdo com o regulamento do sello e com os preços por unidade, tendo por base o kilo para: forragem, generos alimenticios e ferragens.

Existem nesta escola relações discriminadas dos respectivos artigos á disposição dos interessados.

São os seguintes os grupos a elles referentes:

Grupo 1 — Expediente e material de ensino.
Grupo 2 — Generos alimenticios e forragens.
Grupo 3 — Material electrico para illuminação.
Grupo 4 — Ferragens, tintas, oleos e artigos de limpeza.
Grupo 5 — Material cirurgico, veterinario e artigos de laboratorio.
Grupo 6 — Drogas, medicamentos, e artigos pharmaceuticos.
Grupo 7 — Madeiras, materiaes de construcção, moveis, etc.
Grupo 8 — Couros e artigos de correiaria.
Grupo 9 — Carvão.
Grupo 10 — Artigos diversos.
Grupo 11 — Lavagem de roupa.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1926. — *João Luiz Pereira Filho*, capitão intendente, thesoureiro.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Estrada de Ferro Central do Brasil

De ordem do Sr. Dr. presidente da Commissão Examinadora do concurso para praticantes da 2ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, faço publico que nos dias 26 do corrente e 3, 5 e 8 de março futuro, ás 10 horas, no edificio da Associação de Auxilios Mutuos, á rua Visconde de Itauna n. 25, serão chamados á prova oral, os seguintes candidatos:

Dia 26 de fevereiro de 1926

Walter João Baptista de Souza.
Walfrido Innocencio Ferreira da Silva.
Moacyr Ferreira da Silva.
Nelson Matheus da Rocha.
Odilon Campos.
Oswaldo Masseran Pereira.
Odorico Cecilio de Aquino.
Orlando Passos.
Pacifico Fernandes.
Rodolpiano Vieira.
Rodolpho Almeida Lopes.
Raymundo Nonato de Castro.

Dia 3 de março de 1926

Waldemar dos Santos Xavier.
Waldemar Bittencourt.
Waldemar Sodré.
Luiz de Sant'Anna Salles.
Pedro Nogueira da Gama.
Pedro Teixeira da Motta.
Perminio Vianna.
Romeu Fernandes Ribeiro.
Sebastião Gonçalves Barbosa.
Sebastião Ferreira Salles.
Thiago Sapucaia.
Walter Pires Lemos.

Dia 5

Zacharias Esteves de Souza Dores.
Manoel Pimentel Junior.
Oscar da Silva Vieira.
Pedro Ferreira da Silva Junior.
Raymundo Floriano de Oliveira Maucity.
Solon Medeiros.
Sylvio de Assis Ribeiro.
Saint-Clair Barbosa.
Tertuliano Costa.
Walfrido Velloso Seixas.
Waldemar Siqueira Duarte.
Ubyrajara Taranto.

Dia 8

Luiz Clero da Silva.
Waldomiro de Farias Cabral.
Sylvio Dutra da Silva.
Severino Baptista da Silva.
Samuel Corrêa Dias.
Thiago da Costa Nunes.
Virgilio Augusto dos Santos.
Virginio Cardoso Martins.
Walter Maggioli de Mello.
Wellington Fernandes Póvoas.
Zacharias Gonçalves Martins Bastos.
Zozimo Barcellos dos Santos.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brasil, 23 de fevereiro de 1926. — *João Victor*, secretario da commissão.

Estrada de Ferro Central do Brasil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE SOBRESALENTES PARA CARROS E MACHINAS PARA A 4ª DIVISÃO, EM 1926.

Transferencia da concurrencia publica n. 20

De ordem da directoria, faço publico que fica transferida para as 13 horas do dia 5 do proximo mez de abril, na Intendencia desta estrada, na estação Maritima, a concurrencia para o fornecimento de sobresalentes para carros e machinas para a 4ª Divisão, no corrente anno, a que se referem os editaes desta secretaria, de 29 de janeiro ultimo e 20 do corrente mez.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 26 de fevereiro de 1926. — O secretario, *Diocleciano Vasconcellos*.

Estrada de Ferro Central do Brasil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS DIVERSOS PARA A 4ª DIVISÃO, EM 1926

Concurrencia publica n. 22

Primeira correcção do edital de 12 de fevereiro de 1926

De ordem da directoria e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 1.993, de 31 de outubro de 1924, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, faço publico que ás 13 horas do dia 5 de março proximo vindouro serão recebidas propostas, na intendencia desta estrada, na estação Maritima, para o fornecimento de artigos diversos para a 4ª divisão, no corrente anno, de accôrdo com o edital desta secretaria, de 12 do fluente mez, publicado no *Diario Official* de 13 do mesmo mez, observadas, porém, as seguintes modificações:

Onde se lê: "Arame de cobre, 145 (cento e quarenta e cinco) kilos de", leia-se: "145 (cento e quarenta e cinco) kilos de 3/16".

Fica incluida nesse mesmo artigo (arame de cobre), mais a seguinte quantidade: "50 (cincoenta) kilos de 5/16".

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 26 de fevereiro de 1926. — O secretario, *Diocleciano Candido de Vasconcellos*.

Estrada de Ferro Central do Brasil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS DIVERSOS PARA A QUINTA DIVISÃO

Concurrencia publica n. 16

Primeira correcção do edital de 18 de janeiro de 1926

De ordem da directoria e de conformidade com a autorização constante do aviso n. 1.993, de 31 de outubro de

1924, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, faço publico que, ás 13 horas do dia 15 de março proximo vindouro, serão recebidas propostas na Intendencia desta estrada, na estação Maritima, para o fornecimento de artigos diversos para a 5ª divisão em 1926, de accôrdo com os editaes de 18 de janeiro ultimo e 12 do corrente mez, publicados no *Diario Official* de 19 daquelle mez e 13 deste, observadas, porém, as seguintes modificações:

«Fica eliminada na parte relativa ás limas facas bastardas a seguinte expressão: 2.000 (duas mil) folhas n. 0.

«O numero relativo ás trenas de lamina de aço, de 3/4" de largura, «Chestermann» é 155 e não 115 como sahiu publicado»;

«Ficam excluidas do referido edital as tintas para pintura de construcções metallicas, superstructuras metallicas, signaes semaphoricos, alavancas de signaes e mastros metallicos, em todas as quantidades e côres».

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 26 de fevereiro de 1926. — O secretario, *Diocleciano Candido de Vasconcellos*.

Estrada de Ferro Central do Brasil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE AÇO E FERRO PARA A 5ª DIVISÃO, EM 1926.

Transferencia da concurrencia publica n. 21

De ordem da directoria, faço publico que fica transferida para as 13 horas do dia 18 do proximo mez de março, na intendencia desta estrada, na estação Maritima, a concurrencia para o fornecimento de aço e ferro para a 5ª Divisão, no corrente anno, a que se referem os editaes desta secretaria, de 23 de janeiro ultimo e 4 do corrente mez.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1926. — O secretario, *Diocleciano Candido de Vasconcellos*.

Estrada de Ferro Central do Brasil

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA N. 13

De ordem da directoria, faço publico que, ás 12 horas do dia 9 do corrente mez, realizar-se-ha, na sala de concurrencias desta intendencia, na estação Maritima, a concurrencia administrativa n. 13, sendo recebidas propostas para o fornecimento á 1ª divisão desta estrada (Intendencia), do artigo abaixo mencionado:

10 (dez) caixas de 100 folhas de papel carbono azul de 0,51x0,75, caixa.

A entrega será immediata na Intendencia, ficando os proponentes obrigados a declarar em as suas propostas que se sujeitam a todas as condições do edital da presente concurrencia.

Para esta concurrencia prevalecem todas as demais condições estipuladas no edital da concurrencia administrativa n. 3, publicado no *Diario Official* de 24 de janeiro de corrente anno, sendo exhibido o recibo da caução de 20:000$, citado no referido edital, ou o da de 50$, feita na thesouraria da Estrada até á vespera do dia da realização da concurrencia, para garantia deste fornecimento. As primeiras vias das propostas desta concurrencia serão selladas com uma estampilha de 1$ por folha.

Intendencia da Estrada de Ferro Central do Brasil, 2 de março de 1926. — *Benjamin Jacob*, intendente.

Estrada de Ferro Central do Brasil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS DIVERSOS PARA A 4ª DIVISÃO, EM 1926

Transferencia da concurrencia publica n. 22

De ordem da directoria, faço publico que fica transferida para as 13 horas do dia 23 de março, na Intendencia desta estrada, na estação Maritima, a concurrencia para o fornecimento de artigos diversos para a 4ª divisão, no corrente anno, a que se referem os editaes de 12 e 26 de fevereiro ultimo, publicados no *Diario Official* de 13 e 27 do mesmo mez, os quaes deverão ser observados com a seguinte alteração: "O preço dos rebites de aço doce deverá ser médio, por kilo, para a quantidade total pedida".

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 3 de março de 1926.— O secretario, *Diocleciano Candido de Vasconcellos*

Inspectoria Geral de Illuminação

PREÇO DO GAZ E DA ENERGIA ELECTRICA

De ordem do Sr. Dr. inspector geral faço publico que o preço do gaz fornecido pela Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro no mez de fevereiro proximo passado, foi de réis 467,65 por metro cubico e o da energia electrica para o particular de réis 666,41 por kilowatt-hora, servindo de base a média do cambio do referido mez (7 11/32), conforme certidão da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos, enviada a esta repartição.

Capital Federal, 3 de março de 1926. — Pelo official, *José Ramalho*, escripturario.

MINISTERIO DA FAZENDA

Imposto sobre a Renda

De ordem do Sr. 1º delegado do Imposto sobre a Renda, faço publico que foram calculados os impostos correspondentes ás declarações, cujos numeros e signatarios constam da relação abaixo:

N. 10.262. José Pereira Coelho de Sarzellos, rua Miguel de Frias n. 45, sobrado.

N. 6.677. Abelchor Antonio Santiago, rua Visconde da Gavea n. 133.

N. 7.015. Henrique José de Saules, rua Real Grandeza n. 88, casa 19 (Botafogo).

N. 39.645. Alberto Saupiquet, rua de Santo Amaro n. 29, casa 4 (Gloria).

N. 23.872 Engelbert Sauwen, rua Barão de Petropolis n. 120, casa 5.

N. 37.414. Claudio Savaget, rua da Quitanda n. 137, loja.

N. 14.685, Kojiro Sawamura, rua General Camara n. 213.

N. 12.260. Arnaldo Sobral de Bulhões Sayão, rua Paysandú n. 103.

N. 28.775. Carlos Lage Sayão, rua Bandeirantes n. 20 (Engenho Velho).

N. 6.262 Gilberto Sobral de Bulhões Sayão, rua Senador Furtado n. 30.

N. 7.244. João Julião Manso Sayão, becco do Pinheiro n. 19, Cattete.

N. 17.313, João de Siqueira Queiroz rua 2 de Abril n. 11 (Deodoro).

N. 1.287. Charles Joseph Montrecor Scallon, avenida Rio Branco n. 9, sala 331.

N. 33.191, George Scarlett, rua Joanna Angelica n. 54.

N. 36.734, José Salgado Scares, avenida Atlantica n. 638.

N. 34.976, Francisco de Paula Scassa, rua São Christovão n. 58.

N. 9.608 Robert Schaal, rua D. Cecilia n. 17, Rio Comprido.

N. 14.415. Henrique Schaeffer, rua Ernestina n. 74.

N. 31.356, Otto Schaeffer, rua Figueiredo Magalhães n. 116, casa 18.

N. 8.251, Frida Schafer, rua Alice n. 875, Sylvestre.

N. 19.788. Fritz Schafer, avenida Rio Branco ns. 79|81.

N. 38.700 Augusto Leal Schafflor, rua Senador Furtado n. 109, casa 1.

N. 15.716, Luiz Schara, rua General Camara n. 130.

N. 10.775, Fritz Schau, rua Bandeira de Gouvêa n. 51.

N. 16.520. Heitor Scheid, Inspectoria de Aguas e Esgotos.

N. 18.068, Sylvio Lourenço Scheleder, rua Paris n. 5, Engenho Novo.

N. 24.756, Erich Felix Waldemar Schendel, rua Campos Salles n. 137.

N. 24.757. Franz August Waldemar Schendel, rua Campos Salles n. 137.

N. 23.424. Arthur Adolpho da Silva Schiappe, rua Pereira Nunes n. 243.

N. 19.129. Jayme Schindler, estrada Marechal Rangel n. 797.

N. 7.327. Paulo Schirch, largo da Carioca ns. 16|18.

N. 7.754. Erich Schkolziget, rua Cassiano n. 69.

N. 9.297, Hermann Schlenker, rua Senador Dantas n. 27.

N. 23.222. Paul Alfredo Schlick, rua do Ouvidor n. 61.

N. 1.314, Ernani da Cunha Selhobach, rua São Clemente n. 252.

N. 3.822, Carlos Schlosser, rua Sorocaba n. 138.

N. 12.214, Arthur Schmil, rua da Candelaria n. 83.

N. 27.701, Johannes Shmid, rua Monsenhor Amorim n. 99.

N. 6.162, Caros Jeronymo Schmidt, rua Senhor de Mattosinhos n. 131.

N. 6.229, Edgard Schmidt, rua Aristides Lobo n. 61.

N. 9.564, coronel Gustavo Schmidt, rua Torres Homem n. 124.

N. 16.170 Hans Schmidt, avenida Rio Branco n. 151, sobrado.

N. 7.242, José Marcellino da Costa e Sá Filho, rua Otto de Alencar n. 17, Engenho Velho.

N. 6.110, José Saavedra, rua Visconde de Inhaúma ns. 78 e 80.

N. 26.854, Heitor da Rocha Salgueiro, rua da Quitanda n. 163.

N. 7.735, Domingos Menéres, rua Primeiro de Março n. 98.

N. 6.521, Eustaquio Bittencourt Sampaio, travessa D. Carlota n. 5.

N. 34.216, Josias Lucas de Sant'Anna, rua Santa Luiza n. 133, Maracanã.

N. 4.138, Alfredo Fernandes dos Santos, rua Theophilo Ottoni n. 37.

N. 42.470, Benedicto José de Araujo Santos, rua Salvador Corrêa n. 120.

N. 3.188, Felix Pereira dos Santos, rua da Alfandega n. 53, 1º andar.

N. 23.388, João Ferreira dos Santos, rua Campos Salles n. 88.

N. 10.263, José de Seabra Santos, rua da Quitanda n. 120.

N. 33.313, coronel Vicente dos Santos, rua Sorocaba n. 81.

N. 16.276, Isolino Santos Filho, rua Moura Brito n. 62.

N. 41.229, Dr. Carlos Sanzio (1º tenente), rua Nove de Fevereiro n. 91, (Copacabana).

N. 20.687, Alvaro Marques Sarabanda, rua dos Ourives ns. 94 e 96.

N. 10.310, Gustavo dos Santos Sarahyba, rua Odorico Mendes n. 8 (Todos os Santos).
N. 30.357, Albino Mendes Saraiva, rua do Alto n. 29 (Engenho de Dentro).
N. 3.737, Antonio Gervasio Alves Saraiva, rua Conde de Bomfim n. 44.
N. 12.662, Antonio Gonçalves Saraiva, rua Ibituruna n. 67.
N. 4.858, Cesar Saraiva, rua de São Francisco Xavier n. 254.
N. 16.578, João Saraiva, rua Joaquim Martinho n. 167 (Santa Thereza).
N. 43.481, Manoel Martins Saraiva, avenida Rio Branco n. 165.
N. 5.037, Eduardo da Silva Sardinha, rua da Candelaria n. 81, 1º andar.
N. 39.270, João da Silva Sardinha, rua Delphim n. 86 (Botafogo).
N. 14.903, Dr. Joaquim José da Silva Sardinha, rua Lopes Quintas n. 129.
N. 14.491, Miguel Sarli, rua Copacabana n. 1.198.
N. 3.879, Augusto Sarmento, rua da Quitanda n. 141.
N. 39.470, Augusto Taveira Sarmento, rua do Senado n. 311.
N. 16.490, Celso Avelino de Moraes Sarmento (major), avenida Duque de Caxias n. 8 (Villa Militar).
N. 11.886, Jorge Moraes Sarmento, rua Conselheiro Saraiva n. 39.
N. 12.939, Pedro Manoel Sarraf, rua de Santa Luzia n. 55, sobrado.
N. 30.415, Esio Alberto Sarres, rua Vinte e Sete n. 3 (estação de Marechal Hermes).
N. 747, Carlos Sarthou, rua Mourão do Valle n. 25.
N. 1.325, Luiz Sergio Sarthou, rua Mourão do Valle n. 25 (São Christovão).
N. 11.820, Otello Sartini, avenida Rio Branco n. 64.
N. 3.768, José Schmidt Sobrinho, rua Republica do Perú n. 94, 1º andar.
N. 10.902, Marcos Schneider, rua da Carioca n. 39.
N. 6.747, Leo Schoch, rua Duque Estrada n. 57, casa 4.
N. 20.303, Eugen Scholl, rua D. Cecilia n. 21.
N. 17.385, Rodolpho Helcenderf Scholte, rua Bueno sAires ns. 11/13.
N. 15.749, Hans Schone, rua Buenos Aires n. 59.
N. 22.710, Walter Schott, rua Primeiro de Março n. 88.
N. 33.069, Maria Luiza de Lyra Schrater, rua Voluntarios da Patria n. 100.
N. 20.430, Joseph Schrater, rua Ipanema n. 25.
N. 35.410, Adolpho Schroder, rua Rezende n. 63.
N. 8.249, João Nicolau Schubach, rua Professor Gabizo n. 23.
N. 36.314, Otto Schuback, rua Xavier da Silveira n. 108.
N. 9.139, Eduardo Schucerveiss, praia do Flamengo n. 132.
N. 4.679, Willy Schulz, rua D. Minervina n. 12.
N. 19.787, Mario Schulze, Avenida Rio Branco ns. 79/81.
N. 20.305, Max Alfred Schuster, rua Almirante Tamandaré n. 59.
N. 15.217, Julius von Schutz, praça da Republica n. 42.
N. 36.838, Johanna Julia Schwarte, rua Raul Pompeia n. 17.
N. 12.613, Alfredo Schwartz, rua Pereira Nunes n. 85.
N. 9.140, Luiz Schwartzkopff, rua Florianopolis n. 105 (Jacarépaguá).
N. 2.645, Otto Schwarz, Avenida Rio Branco n. 20, 2º andar.
N. 19.723, Carlos Affonso Schwenn, Avenida Rio Branco ns. 79/81, 1º andar.
N. 28.564, Carlos B. von Schwerin, rua D. Gerardo n. 47, sobrado.
N. 5.431, Jordan Ralston Scobre, Avenida Rio Branco ns. 83/85.
N. 23.352, Angelo Scortegagna, rua Candido Mendes n. 43.
N. 32.636, George William Scott, rua Barão de Mesquita n. 858.
N. 16.322, Alfredo Seabra, rua Voluntarios da Patria n. 215.
N. 6.115, Antonio Lartigau Seabra, rua Visconde de Inhauma ns. 78/80.
N. 3.182, Assumta Grimaldi Seabra, rua dos Ourives n. 129.
N. 1.384, Fernando Martins Seabra, rua Euclydes da Cunha n. 48.
N. 29.133, Firmino Alves dos Santos Seabra, rua Marechal Floriano n. 142.
N. 9.666, Francis Hubert Seabrocke, rua Santa Luzia n. 69.
N. 1.383, José Martins Seabra, rua da Assembléa n. 67.
N. 22.060, Dr. Oswaldo Rodrigues Seabra, rua Barão de Itapagipe n. 341.
N. 9.746, Renato Sebastiany, rua Alice n. 63.
N. 39.482, Mario da Cruz Secco, rua Figueira n. 102, Rocha.
N. 43.565, Domingos Segreto, rua Pedro I n. 11.
N. 43.571, Elia Segreto, rua Sylvio Romero n. 49.
N. 43.564, João Segreto, rua Pedro I n. 11.
N. 43.568, José Segreto, rua Sylvio Romero n. 49.
N. 45.562, Martinho Segreto, rua Sylvio Romero n. 49.
N. 43.560, Affonso Segreto Sobrinho, rua Sylvio Romero n. 49.
N. 43.561, Luiz Segreto Sobrinho, rua Sylvio Romero n. 49.
N. 43.563, Paschoal Segreto Sobrinho, rua Sylvio Romero n. 49.
N. 10.357, Raymundo Pinto Seidl general), rua General Bruce n. 112.
N. 3.965, Luiz La Saigne, rua do Passeio n. 50.
N. 12.517, Domingos Sendas, avenida 28 de Setembro n. 288.
N. 24.980, Nelson Coelho de Senna, rua Paysandú n. 152.
N. 17.004, Cecilia Felippini Sequeira, avenida Atlantica n. 196.
N. 23.749, Marianno Sequeira, rua Primeiro de Março n. 141.
N. 21.863, João de Albuquerque Serejo, ladeira do Castro n. 138.
N. 30.086, Joaquim d'Albuquerque Serejo, rua Maria Eugenia n. 24.
N. 28.484, José de Montenegro Serra, rua da Quitanda n. 132, 1º andar.
N. 10.348, Lindolpho Libanio Moreira Serra, rua Moraes e Silva n. 8.
N. 6.951, Manoel Thomaz Serra, praia do Flamengo n. 12.
N. 21.348, Antonio Pereira Carvalho de Serrado, rua do Rosario n. 67.
N. 14.140, Joaquim Gonçalves Servos, avenida Passos n. 93.
N. 22.059, Frederick Milton Servoz, rua Figueiredo Magalhães n. 117.
N. 20.163, Alfredo Joaquim Seurer, rua Aristides Lobo n. 38.
N. 6.819, Charles Joseph Shellard, rua da Gloria n. 36.
N. 5.520, Dudley Bertram Sholl, avenida Rio Branco ns. 140/143, 3º andar.
N. 23.890, William Herbert Shortland, rua dos Oitis n. 25 — Gavea.
N. 7.623, Hugo Michael Sieyes, avenida Rio Branco n. 117.
N. 11.096, José Signoretti, rua Santo Christo dos Milagres n. 221.
N. 4.711, Alberto de Carvalho e Silva, rua da Candelaria n. 78.
N. 705, Alfredo de Carvalho Silva, rua da Alfandega n. 66.
N. 14.503, Alvaro Silva, avenida Gomes Freire n. 157.
N. 18.918, Annibal Eleuterio Gonçalves da Silva, rua Barão de Pirassinunga n. 54.
N. 2.300, Antonio Bancalari da Silva, rua Corrêa de Sá n. 3.
N. 31.785, Antonio Moreira Barbosa da Silva, rua Itapiru' n. 320.
N. 9.896, Antonio Nunes da Silva, rua Barbara de Alvarenga n. 1.
N. 9.061, Antonio Nunes da Silva, rua Dr. José Hygino n. 115.
N. 30.777, Armando Silva, Alfandega do Rio de Janeiro.
N. 34.870, Dr. Arthur Lobo da Silva, rua Voluntarios da Patria n. 357.
N. 16.048, Arthur Nunes da Silva, avenida Paulo de Frontin n. 239.
N. 17.894, Ary dos Santos Silva, rua Dr. Sattamini n. 64.
N. 5.238, Coronel Augusto Eduardo da Silva, rua dos Invalidos n. 204.
N. 5.684, Bento de Barros Machado da Silva, rua do Ouvidor n. 54.
N. 1.441, Bernardino José da Silva, rua Otto de Alencar n. 16.
N. 22.353, Boaventura de Souza e Silva, rua da Candelaria ns. 17|19.
N. 8.834, Candido Bernardino da Silva, rua Mariz e Barros n. 232.
N. 18.666, Carlos Dias da Silva, rua da Alegria n. 211.
N. 43.355, Carlos Edmundo Amalio da Silva, avenida Rio Branco n. 114, sobrado
N. 15.529, Carlos Hervey da Silva, rua Visconde de Itaborahy n. 47, sobrado.
N. 16.355, Carlos Rodrigues Lyra da Silva, rua da Candelaria n. 19.
N. 18.933, Cesar A. da Silva, rua Visconde de Caravellas n. 59.
N. 29.900, Curiacio Paulo Cabral e Silva, rua D. Anna Nery n. 34 (São Francisco Xavier).
N. 24.721, Domingos Vaz da Silva, rua Visconde de Inhaúma n. 58.
N. 7.219, Durival Britto e Silva, estrada Velha da Tijuca n. 67.
N. 4.576, Elvira Leoni Werneck da Silva, rua Sorocaba n. 126.
N. 15.929, Francisco Alves Machado da Silva, rua Senador Furtado n. 125.
N. 4.146, Gaspar Caetano da Silva, rua Raul Pompeia n. 12.
N. 19.996, Godofredo Ferreira da Silva, rua da Quitanda n. 35.
N. 5.724, Heitor Lyra da Silva, rua do Aqueducto n. 863.
N. 16.575, Henrique Quintiliano de Castro e Silva (capitão), rua Alegre numero 42.
N. 6.137, Henrique Vargas da Silva, rua Primeiro de Março n. 114.
N. 11.472, Horacio Ribeiro da Silva, rua Dr. José Hygino n. 190 (Tijuca).
N. 8.174, João Francisco da Silva, rua Sete de Setembro n. 179 (loja).
N. 37.255, João Moreira de Castro e Silva, rua General Gurjão n. 3 (Villa Militar).
N. 5.031, Joaquim Magalhães Pereira da Silva, rua de S. Bento n. 28.
N. 18.017, Joaquim Gonçalves da Silva, rua Sete de Setembro ns. 165 e 167.
N. 17.888, José Americo Pinto da Silva, rua Leopoldo Miguez n. 24, casa 2.

N. 6.820, José Bartholo da Silva, rua do Riachuelo n. 328.
N. 4.145, José Machado de Azevedo e Silva, rua de São Francisco Xavier numero 98.
N. 18.984, José Moreira da Silva, rua do Aqueducto n. 363.
N. 9.184, José Valentim Pereira da Silva, rua Padre Miguelino n. 25, Catumby.
N. 12.946, José Victoriano Aranha da Silva, rua General José Christino n. 12.
N. 33.790, José Vieira de Rezende e Silva, rua do Cattete n. 118, sobrado.
N. 1.617, Julio Ferreira da Silva, rua de São Pedro n. 175.
N. 25.253, Leopoldo Doyle, rua General Polydoro n. 131.
N. 24.499, Manoel Bazilio Marques da Silva, rua do Mercado n. 14.
N. 25.643, Dr. Manoel Carneiro da Silva, rua de São Clemente n. 460, casa n. XV.
N. 7.367, Manoel E. O. Silva, rua de Santa Genoveva n. 10.
N. 11.293, Manoel Ferreira do Bomfim e Silva (general), rua Maria Lopes n. 69 (Madureira).
N. 18.753, Manoel Joaquim Pinto da Silva, rua Conselheiro Saraiva n. 33, sobrado.
N. 24.503, Manoel Marques da Silva, rua do Mercado n. 14.
N. 12.050, Manoel Pereira da Silva, rua de São José ns. 108 e 110.
N. 40.769, Mario Domingues da Silva, rua Menna Barreto n. 172.
N. 24.020, Oscar Ferreira da Silva, rua da Piedade n. 34.
N. 17.630, Oscar de Souza e Silva, rua Euclydes da Cunha n. 74 (São Christovão).

N. 7.772, Oswaldo Joppert da Silva, rua Gonçalves Dias n. 15, sobrado.
N. 16.293, Paulo Tavares da Silva, rua Paysandú n. 166.
N. 1.755, Pedro Martins da Silva, rua Dr. Maia Lacerda n. 155.
N. 7.600 Raphael Gaspar da Silva, rua Dr. José Hygino n. 57.
N. 5.305, Rodolpho Albino Dias da Silva, rua Soares Cabral n. 48.
N. 8.376 — Sinval de Sá e Silva, avenida Pasteur n. 79.
N. 23 — Vicente Gonçalves Vianna da Silva, rua Uruguay n. 532.
N. 19.193 — Benedicto Raymundo da Silva Filho, rua Senador Alencar n. 73.
N. 29.765 — Francisco Eulalio do Nascimento Silva Filho, rua do Bispo n. 139.
N. 13.893 — Diniz Affonso Rodrigues da Silva Junior, rua dos Collegios n. 35, Paquetá.
N. 4.638 — Domingos da Silveira, rua General Camara n. 109.

N. 15.127 — Gustavo Adolpho da Silveira, rua Alvaro Chaves n. 36.
N. 11.322 — General João Jayme Pessôa da Silveira, rua Barão de Mesquita n. 192, casa V.
N. 10.523 — Joaquim Oswaldo Silveira, rua 1° de Março n. 55.
N. 11.800 — Laudelina Fogaça da Silveira, rua Dr. Campos Salles n. 81.
N. 39.240 — Luiz Magalhães da Silveira, rua Machado de Assis n. 26.
N. 3.799 — Mario Aurelio da Silveira, praça Servulo Dourado (Lloyd Brasileiro).
N. 7.311 — Ricardo Xavier da Silveira, rua Alvaro Chaves n. 28.
N. 19.195 — Honorio de Souza Silvestre, rua 24 de Maio n. 551.
N. 21.106 — João Ferreira Silvestre, praça Tiradentes n. 31, sobrado.

N. 35.697 — Ernani de Paula Simões, rua 1° de Março n. 127, sobrado.
N. 5.339 — José Simões, rua D. Rita n. 40.
N. 28.278 — José Ferraz Simões, rua Moura Brasil n. 52.
N. 22.048 — Silvestre José Simões, rua Gonçalves Dias n. 56.
N. 21.185 — Octavio Simonsen, rua Senador Vergueiro n. 202.
N. 24.259 — Marcus Sinjen, rua do Ouvidor n. 102.
N. 2.364 — Antonio Manoel de Siqueira, rua Alice de Figueiredo n. 27.
N. 23.793 — João do Amaral Siqueira, rua Santa Amaro n. 115.
N. 9.662 — John Henry Slater, rua da Gloria n. 68.
N. 9.166 — Hugh Le Cesne Smyth, rua Candido Mendes n. 45, Gloria.
N. 28010 — James Smith, rua Barão de Mesquita n. 146, Andarahy.
N. 18.876 — Percy W. Smith, rua do Ouvidor n. 63.
N. 1.231 — Amadeu Soares, rua Buenos Aires n. 91.
N. 1.057 — Antonio Ferreira Soares, rua Carlos Sampaio n. 43-A.
N. 19.230 — José Christiano Soares, rua Gonçalves Dias n. 33.
N. 13.234 — Luiz Alves Soares, Alfandega do Rio de Janeiro.
N. 9.357 — Luiz da Rocha Soares, rua Visconde de Inhaúma n. 46.
N. 384 — General Dr. Sebastião Ivo Soares, rua Haddock Lobo n. 224.
N. 8.410 — Gilberto da Cruz Sobral, rua Itapirú n. 348.

N. 34.666 — Dr. Fabio de Azevedo Sodré, rua José Hygino n. 233.
N. 37.571 — Frederico da Silva Souto, rua Sá Ferreira n. 107.
N. 37.213 — Elias Antonio Ferreira Souto Filho, rua Carlos Vasconcellos numero 70.
N. 9.705 — Agostinho Teixeira de Souza, rua Pereira Nunes n. 103.
N. 25.221 — Arthur Paulino de Souza, rua Real Grandeza n. 142, Botafogo.
N. 10.675 — Dr. Augusto Paulino Soares de Souza, rua Alice n. 25, Laranjeiras.
N. 13.905 — Dr. Christiano de Souza, rua Senador Dantas n. 22.
N. 35.275 — Diamantino da Silva e Souza, rua da Alfandega ns. 122/124.
N. 37.478 — Ernesto Suza, rua Alzira Brandão n. 54.

N. 13.435 — Fernando Aleixo Pinto de Souza, rua da Candelaria n. 17/19.
N. 43.454 — Henrique Inglez de Souza, rua Alcindo Guanabara n. 26.
N. 4.395 — Januario Pereira de Souza, rua do Ouvidor n. 74.
N. 1.349 — Joaquim Nunes de Souza, rua Pedro Cerqueira n. 57, Paquetá.
N. 36.537 — José Ayres de Souza, rua General Polydoro n. 169.
N. 24.482 — José Carvalho de Souza, rua das Dores n. 1, Todos os Santos.
N. 1.267 — Lucio Gomes de Souza, avenida Rio Branco n. 76/86.
N. 35.085 — Luiz Ferreira de Souza, rua do Cattete n. 247, casa 8.
N. 27.171 — Mario Rodrigues de Souza, Observatorio Nacional.
N. 6.745 — Pedro Frederico Leão de Souza, rua Dr. Felix da Cunha n. 34.
N. 35.300 — Quintiliano Azevedo Souza, rua Condo do Bomfim n. 47.
N. 3.850 — Waldemar Rodrigues de Souza, rua Joaquim Murtinho n. 83, Santa Thereza.
N. 27.503 — Humberto Speranza, rua do Riachuelo n. 37.
Adestodem Spinelli, rua Voluntarios da Patria n. 358.

N. 21.941 — Rodolfo Staiga, rua do Russell n. 10.
N. 958 — John C. Stall, avenida Rio Branco n. 9.
N. 3.867—Armando Steele, rua Buenos Aires n. 256/258.
N. 22.131 — Bruno L. Sternberg, rua S. Pedro n. 36.
N. 9.661 — James Stirling, rua Dias da Cruz n. 182.
N. 14.730 — Ernesto Stoeckli, rua General Camara n. 64.
N. 11.148 — Gilbert Edward Strickland, rua Gomes Carneiro n. 30.
N. 17.740 — Frederico Studer, rua Paulo de Frontin n. 89, sobrado.
N. 19.187 — Gastão M. Ruch Sturzenecker, Collegio Pedro II.
36.068 — Ernest Barnes Styndner, rua das Laranjeiras n. 322.
N. 13.843 — Carlos Sussekind, rua Marquez de Olinda n. 31.

A todas essas pessoas foram expedidas notificações, nas quaes se menciona a importancia do imposto lançado, dependendo o respectivo pagamento de outra notificação, em devido tempo, pela Recebedoria do Districto Federal.

Os contribuintes teem o prazo de dez dias, contados da data desta publicação, para reclamar a bem dos seus direitos, em requerimentos dirigidos ao 1° delegado do Imposto sobre a Renda.

Os despachos serão publicados no *Diario Official*, e, dentro de cinco dias depois da publicação, serão recebidos os recursos para a instancia superior, sem effeito suspensivo, quanto ao pagamento do imposto.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — O secretario da Delegacia Geral do Imposto sobre a Renda, *Carlos Corrêa Rodrigues.*

Caixa de Amortização

Faço publico que, tendo-se extraviado as apolices da divida publica, de diversas emissões, antigas Estradas de Ferro, do valor nominal de 1:000$, juros de 5 %, papel, de ns. 387.358 a 387.407, emittidas pelo decreto n. 12.771, de 27 de dezembro de 1917, pertencentes a Joaquim Ferreira Ayrosa de Assumpção, portuguez, divorciado, vão ser expedidos novos titulos si, dentro do prazo de cinco dias, não houver reclamação em contrario.

Caixa de Amortização, 2 de março de 1926. — O inspector, *D. Carlos Claudio Silva.*

Inspectoria Geral dos Bancos

EDITAL COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, DE AVISO AOS PORTADORES DE SAQUES EMITTIDOS PELA "CASA BANCARIA DO PORTO LTDA." E AINDA NÃO LIQUIDADOS

Tendo a Casa Bancaria do Porto Ltda. depositado cento e cincoenta e seis apolices federaes (156) para garantia das suas operações cambiaes nesta praça e nas de Santos, São Paulo, Manáos e Pará, effectuadas estas por intermedio de suas agencias nas mesmas praças, são convidados, pelo presente edital, com o prazo de trinta (30) dias, os portadores de saques emittidos pela mesma casa bancaria e suas ditas agencias, e ainda não liquidados, a apresentarem esses mesmos titulos na Inspectoria Geral dos Bancos, ou nas fiscalizações bancarias nos Estados onde foram emittidos, afim de serem relacionados e conferidos, para effeito do respectivo pagamento.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1926. — O inspector geral dos bancos, interino, *Luciano Pereira.* (889)

Camara Syndical

O Dr. Ary de Almeida e Silva, presidente da Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos, etc.:

Faz saber, de ordem da Camara Syndical que, tendo fallecido em 19 de janeiro ultimo o corretor de fundos publicos desta praça, Sr. Antonio Pereira da Motta, pelo presente são chamados quaesquer interessados em transacções em que houvesse intervindo o mesmo corretor, a virem liquidal-as no prazo de seis mezes, conforme preceitúa o art. 14, do decreto n. 2.475, de 13 de março de 1897, incorrendo nas disposições da lei os que no referido prazo não fizerem valer os seus direitos. E eu, Lucrecio Fernandes de Oliveira, secretario, o subscrevi.

Secretaria da Camara Syndical, 25 de fevereiro de 1926. — *Ary de Almeida e Silva*, syndico. (1.339)

MINISTERIO DA MARINHA

Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

Em additamento ao edital de concurrencia publicado no *Diario Official* de 27 de fevereiro ultimo, declara-se aos interessados, que o prazo maximo, para a entrega dos materiaes constantes do Grupo n. 4, do citado edital, será de doze dias a contar da data do pedido e não de 48 horas, conforme foi publicado.

Antonio Lemos Vieira, 1º official, no impedimento do secretario.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

Directoria Geral de Contabilidade

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA PARA OS FORNECIMENTOS Á SECRETARIA DE ESTADO, CONSTANTES DO GRUPO — ARTIGOS DE PAPELARIA.

Tendo havido empate nos preços offerecidos pelos concorrentes abaixo indicados, para os artigos enumerados, fica marcado o dia seis (6) proximo vindouro, ás quatorze horas, para recebimento das propostas de abatimento de preços:

Numero do artigo — Empatantes

1. A. Placido Marques. — J. R. Oliveira — Henrique Braga.
18. J. G. Pereira — Henrique Braga.
39. A. Placido Marques — Henrique Braga.
46. J. R. Oliveira — Henrique Braga.
54. A. Placido Marques — Villas Bôas.
111. A. Placido Marques — Henrique Braga.
116. A. Placido Marques — J. R. Oliveira.
120. A. Placido Marques — J. G. Pereira.
135. A. Placido Marques — J. G. Pereira.
146. J. G. Pereira — Henrique Braga.
162. J. G. Pereira — Henrique Braga.
165. J. G. Pereira — Henrique Braga.
167. J. G. Pereira — Henrique Braga.
185. J. G. Pereira — Henrique Braga.
254. J. R. Oliveira — Salgado Guimarães.
255. J. R. Oliveira — Henrique Braga — Salgado Guimarães.
257. J. G. Pereira — Henrique Braga.
316 J. G. Pereira — Villas Bôas.
320. A. Placido Marques — Villas Bôas.
324. J. G. Pereira — Luiz Macedo.
361. A. Placido Marques — Henrique Braga.
374. J. G. Pereira — Villas Bôas.

Directoria Geral de Contabilidade, em 3 de março de 1926.

Museu Nacional

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA PERMANENTE PARA O FORNECIMENTO DE ACCESSORIOS DE AUTOMOVEL.

De ordem do Sr. director interino do Museu Nacional, no dia 15 do corrente, ás 13 horas, na Secretaria do Museu Nacional, serão recebidos os pedidos de inscripção para o fornecimento de accessorios de automovel, abaixo mencionados, durante o corrente exercicio, mediante as seguintes condições:

I

Os pedidos acompanhados das respectivas propostas de preço serão entregues em enveloppes fechados, em tres vias, a primeira devidamente sellada, sem emendas ou rasuras, datadas e assignadas, de accordo com os artigos 757 e 758 do Regulamento do Codigo de Contabilidade.

II

No caso de absoluta igualdade de preços entre dous concurrentes, nos termos do art. 742 do Regulamento do Codigo de Contabilidade, será preferido aquelle cuja firma seja nacional, quando o outro concurrente seja firma estrangeira. caso contrario, será desempatado de accôrdo com o art. 756 do Regulamento do Codigo de Contabilidade.

III

A directoria do Museu Nacional se reserva o direito de não acceitar nenhum dos pedidos de inscripção, annullando a concurrencia, caso esse que não dará direito de reclamação posterior a nenhum dos concurrentes, não sendo tomadas em consideração quaesquer offertas de vantagens não previstas no presente edital.

IV

Os artigos propostos deverão ser todos de primeira qualidade e o fornecimento se fará sempre nos termos do art. 762 do Regulamento do Codigo de Contabilidade.

V

Verificada primeiramente a idoneidade dos concurrentes, serão recebidos os pedidos de inscripção com as respectivas propostas, tendo preferencia os preços mais baratos offerecidos pelos concurrentes, nos termos do art. 743 do Regulamento do Codigo de Contabilidade, desde que os artigos preencham as condições do presente edital, não se tornando, porém, obrigatoria a requisição de todo o material acceito na concurrencia.

Especificações do material

1. Aro de rodas 31X4, um.
2. Arruela de pressão, uma.
3. Ataché para velas, um.
4. Almofada dianteira, uma.
5. Almofada trazeira, uma.
6. Amortizador Ford, um.
7. Amperometro para quadro, um.
8. Almotolia para oleo, uma.
9. Boccal para irradiador, um
10. Braçadeira de borracha para juntas, uma.
11. Barra de direcção, uma.
12. Biela de direcção, uma.
13. Bujão para rodas, um.
14. Bujão para irradiador, um.
15. Bobina "Ford", uma.
16. Bateria «Ford", 6 volts — 120 amp, uma.
17. Boia de carburador, uma.
18. Bomba de ar, uma.
19. Castanha para rodas, uma.
20. Cabo para motor de arranco, um.
21. Caixa de rodetes deanteiros, uma.
22. Caixa de rodetes trazeiros, uma.
23. Contra-pinos, sortidos, cento.
24. Chicote para luz, um.
25. Chicote para velas, um.
26. Correia para ventilador, uma.
27. Capota completa, uma.
28. Capa de irradiador, uma.
29. Chaveta conica com porca, uma
30. Capeau de motor, um.
31. Columna pára-brisa, uma.
32. Camara de ar "Demlop", 31 × 4, uma.
33. Disjunctor completo, um.
34. Distribuidor completo, um.
35. Descarga completa, uma.
36. Estilete de carburador, um.
37. Eixo deanteiro, um.
38. Guarda-lama trazeiro, um.
39. Guarda-lama deanteiro.
40. Grampo para molas, um.
41. Grampo para rodas, um.
42. Interruptor para buzina, um.
43. Jogo de chaves de bocca para "Ford", um.
44. Jumello deanteiro, um.
45. Jumello trazeiro, um.
46. Juncta de borracha tubular, uma.
47. Luva de borracha para pedal, uma.
48. Lampada de inspecção, uma.
49. Lampada paar pharol, uma.
50. Lampada para pharolete, uma.
51. Lampada para pharolete trazeiro, uma.
52. Mola deanteira, uma.
53. Mola trazeira, uma.
54. Mola para arranco, uma.
55. Macaco mecanico, um.
56. Manga de eixo, uma.
57. Oculo para capota, um.
58. Pára-choque trazeiro, um.
59. Pára-choque deanteiro, um.
60. Pneu "Cord Dunlop" n. 31 × 4 c/ talão, um.
61. Pneu "Cord Dunlop" n. 31 × 4 s/ talão, um.
62. Pneu "Cord Dunlop" Balão 440 c/ talão, um.
63. Pneu "Cord Dunlop" Balão 440 s/ talão, um.
64. Passador de alluminio para estribo, um.
65. Pára-brisa completo, um.
66. Patim de freio completo, um.
67. Polia para ventilador, uma.
68. Palheta para ventilador, uma.
69. Porca e parafuso, uma.
70. Pino de jumellos, um.
71. Pharolete para torpedo, um.
72. Quadro distribuidor de luz, um.
73. Roleman para eixo deanteiro, um.
74. Roleman para eixo trazeiro, um.
75. Roda deanteira completa, uma.
76. Roda trazeira completa, uma.

77. Rodete deanteiro, um.
78. Rodete trazeiro, um.
79. Silencioso completo, um.
80. Supporte de pára-lama, um.
81. Supporte de capota, um.
82. Supporte de estribo, um.
83. Tirante V do eixo deanteiro, um.
84. Tirante de freio de mão, um.
85. Tirante de differencial, um.
86. Tanque de gazolina, um.
87. Tapete de borracha deanteiro, um.
88. Tapete de côco trazeiro, um.
89. Torneira de gazolina, uma.
90. Torneira de oleo, uma.
91. Vela champion para «Ford", uma.
92. Vidro frizado para pharol, um.
93. Valvula e pivot, uma.

Secretaria do Museu Nacional, 3 de março de 1926. — *Octavio da S. Jorges*, pelo secretario.

Museu Nacional

Concurrencia administrativa para fornecimento de *drogas e substancias chimicas pro-analyses*.

(Vide edital publicado no *Diario Official* de 24 de fevereiro, á pag. 4.442.)

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1926. — *Octavio da S. Jorge*, pelo secretario.

Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria

(PARA INSCRIPÇÃO AO EXAME VESTIBULAR DO CURSO DE CHIMICA INDUSTRIAL AGRICOLA).

De ordem do Sr. Dr. director, interino, faço publico, pelo presente, que estarão abertas, na primeira quinzena de março, as inscripções ao exame vestibular para o curso de chimica industrial agricola.

Nos termos do art. 7° do decreto numero 17.019, de 26 de agosto de 1925, o candidato deverá provar:

a) já haver completado 16 annos;

b) ser vaccionado e não soffrer de molestia contagiosa;

c) ter sido approvado em estabelecimentos officiaes ou officializados nas seguintes materias: portuguez, francez, inglez ou allemão, geographia, historia do Brasil, arithmetica, algebra, geometria e historia natural.

Secretaria da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria. Nitheroy, 27 de fevereiro de 1926. — Eu, Mario Justiniano Quintão, secretario-bibliothecario, que o escrevi e assigno. — *M. Quintão*, secretario-bibliothecario.

Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria

(PARA INSCRIPÇÃO AO EXAME VESTIBULAR DO CURSO DE ENGENHEIROS AGRONOMOS).

De ordem do Sr. Dr. director, interino, faço publico, para conhecimento dos interessados, que estarão abertas, de 1 a 15 de março proximo futuro, de accôrdo com o artigo 65 do regimento interno, as inscripções para o exame vestibular do curso de engenheiros agronomos, desta escola.

Secretaria da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria. Nitheroy, 27 de fevereiro de 1926. — Eu, Mario Justiniano Quintão, secretario-bibliothecario, que o escrevi e assigno. — *M. Quintão*, secretario-bibliothecario.

SOCIEDADES ANONYMAS

COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS

ACTA DA ASSEMBLE'A GERAL ORDINARIA DA S. A. COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS, REALIZADA AOS 27 DIAS DO MEZ DE FEVEREIRO DE 1926, NA SE'DE DA COMPANHIA, A' RUA DA ALFANDEGA N. 5, 2° ANDAR

Aos 27 dias do mez de fevereiro de 1926, ás 14 horas, de accordo com a convocação feita pelo *Diario Official*, presentes os accionistas em numero legal, representando, pessoalmente ou por procuração 4.392 acções, conforme o livro de presença, abriu a sessão o director-presidente, Sr. Hermann Meissner, convidando os Srs. H. Sthamer e J. Weil para secretarios.

Por proposta do Sr. Sthamer foi dispensada a leitura da acta da assembléa geral ordinaria, realizada em 28 de fevereiro de 1925, em virtude de ter sido a mesma publicada no *Diario Official*.

O Sr. presidente apresentou aos senhores accionistas presentes o balanço geral, relativo ao exercicio findo em 31 de dezembro de 1925, e os documentos a elle referentes, bem como o relatorio da directoria e o parecer do conselho fiscal, dando a palavra a quem della desejasse usar para pedir esclarecimentos ou informações sobre as transacções do anno passado, e, como ninguem se manifestasse, submetteu o mesmo e os referidos documentos á approvação dos senhores accionistas, abstendo-se de votar os directores, assim como os membros do conselho fiscal.

Tanto o balanço, como a proposta da directoria e do conselho fiscal a respeito da fórma de distribuição do excedente apurado, foram unanimemente approvados.

Em seguida procedeu-se á eleição dos membros do conselho fiscal, a qual foi feita por meio de votos, de accordo com o art. 21, dos estatutos da companhia, sendo reeleitos pelo prazo de um anno, conforme estabelece o mesmo art. 21, dos estatutos, os Srs. Leopoldo Lewin, Theodor Simon e Carl Runge, para membros do conselho fiscal, e os Srs. Max Falck e Joseph Braeutigam para supplentes, e sendo eleito, pelo mesmo prazo, o senhor Julius Weil, para supplente.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. director-presidente encerrou a reunião, autorizando então a mesa a assignar a acta.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1926. — *Hermann Meissner*, director-presidente. — *H. Sthamer*. — *J. Weil*.

(1.452)

BANCO CONSTRUCTOR DO BRASIL

(Nova Sociedade Anonyma)

RELATORIO DA DIRECTORIA A SER APRESENTADO AOS SRS. ACCIONISTAS, NA ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA, A REALIZAR-SE EM 6 DE MARÇO DE 1926.

Srs. accionistas.

Cumprindo o que determinam a lei das Sociedades Anonymas e os nossos estatutos, vimos dar-vos conta da nossa administração relativa ao anno findo em 31 de dezembro de 1925.

Junto a esta exposição encontrareis o balanço, a demonstração da conta de "Lucros e Perdas", o parecer do conselho fiscal e mais documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, por onde podereis estudar e verificar a nossa situação financeira.

Os trabalhos desta empreza correram durante o anno findo, sem perturbações, nada havendo de anormal que mereça uma menção especial.

Tendo terminado o mandato da directoria, tereis de proceder á eleição dos novos directores, de accôrdo com o artigo 1° e seus paragraphos, dos nossos estatutos, bem como do conselho fiscal e supplentes, para servirem no anno de 1926.

Com satisfação vos declaramos poder distribuir mais um dividendo de 6% ou sejam 6$000 por acção, referente ao 2° semestre de 1925.

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos Srs. membros do conselho fiscal, a coadjuvação valiosa que sempre nos prestaram no exercicio de seus cargos. Ficamos ao vosso inteiro dispôr para dar-vos quaesquer outras informações ou esclarecimentos que julgardes necessarios para o estudo das contas e actos praticados por esta directoria, durante o exercicio findo.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1926. — Os directores, *João F. Barcellos*. — *Franklin Sampaio*.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assignados, membros do conselho fiscal do Banco Constructor do Brasil (nova sociedade anonyma), no desempenho da obrigação que lhes determinam a lei e os estatutos, examinaram detidamente a escripturação, balanço encerrado em 31 de dezembro de 1925 e contas apresentadas pela directoria, encontrando tudo exacto e em perfeita ordem, pelo que são de parecer que sejam approvados pela assembléa geral ordinaria, o referido balanço, contas e todos os actos praticados pela directoria, correspondentes ao exercicio de mil novecentos e vinte e cinco.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1926. — *Joaquim de Gomensoro*. — *Eugenio de Valladão Cotta Preta*. — *Adriano dos Reis Quartin*.

BALANÇO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1925

Activo

Abastecimento d'agua e illuminação electrica de Petropolis		1.500:000$000
Apolices do Estado do Rio de Janeiro		21:789$000
Camara Municipal de Petropolis c/de caução		20:600$000
Predios e terrenos em Petropolis		149:094$100
Deposito da directoria		20:000$000
Moveis e utensilios		8:260$000
Acções de bancos e companhias		46:843$200
Camara Municipal de Petropolis		267:410$420
Almoxarifado		3:656$300
Camara Municipal de Petropolies, c/de accôrdo		53:000$000
Apolices da Prefeitura de Petropolis		63:275$000
Companhia Telephonica Brasileira		3:600$000
Caixa: em cofre e em outros bancos		882:877$140
Diversas contas		107:089$836
		3.146:894$996

Passivo

Capital		1.312:300$000
Apolices caucionadas		20:000$000
Caução da directoria		20:000$000
Fundo de reserva		259:853$696
Imposto de consumo de energia electrica		384$912
Fundo de resgate do capital		285:000$000
Dividendos não reclamados	764$040	
Dividendos 29° a pagar	78:738$000	79:502$040
Diversas contas		101:113$400
Lucros e perdas		668:740$948
		3.146:894$996

S. E. ou O. — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1925. — Os directores: *João F. Barcellos.* — *Franklin Sampaio.* — O guarda-livros, *A. Sá Carvalho.*

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS", EM 31 DE DEZEMBRO DE 1925

Debito

Ordenados e salarios de operarios	179:421$906	
Honorarios do conselho fiscal	1:800$000	
Alugueis	15:930$000	
Despezas judiciaes	593$788	
Honorarios da directoria	24:000$000	
Impostos	6:755$200	
Custeio dos serviços	160:706$052	
Despezas geraes	22:259$220	
Fundo de reserva	26:562$363	
Dividendo 29° a pagar	78:738$000	
Fundo de resgate do capital	20:000$000	536:766$529
Saldo que passa para o semestre seguinte		668:740$948
		1.205:507$477

Credito

Saldo anterior, em 30 de junho proximo passado		528:417$673
Luz, força e installações	594:323$093	
Abastecimento d'agua	72:904$389	
Juros e commissões	2:422$317	
Alugueis	7:440$000	677:089$804
		1.205:507$477

S. E. ou O. — Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1925. — O guarda-livros, *A. Sá Carvalho.* (1.299)

THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

Fundado em 1812

BALANCETE DAS OPERAÇÕES NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1926

Activo

Capital a realizar		3.000:000$000
Letras descontadas		28.624:414$066
Letras e effeitos a receber por conta propria do exterior		34.828:805$170
Letras e effeitos a receber por conta propria do interior		1.631:305$220
Letras e effeitos a receber em cobrança do exterior		13.040:296$000
Letras e effeitos a receber em cobrança do interior		22.625:389$219
Valores em liquidação		33:275$000
Emprestimos em contas correntes		41.669:090$002
Valores caucionados		42.569:161$773
Valores depositados		29.007:925$230
Caixa matriz		2.073:420$817
Agencias e filiaes no exterior		109:096$445
Agencias e filiaes no interior		7.527:496$366
Correspondentes do exterior		2.464:859$910
Correspondentes do interior		5.906:460$582
Titulos e fundos pertencentes ao banco		995:733$500
Caixa:		
Em moeda corrente no banco	11.099:396$400	
Em outras especies	20:000$000	
No Banco do Brasil	2.835:650$178	
Em outros bancos	4.091:735$344	18.046:781$922
Diversas contas		2.012:293$979
Predios de propriedades do banco		2.839:168$500
Total do activo		259.004:973$701

Passivo

Capital	9.000:000$000
Depositos em conta corrente com juros	34.948:551$754
Depositos em conta corrente limitada	8.494:954$518
Depositos em conta corrente sem juros	11.522:713$539
Depositos a prazo fixo	18.369:567$750
Depositos em conta de cobrança, do exterior	598$500
Titulos em caução e em deposito	107.242:772$222
Caixa matriz	13.844:264$210
Agencias e filiaes no exterior	8.181:577$956
Agencias e filiaes no interior	1.219:661$952
Correspondentes do exterior	15.329:568$380
Correspondentes do interior	1.634:931$796
Letras a pagar	2.543:818$698
Letras redescontadas no exterior	23.349:820$110
Diversas contas	3.322:172$316
Total do passivo	259:004:973$701

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — *B. C. Hart,* gerente. — *C. H. Wiseley,* contador. (1.453)

ANNUNCIOS

Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

São convidados os Srs. accionistas desta companhia a se reunirem em assembléa geral ordinaria, no escriptorio central, á rua da Candelaria n. 91, no dia 15 do corrente, ás 14 horas, para lhes serem apresentados o relatorio da directoria e o parecer do conselho fiscal, relativos á prestação de contas do anno social de 1925.

Na mesma occasião se procederá á eleição da directoria e membros do conselho fiscal e seus supplentes. As transferencias de acções ficam suspensas nos tres dias anteriores ao da reunião da assembléa.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — *Herminio Maria de Novaes*, director-presidente. (1.456)

Banco de Credito Geral

SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Acham-se á disposição dos Srs. accionistas, na séde deste Banco á rua General Camara n. 37, os documentos exigidos pelo art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — *A directoria.* (1.455)

Companhia Aurea Brasileira

São convidados os Srs. accionistas a se reunirem em assembléa geral ordinaria, no dia 24 do corrente, ás 14 horas, na séde desta companhia, á avenida Passos n. 11, afim de tomarem conhecimento do relatorio da directoria, parecer do conselho fiscal, balanços e contas do exercicio findo em 31 de dezembro de 1925, e, em seguida, elegerem os membros do conselho fiscal e seus supplentes para o corrente exercicio.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1925. — *A directoria.* (1.464)

Companhia Manufactora Fluminense

RUA DA CANDELARIA N. 88

São convidados os Srs. accionistas a se reunirem em assembléa geral ordinaria, no dia 9 de março proximo futuro, á 1 hora da tarde, no escriptorio da companhia, á rua da Candelaria n. 88, para prestação de contas, leitura do relatorio da directoria do anno de 1925, eleição do conselho fiscal e supplentes.

Ficam suspensas as transferencias de acções desre hoje até a data da referida assembléa.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1926. — *Carlos Julio Galliez*, presidente. (1.124)

Companhia Luz-Stearica

RUA BENEDICTO OTTONI N. 19

No dia 10 de março corrente e nos seguintes effectuar-se-ha, no escriptorio desta companhia, á rua Benedicto Ottoni n. 19 (S. Christovão), pagamento do 11º *coupon* semestral de juros, á razão de 8 % ao anno, do emprestimo em *debentures* de 1920, das 12 ás 15 horas, em todos os dias uteis, exceptuados os sabbados.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — *A directoria.* (1.458)

Companhia Luz-Stearica

RUA BENEDICTO OTTONI N. 19

Cumprindo disposições legaes, cabe a esta companhia declarar que, do emprestimo de 1920, além dos *debentures* resgatados, quer por sorteio, quer por compra na praça, ao par, cujos numeros foram em tempo publicados, sendo os ultimos a 3 de setembro do anno proximo findo, foram mais resgatados por compra na praça, ao par, trinta *debentures* de numeros 4.346 a 4.360 e 4.362 a 4.376; ficando reduzidos os *debentures* em circulação a 7.215, correspondentes ao valor do emprestimo de 1.443:00$000.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — *A directoria.* (1.458)

Moinho Fluminense S/A

De conformidade com o disposto no art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, acham-se á disposição dos senhores accionistas, em o escriptorio da sociedade, á rua General Camara n. 45, os documentos mencionados no referido decreto.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1926. — *A directoria.*

(1.256).

Perdeu-se

Um recibo de 12 apolices de numeros 85.939, 85.940, 88.818, 336.949, 329.008 a 339.015, caucionadas para garantia de contracto celebrado com a Estrada de Ferro Central do Brasil, em 23 de junho de 1925, para fornecimento de 28.000 metros cubicos de lenha.

Pede-se o obsequio á pessôa que achou entregar no escriptorio de Dolabella, Portella & Comp., Limitada, Quitanda n. 152, sobrado. (1.451)

Companhia Brasileira de Petroleo

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

Convidamos os Srs. accionistas a comparecerem á assembléa geral para approvação de contas e eleição do conselho fiscal, a realizar-se em 13 de março proximo, ás 2 horas da tarde, no escriptorio da companhia, á rua S. Pedro n. 92, 1º andar.

Continuam á disposição dos Srs. accionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1926. — *A directoria.* 323)

Companhia Continental S. A. de Seguros

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

São convidados os Srs. accionistas para a reunião da assembléa geral ordinaria, que se realizará no dia 11 de março proximo, ás 15 horas, á rua do Rosario n. 139, 1º andar, afim de tomarem conhecimento do relatorio, balanços, contas de exercicio findo em 31 de dezembro de 1925 e respectivo parecer do conselho fiscal; bem assim para procederem, na fórma dos estatutos á eleição do conselho fiscal e seus supplentes.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1926. — *A directoria.* (1.128)

Aviso á Praça

K. SAWAMURA communica aos seus clientes e amigos, desta praça e do interior, que dissolveu a sua firma individual, conforme despacho da M. M. Junta Commercial desta Capital, de 26 de fevereiro de 1926, sob n. 7.358, convidando os credores a apresentarem os seus debitos dentro do prazo de 15 dias.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1926. (1.370)

Companhia Souza Cruz

Na séde desta companhia, á rua Gonçalves Dias n. 26, acham-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto numero 434, de 4 de julho de 1891.

Rio, 23 de fevereiro de 1926. — *A directoria.* (1.280)

Companhia Lithographica Ferreira Pinto

Na séde desta companhia, á rua 7 de Setembro n. 100, acham-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio, 23 de fevereiro de 1926. — *A directoria.*

Companhia Brasileira de Fumo em Folha

Na séde desta companhia, á rua Gonçalves Dias n. 26, acham-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio, 23 de fevereiro de 1926. — *A directoria.*

Companhia Brasileira de Emprehendimentos Aeronauticos

Na séde desta companhia, á rua Primeiro de Março n. 117, 2º andar, acham-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio, 23 de fevereiro de 1926. — *A directoria.*

Instituto Brasileiro de Microbiologia

Na séde desta companhia, á rua Oito de Dezembro n. 123, acham-se á disposição dos Srs. accionistas, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio, 23 de fevereiro de 1926. — *A directoria.*

S. A. Philips do Brasil

Na séde desta companhia, á rua Borja Castro ns. 13 e 15, acham-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos a que se refere o art. 147 do decreto numero 434, de 4 de julho de 1891.

Rio, 23 de fevereiro de 1926. — *A directoria.*

Companhia Italo-Brasileira de Cimento Armado

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

Não tendo comparecido numero legal para a assembléa que se deveria reunir a 23 do corrente, fazemos uma *terceira e ultima* convocação, para 4 de março proximo futuro, á 1 hora, na séde da companhia, á rua da Candelaria n. 53. — *A directoria.* (1.355)

Companhia Cervejaria Bohemia

(Petropolis)

Acham-se á disposição dos Srs. accionistas, no escriptorio desta companhia, á avenida 7 de Abril n. 176, em Petropolis, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Petropolis, 1 de março de 1926. — *A directoria.*

Declaração

Eu, Daniel da Silva Rocha, natural do Districto Federal, declaro que foi extraviada a 1ª via do certificado do exame de Historia Universal, por mim prestado no Collegio Pedro II, no anno de 1921.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1926. — *Daniel da Silva Rocha.*

—

Attesto a idoneidade do declarante, Sr. Daniel da Silva Rocha.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1926. — *José da Silva Rocha.*

—

Reconheço a firma de José da Silva Rocha.

Rio, 2 de março de 1926. Em testemunho (estava o signal publico) da verdade. — *Fausto Werneck Furquim de Almeida*, tabellião. (1.413)

Banco do Commercio

Estão á disposição dos Srs. accionistas, no edificio do Banco, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto numero 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1926. — *Conde de Avellar*, presidente. (819)

Empreza Brasileira de Diversões

ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA

Tendo em vista a petição datada de 27 de fevereiro proximo passado e assignada por numero legal de accionistas, requerendo, de accôrdo com o que preceitúa o art. 137, §§ 1º e 2º do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, uma assembléa geral extraordinaria para reforma dos estatutos e tratar de interesses sociaes, a directoria, de accôrdo com as leis que regem as sociedades anonymas, convoca os Srs. accionistas a se reunirem, para tal fim, em assembléa geral extraordinaria, no dia 6 do corrente mez, sabbado, ás 20 1/2 horas na séde da empreza, á rua Visconde do Rio Branco n. 51.—Pela directoria, *Oldemar Gomes Pereira*, secretario. (1.431)

Companhia Internacional de Seguros

São convidados os Srs. accionistas a virem receber, depois do dia 5 do corrente, no escriptorio desta companhia, á rua da Alfandega n. 5, 2º andar, o 3º dividendo de 8 %, correspondente ao exercicio de 1925. — *A directoria.* (1.437)

Companhia America Fabril

SÉDE — RUA DA CANDELARIA N. 67

Resgate do emprestimo por "debentures"

As importancias relativas aos *debentures* do emprestimo desta companhia, de 6.000:000$, em 30.000 obrigações preferenciaes ao portador e respectivos juros até 15 de janeiro preterito, que não foram apresentados ao The British Bank of South America Limited para resgate daquella data até 22 do mesmo mez, conforme annuncios publicados neste jornal, acham-se depositados em pagamento no Banco do Commercio, á rua General Camara n. 8, nesta Capital, á disposição dos respectivos portadores.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1926. — Pela Companhia America Fabril, o director-thesoureiro, *Democrito Lartigau Seabra.* (1.088)

Banco Economico do Brasil

PAGAMENTO DO TERCEIRO DIVIDENDO

São convidados os Srs. accionistas a virem receber o terceiro dividendo, na séde social, á rua General Camara n. 20, todos os dias uteis, das 12 ás 14 horas.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — *A directoria.* (1.470)

Declaração

O abaixo assignado declara que perdeu o certificado dos exames de: Geographia, Chorographia e Cosmographia, passado pelo Collegio Pedro II, e prestados pelo seu filho menor Wilton Jorge Alves da Silva.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1926. — *Lino Gomes da Silva.*

—

Reconheço a firma de Lino Gomes da Silva.

Rio, 26 de fevereiro de 1926. Em testemunho (estava o signal publico) da verdade. — *Pedro Evangelista de Castro*, tabellião. (1.400)

S. A. Fabrica Brasileira de Lanificio de Petropolis

RUA SÃO BENTO N. 26, SOBRADO

São convidados os Srs. accionistas para se reunirem no dia 4 de março proximo futuro, ás 14 horas, no escriptorio da companhia, para tomarem conhecimento do relatorio e contas da directoria, relativos ao anno de 1925, e para elegerem a directoria, conselho fiscal e supplentes, para o corrente anno.

Acham-se á disposição dos Srs. accionistas, no escriptorio da companhia, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1926. — *A directoria.* (766)

Sociedade Anonyma "Casa Wellisch"

104, RUA GENERAL CAMARA, 106

ASSEMBLÉA GERAL EXTRAORDINARIA

Segunda convocação

Não se tendo reunido em numero sufficiente os accionistas desta sociedade convocados para uma assembléa geral extraordinaria, no dia designado, ficam de novo convocados para o dia 6 do corrente mez, ás 12 horas, na séde da sociedade, afim de deliberarem sobre a renuncia do director-presidente e sobre a liquidação da sociedade que será proposta á mesma assembléa.

A directoria adverte os accionistas que, não havendo numero, será feita terceira convocação, que deliberará com qualquer numero.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1926. — *A directoria.* (1.461)

Companhia Industrial de Massas Alimenticias

RUA DOS INVALIDOS N. 131

Acham-se á disposição dos Srs. accionistas, no escriptorio da séde social, os documentos de que trata o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, sobre as sociedades anonymas.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — *Luiz Ciaravolo*, presidente. (1.462)

Sanatorio Botafogo, S. A.

Estão á disposição dos Srs. accionistas, na séde da empreza, á rua Alvaro Ramos n. 131, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1926. — *A directoria.* (1.465)

S. A. Serraria Moss

ASSEMBLÉA GERAL ORDINARIA

São convidados os Srs. accionistas a se reunirem em assembléa geral ordinaria, no dia 19 do corrente, ás 14 horas, na séde desta sociedade, á rua Barão de São Felix n. 148, para os fins de que trata o art. 143, do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, e eleição do novo conselho fiscal e supplentes.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1926. — *A directoria.* (1.463)